

número 167

Dossiê 150 anos da Imigração Italiana

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Dezembro • 2024

número 167

ISSN 1678-3484

re vis ta

Dossiê 150 anos da Imigração Italiana

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 104, n.167, 2024.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 167 (2024)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

553p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Autoria: Aldo Toniazzo e Ary Trentin. Acervo: IMHC-UCS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760 E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs

Facebook: facebook.com/IHGRGS/

Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2022-2024

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira

Diretor Financeiro: Pedro Câncio

Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Earle Diniz Macarthy Moreira, Moacyr Flores.

Membros Efetivos

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Charles Monteiro, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Hamilton Almeida, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Maria Medianeira Padoin, Miguel Frederico do Espírito Santo, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Adriano Comissoli, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Alex Antônio Vanin, Alexandre Pena Matos, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Andre Huyer, Angelita Peixoto, Antônio Carlos Soares, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Breno Viotto Pedrosa, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, Cássia Daiane Macedo da Silveira, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Charles Monteiro, Clarissa Maroneze Garcia, Cristiano Enrique Brum, Daniele Machado Vieira, Edson Huttner, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jacqueline Custódio, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, José Newton Cardoso Marchiori, Leandro Goya Fontella, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Felipe Alencastre Escostegui, Luis Fernando Spinelli Pinto, Luis Roselfield, Luiz Cláudio Nunes Knierim, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Palermo, Marcus Vinicius, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Paula Vanessa Paz Ribeiro, Pedro Paulo Pons, Pedro Von Mengden Meirelles, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Lavalhos Dal Forno, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Ronaldo Queiróz De Moraes, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Thiago Vaucher, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Victor Emanuel Vilela Barbuy, Virgilio Ribeiro Muxfeldt, William Mog.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Dossiê “150 anos da Imigração Italiana”

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Arno dal Ri Jr (UFSC), Camilo López Burian (Universidade da República/UY),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
João Francisco (Universidade Católica de Angola/AO),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior

Carlos Otaviano Passos (FURG), Tiago Leles de Oliveira (FURG)

Avaliadores

Adriana Silva da Silva (UFPEL), Ailson Barbosa de Oliveira (UECE), Alan Dutra de Melo (UNIPAMPA), Alexander Rodrigues de Castro (UNIFI), Antonio de Ruggiero (PUCRS), Bruna Lima (UFSM), Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), Cristiane Bondan Rampazzo (UCS), Débora Grando Schöffel (UFRGS), Edivan de Azevedo Silva da Costa (UNICAMP), Erneldo Schallenberger (UNOESTE), Erneldo Schallenberger (UNOESTE), Estéfano Elias Risso (PUCRS), Hermes Gilber Uberti (UNISINOS), Jéssica Bitencourt Lopes (UFRGS), João Carlos Tedesco (UPF), João Vitor Sausen (UFSM), Jorge Luiz Zaluski (UNICENTRO), Juliana Maria Manfio (UFSM), Lilian Stedile Ferri (UFSC), Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins (UERN), Luciana Echegaray (UFRGS), Luciana Rossato (UDESC), Marcos Witt (UNISINOS), Maria Catarina Zanini (UFSM), Maria Regina Weissheimer (IPHAN), Marta Bonow Rodrigues (UPF), Maurício Couto Polidori (UFRGS), Patrícia Bosenbecker (UFRGS), Paulo Vitor de Souza Pinto (USP), Pedro de Alcântara Bittencourt César (UNITAU), Rodrigo dos Santos (Unicentro), Rodrigo Luis dos Santos (IFFARROUPILHA), Rodrigo Marques Leistner (FURG), Rosane Marcia Neumann (FURG), Silvana de Freitas Ferreira (UFRGS).



APRESENTAÇÃO

*“Os caminhos se desdobram em todas as direções,
aproximando, ligando cidades e corações.”*

*“Onde era a selva, nas margens das veredas serpentinhas,
estão adegas e albergues e moinhos e oficinas.”*

(Mansueto Bernardi)

Em 2025, comemora-se o Sesquicentenário da Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul. É uma data festiva para celebrar os feitos da chegada dos italianos no estado, uma vez que sua contribuição foi decisiva para o desenvolvimento socioeconômico do Sul do País.

A Província do Rio Grande do Sul se beneficiou com a Lei n. 514, de 24 de outubro de 1848, que cedeu às províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas destinadas à colonização. Uma nova concessão de terras foi solicitada ao governo imperial, em 1869/1870. Entretanto, essa concessão, devido à Lei de Terras de 1850, não foi gratuita, e a terra foi cobrada da Província, que permaneceria encarregada da ocupação (Pellanda, 1950).¹ Dessa concessão, duas áreas foram privilegiadas: as localizadas no nordeste do estado e as localizadas no Planalto central, próximas à cidade de Santa Maria-RS (Frosi, Mioranza, 1975).² Da primeira área nasceram diversos núcleos coloniais, que constituíram a zona colonial italiana, no Rio Grande do Sul. Dentre eles, o Núcleo de “Conde d’Eu, Princesa Isabel e Fundos de Nova Palmira”.

A ocupação desse território, que dá origem à região de colonização italiana, é fruto da colonização agrícola, pública, que ocorre no Rio Grande do Sul. Na Encosta Superior do Nordeste, da fundação dessas colônias nascem seis municípios: Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves, Antônio Prado e Guaporé, num território de 468.160 hectares.

Seyferth destaca que a política imigratória do Império se tornou uma questão de colonização e, “foi também uma estratégia dos governos provinciais, inclusive no período republicano” (1988, p.7).³ Isso significa que foi uma colonização dirigida, subvencionada pelo governo brasileiro, que

1 PELLANDA, E. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Álbum Comemorativo do 75º da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Globo, 1950.

2 FROSI, V.; MIORANZA, C. Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Movimento, 1975.

3 SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-55, 1º sem. 1988.

estabeleceu as regras do processo. O sucesso dessa ocupação foi a instalação do regime de pequena propriedade, baseado no trabalho livre, familiar, no qual havia o desejo de ascensão social. O camponês e artesão europeus, que tinham uma cultura baseada na servidão, visualizaram a possibilidade de romper com seu passado e se tornarem pequenos proprietários.

A história dessa região possibilita o entendimento do processo emigratório, e a historiografia da emigração italiana, no Rio Grande do Sul, colabora para a compreensão da riqueza da cultura da emigração, da transmissão de conhecimentos, que foi realizada no estado. Sua relevância evidencia as distintas formas que marcaram a identidade cultural daqueles que colaboraram para a construção de comunidades, constituídas por esses imigrantes. A historiografia produzida foi responsável pelo registro da trajetória dos pioneiros e do papel que os mesmos tiveram na formação da zona de colonização italiana, no Rio Grande do Sul. A pesquisa que nasce, nas comunidades de imigrantes, incrementa as publicações que colaboraram para a mudança de conceitos sobre os colonos, sobre o papel do trabalho manual, sobre o estigma da escravidão no trabalho com a terra, numa sociedade colonial, de cunho escravista. Muitos pesquisadores devolveram aos imigrantes uma história que não queriam esquecer e devolveram também o valor do trabalho, do que os caracterizava e do que tinham feito pelos seus familiares, pela sua comunidade e pela antiga pátria.

Desde 1950, foram publicados álbuns comemorativos que registraram a trajetória dos pioneiros e as ações em prol das comunidades, nos quais foram inseridos. As publicações do quinquentenário, do centenário e das demais datas efusivas a essa comemoração marcam resultados profícuos dessa colonização e imigração. Essas obras foram organizadas por comissões estaduais, eleitas pelos governantes do período e têm espírito comemorativo. Nelas, autores, tais como: Ernesto Pellanda, Mem de Sá, Dante de Laytano, José Francisco Truda, Celeste Gobbato, Pe. Ernesto Manica, descrevem as colônias italianas e seus potenciais, numa rica análise do que fizeram os italianos, no Rio Grande do Sul. Os álbuns comemorativos são registros preciosos, que ilustram a transformação das terras devolutas nas cidades, nas indústrias, no alimento e no pão de cada dia. Registram dados das colônias e de sua produção econômica, da fundação de suas indústrias, da sua religiosidade, de hábitos culturais e mostram as diferenças existentes entre os núcleos coloniais. O valor da família, da religião e do trabalho mostram o sustentáculo da cultura que une seus conterrâneos pelo trabalho.

Muitas obras foram editadas e fazem parte de estudos que colaboraram para dar sentido ao que foi feito no passado, com destaque ao esforço e à dedicação desses imigrantes e são referências obrigatórias. Dentre elas estão: *Os italianos no Rio Grande do Sul* (1979), de Rovílio Costa e Luís Alberto

De Boni; *Italianos e gaúchos* (1975), de Thales de Azevedo; *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais* (1975), de Olívio Manfroí; *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul* (1975), de Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza.⁴ Não se pode esquecer da importância que a obra de Jean Roche, *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1969),⁵ teve nos estudos de migração histórica, nos quais diversos historiadores e pesquisadores se inspiraram na obra desse autor, sendo sempre uma referência clássica aos estudos de colonização europeia, no Rio Grande do Sul. A obra de Léo Waibel, geógrafo reconhecido pelos estudos realizados acerca da colonização europeia, é inédita pela contribuição que gera, a partir de análises da colonização, como processos formadores de desenvolvimento econômico.

Não se pode esquecer da organização dos fóruns de Estudos Italo-Brasileiros, que ocorreram promovidos pela Universidade de Caxias do Sul, desde 1975, cuja produção historiográfica foi fundamental, e a publicação de seus Anais tornou-se referência nos estudos migratórios. A partir de 1995, esses fóruns incluíram seminários internacionais com a participação de estudiosos da migração histórica de vários países, o que ocasionou várias cooperações internacionais.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publica esse dossiê, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da trajetória da historiografia da emigração italiana, no Rio Grande do Sul, e dos diversos desdobramentos.

Vania Beatriz
Merlotti Herédia

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Vania Beatriz Merlotti Herédia
Organização do Dossiê “150 anos da Imigração Italiana”

4 FROSI, V.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975. DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1979. MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, IEL, DAC, 1975. AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

5 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v.1.

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Dr. José Carlos da Silva Cardozo
Bel^a. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos
Tiago Leles de Oliveira
Editor-Junior

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 17 **A historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul**
The historiography of Italian immigration in Rio Grande do Sul
Vania Beatriz Merlotti Herédia
- 55 **L'emigrazione italiana nello stato brasiliano di Rio Grande do Sul (1875-1914)**
Italian emigration to the Brazilian state of Rio Grande do Sul (1875-1914)
Gianpaolo Romanato
- 87 **O papel da Diretoria de Terras e Colonização no planejamento urbano do norte do Rio Grande do Sul entre os anos 1907 e 1928**
The role of the Diretoria de Terras e Colonização in the urban planning of north Rio Grande do Sul between the years 1907 and 1928
Clarissa Maroneze Garcia
Daniela Marzola Fialho
- 115 **Gemellaggios entre Brasil e Itália: liames históricos de identificações coletivas e territoriais**
Gemellaggi between Brazil and Italy: historical links of collective and territorial identifications
João Carlos Tedesco
- 143 **Notas sobre a italianidade de arquitetura sul-rio-grandense**
Notes on the Italianity of architecture in Rio Grande do Sul
Gunter Weimer
- 183 **A urbanização na colonização italiana no Rio Grande do Sul: o caso de Caxias do Sul**
Urbanization in Italian colonization in Rio Grande do Sul: the case of Caxias do Sul
Roberto Fogaça do Nascimento
- 205 **As celebrações do 20 de setembro entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul**
The 20th September celebrations among Italian immigrants in Rio Grande do Sul
Antonio de Ruggiero

- 221 A edificação dos primeiros templos metodistas do Rio Grande do Sul na colônia italiana**
The building of the first Methodist temples in Rio Grande do Sul in the Italian colony
 Vicente Martins Dalla Chiesa
- 247 Letteratura e storia dei coloni veneti in Brasile nell'opera di Don Porrini padre carlista**
Literature and history of Venetian colonists in Brazil in the work of Don Porrini, a Carlist priest
 Emilio Franzina
- 271 Os padres palotinos e suas inserções na região central do Rio Grande do Sul: catolicismo, poder e imigração italiana**
The Pallotine priest and their involvement in the central region of Rio Grande do Sul: Catholicism, power and Italian immigration
 Algir Facco da Silva
 Maria Catarina Chitolina Zanini
- 289 Vozes Femininas: memórias sobre a religiosidade na vida dos imigrantes italianos e seus descendentes**
Female voices: memories about religiosity in the lives of Italian immigrants and their descendants
 Cristiane Bondan Raampazzo
 Gerusa Bondan
 Alexandra Spolti
- 319 Maneiras de “fazer a América”: o percurso de um imigrante na colônia Conde d’Eu**
Ways of “making America”: the course of an immigrant in the Conde d’Eu colony
 Maíra Ines Vendrame
 Daniele Turcato Biffi
- 341 Trentinos e italianos na periferia da colônia Blumenau**
Trentini e italiani alla periferia della colônia Blumenau
 Norberto Dallabrida
- 365 IFSul Passo Fundo: conexões com a educação tecnológica no Brasil e as relações de poder local (2006-2023)**
IFSUL Passo Fundo: connections with technological education in Brazil and local power relations (2006-2023)
 Cibele Barea

387 O sentido histórico da Revolução de 1923
The historical meaning of the 1923 revolution in Brazil
Gunter Axt

451 Família e divisão de heranças na Fazenda do Socorro-RS entre o século XIX e XX
Família y división de la herencia en la Hacienda del Socorro-RS entre los siglos XIX y XX
Family and division of inheritance at Farm of the Socorro-RS between the 19th and 20th centuries
Andréa Pagno Pegoraro

DOCUMENTAÇÃO

481 Sócios do IHGRGS – lembranças
Instituto Histórico e Geográfico do RS

ARTIGOS

A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

THE HISTORIOGRAPHY OF ITALIAN IMMIGRATION IN RIO GRANDE DO SUL

Vania Beatriz Merlotti Herédia¹

RESUMO

A historiografia da imigração italiana conta com vasta literatura produzida a partir de 1975. Essa literatura inaugura um processo de produção de conhecimento, que modifica as explicações gerais sobre o fenômeno migratório. Muitas pesquisas foram realizadas com a finalidade de mostrar os efeitos da mobilidade humana, que constituíram o movimento de imigração italiana no Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, bem como as transformações que esse movimento provocou na construção da sociedade brasileira. Nessa direção, o estudo trata da produção da historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover uma reflexão sobre a mesma e chamar a atenção para as principais referências e as diferenças existentes em cada tipo de produção, o que compreende a historiografia baseada em documentos oficiais, na produção acadêmica, na pesquisa regional, na literatura popular e na historiografia produzida por estrangeiros. O estudo, de natureza descritiva, usa fontes e acervos disponíveis nos arquivos públicos no país e fora dele, nas bibliotecas universitárias, nos repositórios dos programas de pós-graduação. A contribuição é sobre as obras e suas referências.

Palavras-chave: Imigração italiana; Historiografia; História; Italianos; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The historiography of immigration relies on a vast body of literature produced since 1975. This literature initiated a process of knowledge production that modified general explanations about the immigration phenomenon. Much research has been conducted to show the effects of human mobility that constituted the immigration movement in Rio Grande do Sul during the 19th and 20th centuries and the transformations this movement caused in the construction of Brazilian society. In this sense, the study addresses the production of the historiography of Italian immigration in Rio Grande do Sul, with the aim of promoting reflection on it to draw attention to the main references and the differences that exist in each type of production. This

1 Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1984), graduada em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (1973). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e doutora em História das Américas pela Universidade de Gênova, sede descentralizada em Turim Itália (1992). Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Professora Titular da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação e na pós-graduação.

includes historiography based on official documents, academic production, regional research, popular literature, and historiography produced by foreigners. The descriptive study uses sources and collections available in public archives in the country and abroad, university libraries, and the repositories of postgraduate programs. The contribution focuses on the works and their references.

Keywords: Italian immigration; Historiography; History; Italians; Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica sobre a imigração europeia tem sido pauta das comemorações da chegada dos europeus no Rio Grande do Sul, no século XIX. A produção científica sobre a imigração europeia, principalmente a italiana, cresceu nos últimos cinquenta anos. Pode-se dizer que o interesse pelo tema renasce, quando o estado do RS comemora o Centenário da Imigração Italiana no Sul do Brasil, e, a partir dessa data, muitas pesquisas foram realizadas.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul não ocorreu na mesma lógica da imigração paulista, o que fez com que, por muitas décadas, a historiografia da imigração italiana fosse reduzida a esta. As referências historiográficas, referentes à imigração italiana, no Estado de São Paulo, se diferenciava de forma substancial da imigração e colonização italiana no Sul do País. Tratavam da substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café, nos novos contratos de trabalho nas fazendas, como o da parceria, o trabalho assalariado no processo de industrialização e, de forma geral, envolviam aspectos rurais e urbanos da sociedade paulista. Os estudos de referência, que tratam da imigração no Brasil, na sua maioria, tratam da região Sudeste com raras exceções. Destacam-se as análises de Constantino Ianni (1972), Lucy Maffei Hutter (1972), José de Souza Martins (1973), Eunice Ribeiro, Maria Thereza Schorer Petrone, Pasquale Petrone, José Artur Rios (1959), Michael Hall (1969), Zuleika Alvim (1986), Amado Luiz Cervo (1992), Franco Cenni (1958), Manuel Diégues Junior (1964), Beatriz Maria Lazzari (1980) e Giralda Seyferth (1990).

No Rio Grande do Sul, as pesquisas referem-se ao programa de colonização agrícola, seus resultados, a ação de seus agentes, a formação dos núcleos coloniais antigos, a organização das comunidades, a comunicação e os fenômenos linguísticos, dentre tantos outros temas culturais. Constatou-se que, a partir de 1975, no Estado do Rio Grande do Sul, a imigração italiana se constitui em um objeto de estudo, e as publicações que nascem a partir dessa data são um marco da produção anterior e norteadoras de

estudos futuros. A importância da pesquisa² é fundamental, pois gera uma matriz marcada pelo conhecimento da terra, pela ilustração de acontecimentos histórico-regionais, trazidos nos documentos originais, e pela interpretação desses documentos, aliados à experiência e ao conhecimento. Essa matriz inclui autores, tais como: João Spadari Adami, Natal Chiarello, Mário Gardelin, Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Loraine Slomp Giron, Vitalina Maria Frosi, Ciro Mioranza, Silvino Santin, Pe. Luiz Sponchiado, Heloisa Adélia Eberle Bergamaschi, Maria Conceição Abel Machado, Vania B. M. Herédia, Luiza Horn Iotti, Núncia Santoro de Constantino, Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, José Clemente Posenato, Sandra Jatahy Pesavento, Cleci Eulália Favero, Anelise Cavagnolli, dentre outros. Alguns desses autores são pesquisadores da academia, e suas obras aparecem no item referente à produção científica feita nas instituições acadêmicas, e outros têm cunho mais memorialista, baseados em narrativas de moradores e de seus descendentes.

Neste estudo,³ a produção de conhecimento foi dividida em cinco categorias analíticas: a produção de conhecimento por órgãos oficiais, pela academia, por pesquisadores regionais, pela literatura, por estrangeiros. É importante tecer algumas considerações sobre as premissas que sustentam essa divisão. A criação de categorias teve a intenção de diferenciar as obras produzidas acerca do tema e, por meio dessas características, evidenciar que a produção de conhecimento é considerada resultado de pesquisas de interesses distintos.

A produção historiográfica tem sido marcada pelo uso de suporte teórico-metodológico e apresenta certa garantia de objetividade na presença de pressupostos epistemológicos na sua construção. Muitos estudos estão

2 Meu agradecimento especial a Prof. Vitalina Frosi pela leitura atenta ao texto e correções de fontes.

3 Esse estudo nasceu em 2000 e contou com a criação da Cátedra *Humanismo Latino na Produção Científica da Imigração no Sul do Brasil*, no *Projeto Brasil Latino*, coordenado por Jayme Paviani e Arno Dal Ri e financiado pela *Fondazione Cassamarca* de Treviso. Dessa cátedra, coordenada por Vania B. M. Herédia, são publicados dois estudos: *Língua, cultura e valores: estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil* (2003), de Vania B. M. Herédia e Neires M. S. Paviani e *Humanismo de hoje: ser imigrante no universo da vida*, de Antônio Carlos Guimarães Herédia (2004). Em 2006, esse estudo foi reapresentado no XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização, organizado por Martin Dreher e Marcus Tramontini, ocorrido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS. O estudo foi ampliado e publicado na obra *E/Imigrações: questões, inquietações* (2013), coordenado por Ismênia de Lima Martins e Alexandre Hecker. Em 2023, foi rediscutido num painel sobre Imigração em Perspectiva Histórica, no Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, coordenado por Miriam De Oliveira Santos, e, a partir das sugestões e críticas dessa apresentação, o texto foi complementado e atualizado.

nessa categoria e refletem o crescimento da pesquisa realizada na pós-graduação no Brasil, a partir de 1970, principalmente no Sudeste e no Sul do Brasil. A produção memorialista é bastante frequente e tem sido utilizada como uma ferramenta que reconta experiências de vida, fatos, memórias, envolvendo personagens, famílias e comunidades, que escreveram suas histórias a partir de suas percepções. Diferentemente da produção feita por historiadores, os memorialistas não têm preocupação com a citação de fontes e de registros feitos de forma científica.

A narrativa memorialística muitas vezes pode ter elementos ficcionais, mas no geral sua busca no passado e também imbuída da necessidade de encontrar elementos explicativos do presente. O interesse pela história é evidente e apesar de não serem textos propriamente científicos, com pesquisas que levaram a uma narrativa histórica consistente, são, ao meu ver, derivados da consciência histórica e de uma necessidade sobre o passado, que não é sentida apenas por historiadores (Domingues, 2011, p. 11).

A construção de uma narrativa historiográfica está baseada em uma escrita que usa parâmetros científicos, o que a difere da narrativa memorialista. Outra premissa é distinguir a história da literatura. Domingues indica que, para diferenciar, foi fundamental “o processo de positivação do método histórico, que prezou o rigor teórico e empírico do estudo, buscando a construção de um trabalho minimamente verossímil, onde se busca a verdade possível” (Domingues, 2011, p. 6).

Dessa forma, o estudo tem como objetivo trazer para a discussão as principais características de cada uma dessas categorias, seus autores, algumas de suas obras, a fim de que a análise possa ajudar o estudioso da imigração italiana a situar as principais fontes, os acervos, bem como localizar as referências da temática e colocar à disposição comentários sobre as principais obras.

1 A HISTORIOGRAFIA OFICIAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

A produção historiográfica oficial se encontra em **documentos governamentais** que contêm dados do processo emigratório. Esses documentos abrangem: relatórios governamentais, que registram as principais atividades de cada província, no período do Império, correspondências, decretos, atos institucionais, dentre outros documentos.

A Legislação do Império está condensada na Coleção das Leis do Império do Brasil, no Rio de Janeiro (de 1808 a 1889), e a publicação dessa legislação, organizada por Luiza H. Iotti, é “uma coletânea com ementas sobre a legislação referente à Imigração e à Colonização, no Brasil e no Rio Grande do Sul, de setores da administração pública, especialmente nos arquivos do poder legislativo” (Constantino, 2001, p. 15). Obra também importante, anotada e editada por Freitas Júnior (1882), *Terras e colonização* traz as diversas legislações.

Destacam-se também os **documentos publicados** pelo Ministério de Relações Exteriores do governo italiano, acerca do Rio Grande do Sul. A obra *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche*, publicada pelo Conselho Regional do Vêneto, pela editora Ravenna, em 2018, contempla boletins do Ministério de Relações Exteriores, boletins consulares e boletins da emigração. Essa obra, organizada por Gian Paolo Romanato e Vania B. M. Herédia, reúne um conjunto de documentos relevantes, que permitirão ao leitor se aproximar da posição que os agentes e representantes diplomáticos emitiram sobre as colônias no Sul do Brasil, na época em que visitaram as mesmas, período que compreende a fundação das colônias italianas até a Primeira Grande Guerra. Além dos boletins, a obra inclui a legislação de 1901, editada pelo Ministério das Relações Exteriores e a legislação sobre emigração e imigração que regulamenta as terras públicas no Estado do Rio Grande do Sul, o que oportuniza informações sobre a regulamentação da emigração no período. Essa obra foi publicada em 2016 pela Editora da Universidade de Caxias do Sul, em quatro volumes, disponíveis *online*, sob a denominação *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Na sua apresentação, Vania Herédia⁴ e Gianpaolo Romanato escrevem sobre 27 boletins referentes ao Rio Grande do Sul, especificando detalhes de cada um. É importante lembrar que os boletins haviam sido publicados em diversas obras, mas não em seu conjunto. Luís Alberto De Boni, na obra *A Itália e o Rio Grande do Sul* (1983), traduz dois boletins acerca do Rio Grande do Sul⁵ e, juntamente com Rovílio Costa, Nilo Salvagni e Elyo Caetano Grison, edita pela EST, com o apoio da Fondazione Agnelli, em 1992, *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*.⁶

4 Na obra citada, Vania B. M. Herédia faz uma apresentação das fontes documentais sobre a emigração italiana nos séculos XIX e XX. Explicita como nasceu a pesquisa das fontes diplomáticas e sua publicação.

5 Luís Alberto De Boni, na obra *A Itália e o Rio Grande do Sul*, publicada pela EST/EDUCS, em 1983, traduz dois boletins do Ministério das Relações Exteriores, que tratam do Rio Grande do Sul. Esses boletins foram redigidos por Pietro Antonelli (1899) e por Umberto Ancarini (1905).

6 *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*, de Costa, De Boni, Salvagni e Grison, publicada pela EST, com o apoio da Fondazione Giovanni Agnelli, traz diversos documentos que tratam

Na historiografia oficial, tem-se os álbuns comemorativos, financiados pelos governos estaduais e municipais, que descrevem a Região de Colonização Italiana, num viés econômico, político e cultural e nas publicações produzidas pelos pesquisadores e historiadores de museus e arquivos históricos, em instituições públicas, em instituições diplomáticas, dentre outras. O álbum é relevante do ponto de vista histórico e iconográfico, pois reúne uma documentação sobre a situação dos municípios envolvidos na publicação. Em confronto com outros documentos, se constata que os álbuns comemorativos se tornaram fontes preciosas de referência, devido à rara documentação preservada. A produção em forma de álbum era um costume na época, para prestigiar a região com uma publicação ilustrativa e elucidativa dos municípios que a constituíam, de seus costumes, suas tradições e crenças e de seus manifestos, como fruto da colaboração de renomados escritores do estado.

O primeiro álbum publicado, o do *Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*,⁷ teve como característica reunir histórias de municípios, de estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais, de expoentes da indústria e do comércio, de família e de seus ilustres personagens, com o intuito de comemorar a epopeia da colonização agrícola. O álbum parte da história dos italianos e da República de Piratini, mostrando como foi a relação dos italianos com a Revolução Farroupilha e a formação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lorenzo Cicheo, encarregado de presidir a comissão para organizar essa obra, contou com a colaboração de Mansueto Bernardi, Dom José Barea, Dom Cleto Benvegnú, D. Giovanni Maria Balen, Francisco Leonardo Truda, Celeste Gobbato, Dante de Laytano, Ernesto Ronna, Giulio Lorenzoni, Antonio Bombassaro, Vincenzo Palombini, Giuseppe Bem, Francesco Barcarolo, Carlo Mantovani e Domenico Oss.

Nesse álbum, uma monografia que contribui para a historiografia da Região de Colonização Italiana é a de B. Crocetta (1925), denominada *Un cinquantennio di vita coloniale. Gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande do Sul*. Nesse estudo, Crocetta chama a atenção sobre as características psicológicas da emigração; a unidade e a formação coletiva; as associações, as escolas, a vida colonial, os produtores de ouro e sangue, os expoentes individuais e os fundadores das colônias e das cidades, bem

das colônias italianas. Dentre esses documentos, estão boletins consulares (Gerolamo Vitaloni, Enrico Perrod, Pascoale Corte, Antonio Grepì, Brichanteau, Pietro Antonelli, Luigi Petrocchi, Francesco de Veluttis, Ranieri Pesciolini Venerosi); relatórios governamentais, registros de memorialistas e registros territoriais dos lotes urbanos de Bento Gonçalves.

7 Esse Álbum foi reeditado em 2000, pela Empresa Salton Vinhos, coordenado por Luís Alberto De Boni e Rovílio Costa.

como os pioneiros da ciência, das artes, das indústrias e do comércio e das obras das mulheres.

Antes desse álbum comemorativo, foi publicado, em 1918, o *Álbum da visita da Real Embaixada Italiana ao Rio Grande do Sul: visita do embaixador italiano Vito Luciani* (Cunha, 1918). O Álbum retrata a viagem e mostra o que os italianos construíram nos locais onde se instalaram. O álbum traz dados estatísticos sobre a população, a produção agrícola, comercial e industrial e descreve a visita do embaixador italiano ao Rio Grande do Sul. Destaca as condições econômicas que os estabelecimentos industriais construíram e as condições de infraestrutura desenvolvidas na zona colonial italiana.

O Álbum dos 75 anos da Colonização Italiana (1950) foi um marco na historiografia regional, pois esse documento agregou uma série de monografias sobre os municípios da Região de Colonização Italiana e também artigos e ensaios de historiadores, geógrafos, religiosos e professores que alargaram, com seu conhecimento, a riqueza da história dessas localidades, sendo uma referência para os estudos da região. Escritores, tais como: Ernesto Pellanda, Mem de Sá, B. Rambo, S. J., Orlando Valverde, J. Monserrat, Pe. Ernesto Mânica, Dante de Laytano, Celeste Gobbato, Adail Moraes, Luiz Compagnoni, J. P. Coelho de Souza, Guido Giacomazzi e Moacyr Rodrigues de Oliveira, participaram dessa publicação. A temática que caracterizou essa obra - além da comemoração dos 75 anos da colonização italiana e da Festa da Uva, como homenagem ao colono e aos pioneiros italianos -, foi a construção dessa região, marcada pelo trabalho, pela força da religião, pela influência e ação dos pioneiros, pela opção do cultivo da vide e da industrialização da uva, pela capacidade que tiveram de se dedicar e resistir às dificuldades enfrentadas. Essa obra é uma demonstração daquilo que os italianos construíram nestes anos de colonização e reflete o poder que adquiriram com a construção dessa riqueza. Além da originalidade dos textos, a publicação contém um acervo de fotografias que embeleza e ilustra a descrição dessa região.

O Álbum do Centenário da Colonização Italiana (1975) nasce das comemorações organizadas pelo governo rio-grandense, que decide comemorar a imigração europeia no Rio Grande do Sul, por meio de eventos importantes: o do sesquicentenário da imigração alemã, o do centenário da imigração italiana⁸ e ainda do legado das demais correntes migratórias

8 O governo instituiu pelo Decreto n. 22.410, de 22 de abril de 1973, o biênio da Colonização e Imigração. É importante lembrar que, na data, o governador era um caxiense de origem italiana Euclides Triches e o presidente da comissão, Victor Faccioni, foi presidente da Comissão do Biênio da Colonização e Imigração.

presentes no estado. Muitos ensaios sobre a colonização e seus pioneiros constituem a obra e enriquecem a saga dos italianos no estado. Autores presentes na publicação são: José Bacchieri Duarte, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Valter Galvani, Loraine Slomp Giron, Rovílio Costa, Orlando Bavaresco, Carlos Rafael Guimarães, Lea de Albuquerque Copstein, Jaime Copstein, Thales de Azevedo, Eugênio Giordani, Redovino Rizzardo, Carlos Alberto Zagonel, Adelino Pilonetto, Henrich A. W. Bunse, Lyra Buzzatti Corsetti, Antônio Mottin, Guilhermino César, Paolo Contu, Oddone Marsiaj, Itálico Marcon, Salvador Rosito, Pedro Salame e Paulo Salame, Mário Gardelin, Salvatore Candido, Fay de Azevedo, Fernando Ronna, Dante de Laytano, Carlos Antônio Mancuso. O Álbum apresenta um histórico descritivo dos principais municípios do Rio Grande do Sul, suas reconhecidas atividades econômicas, principalmente as indústrias da região, desde fundições, metalúrgicas, madeireiras, mecânicas, indústrias de transportes, vinhos, oficinas de mármore e granitos, cervejarias, moinhos, elétricas e muitas outras de importância para a economia da região.

Nas comemorações do centenário, é realizado o Concurso de Monografias sobre a Imigração Italiana no Certame de Letras, Biênio da Colonização e Imigração, em que as obras vencedoras se tornam referência da imigração.⁹ O primeiro prêmio foi a obra de Thales de Azevedo (1975), *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, que contribui com uma visão antropológica do fenômeno, numa discussão conceitual do tema, com conceitos que marcaram a produção historiográfica. Nessa obra, Thales de Azevedo (1975, p. 14) explicita os fatores da emigração: a política imigratória, a viagem, o regime de colonização e o processo de aculturação e assimilação, que ocorre no regime colonial. Na introdução dessa publicação, evidencia a importância da obra monumental de Jean Roche sobre a colonização alemã e de como essa obra influenciou a análise dos diversos modos pelos quais o “imigrante assumiu no Rio Grande o lugar que ali ocupa e as projeções que lança para o País”.

O segundo prêmio do Concurso de Monografias é de Olívio Manfroi. A obra *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais* (1975), traz como contribuição uma análise sociológica do comportamento sociocultural do imigrante italiano, no contexto de Brasil. Como menção honrosa no Concurso de Monografias, vence *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comu-*

9 No ano de 1975, o Estado do Rio Grande do Sul criou uma comissão para organizar as atividades comemorativas; uma delas foi o concurso monográfico sobre a presença dos italianos no RS.

nidade italo-brasileira,¹⁰ de autoria de Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza (1975). Produto de uma exaustiva pesquisa, a obra pioneira acerca da imigração contribui com cientificidade aos estudos migratórios, pois registra: a divisão geopolítico-administrativa do Norte da Itália e as correntes emigratórias, que se estabeleceram na Região de Colonização Italiana; a distribuição dos imigrantes na região; a formação das comunidades; as correntes migratórias internas; a configuração atual da região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul, bem como a comunicação linguística da região e os dialetos italianos. Além dessa menção honrosa, a obra produzida por Rovílio Costa, Irineu Costella, Paulo Salame e Pedro Salame *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições* (Costa et al., 1974) recebe destaque pelas entrevistas realizadas com italianos e filhos de imigrantes italianos, nas antigas colônias da imigração.

Em 2005, é editado o Álbum dos 130 anos da Cultura Italiana numa iniciativa do governo do Estado do Rio Grande do Sul, organizado por Antônio Suliani e Rovílio Costa. O Álbum é bilíngue, conta com pesquisadores que estudam a cultura italiana no Rio Grande do Sul e é apresentado pelo governador Germano Rigotto. Conta com análises de Antônio Suliani, Luis Alberto De Boni, Rovílio Costa, Ir. Elvo Clemente, César Pires Machado, Cleci Eulália Favaro, Vania B. M. Herédia, Loraine Slomp Giron, João Carlos Tedesco, Armino Trevisan, José Clemente Pozenato, Darcy Loss Luzzato e Liliana Alberti Henrichs.

Esse álbum - juntamente com a publicação promovida pelo Consulado Geral da Itália em Porto Alegre, intitulada *De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960)*, organizada por Núncia Santoro de Constantino e Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro (2005), homenageia os 130 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Dividida em três tempos da história de instalação dos italianos e dos seus feitos, *Partire, transitare arrivare* são as divisões utilizadas na obra para mostrar o movimento causado pela imigração italiana no estado. Os textos são acompanhados de um conjunto de imagens fotográficas que ilustram ações da imigração italiana, e os autores são pesquisadores: Núncia Santoro de Constantino, Paulo César Possamai, Luiza Horn Iotti, Irmão Elvo Clemente, Rosemary Fritsch Brum, Loraine Slomp Giron, Vitalina Maria Frosi, Adhemar Lourenço da Silva Junior, Vania B. M. Herédia, Gunter Weimer,

10 A pesquisa realizada por Vitalina Maria Frozi e Ciro Mioranza (1973-1974) refere-se ao levantamento de dados nos acervos dos arquivos da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e da Biblioteca Pública de Porto Alegre. Além desses arquivos, a pesquisa envolve as paróquias e as capelas da Região de Colonização Italiana no RS (Frosi; Mioranza, 1975, p. 15).

José Clemente Pozenato, Maria Lucia Bastos Kern e Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro.

Em 2020, foi publicado o Álbum Comemorativo aos 150 anos de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, organizado por Ademir Antônio Bacca, publicado pela EST, constituído de um conjunto de três volumes extensos, nos quais trata de temas da imigração italiana no Rio Grande do Sul, de famílias italianas e de 303 municípios gaúchos. É uma comemoração que utiliza a data de 2020 como a instalação da legislação que oportuniza a formação da Região de Colonização Italiana. Participam desse álbum os seguintes pesquisadores: Luís Alberto De Boni, Luiza Horn Iotti, Vania B. M. Herédia, Helenita Girondi e Rafael Lume, Gleison Olivo, Maria Stefani Dalcin, Roberto de Nascimento, Maria Medianeira Padoin e outros, Jacinta Pivetta Vizzotto, Franklin Cunha, Janaine Trobini, Newton Cardoso Marchiori, Giovanni Girelli, Helena Confortin, João Cardos Tedesco, Jussara Jacomelli, Antonio De Ruggiero, Leonardo Conedera, Paulo Possamai, Carmem Maria Faggion, Paulo Massolini, Nedi Terezinha Locatelli, Roberto Arroque, Kenia Maria Menegotto Pozenato, Terciane A. Luchese, José Clemente Pozenato, Paulo Marmentini, Loraine Slomp Giron, Catia Regina Dal Molin, Maria Catarina Zanini, Júlio Posenato, Cleber Zerbielli, Floriano Molon, Leonor Schwartzmann, Rovílio Costa (*in memoriam*), Vicente Dalla Chiesa e Eneida Gasparetto (Bacca, 2020).

Das publicações oficiais, destacam-se ainda as iniciativas de museus e dos arquivos históricos dos municípios do Rio Grande do Sul.¹¹ Esses produziram pesquisa e fizeram divulgação histórica, a partir de 1980. É o caso do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, que produziu publicações sobre o tema da imigração, inclusive um guia de acervo do Arquivo Histórico Municipal, em que explicita a documentação pública, a privada, os documentos audiovisuais, documentos impressos (hemeroteca, a biblioteca de apoio e iconografia impressa).¹² A pergunta seria: Que documentos públicos tratam da imigração? Nessa seção encontra-se os arquivos da Diretoria da Colônia Caxias e Arquivo da Comissão de Terras e medição dos lotes da ex-colônia Caxias. É oportuno lembrar que a Colônia Caxias recebe o nome em 1877 e se torna 5º distrito de São Sebastião do Caí em 1884 e, em 1890, de município. A extensão do município¹³ era elevada, pois incluía

11 O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami é uma referência de arquivo público na região.

12 Guia de Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: AHMJSA/ Cooperacion Iberoamericana, 2001.

13 De acordo com De Boni e Costa (2011, p. 90), “o território da antiga colônia foi várias vezes modificado: o núcleo colonial de São Marcos, pertencente a São Francisco de Paula, lhe foi acrescido em 1921 e retirado em 1963, por tornar-se município; Nova Trento, Nova Pádua

as terras de Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos, que se emancipam no século XX à medida que crescem e se desenvolve uma robusta economia. Além dos arquivos da Diretoria, tem-se os arquivos da Intendência Municipal, os arquivos do Poder Executivo (1890-1930), os projetos arquitetônicos e plantas gerais, bem como o arquivo do Conselho Municipal de Caxias, Poder Legislativo.

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami possui arquivos de empresas particulares, que permite pesquisar a história econômica do município, além de registros do Poder Público, que envolvem indústrias e profissões. Muitos documentos foram publicados, e há uma rica fototeca e um banco de memórias, nos quais, por meio da história oral, os pesquisadores do arquivo entrevistaram personagens importantes da história econômica, política e social da Região de Colonização Italiana, no Rio Grande do Sul. Esse arquivo editou vários números da *Revista Mirante - Caderno do Arquivo Histórico Municipal* -, com pesquisas de espaços de memória reconhecidos. Além da revista, publicou boletins informativos do Museu e do Arquivo Histórico Municipal que retratam de personagens, fatos, costumes, eventos, festas e, em cada número, há um tema detalhado com fotografias que ilustram a descrição. Além do boletim *Memórias*, foi publicado *Ocorrências*, boletim de registros desses órgãos e, ainda, o *Cenas*, que traz detalhes de costumes da vida coletiva da população do município.

É importante destacar as atividades do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que dispõe de uma publicação que registra sua história, suas publicações e legislação. Essa obra foi editada pelo Arquivo Histórico em parceria com a EST, em 2005, e traz várias entrevistas e depoimentos da trajetória do Arquivo, constituindo uma memória do espaço de guarda de documentos. Outra publicação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em conjunto com a EST e com o Correio Rio-Grandense, foi *Povoadores do Rio Grande do Sul* (1892), obra que integra o projeto “Acervo das Etnias Frei Rolívio Costa”, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, cujos dados foram transcritos do mapa estatístico dos imigrantes entrados no RS, em 1892. Chama a atenção o acervo do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que reúne fundos de arquivos pessoais e coleções. Segundo pesquisa realizada por Vanessa Gomes de Campos (2018, p. 26), nas coleções se encontra o tema “Colonização e Imigração”, constituída por “documentos particulares, como títulos de propriedade de lotes coloniais

e Marcolino Moura passaram a constituir, em 1924, o município de Flores da Cunha; e, 1934 emancipou-se Farroupilha, Vila Seca (São Francisco de Paula) em 1939, Santa Lúcia do Piaí (Caí) em 1944, Criúva e Vila Oliva (São Francisco de Paula em 1955, foram incorporadas ao município”. Os documentos da Colônia Caxias envolvem o território dos municípios citados.

de imigrantes italianos”.

Enfim, os documentos oficiais dos governos municipais e estadual são fontes importantes para a análise de períodos históricos. A crítica aos álbuns comemorativos deve-se ao fato de que os mesmos eram organizados com o intuito de enaltecer as qualidades da Região de Colonização Italiana; entretanto, não se pode esquecer que os dados neles contidos colaboraram para a reconstrução de fatos históricos que, até então, não dispunham de fontes suficientes para suas explicações.

2 A HISTORIOGRAFIA PRODUZIDA PELA ACADEMIA

A produção historiográfica, que nasce em diversas universidades localizadas no Rio Grande do Sul, reflete a adesão em Programas de Pós-Graduação, que desenvolvem linhas de pesquisa que abrangem o tema imigração/colonização. Dentre elas: a Universidade de Caxias do Sul, a Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Universidade de Passo Fundo e a Universidade Federal de Santa Maria.

É importante destacar que, antes da criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* nas universidades gaúchas, muitas pesquisas deram sustentação ao nascimento da pós-graduação nas ciências humanas. Várias dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre-docência inauguraram nessa etapa da produção da imigração italiana no Rio Grande do Sul.¹⁴

Algumas teses são elencadas para ilustrar a produção científica sobre o tema. Para elucidar essa premissa do aumento dos estudos migratórios, vinculados aos programas de pós-graduação, descrevemos algumas teses. Dentre elas: a pesquisa de livre-docência de Carlos Zagonel, *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*, defendida em 1975 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Instituto de Teologia e Ciência Religiosa. A pesquisa contextualiza a colonização italiana, a política migratória, as características dos imigrantes italianos e o perfil moral do clero gaúcho. A tese de Olívio Manfroi, orientada por Roger Bastide, na Universidade Paris V de Paris, trata da colonização italiana e de suas implicações. É uma das pri-

14 Foi realizado um inventário da produção historiográfica acerca do fenômeno emigratório no Sul do País, que está disponível na obra *Língua, cultura e valores*, organizada por Vania B. M. Herédia e Neires Maria S. Paviani. O inventário registra as teses de Doutorado e dissertações de Mestrado produzidas no Rio Grande do Sul entre 1970 a 2003, sobre o tema migratório. Nesse contexto, constata-se o crescimento de pesquisas nessa temática.

meiras teses de Doutorado sobre a Região de Colonização Italiana, defendida ainda na década de 70, do século passado. A tese *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*, de Giralda Seyferth (1976), em Ciências Humanas, na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Ruth Cardoso, contribui, por meio da pesquisa histórica e antropológica, para a compreensão de processos históricos envolvendo imigrantes, a colonização e a identidade étnica.

Na década de 90, do século XX, muitas teses de Doutorado foram produzidas sobre a temática da imigração. Destacam-se outras teses tais como: *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade étnica entre moranenses*, de Núncia Santoro de Constantino (1990), na Universidade de São Paulo, orientada por Laima Mesgravis; a tese de Loraine Slomp Giron (1994), que pesquisa sobre o fascismo na Região de Colonização Italiana no RS, com o título *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Maurício Tragtemberg. A tese de Doutorado *Processo de industrialização da zona colonial italiana*, de Vania B. M. Herédia, na Università degli Studi di Genova, orientada por Marcelo Carmagnani, em 1992; a tese *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências: região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)*, de Cleci Eulália Favaro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação de Braz Aquino A. Brancato, em 1995. Ainda, *A festa como produção de conhecimento e de identidade coletiva*, de Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, pela Universidade Federal de São Carlos, orientada por Silvio Paulo Bottomé, em 1996; a de Maria Conceição Abel Machado *Relações entre o poder público e a ocupação do espaço urbano em Caxias do Sul*, no Programa de História da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Maria Lígia Coelho Prado, em 1999.

Portanto, muitas teses foram realizadas posteriormente sobre o tema, e as que foram elencadas não esgotam as demais. Como esclarecimento, citamos os pesquisadores que terminaram suas teses de doutoramento na primeira década de 2000: Maria Catarina Zanini (USP - 2002), Luiza Horn Iotti (PUCRS - 2003), Rosemary Fritsch Brum (PUCRS - 2003), Miriam de Oliveira Santos (Museu Nacional/UFRJ - 2004), Luís Fernando Beneduzzi (UFRGS - 2004), José Clemente Pozenato (PUCRS - 2005), Vitor Otávio Fernandes Biasoli (USP - 2005); Maria Clara Mocellin (Unicamp - 2008), Antonio de Ruggiero (*Università di Firenze* - 2008), Terciani A. Lucchesi (Unisinos - 2008), Renato Gilberto Gama Menegotto (PUCRS - 2011), Moacir Bolzan (Unisinos - 2011), Leonor Baptista Schwartzmann (PUCRS - 2013), Maira Vendrame (PUCRS - 2013), Gelson L. Rech (UFPEL - 2015).

As dissertações de Mestrado também contribuem para a produção

de conhecimento sobre a colonização e imigração, e muitas estão citadas no inventário já descrito. As dissertações abrem a porta para pesquisas que colaboram para a mudança da percepção sobre o colono italiano, por retratarem questões da italianidade, que dizem respeito à construção de comunidades, valores, costumes, ritos, mitos, hábitos da cultura italiana. Nas décadas de 1970-1980, destacam-se as dissertações de José Vicente Tavares (1977), Vania B. Pisani Merlotti (1978a), Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro (1978), Liane Beatriz Moretto Ribeiro (1978), Vitalina Maria Frosi (1989), Anelise Cavagnolli (1989), Eliana Relá (1995), Luís Fernando Beneduzzi (1999), Carmem Faggion (2001), Salete Rosa Pezzi dos Santos (2001), Terciani A. Lucchesi (2001) e Dilse Piccin Corteze (2002).

Além das pesquisas de graduação e de pós-graduação, eventos acadêmicos também colaboraram para a ampliação do campo de conhecimento na área da imigração e colonização. A Universidade de Caxias do Sul promoveu, desde 1975, o evento denominado Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Na primeira edição, ocorrida, de 1º a 5 de julho de 1975, por iniciativa do Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas (Isbiep) e a Universidade de Caxias do Sul, inauguram um espaço de discussão histórica nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Participam pesquisadores reconhecidos como Octávio Ianni, Thales de Azevedo, José de Souza Martins, Eunice Ribeiro, Lucy Maffei Hutter, José Ribeiro de Almeida Santos Neto, Paulo Duarte, Dante De Laytano, Loraine Slomp Giron, Vitalina Maria Frosi, Ciro Mioranza, Domenico Gardella e Luis Alberto De Boni.

O sucesso do evento estimula a organização da 2ª edição, que ocorre em outubro de 1976, uma promoção da Universidade de Caxias do Sul, por meio do Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas (Isbiep), em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Ciro Mioranza, Luiz Gazola e Luis Alberto De Boni são os responsáveis pela edição de 1976, quando contam com a participação dos seguintes pesquisadores: Guilhermino Cesar, José Hildebrando Dacanal, Olívio Manfroí, Rovílio Costa, Antônio Hohfeldt, José Clemente Pozenato, Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, Maria Elena Piazza Toniazzo, Loraine Slomp Giron, Ciro Mioranza, Lucy Maffei Hutter, Mario Cacciaglia, Luis Alberto De Boni. A inauguração do evento conta com a presença do cônsul-geral Renato Rabbby. Do vice-cônsul da Itália em Caxias Ercole Solio, do vice-reitor da UCS, Azyr Nehme Simão, juntamente com outras autoridades. Os textos do I e II fóruns foram publicados pela Universidade de Caxias do Sul, na obra *Imigração italiana: estudos*. Anais do I e do II Fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1979.

Os fóruns ocorrem em anos diversos e, a partir de 1996, agregam o I Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, organizado por Juventino Dal Bó, Luiza Horn Iotti e Maria Beatriz Pinheiro Machado. As conferências evidenciam o vigor da união dos fóruns e a sua internacionalização, com palestrantes internacionais e nacionais, tais como: Emilio Franzina, Gianfausto Rosoli, Olívio Manfroi, Nuncia Santoro de Constantino, Aurélia H. Castiglioni, Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, José Clemente Pozenato e Loraine Slomp Giron. Os fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros ocorrem de cinco em cinco anos, e o resultado das pesquisas neles apresentadas são publicados em formato de livros. Em 2007, é editado *Imigração e Cultura*, organizado por Loraine Slomp Giron e Roberto Radunz. A partir de 2010 a 2021, os eventos foram coordenados por Vania B. M. Herédia e Roberto Radunz, tendo como resultados as seguintes obras: *História e imigração* (2011), *Imigração e sociedade* (2015) e *Imigração e emigração: um balanço historiográfico da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul* (2021). As obras abarcam temas sobre a historiografia da imigração, estudos de memória, cultura e patrimônio, temas acerca da identidade e relações interétnicas, urbanismo, territórios e movimentos migratórios.

Outro evento sobre a História da Imigração e Colonização foi organizado pelo Instituto Histórico de São Leopoldo e pelas universidades localizadas no Rio Grande do Sul, desde 1974. O evento que prioriza questões da colonização alemã, também inclui, nas suas discussões, aspectos fundamentais da colonização italiana, bem como de outras etnias. Os Anais desse evento foram sempre publicados, o que contribui para a atualização da temática e, em 2024, oferece ao público sua XXV edição.

Pesquisas realizadas pela Universidade de Caxias do Sul inauguraram uma série de estudos acerca da imigração italiana, no nordeste do Rio Grande do Sul. Uma das primeiras iniciativas ocorreu no Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas (Isbiep). Esse Instituto, fundado pela Universidade de Caxias do Sul, por meio da Portaria n. 269, de 1º/10 de 1974, na gestão do reitor Abrelino Vicente Vazatta, tinha como objetivo a promoção de “cooperação e o intercâmbio com organismos culturais brasileiros italianos, públicos e privados” (1974, p. 2) na Região de Colonização Italiana, no Rio Grande do Sul. Sob a direção de Ciro Mioranza, o Instituto contou com diversos pesquisadores, dentre os quais: José Clemente Pozenato, Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, Vitalina Maria Frosi, Manoel Ciro Mathias e Normélio Zanotto. O Instituto realizou projetos de pesquisa juntamente com pesquisadores italianos, que contribuíram para o avanço do campo de estudos migratórios. Dentre eles, estão Mario Sabbatini e Alberto Gallo. O Isbiep fez um acordo com o *Centro de Ricerche per L'America Latina* (Cral) de Firenze, para a realização de pesquisas e, em novembro de 1974,

quando da sua fundação, organiza um ciclo de conferências que marca o começo de sua história. Nesse ciclo participam: Itálico Marcon, Domenico Gardella, Dante de Laytano e Mario Sabbatini.

Uma das pesquisas centrais realizadas por Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza consistiu na identificação e no estudo dos dialetos italianos e no estabelecimento da relação das falas dialetais com a Língua Portuguesa, na Região de Colonização Italiana. A pesquisa consiste, conforme De Boni e Marcon (1988, p. 95), “num estudo das interferências linguísticas recíprocas verificáveis entre koiné vêneta e língua portuguesa”. Traçam o perfil linguístico dos ítalo-brasileiros, no nordeste do Rio Grande do Sul, o que torna essa obra um estudo clássico acerca do tema. Anos depois, Vitalina Maria Frosi analisa a função exercida pelos provérbios dialetais italianos, na educação informal, resultando em diversas publicações. Dentre as obras: *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul* (1975); *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul* (1983), em coparticipação com Ciro Mioranza; *Estigma, cultura e atitudes linguísticas* (2010), produzida em conjunto com Carmen Faggion e Giselle Dal Corno.

Com a extinção do Isbiep, o Programa Elementos culturais das antigas colônias italianas na região nordeste do Rio Grande do Sul (Ecirs) se consolida institucionalmente. Desse programa resultam quatro grandes acervos: o da literatura oral, de entrevistas gerais e temáticas, de vídeos, bem como de fotografias. Contou com a equipe de Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, José Clemente Pozenato, Aldo Toniazzo, Paulo Luiz Zugno, Ary Nicodemos Trentin, Corina Dotti, Ivo Adamatti, Liane Beatriz Moretto Ribeiro, Maria Elena Piazza, Maria Vilma Paim Colles, Tranquila B. Moresco Brando e Adiles Pietrobelli Lucietto. Outro acervo importante, organizado pelo Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul, referente ao Projeto ECIRS é o do Cancioneiro Popular da Imigração Italiana, que reúne cantos dos corais da região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A publicação de parte desse acervo encontra-se nas obras *Cansioneiro Popolar* (volume I, II e III) organizadas por Anthony Tessari e Gelson Leonardo Rech.

Além dessas pesquisas, destaca-se a realizada por Loraine Slomp Giron, que se debruça sobre a história da imigração, com ênfase em Caxias do Sul. Uma das suas primeiras obras, *Caxias do Sul: evolução histórica* (1977), colabora para o entendimento da evolução do Município de Caxias, que foi sede da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A historiadora inaugura uma série de estudos que colabora com a historiografia da imigração italiana e envolve desde aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais da colonização italiana. A historiadora contribui para a história do cooperati-

vismo na região, do fascismo italiano e das condições socioeconômicas que a Região de Colonização Italiana sofreu com a ação fascista. Realizou muitas análises com Heloisa Eberle Bergamaschi,¹⁵ que envolvem temas da colônia, das mulheres, do comércio da região colonial, da política e da história da imigração. Giron (1999, p. 127) faz uma consistente crítica à historiografia tradicional pela afirmação de que a mesma nega o tema. Diz que “a historiografia tradicional não só ignora o tema, mas também revela e reafirma o preconceito das elites em relação à imigração”. Coloca como explicação que

[...] os imigrantes e os descendentes de imigrantes criaram seus próprios mitos e ideologia. [...] o mito do trabalho que ocasionaria o enriquecimento do imigrante; o mito da coragem e do denodo dos seus antepassados que, por seu livre arbítrio vieram para a América; o mito da construção do novo mundo com o trabalho dos imigrantes (Giron, 1999, p.127).

A historiadora comenta que a historiografia nativa faz uso de duas versões sobre o sucesso do imigrante na região: uma, a que coloca toda a responsabilidade do êxito em ações individuais e, a outra, como resultado do trabalho coletivo de alguns. É importante lembrar que foi o governo imperial quem financiou a obra de colonização, e essas explicações não tratam acerca dessa iniciativa e do investimento feito, na região, por ações governamentais.

3 HISTORIOGRAFIA REGIONAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

[...] Objeto de edições e estudos realizados, especialmente no Brasil, com critérios diversos e muitas vezes com pouca atenção à crítica ordinária das fontes, esses escritos foram combinados com a análise de todo outro tipo de documentação que entretanto se tornou disponível devido à passagem de tempo em arquivos públicos e privados ou em bibliotecas italianas e brasileiras, oferecem uma contribuição de valor inestimável para a história da emigração do nosso país e ainda mais para a história do país anfitrião, mesmo quando são em si de dimensões modestas ou limitadas, es-

15 Diversas obras foram realizadas pelas pesquisadoras, dentre elas: *Colônia: um conceito controverso* (1996); *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida 1875-1975* (1997); *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional* (2001), *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil* (2004).

sencialmente, apenas a história da travessia transatlântica e das dolorosas marchas que se aproximam das colônias (Franzina, 2008, p. XXXIV).

A historiografia regional acerca da imigração italiana no Sul do Brasil possui características próprias. Como observa Franzina (2008), esses estudos contribuem para a história da imigração italiana e colaboram para a compreensão do fenômeno migratório. Mesmo que muitas dessas obras não tenham o rigor científico, estão presentes no conjunto desses estudos e facilitam a explicação das premissas que os sustentam. Nesse sentido, Rosoli (1999, p. 95) relembra que “a comunidade italiana no Rio Grande do Sul no Brasil se constitui num caso extremamente singular, talvez único no plano antropológico e linguístico, no âmbito das numerosas comunidades italianas da grande diáspora no exterior do século XIX”. Franzina chama a atenção para a riqueza dos testemunhos do fenômeno, tais como: cartas, depoimentos, narrativas autobiográficas, documentos pessoais, relatos que tratam de experiências familiares, de grupos de imigrantes; comenta a atuação de pesquisas acadêmicas, como também a forte presença de profissionais amadores.

A história dos primórdios da colonização italiana no Rio Grande do Sul ostenta hoje uma discreta tradição de estudos, muitas vezes de valor desigual, mas conduzidos, seja como for, entre universidades e escritórios privados, com considerável comprometimento memorialista e, em parte, documental, ao longo das últimas décadas (Franzina, 2008, p. XXIX).

Na historiografia da imigração, encontra-se textos que nascem de pesquisas acerca da região, que são referências históricas dos estudos migratórios. Nessas pesquisas, Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni tiveram papel fundamental na historiografia da imigração italiana no Sul do Brasil. Além de suas obras, foram estimuladores da produção bibliográfica, que nasce a partir de 1970, com estudos de comunidades rurais, histórias de família, histórias de capelas, biografias; do registro de costumes e tradições, devoções; de práticas culturais de cunho religioso, social, econômico e linguístico. Luís Alberto De Boni e Rovílio Costa editam *Os italianos do Rio Grande do Sul* (1979)¹⁶ e dão início a muitas pesquisas, firmaram acordos de

16 De Boni comenta, na quarta edição de *Os italianos do Rio Grande do Sul* - publicada em 2011 pela EST -, que a carência de estudos, prevista na primeira edição, havia sido cumprida, uma vez que muitas comunidades tiveram sua história contada; as dissertações e teses fortaleceram as linhas de pesquisa na pós-graduação, e estudos populares e comunitários

cooperação internacional, criaram coleções que registraram a história de comunidades, famílias, empresas, dentre tantos outros temas.

Chama a atenção a cooperação internacional que nasce nos anos 80 (1980), com a *Fondazione Giovanni Agnelli*, que financia uma série de eventos pelos quais nasce a coleção *Presença italiana no Brasil*, que reúne pesquisadores da área e se foca no tema migrações italianas no mundo. Além dessa coleção, são publicados três volumes que incluem, a imigração no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. A *Fondazione Giovanni Agnelli* editava também a Revista *Altretalie*, que reunia estudos acerca das migrações internacionais, coordenada por Madalena Tirabassi.

Das primeiras coleções organizadas por Rovílio Costa e Luis Alberto De Boni, destaca-se a *Coleção Imigração Italiana*, em que autores, tais como: Aquiles Bernardi, Pe. Felix Busatta, Ricardo Liberali, Carlos Zagonel, Fidélis Dalcin Barbosa, Fortunato Giacomel, Pio Galeazzi, Angelo Giusti, Redovino Rizzardo, Frei Bernardin D'Apremont e Bruno de Gillonnay; Loraine Slomp Giron, Vania B. M. Herédia, Arthur Rabuske, Ítalo Balen, escrevem sobre diversos temas dessa temática. Ainda, as obras *Assim vivem os italianos* (1982), em três volumes, de autoria de Arlindo Battistel e Rovílio Costa.

Na *Coleção Fontes*, coordenada por Rovílio Costa, algumas obras e seus autores contribuem para identificar as fontes que tratam sobre o tema. Dentre elas, *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*, de Rovílio Costa e Itálico Marcon (1988); *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*, de Mário Gardelin (1988), dentre tantos outros títulos que analisam a vida nas colônias italianas. Nessa coleção, são incluídos também temas sobre outras etnias. Muitas obras dessa coleção tratam dos povoadores de colônias italianas como as de Caxias, Alfredo Chaves, Guaporé, Encantado, Dona Isabel e Conde d'Eu. Além de histórias de comunidades, incluem história de instituições econômicas e políticas, como a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul e a vida espiritual das colônias italianas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Além dessas coleções, a *Italia nel mondo*, coordenada por Antonio Alberti e Moacir P. Molon, foi criada em homenagem aos 125 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Essa rica coleção traz muitas obras sobre as comunidades italianas e seus povoadores, cuja colaboração para estudos identitários é fundamental. Muitos pesquisadores publicaram seus estudos na coleção, tais como: Deliso Villa, Marcos Aurélio Saquet, Honório Tonial, João Carlos Tedesco, Alice Gasperin, Antônio Baggio, Jerri Roberto Marin.

sobre as comunidades foram pesquisados (De Boni, 2011, p. 10).

Várias publicações dessa coleção ajudam a identificar questões identitárias das comunidades que envolvem. Dessas publicações, *Sacras e profanas*, de Fortunato Odorizzi (1998); *Povoadores de Cotiporã*, de Sérgio Grando, Rovílio Costa e Maria Estela Zonta (1998); *Polenta e liberdade*, de Arlindo Battistel (1998); *Duas Itálias*, de Arlindo Battistel e Rovílio Costa (2000); *Povoadores da Quarta Colônia*, de José Vicente Righi, Edir Lucia Bisognin e Valmor Torri (2001). Especialmente de Rovílio Costa e Arlindo Battistel as seguintes obras: *História e estórias* (2001); *História, estórias e orações* (2003); *Histórias, estórias e poesias* (2003); *Retratos da colônia* (2008), dentre outras.

Rovílio Costa se preocupava com a difusão da produção bibliográfica, por meio do retorno às comunidades daquilo que era produzido sobre elas. Muitos estudos foram realizados sob sua orientação e deram sentido a histórias que ainda não haviam sido escritas. Essas obras tinham endereço e refletiam a riqueza do conjunto da obra.

Importante publicação com estudos acerca da imigração e colonização foi organizada por José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga, na Série Documenta, sob o título *RS: imigração & colonização* (1980), com textos de Eliane Cruxên Barros, Luis Alberto De Boni, Vera Regina A. Cohen, Rene Gertz, Loraine Slomp Giron, Eugenio Lagemann, Aldair Marli Lando, Telmo Moure, José Vicente Tavares dos Santos, João Hernesto Weber e Sandra Jatahy Pesavento.

Como pesquisadores regionais se destacam: João Spadari Adami, que foi responsável pela manutenção de documentos oficiais que tratam da história de Caxias do Sul. Como barbeiro e jornalista teve o interesse de preservar documentos que colaboraram para a construção identitária do italiano. João Spadari Adami escreveu sobre a história de Caxias, sobre seus povoadores, seus comerciantes, os donos de indústria; sobre os primeiros intendentess e sobre diversas instituições que fizeram história no município. Quanto às fontes, Adami preservou os mapas estatísticos que foram utilizados para identificar a localização dos colonizadores. Resgatou documentos da Comissão de Terras e Medição dos lotes da ex-Colônia Caxias, um conjunto documental que colabora para o entendimento da organização dos lotes coloniais e da estruturação das colônias, na Região de Colonização Italiana, no Rio Grande do Sul. Nesse conjunto são incluídos os arquivos da Diretoria da Colônia Caxias, os quais envolvem os núcleos de colônias que se tornaram, mais tarde, os Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Antônio Prado, São Marcos e Alfredo Chaves.

Mário Gardelin foi um pioneiro na pesquisa histórica sobre a imigração europeia nas colônias, do Rio Grande do Sul, cuja colaboração centra-se nos registros da história da imigração. Licenciado em história, atuou

como jornalista e autor de diversas obras. Junto com Rovílio Costa escreveu *Povoadores da Colônia Caxias*, publicada em 1992 pela EST, quando contou com a colaboração de Lonis Stalivieri e Carlos Abelardo Morello, cuja relevância está na história de cada légua, que constitui a Colônia Caxias, bem como dados sobre as regiões de proveniência desses imigrantes. Alguns anos mais tarde, publicou *Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado* (1997), juntamente com Rovílio Costa, Stella Borges e Paulo Bortolazzo, numa edição em conjunto com a EST e o Correio Riograndense. A obra traz documentos sobre essas colônias, seus povoadores e detalhes da presença de diversas instituições religiosas e associativas, como a *Società Italiana Principe di Piemonte*. Tem, em seu curriculum, uma série de publicações sobre a fundação e o desenvolvimento de empresas e de comunidades. Também reescreveu as Atas de instituições como a Câmara de Vereadores do Município de Caxias do Sul, Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, boletins de empresas, história de ocupação de comunidades de origem italiana, bem como escritos em jornais locais e estaduais sobre a cidade, seus costumes e seus habitantes.

Ainda nessa linha jornalística, Natal Chiarello escreve crônicas da cidade, e Ítalo Balen, editor do jornal *A Época*, retrata questões da cidade, numa demonstração de conhecimento sobre ela. Uma de suas obras, *Os pesos e as medidas* (1981), dá resposta às questões da imigração, por meio de uma literatura dialetal. É importante chamar a atenção para o fato de que a literatura dialetal traz para o leitor uma representação da vida nas colônias.

O Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), de Nova Palma, RS, um espaço de memória que guarda documentos daquela região, desde 1984. Esse Centro, por muito tempo - coordenado pelo Pe. Luiz Sponchiado -, reúne dados, fotos, manuscritos, livros e documentos sobre as famílias da Quarta Colônia, RS, constituindo um importante acervo sobre a imigração italiana naquele local.¹⁷ Diversos autores contribuem com suas obras para os estudos migratórios. Dentre eles estão: Eloy Lacava Pereira, com a obra *O Brasil do imigrante* (1974), em que o autor analisa a contribuição do imigrante no Brasil; Deliso Villa, com *História esquecida: a emigração italiana, o maior êxodo de um povo na história moderna* (2002); Orestes Bissoli, com *Memórias de um imigrante italiano* (1979); Redovino Rizzardo, com *A longa viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul* (1975); Dom José Barea com *A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul* (1995) e Paulo César Possamai com *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)* (2005).

17 Ver MANFIO (2015).

Os textos de Alberto Victor Stawinski, *Os 50 anos de atividades dos capuchinhos no Rio Grande do Sul*, *Capuchinhos da primeira hora* e *Capuchinhos italianos e franceses no Brasil*, pesquisa realizada com Mário Gardelin, são importantes na historiografia regional. Além de vários artigos, publicou o *Dicionário vêneto sul-riograndense-português* (1987) e a *Gramática e vocabulário do dialeto italiano-riograndense* (1990), pela editora da Universidade de Caxias do Sul, em parceria com a Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes (EST) e o Correio Riograndense. A obra de Frei Bernardin D'Apremont e de Bruno de Gillonnay *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*, publicada pela EST em 1976, com apresentação de Itálico Marcon e Carlos Albino Zagonel. A importância dessa obra está no uso de arquivos e relatórios dos capuchinhos franceses, fonte posterior dos pesquisadores que citamos até aqui. A obra também utiliza dados da revista italiana *Italica Gens* e da revista francesa *Rosier*, fontes para os estudiosos da imigração. Na apresentação da obra, Carlos Zagonel (1976, p. 9) diz que o melhor da celebração do Centenário da Imigração Italiana está no “entusiasmo pela descoberta e publicação de documentos inéditos, desenterrados de baús e arquivos, referentes à saga da imigração italiana em terras gaúchas.

4 LITERATURA E A PRESENÇA DOS MEMORIALISTAS

Na historiografia da imigração, encontra-se textos que fazem parte da literatura, bem como de resultados de pesquisas acerca da região, que são referências históricas dos estudos migratórios.

Obras que têm características de uso da memória coletiva são bastante conhecidas na produção historiográfica da imigração. Dentre elas estão: *Memórias de um imigrante*, de Júlio Lorenzoni, publicado pela Sulina, em 1975, cujas narrativas versam sobre o processo migratório, em que o autor descreve a epopeia da imigração desde a partida, a travessia, até a chegada na nova terra. Além dela, *Uma odisseia na América*, de Zolá Franco Pozzobon (1997), reúne memórias e relatos de viagem de Andrea Pozzobon, que chega ao Brasil em 1885.¹⁸

Dos autores que faziam parte do clero rio-grandense, Aquiles Bernardi - conhecido como Frei Paulino de Caxias -, conta, por meio de suas obras, a epopeia da imigração italiana. Frei Paulino de Caxias publica *Vita e*

18 Zanini (2007, p. 523) analisa que as memórias Júlio Lorenzoni e Andrea Pozzobon ajudam os atuais descendentes de italianos a “negociar no mercado de bens simbólicos locais uma imagem positiva de si mesmos mediante mecanismos particulares”. A antropóloga comenta que, a partir desses mecanismos, “utilizaram sua ascensão econômica como fato promovedor da categorização do imigrante italiano como empreendedor, trabalhador e civilizador” (p. 523).

storia de Nanetto Pipetta (1975) e *Stòria de Nino, Fradello de Nanetto Pipetta* (1998). Na introdução da primeira obra, De Boni (1975, p. 3) comenta que é uma “obra prima de literatura da imigração italiana na América [...] Sua língua não é o dialeto vênето tal como era falado na Itália, mas o linguajar dos imigrantes”. Na narrativa, o imigrante é retratado na sua vida na colônia, no trabalho agrícola, e o autor traz para o público uma série de preconceitos dos imigrantes por intermédio de seus personagens. Já o sacerdote carlista Carlos Porrini, autor de *Masticapolenta* (1978) contribui para o conhecimento das façanhas do imigrante italiano, por meio de uma literatura dialetal em homenagem aos que trabalham na terra, com esforço e dedicação. Outra obra de destaque na literatura vênето-rio-grandense, *Togno Brusafрати: braúre de dô compari*, escrita por Ricardo Domingos Liberali (1975), chamado Frei Luís Maria Liberali de Tomás Flores, narra as aventuras de imigrante italiano.

Não poderia deixar de citar Fidelis Dalcin Barbosa que escreveu várias obras sobre os *pioneiros*, no Rio Grande do Sul. Nascido em Montenegro, escritor e jornalista escreve sobre o Rio Grande do Sul e dedica algumas de suas publicações ao tema da imigração italiana. Em *Semblantes de pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul* (1961), traz uma série de narrativas nas quais a odisseia de um imigrante é privilegiada e colabora para o entendimento da colonização, por meio de temas como o dos carreteiros, tropeiros, balseiros, bugreiros e de tantos outros. Em *Campo dos Bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana* (1975), um romance que trata de aventuras na Colônia Caxias, inclui nomes de comerciantes e donos de indústrias, na construção literária. Várias de suas obras fazem parte da coleção *Centenário da Imigração Italiana* e foram publicadas pela EST/Sulina. José Clemente Pozenato, escritor e ensaísta de literatura gaúcha, escreveu diversas obras sobre o tema da cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Seus romances enriquecem a temática da imigração, principalmente *O Quatrilho* (1985), *A Cocanha* (2000) e *A Babilônia* (2006).

5 A HISTORIOGRAFIA FEITA POR PESQUISADORES ESTRANGEIROS

Os estudos realizados por pesquisadores estrangeiros têm forte influência na produção do conhecimento acerca das pesquisas sobre a imigração, no Sul do Brasil. Isso se deve ao fato de contarem com farta documentação oficial, composta por boletins, relatórios, documentos, jornais, dados estatísticos e pesquisas governamentais, que facilitam a análise historiográfica. Emílio Franzina, Mario Sabbatini, Renzo Grosselli, Angelo Trento, Gianfausto Rosoli, Chiara Vangelista, Casemira Grandi, Ercole Soli

são estudiosos que têm posições que esclarecem os motivos para a emigração italiana no Brasil. Emilio Franzina, o historiador italiano da emigração, Professor Ordinário de História Contemporânea, autor de principais obras sobre o fenômeno migratório, contribui, por meio de suas muitas obras, para as questões migratórias transnacionais, além de dispor ao público de documentos desse campo de conhecimento.

[...] considerado um dos maiores estudiosos da imigração italiana no mundo. Prova dessa afirmação encontra-se nas obras que escreveu desde jovem sobre os italianos, oferecendo aos leitores a possibilidade de entendimento desse fenômeno que faz parte da história contemporânea italiana. O uso de fontes inéditas fez com que sua produção literária e científica se tornasse a grande referência na área. Os documentos que utiliza para explicitar o processo migratório na sociedade italiana são encontrados em arquivos de pequenas comunidades, no Arquivo Central de Roma, em pesquisas realizadas pelo governo italiano a partir da sua unificação política, em atas de parlamentares da Câmara de Deputados e Senadores, em bibliotecas comunais, em relatórios e dados de Ministérios que atuavam com os registros das migrações, em boletins consulares e boletins do Ministério de Relações Exteriores, em Boletins da Emigração, publicados pelo Comissariado da Emigração, pelas Companhias de Navegação Italianas e pelo “Bureau Nacional de Pesquisa Econômica” de Nova York (Herédia, 2015, p. 326).¹⁹

Suas publicações ultrapassam os continentes, quando ele vem para a América Latina, especialmente para o Brasil, para pesquisar nos Arquivos Públicos de São Paulo, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em suas visitas às colônias italianas, em busca de fontes sobre os italianos no Brasil. Uma de suas principais obras - *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil* (FRANZINA, 2006) - tem sido referência clássica para a fundamentação epistemológica da emigração, pois, além de trazer o papel e o significado histórico da emigração italiana, analisa suas conexões e interdependências com a conjuntura econômico-política da Itália, a partir da unificação nacional. Traz para a análise a posição de vários estudiosos italianos como Leone Carpi, Emilio Sereni, De Felice, Antonio Gramsci, dentre outros, e coloca o fenômeno migratório no quadro do desenvolvimento do capitalismo italiano. Ainda nessa obra traz dados estatísticos que susten-

19 Entrevista com Emilio Franzina, publicada na revista *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, v. 13, n. 26, p. 323-335, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/166>. Acesso em: 19 out. 2023.

tam a discussão sobre os fluxos migratórios italianos entre os séculos XIX e XX, e identifica dados da emigração temporária da permanente. O historiador explica as zonas de proveniência dos emigrantes, no caso os vênnetos, por características geográficas daquela província e mostra a diferença dos camponeses das montanhas daqueles das planícies. Autor de dezenas de obras e organizador de diversas coleções, seu legado é fonte imprescindível para estudiosos da emigração italiana no mundo.

Destacam-se várias publicações como: *Mérica, Mérica: emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina* (1876-1902) (1979), *Storia dell'emigrazione veneta: dall'unità al fascismo* (1991); *La storia altrove: casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa* (1998), *Il Veneto Ribelle*. Além de dezenas de publicações sobre a imigração, organizou a importante obra sobre a *Storia dell'emigrazione italiana* (BEVILACQUA; CLEMENTI; FRANZINA, 2002) em dois extensos volumes financiados pelo Ministério de Bens e Atividades Culturais e pelo Comitê Nacional de Celebração *Italia nel Mondo*; reúnem autores reconhecidos sobre imigração italiana no mundo, os quais analisam os fluxos migratórios em diversos aspectos e suas consequências, nos países a que se referem.

Uma valiosa contribuição sobre a Região de Colonização Italiana, no Rio Grande do Sul, foi coordenada por Mario Sabbatini, pesquisador italiano do *Centro di Ricerche per l'America Latina*, em projeto de pesquisa desenvolvido no Rio Grande do Sul, entre 1973-1974. A originalidade desse estudo está no uso de dados de registros de propriedade nos Arquivos Públicos do Rio Grande do Sul e nos documentos sobre registros de impostos de municípios dessa região. A pesquisa contou com o apoio da Diocese de Caxias do Sul, quando muitos dos entrevistados eram das diversas paróquias do território, que compreende a Região de Colonização Italiana, bem como os arquivos de cada paróquia. Vários pesquisadores colaboraram nessa pesquisa, que traz dados sobre a emigração agrícola transoceânica italiana, a partir de 1870. A pesquisa foi publicada pelo *Consiglio Nazionale delle Ricerche Italiano*, sob o título *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul: gli insediamenti nelle aree rural* (Sabattini, 1975).

Pesquisas realizadas na Universidade de Trento, sob a coordenação de Renzo Gubert, trazem dados sobre a matriz cultural da imigração europeia no Rio Grande do Sul. Essa pesquisa, publicada pela editora Franco Angeli, sob o título *Cultura e sviluppo: un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale* (1995), compara a imigração alemã e a italiana nos dois estados do Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada pela Universidade de Caxias do Sul, sob a coordenação de Vania B. M. Herédia e Justina Onzi, com a amostra de 1.200

entrevistados em cada estado, trazendo evidências das diferenças culturais entre essas duas culturas. Os 2.400 sujeitos, sorteados no cartório eleitoral, foram entrevistados em cinco municípios de influência italiana e em cinco de influência alemã, no período de 1987-1988; os dados foram apresentados, em 1991, naquela universidade. Outra colaboração trentina é a pesquisa realizada pelo pesquisador Renzo Grosselli, acerca de camponeses trentinos em Santa Catarina, que permite ser comparada com a dos camponeses no Rio Grande do Sul. Além da obra *Vencer ou morrer* (1987), Grosselli publica *Noi tirolesi: sudditi felici di Don Pedro II* (1999).

As obras de Angelo Trento, que tratam da emigração italiana no Brasil, são referência para os estudos migratórios. Destacam-se duas obras, além de textos em periódicos: *Là dov'è la raccolta del caffè*, em 1984, e *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, publicada em 1988. Considerado um brasilianista-italiano - professor de História da América Latina, na Universidade de Nápoles *Istituto Orientale* -, estuda os fluxos emigratórios no período entre 1850 a 1970, identificando que, após a Segunda Guerra Mundial, chega uma nova imigração com diferenças substanciais da imigração do século XIX. Seus estudos contemplam a composição profissional dos imigrantes, que ajuda a fazer a análise das diferenças de italianos que vivem em cidades maiores e aqueles que estão inseridos em áreas rurais.

Um dos reconhecidos especialistas de migrações internacionais do século XX, Gianfausto Rosoli, do *Centro Studi Emigrazione*, em Roma, fez uso de “fontes não canônicas, acompanhando suas pesquisas sobre dados históricos e demográficos, com excursões em diários ou fotografias” (Sanfilippo, 2011, p. 323). Várias de suas obras são utilizadas nos estudos migratórios, principalmente pela forma como conduz o uso de fontes autobiográficas, produzidas por imigrantes e seus descendentes, como diários, relatos, cartas, fotografias. Autor de várias obras, publica, em 1987, as Atas do Congresso Euro-Brasileiro Sulle Migrazioni, sob o nome de *Emigrazioni europee e popolo*. A obra foi editada pelo *Centro Studi Emigrazione*. A publicação *Un grande viaggio: oltre un secolo di emigrazione italiana: saggi e testimonianze in ricordo di padre Gianfausto Rosoli*, organizada por Gianmario Maffioletti e Matteo Sanfilippo, foi editada pelo Centro Studi Emigrazione, em 2001.

Outro especialista na história da emigração italiana para o Brasil, Piero Brunello, autor de *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera* (1994), contribui para a compreensão da saga da imigração no Sul do Brasil. Nessa obra, no capítulo 1, “Índios e colonos”, explicita conceitos utilizados na história da emigração italiana, os quais evidenciam diferenças conceituais que ajudam na construção da consciência histórica, tais como: selvagem, bugres, caigangues, coroados, botocudos, ou seja, diversos grupos de

índios, nativos, fazendeiros, caboclos. Em 2020, publica *Trofei e prigionieri: una foto ricordo della colonizzazione in Brasile*. O texto discute o papel da imagem como elemento de descrição e ilustração dos ambientes que ela apresenta, o que gera uma série de hipóteses sobre o contexto da emigração de massa, e quem são os pioneiros e as fronteiras que estabelecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia da imigração conta com uma vasta literatura produzida, a partir de 1975. Essa literatura inaugura um processo de produção de conhecimento que modificou as explicações gerais sobre o fenômeno migratório. Muitas obras foram escritas com o intuito de mostrar os efeitos da mobilidade humana, que constituíram o movimento de imigração no País, no século XIX e XX, bem como as transformações que esse movimento gerou na construção da sociedade brasileira.

Houve um avanço, nas últimas cinco décadas, na produção de conhecimento no campo da imigração, devido à organização e ao crescimento da pós-graduação no Brasil, no campo das ciências humanas. A pesquisa no País cresceu e, com ela, várias linhas de pesquisa sobre estudos migratórios foram criadas. O resultado dessas pesquisas e do fortalecimento da cooperação internacional, que se ampliou com a pós-graduação, favoreceu estudos e publicações sobre o tema. Pode-se afirmar que o crescimento da pós-graduação no Brasil favoreceu a pesquisa e a produção de conhecimento, na área de história. Constatou-se que os estudos sobre as migrações históricas modificaram a percepção que os descendentes tinham da própria imigração e das transformações que provocaram na sociedade brasileira, a partir do trabalho que realizaram nos núcleos coloniais agrícolas, da vida associativa que promoveram, dos valores que transportaram e de como se organizaram.

É necessário incluir, na análise da historiografia, que o acesso às fontes primárias e secundárias, nas últimas décadas, foi ampliado, e muitos acervos digitalizados. Nessa direção, a organização de arquivos públicos e bibliotecas que guardam documentos oficiais, referentes à história da imigração italiana no Rio Grande do Sul, são relevantes e precisam ser reconhecidos pelas instâncias governamentais. Muitas dessas fontes foram elencadas na análise feita sobre a produção historiográfica e são fundamentais para os estudos migratórios.

Era comum a ideia de que a historiografia tradicional não dava importância ao tema, e Giron (1999, p. 127) faz uma consistente crítica à historiografia tradicional pela afirmação de que a mesma nega o tema. Na aná-

lise que postula, diz que a “historiografia tradicional não só ignora o tema, mas também revela e reafirma o preconceito das elites em relação à imigração”. Constatase que os estudos ocorrem, principalmente, no período que compreende a unificação da Itália, a grande emigração, até 1930, do que em períodos mais recentes. Nesse sentido, o cenário que é utilizado ainda é de um País que está sendo construído, cuja economia não é desenvolvida nem industrializada, o que estimula o processo emigratório. Nessa mesma direção, Rosoli (1999), ao estudar a imigração no Sul do País, ajuda a entender as diferenças ocorridas no Brasil pela imigração, onde grupos tiveram acesso à terra e outros não. Então, a produção historiográfica acerca desses grupos serve de elementos comparativos para outros estudos e em outras regiões.

A historiografia produzida por essas pesquisas, representadas por meio das categorias criadas, oportuniza a reconstrução de histórias de imigrantes, de comunidades, de famílias, de empresas e de instituições. Os estudos realizados sobre o tema colaboraram para a mudança de concepção de imigrante na região, no sentido de trazer um conceito valorativo de toda a ocupação do território e mostrar a importância do trabalho familiar, no desenvolvimento das colônias e também ultrapassar os preconceitos dados ao trabalho manual.

Portanto, a historiografia oficial, baseada em documentos governamentais, teve papel essencial nas pesquisas pela oferta de dados registrados em cada uma das instituições representativas, seja em nível nacional, seja no estadual e/ou municipal. Os documentos referentes a essas instituições colaboraram para a reconstrução histórica de períodos que impactaram na formação e no desenvolvimento da Região de Colonização Italiana, seja por meio de relatórios governamentais, correspondências, mapas, álbuns, boletins informativos, seja por outros documentos. Os pesquisadores regionais foram vitais, pois utilizaram documentos locais, guardados por eles e publicados por instituições públicas e privadas. Muitos desses autores tiveram papéis relevantes na sociedade rio-grandense e narraram suas experiências em suas publicações. Memorialistas e escritores também contribuíram para enriquecer a construção do imaginário acerca do imigrante italiano, e suas obras incentivaram novos estudos, o que ampliou o campo de conhecimento. Os pesquisadores acadêmicos tiveram papel indiscutível na historiografia da imigração italiana, pela abertura que oportunizaram por meio de suas pesquisas e de seus desdobramentos no campo material e conceitual. A formação de novos pesquisadores foi uma consequência do resultado dessas pesquisas que se desenvolveram, juntamente com o desenvolvimento da pós-graduação; o que comprova a importância da ciência na formação do Ensino Superior. E, por fim, a produção historiográfica de pesquisadores estrangeiros colaborou por meio de suas principais obras,

com a fundamentação necessária para a discussão teórica de novos estudos, para o desenvolvimento das pesquisas e para a sua escrita. As categorias criadas nessa análise auxiliam a resolver questões e problemas de estudos de migrações históricas, pelo fato de refletir sobre a produção historiográfica do tema e fazer referência a obras que, muitas vezes, são esquecidas por estudos iniciais.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- D'APREMONT, Frei Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1976.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação/DAC/SEC, 1975.
- BACCA, Ademir Antônio (org.). *Álbum comemorativo dos 150 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2020.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Campo dos Bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.
- BALEN, Ítalo. *Os pesos e as medidas*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Semblantes de pioneiros*. Porto Alegre: Sulina, 1961.
- BAREA, Dom José. *A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995. Tradução: Mário Gardelin e Rovílio Costa.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Polenta e liberdade*. Porto Alegre: EST, 1998.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim Vivem Os Italianos*. Vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Duas Itália*s. Porto Alegre: EST, 2000.
- BENEDUZZI, Luís Fernando. *Nem Santos nem demônios: italianos*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.
- BERNARDI, Aquiles. *Stòria de Nino, Fradello de Nanetto Pipetta*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.
- BERNARDI, Aquiles. *Vita e storia de Nanetto Pipetta*. 4. ed. Porto Alegre: EST, 1975.

- BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mario de Almeida (org.). Álbum comemorativo do 75º aniversário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950.
- BEVILACQUA, Piero; CLEMENTI, Andreina de; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli Editore, 2002.
- BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della fronteira*. Roma: Donzelli, 1994.
- BRUNELLO, Piero. *Trofei e prigionieri: una foto ricordo della colonizzazione in Brasile*. Verona: Cierre Edizioni, 2020.
- CAMPOS, Vanessa Gomes de (org.). *Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul: de guardiões da memória à custódia do patrimônio*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/arquivo/InventarioIHGs.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vinicultura em Caxias do Sul -1911-1936*. 1989. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1989.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: andiamo in Merica*. São Paulo: Livraria Martins, 1958.
- CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA 1875-1975. Rio Grande do Sul-Brasil. Porto Alegre: Editora Edel, 1975.
- CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UnB, São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1992.
- CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1925.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade étnica entre moranenses*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Prefácio. In: IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio (orgs.). *De pioneiros a cidadãos: imagens da imigração italiana no Rio*

- Grande do Sul (1875-1960). Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no RS, 2005.
- CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2002.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *História e estórias*. Porto Alegre: EST, 2001.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *História, estórias e orações*. Porto Alegre: EST, 2003.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *História, estórias e poesias*. Porto Alegre: EST, 2003.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Retratos da colônia*. Porto Alegre: Palotti, 2008.
- COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.
- COSTA, Rovílio et al. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1974.
- COSTA, Rovílio et al. *Povoadores das Colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: 1997.
- COSTA, Rovílio; MARCON, Itáliaico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- CROCETTA, Benedetto. Un cinquantennio di vita coloniale. Gli esponenti individuali e collettivi della colônia italiana nel Rio Grande del Sud, In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p. 364-397. v. I.
- CUNHA, Lourival. Álbum da visita da Real Embaixada Italiana ao Rio Grande do Sul: visita do embaixador italiano Vito Luciani, agosto de 1918. Disponível em: https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/uploads/r/unidade-arquivo-publico-4/o/8/2/o82824071630887a0aa4b8ab-20878c67e0a4a482641296b6caa5a67e4c3ee6f8/br_rs_apmcs_pm_01-01-01.01.15-02-01.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.
- DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (org.). Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros. In: SIMPÓSIO

- INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1.; FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., 1999, Caxias do Sul. *Anais [...]*. Caxias do Sul, 1999.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. I, II.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1996. v. III.
- DE BONI, Luis Alberto. A bibliografia sobre imigração italiana no ano de seu centenário. In: IMIGRAÇÃO ITALIANA: ESTUDOS, 1.; FÓRUM ÍTALO-BRASILEIRO, 1., 1975, Caxias do Sul: UCS. *Anais [...]*. Caxias do Sul, 1975.
- DE BONI, Luis Alberto. *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Euroamericani: la popolazione di origine italiana in Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. III.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 2011.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
- DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.
- FAGGION, Carmem Maria. *O uso de ghe/ghen em registros escritos do dialeto italiano da Serra Gaúcha*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências - região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)*. 1995. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.
- FRANZINA, Emilio (org.) *Introduzione*. In: LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano*. Vicenza: Viella, 2008.

- FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Tradução Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.
- FRANZINA, Emílio. *La storia altrove: casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa*. Verona: Cierre, 1998.
- FRANZINA, Emílio. *Merica, Merica: emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina (1876-1902)*. Milano: Feltrinelli Editore, 1979.
- FRANZINA, Emílio. *Storia dell'emigrazione veneta: dall'unità al fascismo*. Verona: Cierre Edizione, 1991.
- FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira. *Terras e colonização*. Anotado e editado por A. T. F. J. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.
- FROSI, Vitalina Maria. *Provérbios dialetais italianos: uma linguagem em extinção*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen M.; DAL CORNO, Giselle O. M. *Estigma, cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983. v. 1.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- GALLO, Alberto. *Colonizzazione agricola e industrializzazione nel Brasile Meridionale; Rio Grande do Sul: la regione di Caxias - Carte storiche 1893-1925*. Firenze: Cultura Editrice, 1976.
- GARDELIN, Mário. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, EDUCS, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST, 1992.
- GIRON, Loraine Slomp. *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida 1875-1975*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: EDUCS, 1977.

- GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz: *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 116-131.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 Anos de Imigração Italiana e o Comércio Regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Roberto (org.). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.
- GRANDO, Sérgio; COSTA, Rovílio; ZONTA, Maria Estela. *Povoadores de Cotiporã*. Porto Alegre: EST, 1998.
- GROSSELLI, Renzo M. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.
- GROSSELLI, Renzo M. *Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999.
- GUBERT, Renzo (org.). *Cultura e sviluppo: indagine sociologica sugli immigranti italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*. Milano: Franco Angeli, 1995.
- HALL, Michael. *The origin of mass immigration in Brazil (1871-1914)*. New York: Columbia. University, 1969.
- HERÉDIA, Antonio Carlos Guimarães. *Humanismo de hoje: ser imigrante no universo da vida*. Caxias do Sul: EDUCS; Treviso, Fondazione Cassamarca, 2004.
- HERÉDIA, Vania B. M. *L'industria tessile nella zona coloniale italiana nel Rio Grande do Sul*. 1992. Tese (Doutorado) – Università degli Studi di Genova. Genova, 1992.
- HERÉDIA, Vania B. M. Um breve percurso da trajetória de um histórico da emigração: entrevista com Emílio Franzina. *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, v. 13, n. 26, p. 323-335, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/166>. Acesso em: 19 out. 2023.
- HERÉDIA, Vania B. M.; PAVIANI, Neires M. S. *Língua, cultura e valores*. Porto Alegre: EST; Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.
- HERÉDIA, Vania B. M.; RADUNZ, Roberto (org.). *História e imigração*.

- Caxias do Sul: EDUCS, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889, 1902, 1914)*. São Paulo: Hucitec, 1972.
- IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octavio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS 1., 2., 1979, Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1979. *Anais [...]*. Porto Alegre/ Caxias do Sul, 1979. p. 11-28.
- IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- LAZZARI, Beatriz M. *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: EDUCS, 1980.
- LIBERALI, Ricardo D. *Togno Brusafraati: braure de dô compari*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, Correio Riograndense, 1975.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LUCCHESI, Terciani Ângela. *Relações de Poder: Autoridades Regionais e Imigrantes Italianos nas Colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.
- MACHADO, Maria Conceição Abel. *Relações entre o poder público e a ocupação do espaço urbano em Caxias do Sul*. 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- MAFFIOLETTI, Gianmario; SANFILIPPO, Matteo (Org.). *Un grande viaggio: oltre... un secolo di emigrazione italiana: saggi e testimonianze in ricordo di Padre Gianfausto Rosoli*. Roma: Centro de Studi dell' Emigrazione, 2001.
- MANFIO, Juliana Maria. *Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica: a trajetória do padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de imigração italiana - RS*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/510/2019/01/dissertacaojulianamanfio.pdf>. Acesso

em: 17 jun. 2024.

- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (org.). *E/Imigrações: questões inquietações*. São Paulo: Expressão & Arte editora, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MERLOTTI, Vania B. Pisani. *Antecedentes míticos em torno da figura do padre entre descendentes de imigrantes italianos*. 1978. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978a.
- MERLOTTI, Vania B. P. *O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos*. São Leopoldo: EST, 1978b.
- ODORIZZI, Fortunato. *Sacras e profanas*. Porto Alegre: EST, 1998.
- PEREIRA, Eloy Lacava. *O Brasil do imigrante*. Porto Alegre: EST, 1974.
- PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair et al. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PORRINI, Carlo. *Masticapolenta*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- POSSAMAI, P. C. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.
- POZENATO, José Clemente. *O Quatrilho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- POZENATO, José Clemente. *A Cocanha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- POZENATO, José Clemente. *A Babilônia*. Caxias do Sul: Maneco, 2006.
- POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisseia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). *Imigração e emigração: balanço historiográfico no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.
- RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. (org.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.
- RELA, Eliana. *Fides nostra, victorian mostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias (1890-1924)*.

1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Nanetto Pipetta: imagens de uma cultura*. 1978. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *A festa como produção de conhecimento e de identidade coletiva*. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1996.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente (org.). *Cultura, imigração e memória: recursos & horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. *Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul*. 1978. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978.
- RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.
- RIOS, José Artur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo: PESPSP, 1959.
- RIZZARDO, Redovino. *A longa viagem: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975.
- ROMANATO, Gian Paolo; HERÉDIA, Vania B. M. *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche*. Ravenna: Conselho Regional do Vêneto, 2018.
- ROSOLI, Gianfausto (org.). *Un secolo di emigrazione italiana: 1876-1976*. Roma/CSER, 1978.
- ROSOLI, Gianfausto. L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 42-112.
- SABATTINI, Mario. *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul: gli insediamenti nelle aree rurali*. Firenze: Consiglio Nazionale delle Ricerche Italiano, 1975.
- SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *O Radicci no contexto italiano-português na região de Caxias do Sul: identidade, atitudes linguísticas e manutenção do bilinguismo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. 1976. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.
- STAWINSKI, Alberto Victor. *Dicionário vêneto sul-riograndense-português*. Porto Alegre: EST, Correio Rio Grandense; Caxias do Sul: EDUCS 1987.
- STAWINSKI, Alberto Victor. *Gramática e vocabulário do dialeto italiano rio-grandense*. Porto Alegre: EST, Correio Rio Grandense; Caxias do Sul: EDUCS, 1990.
- TAVARES, José Vicente. *Colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do camponês*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro; Instituto Italiano di Cultura, 1988.
- TRENTO, Angelo. *Là dov'è la raccolta del caffè*. Padova: Antenore, 1984.
- VILLA, Deliso. *História esquecida: a imigração italiana – o maior êxodo de um povo na história moderna*. Porto Alegre: EST, 2002.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: Sulina; EST, 1975.
- ZAGONEL, Carlos. Introdução e notas. In: D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1976.
- ZANINI, Maria Catarina C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da Imigração Italiana. *Revista MANA*, v. 13, n. 2, p. 521-547, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrXtyYqSvm-VQw/> Acesso em: 17 jun. 2024.

Recebido em: 28/06/2024

Aceito em: 22/11/2024

L'EMIGRAZIONE ITALIANA NELLO STATO BRASILIANO DI RIO GRANDE DO SUL (1875-1914)

ITALIAN EMIGRATION TO THE BRAZILIAN STATE OF RIO GRANDE DO SUL (1875-1914)

Gianpaolo Romanato¹

NOTA REDAZIONALE

Il consolato italiano di Porto Alegre tenne costantemente sotto osservazione le condizioni di vita e i progressi degli emigranti italiani che a partire dal 1875 furono indirizzati dalle autorità brasiliane verso la zona coloniale istituita nella parte di montagna del Rio Grande do Sul. Alcune di queste relazioni, circa trenta, molto lunghe e dettagliate, erano già note agli storici dell'emigrazione. Ne mancava però la raccolta completa. Questa è stata pubblicata in Italia nel 2018 in un corposo volume edito dal Consiglio Regionale del Veneto e curato da due storici ben conosciuti, Gianpaolo Romanato dell'Università di Padova, che ha frequentato a lungo le università riograndesi, e Vania Merlotti Herédia della UCS, che a sua volta ha compiuto lunghi soggiorni di studio in Italia e nel Veneto: *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914). Fonti diplomatiche*, a cura di Gianpaolo Romanato – Vania Beatriz Merlotti Herédia, Consiglio Regionale del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2018, pp. 821, Isbn 978-88-9350-008-1.

Ricavato da questo volume, del quale sarebbe auspicabile una integrale traduzione in Brasile data l'enorme importanza della documentazione che pone a disposizione degli studiosi, pubblichiamo il testo introduttivo di Gianpaolo Romanato, che rovescia il cannocchiale rispetto alla storiografia riograndese e vede "dall'Italia" la condizione degli emigranti e il loro apporto all'evoluzione del Rio Grande do Sul negli anni precedenti la Prima guerra mondiale.

1 Premessa

I paesi verso i quali si diresse l'emigrazione italiana negli anni della grande fuga migratoria dalla penisola, tra la fine dell'Ottocento e l'inizio del Novecento, furono oggetto di costante attenzione da parte dei consolati di Roma. Consoli, viceconsoli, agenti consolari, ispettori li girarono in lungo e in largo, li radiografarono con la maggior precisione possibile e, al ritorno, scrissero dettagliati rapporti, alcuni molto ampi, in cui analizzarono i pae-

¹ Professor de História Contemporânea na Universidade de Pádua e membro desde 2007 do Pontifício Comitê de Estudos Históricos (Cidade do Vaticano).

si visitati sotto il profilo geografico, climatico, economico, sociale, politico, produttivo. La loro attenzione si rivolse in particolare alle condizioni della vita quotidiana: viabilità, trasporti, prezzo dei generi alimentari e di consumo, possibilità abitative e lavorative, sicurezza e tutele, rapporto con la popolazione locale, convenienza o meno di emigrarvi. Questi rapporti furono pubblicati sulle riviste del Ministero degli Affari Esteri: prima il “Bollettino consolare” (1861-1887) poi il “Bollettino del Ministero degli Esteri” (a partire dal 1888), infine il “Bollettino dell’emigrazione”, che iniziò le pubblicazioni nel 1902 e fu attivo fino al 1927. Alcune apparvero in due ampie raccolte curate dal Mae fra il 1893 e il 1908 con il titolo *Emigrazioni e colonie*. Lo scopo di questa documentazione era duplice: da un lato fornire tutte le informazioni necessarie a chi voleva lasciare l’Italia; dall’altro aiutare la classe dirigente – parlamento, governo, amministratori pubblici, locali e nazionali – a inquadrare e comprendere un fenomeno che stava assumendo proporzioni sociali imponenti e che non poteva essere abbandonato a se stesso².

Si tratta di uno sterminato dossier di notizie reperite in ogni parte del mondo: in Europa, in Africa, nelle due Americhe, in Australia, nel Medio Oriente e anche in Asia. Molte relazioni riguardano il Brasile - paese verso il quale il flusso migratorio dall’Italia fu particolarmente intenso, dove si calcola che i discendenti degli italiani siano oggi circa trenta milioni – e una trentina si riferiscono al Rio Grande do Sul, lo stato brasiliano più meridionale, incuneato fra l’Uruguay, a sud, e l’Argentina, a ovest.

Queste relazioni sul Rio Grande sono state selezionate, scansionate dalla pubblicazione originale in cui apparvero e riproposte nel presente volume in ordine cronologico. Per quale motivo? Perché l’emigrazione italiana verso il Rio Grande do Sul, per la maggior parte proveniente dalla regione del Veneto, ha avuto caratteristiche proprie, probabilmente uniche, nel panorama migratorio dalla penisola e merita una trattazione specifica.

Per inquadrare storicamente la documentazione qui raccolta è indispensabile perciò descrivere questa vicenda, ben nota ormai al pubblico brasiliano, che dispone di un’ampia e solida bibliografia in argomento³, ma ancora poco o mal conosciuta dal lettore italiano. Nel nostro paese, infatti, la questione migratoria, nonostante l’imponenza del flusso di uscita e

2 Una panoramica complessiva dell’emigrazione italiana, anche relativamente alle fonti, in *L’emigrazione italiana. 1870-1970. Atti dei colloqui di Roma, I*, Pubblicazione degli Archivi di Stato, Saggi 70, Roma, 2002 e nei due volumi a cura di P. Bevilacqua, A. De Clementi, E. Franzina, *Storia dell’emigrazione italiana. I: Partenze, II: Arrivi*, Donzelli, Roma, 2009.

3 Sinteticamente, rinvio a L. Slomp Giron e H. Eberle Bergamaschi, *Terra e Homens. Colônias e Colonos no Brasil*, Educs, Caxias do Sul, 2004. Il libro analizza i collegamenti fra la colonizzazione del territorio brasiliano e l’immigrazione prima e, soprattutto, dopo l’indipendenza del paese sudamericano (1822), con un’essenziale bibliografia.

l'abbondanza delle pubblicazioni (per la verità di valore diseguale, spesso solo localistiche e celebrative⁴), rimane tutto sommato marginale nel panorama dei grandi interessi storiografici e culturali.

2 Il Rio Grande do Sul⁵. Una terra contesa

Sinteticamente, direi così. Quando il Brasile divenne indipendente, nel 1822, dividendosi dal Portogallo, era un immenso territorio spopolato (non più di quattro milioni di persone su una superficie di circa 8 milioni di chilometri quadrati, di poco inferiore a quella degli Stati Uniti), con enormi problemi da risolvere: la colonizzazione delle terre incolte; la viabilità da costruire; l'assenza di scuole; le rivolte indipendentiste che scoppiarono in diverse province periferiche; le regioni interne ancora in gran parte sconosciute; la mancanza di quella che oggi chiamiamo classe media e di una borghesia dedita ad attività produttive; il declino dell'economia schiavista, cioè dell'intero sistema produttivo, dopo che la comunità internazionale aveva posto fuori legge la tratta. In pratica, era uno stato in gran parte da costruire, fermo alla dialettica padroni-schiavi del periodo coloniale, descritta con straordinaria abbondanza di riferimenti e rara efficacia da Gilberto Freyre nei suoi due studi ormai classici *Casa grande & Senzala* (1933) e *Subrados e Mucambos* (1936)⁶. “Dal secolo XVI alla fine del XIX – scrive Freyre – il Brasile fu una società quasi priva di forme o espressioni giuridiche, individuali o famigliari, all'infuori delle due estreme: padroni e schiavi. Lo sviluppo di una ‘classe media’ o intermedia, di una ‘piccola borghesia’, di una ‘piccola’ e ‘media agricoltura’, di una ‘piccola’ e ‘media industria’ è così recente fra noi, sotto una forma che sia notevole o considerevole, che lungo tutto quel periodo il suo studio può essere trascurato, e quasi ignorata la sua presenza nella storia sociale della famiglia brasiliana”⁷.

Per far uscire il Brasile da questo stato, per avviarlo verso la modernizzazione, per europeizzarlo, secondo il modello di sviluppo che dopo il distacco dal Portogallo fu fatto proprio dall'élite dirigente del governo impe-

4 Non senza ragione Emilio Franzina, ancora nel 1989, descriveva come “diluviale” la pubblicistica in materia: *Emigrazione transoceanica e ricerca storica in Italia: gli ultimi dieci anni (1978-1988)*, “*Altretalia*”, 1/1989, p. 22. Diluviale, ma non sempre scientificamente attendibile.

5 Nel periodo imperiale, fino al 1889, quello che oggi è il Rio Grande do Sul era la Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul (in precedenza Capitania do Rio Grande de São Pedro), denominazione che appare nella prima delle relazioni qui trascritte. Con il passaggio del Brasile alla Repubblica divenne l'attuale Estado do Rio Grande do Sul.

6 In traduzione italiana: *Padroni e schiavi: la formazione della famiglia brasiliana in regime di economia patriarcale*, Einaudi, Torino, 1965 e *Case e catapecchie. La decadenza del patriarcato rurale brasiliano e lo sviluppo della famiglia urbana*, 2 voll., Einaudi, Torino, 1972.

7 Freyre, *Case e catapecchie*, cit., p. 644.

riale, l'immigrazione parve un rimedio utile e appropriato. I coloni stranieri, provenienti dall'Europa, avrebbero occupato le zone vuote, sostituito la manodopera schiava, arginato le ribellioni con uno studiato rimescolamento degli insediamenti, riequilibrata la popolazione dalla parte dei bianchi, dato che ancora nel 1850 la maggioranza dei brasiliani risultava composta di neri o mulatti, con il rischio, da tutti paventato, che l'equilibrio etnico si capovolgesse a favore dell'elemento sociale di origine africana, trasformando il Brasile in una immensa Santo Domingo⁸. La politica immigratoria fu perciò una precisa scelta politica volta a rifare il Paese, a partire dall'estremo sud, cioè dal Rio Grande, un territorio esteso poco meno dell'Italia ma disabitato (circa 400.000 residenti nel 1870⁹), semiselvaggio, senza legami con il centro, ben poco desideroso di diventare brasiliano. L'assenza di collegamenti con la capitale Rio de Janeiro, se non marittimi, rendeva poco più che formale la sua appartenenza al Brasile. Ancora alla fine dell'Ottocento lo si raggiungeva solo via mare, con un viaggio che, da Rio o da Santos a Porto Alegre, non durava meno di una settimana, soprattutto per la difficile navigazione nelle acque basse e insidiose della vastissima Lagoa dos Patos, sulla quale si affaccia il capoluogo¹⁰.

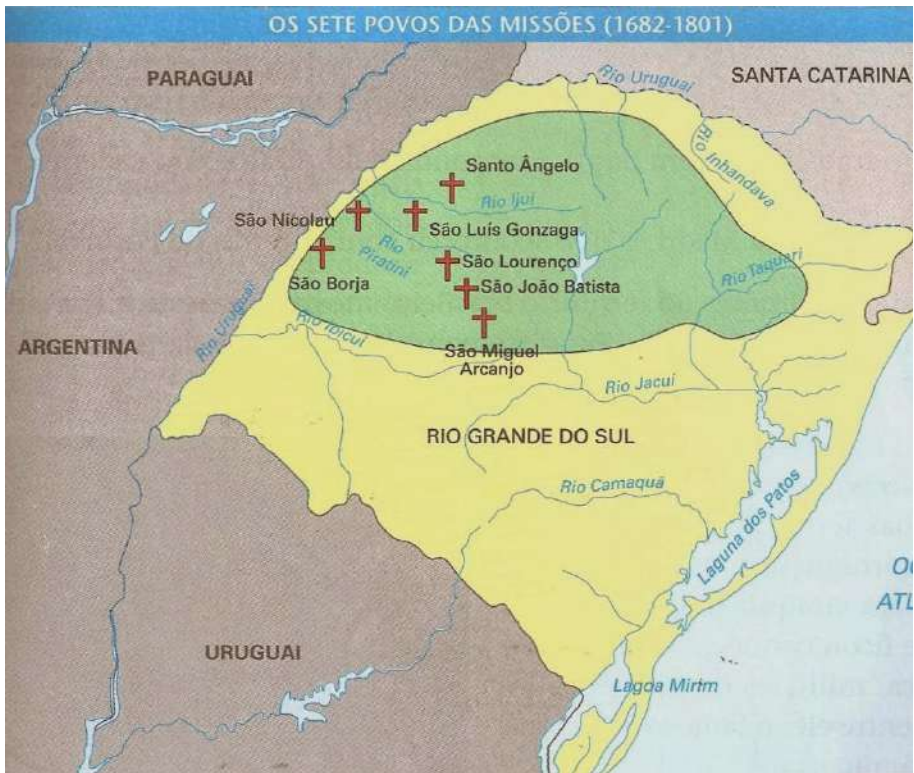
Tra la fine del XVII secolo e la prima metà di quello successivo, cioè in età coloniale, il Rio Grande, che allora faceva parte della sterminata Provincia Paraquaria della Compagnia di Gesù, era stato sede di alcune missioni dei gesuiti fra i guaraní, le ben note reducciones del Paraguay. Ma queste missioni - i Sete povos das missões¹¹ - erano fiorite quando il territorio riograndese apparteneva alla Spagna ed era popolato quasi soltanto da immense mandrie di bestiame allo stato brado - la vacaria do mar verso la costa e la vacaria dos pinhais verso la montagna (da ciò il nome dell'attuale città di Vacaria) - che costituivano la riserva di cibo utile a sfamare la popolazione india riunita nelle Riduzioni. I Sete povos furono trasferiti al Portogallo con la definizione dei confini fra le due potenze, prevista dal Trattato di Madrid del 1750, e passarono definitivamente sotto il controllo di Lisbona cinquant'anni dopo. Solo all'inizio del XIX secolo, quindi, il Rio Grande divenne stabilmente portoghese.

8 Ivi, pp. 562-563.

9 Secondo il naturalista francese Arsène Isabelle, che attraversò il Rio Grande poco prima della "Revolta farroupilha", la popolazione nel 1834 era di 160.000 persone (A. Isabelle, *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, Senato federal, Brasília, 2006, p. 261).

10 Si veda in questo volume la relazione del conte Pietro Antonelli, che per raggiungere il Rio Grande partì in nave da Rio il 3 dicembre 1898 e giunse a Porto Alegre, sempre via mare, il 10 dicembre.

11 G. Romanato, *Le Riduzioni gesuite del Paraguay. Missione, politica, conflitti*, Morcelliana, Brescia, 2021, pp. 412 (nel 2025 uscirà l'edizione in lingua spagnola presso BAC, Madrid).



È in questo periodo travagliato e confuso che iniziò la decadenza delle missioni, causata soprattutto dalla crisi della Compagnia di Gesù, espulsa dall'America Latina e poi soppressa canonicamente dalla Santa Sede nel 1773. Privati dell'ombrello protettivo dei gesuiti, i Guarani del Rio Grande, che secondo il Trattato di Madrid (1750) avrebbero dovuto essere trasferiti nelle Riduzioni a nord del Rio Uruguay, rimaste spagnole, ingaggiarono una lotta sanguinosa contro le truppe coalizzate di Spagna e Portogallo, la cosiddetta guerra guaranítica, nella quale emerse il valore del cacique guarani di São Miguel Sepé Tiaraju, strenuo difensore dei diritti del suo popolo¹². Oggi l'imponente monumento che lo celebra nella città di Santo Ângel, già sede di una florida riduzione, dove gli è stato intitolato anche l'aeroporto - siamo nella parte nord del Rio Grande - ci ricorda che fino

12 Sulla Guerra guaranítica: T. Golin, *A Guerra Guaránítica. Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*, Ediupf-Ufrgs, Porto Alegre, 1999; R. da Silveira Seival, *A Guerra Guaránítica*, Martins Livreiro, Porto Alegre, 1995. Su Sepé Tiaraju: S. Jatahy Pesavento (org.), *Sepé Tiaraju muito além da lenda*, Comunicação Impressa, Porto Alegre, 2006; Id., *Storia, letteratura e mito: Sepé Tiaraju delle missioni gesuite*, in "Miscellanea di storia delle esplorazioni", Bozzi, Genova, XXXI (2006), pp. 227-242.

a tutto il XVIII secolo questa terra, plasmata dai gesuiti e sempre in bilico fra le due potenze europee coloniali, apparteneva in realtà soltanto agli indios¹³.

Fu la fine del mondo gesuitico-guaraní, insomma, che segnò l'inizio del moderno Rio Grande do Sul portoghese. Ma l'eredità lasciata dall'esperienza riduzionale, che si era prolungata per oltre un secolo, rimane molto forte. L'area di insediamento dei *Sete povos*, che confina con quella colonizzata poi dagli italiani nella seconda metà dell'Ottocento, conserva il nome amministrativo di *Missões* e i suoi attuali abitanti sono denominati *Missio-neiros*, mentre le silenziose rovine delle missioni - di cui quella di São Miguel (richiamata anche nel celebre film *Mission* di Roland Joffé) è la più imponente ed è stata dichiarata dall'Unesco nel 1984 patrimonio culturale dell'umanità - costituiscono oggi la maggior attrattiva storico-culturale dello Stato. Tutto ciò ha ispirato agli storici dell'Università di Passo Fundo un interessante volume di riflessioni sulla rimozione di quella vicenda, ma anche sul lascito profondo che ne è rimasto nella moderna identità riograndese¹⁴.

Archiviata la fase missionaria e assegnato definitivamente al Brasile, nel frattempo divenuto un Impero indipendente, il Rio Grande era stato teatro della *Guerra farroupilha*, a carattere repubblicano e indipendentista, protrattasi per un decennio, dal 1835 al 1845, quella in cui operò Garibaldi, che proprio qui conobbe Anita e cominciò a creare il suo mito, combattendo insieme con altri italiani: Livio Zambecari, Luigi Rossetti, Francesco Anzani¹⁵. Il conflitto, che aveva evidenziato ancora una volta quanto infida fosse questa regione di frontiera, rese indispensabile da parte del governo imperiale di Rio de Janeiro l'adozione di misure miranti alla sua definitiva integrazione nell'Impero¹⁶, prima fra tutte l'immissione di personale importato

13 Sul problema degli indios rinvio all'imponente *História dos Índios no Brasil*, Editora Schwarcz, São Paulo, 1992, in particolare ai capitoli sulla politica indigenista nel XIX secolo (pp. 133, ss.) e sui Guarani nel Brasile meridionale (pp. 475, ss.).

14 A.L. Setti Reckziegel e L. Otero Félix (org.), *RS: 200 Anos. Definindo espaços na História Nacional*, Upf Editora, Passo Fundo, 2002.

15 T. Ruas, *Garibaldi e Rossetti. A Ação e Participação dos Italianos na Revolução Farroupilha*, Acirs, Porto Alegre, 2003; L. Collor, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, Editora Globo, Rio de Janeiro-Porto Alegre-São Paulo, 1938; O.L. de Barros Filho, R.Vaz Seelig, S. Bojunga (org.), *Os caminhos de Garibaldi na America*, Coleção Sujeito & Prospectiva vol. 3, Laser Press Comunicação, Porto Alegre, 2007.

16 Sulla complessa vicenda storica che tra XVIII e XIX secolo portò alla definizione delle attuali frontiere fra Brasile, Uruguay, Argentina e Paraguay e alla nascita dell'odierno Rio Grande do Sul, rinvio ai due volumi di T. Golin, *A Fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguay e a Argentina*, L&PM Editores, Porto Alegre, 2002; *A Fronteira. Os Tratados de limites Brasil-Uruguay-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territorios contestados e os conflitos na bacia do Prata*, L&PM Editores, Porto Alegre, 2004.

dall'Europa. Così, dopo l'immigrazione di diverse migliaia di coloni tedeschi, che si accaparrarono le terre migliori, sulla costa, poco a nord di Porto Alegre, dove le città di São Leopoldo e Nova Hamburgo hanno conservato fino a oggi nell'edilizia, nella lingua d'uso e nei nomi delle persone l'impronta forte e ben riconoscibile della Germania, il governo favorì l'arrivo degli italiani. Un discreto nucleo di nostri connazionali, probabilmente trasmigrati dall'Argentina, era già presente nei centri costieri del Rio Grande. Essi tuttavia cominciarono ad affluire massicciamente, stando ai documenti di immigrazione, a partire dal 1875. Per l'Italia, appena giunta all'unificazione, fu l'inizio dell'emigrazione di massa; per il Rio Grande, l'avvio della grande trasformazione, della sua definitiva incorporazione nello stato brasiliano.

Bisogna anche ricordare che negli anni precedenti l'arrivo dalla penisola dei coloni italiani un'altra vicenda aveva accresciuto l'importanza strategica del Rio Grande. Tra il 1865 e il 1870 il Brasile, in alleanza con Argentina e Uruguay, aveva combattuto una guerra aspra e sanguinosa contro il Paraguay, la cosiddetta guerra della Triplice alleanza. Fu un conflitto di capitale importanza per il futuro del Sud America, non solo per gli spaventosi costi umani – tra eventi bellici, epidemie e carestie i morti furono molte centinaia di migliaia – ma soprattutto perché segnò sotto ogni punto di vista la disfatta del Paraguay, che uscì dalla guerra spopolato, con un territorio dimezzato e relegato ad un ruolo di irrilevanza politica dal quale non è più uscito. La necessità della ricostruzione postbellica attirò in questo paese umiliato e annichilito una massiccia immigrazione europea, nella quale si distinsero numerosi italiani, fra i quali Luigi Balzan (fratello di Eugenio, massimo artefice delle fortune del “Corriere della sera”), che legherà il suo nome ad un'ardita esplorazione, in conseguenza della quale trovò la morte a soli 29 anni¹⁷. Alla distruzione del Paraguay fece riscontro la definitiva affermazione di Brasile e Argentina come potenze egemoni nel cono sud dell'America. Il loro bottino di guerra (l'Argentina annesse il Chaco occidentale e la provincia di Misiones, confinante con il Rio Grande, mentre il Brasile si appropriò di un'ampia porzione del Mato Grosso) focalizzò perciò l'attenzione politica del Brasile sul Rio Grande do Sul, geograficamente incuneato proprio in mezzo a Paraguay, Argentina e Uruguay, rafforzando e affrettando i tempi del disegno immigratorio già impostato dal governo imperiale di Rio de Janeiro. E' in questo periodo che Porto Alegre, fino ad allora un centro poco significativo, crebbe di importanza e divenne il perno della regione.

17 L. Balzan, *Viaggio di esplorazione scientifica di alcune regioni interne dell'America Meridionale*, a cura di P. Bagatin, Antilia, Treviso, 2011.

3 L'arrivo degli italiani

Man mano che arrivavano in Brasile, gli italiani venivano indirizzati o a San Paolo (la maggior parte), o nel Minas Gerais, o nell'Espirito Santo o, appunto, nel Rio Grande. L'insediamento più caratterizzato è quest'ultimo. Per le ragioni appena esposte, il governo vi aveva delimitato nella zona di montagna a nord di Porto Alegre e in quella centrale un'area piuttosto ampia (circa 500.000 ettari di terreno), più o meno come una grande regione italiana, destinandola quasi esclusivamente a loro. Nelle sterminate foreste di araucaria che allora ricoprivano questa terra incontaminata, lontana da tutto, totalmente incolta e raggiungibile solo al prezzo di un trasferimento massacrante, i tecnici brasiliani progettarono la creazione di tre colonie agricole, alle quali poi se ne aggiunse una quarta, suddividendo il terreno in lotti mediamente di 25-30 ettari ciascuno. L'ampiezza dei lotti dipendeva dalle condizioni del terreno e dalla vicinanza o meno di corsi d'acqua. In questi lotti furono indirizzati i coloni italiani, armati solo di qualche attrezzo agricolo e dell'indispensabile per disboscare il terreno, fissarvi e costruirvi le abitazioni e cominciare a coltivarlo¹⁸.

Le prime tre colonie furono Colônia Conde d'Eu, Colônia Princesa Dona Isabel e Colônia aos Fundos de Nova Palmira, poi rinominata Colônia Caxias, create nel 1875 nel nord-est del territorio di montagna riograndese, l'Encosta Superior da Serra, ad un'altitudine di 800-1000 metri. A queste se ne aggiunse una quarta, Colonia Silveira Martins, fondata due anni dopo nella zona centrale, meno impervia¹⁹. Qui furono portate diverse decine di migliaia di famiglie, appena giunte dall'Italia, alcune delle quali successivamente si spostarono nei due stati a nord del Rio Grande: Santa Catarina e Paraná²⁰. Più della metà proveniva dal Veneto, in particolare dalle province

18 Non è necessario entrare qui nei criteri tecnici con cui furono pensate e organizzate le colonie, dalla scelta del luogo alla delimitazione dei lotti, ampiamente descritti dalla storiografia in argomento, soprattutto brasiliana. Rinvio a due studi, uno in portoghese e uno in italiano: V. B. Merlotti Herédia, *Processo de industrialização da zona colonial italiana*, Educus, Caxias do Sul, pp. 19-81; A. Zannini e D. Gazzi, *Contadini, emigranti, "colonos". Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale: storia e demografia. 1780-1910*, 2 voll., Fondazione Benetton Studi e Ricerche-Canova, Treviso, 2004, pp. 363-440 (con una mappa dettagliata della lottizzazione nella colonia Caxias).

19 La Colonia Caxias comprende oggi i municipi di Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, Nova Pádua e Otávio Rocha; la Colonia Conte d'Eu i municipi di Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Santa Teresa; la Colonia Dona Isabel racchiude gli attuali Garibaldi, Coronel Pilar e Carlos Barbosa. Alla Colonia Silveira Martins fanno oggi riferimento Santa Maria, Cachoeira do Sul, Teutônia e Silveira Martins.

20 L'Universidade Federal da Fronteira Sud ha reso disponibili in versione elettronica anche le relazioni diplomatiche italiane sugli Stati di Santa Catarina e Paraná: *Imigração Italiana em Santa Catarina e no Paraná. Fontes Diplomáticas Italianas (1875-1915)*, a cura di J.C. Radin, UFFS Editora, Chapecó, 2020, pp. 628.

di Belluno, Treviso, Padova, Vicenza. Il numero complessivo degli immigrati è difficilmente quantificabile, come si vedrà leggendo le relazioni consolari che seguono. Il console Francesco de Velutiis, che scrive nel febbraio del 1908, calcolava a circa 1.200.000 la popolazione del Rio Grande. Di questi, si poteva far ascendere a 400.000 il numero complessivo degli immigrati e a 250.000 quello degli italiani. Ma era un calcolo approssimativo. Vincendo la disperazione, adattandosi a fare ogni cosa, mantenendo una straordinaria coesione interna, con un tasso di prolificità incredibile (anche dodici, quindici figli per famiglia), il gruppo italiano non solo vinse la sfida ma creò, nell'area che gli era stata assegnata, la *serra gaúcha*, l'embrione di un altro Brasile, totalmente diverso, per non dire opposto, rispetto a quello tradizionale.



Solo per dare un'idea delle condizioni cui dovettero adattarsi i coloni, merita di essere riletta questa pagina dello storico riograndese Olivo Manfroi, che si riferisce al viaggio da Porto Alegre alla colonia Caxias, al quale dovevano sobbarcarsi i nuovi arrivati per raggiungere gli insediamenti loro assegnati:

Da São Sebastião do Caí a Caxias (66 km) gli immigrati prendevano la strada Visconde do Rio Branco (è la vecchia strada che portava a Caxias, rimasta attiva fino al periodo Vargas, ndr) che presentava le stesse condizioni di abbandono di quella di Buarque de Macedo. Questa marcia verso l'ignoto, verso la foresta vergine, passando per una strada che era poco più di un sentiero largo cinque metri nel cuore della foresta, segnava profondamente gli immigrati. La foresta vergine, con il senso di solitudine e di paura che ispirava e lo stato di impraticabilità della strada, facevano del viaggio un'impresa che gli italiani non erano abituati ad affrontare. La marcia di tre giorni e tre notti, senza riparo, senza cibo, sotto il sole e la pioggia, il freddo e il caldo, veniva affrontata da individui già estenuati dalla lunga traversata di oceani e di fiumi, alcuni malati, altri segnati da sofferenze fisiche e morali. Era fatta da vecchi e bambini, da donne incinte e madri con bimbi in braccio. Il tragitto non era una semplice camminata in mezzo alla foresta, ma una scalata della temibile *Serra Geral*, attraverso valli e precipizi. In tre giorni di marcia passavano da 10 a 800 metri di altitudine. Arrivati alla colonia, gli immigrati dovevano aspettare a volte per mesi la distribuzione dei lotti, in quanto la lottizzazione era lenta e presentava delle difficoltà ²¹.

Quali sono state le caratteristiche di questa comunità? Innanzitutto la solidità della struttura familiare. L'unica forza sulla quale potevano contare i coloni era la coesione della famiglia, la sua capacità lavorativa, l'energia morale che ne derivava. E il numero dei figli accresceva l'energia delle famiglie. Va precisato che circa l'80% degli italiani qui emigrati era costituito da nuclei famigliari al completo, talora comprensivi di tre generazioni: nonni, figli e nipoti. In questa compatta struttura domestica il ruolo della donna era fondamentale, dato che gli uomini erano assenti tutto il giorno, impegnati a disboscare, lavorare in campagna, oppure occupati, ancora più lontano e per periodi lunghi, nei lavori a favore della comunità, soprattutto la costruzione di ponti, l'apertura di nuove strade o il miglioramento di quelle esistenti. Nelle quattro colonie si formò così a poco a poco una tipologia familiare e femminile diversa e opposta rispetto a quella brasiliana tradizionale, che era imperniata sulla "casa grande", descritta da Gilberto Freyre, cioè sull'azienda schiavistica, nella quale il lavoro era totalmente demandato agli schiavi, mentre l'ozio, il clima spossante dei tropici e la promiscuità sessuale snervavano le forze e favorivano l'abnorme diffusione della sifilide, vera e propria malattia sociale del Brasile portoghese²².

21 *Euroamericani*, Fondazione Giovanni Agnelli, Torino, 1987, I pag. 258. Si deve a quest'autore uno dei primi studi complessivi sull'emigrazione italiana nel Rio Grande: O. Manfroï, *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Grafosul, 1975.

22 La sifilide, scrive Freyre, è "il grande morbo venereo che, sin dai primi tempi della colonizzazione, ci degrada e ci diminuisce" (*Padroni e schiavi*, cit., p. 279).

Il Rio Grande è invece all'estremo sud del Brasile, fuori della zona tropicale, con un clima molto simile a quello europeo e stagioni ben differenziate. L'elemento africano e l'organizzazione schiavistica del lavoro, tipici del Brasile coloniale, vi erano totalmente assenti, come vedremo. Qui gli italiani trapiantarono il loro modello familiare mononucleare, solido, guidato dall'austera morale cattolica, radicalmente diverso dal sistema dominante nel vecchio Brasile tradizionale. Fra questi due modelli di famiglia, sociali ed economici, non ci furono conflitti perché l'ampiezza smisurata del Paese permise a ciascun gruppo di crescere in autonomia, senza interferenze né tensioni. Ma anche oggi la distanza fra il sud e il resto del Brasile rimane ben visibile. Freyre coglie un aspetto fondamentale del rinnovamento prodotto dall'immigrazione europea quando osserva che il mondo brasiliano tradizionale (a nord dei tre stati meridionali, Rio Grande, Santa Catarina, Paraná) decadde lentamente per l'abitudine inveterata a non lavorare e a vivere nell'ozio, lasciando il lavoro agli schiavi e agli europei immigrati. Anche il commercio era abbandonato ai nuovi venuti, che sul lavoro e sulla cooperazione attiva dell'intera struttura familiare fondavano il loro futuro. Il risultato – osserva Freyre – era che nella società brasiliana tradizionale “molti nati ricchi, giungevano alla vecchiaia melanconicamente poveri, rimanendo sempre disdegnosi dei mestieri meccanici che abbandonavano a europei e a schiavi. Donde il violento contrasto fra europei che arrivavano poveri e morivano ricchi, e brasiliani nati ricchi che invecchiavano e morivano poveri”²³.

La seconda caratteristica è rappresentata dall'attaccamento al sentimento religioso. Gli emigranti provenivano da regioni italiane – in particolare Veneto e Lombardia – nelle quali la Chiesa cattolica era il solo elemento di aggregazione, l'unico concreto luogo di appartenenza. La solitudine e l'abbandono in cui vennero a trovarsi nel nuovo mondo accrebbe questa religiosità vissuta come fattore identitario, materializzatasi nelle chiese e nelle cappelle rurali, che fungevano da luogo di preghiera e di riunione, nelle edicole costruite nella foresta, molte delle quali ancora esistenti, nelle pratiche pie, nelle orazioni in comune, nella venerazione dei santi. La cronica carenza di clero (i sacerdoti non bastarono mai ai bisogni della comunità) favorì la crescita di una religiosità molto autonoma, guidata nei primi anni della colonizzazione da laici, che dirigevano alla domenica i momenti di culto, seppellivano i morti, consigliavano la gente, dirimevano liti e controversie. Il “prete di scapoera”, come veniva definito (da *capoeira*, in brasiliano bosco, foresta domata e ridotta a coltura) fu un'originale creazione della religiosità e della libertà dei primi coloni. Probabilmente non è lontano dal

23 Freyre, *Casa e catapecchie*, cit., p. 246.

vero chi sostiene che le comunità di base a carattere laicale cresciute negli anni recenti in tutto il Brasile, debbano molto all'organizzazione religiosa delle vecchie comunità di emigranti²⁴.

Una terza caratteristica è costituita da quella che possiamo chiamare "etica del lavoro". Il lavoro fu la salvezza della prima generazione di coloni. Se non avessero lavorato a ritmi inimmaginabili, disboscando la foresta, costruendosi le case, prima in legno e poi in muratura, fabbricando gli strumenti essenziali, coltivando i campi e traendone il sostentamento, aprendo le strade, avviando l'indispensabile struttura commerciale di scambio, difendendosi dagli animali selvatici e, in qualche caso, dagli indios - gli antichi abitanti di questa regione, tutt'altro che felici di dover cedere il loro territorio ai nuovi venuti²⁵ - per loro ci sarebbe stata soltanto la sconfitta. E la sconfitta equivaleva a morire²⁶. Per ragioni del tutto intuitive, poca attenzione essi dedicarono alla scuola e all'istruzione. Come attestano le testimonianze dei diplomatici italiani, fino alla Prima guerra mondiale il grado di istruzione degli italiani non andò oltre la prima alfabetizzazione, e spesso mancò anche questa. Ciò che spiega l'esiguità di fonti scritte dirette sulla loro storia²⁷.

Così la capacità lavorativa del Brasile italiano, se è stata all'inizio la salvezza degli emigrati (come testimoniano oggi i numerosi musei

24 Sui diversi modelli di religiosità e di organizzazione del senso religioso (coloniale, gesuitico, riduzionale, luterano, cattolico, istituzionale, popolare) presente nel Rio Grande do Sul segnalo la raccolta di saggi curata da M.N. Dreher, *Populações Rio-Grandeses e Modelos de Igreja*, Est, Porto Alegre, 1998. Sulla religiosità laicale e il "prete di scapoera": *Veneti in Rio Grande do Sul*, a cura di G. Meo Zilio, Regione del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2006, p. 21.

25 Dalle relazioni consolari riportate in questo volume non risultano scontri fra coloni e indios nel Rio Grande, mentre da una testimonianza di prima mano si ricava che ce ne furono a Urussanga, nel sud dello Stato di Santa Catarina, quasi al confine con il Rio Grande, dove una famiglia italiana fu sterminata durante un attacco di indiani: L. Marzano, *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*, Firenze, 1904 (ristampa anastatica, Belluno, 1991), pp. 115ss. La mattanza qui riferita avvenne nel 1883. Circa la questione degli indios nel Rio Grande, già isolati nelle riserve quando arrivarono i nostri coloni, rinvio a Italia Irena Basile Becker, *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*, "Pesquisas. Antropologia" (Istituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS), 1976, n. 29.

26 R. Grosselli, *Vincere o morire. Contadini trentini nelle foreste brasiliane*, Trento, 1986.

27 Rappresenta un'eccezione il libro di memorie di Giulio Lorenzoni. Nato a Marostica (Vicenza) nel 1863, questi aveva studiato fino alle superiori ed emigrò con la famiglia a Silveira Martins nel 1877, dove giunse sei mesi dopo essere partito dal paese natio. Lorenzoni morì nel 1936 a Bento Gonçalves, lasciando un racconto della sua vita in America che fu pubblicato nel 1975 a Porto Alegre dalla Livreria Sulina Editora (*Memorias de imigrante italiano*). Tradotto in italiano (*Memorie di un emigrante italiano*, Viella, Roma, 2008), questo libro, scritto con buona vena narrativa, è esemplificativo di innumerevoli altre storie migratorie che non hanno potuto lasciare memoria. Su questo libro e sul suo autore: E. Franzina, *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*, Termanini Editore, Genova, 2014, pp. 181-234.

dell'emigrazione presenti nella *serra* riograndese, ricchi soltanto di poveri e rudimentali attrezzi da lavoro), è diventata successivamente una straordinaria risorsa per il Paese. Il vecchio contadino italiano si è trasformato presto in imprenditore, commerciante, agricoltore, professionista, grazie ad autonomia, capacità innovativa, senso del rischio: ciò che ha arricchito, diversificato, vivificato l'economia nazionale²⁸. Si calcola che nel Rio Grande i discendenti di italiani siano oggi più di due milioni, quasi un quinto della popolazione dello Stato (circa 11 milioni di abitanti nel 2014). Questa comunità, inizialmente di contadini e lavoratori generici, produce ormai l'élite dell'imprenditoria locale, industriali di grande successo, e poi intellettuali, giornalisti, professionisti, professori d'università, scrittori, politici al massimo livello. Sei governatori dello Stato di Rio Grande, nel secondo dopoguerra, vantano un'ascendenza italiana: Ildo Meneghetti, Leonel Brizola, Sinval Guazzelli, Euclides Triches, Germano Rigotto, José Ivo Sartori.

Ma l'apporto più innovativo fornito al Brasile da questo nucleo di immigrati, inizialmente assai ridotto di numero, è rappresentato dall'industrializzazione che questi hanno saputo avviare nell'arco di poco più di un secolo, trasformandosi dopo la Seconda guerra mondiale da comunità di agricoltori in un ceto di imprenditori all'avanguardia, soprattutto nel settore dell'industria alimentare, manifatturiera e metalmeccanica. Quale sia stata la molla che ha trasformato in moderni capitani d'industria uomini dediti prevalentemente, per non dire esclusivamente, ai lavori nei campi, con un grado di istruzione in genere molto modesto, rimane questione cui non è facile dare risposta. Tanto più che l'isolamento fra le montagne delle colonie italiane, solo in parte interrotto dal completamento della ferrovia tra Porto Alegre e Caxias, aperta nel 1910 (e oggi purtroppo abbandonata), non favoriva certamente l'avvio di un'economia innovativa.

Un contributo alla diversificazione delle attività produttive venne probabilmente dall'arrivo, sul finire dell'Ottocento, di un gruppo di ex operai italiani del lanificio Rossi di Schio (in provincia di Vicenza), che avevano perduto il lavoro in patria e cercarono qui nuove opportunità. Ma rimane il fatto che fino al secondo conflitto mondiale l'economia della zona coloniale italiana era rimasta quasi soltanto agricola. Fu dopo il 1945, e quindi in tempi a noi molto vicini, che iniziò la trasformazione dalla quale sono nati colossi del settore tessile, metalmeccanico e degli autotrasporti, oggi

28 Le caratteristiche economico-sociali degli insediamenti italiani nel Rio Grande, poste a confronto con il cosiddetto "modello veneto", con il quale presentano singolari similitudini, sono state studiate in un convegno organizzato a Caxias do Sul nel 2002 dall'Università di Padova e dalla locale Università, Ucs: *Seminario Internacional Veneto/Rio Grande do Sul. Modelos de desenvolvimento comparados (1945-2000)*, Caxias do Sul, 16-17 settembre 2002, coordenadores P. L. Zugno e V. B. Merlotti Herédia, Educs, Caxias do Sul, 2003.

competitivi su scala internazionale. E va aggiunto che l'isolamento della zona coloniale non è del tutto superato neppure oggi, dato che Caxias, il capoluogo dell'area di insediamento italiano, continua ad essere priva di un moderno ed efficiente aeroporto, condizionata da un collegamento con la costa quasi soltanto stradale. L'interpretazione e la spiegazione di questo "miracolo economico" italo-brasiliano, nel quale la componente veneta è stata predominante, focalizza sempre più l'attenzione degli analisti, come fece acutamente notare uno dei suoi primi studiosi, Mario Sabbatini, in tempi non sospetti, quando cioè l'attenzione per questa vicenda era solo all'inizio e concentrata quasi soltanto sugli aspetti etno-linguistici. Sabbatini fu subito colpito dalla novità sociale, produttiva ed economica rappresentata da questo Brasile italiano del Rio Grande.

Sotto il profilo quantitativo, i flussi e le aree di immigrazione agricola italiana in altre regioni dell'Argentina (*Pampa grigia* e provincia di Buenos Aires) e del Brasile (San Paolo) sono di gran lunga più importanti del flusso e dell'area, trascurabili al confronto, di Rio Grande do Sul. Tuttavia, questa regione di colonizzazione italiana presenta aspetti di interesse storico eccezionale sia dal punto di vista dello studio (non solo economico-sociale ma anche linguistico-etnografico) delle aree di provenienza degli emigranti, sia dal punto di vista interno brasiliano dello sviluppo della colonizzazione e della formazione di una nuova società italo-brasiliana che nel giro di un secolo è passata dai primi insediamenti nella foresta vergine ad un'intensa industrializzazione²⁹.

4 La lingua come fattore di identità e distinzione: il "talian"

Fin dall'inizio il maggior elemento di distinzione e di coesione è stato la lingua. Ma non l'italiano, bensì il dialetto. I coloni, analfabeti o semianalfabeti, si esprimevano solo in dialetto. La parlata, nelle condizioni di isolamento in cui vennero a trovarsi, rimase a lungo inalterata, con pochi apporti dal portoghese, limitati alle parole necessarie ai rapporti di scambio e alla comunicazione indispensabile. Nella mescolanza dei dialetti prevalse il veneto, cioè quello più usato. I veneti, infatti, erano più della metà degli immigrati italiani, seguiti dai lombardi. Questa compattezza, sociale e linguistica, si mantenne fino alla Seconda guerra mondiale, quando fu interrotta dai provvedimenti voluti da Getulio Vargas durante il suo primo governo (1930-1945). Le leggi Vargas avevano lo scopo di creare in Brasile

29 M. Sabbatini, *Il significato storico della colonizzazione*, in Cnr, *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul. Gli insediamenti nelle aree rurali*, Cultura Cooperativa Editrice, Firenze, 1975, p. XVI-XVII.

l'*Estado novo*, sul modello degli stati autoritari europei dell'epoca, e puntavano ad integrare le comunità ancora semiautonome degli immigrati europei. Dopo l'entrata in guerra contro la Germania e l'Italia e a fianco degli Stati Uniti, nel 1942, il governo Vargas operò un ulteriore giro di vite restringendo le libertà degli italiani, come dei tedeschi e dei giapponesi. A farne le spese fu soprattutto l'uso della loro lingua parlata e scritta³⁰, sottoposta a drastiche restrizioni e improvvisamente criminalizzata perché divenuta lingua del nemico. L'italiano subì così un brusco ridimensionamento e rimase soltanto come parlata "domestica", all'interno delle famiglie e nelle case.

Tuttavia il "talian", come è stata definita questa *koinè* linguistica veneto-portoghese, che ha dato luogo anche a testi letterari come la saga di *Nanetto Pipetta*, continua a sopravvivere e costituisce oggetto di studio da parte di linguisti ed etnologi. Creata dal frate cappuccino Aquiles Bernardi, la storia di *Nanetto Pipetta*, un giovane che racconta in un dialetto spontaneo e immediato la sua avventura di emigrante, apparve dapprima sul giornale "Staffetta Riograndese" tra il 1924 e il 1926 e poi fu edita autonomamente, con molte successive ristampe³¹. C'è un pizzico di esagerazione nel giudizio di Rovilio Costa e Louis De Boni che definiscono questo testo "una delle grandi opere popolari del ventesimo secolo", ma è indubbio che la vivacità del linguaggio, la freschezza della narrazione e la veridicità dei contenuti ne fanno un testo degno di attenzione³². Oggi, a far perdere terreno al "talian" (che pure è stato riconosciuto come lingua facente parte del patrimonio culturale immateriale del Brasile), è la scolarizzazione di massa, che abitua i giovani ad usare il portoghese tanto in pubblico quanto in privato.

Ma il torto fatto durante la guerra alla comunità italiana, quando fu derubata di ciò che la faceva sentire tale, cioè della lingua, è una ferita che ha sanguinato a lungo. Per molti vecchi immigrati che erano vissuti sempre nelle colonie e avevano continuato a parlare il dialetto natio, imparando del portoghese solo le parole indispensabili, le disposizioni che vietarono l'uso in pubblico della loro lingua furono vissute come un tradimento incomprensibile, ingiusto e umiliante. È per rimediare a tale ferita che il governo

30 L. Slomp Giron, *As Sombras do Littorio. O Fascismo no Rio Grande do Sul*, Parlandia, Porto Alegre, 1994, pp. 126-132; A. Dal Ri, *Immigrazione e nazionalità nell'ordinamento brasiliano*, in *Situazione e destino della doppia cittadinanza*, Fondazione Cassamarca, Treviso, 2001. Si tenga presente che Getulio Vargas, il maggiore e più discusso statista brasiliano del Novecento, era un *gaúcho* riograndese, nato nel 1882 a São Borja, al confine con Argentina. Prima di assumere il governo del Brasile era stato per due anni governatore del Rio Grande do Sul.

31 A. Bernardi, *Vita e storia de Nanetto Pipetta nassuo in Italia e vegnudo in Merica par catar la cuccagna*, Est, Porto Alegre, 1976. La saga di *Nanetto* ha avuto continuazione in altri testi dello stesso tenore.

32 *Euroamericani*, cit., p. 129.

brasiliano, dopo la Seconda guerra mondiale, costruì a Caxias - la prima e la più antica fra le colonie italiane - un grandioso monumento all'emigrante. Getulio Vargas, ritornato al potere nel 1950, volle inaugurarlo personalmente il 28 febbraio 1954, pochi mesi prima della sua tragica scomparsa, avvenuta alla fine di agosto dello stesso anno. Sulla facciata del monumento campeggia a grandi caratteri la scritta *A NAÇÃO BRASILEIRA AO IMIGRANTE*. Fu il riconoscimento di ciò che il Brasile doveva a tutti gli immigrati europei, non solo agli italiani, ma anche un gesto di riparazione e di riconciliazione per l'ingiustizia che essi avevano subito con quella che è stata definita la "legge del silenzio"³³.

5 Un esperimento di ingegneria sociale senza precedenti

L'attaccamento all'origine italiana, e soprattutto veneta, sopravvissuta per quasi un secolo e mezzo e tuttora presente in una popolazione che vive in Brasile ormai da tre, quattro generazioni, rappresenta oggi un fattore di studio di grande interesse. Come ha ricordato il compianto Gianfausto Rosoli, "in nessun altro contesto di immigrazione si trova un fenomeno del genere e di così lunga durata"³⁴, un fenomeno che pone domande cui non è facile rispondere circa l'identità di questa comunità, perfettamente brasilianizzata ma tenacemente ancorata a un'origine non tanto nazionale quanto regionale o addirittura paesana. È necessario infatti ricordare che "l'italianità" degli emigrati ottocenteschi, privi di cultura e provenienti da regioni - Lombardia e Veneto - che da pochi anni erano confluite nel Regno d'Italia, era precaria per non dire inesistente. Fortissimo era invece l'attaccamento al paese, alla vallata, alla comunità locale, alla parrocchia, alla piccola patria che avevano dovuto abbandonare. Questo attaccamento, intriso di nostalgia, di speranze, di affetti e di disperazione, unito al dialetto, che dava forza e riconoscibilità alla consapevolezza di appartenere ad una comunità capace di sopravvivere al trapianto oltre oceano, in una terra sconosciuta, hanno costruito l'orizzonte identitario degli italiani del Rio Grande. Un orizzonte che inizialmente si è tradotto nell'abitudine di chiamare i nuovi insediamenti con lo stesso nome di quelli lasciati in Italia: Nova Milano, Nova Padova, Nova Bassano, Nova Trento, Nova Vicenza, Nova Treviso, Nova Venezia.

33 C.M. Sganzerla, *A lei do Silêncio. Repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé*, Edupf Editora, Passo Fundo, 2001.

34 G. Rosoli, *L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana*, in J. Dal Bo, L. Horn Iotti, M.B. Pinheiro Machado (org.), *Emigração italiana e estudos Italo-Brasileiros. Anais do simpósio internacional sobre imigração Italiana e IX Fórum de estudos Italo-Brasileiros*, Educs, Caxias do Sul, 1999, p. 105.

L'apporto che questa comunità ha fornito al cambiamento e alla modernizzazione del Brasile è stato decisivo. Mentre infatti in altre aree del Paese l'immigrazione è un fenomeno che rimase subordinato ad esigenze economiche e fu prevalentemente trasferimento di manodopera, qui fu un esperimento di ingegneria sociale che cambiò il volto del territorio, lo fece diventare polo produttivo di primaria importanza, lo inserì stabilmente nel corpo dello Stato, ponendo fine a tensioni e contese che erano rimaste vive per tutto l'Ottocento.

L'immissione graduale di lavoratori liberi in un sistema prima fondato sulla dualità padroni-schiavi rimescolò la società, ne iniziò la stratificazione in classi, pose le premesse per la sua successiva evoluzione capitalistica, stimolò spinte al cambiamento prima inesistenti, mettendo in moto il processo di industrializzazione. Va ricordato che nelle colonie era stata vietata la manodopera schiava, sia per non compromettere le finalità della politica immigratoria, che mirava a trapiantare in Brasile il modello europeo, fondato sul lavoro libero, sia perché lo schiavismo suscitava negli europei ripugnanza e disgusto³⁵. Nelle terre di colonizzazione, o dove furono dislocati gli immigrati, si svilupparono quindi il senso del rischio, lo spirito d'iniziativa, l'orgoglio della produzione manuale, la concorrenza, l'abitudine al confronto e a intendere la vita come sfida e non come destino. Atteggiamenti e sentimenti ben diversi da quelli del Brasile tradizionale. È questa nuova cultura importata dall'Europa che ha avviato la modernizzazione del Paese, con effetti che si irradiano dovunque. Varrà la pena di segnalare che anche il movimento dei *sem terra*, oggi probabilmente il più consistente movimento popolare di massa, all'origine di lotte sociali, scioperi, occupazioni di terre, è nato nel Rio Grande ad opera di discendenti di italiani, così come la *serra gaúcha* è diventata un polo produttivo e industriale fra i più avanzati non solo del Brasile ma di tutta l'America Latina.

Delle quattro vecchie colonie del Rio Grande quella che ha preso il sopravvento è Caxias (Caxias do Sul, per distinguerla da un'analoga città del nord brasiliano, nello stato di Maranhão) oggi una città di oltre mezzo milione di abitanti, in continua espansione, nella quale è concentrato un poderoso polo industriale, fiorente soprattutto nel settore alimentare, vitivinicolo, tessile, metalmeccanico e degli autotrasporti. La *Festa da Uva*, iniziata nel 1930, interrotta durante la guerra e ripresa nel 1950, che vi si svolge

35 Decreto 3784 del 19.1.1867, art. 40: "Nelle colonie presenti e future è espressamente proibita, sotto qualsiasi forma, la presenza di schiavi. Ugualmente, non potranno stabilirvisi persone che possiedano schiavi" (L. Horn Iotti, org., *Imigração e colonização. Legislação de 1747-1915*, Educs, Caxias do Sul, 2001, p. 302). Si veda anche: L. Slomp Giron, *Presença africana na Serra Gaúcha. Subsídios*, Suliani, Porto Alegre, 2009.

alla fine di febbraio ad anni alterni, è una vetrina della città che si è imposta come un evento economico e fieristico di portata nazionale. Gli studi compiuti sulla sua evoluzione da centro agricolo a grande polo industriale³⁶ hanno dato ragione alle intuizioni di Mario Sabbatini, prima ricordate, che aveva individuato nelle potenzialità espansive degli agricoltori veneti qui trapiantatisi uno dei maggiori fattori di trasformazione per l'intero Brasile e, per sociologi ed economisti, un soggetto di analisi che va ben oltre l'ambito delle ricerche sulla storia delle migrazioni.

6 La storiografia scopre gli italiani del Rio Grande

Questa, in sintesi, la storia degli italiani, per la maggior parte veneti e lombardi, giova ripeterlo, trapiantatisi nella *serra* del Rio Grande. La fase pionieristica dell'insediamento, favorita dalle condizioni di isolamento sociale in cui avvenne, durò fino al primo conflitto mondiale, prolungandosi poi nel ventennio fra le due guerre, sia pure con la cesura costituita dalle leggi Vargas prima ricordate. La riflessione storiografica e culturale su questa vicenda è iniziata dopo il secondo conflitto mondiale ed è coincisa con l'allargamento dell'economia locale da agricola ad industriale, favorita dalla politica industrialista dei presidenti Getulio Vargas (1930-45 e 1951-54) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), e dalla la nascita, negli anni Sessanta, dell'Università di Caxias do Sul (Universidade do Caxias do Sul, UCS). Questa riflessione sviluppata in terra brasiliana si è intrecciata con un'attenzione al fenomeno migratorio che è venuta crescendo anche in Italia, soprattutto dopo la nascita delle regioni a statuto ordinario (1970), alle quali si deve la riscoperta di queste comunità di nostri connazionali d'oltre oceano³⁷.

Sul versante degli studi italiani vanno ricordati i convegni e le pubblicazioni promossi dalla Fondazione Agnelli e le riviste "Altretalia" e "Studi emigrazione", dei benemeriti padri scalabriniani, oltre a tanti studiosi che sarebbe troppo lungo elencare nominativamente. Ma anche nel Rio Grande, sulla scia dei lavori di Thales De Azevedo, Luís Boni e Rovilio Costa, si sono imposti nuclei di storici concentrati soprattutto nelle università di Passo Fundo (Upf), Sao Leopoldo (Unisin), Porto Alegre (in particolare la Pontificia Università Cattolica, (Pucrs), Caxias do Sul (Ucs), tutti atenei fondati nel secondo dopoguerra e oggi in continua espansione. In occasione del centenario dell'arrivo dei primi italiani, nel 1975, si svolse proprio a Caxias

36 V.B. Merlotti Herédia, *Processo de industrialização da zona colonial italiana*, cit., pp. 83-231; Id., *Vita e obra de um empreendedor. Hércules Galló*, Est Edições, Porto Alegre, 2003; Id., *A história de muitas histórias. A força do empresariado na cidade e na cultura*, Belas-Letras, Caxias do Sul, 2014.

37 G. Romanato, *Veneti nel mondo*, in *La Regione del Veneto. Cinquant'anni di storia. 1970-2020*, a cura di F. Agostini, Marsilio – Consiglio Regionale del Veneto, Venezia, 2020, pp. 318-329.

do Sul, la città più attiva non solo sul piano produttivo ma anche nella riflessione storiografica, il primo *Forum de Estudos Ítalo-Brasileiros*³⁸.

In quell'occasione furono chiaramente segnalati due limiti della storiografia coltivata fino ad allora: da un lato il tono spesso laudatorio, agiografico, autoreferenziale, dall'altro la sottovalutazione dei nessi che collegavano l'immigrazione con le scelte politiche e le trasformazioni del sistema economico e sociale brasiliano. I successivi convegni svoltisi a Caxias negli anni successivi, anche con l'apporto di studiosi italiani e la partecipazione dell'Università di Padova, hanno preso perciò un'altra direzione. Il fattore migratorio è stato sottratto ai limiti dell'etnicismo microstorico proprio delle minoranze e inserito nel filone centrale della storia brasiliana, un paese che dopo il distacco dal Portogallo costruì la propria identità non giustapponendo l'eredità coloniale agli apporti successivi, ma fondendo le diverse culture in una mescolanza dalla quale è nato (o, sarebbe meglio dire, sta nascendo) il nuovo Brasile.

I contributi di questa nuova generazione di storici e di intellettuali stanno finalmente dimostrando che l'emigrazione europea e la colonizzazione, in particolare nel sud del Brasile - di cui quella italiana fu *magna pars* - non rappresentano una storia minore, "ai margini" della grande storia brasiliana, non sono una sorta di versione americana di quella che in Italia chiamiamo storia locale, ma sono, al contrario, parte integrante e decisiva del processo di costruzione della nazione e dello Stato brasiliani nel XIX e XX secolo, il periodo in cui avvenne il suo definitivo inserimento nella modernità. Questo risveglio si accompagna al contemporaneo recupero della memoria delle Riduzioni, nel loro intreccio di apporti europei portati dai gesuiti e di indigenità espressa dai guaraní (il cosiddetto barocco gesuitico-guaraní³⁹). Le due vicende - immigrazione e Riduzioni - che pure non ebbero punti in comune se non la casuale contiguità geografica dei luoghi in cui accaddero, sono all'origine dell'identità del Rio Grande e di tutto il sud del Brasile, della sua diversità, che si sta lentamente fondendo con il resto del paese e ne sta trasformando la natura⁴⁰.

38 *Imigração italiana. Estudos*, Porto Alegre, Est, 1979.

39 Bozidar D. Sustersic, *Arte Jesuítico-Guaraní y sus estilos*, Univesidad de Buenos Aires, Facultad de filosofia y letras, Buenos Aires, 2010.

40 Oggi le Riduzioni organizzate dai gesuiti fra gli indiani guaraní sono uno dei tempi più studiati dalla storiografia latino-americana, sia in lingua portoghese sia in lingua spagnola. Per parte portoghese mi limiterò a segnalare i *Simposios nacionais de estudos missioneiros* avviati dall'Università riograndese di Santa Rosa nel 1975. I relativi *Anais*, apparsi a cura della Facoltà di scienze e lettere della medesima Università tra il 1975 e il 1991, comprendono nove volumi: I: *A experiência reducional: os Guarani*; II: *Anais do II simpósio nacional de estudos missioneiros*; III: *As reduções na época dos sete povos*; IV: *A população missioneira. Fatores adversos e favoráveis as Reduções*; V: *O espaço missioneiro*; VI: *Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*; VII: *Cultura e sociedade*;

Emerge, insomma, la consapevolezza sempre più chiara che il Brasile moderno non è un paese monocentrico ma policentrico, alla cui costruzione contribuiscono tanto le componenti tradizionali afro-portoghesi quanto quelle indigene, tanto l'apporto lontano dei gesuiti quanto il contributo recente dell'emigrazione. Questo concetto è stato espresso con molta efficacia e consapevolezza culturale nel corso del convegno organizzato nel 2001 dall'Università di Passo Fundo, che ho già ricordato. Nel volume degli atti leggiamo un passaggio, giustamente e consapevolmente polemico, che mi sembra opportuno riprodurre: "Il Rio Grande do Sul possiede, storicamente, duecento anni di individualità propria all'interno della nazione brasiliana". Questa individualità, osservano gli storici di Passo Fundo, è ormai nota ma ancora poco percepita nella sua specificità, "soprattutto a causa della forza di una storia nazionale omologata ed egemonizzata da alcuni centri di potere storiografici, che tendono a fissarla negli eventi accaduti in Bahia (luogo di arrivo degli scopritori portoghesi), a São Paulo (dove Martin Afonso de Souza iniziò la colonizzazione del territorio) e a Rio de Janeiro (la città più importante nella storia del paese), sottovalutando altri luoghi e differenti processi di costruzione dello spazio fisico-politico della nazione e dello stato brasiliani"⁴¹. Osservando il Brasile da lontano, cioè dall'Italia, non posso che essere pienamente d'accordo con quest'osservazione degli storici di Passo Fundo.

È dunque su questo sfondo storico-culturale, ben più complesso e interconnesso di quanto non sembri, che deve essere studiato e interpretato l'insediamento italiano nel Rio Grande do Sul. Un insediamento compatto, omogeneo, perfettamente delimitato dal punto di vista territoriale, che in un secolo e mezzo di vita si è perfettamente inserito nel complessivo sistema sociale e produttivo brasiliano senza però perdere le caratteristiche originarie e il legame con le radici italiane e venete, nonostante la disattenzione nei suoi confronti delle autorità politiche di Roma.

7 L'Italia e la questione migratoria. Un problema aperto

La questione migratoria – secondo un giudizio ormai consolidato – è uno dei problemi più complessi della storia italiana postunitaria. Le imponenti dimensioni dell'esodo verso l'estero (14 milioni di emigrati nei

VIII: *Trabalho e evangelização*; IX: *As missões depois da missão*. Questa iniziativa si è allargata alle *Jornadas internacionais sobre las Misiones Jesuíticas*, che continuano a svolgersi ad anni alterni in località scelte di volta in volta, dopo la prima edizione che ebbe luogo a Resistencia, in Argentina, nel 1982.

⁴¹ A. L. Setti Reckziegel e L. Otero Felix, *RS 200 Anos. Definindo espaços na história nacional*, cit, p. 13.

cinquant'anni precedenti la Prima guerra mondiale), la molteplicità delle componenti sociali e delle spinte economiche, la varietà delle destinazioni, nonché la contraddittorietà delle valutazioni politiche, resero molto difficile tanto la sua interpretazione quanto l'adozione di interventi di disciplinamento. Di fronte alla fuga della popolazione rurale italiana non fu facile trovare un equilibrio fra chi, fedele al principio liberistico, non avrebbe voluto porre alcun limite al diritto di emigrazione e chi invece desiderava frenarlo, per non sguarnire di manodopera le campagne, con un prevedibile rialzo del costo del lavoro. A ciò deve aggiungersi la contraddittoria e velleitaria politica coloniale, che provocò la disfatta di Adua nel 1896, illusa di poter dirottare verso le colonie d'Africa - prima l'Eritrea e poi la Libia - il flusso degli emigranti. A complicare il quadro intervenivano le frizioni tra intervento pubblico e iniziativa privata, le difficoltà create dai paesi di destinazione ad una politica di tutela degli emigranti da parte delle autorità italiane e certe diffidenze laiche nei confronti delle iniziative di patronato poste in atto da autorità ecclesiastiche, in particolare dai vescovi Giovanni Battista Scalabrini e Geremia Bonomelli e dalla suora Francesca Saverio Cabrini. La complessità del problema, a lungo rimosso, si riflette oggi nella storiografia, che cerca con fatica di fornire convincenti quadri interpretativi di un fenomeno "di confine, sul limite di storie nazionali diverse", di metodologie di indagine eterogenee, di ragioni culturali e di spinte, regionali ed emotive, le più varie⁴².

Negli anni a cavallo tra XIX e XX secolo, quando si verificò il flusso più massiccio verso l'estero, la politica governativa italiana fu perciò carente, episodica, disattenta alle situazioni locali. L'ondata migratoria fu abbandonata a se stesso, senza regole né protezioni, nonostante le denunce apparse anche in pubblicazioni del Ministero degli Esteri. Merita di essere letta la pagina impressionante che segue, ricavata da un rapporto pubblicato sulla rivista ufficiale del Mae e riferita all'emigrazione in Brasile nel biennio 1878-79, forse proprio alle colonie del Rio Grande, anche se queste non sono nominate⁴³:

È doloroso, è orribile il seguire gl'infelici emigranti [diretti in Brasile] sul loro Calvario; vederli inebriati dalle rosee menzogne, dai raggi degli arruolatori – offrire a qualunque prezzo il campicello paterno e le poche lor robe per mettere insieme il valore di una senseria o di un viaggio già strapagati; vederli poi, giacenti colle famiglie sul lastrico di Marsiglia o di

42 Emilio Franzina, *Conclusione*, in *Storia dell'emigrazione italiana. Partenze*, cit., p. 601ss.

43 *L'emigrazione italiana nel biennio 1877-78 secondo la corrispondenza diplomatica e consolare del R. Ministero per gli Affari Esteri*, "Bollettino consolare", volume XV - Parte I, pp. 7-8. Il rapporto è pubblicato per intero in questo volume.

Genova pel protrato imbarco, obbligati ad accontentarsi, in luogo del promesso piroscifo, di un pigro veliere, per arrivare, dopo una lunga peregrinazione, pigiati come zavorra, nudriti di biscotto avariato, vittime qualche volta di un capitano crudele, senza forze, sfigurati, al porto di destinazione. E là nuovi guai. Ricevuti dall'Ispettore di immigrazione, che se ne impadronisce come di una cosa propria, sottraendoli gelosamente ai Rappresentanti della lor patria, sono spinti per carovane in solitudini che debbono conquistare palmo a palmo, disboscandole e sostenendo una disperata lotta con un terreno che mal riceve le nostre sementi e mal si piega alle nostre colture, in mezzo ad un clima da modificarsi, sotto la torrida sferza del sole e il tormento degli insetti, qua forzati ad un lavoro assiduo e regolamentare, in balia di direttori assuefatti a comandare a schiavi; là estenuati dall'impaludismo, assediati dalla febbre gialla o dal tifo, oppure costretti, pel frodolento ritardo nella distribuzione de' viveri, a cibarsi di radici selvagge, e dei frutti del pino silvestre; per lo più impotenti a far pervenire le loro querele alla Regia Legazione e al Governo locale; in ogni dove nella terribile condizione di chi non può vivere più, e non vuole morire.

La conclusione del rapporto era perentoria: "Si fa sempre più viva la necessità di una legge completa sulla nostra emigrazione, che senza né impedirla né favorirla, giovi energicamente a proteggerla"⁴⁴. Il risultato, invece, fu più che deludente: soltanto dieci anni dopo fu varata la legge n. 5866 del 30 dicembre 1888, la prima legge in materia. Un provvedimento tardivo e, oltre tutto, privo di efficacia, perché propose quasi soltanto norme di polizia tendenti a reprimere gli abusi ai danni degli emigranti, ma non prevenienze a loro favore.

Solo nel 1901 (legge n. 23 del 31 gennaio, con regolamento attuativo emanato il 10 luglio) l'Italia si dotò di una normativa organica a favore dell'emigrazione, con prescrizioni precise e dettagliate tese a tutelare i propri cittadini che sceglievano di trasferirsi all'estero: controlli pubblici sulle compagnie di navigazione autorizzate a trasportarli, presenza a bordo delle navi di medici militari, commissioni ispettive nei porti di imbarco e nei comuni di partenza, commissari viaggianti incaricati di ispezionare in loco le condizioni degli emigranti. Il tutto sotto il controllo di un organismo apposito, il Commissariato generale per l'emigrazione (Cge) – una sorta di ministero - affiancato da un Consiglio dell'emigrazione e con la supervisione di una Commissione parlamentare. La legge produsse anche la nascita del "Bollettino dell'emigrazione", sul quale sono apparse la maggior parte delle relazioni riprodotte in questo libro, che oggi rappresenta una fonte di straordinario interesse storico e sociale, ancora sottoutilizzata dalla sto-

⁴⁴ Ivi, p. 35.

riografia. Qualche anno dopo, inoltre, la rete consolare fu potenziata con personale specificamente addetto alla tutela degli interessi degli italiani emigrati. Era una svolta, che finalmente portava in primo piano la questione migratoria e segnava la nascita di una vera e propria diplomazia sociale al servizio degli italiani all'estero⁴⁵.

Purtroppo, però, la legge giunse tardi, quando la maggiore ondata migratoria era già uscita dai nostri confini in condizioni di pressoché totale anarchia. Inoltre il personale a disposizione del Cge fu sempre insufficiente rispetto alle necessità⁴⁶. Fino al 1905 vi fu un solo commissario viaggiante in servizio, il polesano Adolfo Rossi, che in gioventù era stato povero emigrante negli Stati Uniti e poi giornalista di successo nel periodo umbertino, il quale compì importanti missioni presso gli italiani trapiantatisi a San Paolo, in Sud Africa e negli Stati Uniti. La sua ispezione a San Paolo produsse il decreto del Ministro degli esteri Giulio Prinetti (26 marzo 1902) che revocò la facoltà prima concessa al Brasile di importare a proprie spese contadini italiani⁴⁷. La lusinga del viaggio pagato (di sola andata) era stata la trappola in cui erano caduti molti emigranti, che non sarebbero mai partiti senza questa facilitazione. Il decreto pose fine perciò alla causa principale degli abusi di cui erano stati vittime i nostri connazionali e provocò una continua diminuzione del flusso migratorio diretto in Brasile, ma lasciò sostanzialmente irrisolta l'esigenza della protezione di chi vi si era già stabilito, come riconosceva la relazione al Parlamento sullo stato della nostra emigrazione datata 25 giugno 1905: "Il problema della tutela dei nostri in Brasile – vi si legge – rimane della maggiore importanza, sia per la misera condizione di tanta parte degli emigrati italiani, sia pel gran numero di loro"⁴⁸.

Il personale in servizio nel consolato italiano di Porto Alegre⁴⁹, il ca-

45 Si vedano gli atti del seminario "La diplomazia sociale", in *La formazione della diplomazia italiana 1861-1915*, a cura di L. Pilotti, Franco Angeli, Milano, 1989, pp. 691ss.

46 L'organico del personale a disposizione del Cge, anno per anno, in *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione (1901-1919)*, cit., pp. 21-30.

47 G. Romanato, *L'Italia della vergogna nelle cronache di Adolfo Rossi*, Regione del Veneto-Longo Editore, Ravenna, 2010. Il libro pubblica il testo completo della relazioni di Rossi, in particolare quella relativa alla sua ispezione a San Paolo (pp. 49-137).

48 *Relazione della Commissione parlamentare di vigilanza sul Fondo per l'emigrazione, presentata dal Ministro degli affari esteri alla Camera dei Deputati il 25 giugno 1904, relatore l'on. Edoardo Pantano*, "Bollettino dell'emigrazione", 1904, n. 11, pp. 9ss, la citazione a p. 32. La relazione è riportata per intero in questo volume.

49 Nell'arco di tempo qui considerato l'Italia tenne sotto osservazione il Rio Grande attraverso un consolato stabile a Porto Alegre e, per periodi brevi, due vice consolati a Pelotas (1888-1891) e a Bento Gonçalves (1894-1903). Vi operarono venti persone, tra consoli e viceconsoli, che occuparono le rispettive sedi, mediamente, per meno di due anni ciascuno. Fa eccezione Giovanni Battista Beverini, che rimase a Porto Alegre con la funzione di console per nove anni, dal 1908 al 1917.

poluogo del Rio Grande, sollecitò ripetutamente l'adozione di misure concrete a favore delle colonie là trapiantate, ma non ottenne mai ascolto. Nel 1899 si fece notare la necessità di istituire una linea diretta di navigazione fra Genova e Porto Alegre per favorire i “nostri scambi commerciali con questa ricca regione, dove il consumo dei nostri prodotti non è in proporzione col numero degli italiani. Disgraziatamente però – faceva notare Pietro Antonelli, autore dell'inchiesta – l'Italia non è il paese delle iniziative”⁵⁰. E infatti l'auspicata linea di navigazione non fu mai attivata (come in questo secondo dopoguerra non è mai stato attivato, ci sia permesso di aggiungere, il collegamento aereo diretto fra l'Italia e il Rio Grande). Cinque anni dopo si tornava inutilmente sulla medesima lamentela: “Riguardo all'esportazione per i paesi esteri, l'Italia, nella statistica del 1902, figura purtroppo per l'ultima. Ma questo stato di cose cambierà se il R. Governo farà iniziare la tanto desiderata linea di navigazione fra l'Italia e il Rio Grande”⁵¹. E pochi anni dopo leggiamo che “non si capisce come mai l'Italia, che ha pure tanti suoi figli in questo Stato, non abbia ancora col Brasile il servizio di vaglia internazionali, mentre gli uffici postali di questo Stato emettono vaglia postali per qualunque paese d'Europa”⁵². La rete diplomatica italiana all'estero invocava insomma interventi concreti a favore dei nostri connazionali, ma senza mai trovare ascolto nelle autorità governative.

Per rimediare poi allo scarso livello di istruzione dei coloni, soprattutto se confrontata con quella dei tedeschi, il console Enrico Ciapelli scriveva che “gioverebbe istituire delle scuole italiane, mandandovi dall'Italia maestri onesti e capaci, ai quali si potrebbero affidare anche le funzioni di agenti consolari, provvedendo in tal modo anche alla tutela dei connazionali, oltre che alla loro istruzione”⁵³. Con espressioni ben più severe si espresse in quegli stessi anni un osservatore del tutto imparziale, Vittorio Buccelli. Politico (fu per una quindicina d'anni deputato al Parlamento ita-

50 Rapporto del conte Pietro Antonelli, maggio 1899. Il rapporto è trascritto per intero in questo volume. Pietro Antonelli (1853-1901), dal 1897 ministro plenipotenziario a Rio de Janeiro, nipote del cardinale Giacomo Antonelli, segretario di Stato di Pio IX, fu il diplomatico italiano di grado più elevato che visitò le colonie italiane del Rio Grande. Ebbe funzioni di rilievo al tempo della spedizione coloniale in Eritrea e compì viaggi esplorativi tanto in Africa quanto in America Latina (Università di Lecce, *La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915). Repertorio bio-bibliografico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri*, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1987, *ad vocem*, con una compiuta bibliografia di e su di lui). Se ne veda anche la voce relativa, dovuta a Carlo Zaghi, nel *Dizionario biografico degli italiani*, vol. III, Roma, 1961.

51 Rapporto di Luigi Petrocchi, agente consolare a Bento Gonçalves, gennaio 1904. Il rapporto è riportato per intero in questo volume.

52 Rapporto di Umberto Ancarani, 1905. Il rapporto è riportato per intero in questo volume.

53 Rapporto di Enrico Ciapelli, 1905. Il rapporto è riportato per intero in questo volume.

liano) e uomo di cultura di ampie vedute, questi nel 1905 compì un lungo viaggio nel Rio Grande, visitandone quasi palmo a palmo l'intero territorio. Al ritorno in Italia pubblicò un libro che rappresenta probabilmente la più attenta descrizione di questo Stato e della condizione delle colonie italiane apparsa in quegli anni⁵⁴. Un libro che dovrebbe essere letto contestualmente alle relazioni riprodotte nelle pagine che seguono. Ebbene, i suoi giudizi sul disinteresse italiano per la comunità di connazionali che vi risiedevano – un esempio, scrive, perfettamente riuscito di trapianto di popolazione da un continente ad un altro – sono impietosi⁵⁵.

Non erano mancati, dunque, gli appelli, anche accorati, ad intervenire con misure di sostegno alle colonie. Ma questi appelli erano sempre rimasti inascoltati. Negli anni successivi la situazione non migliorò, per cui non deve stupire quanto scrive Luigi Arduini, console a Porto Alegre dopo la Prima guerra mondiale, nel volume celebrativo del primo cinquantenario della presenza italiana nel Rio Grande, pubblicato nel 1925. Nelle sue parole – scrive quando in Italia si era ormai installato al potere Benito Mussolini – è evidente la volontà di contrapporre anche in materia di politica estera l'attivismo fascista all'inerzia dei governi liberali. Ma non si può non concordare con lui quando fa notare "l'abbandono in cui per anni e anni questa grande collettività fu lasciata" dalle "patrie Autorità", le quali, immaginando il Brasile, non andavano oltre San Paolo e le grandi aziende pauliste, trascurando gli altri insediamenti italiani⁵⁶.

8 Le relazioni consolari sul Rio Grande do Sul

È dentro questo quadro complessivo che va inquadrata la documentazione raccolta in questo volume, che pone per la prima volta a disposizione del lettore italiano il corpus completo delle relazioni e dei rapporti sul Rio Grande do Sul scritti nell'arco di quarant'anni (tra il 1875 e il 1915) dal personale diplomatico italiano. L'ispezione in Brasile di Adolfo Rossi, prima ricordata, si era limitata alla zona di San Paolo, senza toccare

54 V. Buccelli, *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, Casa Editrice Pallestrini, Milano, 1906; nel 2016 il libro è stato tradotto in portoghese: *Uma viagem ao Rio Grande do Sul*, Senado Federal, Brasília, 2016. Su Buccelli: G. Romanato, *Rio Grande do Sul e dintorni nel giudizio di esploratori, antropologi e viaggiatori italiani*, in V.B. Merlotti Herédia e R. Radünz (org.), *História e Imigração*, Educus, Caxias do Sul, 2011, pp. 209-214; L.F. Beneduzi, *Emblema de modernidade. O relato de viagem de Vittorio Buccelli e Rio de Janeiro como cartao da visita*, in *Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade*, (2) 2009 (<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9515>).

55 Ivi, p. 219.

56 *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul. 1875-1925. La cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*, Porto Alegre, 2000 (riproduzione anastatica dell'edizione del 1925), pp. 25-32.

il Rio Grande.

Complessivamente sono venticinque documenti, ai quali ne abbiamo aggiunti due di carattere più generale (ma con riferimenti al Rio Grande) utili a meglio inquadrare la complessiva vicenda migratoria italiana: il *Rapporto sull'emigrazione italiana nel biennio 1877-78*, prima citato, e la già ricordata *Relazione della Commissione parlamentare di vigilanza sul Fondo per l'emigrazione* presentata alla Camera dei deputati dall'on. Edoardo Pantano il 25 giugno 1904. In tutto, dunque, ventisette testi, alcuni brevissimi e altri molto lunghi, che descrivono analiticamente soprattutto due cose. In primo luogo i progressi del territorio del Rio Grande in termini di viabilità, scambi commerciali, rapporti con il resto del Brasile, costruzione della rete ferroviaria. A proposito di quest'ultima, va ricordato che il Brasile dopo la Seconda guerra mondiale ha abbandonato – purtroppo, dovremmo aggiungere – i trasporti su rotaia a favore di quelli su gomma e per via aerea. Oggi la vecchia stazione ferroviaria di Caxias do Sul, trasformata in luogo di incontri sociali, è solo un malinconico monumento del passato. In secondo luogo queste relazioni servono a documentare la fase eroica – l'aggettivo non è eccessivo – dell'insediamento italiano. Cioè il quarantennio in cui i nostri coloni trasformarono boschi e foreste vergini dapprima in villaggi e poi in fiorenti paesi e città, costruendovi le case, prima in legno e poi in muratura, le strade, le botteghe, i ponti sui fiumi, aprendo campi coltivati e allevamento di animali, avviando imprese artigianali, impostando le prime attività industriali. Il periodo, insomma, in cui si posero le premesse dell'imponente crescita economica e produttiva che avverrà dopo la Seconda guerra mondiale.

Nella relazione del console Enrico Perrod (gennaio 1883, siamo all'inizio della colonizzazione) leggiamo che le strade “attraverso boschi e foreste vergini” sono “orrende”, senza ponti e piene di pantani. L'ambiente “impone terrore” e i racconti dei “primordi della colonia fanno rabbrivire”. Per resistere ci volle “tutta la forza del nostro carattere, tetragono a ogni sofferenza e privazione”. I brasiliani sono convinti che gli italiani sono l'ancora di salvezza per queste montagne fuori dal mondo. Eppure, scrive il console, nonostante tutti questi patimenti “qui regna una febbre d'entusiasmo che mi ha fatto piangere d'emozione”.

Il lettore che ripercorre oggi questa storia lontana e dimenticata di sofferenze non può non provare mestizia e dolore constatando che “i trafficanti di carne umana” – di nuovo all'opera, come ben sappiamo, sulle rotte dei migranti che oggi giungono quotidianamente in Italia – erano già attivi allora, nel trasporto degli italiani verso i porti di sbarco sudamericani, spesso abbandonando gli emigranti in luoghi diversi da quelli pattuiti (*Rapporto*

sull'emigrazione italiana nel biennio 1877-78). La degradante espressione alla quale siamo ormai, purtroppo, abituati – “traffickanti di carne umana” – non è nata oggi ma è nata allora, sulla pelle dei nostri connazionali.

Tutte le relazioni qui riportate insistono nel denunciare una grave carenza, che rendeva drammatica la sopravvivenza dei nostri coloni in terra brasiliana: la mancanza di strade. Ci si spostava con fatica, leggiamo, con tempo biblici, ciò che accresceva la solitudine, l'isolamento, la difficoltà di commerciare i prodotti agricoli, il costo di tutto ciò che doveva essere importato o esportato dalle colonie. La descrizione del trasferimento dei coloni via mare da Rio a Porto Alegre fatta dal console Compans de Brichanteau (1893) è raccapricciante: il viaggio è interminabile, molti perdono i bagagli, più di qualcuno non arriva alla meta perché muore per strada. Quale era la molla che, nonostante tutto, spingeva avanti questa gente? La libertà di cui godevano nel Rio Grande, la possibilità concreta di diventare finalmente proprietari di un podere. Il miraggio della proprietà è indicato in quasi tutte le relazioni qui trascritte come la vera, grande aspirazione dei nostri connazionali, un miraggio di fronte al quale lo stato semiselvaggio della montagna riograndese cessava di essere un ostacolo e diventava piuttosto uno stimolo a procedere, ad andare avanti, a resistere.

E dell'abbandono in cui versavano queste terre offre un esempio Enrico Ciapelli, scrivendo nel 1903 che tutto qui è disorganizzato e carente, tanto “che non è sottoposto a nessuna restrizione l'esercizio di qualunque professione, comprese quelle di medico, di farmacista, di avvocato, di ingegnere, essendo sufficiente una licenza che viene accordata senza formalità di sorta, dietro pagamento di una tassa”. Cionondimeno, le condizioni sanitarie degli italiani erano complessivamente buone, favorite dal clima temperato e ventilato della regione, con stagioni ben differenziate, estati calde e asciutte e inverni freddi ma sopportabili. Non c'era quasi delinquenza, tranne liti per questioni di confine o di proprietà, tanto che si poteva viaggiare per strade e boschi, anche le donne, in assoluta sicurezza (Umberto Ancarani, 1905). Molti girano armati, scrivono i consoli, ma per difesa dagli animali e non dagli uomini. L'isolamento delle colonie le ha tenute al riparo anche dal coinvolgimento nelle lotte politiche locali: “In generale – osserva l'agente consolare L. Petrocchi nel 1906 – anche tra i più istruiti degli italiani, c'è una certa avversione alla politica”. La rivoluzione federalista del periodo 1893-1895 passò quasi senza conseguenze e senza provocare coinvolgimenti nel gruppo italiano, stando almeno a quanto ci dicono i nostri rappresentanti diplomatici.

Particolarmente curata è la relazione dello stesso Ciapelli del 1905, che riassume lo stato delle colonie, analizzate analiticamente una per una,

trent'anni dopo l'arrivo dei primi emigranti. Scrive l'autore che "l'immigrazione di agricoltori si compone quasi esclusivamente di veneti" e fu particolarmente numerosa, salvo declinare dopo il decreto Prinetti, che sopprime nel 1902, come abbiamo già riferito, i viaggi gratuiti verso il Brasile. Che cosa ha legato il contadino straniero al Rio Grande? La prospettiva di diventare "proprietario della terra che coltiva". E' importante, ci sembra, far notare ancora una volta questa osservazione, che si ripete in molte relazioni. La proprietà della terra era la grande aspettativa dell'emigrante, la speranza che lo spingeva a non arrendersi alla solitudine e alla fatica.

Egli considera perciò questa terra, riferisce Ciapelli, "come una nuova patria e non pensa più al ritorno ma procura piuttosto di aumentare la sua proprietà, investendo le economie nell'acquisto di altri terreni, tanto è vero che vi sono molte famiglie che possiedono due o tre lotti (...). La bisogna, nel principio, è certamente molto difficile, ma il colono si toglie facilmente d'imbarazzo qualora possa contare sull'aiuto di una o, meglio, di due persone adulte della famiglia, e le sue condizioni migliorano appena superato il primo anno". Le famiglie hanno insomma "di che sostentarsi abbondantemente", anche se vivrebbero meglio "se il paese fosse provveduto di una sufficiente rete di comunicazione", ciò che il governo locale si sta sforzando di fare. La conclusione di Ciapelli è che "i coloni italiani si mostrano, a ragione, fieri dei risultati conseguiti" perché qui c'è "una nuova Italia in miniatura sorta in luoghi dove, fino a trent'anni or sono, non esistevano che pochi Indi e una grande quantità di giaguari, di pantere e di puma. Disgraziatamente però, e questa è la nota meno positiva,

l'energia dei nostri connazionali è diminuita e va sempre più affievolendosi e i vizi si diffondono largamente, in specie quello dell'ubriachezza. Né la colpa di ciò è, in fondo, da attribuire interamente ad essi, perché, da quando hanno lasciato l'Italia, nessuno ha ricordato loro i doveri di una vita civile e morale, all'infuori, forse, di qualche buon sacerdote. Vi sono dei nuclei, discosti dalle sedi dei municipi, in cui non v'è mai stata traccia di autorità, sicché ivi la gente ha sempre vissuto e vive in uno stato semiselvaggio, senza freno, né guida di sorta. Il Governo aumenta il numero delle scuole, ma non può provvedere ai bisogni di tutti i centri, né i maestri sono, per la diversità della lingua e dell'indole, in gradi di migliorare le condizioni intellettuali e morali dell'ambiente. Gioverebbe quindi istituire delle scuole italiane, mandandovi dall'Italia maestri onesti e capaci, ai quali si potrebbe affidare anche le funzioni di agenti consolari, provvedendo in tal modo anche alla tutela dei connazionali, oltre che alla loro istruzione.

Ma non risulta che questi saggi suggerimenti siano stati seguiti da fatti concreti. Tutte le relazioni consolari qui riportate segnalano infatti che

lo stato dell'istruzione dei coloni italiani era quasi inesistente e che la lingua d'uso era esclusivamente il dialetto veneto, con l'aggiunta di qualche parola portoghese, indispensabile per la gestione degli scambi commerciali (Ancarani, 1905)⁵⁷. L'insediamento dei coloni stava anche provocando un rapido disboscamento delle montagne, con un cambiamento climatico e una tendenza al raffreddamento dell'aria che ebbe effetti nocivi sulla coltivazione della vite, prima inesistente e subito avviata dai contadini italiani (L. Petrocchi, 1906). La vita dei coloni, trent'anni dopo i primi insediamenti, rimaneva complessivamente, nonostante i progressi compiuti, grama e priva di ogni genere di conforto. Il console Francesco De Velutiis, che scrive nel 1908, segnala che nelle case manca completamente l'arredo e che il vestiario degli italiani immigrati era quanto di più povero si potesse immaginare. Quelli poi che hanno avuto la sfortuna di vedersi assegnare lotti di terreno lontani dai centri abitati sono talmente miseri che "non osano mostrarsi quando passa un viaggiatore".

E tuttavia la vita nelle colonie era tutto sommato più igienica di quella nella capitale dello stato, Porto Alegre, che mancava completamente di fogne, dove l'acqua di rifiuto scorreva liberamente per le vie e quella potabile era da evitare perché notoriamente infetta. A Porto Alegre (e siamo, non si dimentichi, nel 1908) "i veri spazzini sono il sole che prosciuga, il vento che porta via e la pioggia che lava". De Velutiis concludeva con osservazioni positive sul futuro della nostra colonia nel Rio Grande, ma osservava anche, ed è questa l'unica nota politica generale nel complesso delle relazioni qui trascritte, che in Brasile occorre una seria riforma agraria, capace di espropriare le terre incolte e distribuirle a chi, residenti o stranieri, sapesse o volesse coltivarle. E tale riforma doveva accompagnarsi al miglioramento del sistema giudiziario, tale da "rendere impossibile il cavillo, la spogliazione della pubblica giustizia, istituzione nefanda dell'interno del Brasile".

L'ultimo di questi rapporti sul Rio Grande si deve al console Giovanni Battista Beverini, che scrisse nel mese di aprile del 1912, a quasi quarant'anni di distanza dall'arrivo dei primi coloni. Egli fa notare il progresso nella costruzione delle ferrovie, che stanno facendo uscire dall'isolamento le colonie (ricordo che il collegamento ferroviario tra Caxias e Porto Alegre fu aperto nel 1910), segnalando la differenza fra questi insediamenti italiani e quelli nel territorio di San Paolo: nel Rio Grande è nata la piccola proprietà, che crea benessere diffuso, mentre a San Paolo continua ad esistere solo la

57 Sulle scuole italiane nella zona coloniale rinvio a: Alberto Barausse, *Chamas da educação nacional e do sentimento pátrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul da colonização ao final do século 19 (1875-1898)*, "História da Educação", v. 21, n. 51, gennaio-aprile 2017, pp. 41-85, disponibile (in versione portoghese e italiana) al sito: <https://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/69219>.

grande ricchezza fondiaria, a vantaggio di pochi. Il disboscamento è stato selvaggio, ma ora ne sono tutti consapevoli e anche i coloni stanno imparando a preservare la flora rurale. L'esperimento coloniale è andato avanti per tentativi, prima creando colonie nazionali e poi mescolandole, per favorire l'assimilazione. Ma con cattivo esito, perché il colono cerca i connazionali, che parlano la sua medesima lingua, per averne conforto e aiuto, anche se ormai si sente brasiliano e non pensa minimamente a tornare in Italia.

Nella distribuzione della terra vi sono stati errori e abusi, continua Beverini, che sono all'origine di liti e contenziosi, ma questo non compromette minimamente la sicurezza della vita. Ragazze, anche giovani, possono muoversi e spostarsi liberamente, senza timore di esser molestate. La moralità nelle colonie è complessivamente elevata, solo l'istruzione continua ad esse trascurata, vuoi per le distanze, vuoi per le dure condizioni di vita, che rendono indispensabile il lavoro continuo di tutti i componenti la famiglia, vuoi anche perché il contadino italiano pensa solo a lavorare e non ha alcun interesse intellettuale. "Nei nostri centri coloniali – scrive Beverini – predominano le case di legno, anzi, fuori dai centri, le vere e proprie baracche, prive di ogni conforto, più accampamenti che non case; tutto, in esse, vi dà l'idea del lavoro febbrile, materiale; nulla, neppure il letto, offre l'idea del riposo, nulla vi addita il lavoro o il piacere intellettuale". Ugualmente deplorabile è la condizione dell'assistenza medica dato che mancano medici e levatrici e abbondano, nelle donne, le malattie dell'utero: "Malefiche torme di mammane e *curandeiros* - scrive - senza alcuno studio, acquistano col pagamento di una modica tassa il diritto di uccidere legalmente il prossimo".

I consoli che firmarono le relazioni riportate in questo volume appartennero tutti al personale consolare italiano. Non si tratta di figure particolarmente significative, ciò che mi esime dal ricostruirne le biografie. In ogni caso le loro carriere sono analiticamente descritte in alcuni repertori a stampa facilmente reperibili nelle biblioteche pubbliche⁵⁸. Il lettore brasiliano può invece far riferimento a due pregevoli studi, pubblicati dall'Uni-

58 I dati biografici sul personale consolare italiano nel Rio Grande do Sul sono contenuti in Università di Lecce, *La formazione della diplomazia nazionale (1861-1915). Repertorio bibliografico dei funzionari del Ministero degli Affari Esteri*, cit., ad vocem. L'elenco nominativo dei consoli italiani nel Rio Grande do Sul si trova in *La rete consolare nel periodo crispino (1886-1891)*, a cura di M. Cacioli, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1988, p. 73, e in *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all'emigrazione (1901-1919)*, a cura di F. Grispo, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1986, pp. 54-55. Uno studio complessivo sulla formazione e organizzazione della diplomazia italiana (carriere, provenienza e origine familiare del personale, rappresentatività sociale), in Università di Lecce, *La formazione della diplomazia nazionale (1866-1915). Indagine statistica*, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Roma, 1986.

versità di Caxias do Sul, che hanno analizzato e sintetizzato le relazioni qui pubblicate per intero e fornito le note biografiche di ciascun console, desunte dagli studi italiani appena ricordati⁵⁹.

CONCLUSIONE

L'importanza della documentazione che proponiamo in questo volume è duplice. Da un lato costituisce una fonte preziosa e di prima mano sulla nascita del Rio Grande do Sul e sul suo processo di sviluppo negli anni cruciali della grande emigrazione italiana verso il Brasile. Se oggi il Rio Grande, e in particolare l'area che gravita sulla città di Caxias do Sul, è il territorio brasiliano più sviluppato e progredito, lo deve, giova ripeterlo, a quei contadini e braccianti italiani che nell'arco di poco più di un secolo hanno trasformato una terra disabitata e sconosciuta in un polo produttivo d'avanguardia non solo per il Brasile ma per l'intera America latina. Dall'altro è la testimonianza delle difficoltà, delle incertezze e delle inadempienze – l'espressione non sembri eccessiva – della politica italiana in materia di emigrazione. Ma anche degli sforzi compiuti da oscuri funzionari italiani per non lasciare abbandonati a se stessi tanti nostri poveri e disperati conazionali che se ne andarono dalla loro patria per cercare nella solitudine delle foreste brasiliane migliori condizioni di vita e quella proprietà della terra che in Italia era loro negata.

Infine un'avvertenza, che va tenuta presente per non chiedere alla fonte più di quanto possa dare: gli autori di queste relazioni sono osservatori italiani, non brasiliani. Essi perciò esprimono un punto di vista sostanzialmente "esterno" al paese che descrivono. Rispecchiano la visione che si aveva in Italia, nelle sfere governative, della questione migratoria. E rispecchiano anche i loro pregiudizi di classe: provenivano quasi tutti, come la maggior parte del personale diplomatico italiano ottocentesco, dalle classi sociali medio alte e nobiliari della penisola, esprimevano cioè proprio quel segmento della società italiana – i grandi possidenti terrieri – dalla cui rapacità gli emigranti erano fuggiti rifugiandosi in America. Ma pur con questi limiti (nessuna fonte è neutra e obiettiva) essi hanno fornito un ritratto della fase di esordio della colonizzazione italiana del Rio Grande e dello sviluppo umano, sociale, economico e infrastrutturale di questo stato che oggi gli studiosi – italiani e brasiliani – non possono e non debbono trascurare.

59 L. Horn Iotti, *O olhar do poder. A imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914 através dos relatórios consulares*, Educs, Caxias do Sul, 1996 (l'elenco delle relazioni a p. 85, il quadro cronologico-biografico di consoli e agenti consolari italiani alle pp.127-164); L. Horn Iotti, *Imigração e poder. A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*, Educs, Caxias do Sul, 2010, pp. 89-143.

Un'ultima osservazione ci sia permessa prima di concludere. Il lettore che avrà la pazienza di scorrere le pagine che seguono – non letteratura di invenzione ma cronaca dal vivo di una vicenda migratoria a suo modo straordinaria avvenuta poco più di un secolo fa – andando oltre inevitabili ripetitività, ricaverà, ne siamo certi, infiniti stimoli di riflessione, di amare riflessioni purtroppo, che serviranno a comprendere meglio non solo il mondo di ieri, ma anche – ahimè - il mondo di oggi e, temiamo, quello di domani.

Recebido em: 09/07/2023

Aceito em: 12/08/2024

O PAPEL DA DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE OS ANOS 1907 E 1928

THE ROLE OF THE DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO IN THE URBAN PLANNING OF NORTH RIO GRANDE DO SUL BETWEEN THE YEARS 1907 AND 1928

Clarissa Maroneze Garcia¹

Daniela Marzola Fialho²

RESUMO

Este estudo objetiva evidenciar as ações da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) para o planejamento urbano e regional da metade norte do estado do Rio Grande do Sul (RS). Entre o final do século XIX e início do século XX, a política de colonização por imigração empreendida pelo governo estendeu-se para essa zona – ainda pouco ocupada para estes fins em razão da topografia difícil e densas florestas. Ao ser transferida da esfera federal para estadual em 1889, a DTC foi criada para gerir a colonização em 1907. No âmbito de suas competências, busca-se responder qual foi o papel deste órgão público no projeto político de modernização e desenvolvimento econômico do RS até 1928. Dentre as práticas do governo para o desenvolvimento do capitalismo estava o povoamento do território, a diversificação econômica e a melhoria dos transportes para a circulação dos produtos da área colonial. Buscando atender essas demandas, a DTC estabeleceu a criação de novas colônias amparadas por sedes urbanas, um Plano Geral de Viação e estudos das quedas d'água com potencial de energia hídrica para a região norte.

Palavras-chave: Diretoria de Terras e Colonização; Imigração; Planejamento urbano e regional; Projeto urbano; Modernização.

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana - UFN (2010). Especialista *Latu Sensu* em Produção Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2012). Mestre *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR (2017) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no qual também cursa o Doutorado desde 2018/1, com bolsa da CAPES. É membro do Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo (GEDURB/UFRGS) e é membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

2 Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - (1989), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (1999). Doutora em História pela PPG/História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Realizou estágio de doutoramento no exterior com bolsa da CAPES - PDDE- (2006-2007) na EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Atualmente é professora associada 3 na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This objective study highlights the actions of the Diretoria de Terras e Colonização (DTC) for urban and regional planning in the northern half of the state of Rio Grande do Sul (RS). Between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, a policy of colonization by immigration undertaken by the government extended to this area – which was still somewhat occupied for these purposes due to the difficult topography and dense forests. When covered from the federal to state sphere in 1889, the DTC was created to manage colonization in 1907. Within the scope of its competences, it seeks to answer what was the role of this public body in the political project of modernization and economic development of RS until 1928. Among the government practices for the development of capitalism was the population of the territory, economic diversification and the improvement of transport for the circulation of products from the colonial area. Seeking to meet these demands, DTC distributed the creation of new colonies supported by urban headquarters, a General Transport Plan and studies of waterfalls with water energy potential for the northern region.

Keywords: Diretoria de Terras e Colonização; Immigration; Urban and Regional Planning; Urban Project; Modernization.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva evidenciar as ações da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) para o planejamento urbano e regional da metade norte do estado do Rio Grande do Sul (RS), consequência da política de colonização por imigração empreendida no período. Essa política governamental foi intensa até 1889 no RS – sobretudo pela presença do imigrante italiano³ –, perdendo força nos anos seguintes e voltado a crescer em 1907, mesmo ano em que a DTC foi criada. No âmbito de suas competências e da área territorial a qual foi incumbida de administrar, busca-se entender ainda o papel da DTC no projeto político de modernização e desenvolvimento econômico do RS, entre os anos de 1907 e 1928.

A Diretoria de Terras e Colonização – que será tratada aqui pela sigla DTC – foi criada pelo governo estadual, por meio do Decreto n. 1.018 de 5 de janeiro de 1907, com a incumbência de administrar as terras públicas e a colonização do território sul-rio-grandense – serviços transferidos do governo federal após a instauração da República (RIO GRANDE DO SUL, 1890; 1907). Mais especificamente, no ato de sua criação, os serviços da DTC estavam ligados à indústria agrícola pastoril, medição, demarcação, discriminação, legitimação de posse, concessão e venda de terras, da direção e fiscalização da colonização, incluindo a apresentação de todas as despesas dos serviços de terras e colonização, bem como detinha a responsabilidade

3 Entre 1876 e 1914, os italianos se tornaram metade (chegando a 3/4) do total da população imigrante (IOTI, 2010).

da cobrança da dívida dos colonos (GARCIA, 2023).

A DTC era parte da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas (SOP) – órgão público criado em 1890 com a função de conduzir intervenções urbanas e de infraestrutura no RS – e foi extinta em 1928, quando seus trabalhos foram anexados à Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, também parte da SOP. A criação de uma Diretoria específica com a função de administrar a questão fundiária do Estado foi parte da continuidade da política de colonização por imigração para fins de desenvolvimento agrícola que era empreendida desde o século XIX (GARCIA, 2023).

O trabalho da DTC deu-se especialmente na metade norte do RS. Até fins dos anos 1800 essa parte do território era pouco ocupada e explorada pelos colonizadores. A partir de 1875, com a chegada dos italianos, o Governo Imperial destinou a eles duas zonas de povoamento: as terras devolutas da Encosta Superior do Nordeste (entre o Rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Rio Taquari e da bacia do Rio Caí) e as terras próximas à escarpa do Planalto, entre Santa Maria e Agudo. A Encosta Superior do Nordeste, ou Alto Uruguai, era “uma região montanhosa, coberta por uma densa floresta virgem, e isolada do Rio Grande do Sul real” (MANFROI, 2001, p. 51) e manteve-se desocupada⁴ até os anos 1870. Quanto mais próximo do Rio Uruguai, na divisa com o estado de Santa Catarina (SC), o relevo e a vegetação apresentam-se mais complexos, diferenciando-se geograficamente da parte sul, onde predomina a topografia mais amena, a vegetação de campos e sendo reconhecida como uma área historicamente ocupada por estâncias de gado (SOUZA, 2000). A divisão dos lotes coloniais dessas áreas não respeitou acidentes geográficos, somente as maiores altitudes, rios e afluentes. Cabe destacar que:

Os imigrantes italianos, chegados em grandes levadas a partir de 1875, receberam terras menores em área e de pior qualidade para o plantio do que aquelas dos alemães. Mais isolados e distantes de Porto Alegre e de rios navegáveis, localizados nas encostas da serra, os colonos italianos ainda apresentaram a desvantagem de produzir praticamente os mesmos produtos da área alemã. Encontraram um canal de comercialização já montado pelos alemães, que foram até a zona italiana para recolher seus produtos. (PESAVENTO, 1980, p.168).

4 Cabe destacar que aqui utiliza-se o termo “desocupada” para se referir à presença de população luso-brasileira, de imigrantes europeus e seus descendentes. A zona norte do RS já era previamente e historicamente ocupada por aldeamentos indígenas.

Em resumo, as terras disponíveis para os imigrantes italianos foram as que “sobraram”, pois “em 1875, as melhores terras do Rio Grande do Sul estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã.” (MANFROI, 2001, p. 51). Em cerca de dez anos os italianos ocuparam praticamente todo o espaço que lhes foi cedido (FROSI; MIORANZA, 1975).

Dentre as práticas do governo para o desenvolvimento do capitalismo no RS estava “o povoamento da região, a diversificação econômica, a facilidade para a circulação de mercadorias, o equilíbrio orçamentário e a incorporação do trabalhador à sociedade.” (KLIEMANN, 1986, p. 15). Sendo o RS “essencialmente agrário, como de resto do país, os problemas fundiários e de imigração começaram a ser encarados como prioritários.” (KLIEMANN, 1986, p. 39). Assim, a política imigratória e colonizatória tornaram-se um tema central – e um grande negócio – para o Partido Republicano Riograndense (PRR), que esteve à frente do governo gaúcho durante quase todo o tempo do recorte temporal deste estudo (RÜCKERT, 1997). De acordo com Rückert:

Com o advento do capitalismo industrial na Europa, com a passagem do Império para a República no país e as diretrizes político-partidárias do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que visam ao progresso industrial, a renda capitalizada da terra torna-se o centro das atenções dos capitalistas comerciais e industriais, que passam a se interessar pelas terras no Norte rio-grandense (RÜCKERT, 1997, p. 141).

Nesse sentido, criada a DTC, foi delegada a ela a tarefa de gerir a colonização no Estado. Para tanto, foi dividida em três Seções responsáveis por diferentes assuntos: a 1ª Seção Terras, a 2ª Seção Colonização e a 3ª Seção Florestas e Agropecuária. Os assuntos da 1ª Seção Terras estavam relacionados à “ordem” pretendida para o Estado, enquanto os assuntos das 2ª e 3ª Seções estavam relacionados ao “progresso”. Desde o princípio, os serviços prestados pela 2ª Seção estiveram diretamente vinculados ao programa político de governo do Estado de base positivista:

No programa do PRR e na Constituição estadual de 14/7/1891, as diretrizes do positivismo castilhistas para o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul são, basicamente, a diversificação econômica; o desenvolvimento dos meios de transporte e uma preocupação social, implícita no programa de imigração e na incorporação do proletariado à sociedade. (RÜCKERT, 1997, p. 114).

Não sendo possível detalhar os trabalhos realizados por cada uma das Seções da DTC neste único trabalho, será dado foco à 2ª Seção Colonização por fazer parte de suas ações o estabelecimento físico dos imigrantes no território. De maneira geral, a 2ª Seção Colonização era responsável pela criação, estabelecimento e fiscalização de novas colônias e seus lotes rurais, realização de projetos urbanos e construção de povoados/sedes urbanas para essas colônias, construção e manutenção de estradas, projeção de linhas férreas, levantamento e aproveitamento de quedas d'água como potencial elétrico e demarcação de terras indígenas – este último um serviço pioneiro à nível nacional. Ainda de forma pontual, realizou pesquisas em águas termais para a criação de balneários e esteve na vanguarda da percepção da necessidade de conservação de lugares históricos do RS, como as ruínas de São Miguel. Todos os serviços eram realizados por meio de comissões técnicas distintas para cada colônia, pertencentes à 2ª Seção, denominadas Comissões de Terras e Colonização (GARCIA, 2023).

Do ponto de vista social, a 2ª Seção apoiava a imigração espontânea, ou seja, “a entrada de estrangeiros por suas próprias expensas e vontade, sem interferência qualquer” (LAZZARI apud IOTTI, 2010, p. 6); ainda pretendia a proteção de povos indígenas da região norte por meio da demarcação de suas terras e a fixação dos nacionais ou brasileiros à terra, visando uma redução de conflitos – havendo assim um viés “civilizatório” associado à questão da colonização (KLIEMANN, 1986). Do ponto de vista técnico, defendia o investimento em diferentes meios de transporte para interligar o território e o estudo de locais com potencial hídrico para geração de energia. Contudo, pode-se dizer que o principal serviço da 2ª Seção era a criação de novas colônias na parte norte do RS e a realização de projeto e implantação de novos povoados/sedes urbanas – futuras cidades (GARCIA, 2023).

Durante a existência da DTC foram realizados relatórios anuais dos serviços executados e que faziam parte dos relatórios da SOP⁵. Além de textos, eram encartadas fotografias, mapas temáticos do estado, plantas gerais das colônias e os projetos urbanos para novos povoados. Buscando atingir o objetivo deste trabalho, adotou-se a produção documental da DTC como fonte de pesquisa. Foram consultados os relatórios da SOP disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul e da biblioteca da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH).

5 Os relatórios da SOP se constituem brochuras compostas por relatórios individuais de cada uma das Diretorias que compuseram a SOP, entre elas a Diretoria de Obras Públicas, Diretoria de Viação, Diretoria de Viação Fluvial. Essas Diretorias eram criadas ou suprimidas ao longo do tempo e seus relatórios eram escritos por seus Diretores.

Com intuito de atingir o objetivo geral, este estudo buscará entender primeiramente a perspectiva da DTC na política de colonização em seu período de atuação. Na sequência, serão reconhecidos os trabalhos técnicos ambicionados pela Diretoria com fins de viabilizar a colonização e a urbanização da parte norte do RS: os projetos de novas sedes urbanas, o desenvolvimento dos transportes por meio do Plano Geral de Viação e a disponibilidade e levantamento do potencial hídrico das águas do norte gaúcho.

1 A DTC E A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO

Após a instituição da República, a nova Constituição concedeu “liberdade de ação aos estados na resolução dos problemas de imigração e colonização” (IOTTI, 2010, p. 56), trazendo alterações na forma com que seria conduzida a questão. Contudo, dificuldades entre o governo Federal e os Estados Federados perpetuaram-se mesmo após a transferência das terras devolutas e do serviço de venda dos lotes coloniais. Entre 1890 e 1914, a disputa pela competência administrativa da colonização prejudicou os serviços, pois a transmissão das colônias Imperiais para o Estado aconteceu com lentidão (IOTTI, 2010; ROCHE, 1969).

Em 1891, a maior parte das colônias ou ex-colônias do RS estava localizada na borda inferior do Planalto Meridional, irradiando-se de Porto Alegre⁶. As principais colônias ou ex-colônias eram São Leopoldo, Nova Petrópolis, Dona Izabel, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Caxias, Conde d’Eu, Santo Ângelo (Agudo), São Feliciano, Monte Alverne, Silveira Martins e Santa Cruz (Imagem 1). Na porção mais ao norte ainda eram escassas, existindo basicamente as colônias Ijuhy, Toropy, Guarany, Jaguary, Lagoa Vermelha e algumas de menor importância⁷.

6 Entre 1825 e 1917, mais de 150 colônias foram criadas no RS pela União, pelo Estado, por municípios ou por particulares (ROCHE, 1969).

7 Colônia Militar do Alto Uruguay, Colônia Militar de Caseros, Mundo Novo, Estrela, Conventos, Sinimbu, Três Forquilhas, Borussia, São Pedro de Alcântara e Villanova.

Imagem 1 – “Carta Geographica do Estado Federal do Rio Grande do Sul”, 1891.



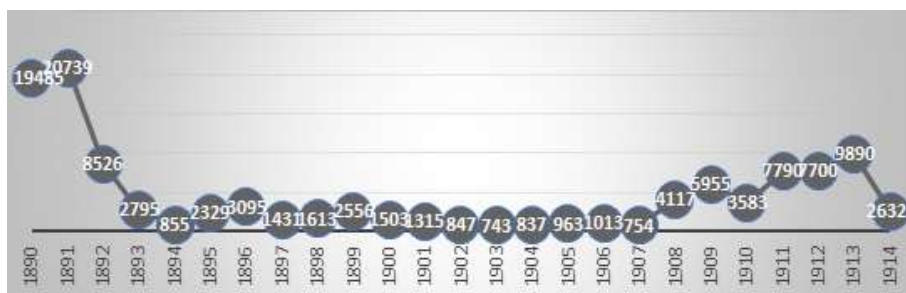
Fonte: Acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Iniciado o período republicano observou-se uma diminuição na entrada de colonos no RS devido à ausência de recursos da União, que passaram a se destinar prioritariamente para a imigração em São Paulo e sua rentável agricultura cafeeira. Sem o recurso, o governo gaúcho entendia a colonização como um grande gasto público e passou a adotar uma política anti-imigratória (IOTTI, 2010).

Até 1895, a gestão da colonização foi orientada pela Delegacia Especial para Terras e Colonização, de nível federal, dirigida pelo Engenheiro José Montaury. Estavam sob o seu comando seis Comissões de Terras e Colonização: Guarany, Ijuhy, Jaguary, Barão do Triunfo, Marquez do Herval e Alfredo Chaves. Naquele ano, “a Lei Orçamentária transferiu aos estados o serviço de colonização e concedeu créditos ao Rio Grande do Sul, como auxílio à colonização europeia.” (IOTTI, 2010, p. 82). Assim, foi designado à Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização (Diretoria anterior à DTC) da SOP os serviços relativos à questão da colonização. Contudo, so-

mente em 1907 – mesmo ano de criação da DTC –, com a criação de acordos entre a União, Estados e companhias de navegação e férreas, foi retomada a corrente imigratória para o RS, especialmente entre os anos 1911 e 1913⁸, findando em 1914 (IOTTI, 2010) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul entre 1890 e 1914.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Iotti (2010).

No período de crescimento da entrada de colonos (1907 a 1913) a DTC explicou como os imigrantes eram recebidos:

[...] na cidade do Rio Grande, quer dizer, recebe-os á porta, onde os toma sob sua conta, encaminhando-os para as colonias. Chegados á colonia, escolhem um lote de 25 hectares, que lhes é cedido a preço modico e a praso longo (5 annos), ao mesmo tempo que recebem a ferramenta indispensável. No primeiro semestre dá-se-lhes trabalho em caminhos vicinaes, a rasão de 500 réis por metro linear e até o auxílio maximo de 125\$000 por familia. No caso de molestia e falta de recursos, tem o immigrante, durante o primeiro anno de estabelecimento, auxilio para dieta, medicamentos e outros soccorros de que venha a necessitar e lhe possam ser prestados. Por outro lado, ainda no primeiro anno do estabelecimento, ficam isemptos de impostos. (SOP, 1910, p. 87).

Seguindo as teses do PRR, a DTC defendia a imigração espontânea e a garantia de lotes para descendentes dos colonos das antigas colônias em oposição à imigração “engajada”, praticada pela União (ROCHE, 1969; KLIEMANN, 1986). Porém:

8 Total de imigrantes entrados no RS em 1890 foi de 19.485, em 1907 foi de 754, em 1910 foi 3.583, em 1911 foi de 7.790, em 1912 foi de 7.700, em 1913 foi de 9.890 e em 1914 foi de 2.632 (IOTTI, 2010).

Teoricamente, a imigração deveria ser espontânea. Na prática, até 1914, o Estado financiou transportes e fez empréstimos para o alojamento e compra da terra por parte dos imigrados. Havia também a possibilidade de os colonos receberem algum dinheiro pelo trabalho em abertura de estradas, construção de pontes e obras públicas em geral. Esses trabalhos eram, no entanto, limitados, pois o objetivo era manter o colono preso ao lote agrícola. (KLIEMANN, 1986, p. 97-98).

Nesse sentido, “espontâneos ou tendo gozado a viagem gratuita oferecida pela União, os imigrantes não interessam ao Estado senão quando se destinam às suas colônias e nelas praticam a agricultura.” (ROCHE, 1969, p. 123). A compra a prazo da terra e a consequente dívida tornou-se um meio eficaz de “estabilizar a população rural e prender, assim, o homem à terra.” (ROCHE, 1969, p. 123). Todavia, nem sempre as terras recebidas pelos imigrantes eram de boa qualidade e as adversidades em questões de saúde e alimentação eram várias. Era recorrente a procura por outras terras e por trabalho nas cidades, visto que muitos imigrantes não tinham conhecimentos agrícola (como espanhóis e poloneses). Sendo assim, recebiam um lote rural, mas trabalhavam com outras atividades, como artesãos ou no comércio, e desejavam se estabelecer em colônias com centros urbanos mais desenvolvidos. No entanto, ao governo interessava a vinda de imigrantes com conhecimentos agrícolas que deveriam se fixar nas colônias novas – áreas ainda despovoadas (KLIEMANN, 1986).

Em 1914 foi desfeito o acordo entre União e Estado para o envio de imigrantes pela Diretoria do Serviço de Povoamento do Solo. Além disso, a regulamentação da imigração espontânea, por meio do Decreto 2.098 de 13 de julho de 1914, reduziu a corrente imigratória (IOTTI, 2010). Pelo decreto, o imigrante não receberia nenhum favor, a não ser a venda de um lote a crédito e informações sobre as colônias. “Assim, o governo, após ter utilizado, durante quase um século, todos os meios para atrair colonos europeus, suprimia todos os favores a fim de reduzir a corrente imigratória.” (MANFROI, 2001, p. 61). O Governo Estadual extinguiu os créditos e as vantagens que atraíam novos colonos europeus para o sul, pois foi entendido que as proporções atingidas pelo empreendimento imigratório estavam tornando-se danosas à economia, chegando ao fim a imigração subvencionada no RS (MANFROI, 2001). Ainda mais decisivo para o estancamento da imigração, foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 (MANFROI, 2001; IOTTI, 2010).

O então governador Borges de Medeiros advertia que não era neces-

sária a introdução de novos imigrantes no RS, pois já havia uma população com capacidade de produção suficiente. De tal modo, pretendia colonizar o território com imigrantes já estabelecidos e acreditava “que o clima e a fertilidade do solo seriam suficientes para continuar atraindo imigrantes ao Rio Grande do Sul.” (MANFROI, 2001, p. 61). Todavia, sem conceder auxílios aos imigrantes, o “princípio da espontaneidade da colonização, que o Governo rio-grandense há muito tempo quisera aplicar, não teve êxito senão às vésperas da guerra de 1914-1918.” (ROCHE, 1969, p. 124).

Após 1914 o governo passou a se preocupar somente “com a colonização e as questões administrativas e jurídicas que ele comportava” (MANFROI, 2001, p. 61) – mantendo a DTC à frente deste serviço. Cessada a imigração oficial, a DTC “completamente reorganizada, ocupa-se especialmente com a resolução dos problemas que a emancipação dos núcleos coloniais e a legitimação das propriedades apresentam.” (ROCHE, 1969, p. 118).

O período de disseminação do capitalismo no país concomitante à instituição da República exigia propostas políticas na direção do “progresso”, de tal modo que “abrir as terras do Norte do estado à colonização torna-se no Rio Grande do Sul, uma necessidade criada e uma linha de ação do governo republicano positivista.” (RÜCKERT, 1997, p. 99). As colônias localizadas na Encosta Inferior e Superior do Nordeste e na Depressão Central já se encontravam praticamente esgotadas e houve a necessidade de se ampliar os limites da ocupação. Com isso, a imigração irradiou para além do Rio das Antas e tomou a parte norte do RS. A partir de 1914:

A irradiação italiana atingiu toda a margem meridional do Planalto e, a leste, alcançou os Aparados da Serra. Mas a grande linha de conquista foi a direção noroeste. Depois de ter ocupado as últimas reservas florestais do vale do Rio Uruguai, se estendeu pelo oeste catarinense, ao longo da estrada Chapecó-Civelândia, e pelo sudoeste paranaense. Toda esta região foi povoada por descendentes dos primeiros imigrantes, alemães, italianos e poloneses. Mas a presença do elemento italiano foi predominante na maioria destas zonas coloniais. (MANFROI, 2001, p. 69-70).

A parte norte, principalmente nas proximidades do Rio Uruguai (que divide os estados do RS e SC), foi colonizada por imigrantes de diferentes etnias, diferenciando-se das colônias antigas. Sobre o assunto, ainda convém informar que:

A fundação das novas colônias obedecia à expansão demográfica das antigas colônias, como ao crescimento constante da imigração, sobretudo italiana. Toda a Encosta da Serra, o Planalto Meridional e setentrional foi lentamente ocupado pelos novos imigrantes e pelos colonos das antigas colônias. As novas colônias fundadas nessas regiões foram mistas, a fim de evitar o perigo da homogeneidade cultural. (MANFROI, 2001, p. 59).

A entrada de novos imigrantes unida à crise que os filhos dos antigos colonos enfrentavam em busca de lotes rurais obrigou, enquanto alternativa, “a abertura de projetos de colonização de companhias particulares ou públicas.” (RÜCKERT, 1997, p. 115). Dessa forma, inaugurou-se na região norte do RS um amplo mercado de terras conjugado à construção de ferrovias que interligariam as colônias com as regiões mais economicamente dinâmicas do país.

2 PLANEJANDO UM TERRITÓRIO: A DTC E AS COLÔNIAS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A DTC defendia o mote “povoar é governar” (SOP, 1913, p. 72) e atentava para a necessidade de criar condições de desenvolvimento econômico para a área que receberia os colonos, em vez de dar continuidade à introdução de levas de imigrantes sem o devido planejamento urbano e regional do território. Para vencer a demanda, simultaneamente à criação de novas colônias no norte a DTC realizou projetos de sedes urbanas para as mesmas, estudos de diferentes tipos de interligações modais e levantamentos das quedas d’água da região para utilizá-las como fonte de energia – trabalhos técnicos que, em conjunto, eram considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico da chamada “nova zona pioneira” de colonização (ROCHE, 1969, p. 123)

2.1 Projetos de sedes urbanas para as colônias

Com a criação da DTC em 1907 – composta de um quadro de engenheiros alinhados à tarefa de modernização do Estado – a maneira de se demarcar colônias e de se projetar sedes urbanas passou a ser repensada, desenvolvendo-se procedimentos técnicos na busca de uma “organização urbana” (GARCIA, 2023).

De acordo com Salgueiro (1995), “organização” é um termo característico saint-simoniano ligado à noção de sistema. Para os positivistas que tinham como lema político “ordem e progresso”, era buscada a “organiza-

ção” de cada coisa para uma orientação ética perfeita da vida social. Nesse sentido, a noção de “organização” no RS, por meio da DTC, e em outros locais, foi atribuída também às questões urbanas, intrínsecas às questões sociais (GARCIA, 2023).

O processo de projetar novas sedes urbanas para imigração, iniciou-se efetivamente em 1912, momento em que a DTC passou a defender a prévia “organização” da colonização a partir de uma “sistematização” dos serviços (SOP, 1912). A ideia era situar novas colônias e suas sedes urbanas com base em um planejamento físico, administrativo e econômico de modo a garantir o “progresso”, melhorando também as colônias existentes em termos de infraestrutura. Essa “sistematização” se daria por meio de estudos que culminaram em regulamentos.

A DTC julgava ser o fator locacional e a rede de transportes preponderantes para a fundação de novas colônias e sedes urbanas como forma de garantir desenvolvimento econômico. Em seus estudos, a DTC comparou colônias existentes com ou sem acessibilidade à ferrovia – principal meio de transporte à época – e diagnosticou o “inconveniente da fundação de núcleos coloniais em regiões que não disponham de meios de transporte fáceis, por outro lado, a urgência de dotar de tais meios as colônias onde eles ainda não existem.” (SOP, 1913, p. 91). Ainda percebeu um problema na maneira de subdividir os lotes rurais e do local das sedes urbanas, pois eram feitos sem o levantamento e planejamento prévio da viação (fosse por terra ou por água) e sem levantar a topografia local. Desse modo, algumas medidas deveriam ser tomadas para a demarcação de novas colônias, averiguando se as “regiões disponham já, ou estejam por dispôr em curto prazo, de vias de exportação, ferreas ou fluviais.” (SOP, 1915, p. 86). Para atendê-la, tornava-se essencial também o “levantamento prévio dos principais cursos d’água.” (SOP, 1915, p. 86). Essas medidas estavam associadas a trabalhos técnicos como levantamentos, projetos e implantação de novas estruturas viárias.

No relatório da DTC de 1916 está presente o título “*Remodelação dos serviços de colonização*” (SOP, 1916, p. 138), que buscava o aperfeiçoamento do ordenamento da propriedade territorial e o melhoramento dos serviços de colonização, em razão da avolumada população agrícola presente no RS na década de 1910. Segundo a DTC, só foi possível realizar a Remodelação após a União extinguir o acordo que concedia vantagens aos imigrantes, em 1914, ano em que praticamente cessou a imigração para o RS (SOP, 1916).

O texto ainda apresentava questões sobre a localização de novas colônias, entre elas: a obrigação dos núcleos coloniais serem dotados de infraestrutura viária de exportação (férica ou fluvial) e a não ocupação de cumes

e encostas com mais de 30% de inclinação e matas de pinhal. A partir da escolha das terras, deveria ser realizada uma planta da região levantando os cursos d'água e o traçado das principais estradas de rodagem – que deveriam convergir para as estações férreas ou rios navegáveis. As linhas férreas e os rios navegáveis precisariam guardar faixas de mato de 8 km para cada lado destinadas à exploração florestal. A colônia deveria ter lotes rurais com média de 25 ha (não menores do que 15ha e nem maiores do que 35ha), com qualquer formato, mas de preferência retangular, estar subordinado à hidrografia e à viação existente ou projetada, dotado de caminhos vicinais e com demarcação das áreas florestais (SOP, 1916; GARCIA, 2023).

No texto do último item da Remodelação, chamado “*Organização de povoados*”, a DTC demonstrou ciência e criticou a maneira que se implantavam povoados no RS até então, ou seja, com traçado regular ou xadrez, com orientação solar norte-sul ou leste-oeste, com repetições das dimensões das quadras e sem adaptação ao relevo. Para os técnicos, “até poucos annos atraz o serviço de colonisação era realisado de maneira pouco caute-losa, pouco pratica, particularmente sem subordinação ao solo, o que aliás constitue condição fundamental quando se tem de agir sobre elle.” (SOP, 1916, p. 22).

Em 1922 foi redigido o “*Regulamento de Terras Públicas e o seu povoamento*” (Decreto 3.004, de 10 de agosto de 1922), escrito pelo Diretor da DTC Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, mas assinado pelo Secretário de Obras Públicas Ildefonso Soares Pinto, que substituiu o “*Regulamento de Terras Públicas*” (Decreto n. 3.313, de 4 de julho de 1900).

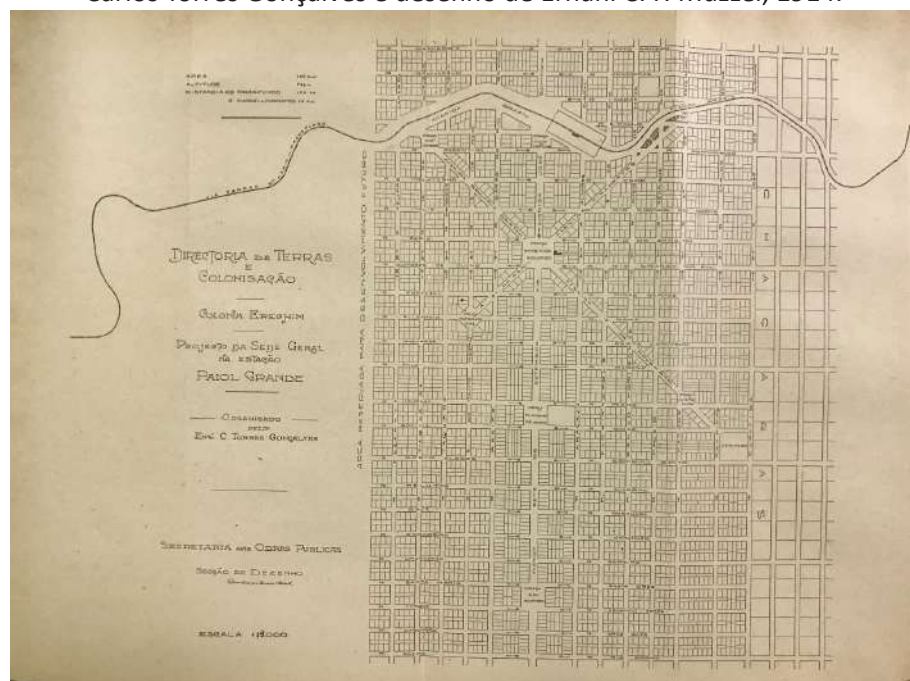
Neste Regulamento ficou determinado que dentro dos limites territoriais de uma nova colônia, áreas de 1000ha a 4000ha seriam resguardadas para a constituição de sedes urbanas, especialmente as próximas a quedas d'água ou a fontes minerais, caso existissem, e a distância dessas áreas não deveria ser menor do que 10 km e nem maior do que 30 km. Ainda foram apontadas normativas referentes à demarcação de lotes rurais, cursos d'água, estradas de rodagem e caminhos vicinais (RIO GRANDE DO SUL, 1922).

No Artigo 30 foi consolidada a questão da necessidade de projeto urbano prévio e do levantamento topográfico para a definição do traçado das futuras sedes. Além disso, é possível elencar cinco principais diretrizes para a concepção de projetos urbanos para novas sedes. A primeira estava ligada ao aproveitamento da topografia ou “condições estheticas naturaes” (RIO GRANDE DO SUL, 1922, p. 262) para definição do traçado das ruas e a forma e dimensão dos quarteirões, lotes e praças. Como visto, para a DTC, isso se refletiria em economia, pois haveria menos movimentação de terra

e se aproveitaria o relevo para a instalação da rede de esgoto. A segunda estava ligada ao sistema de abastecimento de água e de esgoto, onde a água deveria ser acessível no local e ambos os sistemas deveriam ser previamente projetados. A terceira tratava da localização e da facilidade de acesso aos cemitérios pela população, ou seja, em meio à sede urbana. A quarta previa a reserva de áreas ou lotes para destino público e, por fim, a quinta tratava da constituição de chácaras limítrofes para fins de expansão urbana.

Para cada colônia era prevista uma “sede principal” – que deveria receber um projeto urbano e a instalação de um escritório da Comissão de Terras e Colonização, responsável pela administração daquela colônia. Por conta da alta procura por terrenos e dificuldades no andamento dos trabalhos da DTC, por vezes, os imigrantes iniciavam suas habitações antes da implantação de uma sede. Essas então eram tratadas pela DTC como “sedes provisórias”, pois não receberam projeto urbano prévio. Também existiam as chamadas “sedes secundárias”, surgidas espontaneamente próximas a estações férreas, porém, não eram consideradas “provisórias” e sim de menor envergadura e importância (GARCIA, 2023).

Imagem 2 - “O Projeto da Sede Geral na Estação Paiol Grande”, projeto de Carlos Torres Gonçalves e desenho de Ernani C. F. Müzzel, 1914.



Fonte: SOP (1914, [n,p]). Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do RS.

Entre 1907 e 1930, oito povoados ou sedes urbanas para colônias criadas pelo Estado receberam projetos urbanos da DTC. Na seguinte ordem temporal, foram eles: “Paíol Grande” ou Erechim (Imagem 2) – nova sede principal da Colônia Erechim; “Marcellino Ramos” – uma sede secundária da Colônia Erechim; “Santo Christo” (atual cidade de Santa Rosa) – uma sede secundária da Colônia Santa Rosa; “Santa Rosa” – nova sede principal da Colônia Santa Rosa; “Porto Lucena” – sede da Colônia Guarany; “Sobradinho” (Imagem 3) – sede do município de Soledade; e “Cruzeiro do Sul” – sede principal da Colônia Palmeira, que recebeu um projeto urbano e posteriormente uma revisão do mesmo, passando a chamar-se “Irahy” (GARCIA, 2023).

Imagem 3 - “Projecto da Séde Sobradinho”, projeto de Manoel Luiz Borges da Fonseca e desenho de Ernani F. Müzzel, 1926.



Fonte: SOP (1926, [n.p]). Acervo da Mapoteca do IHGRGS.

Todas as sedes urbanas citadas foram implantadas pela DTC e pelas suas Comissões de Terras e Colonização durante o seu período de atuação, com exceção⁹ da nova sede urbana para a Colônia Santa Rosa. A DTC previu que essas sedes urbanas tornar-se-iam cidades e todas as que foram implantadas chegaram a esta categoria administrativa dentro de alguns anos (GARCIA, 2023).

9 Por aguardar a realização de projetos de água e esgoto foi-se postergando sua implantação. Com base nos relatórios da DTC, não se tem maiores explicações sobre sua não implantação.

2.2 Um plano geral de viação

A interligação modal – por estradas de ferro, de rodagem e vias fluviais – do RS era vista pela DTC como uma obra imprescindível – senão a principal – dentro do projeto de desenvolvimento econômico do PRR e, especialmente, das novas colônias do norte (GARCIA, 2023). Para seus técnicos, “desenvolver o systema de viação e a navegação interna é preceito da Constituição do Estado que se tem procurado observar fielmente.” (SOP, 1898, p. 10).

No final do século XIX já se discutia o desenvolvimento de um plano de viação dentro da SOP. Todavia, naquele momento eram feitas apenas melhorias em estradas com urgência em atender a necessidade de comunicação, realizando-se também projetos e construções de pontes nas zonas colonizadas (SOP, 1898). Para a SOP:

[...] execução constituirá a completa felicidade da população colonial, que assim terá a facilidade precisa para a saída de seus productos, que chegarão aos centros consumidores, por preço mais rasoaveis, com proveito para todos e que além d'isso estabelecerá communicações faceis e rapidas com os centros mais adeantados, trazendo, como consequencia, o progresso tão necessario ao desenvolvimento da região colonial. (SOP, 1898, p. 56).

De acordo com Roche (1969, p. 55), “o que mais surpreende o europeu, quando toma contato com o continente americano, é a imensidão do espaço e a dificuldade das comunicações” – assim, os meios de comunicação eram um problema a ser superado. Conforme a franja da colonização se afastava do mercado principal Porto Alegre, o fator distância recaía sobre o valor dos produtos agrícolas das colônias. Nesse sentido, desde sua criação, a DTC condenava a maneira como foi conduzida a colonização pelo Império, pois teria ocorrido em locais sem vias de comunicação, o que dificultou o desenvolvimento e, por vezes, levou colônias ao fracasso. Para a DTC, a melhoria da viação nas colônias existentes era mais urgente do que a criação de novos núcleos em locais com acesso limitado (GARCIA, 2023).

No caso da primeira colônia de imigração do RS, São Leopoldo, próxima a Porto Alegre, a via fluvial foi a crucial para seu estabelecimento e prosperidade. Contudo, a posterior construção da linha férrea veio estreitar ainda mais a ligação com capital, por onde escoavam os produtos coloniais. “O resto da rede férrea rio-grandense, estabelecida, antes de tudo, por razões estratégicas, foi construída muito lentamente.” (ROCHE, 1969, p. 62). A linha que liga Porto Alegre a Uruguaiana foi iniciada em 1877, em Mar-

gem, no Rio Taquari, atingindo Cachoeira em 1883, Santa Maria em 1884, Cacequi em 1890, chegando em 1907 ao extremo-oeste gaúcho – Alegrete e Uruguaiana (ROCHE, 1969). Para Roche:

[...] para que o Planalto começasse a ser realmente integrado no resto do Rio Grande do Sul, foi preciso esperar a construção de uma via férrea à linha-tronco Porto Alegre-Uruguaiana. A grande linha de estrada de ferro partiu de Santa Maria, tocando Cruz Alta em 1894, Passo Fundo em 1900, Marcelino Ramos em 1910. Um ramal uniu Cruz Alta a Ijuí em 1911, a Santo Ângelo em 1915 e a Santa Rosa em 1940. (ROCHE, 1969, p. 63).

Em 1889, com o fim da Revolução Federalista (1885) e o aumento do fluxo de colonos para as colônias do norte, foi inaugurado o trecho São Paulo-Rio Grande, que se ligou a Passo Fundo, no Planalto Médio, tornando o município bem-sucedido economicamente. Pode-se dizer que a construção de ferrovias no norte do RS passou por dois momentos principais: “a) o início de sua construção, entre 1889 a 1903, com capitais belgas e b) entre 1906-1920, sob o domínio de capitais administrativos pelo Grupo ou Sindicato Farquhar.” (RÜCKERT, 1997, p. 117).

As estradas de rodagem começaram a ser abertas no RS após o fim da Revolução Farroupilha, buscando melhorar a comunicação entre as colônias germânicas. Entre as principais estradas do RS estavam a Estrada Mundo Novo (São Leopoldo-Taquara-São Francisco de Paula), Rio Branco (São Sebastião do Caí-Caxias), Buarque de Macedo (Montenegro-Lagoa Vermelha), Borges de Medeiros (Estrêla-Passo Fundo) e Júlio de Castilhos (São Sebastião do Caí-Vacaria). Em fins do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, as condições das estradas eram extremamente precárias, tendo esse tipo de modal recebido real atenção somente após o surgimento do automóvel. A primeira estrada de cimento, com 34 km, foi construída em 1934 entre Porto Alegre e São Leopoldo, sendo em seguida criado, em 1937, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) do RS (ROCHE, 1969; GARCIA, 2023).

Em 1910 o Diretor da DTC propôs que a viação interna das colônias voltasse a ser realizada pela DTC, como parte do serviço de colonização, retirando-o da Diretoria de Viação, da SOP (SOP, 1910). O engenheiro era um árduo defensor da construção de diferentes modais de comunicação nas colônias e salientava que:

A viação geral do Estado, como a viação interna das colônias, em regra, é muito má ainda no Rio Grande do Sul. En-

tretanto, as necessidades da viação são de tal sorte que antes uma viação defficiente do que nenhuma. Cumpre, porém, observar que nós podemos ter viação, e boa viação. (SOP, 1910, p. 108).

No relatório da DTC de 1911, no texto “*Algumas notas sobre o desenvolvimento industrial do Rio-Grande do Sul*”, escrito por Carlos Torres Gonçalves, foi reconhecida a necessidade de desenvolvimento de um plano geral de viação, que deveria focar em ferrovias, estradas de rodagem e navegação. O plano seria imperativo para o desenvolvimento industrial da nova frente colonial, apesar do relevo e vegetação difíceis (SOP, 1911).

Torres Gonçalves alertou o governador que transportes rápidos e econômicos – disponibilizados pela construção e manutenção de estradas de rodagem – configurariam o sucesso da região colonial. Citou, por exemplo, o 1º Congresso Internacional de Estradas de Rodagem, ocorrido em 11 de outubro de 1908, em Paris, realçando a importância do automobilismo (SOP, 1908). Segundo a DTC:

O Rio Grande possui uma rede, cuja construção obedeceu a outros intuitos perfeitamente justificaveis; mas para continuar a progredir, e attendendo a que seus centros de produção são pequenos, carece, aparte a navegação, somente de boas estradas de rodagem, onde o automóvel, em franca concorrência com os outros vehiculos de transporte, pôssa circular com mais economia do que o trem na linha ferrea. Acresce a circumstancia de estarem os centros agricolas localizados na região montanhosa, difficil de galgar por uma estrada de ferro, devido ás obras consideraveis que o traçado exige, e que encarecem a contrução; e, quanto ao tráfego, á influencia enorme das rampas, de que se póde dar uma ideia dizendo que a rampa de 3% que, na estrada de rodagem, apenas duplica o esforço de tracção sobre o que é necessario em nível, na estrada de ferro o decupla. (SOP, 1908, p. 15).

Advertiu ainda que no RS era priorizada a construção de vias férreas e que “poucas pessoas se dão conta da utilidade da canalisação dos rios e da existencia de boas estradas de rodagem, porque são cousas que ainda aqui não se viram.” (SOP, 1911, p. 167). Para Torres Gonçalves a canalização de um rio seria mais econômica que a construção de estradas de ferro e, além disso, percebia uma concentração e uma dependência perigosa sobre o modal ferroviário, que tinha suas companhias em decadência no período, em detrimento à utilização das vias fluviais (SOP, 1911). No geral, o Diretor entendia que:

[...] para povoar novas terras é preciso estudar a sua situação e qualidade; os meios de transporte e os mercados de consumo; é preciso realizar inteligentemente o seu parcelamento, subordinando-o às condições topográficas; escolher a situação dos povoados destinados a servirem de centros de convergência da actividade local, etc. Isto sómente quanto ao aspecto economico e administrativo. (SOP, 1913, p. 72).

Em 1915, foram propostas algumas providências diretamente ligadas à implantação de novos núcleos coloniais e meios de comunicação, consideradas “medidas industriais”, ou seja, para o desenvolvimento industrial da região, pois:

Um serviço methodico de colonisação não pode ser convenientemente organizado sem a existencia ou próximo do estabelecimento de uma viação geral para a exportação, ferrea ou fluvial; ao mesmo tempo, em cada região, sem uma rede subsidiaria interna para a circulação da produção, geralmente de estradas de rodagem; e que esta seja completada por outra mais desenvolvida de caminhos vicinais. Exige além disso, o prévio estudo topographico dos terrenos destinados á subdivisão em lotes e á instalação dos povoados, e em resumo, o conhecimento dos recursos naturaes de cada região, afim de ser instituído o seu melhor aproveitamento. (SOP, 1916, p. 134).

Para a DTC, as estradas da zona colonial deveriam ser divididas em “estradas de rodagem” (macadamizadas ou não) e “estradas ordinárias” (terreno natural com obras de arte ou sem obras de arte). Ainda buscavam definir as “estradas gerais” que seriam construídas e conservadas pelo Estado, dando comunicação direta aos portos e centros principais e zonas de produção. As estradas de grande comunicação ainda se ligariam a estradas menores chamadas de “junção”. Todas as estradas deveriam convergir para Porto Alegre (SOP, 1908).

A demarcação de estradas de rodagem seguiria “as regras praticas estabelecidas para o caso pela experiencia secular na Europa” (SOP, 1916, p. 141). No entanto, a construção nem sempre decorria facilmente, visto a dificuldade do relevo e da vegetação do Alto Uruguai. Para piorar, as estradas de rodagem e caminhos vicinais eram de terreno natural, sendo necessária uma constante manutenção para mantê-las trafegáveis. Como exemplo das dificuldades de execução, está a construção da estrada para a sede urbana de Iraí, onde foram feitos desmatamentos de cerca de 40 m de largura e terraplenagem em locais bastantes complexos (SOP, 1918) (Imagem 4).

Imagem 4 - Fotografia intitulada “Estrada em construção para as fontes do “Mel” - Trabalhos summarios de terraplenagem para o prompto acesso”, Comissão de Palmeira, 1918.



Fonte: SOP (1918, [n.p]). Acervo do Memorial do Legislativo do RS.

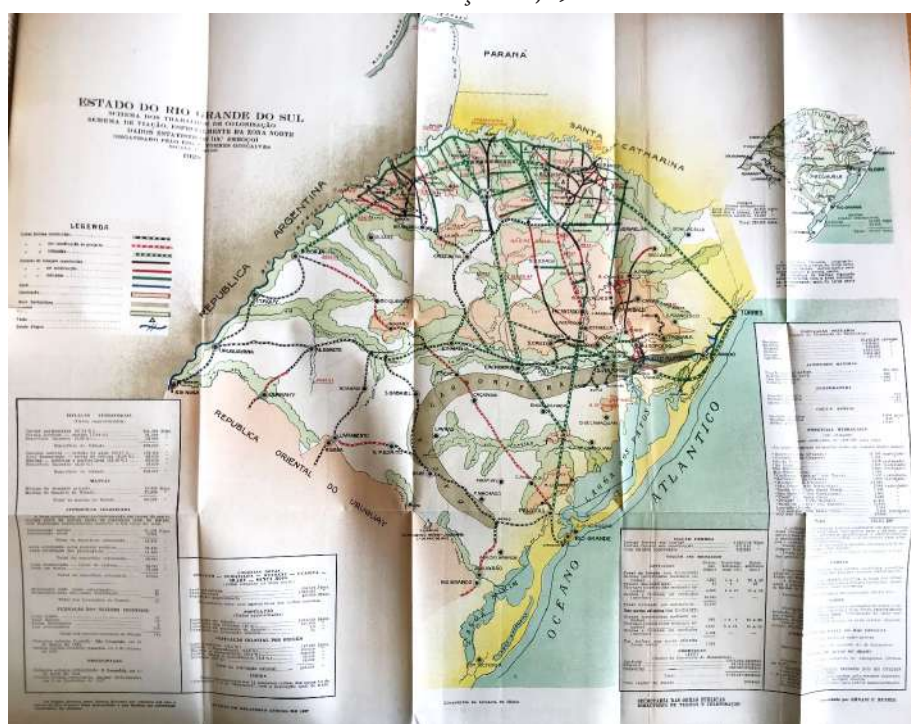
Para a manutenção das estradas, desde 1916, os colonos eram obrigados a manter o roçado da estrada ou caminho correspondente ao seu lote rural (SOP, 1916). Ainda conforme o Regulamento de Terras de 1922 deveriam prestar “6 dias de serviço, anualmente, por lote, na conservação e melhoramento das estradas e caminhos de rodagem fronteirios ou das circunvizinhanças.” (RIO GRANDE DO SUL, 1922, p. 266-267). Aproveitava-se assim a mão de obra do próprio colono para economia na execução do “alargamento de caminhos vicinaes e transformação em estradas, sob a direcção da administração da colônia.” (SOP, 1923, p. 498).

Com base em referências de congressos internacionais, como o 1º *Congresso Nacional de Navegação Interior*, ocorrido em Bordéus, na França, em 1907, Torres Gonçalves destacava também importância do desenvolvimento do transporte fluvial aliado às estradas de rodagem (SOP, 1916). Dentre as vias com possibilidade de navegação, estudadas pelos técnicos, havia “menção especial da importante via natural que o grande rio Uruguay constitue, já para o tráfego de embarcações, já para a descida de madeiras embalsadas, mesmo no seu estado actual, e sobretudo em próximo futuro, depois de canalizado.” (SOP, 1916, p. 158).

A partir de 1916, a DTC passou a apresentar anualmente um mapa esquemático dos trabalhos de viação, focando na metade norte. Nos mapas

eram demarcadas as colônias públicas e particulares, cidades existentes, as áreas de mato, os principais rios, as vias férreas e as estradas de rodagem (construídas, em construção ou projetadas) – iniciando a organização do Plano Geral de Viação em 19 de abril de 1913 (SOP, 1913; 1916; RIO GRANDE DO SUL, 1913a). Os mapas constam nos relatórios da DTC entre os anos de 1916 e 1928 e ilustram a evolução das obras viárias e dos núcleos coloniais (SOP, 1928, v.2) (Imagem 5).

Imagem 5 - “Schema dos Trabalhos de Colonização. Schema de Viação, especialmente da Zona Norte. Dados Estatísticos (13º esboço). Organizado pelo Eng. C. Torres Gonçalves”, 1928.



Fonte: SOP (1928, v.2, [n.p]). Acervo do Memorial do Legislativo do RS.

A ideia principal era a construção de uma linha férrea tronco, que atravessaria as colônias do norte de uma ponta a outra, horizontalmente, distante cerca de 40 km do Rio Uruguai. A ferrovia passaria em meio à mata, o que facilitaria a exploração da madeira proveniente da derrubada dos lotes rurais (SOP, 1916). Os extremos da linha-tronco seriam Torres, no litoral norte, e Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. A ferrovia passaria pela Colônia Erechim, Colônia Guarita, Colônia Santa Rosa, Colônia Guarany, Colônia Serro Azul, São Borja, Itaqui, chegando a Uruguaiana. Já

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 167, p. 87-114, dezembro de 2024.

a linha férrea norte-sul, que ligava Rio Grande ao Rio de Janeiro, passaria por Erechim e Marcelino Ramos, cruzando pela linha-tronco leste-oeste na altura da Colônia Erechim. A linha-tronco norte-sul – que nunca chegou a ser construída – teria aproximadamente 1.100km (GARCIA, 2023).

2.3 O potencial hídrico

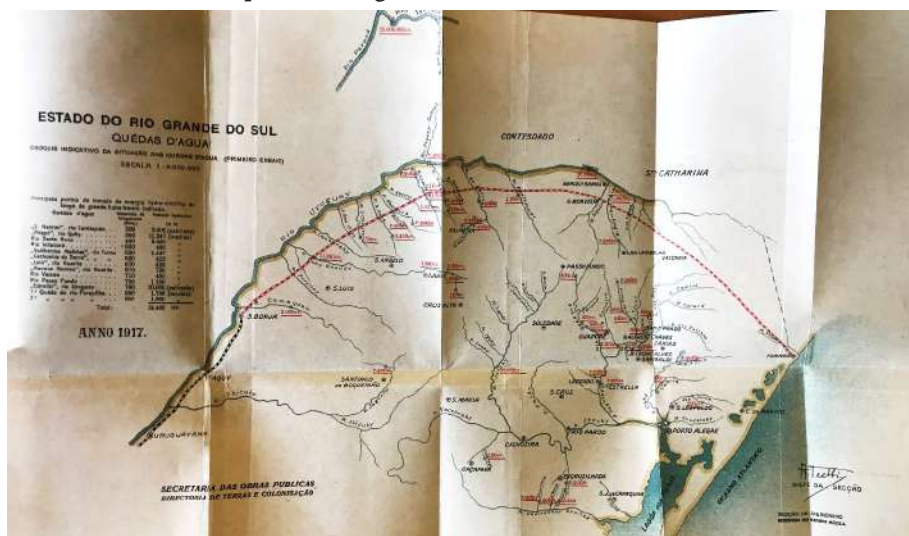
Dentre os serviços técnicos de grande relevância, prestados pela DTC, dentro da 2ª Seção Colonização, estava o levantamento das quedas d'água com potencial de energia hídrica. A identificação das mesmas visava atender tanto a população quanto as vias férreas, com possibilidade de eletrificação das ferrovias, técnica iniciada nos anos 1880 na Europa (GARCIA, 2023). A partir de 1917, a DTC passou a:

[...] fundamentar, dando a indicação do potencial hydraulico disponível, [...] a organização industrial da zona norte do Estado em torno da electricidade, applicada a todos os uzos, como luz, calor e energia, a começar pelo grande problema, muito opportuno, do trafego ferro-viario, na mesma zona. (SOP, 1919, p. 408).

Considerando a questão da eletricidade como essencial para o desenvolvimento industrial do RS, tornava-se necessário o reconhecimento das quedas d'água da zona norte, que possuía forte presença das mesmas. Assim, os técnicos da DTC iniciaram um estudo de algumas quedas determinando a potência hidráulica, realizando um levantamento topográfico dos locais para orientar as condições do seu aproveitamento e das instalações necessárias. Em 1917, as Comissões de Terras e Colonização de Erechim, Guarany, Santa Rosa, Palmeira e Passo Fundo determinaram as potências de algumas quedas d'água¹⁰ pertencentes a essas colônias. Outras quedas foram estudadas nos municípios de Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Caçapava, Erechim, Guaporé, Ijuí, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Palmeira, Soledade, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Leopoldo e São Borja. Os levantamentos foram registrados em mapas (Imagem 6) e fotografias das mesmas (SOP, 1917). Para a linha-tronco, por exemplo, foi proposta a utilização de tração elétrica, em razão da quantidade de quedas d'água existente nas imediações de seu traçado (SOP, 1916).

10 Quedas dos Rios “Forquilha”, “Ijuhy”, “Santa Rosa”, “Turvo”, “Guarita”, “Guaporé”, entre outros (SOP, 1917).

Imagem 6 - “Quedas d’água - Croquis indicativo da situação das quedas d’água (Primeiro ensaio)”, 1917.



Fonte: SOP (1917, [n.p]). Acervo do Memorial do Legislativo do RS.

O Rio Uruguai era visto como um recurso natural de exímia importância, tanto pela possibilidade de navegação, quanto pelo potencial hídrico para geração de energia. No trecho do rio que divide os Estados do RS e SC, distante cerca de 20 km de Marcelino Ramos, na Colônia Erechim, os técnicos da DTC alertavam sobre o enorme potencial do chamado “Estreito do Rio Uruguai”, por conta da velocidade que a água atingia com o estreitamento. O “Estreito” iniciava com cerca de 400 m de largura e reduzia-se substancialmente, chegando a larguras entre 11 m a 30 m somente (SOP, 1916).

De acordo com a DTC, o aproveitamento das quedas d’água para eletrificação possuía aspectos financeiros e econômicos positivos. Financeiramente facilitaria o emprego de maiores declividades, encurtando traçados e reduzindo a movimentação de terra (cobrindo assim os custos com a instalação de linhas de transmissão e usinas); a não utilização de combustível; a redução de despesas em conservação; e a criação de uma fonte de renda permanente a partir do fornecimento de energia elétrica para as indústrias e habitações da região. Do ponto de vista econômico, apontaram a redução do custo da energia em regiões servidas; a estimulação geral do desenvolvimento das indústrias da região (visto a presença desse “instrumento de progresso”) e do conforto individual dos habitantes; e a influência sobre a conservação das florestas com a redução da utilização de madeira como combustível (SOP, 1916, p. 158). Vantagens técnicas também passaram

a ser apontadas posteriormente, como a superioridade da locomotiva elétrica, a estabilidade, a segurança e o rendimento superior a locomotiva a vapor (SOP, 1921).

Em 1916, conforme o texto de “*Remodelação dos serviços de colonização*”, para a demarcação de novos núcleos coloniais, a DTC passou a ordenar a reserva de áreas ou lotes com “curiosidades naturais notáveis ou quedas d’água, que possam oferecer interesse geral” e que assim pudessem servir para utilidade pública (SOP, 1916, p. 139).

A DTC também passou a instruir que fossem reservadas junto às quedas d’água com mais de 100Hp de energia, áreas com mais 200ha – variando a dimensão conforme a importância da queda e conveniência para o estabelecimento de um povoado. Nas proximidades das quedas com menos de 100Hp, deveriam ser reservadas áreas não inferiores a 50ha. Junto às fontes consideradas medicinais, as áreas reservadas deveriam ser de mais de 400ha (SOP, 1917).

No final da década de 1910, iniciaram-se também estudos das “*Fontes thermaes do Mel*”, localizadas na Colônia Palmeira, na margem do Rio Uruguai. As fontes já eram conhecidas e utilizadas para fins medicinais pela população desde o final do século XIX. Entretanto, com a criação da Comissão de Terras de Palmeira, em 1917, a DTC, percebendo ser aquele um recurso natural distinto, que poderia servir para fins terapêuticos, de lazer e de envasamento de água, passou a realizar análises das águas comparando-as com as de estações balneárias europeias e brasileiras, introduzindo esse tipo de empreendimento – uma tendência no período – no RS (SOP, 1917).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, infere-se que DTC entendia que a transição para uma sociedade capitalista, por meio da inserção da economia agrícola no RS, exigia o planejamento urbano e regional da parte norte, além da política de colonização por imigração estrangeira que já era empreendida desde o século XIX. Para os técnicos, o sucesso das novas colônias para imigrantes e seus descendentes só teria sucesso a partir do planejamento do território – sobretudo com investimentos em diferentes modais de transportes de interligação e disponibilização de núcleos urbanos de apoio para as colônias agrícolas. Além disso, os projetos realizados – tanto para estradas de rodagem, ferrovias, novas cidades, redes de água e esgoto e sistemas de geração de energia – deveriam estar fundamentados em estudos, congressos e modelos do que de mais moderno havia no período, pois acreditavam que isso teria um efeito modernizador também na vida, nas relações e no comportamento dos habitantes.

Assim, a DTC utilizou a metade norte como lugar de aprimoramento e experimentação de técnicas progressistas difundidas nacional e internacionalmente, as quais obteve contato por consequência da circulação de ideias, principalmente no que se refere ao traçado de novas cidades para a colonização. A busca constante pelo conhecimento ao longo das duas décadas de trabalho – especialmente pelo Diretor Carlos Torres Gonçalves – gerou um Plano Geral de Viação e projetos urbanos distintos entre si, em partes saídos do papel, mas que encerravam um mesmo propósito: o planejamento de um território pouco explorado pelos colonizadores apropriado ao novo regime político e ao processo de modernização do país.

Apesar de ser um homem distintamente visionário, nem tudo que o Diretor da DTC planejou se cumpriu. No Plano Geral de Viação, a previsão de linhas férreas – cruciais para a determinação do local de um novo núcleo urbano – não chegou em muitas das cidades. As atuais cidades de Erechim, Marcelino Ramos e Santa Rosa – criadas para serem sedes urbanas de colônias – contaram com ferrovias, mas estão atualmente desativadas. Sobradinho, Porto Lucena e Iraí permaneceram sem comunicação ferroviária e, nas duas últimas, nem mesmo o transporte fluvial pelo Rio Uruguai se efetivou da maneira imaginada pelo Diretor. No Rio Uruguai, dividido em três partes (alto, médio e baixo), a navegação é pouco praticada devido ao relevo acidentado, soleiras rochosas, variações de vazão dos seus afluentes e problemas de assoreamento que não permitem embarcações de grande porte. Somente alguns trechos isolados toleram a travessia de passageiros e veículos entre o Brasil e a Argentina, por meio de balsas, mas esse serviço não ocorre em Porto Lucena, cidade projetada pela DTC (GARCIA, 2023). Além disso, ainda hoje diversos impactos ambientais são observados no Rio Uruguai, como lançamento de esgotos sem tratamento proveniente das maiores cidades, como Erechim, e de áreas rurais (suinocultura, avicultura, agrotóxicos, mineração, etc.), que até hoje possui impasses nas questões de tratamento de esgoto. Em compensação, no Alto Uruguai, onde se caracterizam fortes acidentes topográficos configura-se um importante potencial hidrelétrico, conforme antecipou a DTC (CRAVO, 2005).

As cidades para colonização, criadas pela DTC, com maiores expressões econômicas e de expansão urbana atualmente são Erechim e Santa Rosa. A ferrovia presente desde suas formações é uma das justificativas para o desenvolvimento de ambas (ROCHE, 1969). As demais cidades não configuraram o mesmo crescimento e desenvolvimento, o que pode ser justificado pela distância de centros urbanos importantes, somada a não concretização do transporte ferroviário e hidroviário previsto por Torres Gonçalves como essenciais para o êxito.

REFERÊNCIAS

- CRAVO, Jorge. *Rio Uruguai e sua Região Hidrográfica*. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/@@search?path=&SearchableText=rio+uruguai>>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora Movimento, 1975.
- GARCIA, Clarissa Maroneze. *Traçando cidades: A Diretoria de Terras e Colonização e os projetos urbanos para o norte do Rio Grande do Sul (1907-1930)*. 466 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- IOTTI, Luiza H. *Imigração e Poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.
- KLIEMMAN, Luiza H. S. RS: terra e poder – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2ª ed. Porto Alegre: Est, 2001.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v.1.
- RIO GRANDE DO SUL. *Ato n. 141, de 21 de março de 1890*. Reorganiza os serviços da administração do Estado, p. 57-60. Acervo do Memorial do RS.
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto n. 3.313, de 4 de julho de 1900*. Dispõe sobre o serviço das terras públicas, legitimação de posse, medição, conservação e alienação das terras devolutas e prevê acerca do regime colonial e floresta do Estado do RS. In: *Jornal A Federação*, n. 156, p. 1-2, 7 jul. 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=11904>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto n. 1.938, de 19 de abril de 1913a*. Estabelece a viação geral do Estado. In: *Jornal A Federação*, n. 94, p. 1, 23 abr. 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=26915>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931*. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1997.

SOP, Secretaria de Estado dos *Negocios das Obras Publicas* do Estado do Rio Grande do Sul. *Relatorio* apresentado ao Exm. Se. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, por João José Pereira Parobé, *Secretario de Estado*, em 30 de julho de 1898. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1898.

_____. *Relatorio* apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro José Barboza Gonçalves, *Secretario de Estado*, em 15 de Setembro de 1906. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1906.

_____. *Relatorio* apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul por José Barboza Gonçalves, *Secretario d'Estado*, em 24 de Agosto de 1907. Porto Alegre: *Officinas Graphics da Livraria do Globo*. 1907.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul por Candido José de Godoy, *Secretario d'Estado*, em 28 de Agosto de 1908. Porto Alegre: *Officinas Graphics da Livraria do Globo*. 1908.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul por Candido José de Godoy, *Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas*, em 10 de Setembro de 1910. Porto Alegre e Santa Maria: *Officinas Graphics da Livraria do Globo*. 1910.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul por Candido José de Godoy, *Secretario de Estado*, em 08 de Setembro de 1911. Porto Alegre: *Officinas Graphics da Livraria do Globo*. 1911.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barboza Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul por Candido José de Godoy, *Secretario de Estado*, em 13 de Setembro de 1912. Porto Alegre: *Officinas Graphics da Livraria do Globo*. 1912.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande do Sul por João José Pereira Parobé, *Secretario de Estado*, em 20 de Agosto de 1913. Porto Alegre: *Officinas Graphics da Livraria do Commercio – Souza & Barros*. 1913.

_____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro João José Pereira Parobé, *Secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas*, em 25 de Agosto de 1914. Porto Alegre: *Officinas graphics da Livraria do Globo*. 1914.

- _____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente, em Exercício, do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de Agosto de 1915. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1915.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente, em Exercício, do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, *Secretario* de Estado, interino, dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 09 de Setembro de 1916. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1916.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, *Secretario* de Estado, interino, dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 14 de Setembro de 1917. Porto Alegre: *Typographia da Empresa Graphica Rio-Grandesense, Editora d'O Diario*. 1917.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildelfonso Soares Pinto, *Secretario* de Estado dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 13 de Agosto de 1918. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1918.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildelfonso Soares Pinto, *Secretario* de Estado dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 27 de Agosto de 1919. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1919.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, *Secretario* de Estado dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 16 de Agosto de 1921, v. 1. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1921.
- _____. *Relatorio* apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, *Secretario* de Estado dos *Negocios* das Obras *Publicas*, em 15 de Agosto de 1923. Porto Alegre: *Officinas Graphics d'A Federação*. 1923.
- SOUZA, Celia F. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

Recebido em: 01/09/2024

Aceito em: 22/12/2024

GEMELLAGIOS ENTRE BRASIL E ITÁLIA: LIAMES HISTÓRICOS DE IDENTIFICAÇÕES COLETIVAS E TERRITORIAIS

GEMELLAGGI BETWEEN BRAZIL AND ITALY: HISTORICAL LINKS OF COLLECTIVE AND TERRITORIAL IDENTIFICATIONS

João Carlos Tedesco¹

RESUMO

O texto aborda alguns dos processos atuais que configuram ligações associativas e de identificação étnico-territorial entre descendentes de imigrantes italianos e suas regiões de origem. Os acordos de *gemellaggi* são expressões atuais desse processo. Eles se evidenciaram a partir de 1990 e são efetivados, com maior expressão, no centro-sul do país. A partir de pesquisas de campo na região do Vêneto, na Itália (2017, 2019 e 2023), bem como em municípios do norte e nordeste do Rio Grande do Sul que possuem acordos, evidenciamos que há um grande dinamismo: buscamos congregar territórios, identificações grupais, negócios, migrações tuteladas e redes transnacionais. Com isso, formas variadas de associacionismo seguem seus cursos no tempo, e as italianidades são reconfiguradas.

Palavras-chave: *Gemellaggios*; Associacionismo; Italianidades.

ABSTRACT

The text addresses some of the current processes that shape associative links and ethnic-territorial identification between descendants of Italian immigrants and their regions of origin. Gemellaggi agreements are current expressions of this process. They became evident from 1990 onwards and are effective, with greater expression in the center-south of the country. Based on field research in the Veneto region of Italy (2017, 2019, and 2023), as well as in municipalities in the north and northeast of Rio Grande do Sul that have agreements, we show that there is great dynamism; the aim is to bring together territories, group identifications, businesses, protected migrations, and transnational networks. As a result, varied forms of associationism follow their course over time, and italianities are reconfigured.

Keywords: *Gemellaggios*; Associationism; Italianities.

1 Graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Fez estágio de pós-doutoramento, professor visitante e Visiting Researcher na Universidade de Verona - Itália.

INTRODUÇÃO

As relações associativas entre entidades do Brasil e da Itália e, vice-versa, desde *a grande emigração* (Franzina, 2005) do final do século XIX, sempre se evidenciaram. Elas se processaram de várias formas e expressões: econômicas, diplomáticas, religiosas e políticas. Imigrantes italianos, não muito diferentes de outras nacionalidades, de uma forma ou de outra, produziram seus vínculos, suas redes e suas correspondências entre os imigrantes e destes com seus espaços de origem (Trento, 1990; Luca, 1990; Franzina, 1979). As associações foram as que se evidenciavam com maior expressão. Algumas delas possuem mão dupla. Eram viabilizadas entre entidades dos dois países em co-presença, em rituais que reivindicavam pertencimentos e congregações territoriais, de cunho solidarístico, religiosas e linguísticas da madre-pátria e que, nos espaços de destino, eram ritualizadas, integravam imigrantes e produziam pertencimentos.

Os *gemellaggi*², na atualidade, objetos de nossa singela e panorâmica reflexão e análise, expressam um salto temporal de mais de 100 anos em relação às primeiras associações e vínculos integrativos; porém, não mais entre imigrantes, mas descendentes de quarta ou quinta gerações. Eles revelam um mundo em rede, que intensificou seus processos considerados globais, de além-fronteiras nacionais e que produz uma representação mundializada de fenômenos culturais objetivados pelos canais transnacionais de comunicação, conhecimento e informação. Os *gemellaggi*, em seus rituais e objetivos associativos, reatam territórios e a imigração do passado, com isso dão funcionalidade ao do presente (com o sentido geográfico e simbólico inverso).

Ao seu modo e ao seu contexto histórico e societal, esses novos processos associativos e integrativos, entre territórios e descendentes de imigrantes italianos, preservam sentidos da imigração, da pátria-mãe, do lugar de partida e seus vínculos com os de chegada, bem como dimensionam configurações de italianidades transnacionais. Nesse sentido, processos migratórios de italianos, do passado, incorporam novos sentidos, permitem viabilizar, com maior confiança e interconhecimento, possibilidades de negócios, trânsitos transnacionais e políticas de intercâmbios culturais.

2 *Gemellaggi*, de uma forma genérica, são acordos de amizade, cooperação, intercâmbios e de memórias entre dois municípios, dos dois países (Itália e Brasil), os quais, a partir de comprovações histórico-genealógicas e dialetais, que vinculam imigrantes do passado (em geral, mais de 100 anos) de um determinado espaço de origem a um de destino numa dimensão de passados comuns. Esse novo formato associativo, ao que tivemos condições de conhecer, intenciona produzir intercâmbios culturais, possibilidades de ações econômicas, assessorias técnicas, tutelar migrações de brasileiros para atuar em determinados setores produtivos e de serviços na Itália, com a base identitária/étnica e/ou de identificação grupal regionalizada.

Os *gemellaggi*, os festejos genealógicos (denominados de “Festas de Família”) em torno de um sobrenome comum, com parentesco e vínculos alargados, as políticas que viabilizaram a dupla-cidadania pela base jurídica do *jus sanguinis*, a intensa emigração de brasileiros para a Itália³, dentre outras questões, são processos integrativos, estratégias e dinâmicas transnacionais situadas num mesmo contexto, intercorrelacionadas e, intensamente presentes, a partir da década de 1990, principalmente no sul do Brasil.

Nessa dinâmica de ações e de tempos comuns, identificações *transnacionais* circulam por territórios que passam a ganhar conotação étnica. Em particular, no sul do Brasil com algumas regiões do centro-norte da Itália, as quais, no país de destino dos imigrantes do passado, preservam e recriam relações com a “pátria-mãe”, formando a simbologia da *origem* e ritualizando a continuidade desta.

É esse horizonte de relações, representações, simbologias e rituais, que dão a tonalidade de tempos e territórios que se vinculam com sujeitos coletivos, é o que buscamos refletir no presente texto. Queremos dar ênfase ao fato de que os *gemellaggi* e outras formas de ritualizar pertencimentos e identificações étnicas (dupla cidadania e festejos de famílias e suas genealogias, imigração “de retorno”, dentre outras ações) são expressões de um amplo horizonte político-econômico e cultural que aciona o passado da imigração italiana para algumas regiões do Brasil, bem como objetiva produzir ritualidades agregativas de pertencimentos. Entendemos que os *gemellaggi* atestam a atual, mas histórica, dinâmica dos associacionismos de descendentes de italianos no Brasil, porém, com algumas diferenças em relação aos demais de tempos anteriores: são efetuados em coparticipação territorial entre os dois países; exigem vínculos e redes de pertença histórica, estas fundadas na relação entre o espaço de origem e de destino de imigrantes italianos, além de outros requisitos.

É uma reflexão genérica, fruto de nossos vínculos com o tema, que se dão de longa data. Pesquisamos, por quase duas décadas, sobre a imigração italiana para a Colônia Guaporé⁴ e sobre a imigração brasileira na Itália das últimas três décadas, além de pesquisas empíricas sobre os *gemellaggi* em

3 Ainda que os dados sejam desconhecidos entre as agências de estatísticas públicas, tanto do Brasil quanto da Itália, segundo a pesquisa da Caritas Migrantes (2023), sem contar os que possuem a dupla cidadania, há em torno de 80 mil imigrantes brasileiros na Itália. Esses dados oscilam muito em razão também da mobilidade de imigrantes no interior da Europa como um todo. Nos períodos em que fizemos pesquisa, antes da Pandemia de Covid-19, havia, pelos dados da Caritas/Migrantes (2020), em torno de 160 mil.

4 Território amplo, situado na região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Foi a última colônia oficial de imigração italiana, instituída em 1892.

vários municípios do centro-norte do estado, bem como em alguns municípios da Itália, principalmente pertencentes à região do Vêneto (nordeste da Itália, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e 2019, assim como de setembro a novembro de 2023⁵). As fontes se baseiam na revisão de literatura sobre associativismo de descendentes de italianos, identidade étnica, rituais de pertencimento étnico que expressam italianidades, em estudos específicos sobre os *gemellaggi*, com nossa presença, em alguns deles, nestes últimos anos, bem como em festejos de família em municípios das regiões norte e nordeste do estado.

O presente texto, primeiramente, aborda alguns aspectos do campo associativista que, historicamente, vincularam imigrantes entre si e com a pátria-mãe; é apenas um esboço sintético e informativo. Posteriormente, daremos ênfase ao fenômeno da globalização e as reações de grupos de descendentes de italianos, com maior vínculo com a Itália, no sentido de produzir formas de expressão das italianidades, envoltas nos festejos étnicos, de família, a aquisição da dupla cidadania e os *gemellaggi*. Queremos, com isso, refletir sobre as formas de expressão e as dinâmicas que reconfiguram liames culturais, territoriais, étnicos que se ligam e produzem pertencimentos transnacionais e formas associativas.

1 ASSOCIACIONISMO E IDENTIFICAÇÃO COLETIVA

Buscar criar vínculos entre si e associar-se sempre foi lugar-comum entre imigrantes. É uma prática que revela múltiplos processos, estratégia que define horizontes fronteiriços entre integração social e manutenção de referenciais da sociedade de origem. A grande maioria dos grupos imigrantes de ontem e de hoje, seja de onde for, buscou/a produzir processos de identificação, estabelecer fronteiras e ações de auxílio mútuo (Ambrosini, 2009; Luca, 1990). As associações nos espaços de destino ritualizam pertencimentos aos seus imigrantes e, com isso, amenizam um pouco a nostalgia destes e dos que ficaram. Em alguns casos, elas auxiliam na redução do estigma de ser imigrante, lhes dão certo empoderamento, visibilidade e criam possíveis situações de integração social. Além disso, permitem intercâmbios culturais entre imigrantes e autóctones.

Os formatos das associações foram e são variados, porém as intenções e os objetivos tendem a ser muito comuns, inclusive os que se manifestam na migração contemporânea. As associações de imigrantes podem

5 Em ambos os períodos, estivemos realizando estágio de professor pesquisador-visitante junto à Universidade de Verona - Itália, com bolsa do Edital Cooperint – Cooperação Internacional – da referida instituição.

contribuir para reforçar as redes religiosas, os sentimentos de nacionalidade, a circulação de informações, a organização dos festejos, conectar imigrantes ao seu país de origem. Dependendo dos sujeitos sociais e seus níveis de integração e de aceitabilidade nas sociedades de destino, expressam estratégias de resistência, de fortalecimento do poder grupal, de ritual produtor de coletividades etnonacionais em circuitos de transmissão fora e com o local de origem (Marabello, 2009; Ambrosini, 2009). Portanto, elas se tornam fundamentais e estão em correspondência com a recepção e a situação dos imigrantes nas sociedades de seus novos vínculos e experiências de vida.

As associações de cunho mais integrativo, mesmo com suas diferenciações entre si, podem tornar-se *atores sociais* e coletivos, atuantes nas sociedades de destino, mas também no espaço de origem, na medida em que criam novos *laços sociais*, viabilizam processos de desenvolvimento através de remessas financeiras⁶ ou, então, angariam recursos do referido espaço (Berti, 2009; Luca 1990). Elas refletem os vínculos e as oportunidades nas sociedades de imigração (Marabello, 2009). Seus objetivos podem ser múltiplos e mudar no decorrer do tempo, no entanto, valores como solidariedade e ajuda mútua permanecem entre os membros, principalmente acionados em momentos de dificuldades como os vividos por muitos imigrantes italianos, no Brasil, no período da *velha* imigração (segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX).

Como já mencionamos, as associações são diversas, com formatos diferentes. São uma espécie de movimento de defesa coletiva nos contextos hostis; revelam estratégias, no caso em questão, de imigrantes, que buscam se fortalecer enquanto grupo que, mesmo com diferenciações de locais de origem e de horizontes culturais, tomou a mesma decisão de emigrar, foi revestido com a identificação de imigrante, proveniente de um mesmo país e que fala a mesma língua. Elas [associações] tendem a ser agrupamentos de pessoas com origens comuns e que buscam desenvolver ações de solidariedade, integração, reivindicação de direitos etc. (Angrisano, 2022 apud Pugliese, 2024, p. 54).

Com algum tempo integrado na sociedade de destino, muitos imigrantes buscam particularizar-se um pouco mais, criando, com isso, associações específicas de uma região de partida. É o caso das várias associações de imigrantes italianos que reproduziram fronteiras e identificações regionais nos espaços de destino (associação de vênnetos, lombardos, napolita-

6 Como é o caso dos imigrantes atuais junto aos locais de origem; em boa parte, esse processo é diferente da imigração do passado. Hoje imigrantes, em geral, investem financeiramente no local de origem.

nos, dentre outros). Desse modo, essas associações mais particularizadas agregam imigrantes de um mesmo local de origem, mas espalhados por todo o país ou em rede com vários países; há federações e confederações de associações que buscam congregar e dar dinamismo maior, muitas vezes, transnacionais, mas que representam uma região no local de origem (“I veneti nel mondo”, por exemplo). Essas dimensões, dependendo dos locais de destino e de origem, são marcadas pela diversidade e, como consequência, por uma maior complexidade relacional e de sentidos de grupos e espaços.

Enfim, os imigrantes constituem seus vínculos de base territorial, linguística, parental, familiar e comunitária, ao mesmo tempo em que vivem as *lógicas de terreno* (Cunha, 2007), de saída e de destino, com suas culturas, crenças, dialetos, modos de vida, os quais vão se reconfigurando, ou então, adaptando e integrando-se para obter resultados no horizonte de sua filiação, pertencimento e aceitabilidade entre si e com a sociedade maior em que estão inseridos, para, com isso, potencializar sua identificação histórica e territorial. As italianidades (no plural) foram e ainda o são muito expressivas, ou seja, de diversidades nos e dos locais de origem e, como consequência, nas formas de manifestação e ritualidades de pertença nos espaços de destino. Elas foram e continuam sendo alteradas no tempo, ganhando novas simbologias e expressões em razão de sua identificação territorial original. E isso não é só a realidade presente entre italianos no Brasil, mas outras nacionalidades também o fizeram e criam dinâmicas que dão sequência. É o caso de alemães, sírios, libaneses⁷, russos da Rússia e da sua circunvizinhança e de várias outras nações⁸.

2 O ASSOCIACIONISMO DE DESCENDENTES DE ITALIANOS: DIVERSIDADES E ESTRATÉGIAS

O associacionismo italiano no Brasil acompanhou a dinâmica da sua imigração. Ele é amplo, de longa data, variado e complexo. Há uma ampla literatura que o aborda⁹. Aqui, para nosso objetivo, apenas informaremos alguns elementos desse amplo horizonte para dar uma conotação processual a ele. O espaço não nos permite ir além.

7 Analisamos formas associativas de sírios e libaneses no centro-norte do Rio Grande do Sul em TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex; JACOMELLI, Jussara. *Sírios e libaneses no centro-norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

8 Nesse campo das múltiplas identidades de imigrantes no interior de um projeto de colonização, estamos realizando um estudo sobre a experiência da Colônia Erechim, a qual teve início em 1908, no norte do Rio Grande do Sul.

9 Sobre esse tema, para o primeiro meio século de imigração (1975-1925), ver, dentre outros/as, Trento (1990); Biondi (2012); Zanini (2006); Siviero (2004); Colognese (2004).

As formas associativistas de imigrantes italianos no Brasil foram de grande expressão, principalmente, com preocupação solidarística no primeiro meio século de imigração, porém tiveram momentos posteriores de impedimentos políticos e de pouca visibilidade (Dalmolin, 2006). Nas comemorações do cinquentenário da imigração italiana no Brasil¹⁰, nos materiais que foram produzidos, nos festejos etc., há manifestação intensa de associações, com maior centralidade em São Paulo, mas também com identificação na região colonial italiana no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Nesse período (primeiro meio século), quase todas as cidades que possuíam um grupo significativo de imigrantes italianos dispunham de sociedades de auxílio mútuo¹¹. Estas, além de ser um horizonte de autoidentificação grupal (imigrantes italianos) e uma forma de integração e, ao mesmo tempo, de visibilidade pública e demarcação de fronteiras, buscavam promover ações assistenciais e solidárias aos *seus* (filhos de imigrantes), mas também estendidas a outras famílias com dificuldades financeiras e com problemas de saúde etc. Essas associações, em geral, buscavam suprir lacunas das políticas públicas de assistência (ou até em razão da inexistência dessas). Dessa forma, por atuarem no campo assistencial, ganhavam respaldo público e social, integravam imigrantes à sociedade nacional, além de permitirem maior visibilidade e distinção social aos sujeitos coletivos em questão junto à sociedade nacional (Luca, 1990; Biondi, 2012; Bertagna, 2006; Noronha, 2001).

No entanto, neste período também surgiram outras associações, algumas de cunho cultural, de lazer e empresariais, estas últimas, de ramos específicos de atuação entre italianos. Esse é um processo que se intensificou muito nas décadas posteriores ao cinquentenário (Capelin, 2010; Costa; De Boni, 1984) e ressignificou a imigração e os imigrantes italianos (vistos de uma forma geral), dando-lhes uma representação progressista. Tais associações produziram uma grande sobreposição étnica no ramo econômico-empresarial em muitas das regiões que tiveram grande contingente de imigração italiana (Herédia, 2017; Capelin, 2010; Trento, 2000). Isso esteve presente em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, também no Rio Grande do Sul. Houve associações identificadas em outros setores, como é o caso do futebol (Società Palestra Itália; o Esporte Clube Cruzeiro e outros clubes menores em municípios de menor expressão); no campo religioso, na esfera política, as quais, algumas delas, possuíam ramificações na

10 Ver *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud, 1875-1925*. Obra escrita em italiano. Impressa em 1925 pela Livraria do Globo, em dois volumes.

11 Não temos condições nem espaço para avançar nessas questões aqui. Remetemos aos estudos de Siviero (2004) e Trento (1990).

Itália, ou melhor, brotando da pátria-mãe.

Grande parte das associações de italianos em toda a sua história incorporaram basicamente cidadãos. Já os imigrantes que foram para o meio rural/agrícola, pouco ou nada tiveram expressão associativa. Foram raros aqueles que participaram ativamente, com exceção para fazendeiros de café, em São Paulo e no Espírito Santo; alguns criadores de gado em Minas Gerais; madeireiros no Paraná e proprietários de agroindústrias no sul do Brasil. Porém, o colono, agricultor familiar, que expressou ser o grande contingente de imigrantes, pouco ou nada se fez presente ou foi representado no âmbito associativista identificado como de italianos (Siviero, 2004; Maestri, 2000).

No entanto, alguns pequenos círculos, com cunho regionalizado (trentinos, lombardos, friulanos, vênets, dentre outros) fizeram-se presentes e buscavam vincular descendentes dessas regiões que se situaram no meio rural, porém, em geral, eram expoentes de setores empresariais (uva/vinho, madeireiros, moageiros, ferreiros, entre outros). Foram estruturadas pequenas cooperativas, caixas rurais - sendo estas as que formavam um pecúlio, uma espécie de poupança, entre seus sócios para viabilizar investimentos - dentre outras formas de produzir uma coletividade que pudesse expressar e dimensionar italianidades, buscando contemplar descendentes de italianos no meio rural. Esse processo no sul do Brasil teve grandes frutos com a constituição de cooperativas, principalmente do setor vitivinícola (De Boni; Costa, 1984; Luca, 1990; Colognese, 2004; Herédia, 2017).

Boa parte das associações dos primeiros 75 anos da imigração italiana expressaram e auxiliaram na dinamização de grandes transformações na sociedade brasileira, principalmente na esfera produtiva capitalista, nas relações de trabalho, nos horizontes mercantis em geral, naquilo que o governo brasileiro intencionava com a imigração, em suas várias nacionalidades, na necessidade de, em meio a vários outros grupos internacionais, produzir demarcações de fronteiras e, em algum espaço territorial, sobrepor-se às demais. Em correspondência com esses e outros processos, as associações atuaram em vários campos, mas, em grande expressão, as de dimensão regional (com as regiões do Vêneto, Lombardia, Friuli, Trentino), no interior da mesma nacionalidade (no caso, a italiana), as quais intencionavam reconstituir, de uma forma transnacional, processos étnico-culturais e de identificação política com a pátria-mãe.

Biondi (2012) e Colognese (2004) afirmam que houve “explosão de sociedades italianas”, com maior expressão em São Paulo, porém, no estado do Brasil Meridional, também se evidenciaram, ainda que de forma menos expressiva. Segundo Bernasconi e Bertagna (2024), em 1920, registraram-

-se 182 associações no país, com grande centralidade em São Paulo. Elas refletiam o contingente amplo de imigrantes no estado de São Paulo (mais de um milhão), que foi maior que em outros da federação (Biondi, 2012; Franzina, 2005). Segundo Trento (1990), em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, intensificaram-se as identificações das agremiações com as regiões de origem. Assim, incorporaram, na sociedade de destino, as diversidades regionais e políticas, as quais, em alguns casos, demonstravam ser conflitantes (socialistas/clericais, monarquistas/republicanos, dentre outros), expressando, dessa maneira, continuidades de posições políticas, visões de mundo, dialetos e culturas regionais, mas também dinâmicas de reconstrução do pertencimento étnico. Jornais de imigrantes italianos no Brasil e, em geral, tendo a sua ampla comunidade como público-alvo, expressavam essa demarcação de fronteiras *internas* (Trento, 1990; Bertagna, 2006; Noronha, 2001).

No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, associações italianas produziram maiores conflitualidades e divisões entre si e no interior delas em razão do regime fascista na Itália (Noronha, 2001). A política de governo Vargas, a partir de 1937, reduziu e/ou fez recrudescer associações, em particular, as italianas. Jornais e outros veículos de publicação escrita foram, em boa quantidade, extintos ou temporariamente fechados (Trento, 1990; Luca, 1990; Noronha, 2001). Alguns mudaram de nome, seu foco, sua escrita etc., como estratégia para continuar operando, ou, então, assim o fizeram na clandestinidade, adequando sua linha editorial, seus objetivos e foco em correspondência com a filosofia política do referido governo (Dalmolin, 2006). Nesse sentido, no tocante aos processos de identificação étnica, houve redimensionamentos de práticas e de abordagens que referenciavam os grupos étnicos italianos. No entanto, o contexto histórico brasileiro do período pós-Segunda Guerra Mundial, em particular, com as políticas de industrialização, urbanização, integrações regionais, modernização da agricultura etc., induziu alterações no quadro associativo das múltiplas dimensões das italianidades, principalmente no centro-sul do país (Colognese, 2004; Maestri, 2000; Pellanda, 1950). Porém, como já mencionamos, os rituais de afirmação pública e sobreposição étnica de descendentes de italianos, em particular, no campo econômico, futebolístico e político, continuaram (Luca, 1990; Colognese, 2004). Várias regiões do país incorporaram conotações de progressismo econômico e passaram a ser identificadas como de “imigração italiana”, em particular, no Rio Grande do Sul, em razão de sua intensa industrialização e crescimento urbano (Herédia, 2017; De Boni; Costa, 1984; Maestri, 2000).

Com a globalização econômica, pós-década de 1990, novos processos no campo associacionista e de relações entre descendentes de italianos

no Brasil com sua pátria-mãe se fizeram sentir. Algumas linhas a seguir traçam presentes alguns elementos.

3 REGIONALIDADES E IDENTIFICAÇÕES ÉTNICAS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

A globalização econômica abriu fronteiras em múltiplos âmbitos. Estados e governos nacionais passaram a ser questionados em termos de importância e de autonomia econômica e política; o mundo passou a se revelar mais aberto, flexível em termos culturais; negócios ganharam maior dinamismo em nível transnacional; tecnologias de comunicação e informação facilitaram contatos, redes e ações transnacionais e no interior dos próprios países; regionalismos, etnicidades, territórios passaram a ser questionados em seu sentido de particularidade num horizonte que prometia ganhar feições mundializadas. Esse novo contexto histórico revelou certo temor de perdas culturais (Bauman, 2003). Logo, frente a esse temor, como estratégias, grupos étnicos buscaram redefinir-se ou reconstituir horizontes específicos do *lugar* e, nessa ampliação, novos significados foram impressos, os quais expressaram resistência frente aos mecanismos econômicos e culturais da globalização/mundialização que se evidenciaram com mais intensidade pós-década de 1990 (Ianni, 1996; Sassen, 2008; Bauman, 2003).

Na Itália, por exemplo, na década de 1990, intensificaram-se ações políticas das regiões em busca de suas próprias identidades (como as várias Legas regionalizadas, com forte presença e centralidade da parte Norte) e, conseqüentemente, esse processo acabou sendo estendido ao antigo horizonte imigratório italiano (Franzina, 1995; Zanini, 2006). Isso ficou muito evidente com as inúmeras instituições que surgiram a partir daí; grande parte delas fortalecendo-se e identificando-se regionalmente em várias partes do Brasil, em particular, no Meridional. Memórias coletivas e ícones que se ligavam a grupos sociais tornaram-se patrimônios imateriais, passaram a ser demandados, instituídos, ritualizados e disseminados. Genealogias, festejos que ritualizavam italianidades, a intensa busca pela dupla cidadania, dentre outras manifestações, foram expressão disso tudo. Os bens simbólicos entraram em cheio nesse processo (produtos *típicos*, festejos gastronômicos e genealógicos de troncos familiares dos que emigraram, ser italiano pela dupla cidadania), no horizonte cultural de *territorialidades* (“i veneti”; “i padani”, “gli italiani nel mondo”), dentre outras ações e identificações. Regiões delimitadas passaram a ser “territórios étnicos” (Candau, 2011), redes se entrelaçaram regionalmente através de comunidades, associações, juntas regionais, círculos, comitatos, pactos de amizade, consula-

dos, Comites (Comitato degli Italiani all'Estero), federações (representantes de associações), Conferenze (exemplo da “Conferenza Permanente dei Veneti nel Mondo”), dentre outras.

A partir dessa conjuntura, grupos sociais de descendentes de italianos (terceira e quarta gerações) buscaram produzir pertencimentos, identificações, ligações com a pátria-mãe e o local específico de origem de fluxos migratórios do passado para o Brasil, bem como (re)dimensionar determinados processos *memoráveis*, valorativos e culturais agrupados na dimensão étnica (Zincone, 2006; Zanini 2006; 2007). Ainda que parecendo paradoxal frente ao novo contexto histórico, as associações se multiplicaram, muitas delas recriadas com identificação regional (associações vênetas, trentinas, friulanas, piemontesas, dentre outras). Surgiram muitos institutos ítalo-brasileiros (Comitatos), muitos deles atuando no campo assistencial e cultural, os quais viabilizaram a mediação na obtenção da dupla cidadania, dos cursos de língua italiana gramatical, ampliadas as participações de representantes consulares em várias cidades no sul do Brasil com a intenção de motivar eventos, galvanizar grupos de descendentes de italianos de regiões específicas. Ainda, abriram-se novos consulados e vice-consulados em várias capitais e cidades de maior expressão da comunidade de italianos no Brasil.

Com a mundialização de processos culturais e as formas de mobilidades transnacionais das últimas décadas (informações, imagens, tecnologias, deslocamentos geográficos, *online* etc.), ações entendidas como de cunho étnico buscaram transcender as fronteiras nacionais e produzir comunidades de pertencimento translocais e irmandades que imprimiam *rituais integrativos* (Candau, 2011; Zanini, 2006). Evidenciaram-se memórias de origens (do pioneiro, daquele que emigrou, como *mito fundador* de uma genealogia ampla, que se expressa no presente), ou a valorização dos locais de origem das saídas de grupos de imigrantes com os de chegada e de confecção de uma territorialidade alargada, a qual acabou por definir acordos de *gemellaggi*, materializando aquilo que Candau (2011) chama de “laços primordiais”, ou seja, os símbolos, os ícones, as referências que congregam indivíduos como sujeitos coletivos, que definem origens comuns, da “mesma cultura em dois locais” (como nos disse um interlocutor por ocasião de uma festa de família no município de Jacutinga-RS), expressas pela geografia, sobrenomes, língua dialetal, crença religiosa católica e/ou algum outro vínculo existente com a mãe-pátria. Nesse sentido, Halbwachs (1990) já dizia que a memória tem a característica de operar quando ligada e referida a aspectos concretos, como por exemplo, objetos, lugares e pessoas, aspectos esses passíveis de transfiguração significativa e simbólica, ou seja, para servir de testemunho, de figuras-chave do processo de reconstrução do passado.

Dedicaremos algumas linhas à questão da dupla cidadania por ela ser um horizonte de pertencimento binacional, de grande expressão deste contexto histórico de globalização, sendo que está ligada aos *gemellaggi* e outras ritualidades que revelam ampliação das italianidades *all'estero*.

4 “ME SINTO AGORA NÃO SÓ ITALIANO, MAS EUROPEU”. A DUPLA CIDADANIA E O EMPODERAMENTO ÉTNICO

O contexto de viabilização da dupla cidadania está no horizonte das dinâmicas globais pós-década de 1980 e, no caso italiano (e, acreditamos, para as demais nações que concederam a dupla cidadania), está envolto em interesses políticos, econômicos (negócios e turismo), culturais, identitários, religiosos, linguísticos e migratórios¹². A partir dessa estratégia, tornou-se interessante para a Itália alargar seus horizontes nacionais e de vínculos em razão das muitas dezenas de milhões de descendentes que estão fora dela. Só para termos uma ideia, no caso dos brasileiros, dados estatísticos nos informam que havia mais de 550 mil inscritos para a cidadania italiana de brasileiros em 2020; cerca de 310 mil a obtiveram até o referido ano; na quase totalidade, essa obtenção é fruto do *jus sanguinis*, e poucos a conseguem pelo *jus solis* (como imigrantes na Itália). Estima-se que, no Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas sejam descendentes de imigrantes italianos; 29% no estado do Rio Grande do Sul, 32% em São Paulo e 39% no Paraná (Caritas/migrantes, 2021).

A obtenção da cidadania italiana para descendentes de imigrantes (*jus sanguinis*) em várias partes do mundo revelou, e continua a ser, um amplo horizonte em redes, mediações jurídicas, empresariais, políticas, legislações, estratégias de ação, dentre outros elementos. A busca por ela, nestas três ou quatro últimas décadas, é uma das grandes expressões desse processo que liga, de uma forma simbólica, a consanguinidade, que se expressa para além da esfera genealógica e adentra as *raízes* culturais (produzidas pelo ato migratório de italianos) e históricas (Zincone, 2006; Zanini, 2006; 2007).

A sua dimensão de identificação valorativa pessoal e social (ser “cidadão italiano” e/ou europeu) e pragmática (trabalho, estudo e turismo na Itália, em países europeus e, no limite, aos Estados Unidos) incorpora

12 Aqui não temos condições de espaços para delinear alguns dos processos que, não só para o caso italiano, mas também de outros países que possibilitam a cidadania pela descendência. Para uma análise nesse sentido, ver Zincone (2006; Zanini, 2007). Sobre imigrantes brasileiros e a dupla cidadania na Itália, ver TEDESCO, João Carlos. *Entre raízes e rotas. Identidades e culturas em movimento: aspectos da imigração brasileira na Itália*. Itajaí/Passo Fundo; Univali/UPF Editora, 2012.

simbologias, representações, mas também exige altos recursos financeiros, muitas vezes tempo longo aguardando a análise de consulados, como foi o nosso caso (espera de 11 anos pela obtenção junto ao Consulado Italiano de Porto Alegre). Há, nesse intento, mediações, encurtamento de caminhos (estes, nem sempre pelas vias legais), estratégias coletivas (de parentes), processos transnacionais em redes (de pessoas e instituições jurídicas e políticas), conhecimentos dos lugares de saída do imigrante, pesquisas em cartórios e arquivos de governo, conhecimento de parentes que hoje habitam nos lugares de origem. Inclusive, não é incomum a não recepção positiva dos ditos “parentes da Itália” ou dos que “lá ficaram”.

Na realidade, há uma ampla rede que produz as referências necessárias ao que a legislação determina para a obtenção da dupla cidadania. Há um processo interligado de fatores que reconstrói esses liames históricos, os quais se tornam apropriadores de direitos e de cidadania política ampliada e transnacional, além, é evidente, de toda uma incorporação simbólica e valorativa no âmbito étnico, que redimensiona e simboliza as italianidades. Ela é uma forma de religar descendentes de imigrantes italianos ao país de seus antepassados; é um meio de reatar elos temporais e criar mecanismos de identificação cultural, pertencimentos ainda que um tanto criticáveis (Zincone, 2006; Zanini, 2006; 2007) e uma cidadania pragmática para ambos os lados.

Quando realizamos uma pesquisa sobre a genealogia da família dos imigrantes Luigi Tedesco e sua esposa Giuditta Broglio (da qual somos descendentes), que foi produzida na forma de livro¹³, houve uma imensa manifestação de parentes, mesmo sem nos conhecermos, que demonstraram interesse na dupla cidadania e utilizaram os documentos, por nós já obtidos, para viabilizá-la. Houve um amplo processo de apropriação pessoal e coletiva de informações, de histórias de famílias, de migrações no interior do país, de desejo de conhecer “de onde saíram nossos parentes” e, também, “onde se estabeleceram os que vieram” e como viveram, trabalharam e onde estão enterrados. Nesse sentido, tem havido até então um intenso compartilhamento e reconstrução de memórias, de vivências, de informações, conhecimentos e trajetórias familiares que contribuíram para formar um horizonte coletivo e de socialização de (auto)referências ao e do passado familiar de imigrantes.

Ser descendente e pertencer a um grupo étnico, no caso da dupla cidadania, significa produzir alianças, recomposição, incorporação de patrimônios *tornados comuns* (Boubeker, 2003) ou diferenciados pela situação

13 TEDESCO, João Carlos.; DEBASTIANI, Fábio. *Genealogia da Família Tedesco*. Passo Fundo: Acervus, 2023.

de contato (como imigrantes brasileiros na Itália comumente dizem que se sentem “menos italianos na Itália do que no Brasil”¹⁴), ou, então, alargados, como um entrevistado na Itália (no Vêneto) que nos disse que não era mais brasileiro nem somente italiano, mas sim europeu. Com isso, os fatores de pertencimento e as expressões culturais e históricas passam a ser alargados, dinâmicos, não substancializados, para não dizer, totalmente esvaziados do argumento étnico (Zanini, 2006). Desse modo, as identificações culturais têm muito a ver com as estratégias adotadas pelos indivíduos em suas interações. Nessas interações, os atores/grupos sociais se identificam ou se distinguem, fazem ver seu pertencimento étnico, o qual pode se alterar no decorrer do tempo.

Como diz Dessajan (2009, p. 46), imigrantes com dupla cidadania poderão estar presentes na sociedade que os acolhe, mas “serão sempre de onde eles vêm”. Além disso, o duplo pertencimento revela a posse de uma *identidade dupla*. Segundo Santos (2010), é uma contradição dentro da categoria de estado-nação, pois é produtora de uma situação ambígua em termos de definição de grupo; nessa dimensão, percebe-se que os jogos étnicos funcionam de uma forma dinâmica e em constante construção; alimentam-se por interesses, interpretações que se alteram pelas circunstâncias e racionalidades produzidas (Zanini, 2006; Candau, 2011; Barouh, 1998).

A concessão da dupla cidadania e a consequente emigração de brasileiros para a Itália, nas últimas três a quatro décadas, surgem nesse contexto, ou seja, desenvolvem-se no interior de uma lógica econômica que se alimenta por um horizonte étnico-cultural e/ou *irmandades* histórico-territoriais (os *oriundi*, ou os de *origem*, alguns falam em “*imigração de retorno*” para fortalecer ainda mais a pertença dos de *hoje* em relação aos de *ontem*), produzindo novas representações, fronteiras culturais, tradições e funcionalidades econômicas. Isso produz aquilo que Candau (2011, p. 87) chama de “qualidade associativa e emocional”, ou seja, que materializa aquelas representações que são centrais na configuração do grupo identitário, as quais se esforçam para eternizar o passado e dimensionar a nostalgia de um tempo idealizado (genealogias, dialetos e tradições expressam isso).

Veremos a seguir alguns elementos mais amplos que denotam esses pertencimentos e estão muito envolvidos em rituais festivos genealógico-territoriais e co-irmandades étnico-territoriais, os quais, em boa parte, advém da esteira produzida pelo grande movimento gerado com a obtenção da dupla cidadania.

14 Entrevista com brasileiro na cidade de Schio (Província de Vicenza).

5 “FESTEJOS E GEMELLAGGIOS: ELOS QUE RECOMPÕEM TERRITÓRIOS E RESSIGNIFICAM A IMIGRAÇÃO

Os festejos étnicos, a gastronomia, as genealogias e os *gemellaggi* deram o tom dos rituais definidores das italianidades após o final da década de 1990. As associações, federações, *comitatos*, *conferenze*, dentre outras, perduram, inclusive foram ampliadas; são todas formas de representação que surgiram para contemplar algumas organizações associativas. Segundo Bernasconi e Bertagna (2024), ressaltando a dificuldade de identificação das associações na primeira década do século XXI, havia 365 delas no período, 108 destas estavam na cidade de São Paulo; no Rio Grande do Sul, em 2007, havia 102. Porém, ressaltam as autoras que boa parte dessas possuía maior identificação regional e/ou local. De qualquer forma, elas tendem a marcar a sequência da busca de uma identidade/identificação com o passado que tem a imigração como ponto central e *original*.

Esses horizontes associativos de pretensão étnica são marcados, em grande parte, por horizontes culturais, porém se dimensionam processos econômicos. Cursos de língua italiana passaram a ser, em boa parte, financiados por instituições públicas e privadas italianas; mediações de instituições para que alunos organizem excursões com cursos intensivos de língua italiana na Itália. As artes ganharam novos impulsos (corais, artesanato, pinturas, teatros, produções televisivas e cinematográficas); praças urbanas passaram a ser um espaço de sobreposição e identificação étnica com obeliscos, monumentos e nomenclaturas. Os casos aqui se multiplicam intensamente¹⁵.

As denominadas “festas de famílias” espalharam-se por todo o sul do Brasil. São encontros festivos de parentes (diretos e indiretos) que descendem de um tronco genealógico comum. Em geral, é o do imigrante e suas gerações subseqüentes. Elas buscam produzir rituais agregadores voltados ao grupo de descendência; “é uma forma de resgatar os parentes, de valorizar o imigrante que teve a coragem de vir para o Brasil e, aqui, constituiu família e, agora, estamos nós aqui, com muitos outros que foram se inserindo na família”¹⁶. Há uma noção alargada de família que se baseia no parentesco até a quarta geração.

15 Não temos espaços aqui para identificar os projetos e as ações de construção de monumentos e obeliscos em homenagem aos imigrantes italianos em vários municípios da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, inclusive um deles é o projeto “Leões na Praça”, com a construção de monumentos com réplicas dos leões da Praça São Marcos de Veneza em homenagem à imigração de vênnetos para a referida região. A maioria deles foi inaugurada por ocasião de acordos de *gemellaggi*.

16 Entrevista com uma organizadora de uma “festa de família” no município de Serafina Corrêa – nordeste do estado, em março de 2017.

Nos festejos, há sempre uma ampla preparação; há estudos que, em geral, são apresentados no dia da festa em torno das descendências, narrativas sobre o tempo vivido na imigração, algumas falas sobre a realidade vivida pelos italianos no contexto da emigração para o Brasil¹⁷. A parte religiosa é central; há sobreposição de rituais católicos, com presença de padres que fazem parte do quadro de parentesco ou, se não houver, são convidados os da paróquia onde o encontro se realiza. Findo o momento religioso, começa a parte mais *profana* da festa com as comilanças, descontração, música, danças, cantorias dialetais, teatros sobre a imigração e a vida nas colônias pelos imigrantes¹⁸.

Encontros de famílias recordam os pioneiros e as raízes

Para o mês de janeiro de 2007 estão previstos diversos encontros de famílias, que reúnem os descendentes para reviver a história comum dos pioneiros, recordar as próprias origens, celebrar e confraternizar.

Balen - A comunidade São Carlos de Rio Brasil, em Barra do Rio Azul (RS), será palco do 4º encontro dos descendentes da família Balen. O evento ocorre no dia 6 de janeiro. Missa de ação de graças, almoço, tarde cultural e jantar seguido de animação musical, completam o programa. Confirmar presenças até 31 de dezembro pelos telefones (54) 3613.1166, 3528.1155 ou 9905.0160.

Ló - No dia 7 de janeiro, em Farroupilha (RS), ocorre o 3º encontro da família Ló. Missa às 11 horas na igreja matriz Sagrado Coração de Jesus, almoço no salão de Nova Vicenza e tarde com apresentações artísticas e culturais, fazem parte da programação. O 4º encontro já tem data - final de 2008, em Planalto (RS). Informações: tel. (54) 3268-7442.

Fassini - Em Daltro Filho, Imigrante (RS), será realizado dia 7 de janeiro o 3º encontro da família Fassini, com missa de ação de graças, almoço de confraternização e apresentações artísticas na parte da tarde. Confirmar presenças até 24 de dezembro por um desses telefones: (51) 3754.2018, 3754.2022 ou 3754.2077.

Pan - Outro evento que reúne gerações ocorre no dia 13 de janeiro, em Aratiba (RS), com o 2º encontro da família Pan, com homenagem os pioneiros Hermínia, Giuseppe, Joachin, Maria, Júlio Modesto (Aratiba), Ângelo (Erechim) e Joana Pan (Videira). A programação inclui missa de ação de graças, almoço festivo e tarde cultural. Informações pelos telefones (54) 3528.1119 ou 9976.6184.

Candaten - Na Linha Candaten, em Constantina (RS), será realizado no dia 14 de janeiro o 3º encontro da família Candaten, descendência dos imigrantes italianos Arcângelo, Bortolo e Matteo, que se estabeleceram em

Silva Jardim, Serafina Corrêa, em 1892. Exposição de fotos e objetos antigos, missa, almoço e tarde cultural fazem parte do programa. Reservas até 7 de janeiro pelos fones (54) 3363.1477 ou (55) 3755.1173.

Zanchettin - Na comunidade de São Lourenço, Vila Flores (RS), ocorre no dia 14 de janeiro encontro dos descendentes de Giuseppe e Tereza Dotti Zanchettin, com missa, exposição de objetos antigos, almoço e lançamento de um livro sobre a família. Confirmar presenças até 7 de janeiro pelos telefones (54) 3447.1581, (51) 3023.6643 ou pelo e-mail: nrzanchettin@vias-rs.net.

Battisti - Será realizado no dia 14 de janeiro em Salgado Filho (PR) encontro da família Battisti, com missa de ação de graças presidida pelo arcebispo de Maringá, dom Anuar Battisti. Salgado Filho está localizado a 45 km de Barracão e a 42 km de Francisco Beltrão. Informações com Ivo Battisti pelos telefones (46) 3564.1234 ou 3564.1238.

Convites para festas de famílias. Jornal *Correio Riograndense*. Caxias do Sul, 20/12/2006, p. 21. Cultura da Imigração.

17 Uma análise detalhada desse processo encontra-se em TEDESCO, João Carlos.; ROSSETTO, Valter. *Festas e saberes: genealogias e memória étnica*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.

18 Participamos de vários festejos de famílias em municípios do norte e nordeste do RS, nos últimos 15 anos. Nossa intenção era sempre analisar os rituais, as narrativas, os mediadores e os sentidos atribuídos aos que, de uma forma informal, dialogávamos.

Dá-se muita ênfase à Itália, à imigração e ao imigrante específico em questão; em geral, há presença de delegações de parentes do local de saída do emigrante na Itália, bem como a presença de apoio de associações de italianos que possuem em seus membros algum parente da família em festa. Portanto, são horizontes amplos que estão presentes nos festejos. Eles reatualizam e ritualizam significados tradicionais do parentesco, da família, do trabalho e do crescimento econômico da descendência do tronco imigrante - pioneiro, dos vínculos religiosos. Cria-se, com isso, uma *comunidade afetiva* (Halbwachs, 1990), formada por troncos parentais, identificação de grupo, auxiliando na formação e/ou galvanização de um corpo parental, multicultural e multiétnico, agregado a um referencial originário.

No tocante aos *gemellaggi*¹⁹, já mencionamos várias questões: são uma forma de expressão associacionista, pois vinculam grupos de dois territórios e promovem ações em seu benefício. De uma forma sintética, podemos dizer que buscam desenvolver o sentimento de continuidade, ou seja, uma irmandade que permanece ritualizada por dialetos, costumes, crenças materializadas na família, no âmbito religioso, linguístico e do trabalho, pilares estes produzidos em torno dos imigrantes, em regiões da pátria-mãe, e reproduzidos nos espaços de destino. Nesse sentido, eles referenciam-se no passado e (re)produzem uma memória e identificação coletiva ressituidas no tempo, que funcionam como guardiães da memória do grupo territorial de pertencimento.

Esses vínculos históricos promovidos pelas memórias da imigração e de grupos imigrantes em particular, localizados em territórios de origem e de destino transoceânicos, formam e/ou *reconformam*/reconfiguram grupos de identificação (Zanini, 2007). Nesse sentido, em todos os acordos, há um regramento que resulta em um *trabalho da memória* (Halbwachs, 1990), ou seja, seleção de memórias, no sentido de presentificar passados que ao presente interessam e/ou significam. Os processos de sua efetivação são muito parecidos em regiões variadas. Primeiramente, lideranças e/ou uma comissão são formadas nos municípios interessados, que, em geral, situam-se no cenário de destino dos imigrantes; são contratados professores ou “os que conhecem a história dos imigrantes”, como nos disse uma coordenadora de um dos *gemellaggi* em que participamos, para fazer as pesquisas

19 Ressalvando o desencontro de informações entre entidades, bem como o fato de não existir um órgão que desde o início congregue a todos as formas de associação *gemelladas*; além de que alguns acabaram não mais tendo sequência. Em todo o caso, a informação que obtivemos junto à ACIRS (Associação Cultural Italiana do RS), havia mais de 70 acordos de cooperação até junho de 2019, acrescidos ainda de “pactos de amizade” entre municípios dos dois países. Mais de 30 *gemellaggi* foram realizados entre municípios do Rio Grande do Sul, em particular, na sua parte norte e nordeste, com a região do Vêneto na Itália.

de cunho histórico e genealógico dos imigrantes, os quais saíram de um determinado município e/ou vilarejo e se estabeleceram próximos ao local de destino, assim como ainda possuem descendentes hoje.

Foto 1 – Assinatura do gemellaggio entre Caneva (Itália) e Fagundes Varela (RS)



Na imagem, temos o Prefeito do município de Caneva (região do Friuli-Venezia Giulia), com o prefeito e a delegação do município de Fagundes Varela (RS); evento ocorrido na Itália por ocasião de um acordo de *gemellaggio*.

Fonte: <https://www.fagundesvarela.rs.gov.br/secao.php?id=5>; acesso em 22/03/2024.

Feito isso e, chegado à conclusão de que há um bom número de descendentes de imigrantes ainda situados no município tal e que são oriundos de um da Itália, começam-se as tratativas para um acordo preliminar denominado Pacto de Amizade. Essa já é uma forma preliminar de intercâmbio, pois há visitas de comissões e delegações em ambos os municípios. Após um ou dois anos nesse atual estágio, utiliza-se esse tempo para contatar empresários e instituições variadas, de ambos os espaços, para que cada um veja como poderá implementar investimentos econômicos, parcerias, auxílio mútuo, viabilizar cursos e promover o turismo. Nesse horizonte, a pauta é longa. Tendo possibilidades de ações, as comissões e os representantes retomam os contatos, intercambiam as propostas e, se forem consideradas plausíveis para ambos os sujeitos envolvidos nos dois territórios dos dois países, assina-se o acordo de *gemellaggio* com a presença de delegações do

país originário da imigração, ritualidades étnicas, representantes políticos, religiosos, empresariais, festejos e mídias²⁰.

Há alguns pré-requisitos para viabilizar os *gemellaggi*. Dentre os principais, é que haja comprovação de fluxos migratórios, a existência prévia de associações e que seja comprovado que estas “promovem a valorização e manutenção da cultura italiana”, pessoas que “saibam falar a língua, quem conhece o dialeto”; no campo cultural, “desenvolver o relacionamento entre as famílias para que se mantenha a cultura e as tradições das nossas populações”, além do “benefício de estudantes e trabalhadores de ambas as cidades que poderão estudar em universidades vinculadas ou mesmo trabalhar temporariamente em áreas afins com seus objetivos”²¹. O mais evidenciado em todos os acordos que foram pesquisados é a obrigação de expressar o desejo “de sempre manter viva a ligação dos descendentes com seu país de origem”, que haja pessoas do lugar com a dupla-cidadania, além da possibilidade de “troca de experiências de práticas bem-sucedidas aqui e que podem ser implantadas na nossa futura cidade-irmã, e vice-versa”²².

As instituições envolvidas produzem legitimidade e concretude aos acordos, por isso a presença da Igreja Católica passa a ser fundamental, pois interliga credos e valores, como é o caso da família tradicional, do trabalho, do parentesco, e da sua presença, no passado, junto aos imigrantes. Discursos são produzidos nos atos e rituais de afirmação dos acordos, muitos deles inflados na dimensão histórica com a intenção de demonstrar os laços existentes e as identificações. Por ocasião de um dos acordos em que participamos em um município do norte do Rio Grande do Sul, um dos responsáveis disse em seu discurso que,

[...] além dos possíveis elementos econômicos, há possibilidade de estreitar a união levando em consideração as tradições e culturas que entre nós são semelhantes. [...]. *Temos a mesma raiz, falamos o dialeto nosso [...], com isso podemos fazer negócios e reproduzir a nossa cultura*²³ (Grifos nossos).

20 Não tivemos condições ainda de pesquisar em alguns dos municípios acordados sobre os resultados efetivos disso em termos econômicos e culturais. Será objeto de pesquisa nos próximos anos.

21 Fragmentos de textos dos documentos de *gemellaggi* colhidos em pesquisa de campo em alguns municípios no Rio Grande do Sul.

22 Idem.

23 Gravação efetivada com membro da coordenação do evento, por ocasião de um acordo de *gemellaggio* no município de Nova Prata, nordeste do Rio Grande do Sul, em 15 de outubro de 2017.

Esses processos representam energia, desejo de ligar o *hoje* ao *ontem*, que correlaciona o emigrante aos seus descendentes, territórios em co-presença. É como se essa estrada não acabasse com a imigração dos de ontem; os de hoje também a querem, com outras intenções, refazê-la e, para isso, a referência com o vivido de ontem torna-se funcional, afinal, há um pertencimento constituído, legitimado e idealizado. Desse modo, recursos de memória se entrecruzam com aqueles da identificação étnica, reforçando-se mutuamente (Candau, 2011) e esforçando-se para eternizar um tempo passado (local de origem dos antepassados, emigração, vida na colônia, o trabalho aliado ao sacrifício e aos limites). Assim, esses conteúdos ressignificados e comemorados pelos *gemellaggi* tendem a desenvolver nos grupos de hoje “sentimentos de continuidade” (Candau, 2011, p. 147), um projeto de integração e de unidade étnica de tempos e territórios diferenciados e distanciados.

Em pesquisa de campo, em momentos de festejos de *gemellaggi*, indagávamos pessoas presentes sobre o sentido que davam aos referidos acordos. As respostas giravam em torno de questões ligadas à cultura italiana, aos cursos de língua italiana, às possibilidades de viajar à Itália, interesses ligados à dupla cidadania, ao fato de pertencer a um horizonte de raízes comuns de origem, ao imaginário da Europa, do sucesso econômico dela, dentre outras dimensões que revelam interesses subjetivos de indivíduos que entendem que os referidos acordos passam a ser importantes.

Alguns fragmentos de narrativas de representantes de entidades públicas (prefeituras, Igreja Católica e comissões organizativas), obtidos em nossas pesquisas, revelam esse entrelaçamento de tempos, territórios e fatos que objetivam ser preservados: “Não esqueceremos mais das nossas origens, pois para nós a família é muito importante, e, não obstante, a distância geográfica, nos recordamos todos os dias da pátria de nossos nonos. Uma Itália que consideramos a nossa extensão geográfica²⁴”. “Duas cidades irmãs que vêm resgatando o orgulho, a dignidade e o sentimento de italianidade dos descendentes de imigrantes italianos. Ele [*gemellaggio*] edificou uma ponte que nos reconecta às nossas origens, criando laços sólidos e duradouros entre as duas comunidades”. Segue outra de um prefeito de uma cidade, por ocasião de um *gemellaggio* que “é muito importante para o município na sua cultura, e isso impacta em outras áreas, como o turismo, a indústria, o comércio e a economia como um todo²⁵”. Uma representante

24 Discurso de um coordenador de um *gemellaggio* no centro-norte do Rio Grande do Sul, por ocasião do momento da assinatura do convênio. Pesquisa de Campo.

25 Entrevista com o Prefeito do município de Marau (RS), em entrevista direta sobre o *gemellaggio* com um município da Província de Vicenza (região do Vêneto).

do comitê do *gemellaggio* de Monte Belo do Sul com o município de Schiavon (Vicenza – região do Vêneto) disse-nos que “são dois povos que se ligam pelas mesmas origens, o dialeto, costumes [...], legados de nossos antepassados imigrantes e dos que lá ficaram”. As narrativas aqui poderiam ser multiplicadas, mas, em geral, possuem conteúdos muito comuns em torno dos entrelaçamentos históricos, da comunhão de costumes, éthos cultural, dialeto, viabilização de negócios, turismo e intercâmbios entre jovens dos dois locais.

Vimos casos de negócios feitos entre italianos provenientes de municípios com esses acordos em ramos do setor moveleiro, vitivinicultor, da industrialização do morango, do comércio de mármore, investimentos no setor de industrialização de produtos derivados do leite, nas marcas e exportação de queijos e vinhos regionais para o Brasil, dentre outras atividades. No caso de brasileiros, vimos em pesquisa de campo (em 2017, 2019 e 2023), em municípios da região do Vêneto, na Itália, oferta de cursos e de espaços de trabalho para enfermeiras/os, no setor de enologia e produção de uva, imigrantes atuando em setores variados, em particular, na agricultura, na construção civil, no cuidado aos idosos e em clínicas e hospitais, sob a tutela dos acordos de *gemellaggi*. Entrevistamos dois jogadores de futsal na cidade de Treviso que afirmaram que o *gemellaggio* com sua cidade de origem auxiliou “na vinda aqui”. Vários cursos de formação são oferecidos em setores de grande expressão econômica nos municípios da referida região, inclusive de língua e cultura italiana.

Num acordo de *gemellaggio* entre o município da Província de Vicenza e o de Marau, estado do Rio Grande do Sul, em 2019, vimos vários artigos que expressavam intenções, objetivos, regramentos e possibilidades de efetivar ações. Recortamos um fragmento que nos chamou mais a atenção:

Art. 1º Fica o Município de Marau autorizado a firmar o Ato de Intercâmbio – *Gemellaggio* – com o Município italiano de Isola Vicentina. [...], estreitar laços culturais com cidades italianas em razão da notória ascendência das famílias locais. [...]. Não é necessário lembrar os fortes laços de sangue que unem Brasil e Itália, em especial nosso Município colonizado que foi por *bravos italianos* que aqui se estabeleceram no passado e que até hoje estão presentes em nosso sangue como parte de nossas famílias. [...], de desenvolver o relacionamento entre as famílias para que se mantenha a cultura e as tradições das nossas populações e também de promover iniciativas sociais, culturais e econômicas²⁶ (Grifo nosso).

26 Documento de justificação do *gemellaggio* entre o município de Marau e o de Isola RIHGRGS, Porto Alegre, n. 167, p. 115-141, dezembro de 2024.

Nas narrativas em jornais locais/regionais, nos discursos por ocasião dos acordos, nas entrevistas que foram feitas com representantes e/ou encarregados dos municípios pelos *gemellaggi*, vimos que há um forte traço ufanista, principalmente no âmbito econômico de italianos no espaço local, do passado histórico, da necessidade e da possibilidade de unir tempos, territórios e pessoas, da noção de *sangue e origem*, a simbologia da vitória sobre as adversidades. Alguns outros fragmentos de narrativas revelam isso: “destacou a perseverança e a coragem dos imigrantes que venceram todas as adversidades e hoje voltam a apertar as mãos dos irmãos italianos”; “a assinatura do *gemellaggio* significa a união de sentimentos de terras e culturas que têm as mesmas raízes”²⁷; “Farroupilha é o berço da imigração italiana e, por isso, quer manter viva a história de seus antepassados imigrantes”²⁸. Em entrevistas com representantes da comitiva italiana, por ocasião da afirmação do acordo de *gemellaggio*, em Ilópolis (RS), um deles disse que “quando cheguei, estranhei bastante, mas depois me senti em casa; eles falavam que nem os nossos antigos e que a gente sabe ainda [...]. Parece uma extensão do que somos lá. Se tu falares lá [no município italiano *gemellado*], eles não vão acreditar que aqui é assim”.

Com essa realidade étnico-econômica e cultural, que vem ganhando cada vez mais concretude e que serve, também, para intensificar e/ou reconstituir italianidades, horizontes culturais se ligam no tempo, entrecruzam-se pela institucionalidade dos grupos e dos territórios, além de ganharem formatos variados em razão da maneira como os grupos étnicos se manifestam e se autopercebem (Seyferth, 1993; Zanini, 2006; 2007). Isso acaba produzindo um capital social étnico que é também agregado à Igreja Católica e serve para alimentar iniciativas migratórias de brasileiros para a Itália, performance migratória essa, de caráter tutelado, como alguém nos disse num dos municípios que visitamos na Itália, região do Vêneto (em 2019), que havia um *gemellaggio* com um município do Rio Grande do Sul, “esse é o imigrante que a Itália quer e precisa”. Estes não encontram tanta rejeição da sociedade autóctone.

Vicentina (Vicenza – região do Vêneto). Fonte: Documento obtido junto à Prefeitura Municipal de Marau, em 2019.

27 Idem.

28 Prefeito do município de Farroupilha (RS), por ocasião dos festejos de comemoração aos 10 anos de *gemellaggio* com o município de Latina (região do Lazio). Fonte: pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que imigrantes italianos, desde seu início, buscaram organizar formas associativas nos espaços de destino em correspondência com os locais de origem e seus significados. Elas se alteraram com o passar do tempo e com os contextos do país e de fora dele. As formas atuais apresentam-se um pouco diferenciadas, porém são frutos de uma dinâmica diferenciada de sujeitos, gerações e contextos sociais. Com as associações entre italianos e descendentes, produzem-se intercorrelações múltiplas: regionais, territoriais, linguísticas, redenção e contraponto de uma Itália e de imigrantes italianos pobres, que hoje demonstram sua diferença, sua pujança econômica.

Percebemos que as identificações étnicas se tornam (trans)temporalizadas, o associacionismo italiano, variado e dinâmico, segue em seu curso histórico reconfigurando italianidades, no entanto, não como um fenômeno isolado, mas na dinâmica da sociedade global. O formato e os sentidos dos *gemellaggi* continuam demonstrando os vínculos entre territórios e sujeitos sociais e econômicos, alimentados pela seiva do passado, da velha imigração e da irmandade étnico-territorial. Revelam laços históricos reconstruídos como laços ou pontos comuns, como valores da *origem italiana*, os quais se renovam em termos de vínculos e externalidades (intenções localizadas no tempo e no espaço), mas reproduzidos como se fossem ou possuíssem significados perenes.

Esses vínculos associativos que vimos, de uma forma concreta e/ou simbólica, atualizam os pertencimentos, o mito de origem, recriam e/ou renovam a ítalo-brasilidade, o transnacionalismo de vínculos, os quais também são demonstrados pelos festejos, acordos de co-irmandades, parcerias econômicas, pela mesa farta nos festejos, como simbologia do contraponto ao vivido na Itália pelos antepassados ou mesmo pelos italianos de hoje (Capellin, 2010; Capellin; Giuliani, 2008). “Aqui se come bem, com carne em fartura, diferente do que lá na Itália; lá tem massa, mas aqui tem carne, coisa que eles lá quase nem comem porque custa muito²⁹.” A carne revela a riqueza, o bem-estar, além de ser alimentação de custo elevado, ela é o símbolo do contraponto da pobreza.

Com os festejos de família e os *gemellaggi*, torna-se possível buscar raízes de uma árvore de quase 150 anos, encontrar vestígios e marcas que identificam grupos ressemantizados por noções de “origem” (Zanini, 2006). Eles, como já mencionamos, renovam sentidos da velha emigração, promo-

29 Entrevista com um Prefeito de um município que possui acordo de *gemellaggio* da região nordeste do Rio Grande do Sul. Pesquisa de campo.

vidos pelas gerações outras, potencializam um olhar nostálgico dos descendentes de imigrantes para o passado, porém fundado na imigração que deu certo, ou seja, ao imigrante referenciado e como redenção ao sofrimento e à penúria do passado. Possibilitam revigorar grupos, rituais e narrativas no decorrer dos tempos. Os rituais de *gemellaggi* revelam um jogo de identificações temporais e geográficas de sujeitos coletivos, reproduzindo o que são considerados elementos das italianidades. Ainda que essa seja expressão de coletividades/comunidades imaginadas (Anderson, 2008) e congeladas no tempo, dão o tom da distinção, da autoestima elevada, da valorização e/ou valorização de si e do coletivo de descendentes (Zanini, 2006; 2007).

Enfim, os *gemellaggi* coroam um processo histórico e imprimem novas ações e possibilidades associativas. Com isso, dão continuidade aos laços com os quais os descendentes se ligam com italianos e com a Itália. Entendemos ser fundamental a sua efetivação, independentemente da abordagem que é dada e dos processos culturais que, sob seu manto, redundam em negócios, parcerias e migrações tuteladas. Eles permitem conhecimentos históricos, valorização da imigração e dos imigrantes, que idealizaram seus vividos em outro país, laboraram imensamente e deixaram ampla descendência, as quais são referendadas e referenciadas. Ainda, retomam e dinamizam processos transnacionais que valorizam dialetos, modos de ser e de viver de grupos sociais. Com formatos bastante comuns entre si, os *gemellaggi* acabam criando formas novas e/ou renovadas de vínculos associativos, mas que mantêm o significado de pertencimentos étnicos transnacionais.

REFERÊNCIAS

- AMBROSINI, Maurizio. *Sociologia delle migrazioni*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAROUH, Simon. (Dir.). *Dynamiques migratoires et rencontres ethniques*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade. A busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BERNASCONI, Alicia.; BERTAGNA, F. Le associazioni italiane in Argentina e Brasile. In: CSER – Centro Studi Emigrazione Roma. *Il nuovo associazionismo italiano all'estero*. Roma: Cser, 2024, p. 205-2015.
- BERTAGNA, Federica. *Una patria di riserva. L'emigrazione fascista in Argentina*. Roma: Donzelli, 2006.

- BERTI, Fabio. Globalizzazione, migrazioni internazionali e cooperazione allo sviluppo. In: AMBROSINI, M.; BERTI, F. *Persone e migranti. Integrazione locale e sentieri di co-sviluppo*, Milano: Franco Angeli, 2009, p. 44-64.
- BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, n.1, jul., 2012. Online Library.
- BOUBEKER, Ahmed. *Les mondes de l'éthnicité. Voix et regards*. Paris: Ballaud, 2003.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPELLIN, Paola.; GIULIANI, Gian Mario. Imagens culturais italianas nos estilos empresariais brasileiros. *Locus. Revista de História*. Juiz de Fora (MG), v. 14 n. 2, p. 67-82, 2008: Dossiê Imigração Italiana.
- CAPPELLIN, Paola, et al. *Entre Memória e Mercado: Famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. Belo Horizonte, Argymentvm. 2010.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira Editora, 1978.
- CARITAS MIGRANTE. *Dossier statistico Immigrazione – 2022*. Roma: Idos, 2023.
- CARITAS/MIGRANTES. *Dossier Statistico Immigrazione - 2020*. Roma: Idos, 2021.
- COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos: identidade e globalização*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.
- COSTA, Rovílio.; DE BONI, Luis. Antônio. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/Educ, 1984.
- CUNHA, Albino. *Migrações e desenvolvimento: lógicas de terreno entre a Europa e a África*. Lisboa: Academia Premium, 2007.
- DALMOLIN, Cátia. *Mordaça verde e amarela. Imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Palloti, 2006.
- DESSAJAN, Elsa. et al. (dir.). *Immigration et identité nationale*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- FRANZINA, Emílio. *Merica, Merica. Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei*

- contadini veneti in America Latina* (1876-1902). Roma: Feltrinelli, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz. *Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EdUCS, 2017.
- IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LUCA, Tania Regina de. As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: DE BONI, Luis Antônio. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 148-162.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul - (1875-1914)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.
- MARABELLO, Selenia. *Antropologia e Migrazioni: una storia di co-sviluppo tra l'Italia ed il Ghana*. Bologna: Università di Bologna, 2009. Doutorado di Ricerca.
- NORONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.
- PELLANDA, Ernesto. *Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- PINTO, Júlio. *Os muitos tempos da memória*. Projeto História: São Paulo, n. 17, p. 203-211, 1998.
- PUGLIESE, Enrico. Vecchio e nuovo associazionismo italiano. In: CSER – Centro Studi Emigrazione Roma. *Il nuovo associazionismo italiano all'estero*. Roma: Cser, 2024, p. 53-65.
- SANTOS, Miriam. de Oliveira. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. In: *Revista REMHU*, n. 34, ano XVIII. São Paulo, p. 27-43, jan./jun., 2010.
- SASSEN, Saskia. *Una sociologia della globalizzazione*. Torino: Einaudi, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica. *Anuário Antropológico* 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 31-63, 1993.
- SIVIERO, Ivone Bigolin. *Reatando o elo com a Itália*. Chapecó: Argos, 2004.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico. Um século de emigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- TRENTO, Angelo. La stampa periodica italiana in Brasile – 1865-1915. In:

Il Veltro – Rivista della Civiltà Italiana, XXXIV, n. 3, p. 301-315, mai./ago., 1990.

WOORTMANN, Ellen. Árvore da memória. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 92, p. 113-131, 1994.

ZANINI, Maria Catarina. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. *Revista USP*. São Paulo, n. 72, p. 161-170, dezembro/fevereiro 2006-2007.

ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil Meridional*: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZINCONI, Giovanna (a cura di). *Familismo legale*: come (non) diventare italiani. Roma-Bari: Laterza, 2006.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 09/07/2024

NOTAS SOBRE A ITALIANIDADE DE ARQUITETURA SUL-RIOGRANDENSE

NOTES ON THE ITALIANITY OF ARCHITECTURE IN RIO GRANDE DO SUL

Gunter Weimer¹

RESUMO

Este artigo faz uma análise da evolução da linguagem barroca e clássica na arquitetura erudita do Brasil no sentido de avaliar sua relação com a matriz italiana destas linguagens. Como fonte de pesquisa, foram analisados os projetos de construção encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre no período de 1892 a 1957 no intuito de avaliar o índice de pregnância das diversas linguagens arquitetônicas no período empregadas bem como sua distância da matriz italiana destas linguagens. Na segunda parte, faz uma análise da adaptação da arquitetura popular do norte da Itália ao meio ambiente do Rio Grande do Sul. Discutem ainda, os subterfúgios adotados pelos imigrantes peninsulares na implantação de modelos urbanos alternativos aos traçados das cidades implantados por via governamental.

Palavras-chave: Imigração italiana; Arquitetura barroca e clássica; Arquitetura popular; Urbanismo alternativo.

ABSTRACT

This paper analyses the baroque and classic styles in Brazilian erudite architecture, trying to evaluate the relationship with their Italian origins. The construction projects sent to Porto Alegre city hall during the 1892-1957 period were analysed according to the perception of style and similarity with Italian traditions. It analysed also the adaptations of the north Italian vernacular architecture to Rio Grande do Sul environment. Furthermore, it discusses the subterfuges adopted by the Italian immigrants to implement alternative urban models to the imposed governmental patterns.

Keywords: Italian immigration; Baroque and classic architecture; Vernacular architecture. Alternative urban models.

INTRODUÇÃO

Desde longa data tem-nos chamado a atenção para o fato de ter havido uma constante pulsação da participação de concepções arquitetônicas tidas como italianas a perpassar a arquitetura brasileira e, especificamente, sul-rio-grandense. A hipótese mais imediata para explicação deste fenômeno-

¹ Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963), mestrado em História da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1981) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1990).

no parecia ser resultado da imigração de arquitetos peninsulares que acompanharam o fluxo da imigração de italianos que chegaram aos estados mais sulinos e que, por conveniência profissional, se estabeleceram das mais importantes cidades da região. Quando foram inventariados os nomes destes profissionais correlacionados com a época de sua atuação pôde ser verificado que esta correlação era inexistente e que nem mesmo o emprego destas linguagens arquitetônicas “italianas” eram exclusivas destes profissionais. Isso estava a demonstrar que havia outros fatores que alimentavam estas orientações e que transcendiam as explicações comumente divulgadas. As dúvidas sobre estes entendimentos aumentavam na medida em que pôde ser verificado que elas não correspondiam à “lógica” dos acontecimentos posto que apresentavam uma dinâmica de idas e vindas que se contrapunham ao que seria esperado qual seja, a de uma influência direta definida pelo período de atuação dos profissionais imigrados.

Para bem avaliar estas dissintonias julgamos que seria de bom alvitre começar por examinar as fontes disponíveis que possam nos apresentar os dados que nos possam orientar na nossa busca por um entendimento do fenômeno.

A bibliografia disponível sobre a história da arquitetura dita “internacional” é fundamentalmente de origem europeia e é esta que tem servido como base para nossa formação e tem sido a base de nossos conceitos. Ela traz, em seu bojo, uma visão claramente eurocêntrica. Esta característica pouco tem sido criticada o que indica que seu universo tem atendido às demandas interpretativas da intelectualidade nacional. Isso vale, em larga medida, para a arquitetura, pelo menos, em sua versão erudita. Desde o início da colonização do país, foram arquitetos portugueses ou estrangeiros europeus especialmente contratados que orientaram as construções socialmente mais relevantes. Isso engendrou duas diretrizes complementares: uma no sentido de que o conceito de arquitetura se limitava apenas a construções eruditas e, pelo lado oposto, as realizações populares eram ostensivamente ignoradas.

Dentro desta perspectiva, partia-se do pressuposto de que a arquitetura teria sido inventada pelos gregos do período clássico - com eventuais referências à pré-existente produção egípcia e da Mesopotâmia - e aprimorada pelos romanos. A idade média era avaliada como uma “idade das trevas” por parte da facção latina da cultura europeia da qual fazia parte a portuguesa. A retomada da produção de arquitetura teria acontecido com a retomada dos princípios romanos na assim chamada arquitetura “românica” que serviu de base para a plena retomada dos princípios arquitetônicos na Renascença que surgiu na Península Italiana e, a partir daí, se difundiu

por toda a Europa. Com o aperfeiçoamento da arte, houve uma evolução para o barroco novamente a partir da produção dos arquitetos italianos com outra difusão dos novos conceitos pelo resto do continente europeu. Passando por adaptações nos diversos países, a arquitetura se diversificou o que levou a uma situação que se aproximava do caos quando então, houve novo retorno com a revalidação das linguagens clássicas como uma alternativa para a desorientação estabelecida.

Dentro deste esquema fica evidenciado a grande importância atribuída aos arquitetos da Península Italiana. É claro que este esquema encontrou contestadores na Europa Central que alertavam para a importância da arquitetura gótica que era uma das variantes da arquitetura medieval². Os historiados peninsulares fizeram pouco caso desta interpretação por entenderem que esta produção não se enquadrava dentro dos conceitos de arquitetura como fica evidenciado na própria denominação da linguagem tida como “barbara” visto que os godos haviam saqueado e destruído a cidade de Roma, dando grande contribuição para o fim definitivo do Império Romano do Ocidente.

Este entendimento já está superado de há muito por parte dos historiadores, mas ainda encontra fortes influência na história da arquitetura. O conceito de que a Idade Média – especialmente, da primeira fase – era uma idade de trevas deriva de um forte preconceito: enquanto os generais romanos lutavam entre si para dominar os espólios do Império Romano do Ocidente e deixavam a Europa Ocidental em grande insegurança, na Oriental a nova religião do islamismo se espalhava como rastilho de pólvora. Em um século conquistou, por via militar, um território maior que o que o Império Romano havia conquistado em vários séculos. Com isso, o cristianismo sofreu um forte revés e a ameaça da islamização da Europa se constituía num perigo real e constante. Tanto isso é verdade que os islamitas tomaram conta da Península Ibérica, chegando a avançar até o centro da França e se apropriaram dos Balcãs. Neste período, o eixo cultural do Ocidente se deslocou para os califados islâmicos e as grandes conquistas da arquitetura muçulmana passaram a se tornar paradigmas da arquitetura europeia cristã. Cumpre assinalar que a Península Ibérica em sua quase totalidade fazia parte do mundo islâmico.

2 Esta arquitetura apresenta três níveis claramente definidos e bem diferenciados entre si: a arquitetura religiosa, em geral definida como “gótica”, se caracterizava pelo emprego de arcos e abóbadas apontados; a militar, específica da construção de fortalezas que se caracterizava pela robustez das massas construídas e o coroamento das construções por ameias e seteiras e a de caráter popular, específica da arquitetura residencial e de uso cotidiano. Enquanto as primeiras eram de pedra e cultivavam o caráter monumental e imponente, a última se limitava à escala doméstica realizada com materiais variáveis, de acordo com as tradições de cada país.

Embora os portugueses desdenhem o longo período de dominação berbere em Portugal, a verdade é que sua arquitetura foi profundamente influenciada pela islâmica. Quando ocorreu a invasão islâmica na Península, estavam sendo descobertas as vantagens construtivas do arco apontado. A reversão política e ideológica trazida pelos invasores fez com que Portugal ficasse à margem do desenvolvimento da arquitetura gótica que só viria a ser retomada ao fim do domínio muçulmano e se materializou numa linguagem classificada como tardo-gótico de fortes influências mouriscas. Nestas condições, esta linguagem teve curta duração o que, noutra palavras, significa que teve uma produção escassa. Este fato parece ser decisivo na tardia divulgação do neogótico no Brasil.

Diante do grande sucesso do islã e da arquitetura islâmica, a arquitetura ocidental da Europa encontrou forte inspiração nela para a realização de suas obras. A construção de torres em seus templos foi inspirada nos minaretes e as entradas das grandes catedrais góticas foram adaptações cristãs das fachadas das mesquitas, para citar apenas os exemplos mais evidentes.

Neste contexto, Portugal e Itália desempenharam papéis importantes na evolução da cultura/arquitetura ocidental. Com o oriente europeu dominado pelo islã, o comércio entre o oriente e o ocidente era feito através dos comerciantes muçulmanos. Como o contato entre cristãos e muçulmanos era melindroso, foram os cristãos mais orientais da Europa – os italianos – que faziam esta ponte entre os extremos do mundo. Por via de segurança, estas trocas eram feitas por via marítima o que fez crescer a importância do comércio marítimo e foi a causa principal da aquisição de fama pelos almirantes italianos. Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio não me deixam mentir. Foi este contato com o mundo mais atrasado (cristão) com o mundo mais desenvolvido (muçulmano) que favoreceu o desenvolvimento cultural italiano seja no desenvolvimento da arquitetura românica (as ruínas do império romano se encontravam, em sua maioria, na Itália e a arquitetura islâmica foi uma evolução da arquitetura imperial romana).

Aqui é importante assinalar que foram os islamitas que se tornaram os grandes estudiosos da filosofia grega clássica e foi o confronto dos escritos destes filósofos com os do alcorão que deram origem às *madraças* (escolas islâmicas). Estas serviram de base para criação das universidades do mundo cristão. É sabido que a tradução dos textos dos sábios islâmicos para o latim foram os textos referenciais das primeiras universidades cristãs. Portanto, não foi por acaso, que estas universidades surgiram na Itália; tampouco foi casuístico o interesse dos letrados italianos na “redescoberta”

dos textos clássicos. Em termos de arquitetura, isso levou à redescoberta dos valores da produção greco-romana e dos *Dez Livros* de Vitrúvio (o arquiteto de Júlio Cesar, no primeiro século antes da era cristã). Este condicionamento histórico fez com que a Itália se tornasse o centro gestor de uma nova cultura - dita Renascença - que viria a revolucionar o mundo cristão ocidental.

Neste contexto Portugal exerceu um papel diferenciado. Segundo a história oficial do país, sua fundação ocorreu quando Dom Afonso Henriques se estabeleceu em Lisboa em 1143. Mas esta data deve ser tomada com reservas posto que o centro cultural da Península Ibérica continuava sendo o califado de Cordoba onde era feita a formação da elite governante cristã peninsular. Durante muitos séculos a cultura islâmica se manteve como dominante na Península. Apesar de sua progressiva decadência, ela persistiu até 1492 quando os reis católicos expulsaram seus vassalos muçulmanos por falta de pagamento de tributos. Isso significa que o Portugal recristianizado permaneceu, durante séculos, “afastado” da Europa cristã atrás de um largo território islâmico. Isso fica claramente documentado nas profunda influências da arte/arquitetura mourisca da mesma forma como foi pouco profunda a influência da arquitetura renascentista no país. As poucas obras oficialmente declaradas como sendo desta estilística em Portugal dificilmente seriam aceitas como tais no resto da Europa.

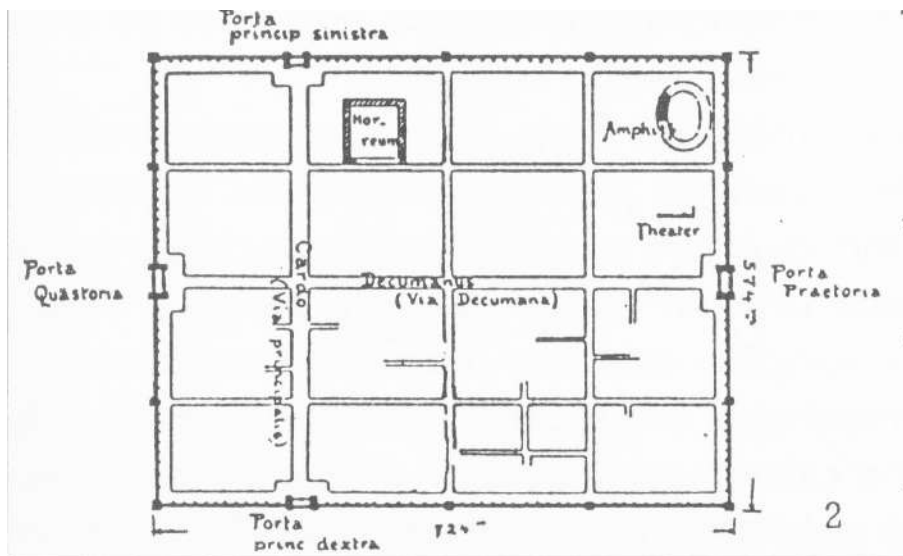
Na história da arquitetura ocidental é tido como consensual que a linguagem renascentista gozou de grande prestígio durante um período curto devido a sua ortodoxia fazendo com que novas gerações de arquitetos se insurgiam contra a rigidez destes conceitos fazendo com que surgisse uma nova fase que foi denominada de “maneirismo”. Este movimento abriu as portas para uma insurgência mais ampla e que, por isso mesmo, recebeu o nome de “barroco”. O fundamental nesta transformação foi o fato de que a nova linguagem procurou na arquitetura islâmica uma das fontes de referência. Uma nova maneira de encarar a monumentalidade, a apropriação de linhas curvas, a transformação das colunas greco-romanas em torsas atestam esta influência. Não é, pois, casualidade que o barroco encontrou boa acolhida na Península Ibérica. Todavia, é necessário fazer uma clara referência sobre a distinção do barroco italiano do ibérico. Enquanto o primeiro foi conduzido de um modo bem mais comedido, o português bem como o espanhol, desde logo, se tornaram bem mais dinâmico em sua materialização formal por influência direta dos artesãos moçárabes optaram por permanecer na Península quando a elite governamental islâmica retornou para Marrocos. E isso foi muito bem aceito pela sociedade lusitana e fez com que o barroco acabasse por se tornar a arquitetura mais exuberante de toda sua história.

Isso também teve seus reflexos no Brasil. É sabido que a Igreja de Nosso Senhor da Graça de Olinda foi construída pelos jesuítas dentro das normas renascentistas, mas, em pouco tempo, sua fachada foi totalmente reconstruída na linguagem barroca. Dado à escassez de fontes dos primeiros tempos coloniais, não surpreenderia se fosse encontradas outras iniciativas do mesmo calibre.

Outro aspecto não menos importante foi o condicionamento cultural sob o qual o barroco português se implantou no Brasil. Enquanto as obras civis eram realizadas na Colônia, boa parte das alfaías e imagens vinham de metrópole. A escassez de mão de obra qualificada aliando ao desprezo que os reinóis alimentavam pelo trabalho manual, fez com que o barroco brasileiro, em sua maioria, se tornasse menos exuberante em seu envoltório construído em contraste com os retábulos importados. Daí ter surgido uma qualificação desta arquitetura com uma nomenclatura desconhecida na Europa qual seja a de “estilo colonial”. Isso significa que o barroco brasileiro se constitui numa evolução do barroco português e, portanto, assumiu características ainda mais distantes da matriz italiana. Este se caracterizava por uma contensão formal bastante acentuado que não era totalmente desconhecido em Portugal e que alguns historiadores quiseram identificar como uma variante estilística própria identificado com o estilo chão. Em Portugal esta produção foi limitada enquanto no Brasil, foi majoritária.

Dentro do mesmo teor, a redescoberta do livro de Vitruvius levantou um tema há muito esquecido que era o de planejamento de cidades. Na Roma imperial havia sido baixada uma legislação que orientava a construção de cidades novas a serem erguidas nos territórios conquistados. Estas normas definiam duas ruas principais ortogonais entre si (cardo e decumano) orientados pelos pontos cardiais, em cujo cruzamento seria construído o fórum, o centro administrativo da cidade. Esta seria cercada por muralhas que teriam uma abertura para o exterior na extremidade de cada uma das ruas principais. O espaço entre as muralhas e as avenidas principais seria dividido em lotes que davam para ruas paralelas e ortogonais às avenidas principais (figura 1). O tamanho da cidade dependia das diretrizes estabelecidas em Roma em atendimento dos interesses administrativos a ser desempenhado pela cidade. Durante o domínio romano haviam sido consolidadas diversas cidades em Portugal, mas a ocupação de três séculos a Península por povos germânicos e oito, por forças islâmicas, este traçado foi sendo modificado, ampliado e transformado de modo que do traçado original sobraram apenas algumas referências

Figura 1: Esquema da cidade de Aosta



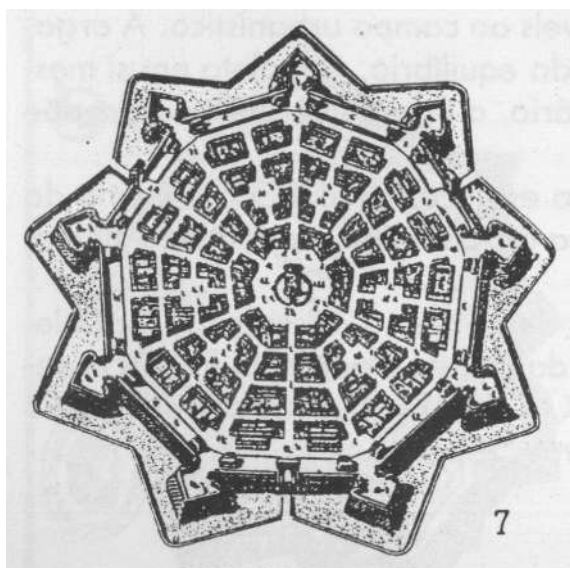
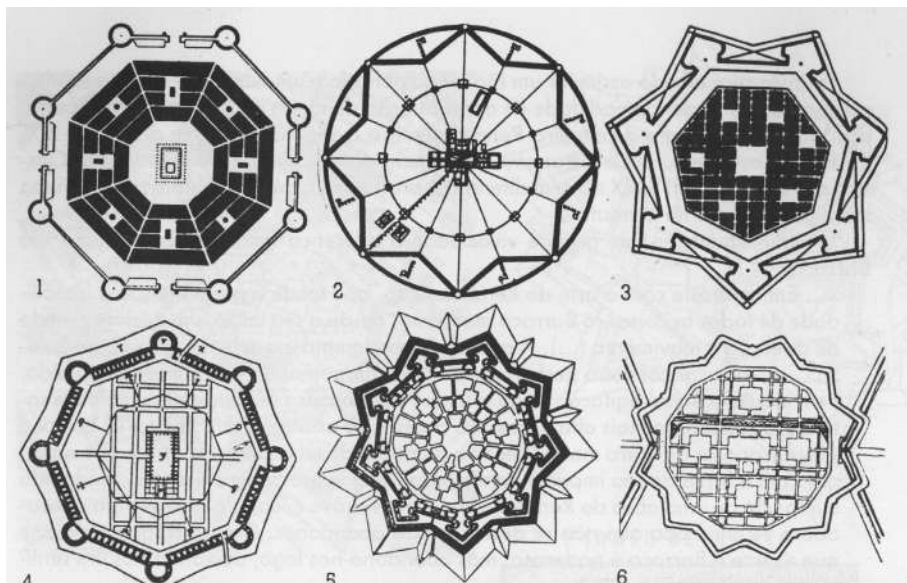
Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia: *Morfologia Urbana e desenho da Cidade*, Lisboa, Gulbenkian, 1993, p.157

Baseado nas referências escritas e não desenhadas de Vitrúvio, os urbanistas italianos passaram a projetar cidades (figura 2) baseados nestas ideais³. Porém, estes projetos chegaram até nós na forma de especulações intelectuais por não encontrar condições sociais ou interesses de serem levados a canteiro. A única exceção foi Palma Nuova projetada por Vincenzo Scamozzi (figura 3) em 1593.

3 O fato de que as propostas dos italianos apresentassem formas circulares ou poligonais deve ser debitado na conta da tradição medieval das cidades europeias posto que as cidades novas romanas tinham a forma quadrada ou retangular. Isso bem demonstra que os escritos do autor romano eram interpretados com muita liberdade.

Figura 2: Seis cidades ideais proposta por urbanistas renascentistas italianos a partir de interpretações dos escritos de Vitruvius, não realizadas.

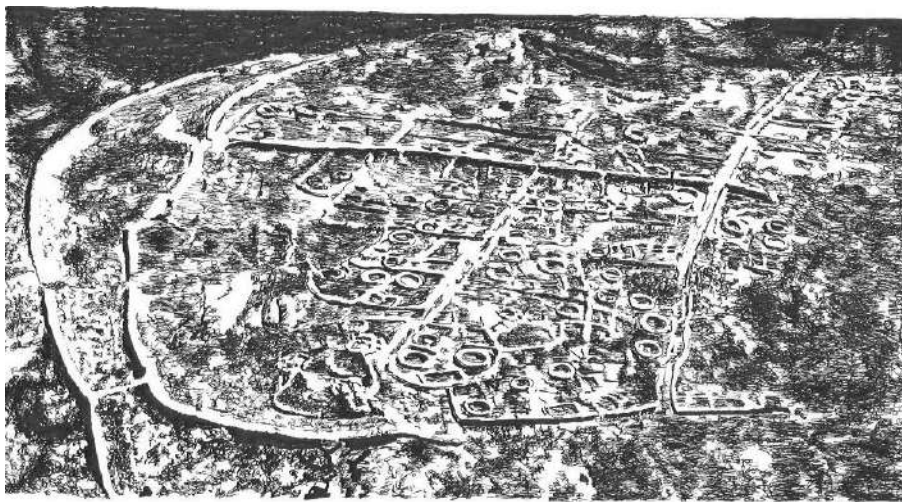
Figura 3: Projeto de Vincenzo Scamozzi para a cidade de Palma Nuova (ou Palmanova) em 1593, única cidade renascentista italiana implantada, na província de Udine, próximo à fronteira com Eslovênia.



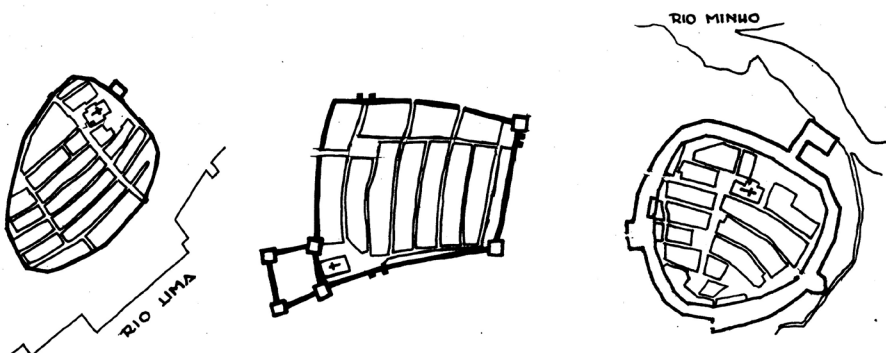
Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia: *Morfologia Urbana e desenho da Cidade*, Lisboa, Gulbenkian, 1993, p.169.

A situação em Portugal era bem diferente. Em decorrência das guerras feudais que resultaram na expansão do cristianismo diante da decadência do califado, algumas áreas haviam ficado com uma baixa densidade demográfica o que permitiu que a realeza lisboeta tratasse de criar de fundar novas povoações como foi o caso de Viana do Castelo (figura 5), de Nisa (figura 6) e Monções (figura 7). No traçado destas aglomerações não foram aplicados nem os modelos das cidades novas romanas nem os preceitos renascentistas. Em nosso entender, estes traçados se assemelhavam aos das citânias celtas (figura 4) caracterizadas por várias ruas paralelas com leve curvatura implantadas ao longo de terreno com suave caimento que eram ligadas entre si por duas ou três ruas perpendiculares. Esse fato chama a atenção de que Portugal, nesta época, não se enquadrava nas teorizações pré-renascentistas, mas seguia valores tradicionais, por sinal, muito antigos.

Figura 4: Citânia de Sanfins (cultura celta): ruas paralelas adaptadas ao terreno em declive cortado por ruas perpendiculares.



Fonte: SILVA, Armando C.F. & GOMES. Mário V. *Proto-história de Portugal*, Lisboa, Univ. Aberta, 1994, p. 222.

Figura 5: Esquema da planta de Viana do Castelo.**Figura 6:** Esquema da planta de Nisa.**Figura 7:** Esquema da planta de Monções.

Fonte: Teixeira, Manuel & col.: *O Urbanismo Português*, Lisboa, Horizonte, 199, p.39,44 e 189.

É este o esquema das cidades que os portugueses iriam implantar nas ilhas do Atlântico e viria a ser o esquema das cidades brasileiras conforme a descrição de Vauthier.

Mas não foi isso que atraiu os intelectuais italianos para terras lusitanas. Devido a sua posição estratégica dentro de uma situação geopolítica favorável, permitiu aos portugueses empreender viagens exploratórias no Oceano Atlântico que lhes trouxeram o conhecimento de terras até então desconhecidas no norte da África e em ilhas que foram sendo descobertas em mar aberto. Isso facultou aos portugueses a possibilidade de ocupação destas terras o que requeria a criação de novas cidades. Por serem novas, requeriam um planejamento anterior. Este era feito a partir da experiência vividas e em conformidade com as necessidades que o empreendimento requeria e não a partir de reflexões teóricas respaldado em diretrizes experimentadas em circunstâncias muito diversas como haviam feito os italianos. Para tanto, as experiências feitas nas cidades antes citadas foram de grande ajuda e foi este o esquema das cidades brasileiras conforme as descrições de Vauthier.

Naturalmente, com a expansão das incursões marítimas nos assim chamados “grandes descobrimentos”, estes conhecimentos puderam ser aperfeiçoados e ampliados em terras cada vez mais distantes nas quais foram incluídos o extremo oriente e a América. Isso obviamente também valia para os diversos estados que viriam a formar a Espanha.

É importante fazer esta resenha para fundamentar a diferença fundamental da postura dos intelectuais ibéricos da dos italianos. Enquanto os

últimos partiam de motivações intelectuais baseadas no reavivamento de tradições antigas num plano prioritariamente ideológico, os lusos partiam de necessidades práticas que iam sendo aperfeiçoadas por vias experimentais de erros e acertos. Este pragmatismo associado a amplas possibilidades de avançar “por mares nunca d’antes navegados” como dizia o poeta, mostrou ser muito mais profícuo que o humanismo italiano a tal ponto que deram a seu rei o título de “O Venturoso” que não se tornou rei de toda a Península Ibérica por detalhes diplomáticos segundo fazem crer os historiadores lusitanos.

Um detalhe que nos parece ser da mais alta relevância neste contexto e que tem sido pouco explorado foi o fato de que Portugal fora dominado por longo tempo pelos islamicos. A partir da expansão muçulmana o cobijado comércio com o oriente era feito pelos comerciantes árabes que, por esta via, haviam tomado conhecimento das relações geográficas que uniam os dois extremos do continente da Eurásia. Quando os turcos se tornaram os protagonistas do islamismo e impuseram sérios entraves monopolistas neste comércio, oneraram a aquisição de produtos orientais pelos europeus. Isso fez com que a procura por uma via comercial alternativa com o oriente se tornava cada vez mais atrativa para o que os conhecimentos de geografia auferido por meio dos contatos diretos com os muçulmanos ocidentais foi de grande utilidade. Havendo um impedimento para realizar o comércio direto com o oriente por via terrestres, era a navegação marítima que acenava com uma perspectiva de uma alternativa viável. E foi nela que os ibéricos apostaram suas fichas.

Dentro deste quadro histórico, percebe-se que as relações entre a intelectualidade italiana com a portuguesa prosperassem num sentido muito objetivo: Portugal podia oferecer um campo experimental para as ideias gestadas pelos italianos. Por isso foram os últimos que se deslocaram para Portugal e não o inverso. Penso que estes fatos fizeram com que - apesar da significativa presença de intelectuais italianos em Portugal - tanto as conquistas náuticas como as diretrizes lusitanas na arquitetura e no urbanismo fizeram com que os valores ibéricos se impusessem às conquistas renascentistas. Sob bandeira veneziana, os almirantes italianos navegavam até Istanbul; sob bandeiras ibéricas, navegaram até a América e deram a volta ao mundo.⁴ Esta prevalência tanto econômica como intelectual fez

4 Sob este aspecto, também é importante a diferença entre as posturas lusas para com as espanholas. Desde que enveredei pelos caminhos da intelectualidade, tenho ouvido as queixas de que Brasil teve os portugueses por colonizadores em oposição aos espanhóis entendidos como mais avançados no plano intelectual. Como prova desta realidade era invocado o fato de que os primeiros cursos superiores foram fundados no lado castelhano ainda no século XVI enquanto no Brasil isto só aconteceu quando o rei português aqui aportou em decorrência

com que pragmatismo lusitano se impusesse na conquista e colonização do Brasil.

Mais tarde, no período em que amadurecia o movimento que levaria à independência do Brasil, houve uma mudança de paradigmas na arquitetura. A vinda da Família Real não significou um retorno às tradições lusitanas, como seria de esperar. Pelo contrário, a atuação de arquitetos não lusitanos – especialmente franceses – fizeram com que fosse divulgado o ordenamento neoclássico. Grandjean de Montigny fez sua “pós-graduação” na Itália na qualidade de titular do *Pris de Rome* da academia francesa. A nova orientação significou um abandono da tradição barroca. Neste contexto, é muito significativo a importância que os estudiosos têm dado à Igreja de Santa Cruz dos Militares, de José Custódio de Sá e Faria: numa época em que o barroco estava em plena decadência, o autor retornou às origens italianas desse estilo e isso foi interpretado como uma atualização da arquitetura, ou seja, como a modernização de sua época. Isso bem demonstra a distância que havia se formado entre o barroco “erudito” italiano daquele que havia se formado no Brasil Colônia.

Ao mesmo tempo, o estilo adotado nas obras governamentais da administração do Brasil independente foi um retorno às regras acadêmicas da composição clássica. Estas também valeram para as edificações mais expressivas não governamentais bem como engendraram a “reforma de fachadas”⁵ que viria a se tornar frequente o que pode ser interpretado como um esforço para apagar o passado colonial. Este foi um modismo que se implementou no Rio de Janeiro e, aos poucos, foi se divulgando pelo resto do país. Isso também valeu para o Rio Grande do Sul. Com resistências.

de uma fuga inglória diante das forças napoleônicas. Do mesmo modo, as Leyes de Índias que regulavam a criação das cidades na América eram tidas muito mais bem estruturadas que as ordenações dos reis portugueses. Não conheço um estudo aprofundado que tenha feito a comparação qualitativa entre os currículos das universidades hispano-americanas com os das escolas militares do Brasil. Sei que as primeiras contemplavam a teologia, a filosofia e a retórica. Desconfio que o ensino pragmático das escolas militares luso-brasileiras fosse bem mais eficiente que o daquelas. Do mesmo modo, estou convicto que a flexibilidade das ordenações portuguesas no que tange à formação das cidades brasileiras deixadas por conta de um surgimento natural das mesmas para um posterior aumento de categoria por vias de um decreto administrativo era bem mais eficiente que as ordenações dos reis espanhóis que a miúdo, eram recebidos sob a chancela “se respeta pero no se cumple”.

5 Estas reformas consistiam em retirar toda a argamassa da fachada principal do prédio para substituir a mesma por uma modinatura de um estilo em moda, juntamente com a substituição das esquadrias que seguiam este repertório formal. Por imposição legal, os muxarabis tinham de ser removidos o que acarretava a substituição dos beirados por platibandas e, se fosse o caso, por frontões de proporções clássicos.

1 A ARQUITETURA NO RIO GRANDE DO SUL

Por ser uma província afastada do centro administrativo do país e estar situado em território de confrontação com os interesses castelhanos, estas novidades demoraram a chegar ao extremo sul. Conflitos de origem econômica levaram a insurgências armadas na Guerra dos Farrapos que se arrastaram por uma década inteira. Ao fim dos confrontos houve a necessidade de restabelecer a ordem legal o que significou, em termos de arquitetura, a construção emergencial de prisões e de intendências. As contingências levaram a que estas construções ainda fossem realizadas dentro da tradição do barroco colonial. Isso também valeu para reconstrução das igrejas que haviam sido vandalizadas durante o conflito.

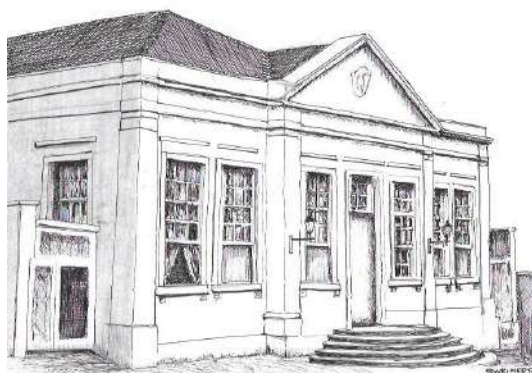
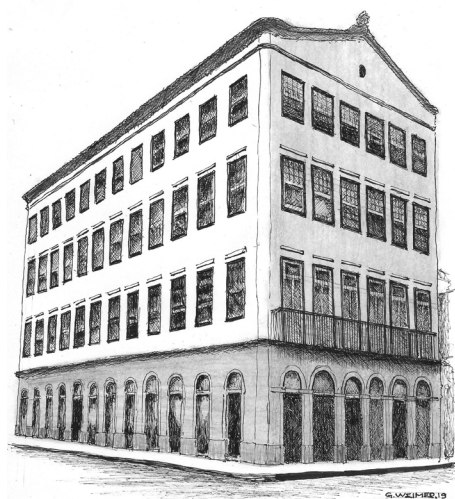
A documentação gerada neste período pouco revela sobre a evolução estilística. Gravuras e fotografias de prédios importantes indicam que a aceitação do classicismo ocorreu com certa resiliência. As igrejas permaneceram com o barroco; o mesmo aconteceu com diversos solares; a Santa Casa e a (nova) Alfândega se aproximaram bastante do barroco; a Beneficência Portuguesa apresentou uma aproximação com um classicismo contido sobre o qual foram aplicados relevos com motivos florais; um barroco com aproximação do classicismo aconteceu nos quarteis do Sétimo Batalhão de Caçadores e do Arsenal de Guerra bem como no Forte Apache; a cadeia e estação ferroviária se aproximaram muito do vocabulário castrense; um claro comprometimento com a linguagem neoclássica aconteceu no Liceu dom Afonso, no aumento do segundo piso do prédio da Assembleia de representantes, no Teatro São Pedro, na Intendência Municipal (depois Tribunal do Juri), na Delegacia Fiscal (mais conhecida como Guardamoria) e no Colégio Santa Teresa (projeto de Grandjean de Montigny, portanto concebido no Rio de Janeiro). A construção do Mercado Público suscitou acaloradas divergências entre o arquiteto alemão (Friedrich Heydtmann) e o engenheiro provincial Antônio M. Teles de Freitas posto que o último alegava que as proporções do prédio seguiam as normas alemãs enquanto no Brasil deveriam ser seguidas as normas toscanas que estabeleciam a necessidade de uma altura mais avantajada diante do comprimento proposto.

Todos estes prédios tinham a chancela governamental o que demonstra que havia uma orientação governamental implícita no sentido da observação da linguagem neoclássica. No plano da iniciativa privada esta tendência também teve uma modesta adesão como pode ser observado nas construções do edifício Malakof (figura 8) e da Bailante (figura 9). Aqui é importante assinalar que este classicismo era muito contido – à semelhança do que aconteceu com o barroco colonial diante das realizações no Reino – e, portanto, bastante distante da ortodoxia italiana que tem sido invocada

como paradigma do neoclassicismo brasileiro. As condições econômicas da província não facultavam investimentos necessários para aplicar com fidelidade os arquétipos italianos. Estes teriam de esperar por novos tempos que somente surgiram no entorno da I Guerra Mundial quando foram realizadas três obras que podem ser claramente identificadas com as proposições italianas no Instituto de Educação, de Fernando Corona (figura 4) e no Banco Nacional do Comércio (atual Banco Santander) de Theo Wiederspahn (figura 5).⁶

Figura 8: Edifício Malakof, no Largo dos Ferreiros (hoje Glênio Perez).

Figura 9: A Bailante, na Praça da Matriz, hoje, Mal. Deodoro).



Fonte: Fotos antigas sem indicação de autor.

⁶ Não incluímos nesta relação o Palácio Piratini que seguiu uma variante neoclássica que os autores franceses entendiam ser do “estilo império”.

Figura 10: Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha. Arquiteto de Fernando Corona, de 1934.



Fonte: BINS, Alberto. *A Exposição do Centenário Farroupilha*, POA, Globo, s. p.

Figura 11: Banco Nacional do Comércio. Arquitetos: Theo Wiederspahn e Stephan Sobczak. Projeto de 1919 com reformulação em 1932.

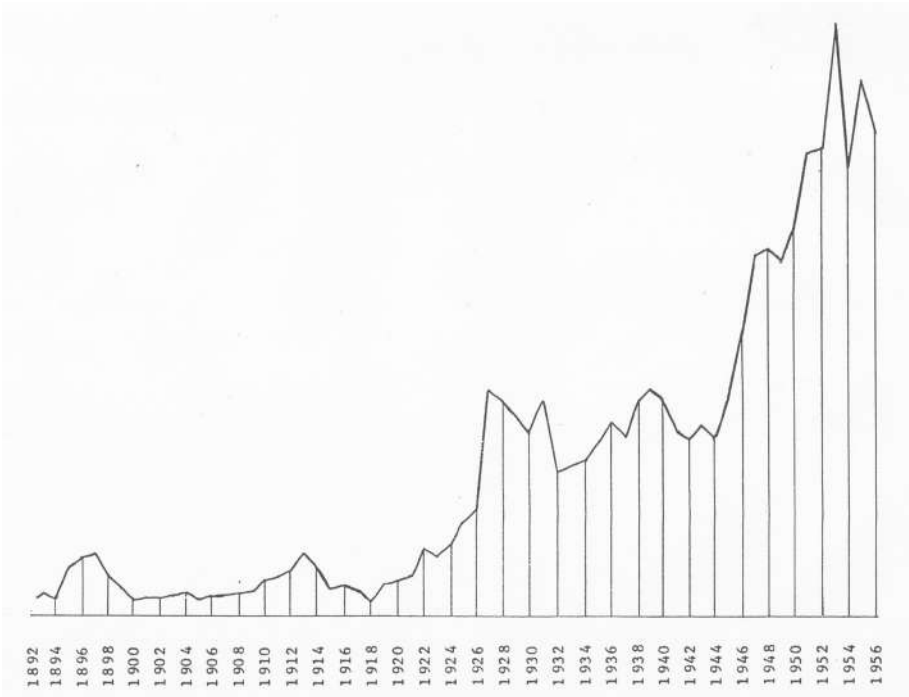


Fonte: Foto do autor.

Estes dados foram extraídos de diversas fontes, principalmente de fotografias esparsas e ofícios referente à construção civil. Esta heterogeneidade permitiu que se tivesse uma visão geral da evolução estilística da arquitetura da cidade, mas era insuficiente para se conseguir ter uma apreciação mais completa e circunstanciada. Esta dificuldade foi superada, em parte, com a consulta aos arquivos dos projetos encaminhados para licenciamento da construção na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A documentação entre 1892 e 1957 foi microfilmada e tivemos acesso a este serviço por via de uma cópia que foi financiada pela FAPERGS. Ela consiste num conjunto de 356 rolos de filmes cada qual contendo, em média, 562 fotogra-

mas o que perfaz um total de aproximadamente 263800 fotogramas correspondente a cerca de 132500 projetos. Estes dados permitiram traçar um perfil da evolução quantitativa da construção civil neste período (tabela 1).

TABELA 1: Evolução quantitativa de projetos de construção licenciados na Prefeitura Municipal de Porto Alegre



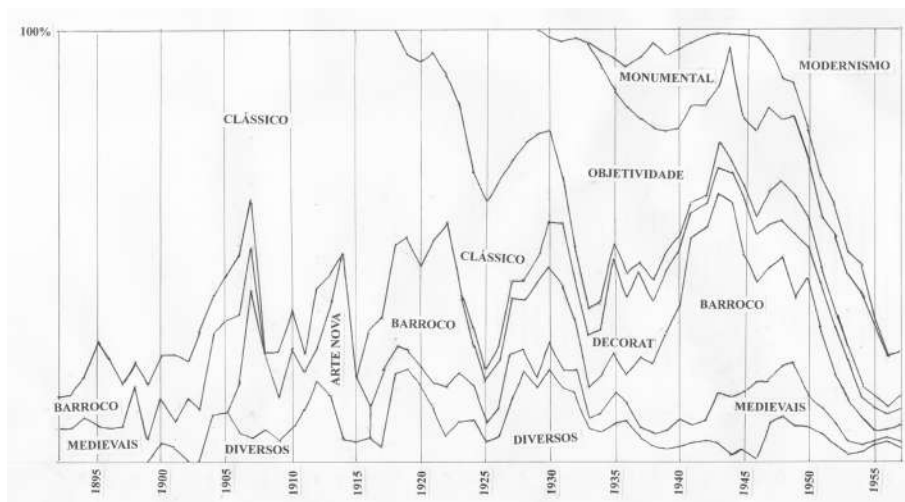
Fonte: Microfilmes dos projetos encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre.

Estes dados permitem aferir a dinâmica de construção civil na cidade, mas como a grande maioria de projetos não tinha interesse sob o ponto de vista da arquitetura por se tratar de construções corriqueiras, modificações e/ou ampliações de construções existentes, cálculos estruturais, projetos complementares, loteamentos, etc. fomos levados a selecionados 4859 projetos que apresentavam claras intensões plásticas. Tendo por base este conjunto de projetos, procuramos qualificar as orientações estilística dominante no correr do período⁷. Para tanto, elaboramos a tabela de número

7 A qualificação de cada um destes projetos mostrou ser mais complicado que imaginávamos no princípio. Este período corresponde ao ecletismo o que vale dizer que os projetos dificilmente se enquadravam dentro da ortodoxia das diferentes linguagens. Por esta razão, fomos levados a fazer esta qualificação com a maior aproximação possível. Portanto, isso implicava numa

2 desta evolução.⁸

Tabela 2: Evolução dos estilos arquitetônicos em Porto Alegre (1892-1957).



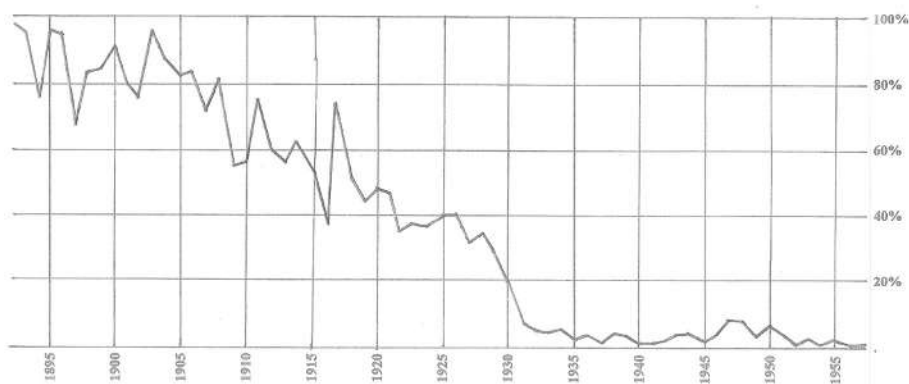
Fonte: Microfilmes dos projetos encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre.

Os resultados obtidos desta forma mostram a diversidade dos estilos em voga e a surpreendente dinâmica da oscilação das linguagens arquitetônicas utilizadas. A flutuação de cada uma destas linguagens estilísticas mereceria uma análise específica. Todavia, como estamos interessados em examinar as origens italianas neste universo, vamos nos limitar ao exame do classicismo e do barroco que são apresentados como diretos herdeiros da arquitetura italiana. Para tanto, organizamos uma tabela específica das obras qualificadas genericamente como clássicas dentre os dados gerais levantados (tabela 3).

certa dose de subjetividade. Portanto, os resultados auferidos devem ser tomados com certa tolerância. De qualquer modo, os dados numéricos não devem ser tomados como valores exatos, mas como indicativos da oscilação dos modismos estilísticos em voga.

8 A maior dificuldade foi causada pelas diferenças quantitativas dos projetos em exame, como foi visto na tabela 1. Na impossibilidade de correlacionar quantidades diferentes, optamos por transformar os números absolutos em percentuais pelos quais cada estilo estava representado. Noutros termos, somávamos os prédios identificados por seus estilos em cada ano e transformamos estes números em porcentos. A variação dos percentuais obtidos indicava a pregnância de cada estilo em cada período considerado.

Tabela 3: Evolução da pregnância do estilo clássico em Porto Alegre (1892-1957).

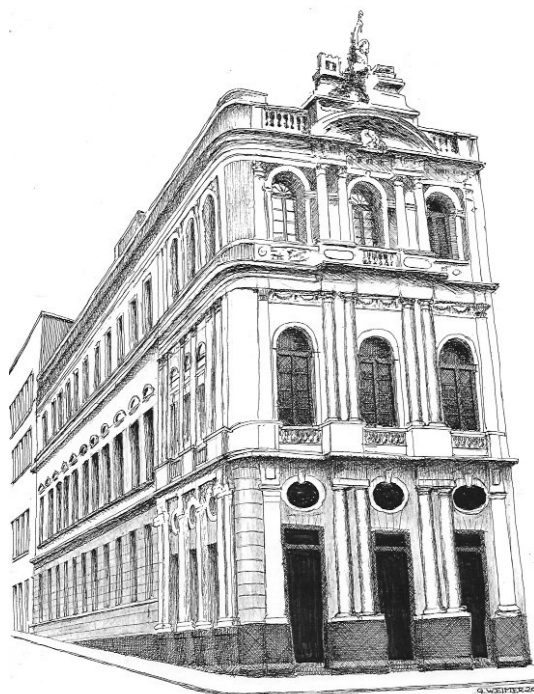


Fonte: Microfilmes dos projetos encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre.

De imediato, percebe-se que no fim do século XIX o domínio do classicismo era quase que absoluto, fato que também caracterizou o primeiro quartel do século seguinte. Isso mostra que as diretrizes estilísticas implantadas na capital do país a partir da vinda da Família Real Portuguesa obteve ampla aceitação não só no final do Império, como se estendeu por todo o período da República Velha. A reversão que a sucedeu aconteceu a partir da assim chamada Revolução de 1930, com a tomada do poder por Vargas. Depois da Revolução Constitucionalista, as orientações neoclássicas perderam sua significação.

De imediato, poderíamos ser levados a entender que a arquitetura nos moldes do classicismo italiano gozava de uma aceitação hegemônica. A presença no mercado profissional de um bom número de arquitetos italianos parecia confirmar este entendimento. Desde logo ficou claro que na primeira parte desse período prevaleciam as características da composição que seguiam os postulados de Vignola ao passo que na segunda metade do período certamente por imposição da Secretaria de Obras e do ensino praticado no curso de arquitetura da Escola de Engenharia, o primado se direcionava à arquitetura renascentista. Isso valia especialmente para as obras oficiais do governo estadual que se orientava pelo positivismo comteano, ou seja, das obras originadas na Secretaria de Obra (figuras 12 e 13).

Figura 12: A Federação, arquiteto Teóphilo Borges de Barros, Rua dos Andradas esq. Caldas J^{or}.



Fonte: *A Máscara*, Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, Porto Alegre, Globo, 1922, s.p.

Figura 13: Colégio Ildefonso Gomes (atual Ernesto Dorneles), Arquiteto Alfonse Dinis Hebert, Rua Duque de Caxias, esquina Ernesto Alves.



Fonte: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*, POA Globo, 1922, p.124

A par disso, porém, a imensa maioria das obras de todo o período mantinha um considerável distanciamento das prescrições que têm sido qualificadas de “acadêmicas”. A contensão formal das obras governamentais, o uso constante de platibandas em lugar dos largos beirados de tradição colonial (fato imposto por determinação de nosso primeiro imperador), a prevalência da proporção áurea na definição dos volumes e aberturas, o tratamento formal diferenciado das três faixas da construção (fundações, corpo da construção e coroamento), o cuidadoso emprego de diversas simetrias na composição das elevações, o indefectível emprego de frisos de contorno das aberturas deixam claro a filiação ao classicismo. Porém, a maior parte das edificações realizadas sem a chancela governamental receberam um tratamento bem mais livre. A simplificação dos elementos de composição, o desleixo do emprego das proporções e das simetrias, a liberdade no emprego de acessos secundários, a comum aceitação do emprego de porões elevados e, principalmente, no uso de frontões abarrocados com emprego de monogramas do proprietário ou da data de construção deixam bem marcadas um distanciamento da ortodoxia do estilo (figuras 14 e 15). Quanto mais simples a construção, tanto mais livre era a o tratamento formal.

Figura 14: Residência Antônio Augusto Borges de Medeiros, Rua Duque de Caxias próximo da esquina da Rua Espírito Santo.



Fonte: Fotos antigas avulsas sem indicação de autoria.

Figura 15: Residência na esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua General Auto.



Fonte: Fotos antigas avulsas sem indicação de autoria.

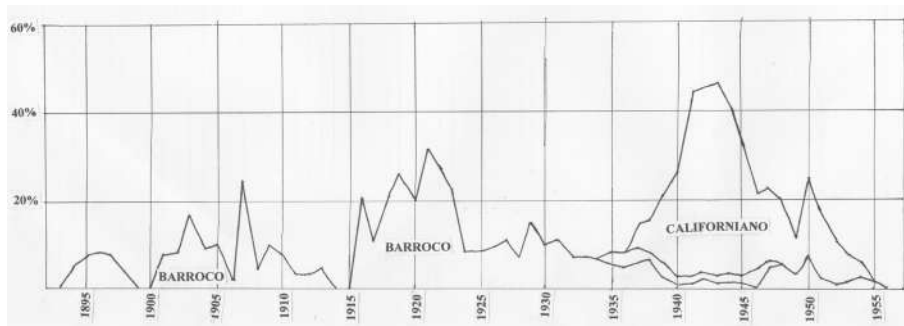
Aqui se repetiu o que já foi assinalado anteriormente em relação ao barroco colonial, qual seja, um sensível distanciamento da rigidez dos postulados “acadêmicos” da estilística que Carlos A. C. Lemos qualificou como um estilo aprendido “de ouvido”.

O que parece certo é que estas opções estilísticas refletiam os modismos vindos da Europa da mesma forma como os modos de vestir e de comportamento. Todavia, pelo fato de que a ortodoxia era tomada com levandade mostra que influências ambientais também condicionavam os empreendimentos. De grande importância era a mão de obra disponível especialmente na execução dos relevos em argamassa armada, na execução de rebaixos na argamassa visando a imitação de pedras, na maestria dos ferreiros no que se refere à execução dos guardo-corpos de sacadas, de gradis de ferro batido em portas e janelas, da disponibilidade de aglomerantes (todo o cimento e, em parte, a cal eram importadas) e de louças sanitárias proveniente de origens diversas dependiam da disponibilidade, etc. Enquanto na Europa havia uma preferência por construções isoladas dentro do terreno, possivelmente, para que se pudesse ter uma apreensão tridimensional da construção, aqui prevaleceu a justaposição das construções devido, principalmente, à herança do período colonial quando os terrenos tinham pouca largura e vigia a construção de paredes “a meia” como forma de diminuir os custos das obras. Somente em terrenos de periferia objetos de loteamentos recentes seria possível a aquisição de terrenos mais largos

o que só iria acontecer em chácaras suburbanas posto que na periferia mais imediata passou a ser ocupada por populações de baixo poder aquisitivo, as assim chamadas “vilas de malocas”. A forma de contornar estas limitações era a sumária transferência de sub-habitações para áreas mais distantes em nome de hipotéticos “bons costumes” e ocupações dos vazios assim criados, por construções “de qualidade”. Nestes bairros assim organizados iam sendo construídas edificações de diversas orientações estilísticas dependentes, em geral, das origens remotas ou recentes dos novos proprietários. Nesta *commonwealth* de estilos prevaleciam as diversas variantes do classicismo até que as perturbações políticas de 1930 a 1932 propusessem novas diretrizes à nacionalidade.

O gráfico sobre a pregnância do barroco foi bastante irregular como pode ser visto na tabela 4. No período que se estende até os inícios da I Guerra Mundial, a oscilação decorreu do reduzido número de projetos e da influência exercida pela presença dos arquitetos alemães que era cultuadores do barroco alemão. Aqui convém assinalar que, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países europeus, na Europa Central o processo de industrialização tomou grande impulso na formação do “Império dos Guilhermes” também chamado do “período dos fundadores”. Enquanto na maioria dos países europeus, a industrialização foi capitaneada pela “burguesia industrial” (hoje denominado de empresariado) que alijou a nobreza do poder, na Alemanha este processo aconteceu com a centralização do poder em mãos da casa reinante prussiana.

Tabela 4: Evolução da pregnância do estilo barroco em Porto Alegre (1892-1957).



Fonte: Microfilmes dos projetos encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre.

Em arquitetura, isso se traduziu como uma retomada do classicismo passando por uma atualização dos processos e materiais naquilo que foi denominado de “neoclássico” como representativa da visão de mundo do

empresariado ao mesmo tempo em que o barroco passou a ser identificado com o modo de ser da nobreza decadente. Na medida em que na Alemanha a industrialização foi capitaneada pela alta hierarquia da casa reinante da Prússia sustentada pela baixa nobreza associada com o capital de comerciantes (ditos burgueses) e técnicos visionários, a arquitetura representativa desta estranha conjugação de classes sociais resultou numa linguagem que priorizava o barroco que – contraditoriamente – recebeu uma racionalização simplificadora. Outros termos, o mesmo processo de “racionalização” com que foi tratada a linguagem clássica na Europa ocidental, na Alemanha, foi o barroco que passou por este processo. E disso a cidade de Porto Alegre se beneficiou significativamente através das realizações dos arquitetos teutos imigrados, com destaque para as obras de Theo Wiederspahn. Embora o barroco “ortodoxo” tenha tido uma continuidade ao longo dos anos na primeira metade do século XX, a acentuada pregnância do barroco a partir da I Guerra Mundial deve ser debitada na conta da variante germânica da linguagem.

É sabido que uma das consequências da I Guerra Mundial foi a rápida liberalização dos costumes, razão pela qual este período tem sido denominado de “anos loucos”, e na arquitetura foi acompanhado de intensas discussões teóricas e práticas. Talvez tenha sido o período em que a arte teve o maior desenvolvimento de sua história e que terminou de forma abrupta com a quebra da bolsa de Nova Iorque que tem sido o início do desencadeamento de uma grave crise da economia mundial que, por sua vez, engendraria a afirmação de regimes autoritários e totalitários nos países centrais.

No Rio Grande do Sul, no entanto, o fim deste período de descontrações foi abordado pela assim chamada “Revolução Federalista” de 1923 cuja violência fez lembrar fatos de barbárie ocorridos em confronto armados recentes. A intervenção federal na política estadual conseguiu estancar as animosidades decorrentes das manipulações eleitorais que estavam levando à “eternização” do poder nas mãos dos dirigentes do PRR. A volta da violência nos começos dos movimentos armados foi um choque ideológico fez refrear o liberalismo dos costumes e levou a uma espécie de “retorno à ordem” de que falam os autores franceses no que concerne à linguagem arquitetônica. Durante pouco mais de uma década as obras barrocas “ortodoxas” estacionaram em torno de 10%, mas passaram a experimentar um formidável incremento na segunda metade da década de 1930. Seja por influência dos países do Prata – nesta época Porto Alegre mantinha relações muito mais estreitas com Montevideo e Buenos Aires do que com Rio de Janeiro e São Paulo – onde o estilo californiano passou a opção arquitetônica preferencial ou por influências dos militares que passaram a fazer sua preparação profissional a convite dos Estados Unidos como preparo de ações militares

necessárias em ações de uma nova guerra mundial que estava se prenunciando. Durante o período da guerra, o californiano⁹ chegou a se constituir na linguagem de quase a metade de todas as obras realizadas na capital. Bairros inteiros que estavam sendo criados recebiam obras quase que exclusivamente nesta linguagem. É curioso o fato de que este procedimento tenha sido acompanhado de outra característica peculiar da cidade com a plantação de uma palmeira-anã no jardim criado por força legal que impunha um recuo de cinco metros da obra. Uma alternativa pouco utilizada era a plantação de uma *Araucaria angustifolia* em lugar da palmeira. Em ambos os casos se tratava de uma manifestação nacionalista posto que a palmeira era considerada como um símbolo nacional e a araucária, como uma planta só existente no Brasil.

Em que medida o aperfeiçoamento das forças armadas contribuiu para a afirmação do californiano ainda é uma questão a ser examinada com mais vagar. Como os prédios oficiais não eram objeto de licenciamento na prefeitura há dificuldades em conseguir dados circunstanciados. O mesmo acontece com obras não militares, porém, estas estão relativamente bem documentadas em fontes esparsas. Isso não acontece com as obras militares que são executadas e guardadas sob rigoroso sigilo. Como este não é absoluto, pudemos verificar que – aparentemente – a primeira obra californiana em Porto Alegre foi a de um quartel militar.

Na tabela 4 ainda aparece uma estreita faixa localizada entre o “barroco” e o “californiano” e estendido entre 1934 e 1948 que representa construções em estilo “colonial”, também chamado de tradicional. Isso mostra que as discussões aguerridas sustentadas por Ricardo Severo em São Paulo e por José Mariano Filho no Rio de Janeiro em torno da revivificação das tradições construtivas coloniais, só tiveram tardia adesão em Porto Alegre e, assim mesmo, de pouco significado. Se os historiados da arquitetura brasileira do eixo Rio-São Paulo não tivesse dado tanta importância a este movimento, ele teria passado totalmente desaparecido no extremo sul do país.

Portanto, o barroco teve uma evolução semelhante ao que foi observado com as variantes do classicismo. O barroco colonial se constituiu numa adaptação do barroco português que se caracterizou por num cruza-

9 Esta linguagem recebeu diversos nomes como “missões”, “mexicano”, “colonial espanhol” e outros. Sua origem aconteceu no estado da Califórnia, nos Estados Unidos onde ele era apresentado como uma perfeita síntese entre a tradição do barroco mexicano com a vanguarda intelectual expressa na utilização de um arco em forma de parábola que foi transposto das conquistas estruturais aplicadas ao cálculo com a descoberta do comportamento do momento fletor. Ainda que o gráfico do momento fletor nada tenha a ver com o arco parabólico que passou a ser uma das marcas mais constantes na identificação do novo estilo, esta forma era identificada como representativa da racionalidade da nova arquitetura.

mento do barroco italiano com fortes influências mouriscas. A aceitação do barroco aconteceu na Península Ibérica aconteceu por pressões ideológicas decorrente da recristianização de grande parte do Península Ibérica depois de multissecular domínio islâmico. Todavia, este barroco foi fortemente condicionado pela prática construtiva dos artesãos islamitas que permaneceram na península e que impuseram seus conhecimentos por via da qualidade de seu artesanato. Isso decorreu de uma lógica do processo social: o barroco italiano teve sua receptividade garantida como fator marcante do cristianismo que voltava a se divulgar e este se defrontava com a longa tradição islâmica que marcava presença multissecular e, portanto, já era aceito desde longa presença, porém, sofrendo cerceamento ideológico advindo do islamismo que estava sendo acuado.

Quando esta arquitetura foi transplantada para o Brasil, veio a sofrer novas influências tanto por via de novo ambiente ecológico como por via de mão de obra. No regime escravocrata aqui vigente, o trabalho manual era desprezado e, dentro do possível foi sendo repassado para a população escravizada. Desse processo resultou a prevalência dos postulados reinóis em obras de grande significado social, mas, na medida em que seu significado se aproximava mais do popular, mas ele se era influenciado pelas multimilenares tradições construtivas africanas e indígenas. Como a classe dominante era a reinol, as exterioridades tendiam a se aproximar dos modelos lusos que assim encobriam tanto as técnicas construtivas dos escravizados como seus modos de vida e de usufruto das construções.

Isso valeu para os primeiros três séculos. Com a fuga da corte portuguesa para o Brasil, um retorno às tradições lusitanas não aconteceu. Muito antes pelo contrário, o barroco colonial foi obscurecido por um transitório retorno ao barroco italiano, mas o que prevaleceu foi classicismo praticado nas obras mais representativas do governo central que procurava tomar conta das rédeas da administração da nação. Na única escola de formação de arquitetos do Rio de Janeiro eram formados dois arquitetos em média por ano o que obviamente estava longe, muito longe de atender as necessidades do mercado profissional. Neste curso prevalecia o princípio de “primeiro dominar o Vignola, depois criar”. A demanda de mais profissionais foi solucionado através da ação dos arquitetos militares (para os quais o qualificativo de arquiteto era pejorativo; almejavam ser tratados por engenheiros) que aprendiam a projetar fortificações pelo método do Marques de Vauban, acabavam por serem encarregados de obras religiosas e civis e desempenhavam suas habilidades dentro da tradição do barroco colonial. A outra alternativa, foi a de contratar arquitetos estrangeiros que acorreram vindos dos mais diversos países. Portanto, traziam conhecimentos de amplo espectro de orientações.

Como estes conhecimentos se difundiam das cidades principais para o interior, é fácil entender que as formas tradicionais encontravam tanto melhor acolhida quanto mais afastados estavam dos grandes centros ainda que fossem considerados como sendo “atrasados”.

Mesmo assim, o barroco erudito continuou a ser praticado, embora sua aceitação fosse bem mais limitada. Como a administração das províncias era exercido por um grupo especializado de administradores nomeados pelo imperador e que eram constantemente substituídos depois de um curto estágio na corte, no Rio de Janeiro, parece que a aceitação da arquitetura neoclássica se tornou hegemônica, todavia com o pagamento de um preço bastante alto: uma marcante simplificação dos pressupostos estilísticos acompanhado de generosas concessões ao barroco marcaria a arquitetura da República Velha.

Depois do vitorioso golpe de 1930 e dos acertos políticos que acabaram com a Revolução Constitucionalista, a vinda de muitos arquitetos estrangeiros veio a dinamizar o mercado profissional no qual o barroco encontraria uma comedia acolhida. No caso específico do Rio Grande do Sul, uma espécie de renascimento barroco aconteceu no entorno da I Guerra Mundial quando prevaleceu o sisudo barroco alemão e no entorno da II Guerra Mundial outra onda barroca marcaria sua presença, todavia na forma de uma complexa mestiçagem do barroco colonial mexicano, com modernismo californiano adaptado ao espanholismo rio- pratenso.

A vinda massiva de imigrantes da Península Italiana viria a dar novos contornos à “italianidade” da arquitetura sul-rio-grandense. Os arquitetos diplomados se estabeleceram nos grandes centros onde entravam em concorrência com profissionais de outras nacionalidades enquanto os agricultores se estabeleceram no interior, em terras devolutas onde os imigrantes alemães ainda não haviam chegado. Desta conjuntura foi criada uma situação ambígua de relacionamentos: por um lado, os italianos ficavam entregues a seu próprio destino o que significava que poderiam continuar a manter seus modos de vida ancestrais o que entrava em conflito com um meio ambiente muito diferente daquele que haviam deixado e os contatos com a cultura envolvente se estabelecia por via de uma autoridade nacional e por um contato com a colonização teuta que já capitalizara experiência adaptativas de meio século.

As relações com a sociedade nacional aconteciam especialmente, no plano legal, na forma como era estabelecida a distribuição dos lotes e gerida a propriedade da terra. Isso implicava na obrigatoriedade dos imigrantes se sujeitarem às determinações das autoridades constituídas que encontrava sua expressão máxima na forma de organização dos centros urbanos

que seguiam regras estabelecidas na Secretaria de Obras e sobre as quais os imigrantes não tinham qualquer ingerência.

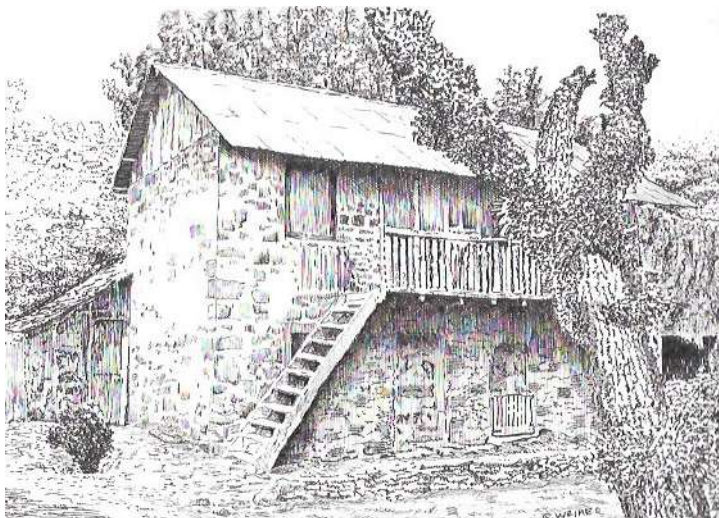
As relações com os alemães é uma matéria ainda pouco estudada. Ao examinar a literatura sobre a imigração italiana, percebe-se que o assunto é cuidadosamente silenciado o que parece não se confirmar, pelo menos, no que concerne à arquitetura. Creio que isso foi condicionado, em grande parte, pela situação conflituada das relações ítalo-germânicas vividas na Europa. Desde remota antiguidade, diversos povos germânicos perderam sua identidade étnica no norte da Itália. Em decorrência desta situação, nas regiões alpinas da Itália ficaram estabelecidos diversos conglomerados germânicos que encontraram formas de convivência amistosas coma população de origem latina que habitava as terras baixas. Por conta das tensões internas do Sacro Império Romano de Nação Germânica, a casa imperial de Áustria se julgava a autoridade constituída com direitos administrativos sobre a facção católica dos germanos o que implicava em enquadrar em sua jurisdição o norte da Itália. Quando tomou vulto o processo de unificação dos diferentes estados italianos, a questão do domínio governamental trouxe sérios dissabores aos habitantes da região. As continuadas lutas fizeram dos austríacos os inimigos da Itália e, por extensão, este entendimento ficou valendo para todos os germanos. Esta situação só ficou claramente definida no fim da I Guerra Mundial com a definitiva incorporação da região na nação italiana. Isso significa que durante todo o período da massiva imigração de italianos, as animosidades contra os austríacos continuavam muito viva. Pensamos que os confrontos ideológicos que atormentaram a vida na Itália tenham tido seus reflexos no tratamento ideológico da imigração italiana frente aos colonos alemães. Noutros termos, apesar da forte presença germânica no norte da Itália – de onde veio a maior parte do imigrante peninsulares – havia um sentimento ambíguo de proximidade perigosa eivada de desconfianças que levaram a que fossem estabelecidas certas fronteiras entre as duas culturas que só começaram a ser superadas com a abertura de novas colônias em estados distantes quando só então, estas colonizações passaram a ser tidas como “gaúchas” ainda que pouco tivessem a ver com a cultura gaudéria.

Resumidamente, queremos assinalar que os imigrantes alemães já haviam desenvolvido uma tipologia adaptada de suas moradias ao meio ambiente subtropical que consistia na divisão da moradia em duas unidades separadas sob o entendimento de que, desse modo, haveria maior segurança no que se refere a perigos de incêndio. Nestas condições, a “casa” era destinada ao uso noturno e social enquanto a “cozinha” era de uso durante o dia. A “casa”, via de regra, tinha uma sala no centro e em cada extremidade havia dois quartos. Dependendo da topografia, sob a “casa” havia um porão.

A “cozinha” era constituída de um espaço para cozimento constituído por um fogo aberto sobre solo apilado, tendo uma cremalheira pendente do teto, que sustentava a panela sobre a chama. A refeição era realizada em espaço contíguo.

Numa fase posterior, o fogo aberto foi substituído por um fogão de tijolos sobre o qual era colocada uma chapa de ferro e a fumaça era canalizada para uma chaminé. Este tipo de fogão condicionava a exposição do fogo o que dava maior segurança contra incêndios. Isso levou a que pudesse ser superado o inconveniente da comunicação ao ar livre entre as duas edificações e permitiu – com razoável segurança – ampliar a casa com o prolongamento do telhado, para abrigar a cozinha e o comedor.

Figura 16: Casa Tramontina, em Silveira Martins.



Fonte: Foto do autor.

As primeiras casas dos imigrantes italianos eram feitas de pedra bruta ou parcialmente aparelhada e construída segundo milenar tradição peninsular (figura 16). Certamente, esta técnica construtiva decorria do fato de serem escassas as madeiras disponíveis o que não era o caso do Brasil. Na literatura tem sido valorizadas as massivas construções de dois ou três pisos realizadas nesta técnica (figura 17). É evidente que construções tão avantajadas não foram as primeiras a serem erguidas posto que sua construção requeria uma razoável disponibilidade de capital. Isso evidencia que foram construídas numa fase posterior. Sua importância decorre do fato de estabelecerem uma permanência de um vínculo com a terra de origem e, ao mesmo tempo expressa um conservadorismo que se manifesta em oposição à inexorável absorção da cultura nacional. Este conservadorismo, no entan-

to, estava fadado a uma paulatina involução por força de condicionamentos impostos por questões ambientais do maio físico e ideológico.

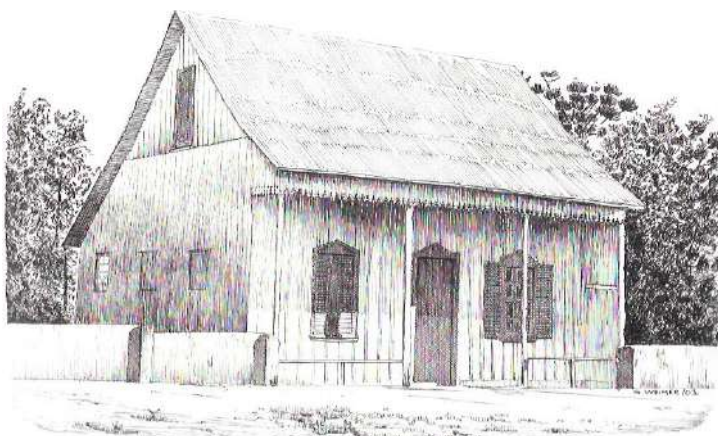
Figura 17: Casa Bertolloto, Linha São Pedro, Bento Gonçalves.



Fonte: Foto do autor.

Na construção das primeiras habitações a separação entre casa e cozinha dos alemães foi recebida bem pelos italianos. Mas esta fase foi curta posto que a adoção do fogão de tijolos também foi acompanhada da anexação da cozinha/comedor à casa (figuras 18 e 19). Também se tornou comum a adoção da divisão da “casa” em sala central com dois quartos em cada extremidade.

Figura 18: Moradia em que a “casa” recebeu um puxado como prolongamento da empenha posterior em pé-direito mais baixo, para receber a “cozinha” com seu comedor.



Fonte: Foto do autor.

Figura 19: Casa de imigrante em que a cozinha/comedor aparecem como um anexo da casa perceptível na extensão do telhado com menor declividade.



Fonte: BUCETTI, Vitorio: Uma Viagem ao Rio Grande do Sul, Brasília, Senado Federal, 2016, p. 365

Uma curiosidade do processo da imigração é o fato de que a maioria dos colonos alemães eram provenientes da Renânia, uma região de grande produção de vinho, uma atividade que viria a ser conhecida como “tipicamente italiana”. Efetivamente, os alemães tentaram desenvolver a produção vinícola, mas não tiveram sucesso. Consta que nas terras baixas os vinhedos foram atacados por ferrugem o que fez com que a produção de vinho não vingasse ao contrário dos italianos que tiveram a sorte de que a ferrugem não se desenvolvesse nas terras altas e, portanto, mais frias. Este fato que prenunciava uma aproximação entre as duas culturas não aconteceu. Antes pelo contrário: veio a definir uma divergência no trato da arquitetura. Entre os alemães, os porões eram mantidos como espaços complementares e de pouca expressão enquanto os italianos os transformaram em sólidos cantinas semienterradas, com grossas paredes de pedra como recurso para manter a temperatura constante para favorecer o amadurecimento do vinho. Esta solução acabou por se tornar muito comum, mesmo quando o proprietário não era vinicultor.

O gênio criativo dos italianos se manifestou da forma mais expressiva na adaptação ao meio florestal. As imensas matas de araucária rapidamente fizeram com que a opção por construções de tábuas se tornaria a forma preferencial na arquitetura. O tronco reto e liso dos pinheiros apresentava a forma ideal para a usinagem e a oferta a custos muito convenientes.

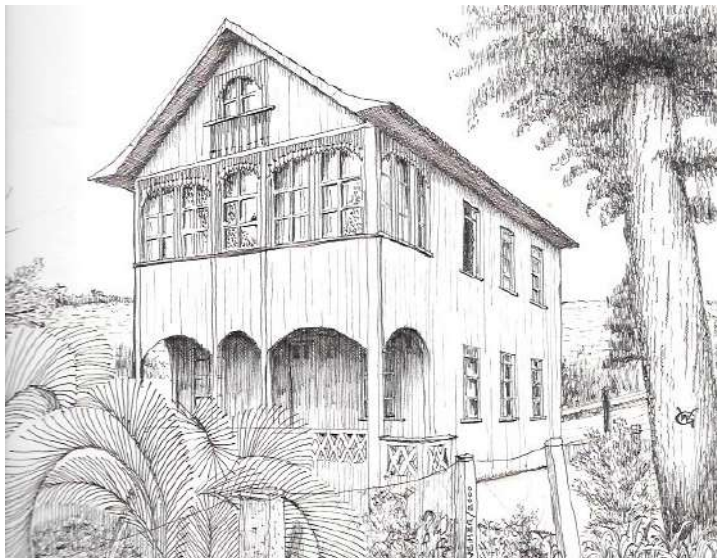
tes fez com que as construções de pedra dessem o lugar para as de madeira. Mas esta adequação teria de passar por um aprendizado. Como a forma usual da tradição arquitetônica italiana era de pedra, as aberturas eram encimadas por arcos plenos ou abatidos. Na reconfiguração das construções em técnicas de carpintaria, inicialmente, houve uma tendência de conferir esta forma para as aberturas como pode ser observado na Casa Neni que se tornou o ícone de Antônio Prado (figura 20) ou a Casa Mânica (figura 21), da mesma comarca. Esta última ainda apresenta uma adaptação mais sutil ao meio ambiente, na medida em que introduz um elemento estranho à arquitetura peninsular que é o acréscimo de uma varanda ao corpo da casa como forma de proteção contra a incidência dos raios solares. Porém, rapidamente, foi percebido que as construções com tábuas requeriam aberturas de linhas retas (figura 22).

Figura 20: Casa Neni, Antônio Prado.



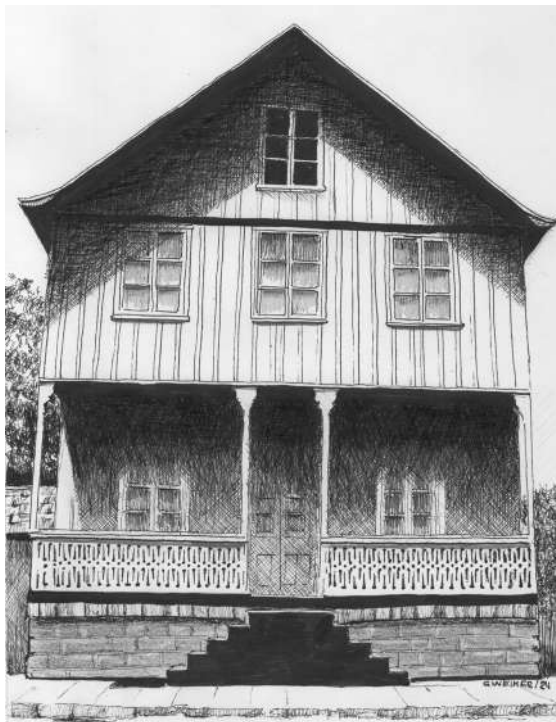
Fonte: Fotos do autor.

Figura 21: Casa Mânica, Antônio Prado.



Fonte: Fotos do autor.

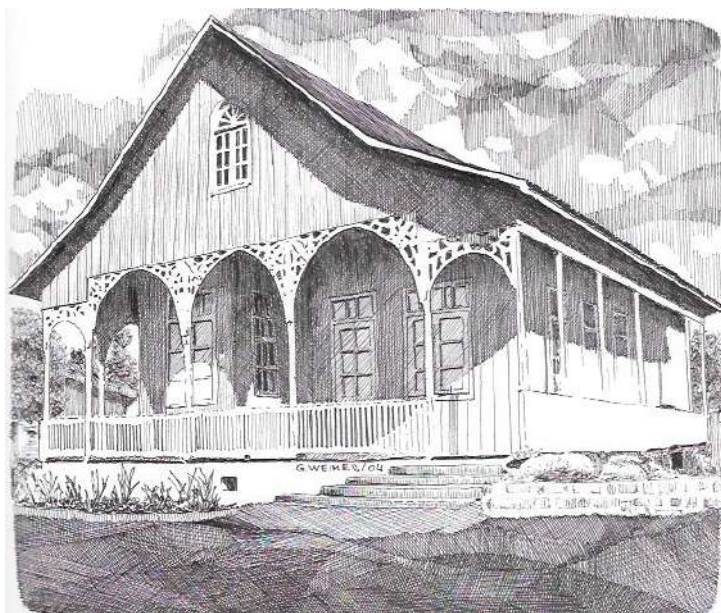
Figura 22: Venda Cavalet, Linha São Pedro, Bento Gonçalves.



Fonte: Fotos do autor.

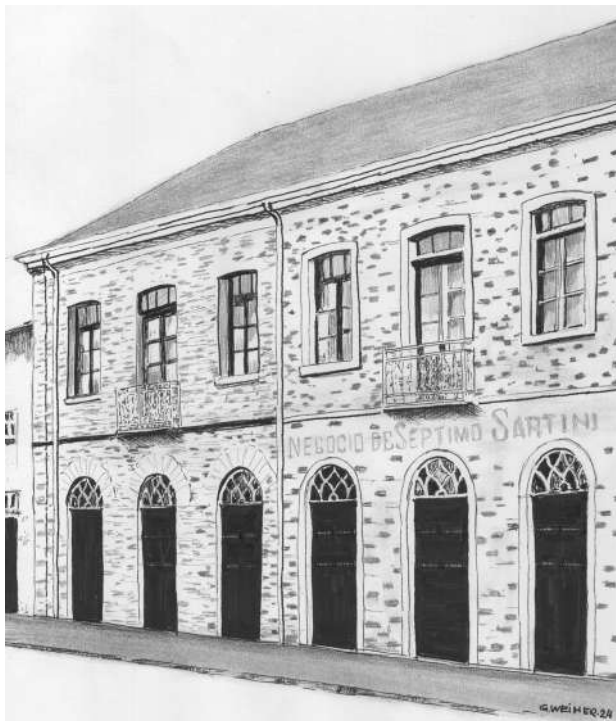
A abundante disponibilidade de madeira de pinho que favorecia o trabalho da carpintaria fez com que se desenvolvesse um artesanato local de qualidades que possivelmente superavam as do país de origem (figura 23). Isso vale especialmente na confecção de lambrequins e guarda corpos.

Figura 23: Casa em Tapera, Rio Grande do Sul.



Fonte: Foto de origem desconhecida.

Os administradores governamentais provinciais provavelmente não tomaram conhecimento das teorias de Max Weber, mas tinham a clara convicção de que quem domina a cidade, também domina a região. Ainda que a administração das colônias era levada com certa frouxidão, o governo nunca abriu mão de impor um rígido traçado urbano composto por ruas paralelas e ortogonais, mesmo que na tradição luso-brasileira esta rigidez não fosse tomada com tanto rigor. Isso, obviamente, levou a conflitos de interesses, mas a liberalidade com que era levada a arquitetura nas cidades, fez com que estas cidades adquirissem características próprias plenamente identificáveis com a italianidade. Prédios comerciais e fabris, seguidamente associados com a função residencial, podiam apresentar aspectos estreitamente próximos a modelos italianos (figura 24) perceptível no emprego de alvenaria de tijolos ou pedra, aberturas em arco pleno e/ou abatido e rígida modulação das aberturas.

Figura 24: Casario na rua principal de Caxias do Sul.

Fonte: RADÜNZ, Roberto & HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti: *Imigração e Sociedade*, Caxias do Sul, EdUCS, 2015, p.79.

Porém, como contribuição autóctone dos imigrantes e que melhor representam o modo de vida foram os casarões residenciais que hoje classificaríamos como “minimalistas” dada ao marcado ascetismo com que foi tratado o volume reduzido a formas geométricas puras (figura 25 e 26). Isso também se reflete na cuidadosa distribuição das aberturas, o que denota a permanência de princípios composicionais do classicismo até em programas singelos (figura 27). A permanência de soluções conservadoras com na matriz de Caxias podia apresentar compromissos que ultrapassava a típica separação da torre da igreja como o tratamento volumétrico muito contido que lembraria o classicismo, porém, materializado em decoração e arcos apontados de tradição gótica (figura 28).

Figura 25: Casa em Bom Jesus.



Fonte: Foto do autor.

Figura 26: Sobrado em Antônio Prado.



Fonte: *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, Roma,, s.e., 1925, p: 188.

Figura 27: Casa de influências clássicas em Cotiporã.

Fonte: Foto do autor.

Figura 28: Matriz de Caxias do Sul, inaugurada em 1899.

Fonte: BUCCELLI, Vittorio: *Um Viaggio a Rio Grande del Sud*, Milão, Pallestrini, 1906?, pg. 229

Um assunto importante e que ainda não mereceu o devido exame foi a questão urbanismo nas áreas de imigração em geral e, italiana, em particular. Já foram feitas diversas incursões no estudo das vilas que, como é sabido, eram planejadas na Secretaria de Obras que dispunha de alguns modelos básicos que eram reproduzidos conforme a necessidade. Estes planos se compunham de ruas paralelas e perpendiculares entre si e, em seu centro, dispunham de uma praça ao redor da qual eram implantadas as construções mais importantes da comunidade e o resto do terreno era dividido em lotes que eram vendidos aos interessados. Como eram projetos-

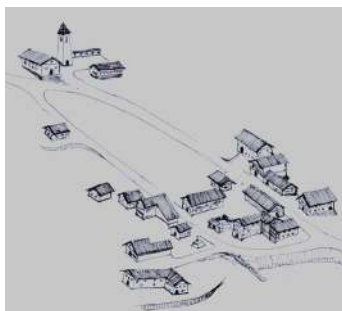
-padrão, seguidamente surgiam incoerências entre a topografia do terreno e o projeto. Então improvisava-se algum acerto para contornar as maiores incoerências. Isso acontecia sem que os interessados maiores – seus habitantes – fossem consultados sobre suas aspirações.

Acontece, porém, por mais impositivo que as autoridades se mostrassem, iam-se formando conglomerados à revelia do governo estadual em sítios afastado de sua presença mais imediata. Na formatação desses núcleos, em geral de reduzidas dimensões, os imigrantes podiam formatar o aldeamento segundo suas concepções. Foi por isso que nos sentimos motivados a examinar quais eram os modelos mais correntes no norte da Itália, nos tempos das migrações. Embora a literatura internacional apresenta um número mais variado de aldeias, constatamos que na região pesquisada na Itália elas se rediziam a quatro tipos básicos. A mais comum era a aldeia linear¹⁰ onde o casario era disposto de forma relativamente livre ao longo de uma rua (figura 29).

Um tipo menos comum era a aldeia polar¹¹ que consistia basicamente num assentamento plano formado por um número reduzido de ruas que se contrapunha a alguma edificação, geralmente erguida num elevação a certa distância que era constituída por uma igreja, um castelo, uma casa senhorial (figura 30).

Figura 29: Esquema de uma aldeia linear

Figura 30: Esquema de uma aldeia polar.



Fonte: Desenho do autor com base em fotos diversas.

¹⁰ Na literatura específica ela é denominada de *Strassendorf* que, para evitar estrangeirismos que facilmente tão origem a confusões e mal-entendidos, temos adotado a denominação de aldeia-rua.

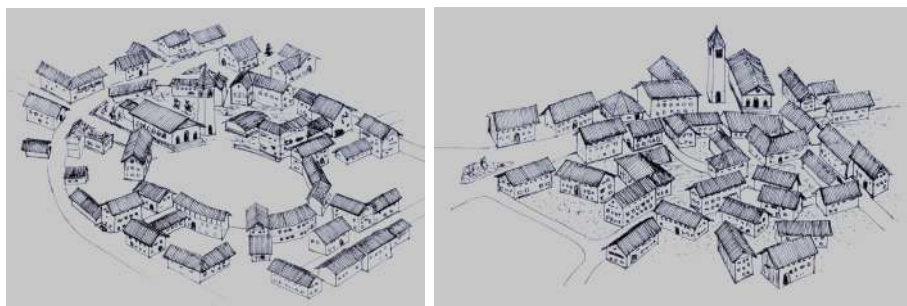
¹¹ Ao que parece, este tipo é peculiar da Itália. Não temos encontrado uma referência a este tipo na literatura internacional.

Dois tipos mais raros eram a aldeia radial e nuclear. A primeira se originou do assentamento das diversas unidades residenciais em torno de um espaço público redondo ou arredondado¹² (figura 31) e é característico de sociedade altamente socializadas.

A aldeia que os italianos denominas de nuclear¹³ (figura 32) se caracteriza por apresentar ruas de traçado ditado pela topografia do terreno o que significa que ruas ou becos apresentavam um traçado livre. Pelo fato de não apresentar um traçado previsível, são aldeias muito procuradas por turistas por serem muito fotogênicas.

Figura 31: Esquema de uma Aldeia Circular (radial para os italianos)

Figura 32: Esquema de uma aldeia-monte (nuclear para os italianos)



Fonte: Desenhos do autor com base em fotos diversas.

Estudos incipientes mostraram que a preferência do traçado das aldeias dos imigrantes recaiu no primeiro tipo com destaque para Galópolis, Ana Rech e Vila Seca. Já Monte Belo se constitui num exemplo típico de uma aldeia polar. Esta questão tem recebido pouca atenção dos estudiosos da mesma forma como uma insurgência silenciosa no que se refere à definição das diversas localidades feitas a partir de um costume trazido da Europa que era o de construir minúsculas capelas ao longo de estradas ou em locais esparsos, ditas “capiteis”, como cumprimento de uma promessa a algum santo de devoção (figura 33). Como cada capitel recebia o nome de santo, a localização dos diversos sítios era feita em referência a denominação dos mesmos.

¹² Este tipo recebe a denominação de *Rundling* na literatura específica, termo que traduzimos por aldeia circular.

¹³ Na literatura elas são denominadas de *Haufendorf*, termo que na falta de melhor opção traduzimos literalmente por aldeia-monte.

Figura 33: Capitel de Nossa Senhora do Pedancino, que se constitui num dos mais vistosos capiteis construídos.



Fonte: BONI, Luis & COSTA, Rovílio: *Far la Mérica*, Porto Alegre, Riocel, 1991, p. 75

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da conquista e colonização do Brasil, as relações da arquitetura italiana se fizeram representar no país por intermédio de Portugal. Durante o período colonial esta presença se manifestou através da linguagem renascentista que, no entanto, teve pouca duração e da barroca que foi dominante durante todo o período colonial. Desde logo, o barroco português se distanciou significativamente da matriz italiana por influência da arte mudéjar que foi herdeira da islâmica. Por ser uma expressão de uma arte transposta para condições tropicais com sérias limitações econômicas, o barroco brasileiro se caracterizou por uma simplificação formal marcante que, em certa medida, justifica o qualificativo de arte “colonial” que vem lhe sendo atribuído e que não tem o menor sentido dentro do universo cultural europeu.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em decorrência das guerras napoleônicas, houve um redirecionamento da linguagem arquitetônica no Brasil no sentido de valorizar a linguagem clássica. Com sua

oficialização programática pelo governo imperial que encontrou sua afirmação na fundação do primeiro curso de arquitetura no país, as diversas variantes de classicismo foram se espalhando no país na medida em que iam sendo vencidas as forças conservadoras na arquitetura colonial. Aos poucos, as resistências foram sendo debeladas e quando chegamos ao fim do período do Império, os classicismos já haviam se tornados hegemônicos no Rio Grande do Sul. No entanto, tratava-se de um classicismo simplificado, com influências do barroco colonial. E esta orientação persistiu até o fim do período denominada de República Velha. Dado a estas circunstâncias, o que entre nós é qualificado de neoclássico dificilmente encontraria esta denominação entre os historiadores da arquitetura devido à liberalidade com que a linguagem foi tratada.

Com a vinda massiva de imigrantes, se processou - por via direta - uma transposição da arquitetura popular italiana para o Rio Grande do Sul. Esta transferência não aconteceu de forma pacífica devido a fatores legais e ambientais. A arquitetura de pedra foi substituída pela de madeira por via de um aprendizado revisionista que acabou por lhe conferir qualidades de autenticidade com características artesanais.

Com a implantação da industrialização, estes procedimentos passaram a ser revistos e a divulgação exponencial do modernismo depois da II Guerra Mundial fez com que a tradição artesanal fosse aposentada de vez. Eventuais bolsões de resistência certamente haverão de evoluir para uma integração da arquitetura envolvente o que já pode ser constatado na arquitetura erudita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

- MOPNTIGNY, Grandejan & FAMIN, Augustin. *Architecture Toscane, ou palais, maisons et autres édifices de la Toscane, mesures et dessinés*. Paris, Didot, 1815.
- VAUTHIER, Louis Léger: *Casas de Residência no Brail*, São Paulo, FAU-USP, 1975.
- VITRÚVIO POLION, Marco Lucio: *Los Diez Livros de Arquitectura*, Madri, Alianza, 1997.
- VIGNOLA: *Tratado Prático de Arquitectura*, Rio de Janeiro, Garnier, s.d.
- WEBER, Max: *História Geral da Economia*. São Paulo, Mestre Jou, 1965.

Recebido em: 03/05/2024

Aceito em: 08/07/2024

A URBANIZAÇÃO NA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DE CAXIAS DO SUL

URBANIZATION IN ITALIAN COLONIZATION IN RIO GRANDE DO SUL: THE CASE OF CAXIAS DO SUL

Roberto Fogaça do Nascimento¹

RESUMO

A sede da Colônia Caxias começou a ser ocupada em meados de 1876, mas seu projeto “urbanístico” só foi organizado definitivamente em fins de 1878, sendo posto em prática a partir do início de 1881. O modelo urbano escolhido foi o do tabuleiro de xadrez, com longa trajetória histórica, utilizado principalmente em zonas de colonização. O trabalho acompanha a legislação do Império do Brasil sobre a colonização e a imigração e suas diretrizes urbanísticas. A partir desses aspectos de investigação é que se pôde criar o panorama geral para compreender a escolha e execução do tabuleiro de xadrez como modelo de cidade na serra do nordeste do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Colonização; Legislação; Administração; Caxias do Sul; Modelo urbano.

ABSTRACT

The Caxias Colony began to be occupied in mid-1876, but its “urban” project was only definitively organized in late 1878, and was put into practice from early 1881. The urban model chosen was the checkerboard model, which has a long historical history and was used mainly in colonization zones. The work follows the legislation of the Brazilian Empire on colonization and immigration and its urban guidelines. Based on these aspects of the investigation, it was possible to create a general panorama to understand the choice and implementation of the checkerboard model as a city in the mountains of northeastern Rio Grande do Sul.

Keywords: Colonization; Legislation; Administration; Caxias do Sul; Urban model.

INTRODUÇÃO

Este artigo se concentra nas questões urbanísticas e em como a cidade de Caxias do Sul foi criada, observando a legislação nacional que a organizava e os funcionários públicos que a executaram.

Analisa também quem foram os representantes do Estado brasileiro, que fizeram a mediação entre os colonos que chegavam e a legislação que ordenou o processo colonizador, bem como as direções das colônias, suas atribuições, obrigações, prerrogativas e dificuldades.

¹ Possui graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul (2000) e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009).

Por fim, trata da implantação da futura cidade no Campo dos Bugres-Sede Dante, denominações que recebeu a sede da Colônia Caxias.

1 A LEGISLAÇÃO QUE ORGANIZOU A COLONIZAÇÃO

A legislação imperial seguiu uma linha reta, contínua, quando tratava da forma, o desenho, rural e urbano, das colônias e povoados. Não existiram, nas principais leis, decretos, regulamentos e avisos editados, contradições entre disposições. Mesmo que fizesse parte da linguagem legal da época, parece que não seria necessário o “revogam-se as disposições em contrário”.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, a Decisão nº 98, de 8 de maio de 1854 e a Portaria nº 385, de 19 de dezembro de 1855 formam um conjunto coerente de disposições técnicas para a implantação física das colônias. Algumas partes parecem mais manuais de aplicação do que dispositivos legais (Iotti, 2001).

A Lei nº 601 em seu artigo 14, parágrafo 1º, estipulava que as terras públicas, que daquele ponto em diante só poderiam ser adquiridas por compra, deveriam ser, antes da venda (preferencialmente em hasta pública), medidas, divididas, demarcadas e descritas. A medição e a divisão deveriam ser feitas, sempre que as circunstâncias permitissem, por linhas que corressem de norte a sul e por outras que as cortassem em ângulos retos, para que esses cruzamentos formassem lotes ou quadrados de 500 braças por cada lado. O artigo 18 da mesma lei previa a importação de colonos para a ocupação de colônias, entre outras possibilidades. O artigo posterior, o 19, previa que os recursos da chancela de posses e de venda de terras devolutas seriam usados para as medições e para a importação de colonos.

Percebe-se que havia concatenação entre as ações: a terra deveria então ser comprada; o Estado venderia a terra e, para vendê-la, mediria e dividiria, numa regularidade que permitisse o maior número possível de lotes; se importariam colonos para que, entre outras possibilidades, ocupassem colônias que poderiam se originar daqueles loteamentos. Os recursos para a continuação das medições e para a vinda dos colonos adviriam da venda das terras.

O Decreto nº 1.318, que era um Regulamento para a execução da Lei de Terras, também continha dispositivos que ordenavam ortodoxamente a ocupação das terras devolutas, fosse com colonização ou não. O capítulo VI daquele Decreto tratava as terras reservadas. Essas “terras reservadas” eram para aldeamentos indígenas, mas ao que parece também serviam como orientação para outras povoações. Dizia o capítulo que, se encon-

tradas “hordas” selvagens, os funcionários deveriam informar o ocorrido a seus superiores, indicando o melhor local para o aldeamento.

Os funcionários do Império também deveriam indicar os melhores locais para a fundação de povoações, que deveriam seguir as orientações já estabelecidas no papel: os lotes urbanos deveriam ser de no máximo dez braças de frente por cinquenta de fundos; os lotes seriam medidos de frente para as ruas e praças, traçadas com antecedência. Antes disso, já seriam escolhidos os locais das fortificações, quartéis, cemitério (fora da povoação) e outros estabelecimentos públicos. Era obrigação da autoridade “povoadora” prever a “regularidade” e a “formosura” das povoações. Os recursos advindos das vendas das terras seriam carregados para estes fins, incluindo construção de chafarizes e outras obras públicas.

Na Decisão nº 98, conhecida como Aviso de 8 de maio de 1854, também há artigos que se mantêm nessa “regularidade” legal. A intenção do instrumento era regulamentar a medição e a demarcação das terras, de modo ainda mais amíúde do que fizeram os instrumentos anteriores. Aqui se veem os desígnios “retos” da ocupação das terras públicas imperiais.

O funcionário que comandava as medições deveria escolher o melhor lugar para traçar a linha norte-sul, e a partir daí colocar marcos de 250 em 250 braças, outros, maiores que os anteriores, de 500 em 500, e outros ainda maiores de 6.000 em 6.000 braças. Sempre que possível esses marcos deveriam ser de pedra. Se fossem de madeira, por dificuldade de encontrar pedra, esta deveria ser de boa qualidade.

Se os obstáculos naturais interrompessem alguma linha reta, se progredia na mesma direção, calculando o espaço não medido e seguindo em frente conforme orientavam as determinações escritas. Ao fim disso, as linhas de 6.000 braças formariam quadriláteros que teriam o nome de “territórios”.

O artigo 43, que tratava das réguas e das correias de medição, dizia que esta seria feita horizontalmente, qualquer que fosse a ondulação do terreno. O que se procurava, dentro do espírito da época, era uma divisão de terras com “mais economia, presteza e exatidão”, conforme explicitava o artigo 23 desta Decisão.

Por fim, a Portaria nº 385, de 19 de dezembro de 1855 determinava “observar as instruções práticas” para a execução do Regulamento acima. Eram 37 artigos explicitando, com minúcias, como deveriam proceder os funcionários responsáveis pelas medições das terras que o governo colocaria à disposição, por venda a quem tivesse dinheiro, para aldeamentos ou para colonização.

A forma (ou o desenho, a figura) dos territórios que receberiam co-

lônias e das povoações que seriam criadas já estava estabelecida antes de elas existirem de fato. Pouca autonomia restava aos funcionários imperiais, que enfrentaram in loco o problema de fazer na terra o que estava escrito no papel.

Além dessa legislação geral, que regulava todo o processo em qualquer lugar do Império, ainda ocorria de serem editados textos específicos para determinada localidade a ser criada, mas que não flexibilizavam as orientações. Essas orientações para localidades reforçavam ainda mais as gerais.

O Decreto nº 3.784, editado em 1867, aprovou o Regulamento para as Colônias do Estado. E manteve as orientações, quanto à forma física, que já vinha da legislação desde a Lei de Terras de 1850. O artigo 2º determinava o tradicional tamanho de quatro léguas quadradas para o território a ser medido, que seriam divididos em lotes urbanos e rurais, “depois de fixada a localidade mais conveniente à sede da povoação” (Iotti, 2001, p. 297).

Seguindo as orientações legais, os funcionários imperiais deveriam levantar a planta geral e marcar os terrenos reservados na povoação, por decisão do Diretor da Colônia, para as ruas, praças, logradouros públicos, igreja, escola, cemitério, prédio da administração e cadeia e outros edifícios. Os lotes urbanos agora seriam maiores do que os designados na legislação anterior, tendo entre 10 e 20 braças (22 ou 44 metros) de frente por 20 ou 50 braças de fundos. Se o lote não fosse regular, deveria constar no título um mapa feito por engenheiro, dando conta da irregularidade da sua forma.

Esses lotes urbanos também poderiam ser divididos em várias classes, assim como o eram os rurais. O preço do lote era arbitrado pelo Diretor. Cabia a este, por determinação da legislação, uma razoável parcela de poder, pois era ele que decidia onde seria a povoação da colônia, ele decidia onde ficariam os terrenos reservados para as edificações necessárias à vida urbana, e ele decidia qual lote teria determinado preço. Mas, ao mesmo tempo, a sua margem de decisão não era ampla, pois as determinações legais iam às minúcias.

A regularidade da forma no mundo colonial, rural ou urbano, era a ideia central das autoridades imperiais brasileiras.

2 A ADMINISTRAÇÃO DAS COLÔNIAS

Toda a “maquinaria” legal pensada e editada pelo Império não teria consequência se não encontrasse funcionários dispostos a, também, emigrarem para as regiões de colonização e tornarem real, na terra, o que estava

tão bem planejado no papel. Os funcionários do Estado imperial brasileiro tiveram, entre outras, a tarefa de preparar toda a *arena* para que os colonos, que se juntaram a eles neste processo criador, tivessem as condições de viver em alguns dos territórios antes devolutos do Brasil.

Foi com o Decreto nº 1.318, de 1854, que começou a organização da estrutura burocrática que garantiu a eficiência estatal até o final da imigração. Ele regulamentou a Repartição Geral das Terras Públicas, que tinha sido criada na Lei de Terras. A Repartição tinha uma estrutura na Corte, e, nas províncias, uma Repartição Especial de Terras Públicas, que eram subordinadas ao Diretor Geral no Rio de Janeiro.

Nos *campos de operações* trabalhavam um inspetor geral, cercado pelos agrimensores, desenhistas e escreventes. Esses eram os funcionários que mediavam a lei e a realidade, que trabalhavam nos distritos, como eram denominadas as áreas a serem demarcadas. Em 1861 essa estrutura foi transferida para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Iotti, 2001). O ministério contava com a Diretoria das Terras Públicas e Colonização, com as responsabilidades estabelecidas pela legislação em vigor, que enquadrava a colonização das terras devolutas.

A criação da Inspetoria Geral das Terras Públicas e Colonização, em 23 de fevereiro de 1876, foi mais um passo da legislação imperial em seu caminho retilíneo de promover a demarcação das terras devolutas e colonizá-las (Iotti, 2001). A partir daquela data até o ano de 1884, a hierarquia organizacional, mantida na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, funcionou da seguinte forma: a Inspetoria Geral de Terras e Colonização subordinava o restante da estrutura, da Corte até o distrito ou território colonial, em ordem decrescente – Inspetorias Especiais de Terras e Colonização (nas províncias), Diretores de Colônias, Engenheiros-chefe das Comissões de Terras, Engenheiros ajudantes, agrimensores, capatazes, fiscais e por fim os trabalhadores imigrantes, contratados para prestarem serviços de abertura e conservação de estradas (Luchese, 2001).

Desde 1867, com a promulgação do Regulamento para as Colônias do Estado, uma legislação mais detalhada foi estabelecida para a administração das colônias. Ela previa que cada colônia seria administrada por uma junta composta por 8 membros: o diretor, o médico e seis colonos. As atribuições dadas às juntas eram amplas, resultado de uma “exceção jurídica”, e iam desde a coordenação de todos os trabalhos referentes à montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do empreendimento estatal colonial até a organização das contas da colônia – administração das rendas e das despesas, inclusive decidindo sobre os auxílios a colonos ne-

cessitados (Iotti, 2001, p. 307).

A administração das colônias acabou sendo tarefa de um sujeito só, considerando-se as condicionantes da lei. Apesar de a legislação prever a participação de colonos, ela ressaltava que esta só poderia ser garantida para aquele que tivesse pago toda a dívida com o Estado. E no caso do outro funcionário imperial que seria membro, médico não era um funcionário que as colônias contavam permanentemente. Assim, o que valia de fato era o que determinava o parágrafo 1º do artigo 26 do Regulamento das Colônias: competia ao diretor, além de todas as atribuições “divididas” com a junta, “superintender e dirigir todos os negócios e serviços da colônia.” (AHRGS, Fundo da Imigração Maço 09, Caixa 07).

O acúmulo de trabalho e responsabilidades na figura do Diretor da Colônia era um problema para o bom andamento da colonização. Esse não era um assunto desconhecido nas esferas mais altas da hierarquia burocrática. O engenheiro José Thomé Salgado, funcionário da Comissão da estrada de ferro Porto Alegre-Uguaiana, foi designado através da Decisão nº 231, de 16 de abril de 1878, para fazer uma inspeção geral nas colônias do Estado na província do Rio Grande do Sul (AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10; Iotti, 2001).

Após a inspeção, a opinião do engenheiro Salgado era de que devia haver na Colônia Caxias, por exemplo, um diretor e um engenheiro, que chefiasse a comissão de medições (Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24. Considerava que as duas tarefas eram trabalho demais para um sujeito só. Salgado inclusive usava como exemplo o caso do então diretor da Colônia Caxias, Luiz Manoel de Azevedo, “que nada entendia de engenharia” e comandava todos os trabalhos. De sua parte, Luiz Manoel de Azevedo, no relatório que apresentou ao presidente da Província, reclamava das dificuldades que encontrou para levar a cabo seu trabalho, pois tinha de fazer tantas coisas, sem auxílio, que se tornavam superiores às suas forças.

A colonização, que contou com toda a disposição do Estado imperial brasileiro para se tornar uma empresa bem sucedida, através de uma legislação adequada, avançada até, e de recursos públicos do orçamento geral do governo, também contou com o esforço, para além da lei, de muitos funcionários imperiais, parceiros dos estrangeiros com os quais trabalharam conjuntamente, transformando em realidade o que tinha sido pensado e planejado por outras cabeças. Para uma autoridade da estrutura estatal, a colonização nas terras devolutas chegava mesmo a ser um sacrifício de funcionários (Luchese, 2001). Desde sua fundação até o dia 12 de abril de 1884, quando, ao ser “emancipada do regime colonial”, foi transferida para a autoridade do município de São Sebastião do Caí, tornando-se um dos

seus distritos, a Colônia Caxias contou com 15 diretores (Iotti, 2001, p. 434).

Muitos desses diretores tinham formação em engenharia, outros não. Pela legislação, os diretores das colônias não necessitavam serem engenheiros, pois havia a previsão de que um desses profissionais fosse o chefe da comissão encarregada de medir as terras públicas. Mas, como nem sempre o quadro de funcionários das colônias estava completo, o que acabava ocorrendo era o acúmulo das funções por parte do diretor. Quando este não era engenheiro, algo como o “partido dos engenheiros” entrava em cena, invocando a “incapacidade” dos não-engenheiros para cumprir com suas funções.

3 A FORMA DAS CIDADES NO RIO GRANDE DO SUL

É sabido que a integração do Rio Grande do Sul ao restante do território do Brasil foi um processo posterior a boa parte das outras capitânias. Até porque por Tordesilhas o território pertencia à Espanha. Foram muitas idas e vindas entre portugueses e espanhóis, vários tratados internacionais, invasões e batalhas para a conclusão da integração. A rigor, a única forma de ocupação metódica, até os meados do século XVIII, foram as reduções dos povos guaranis pelos jesuítas, numa experiência marcada pelo ideário espanhol de ocupação e formação de cidades.

A experiência portuguesa de ocupação e urbanização do Continente de São Pedro começou em 1737, com a fundação do Presídio de Jesus, Maria, José, em 19 de janeiro. A Carta Régia que ordenou sua fundação nada falava sobre o traçado da povoação. Somente quando elevada à categoria de Vila, em 17 de julho de 1747, que se estabeleceu o traçado das ruas, o local dos edifícios públicos e a eleição dos vereadores (Rhoden, 1999).

Naquele mesmo ano de 1747, a 9 de agosto, era estabelecida a “Provisão pela qual se dá forma a acomodação dos novos povoadores e povoações”. Essa provisão real era dirigida aos açorianos que iriam ocupar a ilha de Santa Catarina – ou seja, destinada à povoação do sul do Brasil (Yunes, 1995).

Essa legislação, que então iria orientar a fundação de cidades, estabelecia a primazia do “xadrez” no plano urbano (Medeiros, 1959). Mais do que o tabuleiro de xadrez, que em sua forma pura é pouco encontrado, o que a provisão real estabeleceu foi a obrigatoriedade do reticulado: ruas retas, quadras uniformes, menos da tradição portuguesa da cidade que se amolda ao terreno e mais da “fúria” espanhola pela determinação e mais do mundo ocidental adepto da estética renascentista. Coincidiu historicamente que, quando Portugal adotou uma legislação rígida quanto à fundação das povoações em sua colônia americana, também partiu para a ocupação, coloni-

zação e urbanização da porção de terras que ficava no sul do Brasil.

Essas duas ações do estado português são os fatores para que Medeiros (1959) afirme que o tabuleiro de xadrez foi a regra nas cidades do Rio Grande do Sul, e Yunes (1995) afirme que houve na capitania, depois província e ainda depois estado, uma proliferação do reticulado. A provisão real de 1747 deu aos portugueses e seus súditos uma prática regular e uma teoria norteadora (Rhoden, 1999) – não que antes isso fosse ignorado, mas não tinha a força da determinação legal que a partir daquele momento começou a ter.

As povoações criadas no território do Rio Grande do Sul foram originárias de localidades com determinadas funções. Elas nasceram em locais onde havia acampamentos militares; onde proprietários de sesmarias tinham estabelecido capelas; onde o governo ou particulares criaram colônias; ou onde anteriormente estavam as reduções ou aldeamentos guaranis (Medeiros, 1959). Em todas elas persistiu a forma reticulada – persistência sem repetição, segundo Gilberto Sarkis Yunes (1995), que estabeleceu uma tipologia permitindo enquadrar as cidades rio-grandenses em alguns modelos, todos derivados do reticulado, mas não necessariamente a forma pura do tabuleiro de xadrez. É necessário acompanhar com mais vagar essas “variações da retícula”.

Os traçados reticulares nos povoados do Rio Grande do Sul estiveram ligados a formação da sua rede urbana. Independentemente da função da localidade, de quem foi o autor do traçado ou o período cronológico, o traçado reticulado foi o modelo urbano “predileto.” (Yunes, 1995, p. 49). Tal coisa parece indicar que o verdadeiro “autor” do traçado não era um agente que podia considerar o objetivo da povoação e que tinha autonomia para pensar um modelo: o verdadeiro autor do traçado da cidade era a legislação.

Yunes (1995) identificou três tipos de traçados reticulados, também com variações: quanto ao ângulo das vias, podiam ser ortogonais ou irregulares; quanto aos quarteirões, poderiam ser quadriculados ou retangulares; e quanto ao conjunto desses quarteirões, poderia resultar uma disposição homogênea ou heterogênea no solo. As povoações onde imperava a quadrícula, elemento base para um perfeito plano em xadrez, apareceu em 23% dos casos analisados pelo autor em sua pesquisa. O significado dessa tipologia é que as determinações da legislação permitiam variações na forma da cidade, implantada pelos agentes, talvez devido à topografia. O exigido não era o xadrez, mas o reticulado, a rua reta, as quadras o mais uniforme possível. Mesmo tendo os mesmos elementos, as cidades gaúchas puderam ter formas distintas entre si.

Pode-se aplicar uma fórmula para compreender como as diferenças

na ocupação das terras americanas, por parte de espanhóis e portugueses, foram se tornando um urbanismo, em certos aspectos, comum. Primeiramente, seguindo a sentença de Sérgio Buarque de Holanda, a Espanha ladrilhava suas cidades, enquanto Portugal as semeava – uma era a da rigidez, a outra, do amoldamento. Depois de um longo período, no qual cada vez mais a forma portuguesa ia se afastando de seu padrão histórico, houve a convergência no sentido da urbanização, com Portugal também adotando uma legislação ortodoxa e geral, que “engessava” as suas cidades coloniais. Após mais um período da história, com o Brasil emancipado de Portugal, e determinado a ocupar suas terras com colonos estrangeiros, ocorreu uma certa *espanholização*, tardia, da ação povoadora brasileira. A lei e os traçados seriam usados como símbolo da autoridade luso-brasileira sobre os imigrantes que chegavam ao império, durante o século XIX.

A colonização alemã no Rio Grande do Sul, nos primeiros tempos do Brasil independente, esteve submetida a este novo parâmetro político-cultural luso-brasileiro. Günter Weimer (1992) encaminha o tema afirmando que os emigrantes, saindo da Alemanha, tinham na mente o que iriam construir: a aldeia com jardins e pomares, plantações, pasto, manutenção da floresta para lenha e madeira. Para o agricultor alemão, sua própria condição significava viver numa aldeia. Toda a cidade alemã tinha origem camponesa, era originária de um *Weiler*, o que garantia continuidade entre o mundo rural e o urbano – diferente da concepção lusitana.

A forma mais simples de aldeamento alemão era o *Weiler*. Quando ele crescia irregularmente era um *Haufendorf* (aldeia-monte) ou *Punktendorf* (aldeiaponto); se ele desenvolvia ao longo de uma rua era um *Strasendorf* (aldeiarua); se a rua se alargava no meio da aldeia, era um *Angerdorf* (aldeialogradoiro). O *Rundling* (arredondado) era um tipo especial de *Angerdorf*. *Streusiedlung* (povoamento disseminado) é uma forma recente e rara de assentamento, e que foi a mais comumente implantada no Rio Grande do Sul – devido mais às condições locais do que às formas culturais trazidas pelos imigrantes.

Mas entre o que os colonos alemães tinham em mente, resultante de uma prática cultural ancestral e a aldeia ou cidade que eles tiveram aqui no Brasil, estava a cultura luso-brasileira, orientadora do estado imperial na legislação “urbanística”.

Weimer (1992) cita São Leopoldo e Santa Cruz como exemplos da imposição do traçado lusitano nos povoados a serem habitados pelos alemães. No primeiro fizeram um traçado irreal e que não seria o escolhido se o imigrante tivesse sido ouvido; no segundo, seu traçado ortogonal não condizia com os modelos centro-europeus, mas com os mediterrânicos.

Um dos motivos da rigidez do traçado pode ter sido a formação militar dos responsáveis pela criação das cidades no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, Weimer (1992) lembra da flexibilidade da ocupação portuguesa. Para ele, então, não abrir mão da ortodoxia, como fizeram as autoridades luso-brasileiras, era sinal de uma situação de confronto e de submissão dos colonos alemães.

5 A SEDE DA COLÔNIA CAXIAS

Em 1875 começou a imigração patrocinada pelo governo imperial para colonizar as terras devolutas do nordeste do Rio Grande do Sul. Dessa vez, o grande contingente foi formado por homens e mulheres vindos das regiões do norte da Itália, que recém se unificara.

Naquele ano a província do Rio Grande do Sul contava com 37 vilas. Essa rede de cidades abarcava quase todo o território rio-grandense. A conclusão da ocupação se deu com a colonização da serra, no nordeste provincial.

A colonização era uma empresa de intuito rural, agrícola, mas da qual faziam parte projetos de urbanização. Assim como ocorrera nos outros episódios de colonização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com açorianos e alemães, as colônias agrícolas ocupadas majoritariamente por italianos viram a fundação de povoados, por parte da iniciativa oficial, que tinham a função de sediar o comando do empreendimento colonizador.

As três colônias instaladas na Serra do Rio Grande do Sul tiveram “tempos” diferentes em seu processo urbanizador. As sedes tiveram desenvolvimentos desiguais: a sede da Colônia Conde d’Eu foi medida e demarcada pelo agrimensor Alfredo Augusto de Azevedo em 1876; a Colônia Dona Isabel, em 1879, ainda não tinha sua sede com planta e a Colônia Caxias recebeu o projeto que norteou a ocupação definitiva de sua sede no final de 1878 (Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641).

A primeira sede da direção da Colônia Caxias foi estabelecida na 1ª Légua, num local que ficou conhecido como Nova Milano, por relação com os primeiros imigrantes que chegaram no local, oriundos das cercanias de Milão. Este local serviu por certo tempo como sede, pois facilitava, nos primeiros movimentos, a chegada e distribuição dos colonos. A localidade ficava na fronteira da colônia que se criava, e sediou a diretoria por cerca de ano e meio. Com a ampliação do processo colonizador e a ocupação paulatina e organizada das léguas seguintes, cronológica e numericamente, o pequeno povoado se tornou um local ao sudoeste do território colonial, numa relação espacial não adequada para aquele momento da empresa.

Reza a historiografia de Caxias que Luis Antônio Feijó Júnior, proprietário de uma sesmária ao norte das 1ª e 2ª Léguas e ao oeste da 5ª Léguas, sugeriu ao governo a transferência da sede de Nova Milano para o local então conhecido como Campo dos Bugres, no extremo norte desta última (Adami, 1971). De fato, a sede da colônia teve geograficamente uma melhoria na logística de sua ação, quando transferida para o lado do Campo dos Bugres. Ela pôde dar conta da ocupação das demais 11 léguas que ainda estavam por receber colonos.

O Campo dos Bugres era uma clareira na mata, aberta pelos índios que habitavam a região. No local eles permaneciam durante o dia, se recolhendo à noite para ocas e buracos que faziam no mato, próximos à clareira. O descampado era bem servido de água, com córregos que o cruzavam, garantindo o abastecimento para os indígenas. Ali também eles corriam carreiras, com animais oriundos dos Campos de Cima da Serra, os quais eles roubariam em incursões. Serviria também como teatro de operações para lutas travadas contra outros grupos indígenas. Esse local foi “descoberto” por Antônio Machado de Souza, morador de Montenegro, que foi e voltou aos Campos de Cima da Serra, na companhia de outros companheiros, em 1864. Antônio Machado de Souza tornou-se proprietário de terras entre o norte da colônia Santa Maria da Soledade, o sul da sesmária de Feijó Júnior e o oeste da 1ª Léguas (Adami, 1971).

O descampado, até por essa sua condição, recebeu os primeiros “edifícios” da nova sede colonial. Após essa primeira serventia, o Campo dos Bugres virou logradouro público, fora do perímetro urbano da sede. O perímetro urbano ficou bem ao centro do retângulo reservado para a sede, ocupando cerca de um terço dessa área. O Campo dos Bugres, área não urbanizada, mas que dava nome à sede, ficou ao oeste desta.

A sede da colônia foi transferida em meados de 1876, quando trabalhava nas medições da Colônia Caxias o engenheiro Augusto Francisco Gonçalves. A responsabilidade pela reserva da área a ser urbanizada deve ser atribuída a ele, depois da decisão tomada por cargos hierarquicamente superiores. A 5ª Léguas era formada por dois travessões, o Santa Tereza e o Solferino, o que lhe permitia ser dividida em três colunas de lotes do mesmo tamanho. A área que o engenheiro Gonçalves reservou ocupava o espaço de seis lotes coloniais do extremo norte da léguas, em duas colunas, abaixo dela separadas pelo travessão Santa Tereza (Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641). No quadrado no meio do retângulo, nos primeiros anos, a iniciativa de colonos que moravam na sede não respeitou nenhum plano urbano, pois são conhecidos os casos de casas instaladas nos locais reservados como logradouros públicos (Adami, 1971).

É possível que existisse um projeto de cidade desde a primeira reserva de área feita pelo engenheiro Augusto Francisco Gonçalves, em 1876. O diretor da Colônia Caxias em 1878, Luiz Manoel de Azevedo, ao anunciar que organizou uma nova planta, indicou que havia uma na diretoria, que ele ignorava tivesse sido aprovado pelas autoridades superiores da hierarquia do Império. Ainda segundo Azevedo, aquela planta apresentaria graves erros, motivo pelo qual foi abandonada.

Naquele projeto “as quadras são demasiadamente grandes, contem 1:100 palmos por face, e os lotes 100 de frente e somente 200 de fundo, do que resulta ficar no centro, desaproveitado e sem comunicação com as ruas, um quadrado de 700 palmos lineares por face.” (AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 5, de 17 de dezembro de 1878, Maço 54, Caixa 30). Outro indício da existência de tal projeto é a concessão de lotes e construção de moradias antes do início de 1879, quando então foi aprovada a planta definitiva (AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07). Mais do que isso, a regularização das construções, dentro dos marcos estabelecidos, ainda não estava concluída em anos posteriores.

Em 17 de dezembro de 1878 o diretor Luiz Manoel de Azevedo enviava ao residente da Província, Américo de Moura Marcondes de Andrade, o ofício nº 5. No ofício ele projetava que:

Sendo possível, e provável mesmo, acontecer; que o que hoje se chama povoação do Campo dos Bugres, que actualmente só tem cazas de taboas, venha em breve a ser uma bela Freguezia ou Villa com boas cazas feitas de pedras e cal, cobertas de telhas, convem q. desde já se trate da regularização das respectivas quadras.” (AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 5, de 17 de dezembro de 1878, Maço 54, Caixa 30).

A planta que existia, como se viu, era considerada inadequada. Dessa forma, Luiz Manoel de Azevedo informava que “à vista disto, pois, organizei um projecto para a povoação, e o submetto à aprovação de V. Ex^a.” O projeto, segundo despacho feito no Palácio do Governo no próprio ofício, foi encaminhado para José Thomé Salgado, que a aprovou. A planta foi aprovada através do ofício nº 38, de 10 de janeiro de 1879 (Adami, 1971, p. 133).

Como estabelecia a legislação, o responsável, em última instância, pelo plano urbano das povoações coloniais era o diretor da colônia, fosse ou não engenheiro. Foi o que ocorreu no caso da sede de Caxias. Luiz Manoel de Azevedo era escrivão da Tesouraria da Fazenda e assumiu o cargo de diretor interino da Colônia Caxias em 10 de setembro de 1878 (AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 16, de 18 de setembro de 1878, Maço 09, Caixa 07).

Ele assumiu a direção da colônia, possivelmente, como uma segunda opção das autoridades superiores, pois em 13 de agosto daquele ano havia sido aprovada a nomeação de Gabriel Pinheiro d'Aguiar, que tinha o mesmo cargo na mesma repartição que Luiz Manoel. Tanto um como o outro deveriam substituir o engenheiro Hygino José dos Santos, demitido por sugestão do engenheiro José Thomé Salgado, que o considerava sem condições morais de comandar a diretoria.

Luiz Manoel de Azevedo, o diretor que organizou o plano urbano da sede da Colônia Caxias, não era considerado um servidor adequado para a função. Dois ofícios expedidos pouco mais de um mês após sua posse, já indicavam que a burocracia superior da colonização não lhe confiaria a direção permanente da colônia.

Em 11 de outubro de 1878, Coelho Cintra, o segundo na hierarquia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, expressava a sua opinião sobre o Luiz Manoel, ao escrever a um superior hierárquico:

Cumpreme declarar que não reunindo o referido empregado as habilitações necessárias que exige semelhante cargo, cujo desempenho só deve ser confiado a Engenheiros, me parece de urgente conveniência ser ele devidamente substituído, tanto o mais quanto a sua ausência não pode deixar de ser prejudicial ao serviço da repartição em que serve. (Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24).

Quatro dias depois, no dia 15, um ofício da 3ª Seção da Diretoria de Agricultura do Ministério da Agricultura repetia a opinião, derivada da oriunda da Inspetoria Geral, sobre a “incapacidade” do Luiz Manoel, por não ser engenheiro. Sua substituição deveria aguardar o relatório da inspeção de Salgado, mas já estava decidida (Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24).

O verbo usado tanto nos ofícios como nas referências inscritas no próprio projeto da povoação indica que a concepção do plano urbano, aliás, simplória, pode ter partido dos engenheiros que trabalhavam em Caxias sob a direção do Luiz Manoel. Não se escreveu que ele projetou a povoação da Colônia Caxias no Campo dos Bugres, mas que ele a organizou (Luchese, 2001) e a organizou de acordo com os ditames que a legislação estipulava. Mas, cabe ressaltar, plano tão trivial não necessitava de alguém com habilitação técnica para organizá-lo.

O “Projecto da Povoação da Colonia Caxias no ‘Campo dos Bugres’, organizado em dezembro de 1878 pelo director interino da mesma colonia Luiz Manoel de Azevedo” (Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641), que foi aprovado

pelo presidente da Província em 10 de janeiro de 1879, tendo lhe sido enviado em 17 de dezembro de 1878, foi “concebido”, tem como data de nascimento, o dia 06 de dezembro daquele ano.

O projeto determinava que a sede teria nove quadras de norte a sul e nove de leste a oeste. As quadras seriam ligeiramente retangulares e todas conteriam dez lotes urbanos. Tais lotes estariam dispostos na orientação norte-sul, menos nas quadras do extremo oeste, que teriam os lotes ocidentais com orientação leste-oeste; e nas quadras a oeste e leste da praça mais centralizada, que teriam nas faces voltadas a ela, os lotes no sentido leste-oeste. A única exceção era a quadra nº 4, onde os lotes 3 e 4 seguiam a mesma orientação dos lotes das outras quadras (Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879. AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30).

O ligeiro retângulo que perfazia o conjunto das 81 quadras projetadas era cortado por oito ruas retas, de norte a sul, e por oito ruas retas, de leste a oeste. Todas elas já estavam denominadas no projeto, permanecendo com a denominação as que foram efetivamente implantadas. De norte a sul as ruas eram a 20 de setembro, a Bento Gonçalves, a Lafayette, a Silveira Martins, a Sinimbu, a Andrade Pinto, a Conde de Porto Alegre e a Marcondes de Andrade; de leste a oeste eram a Andrade Neves, a Doutor Salgado, a Alfredo Chaves, a Leôncio de Carvalho, a Marquês do Herval, a Villa Bella, a Visconde de Pelotas e a Garibaldi.

Dentro do tabuleiro de xadrez imperfeito que era a povoação no Campo dos Bugres (um tabuleiro tem oito quadrados de altura por oito de lado) estavam previstas a existência de três praças. Uma, quase no centro da povoação, ocuparia a quadra 32 (a quadra central da povoação, pelo projeto, seria a 41, imediatamente a leste da 32) e se chamava “5 de Janeiro”. Outra ocuparia a quadra 65, no nordeste da povoação, e se chamava “Praça Imperatriz”. E a outra ocuparia a quadra 71, no sudeste do perímetro, e se chamava “Praça Pedro II”. Essas três praças formavam um triângulo, no qual a ponta oeste era a Praça 5 de Janeiro.

Cerca de meio ano após a aprovação do projeto da sede da Colônia Caxias o então diretor da colônia, Constantino Rondelli, também interino como era seu antecessor, enviou ofício ao presidente da Província, o qual permite saber-se que a sede, na sua implantação, foi deslocada duas quadras para o sul, “por ser o terreno na parte meridional mais adaptado para a edificação de casas.” (AHRGS, Fundo da Imigração, Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879, Maço 54, Caixa 30).

Esse deslocamento, no qual se vê um argumento baseado nas dificuldades apresentadas pela topografia, foi responsável pela invasão de áreas das colônias nº 21 e nº 42 do travessão Santa Tereza, o que gerou uma

disputa entre seus concessionários e o governo (Adami, 1971).

O deslocamento da sede para o sul resultou na não realização do projeto tal como o diretor Luiz Manoel de Azevedo o organizara. Observando plantas utilizadas pela historiografia, nota-se que o conjunto inteiro das duas fileiras de quadras mais ao sul, nas quais estavam inseridas a abertura das ruas Conde de Porto Alegre e Marcondes de Andrade, desapareceram e não mais se implantaram. Da fileira que tinha sua fachada norte na rua Andrade Pinto, só se implantaram meias quadras, eliminando os lotes que ficavam com a fachada para o sul.

João Spadari Adami (1971) publicou alguns documentos que tratavam da petição que se gerou da invasão das colônias de Rodolfo Félix Laner e Giovanni Piva pela área a sede. O primeiro documento é de novembro de 1881, alguns meses depois do início dos trabalhos de demarcação e mais de dois anos e meio depois da aprovação da planta. Laner pedia indenização pela área que perdeu e pelas benfeitorias que possuía. A área invadida era calculada em 178.596 m². O diretor à época, João Maria de Almeida Portugal, propunha que fosse cedida a área ao norte da sede, que ficou devoluta, e uma área ao leste, que estava dentro do retângulo reservado para a sede, mas sem fazer parte do perímetro urbano.

Essa proposta foi autorizada pelo presidente da Província, Francisco de Carvalho Soares Brandão, mas em novembro de 1882, mais de um ano após a primeira troca de ofícios a questão ainda não estava resolvida, pois Laner não havia aceitado a proposta. O presidente oficiou ao diretor da Colônia Caxias para que resolvesse o imbròglio, se limitando ao que tinha lido autorizado no início daquele ano. O presidente da Província não autorizou a alteração da planta. Em 1892, segundo a planta sob responsabilidade de José Montaury, encontramos ao norte da sede duas colônias instaladas, numeradas sob os nºs 42a e 42b. Ao oeste do perímetro, encontramos outras duas colônias instaladas, a 21a e 21b (AHJSA, Planta Geral da ex-Colônia Caxias. Código 11.00.02).

Seria possível que Laner e Piva tivessem aceitado, enfim, as propostas que lhe foram feitas anteriormente, e se beneficiado “imobiliariamente” do deslocamento da sede para dentro de suas colônias. Mas na planta da sede da ex-Colônia Caxias, também de 1892 e sob responsabilidade de José Montaury, aparece o lote 42a como propriedade de Germano Parolino, bem como os lotes ao sul da sede como ainda pertencentes a Piva e Laner. Além disso, numa planta da 5ª Légua, sem data, não se encontram mais inscritas as colônias 42ª e 42b no norte da sede; e as colônias 21a e 21b estão registradas como pertencentes a Daniel von Schlapnendorf e Nicolau Amoretti, respectivamente (AHJSA, Planta da 5ª Légua de Caxias).

O projeto da povoação foi dado a conhecer aos colonos que já habitavam a sede. No mesmo ofício no qual encaminhou o projeto para apreciação do presidente da Província, o diretor Luiz Manoel de Azevedo informava a Marcondes de Andrade que “constando, haver aqui na Directoria um novo plano para a povoação apresentarão-se muitos colonos a vê-lo; e à ista do local marcado para a Igreja mostrarão-se contentes, e offerecerão-se para coadjuvar gratuitamente na respectiva construção”.

Luiz Manoel poderia querer impressionar seu superior hierárquico, demonstrando que lidava gentilmente com os colonos, a ponto de lhes submeter para apreciação o projeto da sede. Na mesma linha, poderia estar querendo demonstrar a qualidade de seu trabalho, pois, em seu ofício, os colonos que o viram se mostraram contentes com a disposição da igreja, pressupondo-se que a aprovação se expandia para todo o traçado.

Anteriormente se viu que a capacidade de Luiz Manoel de comandar a colônia era questionada – e o projeto da sede poderia fortalecer sua posição. De outra forma, considerando-se o que está no ofício, de fato os colonos não se dedicaram a avaliar quão diferente seria o povoado que nasceria daquele plano dos seus paesi na Itália. Para quem se encontrava numa situação de tudo mudar, construir sua casa e habitar uma cidade completamente reta era mais uma mudança, que poderia ser benéfica. A situação de cada um melhorava em relação à Itália – uma cidade diferente poderia significar outro elemento bem-sucedido.

O plano urbano da sede da Colônia Caxias no Campo dos Bugres foi implantado num sítio topograficamente muito acidentado, como de resto também o era todo o território colonial. São inúmeros os registros feitos pela historiografia sobre as dificuldades enfrentadas pelo poder público e pelos moradores da cidade para erigir prédios, casas e implantar ruas. Como se viu, o projeto da sede não foi implantado em sua integralidade porque foi deslocado para o sul, em virtude das dificuldades topográficas.

Dois ofícios de 1886, cinco anos após a demarcação definitiva da povoação, feita sob o projeto de dezembro de 1878, conjugados com mapas e fotos da época, dão o quadro da tarefa que era implantar um tabuleiro de xadrez na montanha. O ofício nº 41, de 26 de julho, informava às autoridades superiores que Antonio Generosi, concessionário do lote 9 da quadra 50, construiu sua casa e ergueu cerca onde não deveria, segundo signatários de um requerimento que pedia a liberação da passagem pelo local cercado (AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 40, Caixa 21).

A cerca trancou a Conselheiro Dantas – ou seja, ainda havia confusão de limites e denominações entre estrada e rua, pois naquela parte da sede estava gravada, pelo projeto, a rua Silveira Martins –, que ali fazia uma

curva, devido à dificuldade de seguir adiante o leito por causa da quantidade de pedras. O pequeno mapa da área, que seguiu junto com o ofício, mostra o embaraço que se criou e como era o leito da Silveira Martins – ou estrada Conselheiro Dantas – entre as ruas Leôncio de Carvalho, Alfredo Chaves e Dr. Salgado.

Em dezembro daquele mesmo ano o assunto voltou à baila, através do ofício nº 70, do dia 10. No documento o Engenheiro-chefe afirmava que o leito da estrada Conselheiro Dantas de fato ainda existia dentro da freguesia – e que ela passava pelas quadras 59 e 68 porque era o único caminho transitável. A Silveira Martins ainda não era praticável. As casas tinham as suas fachadas para a estrada, e não para o alinhamento da rua, como previa a planta. O diretor se manifestou a favor de Antônio Generosi, permitindo que ele trancasse a passagem, porque a Alfredo Chaves era transitável. Essa decisão certamente dificultou a circulação na direção leste-oeste, porque para voltar ao leito da estrada, pelo que se pode observar no pequeno mapa, seria necessário desviar o caminho para a rua Lafayette (AHRGS, Fundo da Imigração, Maço 40, Caixa 21).

Aqui se acompanha mais um episódio onde as determinações que estavam tão bem traçadas no papel não recebiam a consequente disposição por parte da natureza e da sociedade. Em primeiro lugar, não bastava estar a Silveira Martins traçada, pois a natureza impedia que seu leito projetado fosse transitável; em segundo lugar, e como derivação do primeiro, foi a ação humana que dessa vez impediu que a solução encontrada – a curva para evitar a pedreira – resolvesse, temporariamente, a “ignorância topográfica” do projeto. Ao que parece, muito tempo depois a sinuosidade da rua Silveira Martins ainda permanecia.

Quanto à arquitetura, as casas da área urbana foram semelhantes as casas da área rural da Colônia Caxias, não só no Campo dos Bugres-Sede Dante, como em toda a região colonial do nordeste do Rio Grande do Sul. Elas eram feitas com o material que era abundante no território: a madeira. Toda a primeira fase da colonização foi o período em que a arquitetura foi dominada pelo uso da madeira (Gutierrez; Gutierrez, 1995).

Tanto nos lotes rurais como nos urbanos as casas foram alinhadas, quase sempre, pela linha do travessão ou da rua, o que dava um aspecto de simetria principalmente para as povoações, porque nestas localidades era onde ocorria uma aglomeração de construções. E essa opção – ou imposição – do alinhamento impediu que as residências tivessem melhor orientação solar. Nos lotes rurais, pelo menos quando depois da primeira fase (onde geralmente as casas eram construídas por empreiteiros contratados pelo Estado), foram os próprios colonos que levantaram suas casas, parece

ter sido uma opção a manutenção do alinhamento ao travessão. Nas cidades seria mais difícil não seguir a orientação dada pela rua. Como a povoação foi projetada e traçada na orientação norte-sul, leste-oeste, a orientação solar do casario foi inadequada (Posenato, in De Boni, 1987).

Ao se acompanhar os estudiosos da arquitetura na região colonial onde predominaram numericamente os italianos, no Rio Grande do Sul, nota-se que ela se caracterizou por distinguir-se da praticada na Itália. Claro que também houve semelhanças. Contudo, certo é que, como afirma Posenato, in De Boni (1987, p. 461), houve uma “aculturação da arquitetura”, sobretudo nas áreas urbanas. Na Itália se usava a pedra, aqui se usou a madeira; lá a habitação era coletiva, aqui foi unifamiliar; na Itália havia preocupação com a orientação solar, e aqui esse item foi ignorado; lá a cozinha era um *locus* importante dentro da casa, aqui ela foi descolada da residência; lá a arquitetura foi mais flexível, amoldada às condições do ambiente, aqui ela foi mais inflexível, mais submetida à linha reta.

A ironia *étnica* é que os italianos que habitavam as cidades brasileiras tinham tradição na arquitetura e no urbanismo, e ajudaram a modernizar as cidades luso-brasileiras, lhes dando uma certa “cara italiana”. Nas cidades criadas nos territórios onde o Estado brasileiro colonizou majoritariamente com italianos, a “cara” da cidade foi dada pela cultura luso-brasileira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Colônia Caxias se pôde identificar a permanência dos elementos urbanísticos que percorreram os tempos, prestando seus serviços para os criadores de colônias e construtores de cidades em todas as regiões de colonização: as divisões internas das léguas, que foram unidades territoriais dentro da área geral de Caxias, eram baseadas no travessão e na linha, elementos que serviam como estradas e divisórias de lotes rurais. O desenho que resultou do modelo, tributário fiel da legislação brasileira, foi o de uma colônia marcada pelas figuras retangulares ou quadradas de lotes, independente da topografia encontrada por quem iria assentar os colonos.

Esse modelo é semelhante ao sistema das *centuriae*, utilizadas pelos romanos em suas áreas rurais de colonização, e ainda possíveis de serem vistas em alguns locais da Europa e do norte da África. O sistema das *centuriae* também moldava as cidades romanas nas áreas de colonização, sendo estas marcadas pelo rigor da geometria. Ainda, pode-se perceber que na Colônia Caxias, a figura do mundo rural também moldou o mundo urbano: se as léguas, travessões e linhas eram retas e seguiam a orientação dos pontos cardeais, as ruas e terrenos da sede deveriam assemelhar-se àquele desenho.

O sistema de colonização das *centuriae* não foi objeto de estudo por parte dos programas que formavam os engenheiros brasileiros, funcionários que executaram o plano colonizador imperial; nem a criação de núcleos urbanos o era, com a necessária importância. Traçar retas era o costume – e assim foi feito, já anteriormente, ao se legislar a colonização.

As cidades fundadas no território do Rio Grande do Sul, que começou a ser ocupado quando Portugal adota essa política espanhola – a fundação de cidades e a colonização devem ser feitas sob o símbolo da rigidez, submetendo aos humanos e a natureza – foram praticamente todas guiadas por essas determinações.

Quando se criou a sede da Colônia Caxias, o território rio-grandense estava pontilhado por cidades reticuladas – poucas como um legítimo tabuleiro de xadrez e, salvo poucas divergências, os colonos de Caxias não quiseram interferir nas figuras de linha reta criadas pelo Império.

Destaca-se, portanto, que o povoado criado na sede da Colônia Caxias, onde foram instalados os italianos, teve a marca da cultura luso-brasileira – por sua vez influenciada pela espanhola, característica do mundo clássico greco-romano.

É importante considerar, também, que apesar da submissão às ordenações estipuladas na legislação por parte dos colonos e dos próprios funcionários do governo, houve por parte da administração certa flexibilidade, visto que por vezes os colonos que moravam na sede puderam opinar sobre a forma que a cidade teria.

Assim, conclui-se que a sede da Colônia Caxias resultou de muitos acontecimentos quando vista da perspectiva da longa duração: figura da rede romana, implantação ao estilo espanhol, herança portuguesa, e trivialidade da planta baixa especulativa.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul. I Tomo. 2. ed. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Maço 54, Caixa 30.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Maço 09, Caixa 07.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Maço 12, Caixa 10.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Ofício nº 5, de

- 17 de dezembro de 1878, Maço 54, Caixa 30.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Ofício nº 16, de 18 de setembro de 1878, Maço 09, Caixa 07.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Imigração, Ofício nº 74, de 14 de julho de 1879, Maço 54, Caixa 30.
- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Planta da 5ª Léguas de Caxias.
- Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Planta Geral da ex-Colônia Caxias. Código 11.00.02.
- Arquivo Nacional, IA6 Agricultura – DEP 311, Caixa 24.
- Arquivo Nacional, 4Y/MAP.641.
- AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos. Porto Alegre: Editora Nação, 1975.
- AZEVEDO, Thales de. Os italianos no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 1994.
- BARDET, Gaston. O urbanismo. Campinas: Papirus, 1990.
- BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CENTURIÃO. Luiz Ricardo Michaelsen. A cidade colonial no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; RIBEIRO, Cleodes Piazza Júlio (org.). De pioneiros a cidadãos. Imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1960). Porto Alegre: Consulado Geral da Itália, 2005.
- DE BONI, Luis Alberto. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.
- GARCIA LAMAS, José M. Ressano. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: FCG/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- GUTIERREZ, Esther. Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- GUTIERREZ, Ester; GUTIERREZ, Rogério. Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914). Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IOTTI, Luiza Horn. Imigração & Colonização. Legislação de 1747-1915. Porto Alegre: ALERGS – Caxias do Sul: Educs, 2001.
- KERN, Arno; JACKSON, Robert. Missões ibéricas coloniais: da Califórnia ao

- Prata. Porto Alegre: Palier, 2006.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do império. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- MEDEIROS, Laudelino de. O processo de urbanização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1959.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- POSENATO, Júlio. Belas aldeias italianas. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura, 1987.
- RHODEN, Luiz Fernando. Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- SANTOS, Milton. Ensaios sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SENNETT, Richard. Carne e Pedra. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo: Nobel, 1993.
- YUNES, Gilberto Sarkis. Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU/USP, 1995.
- WEIMER, Günter (org.). Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

Recebido em: 08/07/2024

Aceito em: 28/11/2024

AS CELEBRAÇÕES DO 20 DE SETEMBRO ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL¹

THE 20TH SEPTEMBER CELEBRATIONS AMONG ITALIAN IMMIGRANTS IN RIO GRANDE DO SUL

Antonio de Ruggiero²

RESUMO

Este artigo pretende reconstruir os eventos mais significativos e as dinâmicas que marcaram as celebrações festivas carregadas de significados identitários, organizadas a cada 20 de setembro pelos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e o início do século XX. Essa data representou por muito tempo a maior comemoração cívica na Itália, pois lembrava o evento da “Tomada de Roma” pelo exército italiano, quando, em 1870, se completou o processo de unificação política da península com a anexação do Estado Pontifício. Através de uma análise de conteúdo dos principais jornais publicados em Porto Alegre, reflete-se também a respeito da ressignificação de uma festividade “compartilhada” com os gaúchos — que, no mesmo dia, lembravam o início da Revolução Farroupilha — como possibilidade de maior afirmação e diálogo com a sociedade de acolhimento.

Palavras-chave: Imigração Italiana; Rio Grande do Sul; 20 de setembro; Celebrações.

ABSTRACT

This article aims to reconstruct the most significant events and dynamics that marked the festive celebrations imbued with identity meanings, organized every September 20th by Italian immigrants in Rio Grande do Sul between the late 19th century and the early 20th century. This date represented, for a long time, the most significant civic celebration in Italy, as it commemorated the “Capture of Rome” by the Italian army, an event in 1870 that marked the completion of the peninsula’s political unification with the annexation of the Papal State. Through a content analysis of the main newspapers published in Porto Alegre, this study also reflects on the reinterpretation of a festivity “shared” with the gauchos—who, on the same day, commemorated the beginning of the Farroupilha Revolution—as a possibility for greater affirmation and dialogue with the host society.

Keywords: Italian Immigration; Rio Grande do Sul; September 20th, Celebrations.

1 Este artigo recupera em boa parte, mas com atualizações e complementações, o conteúdo do capítulo de livro já publicado em língua italiana pelo autor: DE RUGGIERO, Antonio. *Le celebrazioni del “XX settembre” tra gli immigrati italiani nel Rio Grande del Sud*. In: RAMOS, Heloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 930-944.

2 Pesquisador bolsista de Pós Graduação (Programa PNPD Capes) e professor colaborador do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS. Doutor em História moderna e contemporânea pela Università degli Studi di Firenze (2011). Especialista de História social da Imigração Italiana no Brasil com foco particular na imigração urbana, qualificada e empresarial; transnacionalismo econômico.

INTRODUÇÃO

Por uma curiosa coincidência, o dia 20 de setembro tem sido, por muitos anos, uma data importante tanto para os habitantes do Rio Grande do Sul, que comemoravam o início da Revolução Farroupilha, ocorrida em 1835, quanto para os numerosos imigrantes italianos presentes no Estado, que relembavam o momento da épica “*Breccia di Porta Pia*”, ou seja, a ocupação e tomada de Roma pelo exército italiano em 1870. Em 20 de setembro daquele ano, de fato, o processo de *Risorgimento*, que levou ao nascimento da nação italiana, foi concluído na península, pondo fim a uma longa fase histórica durante a qual o Papa governou como qualquer soberano temporal sobre um Estado de tamanho médio, como o Estado Pontifício. Roma, em poucos anos, se tornaria a capital do Reino da Itália.

Mesmo antes de 1895, o ano em que o primeiro-ministro italiano garibaldino Francesco Crispi incluiu formalmente o dia festivo no calendário civil da pátria, o 20 de setembro tinha sido a personificação mais imediata do princípio da nacionalidade, especialmente entre os italianos que viviam no exterior. A comemoração oficial continuaria até 1929, quando os Pactos de Latrão, assinados entre o governo fascista e o Vaticano, aboliram o feriado nacional em favor de uma reconciliação final entre o Estado e a Igreja.

Como apontaram os estudos de Maurizio Ridolfi, esse tipo de comemoração nacional-patriótica era necessário para a construção de universos simbólicos que pudessem dar legitimidade política às novas instituições, ainda muito fracas, nascidas com a unificação italiana. Apesar de seu caráter polêmico e das repulsas que uma parte do mundo católico mais intransigente manifestou desde o início, a festa do 20 de setembro, ao contrário da comemoração mais fria da Festa do Estatuto Albertino, até então contemplada como a principal celebração civil, despertou, mesmo na Itália, uma participação popular efetiva e mais espontânea (RIDOLFI, 2011, p. 38-44). Entre os imigrantes, não apenas no Brasil, isso se manifestou com força ainda maior, e a efeméride representou, por muitos anos, o evento mais expressivo para reacender as paixões de amor à pátria e restabelecer um princípio de identidade étnica, por meio da recuperação de mitos de fundação entre os quais, especialmente no Rio Grande do Sul, predominava a figura de Giuseppe Garibaldi, herói nacional a quem se atribuía o leandário lema “Ou Roma ou morte!” e, ao mesmo tempo, um herói gaúcho que havia se destacado na epopeia revolucionária farroupilha (FRANZINA, 1999, p. 18-19). Isso aconteceu apesar do caráter problemático da festa, que gerou forte impopularidade nos círculos católicos mais conservadores. Lembremos, a esse respeito, a atitude intransigente expressa pelo Papa Pio IX em face dos eventos que levaram à formação do Estado italiano e seu *Non expedit*, uma

disposição com a qual ele declarou inaceitável a participação dos católicos na vida política da Itália liberal já em 1868. Além disso, havia divisões internas no mundo secular devido à ambivalência que a data destacava entre um componente mais oficial e solene, que expressava uma forte entonação patriótico-militar, e outro de natureza mais secular e democrática.

1 O 20 de setembro ítalo-gaúchos

Entre os italianos no exterior, o 20 de setembro foi capaz de absorver algumas dessas contradições e se apresentar mais plenamente como a celebração de toda (ou quase toda) a nação. A principal preocupação em reforçar o conceito de “italianidade” e construir a própria especificidade étnica e cultural para marcar a diferença em relação aos outros grupos étnicos presentes no país anfitrião exerceu, em minha opinião, uma força agregadora mais tangível do que na pátria. Isso era evidente principalmente nos espaços urbanos, onde inúmeras associações italianas de inspiração secular, muitas vezes maçônicas e outras vezes mutualistas ou simplesmente recreativas, conseguiam mediar no dia da celebração entre os diferentes componentes ideológicos da comunidade italiana, que, permanecia dividida por regionalismos, sectarismos e culturas políticas contrastantes. Um exemplo paradigmático pode ser encontrado na própria sociedade *Vittorio Emanuele II*, que, fundada em Porto Alegre em 1877, lembrava em seu nome o soberano da Casa Savoia que havia liderado o processo de Unificação política com a criação de um reino italiano; mas, ao mesmo tempo, preservava as duas almas aparentemente divergentes do Ressurgimento italiano, a monárquica e a democrático-republicana. Na fachada do edifício, de fato, destacava-se o busto simbólico do rei, ladeado pelo de seu mais amargo antagonista político, Giuseppe Mazzini. Além dos dois, não poderia faltar um terceiro, o mais conciliador Garibaldi, “herói de dois mundos”, que foi nomeado presidente de honra da associação. Outro aspecto marcante é a participação do clero, certamente mais progressista e não intransigente, em algumas celebrações, como aconteceu, por exemplo, em Pelotas, quando em 20 de setembro de 1876, em um ambiente festivo, a pedra fundamental da nova sede da associação italiana “União e Filantropia” foi colocada pelo padre italiano da paróquia.

Mesmo nos núcleos urbanos da região de colonização agrícola italiana, que de qualquer forma se distinguiam do ambiente puramente rural onde a Igreja dominava absolutamente, o monopólio católico era contraposto por representantes de outras ideologias e tendências, que desenvolviam intensa atividade associativa e valorizavam o caráter laico da pátria recém-unificada (POSSAMAI, 2004, p.567). Ao mesmo tempo, muitas ve-

zes os párocos italianos, especialmente se pertencentes a ordens religiosas abertas ao respeito da italianidade - como os Scalabrinianos -, participavam das atividades organizadas pelas associações leigas, que nem sempre eram necessariamente maçônicas. Um exemplo pode ser encontrado na colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), onde, não por acaso, a data de 20 de setembro foi escolhida para a inauguração da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Regina Margherita, em 1882. Desde os primeiros anos, o padre Giovanni Battista Menegotto atuou como inspetor na escola que funcionava dentro da própria associação (POSSAMAI, 2005, p. 103). Pouco tempo depois, o famoso imigrante vêneto de Marostica, Giulio Lorenzoni, autor das conhecidas *Memórias de um emigrante italiano*, utilizadas por gerações de pesquisadores para reconstruir os acontecimentos sociais das colônias italianas na Serra do Rio Grande do Sul, foi escolhido como professor dessa escola e depois secretário da associação. Ele era muito católico e, ao mesmo tempo, ativo na maçonaria local, e soube conciliar a fé espiritual com o amor à pátria (POLETTI, 2014, p. 35-37). Próximo às ideias republicanas e positivistas de Júlio Prates de Castilhos, estava sempre pronto a celebrar a data mais significativa do *Risorgimento* italiano, inclusive porque representava uma ocasião de confraternização com os gaúchos-farrapos, ao mesmo tempo em que respeitava a profunda religiosidade e devoção que os colonos do Vêneto preservavam com certo rigor (FRANZINA, 2014, p. 206-208). Isso também se verificou quando fundou o jornal Bento Gonçalves, que, no início do século XX, com o apoio do consulado italiano, promoveu uma reconciliação entre as forças antagônicas da Igreja e da Maçonaria na região colonial italiana (POZENATO; GIRON, 2004, p. 49-50).

A festa do 20 de setembro também era celebrada na vizinha Garibaldi, onde desde 1883 funcionava a sociedade *Stella d'Italia*, organizadora das comemorações que sempre incluíam uma procissão cívica e um rico desfile de bandeiras tricolores com o acompanhamento indefectível dos mais populares hinos patrióticos (CINQUANTENARIO, 2000, p. 418). Não é por acaso, em suma, que quando em 1905 o agente de imigração do governo brasileiro no Vêneto, Vittorio Buccelli, empreendeu uma viagem ao Rio Grande Sul, passando por Bento Gonçalves na data de 20 de setembro, teve a oportunidade de presenciar “uma grandiosa festa maçônica” acompanhada de música e dança, celebrada no meio do campo por famílias inteiras com crianças alegres e barulhentas (DE BONI, 1985, p. 126). O projeto católico-reacionário de buscar uma “Jerusalém celeste na Colônia” - usando a definição sugestiva de Luís Fernando Beneduzi -, livre dos perigos tentadores que, assim como acontecia na Itália, poderiam perturbar os costumes profundamente religiosos entre as comunidades de peninsulares presentes, foi muitas vezes abalado pela fuga desse sistema rigoroso e, ao mesmo tempo,

frágil. Ao simbolismo tranquilizador dos santos, da vida pacífica e de tudo o que os padres apresentavam como moralmente correto, contrapunham-se, mesmo no ambiente rural, novos costumes sociais e novas tendências que rompiam com a ordem estabelecida, inclusive no campo político (BENE-DUZI, 2001, p. 683-697).

2 O 20 de setembro na imprensa

É claro que essa dinâmica nem sempre assumiu uma forma pacífica e conciliatória. Um episódio de grande impacto na comunidade de Caxias do Sul, por exemplo, remonta a 19 de setembro de 1897, quando, na sociedade italiana local *Principe di Napoli*, o padre conservador Pietro Nosadini, juntamente com uma minoria de seguidores, se opôs à possibilidade de hastear a bandeira italiana no prédio da associação para celebrar o aniversário da tomada de Roma. Seguiu-se um violento tumulto com a intervenção do agente consular e do intendente municipal da cidade, mas, no final, a escolha patriótica da maioria e a aceitação do símbolo italiano prevaleceram³. O padre Nosadini, de Bassano del Grappa, havia assumido a paróquia de Santa Teresa de Caxias do Sul em 1896 e, desde o início de seu mandato, liderou uma batalha pessoal “contra o perigo maçônico”, organizando muitas Ligas Católicas em várias partes do território, cujo objetivo era a defesa do papado e a expulsão de elementos radicais que pudessem se opor ao poder eclesiástico na “pérola das colônias”. Essas ideias foram apresentadas no jornal católico-reacionário *Il Colono Italiano*, que o próprio Nosadini fundou e dirigiu de janeiro a agosto de 1898, em clara oposição ao jornal maçônico *O Caxiense*, que, ao contrário, defendia as celebrações civis do 20 de setembro como uma festa espontânea sentida por grande parte da comunidade italiana. As disputas com o componente leigo criaram vários incidentes na Vila de Caxias, culminando em um atentado contra o intendente municipal e a subsequente expulsão forçada do padre (POZENATO-GIRON, 2004, p. 540-544).

Em geral, toda a imprensa laica italiana, às vezes beneficiando-se do apoio consular, incentivou os imigrantes a respeitar essa celebração simbólica. Nas comunidades de imigrantes que se espalharam pelo mundo, a partir da formação do Estado unitário, a defesa e a consolidação de uma identidade coletiva italiana assumiram um papel central para evitar a dispersão ou o isolamento, até mesmo político, do próprio grupo étnico. As elites intelectuais estabelecidas nas várias coletividades de peninsulares consideravam a “nacionalização” das massas de compatriotas como neces-

3 *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1897.

sária para contrastar com o risco de uma rápida assimilação nos lugares de acolhimento. A utilização de símbolos, alegorias identitárias e verdadeiras “liturgias cívicas”, recentemente muito bem analisadas por Fulvio Conti (CONTI, 2017; CONTI, 2021), também entrara no léxico comum dos principais jornais e periódicos étnico-burgueses, publicados nas localidades de imigração, com uma mobilização que se estendia ao mundo do associativismo mutualista, frequentemente apoiado pelas mesmas instituições diplomático-oficiais (DE RUGGIERO; BARAUSSE, 2022). Nas coletividades presentes nos centros coloniais e urbanos mais importantes do Rio Grande do Sul, foi evidente o esforço – quando se encontravam brechas permitidas pelas autoridades locais – para construir monumentos, epígrafes, nomes de ruas, elementos arquitetônicos; assim como a divulgação de bandeiras, hinos, pinturas, obras teatrais e musicais que pudessem falar aos sentimentos dos imigrantes, suscitando paixões e orgulho identitário. Muitos entre eles, principalmente nos contextos rurais das colônias, mais isolados e marginalizados do ponto de vista político e cultural, adquiriram um sentimento nacional verdadeiramente italiano somente nos novos destinos.

Nesse sentido, após sua formalização como feriado civil em 1895, o dia 20 de setembro tornou-se o tema de um grande número de publicações populares, edições únicas, gravuras e fotos, comparável, até certo ponto, ao que aconteceria com o 1º de maio. Foi, sobretudo, graças ao trabalho das numerosas associações italianas não religiosas, cujo objetivo era manter vivo entre os imigrantes e descendentes um forte sentimento de italianidade, que a comemoração assumiu o significado de grande festa pública, bem organizada e ritualizada por meio de discursos oficiais de autoridades diplomáticas, com a recuperação das marchas e dos hinos do Ressurgimento, a exaltação dos heróis nacionais e todo aquele aparato retórico capaz de reforçar uma identidade coletiva aparentemente sólida e compacta. Digo “aparentemente” porque essa imagem de unidade às vezes era reduzida ao dia da celebração, quando as inúmeras bandeiras tricolores, a música da nação e a estrutura simbólica patriótica só conseguiam esconder as muitas divisões internas da comunidade.

No caso do Rio Grande do Sul, como já disse, um único em todo o mundo, a comemoração assumiu uma dimensão ainda mais totalizante em função da sobreposição com o próprio “Vinte de Setembro”, que para os gaúchos lembrava a “tomada de Porto Alegre” em 1835, quando os rebeldes iniciaram a revolução independentista e republicana farroupilha. Alguns anos mais tarde, essa rebelião teria entre seus principais heróis as figuras de Giuseppe Garibaldi e um punhado significativo de jovens *mazziniani*⁴ que

4 Seguidores das ideias de Giuseppe Mazzini, intelectual e ativista político italiano.

havia escolhido o exílio no país sul-americano. A retórica ligada ao XX de setembro respondia também a uma lógica de mediação cultural dentro da política local. Como foi sublinhado por Núncia Constantino, na virada do século, com o novo presidente do Estado, Borges de Medeiros, elaborou-se uma narrativa de valorização do imigrante italiano, modelo de operosidade e propenso à assimilação. Sempre no mesmo período, o republicanismo no Rio Grande do Sul revitalizava o movimento literário e tardo-romântico que enaltecia a figura do “gaúcho” como “nativo puro, valente e generoso”. O culto do Garibaldi gaúcho, representado com o poncho e a cavalo, se fortaleceu. Em 1898, surgiu em Porto Alegre o “Grêmio Gaúcho”, a primeira associação regionalista e tradicionalista, criada pelo republicano positivista José Ce-zimbra Jaques. Nesse contexto, a Revolução Farroupilha assumia o primeiro plano na narrativa histórica rio-grandense (CONSTANTINO, 2007, p. 102). A construção identitária da italianidade, portanto, nessa data, não se deu por meio da oposição étnica aos brasileiros gaúchos e, particularmente no período influenciado pela política castilhistas, um sentimento de integração foi reforçado com a contemplação de cultos civis comuns aos dois povos. Por isso, em vários momentos, as comemorações se uniram ou, pelo menos, encontraram interessantes elementos de fusão.

Isso foi evidente, por exemplo, em Porto Alegre, em 1913, quando, na grande celebração por ocasião do 20 de setembro, as bandeiras italianas se juntaram às bandeiras brasileiras e, principalmente, às do Rio Grande do Sul. A data havia sido escolhida, de fato, para inaugurar uma estátua representando o herói de dois mundos com sua esposa brasileira Anita ao seu lado. O culto a Garibaldi, vestido com o poncho sul-americano, foi revitalizado entre os gaúchos a partir do final do século XIX, quando ganhava força um movimento regionalista republicano que recuperava o mito e a epopeia da revolução independentista (CONSTANTINO; OSPITAL, 1999, p. 145). A ideia de erguer um monumento nasceu em 1907, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do herói dos dois mundos, quando foi formado um comitê pró-monumento, composto pelos presidentes das diversas sociedades italianas de Porto Alegre. Uma estátua de Garibaldi e de sua fiel companheira brasileira tornou-se, assim, a homenagem simbólica que a comunidade italiana do Rio Grande do Sul dedicou à história de seus imigrantes e descendentes nestas terras e, ao mesmo tempo, representou o emblema da gratidão que esse grupo expressou em relação ao país anfitrião (RAMOS; VARGAS; LIMA, 2014, p. 266-282). O Comitê se encarre-

Com profundas convicções republicanas e democráticas, Mazzini foi uma das principais personalidades do *Risorgimento* italiano, distinguindo-se particularmente na luta pela independência e pela formação de um Estado e de uma consciência unitários.

gou de arrecadar doações da comunidade para a compra do monumento em mármore, que, vindo diretamente das oficinas de Carrara, seria colocado na antiga Praça da Concórdia. Na data escolhida, XX de setembro de 1913, os 55 delegados das associações italianas, não só de Porto Alegre, mas também do interior, se reuniram na sede da Vittorio Emanuele II. Dali, iniciou-se uma procissão em direção ao que viria a ser a nova *Praça Garibaldi*, com centenas de pessoas seguindo as bandeiras dos sodalícios italianos, acompanhadas pelas bandas musicais da Umberto I e da Brigada Militar. Outras famílias “em carros, bonde e automóveis se dirigiram para a Praça Garibaldi”⁵. À tarde, na presença do cônsul italiano Beverini e do presidente do Estado, Borges de Medeiros, bem como de numerosos representantes civis e militares, as bandeiras da Itália, do Brasil e do Rio Grande do Sul desfilaram, cobrindo o imponente monumento de mármore; os três hinos diferentes foram tocados; e centenas de fogos de artifício foram lançados. O orador oficial designado para representar a colônia italiana foi o Doutor Stefano Paternò, que apresentou a estátua ao povo do Rio Grande do Sul, após exaltar os feitos heroicos do guerreiro Garibaldi e da valente Anita. A ele respondeu o orador oficial do Estado, Doutor Ildefonso Soares Pinto, que, expressando sua gratidão, relembrou os episódios épicos que ligaram o nome de Garibaldi às batalhas farroupilhas. A solenidade do evento foi complementada por outras comemorações festivas da comunidade italiana e, durante todo o dia, a sede do consulado, bem como as das diversas associações, permaneceram enfeitadas e iluminadas. À noite, na mesma Piazza Garibaldi, iluminada para a ocasião, várias bandas tocaram, seguidas por uma apresentação de fitas cinematográficas. Às dez horas da noite, fogos de artifício sinalizaram o fim temporário da celebração. De fato, no dia seguinte, o Comitê Pró-Monumento ofereceu uma festa no salão da Confeitaria Rocco, para representantes de sociedades italianas que haviam chegado do interior do Estado, enquanto a associação Umberto I, festivamente decorada para a ocasião, apresentava um espetáculo e um baile. Tudo isso foi acompanhado pela música da banda que era o verdadeiro orgulho do sodalício italiano. Todos os principais jornais, juntamente com os de língua italiana, registraram com amplo destaque a importância da celebração e a relevância de um monumento público que se tornou o símbolo da fraternidade dos dois povos⁶. Os dois jornais étnicos *Stella d'Italia* e *Araldo Coloniale* apresentaram uma edição especial, colocando uma foto do monumento inaugurado na primeira página, assim como *O Correio do Povo* e *A Federação*, que deram grande ênfase ao evento.

5 *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1913.

6 *Correio do Povo*, 20, 21, 22 de setembro de 1913.

Diz-se que a formalização do 20 de setembro como feriado civil italiano só ocorreu em 1895, pelo governo Crispi. Isso não significa que antes dessa data o evento não fosse lembrado entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Há inúmeros depoimentos nos jornais da época, atestando festividades e comemorações nas cidades mais e menos importantes do Estado⁷. Nessa ocasião, foram hasteadas bandeiras tricolores nas fachadas das casas “italianas”; também foram organizados concertos e festas dançantes, por exemplo, nas associações italianas de Porto Alegre, que tinham mesas repletas de doces e bebidas para o evento. Em outros casos, a data era aproveitada para inaugurar o nascimento de uma nova associação ou para organizar eventos de caridade em favor de organizações específicas, como aconteceu em 1891 com o hospital italiano (que nunca foi construído); em outras ocasiões, a festividade se tornava o pretexto para organizar banquetes, almoços ou jantares luxuosos entre os membros das várias agremiações étnicas, que sempre encerravam o ritual com discursos patrióticos em comemoração ao evento militar da épica “tomada de Roma”. Até mesmo o jornal *A Federação*, órgão do partido republicano rio-grandense, nunca se esquecia de, ao lado do amplo espaço dedicado à memória da Revolução Farroupilha, lembrar a data simbólica da unificação italiana e exaltar o papel que a “pátria do sublime Dante” havia desempenhado com a participação de seus patriotas nos eventos gaúchos. Abundavam as referências a Tito Lívio Zambeccari, o “diretor espiritual” da revolução em sua primeira fase; a Luigi Rossetti, fundador do jornal revolucionário *O Povo*; e, acima de tudo, a Giuseppe Garibaldi, que, justamente como soldado da república rio-grandense, começou a consolidar o mito do “herói de dois mundos”. No 20 de setembro de 1885, dia do cinquentenário farroupilha, na primeira página inteiramente dedicada ao importante aniversário, apareceu uma pequena coluna intitulada *Um bravo à Itália*, que relembrava os quinze anos passados desde a tomada de Roma e as grandes conquistas alcançadas por esse povo de “trabalhadores enérgicos” que, “apesar” do sistema monárquico vigente, havia construído um país democrático e livre⁹.

Foi, no entanto, a partir de 1895, vinte e cinco anos após a tomada de Roma, que a comemoração assumiu um tom mais formal e uma pompa maior, em virtude do mesmo reconhecimento oficial dado a ela no calendário civil da nação. Foi exatamente nessa ocasião que ocorreram conflitos étnico-religiosos, levando a tensões com parte da comunidade alemã presente na capital. Na noite de 19 de setembro, um artigo repleto de in-

7 Veja-se: *A Federação*, 20 de setembro de 1884; *A Federação*, 20 de setembro de 1885.

8 *A Federação*, 20 de setembro de 1886.

9 *A Federação*, 20 de setembro de 1885.

sultos dirigidos à Itália, que foi mencionada como “desprezível, baixa, torpe, miserável”, foi impresso na gráfica do jornal católico alemão *Deutsches Volksblatt*, também conhecido como *Gazeta Alemã*. Os italianos eram chamados de “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis” (SIMÕES; CONSTANTINO, 1996, p. 96). Essas palavras representaram uma séria afronta, especialmente por terem sido proferidas no dia mais representativo da colônia italiana no Estado. Serviram ainda mais para reforçar um sentimento de identidade e, ao mesmo tempo, para provocar uma reação violenta que se concretizaria poucos dias depois, quando um grupo de cerca de 200 agitadores italianos, diante da recusa do editor em fazer um pedido oficial de desculpas à comunidade, atacou a redação e a gráfica do jornal, onde também era publicado o periódico italiano *Corriere Cattolico*, que circulou em Porto Alegre entre 1891 e 1895 (POSSAMAI, 2004, p. 561-584). Depois de derrubar as portas com paus de ferro orgulhosamente forrados com papel “tricolor”, os manifestantes destruíram máquinas e ferramentas da tipografia e até tentaram incendiar o prédio (SIMÕES; CONSTANTINO, 1996, p. 99-100). Esse episódio desagradável não comprometeu o curso pacífico geral das comemorações, que naquele ano foram muito populares. Elas se estenderam por três dias no fim de semana de sexta-feira, dia 20, a domingo, dia 22. O jornal *A Federação* reconstituiu as principais etapas, que incluíram um desfile com bandeiras e bandas no primeiro dia. Em todas as casas de italianos ou descendentes orgulhosos de sua origem, a bandeira nacional foi exibida, enquanto os manifestantes usavam “um laço de fita tricolor” no peito. Também apareceram faixas alusivas a “Roma redimida” e a uma Itália unida. Uma sessão solene organizada pela sociedade *Umberto I* foi realizada nos amplos salões da *Vittorio Emanuele II*, na Rua dos Andradas, o centro do comércio italiano na capital, enquanto uma feira beneficente foi aberta ao público no *Salão Literário*. No dia seguinte, a associação organizou um suntuoso baile no Salão do Centro Republicano. Finalmente, no terceiro dia, domingo, as comemorações foram encerradas no Prado Independência. Nesse espaço, as festividades assumiram um caráter popular com vários jogos e atrações abertas ao público, como o jogo de um “mastro de cocagne”, com prêmios generosos. Houve também um grande churrasco, em estilo gaúcho, com carne “assada com couro”, enquanto bandeiras de associações italianas de todo o Rio Grande do Sul desfilavam no gramado, ao som das bandas Floresta Aurora e Progresso Industrial. Uma placa comemorativa foi preparada e um álbum assinado pelo cônsul foi enviado diretamente a Roma para ser exposto nos Museus Capitolinos. Como lia-se nas colunas do jornal republicano de Porto Alegre, muitas famílias e cidadãos compareceram ao evento, demonstrando solidariedade aos italianos e participando

com eles das muitas atividades lúdicas¹⁰.

Em minhas pesquisas, especialmente em relação aos contextos urbanos, encontrei com frequência uma participação popular que eu definiria como espontânea, apesar da natureza controversa da data. Evidentemente, Porto Alegre, com sua abundante comunidade italiana e, sobretudo, graças às numerosas associações leigas e às diversas agremiações culturais, recreativas, musicais ou esportivas, foi o centro mais capaz de reunir um número maciço de italianos nessas celebrações. O que surpreende, por outro lado, é a participação não desprezível nas outras cidades do Rio Grande do Sul, não somente nos principais centros coloniais, como Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, mas também nas mais distantes e periféricas Pelotas, Rio Grande, Bagé e Alegrete, onde as comunidades de italianos, às vezes relativamente pequenas, participavam das celebrações, que sempre incluíam um componente mais solene e evocativo, ao qual se somavam bailes, festas populares, feiras beneficentes, etc. Os momentos de maior envolvimento, quando as celebrações se estendiam por vários dias, eram aqueles em que se comemoravam aniversários importantes da história política e social italiana. Por exemplo, 1907, o ano do centenário de Garibaldi; 1911, que marcou o cinquentenário da Unificação Italiana; ou ainda mais em 1925, quando foi comemorado o cinquentenário da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1907, por exemplo, a data de 20 de setembro foi escolhida para inaugurar o nascimento da associação mutualista “Unione Italiana” na pequena cidade de fronteira de Alegrete, onde “a minúscula comunidade italiana” presente havia dado um exemplo de “afirmação exemplar de patriotismo” (CINQUANTENARIO, 2000, p. 384). No mesmo dia, uma impressionante celebração foi organizada em Pelotas para inaugurar uma placa dedicada a Garibaldi cem anos após seu nascimento. O artefato chegou com atraso e teve que esperar até outro momento para ser apresentado. Apesar disso, o programa de comemorações permaneceu inalterado e - como o *Correio do Povo* avisou - um “grande espetáculo de gala” com um baile de encerramento seria realizado no dia seguinte¹¹.

Em 1911, o mesmo jornal dedicou um grande espaço à comemoração do *Risorgimento* italiano, publicando ilustrações de seus heróis e traçando as linhas desse processo histórico que havia marcado a península durante boa parte do século XIX. No dia 20 de setembro daquele ano, representantes de inúmeras associações italianas de Porto Alegre e de outros centros menores se reuniram nas salas da Vittorio Emanuele II, na Rua 7 de setembro, para

10 A Federação, 19, 21, 23 de setembro 1885.

11 Correio do Povo, 21 de setembro de 1907.

realizar, com a bênção do cônsul Beverini, o projeto de criação de uma Federação das Sociedades Italianas, a fim de estabelecer uma rede mais sólida de proteção e valorização da comunidade em todo o Estado. Embora essa ideia de unificar grupos regionais e diferentes componentes ideológicos dentro de toda a comunidade logo caísse no esquecimento, como já havia acontecido antes, o dia 20 de setembro mais uma vez se apresentou como a data que, mais do que qualquer outra, simbolizava o caráter unitário da identidade italiana no sentido mais amplo. Da sede da sociedade, os delegados, acompanhados por uma banda, seguiram para o teatro São Pedro, onde, em meio às bandeiras italiana e brasileira, foi exibida uma grande imagem de Garibaldi, antes de prosseguir com a execução da marcha real pela banda Umberto I, que introduziu o início dos discursos solenes e retóricos para relembrar os eventos “gloriosos” da Unificação italiana¹².

Durante a Primeira Guerra Mundial, que viu a participação direta da Itália no conflito, foi mantida uma maior sobriedade nas comemorações, sem, no entanto, renunciar à exibição da bandeira tricolor no dia da comemoração em todas as associações italianas¹³. Em 1920, cinquenta anos após a tomada de Roma, por outro lado, as comemorações foram suntuosas e começaram já em 18 de setembro, com um grande baile realizado no salão da italianíssima “Confeitaria Rocco”, e continuaram com várias celebrações que incluíam uma procissão até a estátua de Garibaldi, além de discursos patrióticos nas sedes das principais associações da cidade. No entanto, algo estava mudando, e a experiência da recém-terminada Primeira Guerra Mundial também marcaria fortemente a representação simbólica e o sentimento da terra natal nas várias comunidades italianas no exterior. O conflito havia criado novos rituais cívicos e acentuado a sacralização da própria nação. A evocação dos eventos do *Risorgimento*, que agora pareciam mais apagados, foi sobreposta pela mitificação da experiência da guerra, especialmente pelos veteranos, que também em Porto Alegre desempenharam um papel significativo na organização das principais celebrações patrióticas. Entre os jovens italianos e ítalo-descendentes residentes no Rio Grande do Sul, mais de 400 reservistas e voluntários haviam retornado ao país para participar do conflito. Desses, cerca de quinze perderam a vida em batalha. Os ex-combatentes italianos que haviam retornado ao Rio Grande do Sul se uniram em uma associação específica, a “*Società dei Reduci di Guerra*” (Sociedade dos Veteranos de Guerra), que foi inaugurada em 20 de setembro de 1920 na sede da Vittorio Emanuele II, com a presença do cônsul Massimo Goffredo. Na ocasião, os soldados receberam a medalha de prata das auto-

12 *Correio do Povo*, 20 e 21 de setembro de 1911.

13 *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1915.

ridades italianas, que sancionaram seu valor e reconheceram seu sacrifício pela nação, da qual se tornaram novos símbolos úteis para consolidar um espírito de fraternidade étnica e de identidade¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provavelmente, 1925, coincidindo também com o cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que seria comemorado em dezembro, foi o último ano em que a festa de 20 de setembro manteve uma participação sentida entre os imigrantes. Já estávamos longe dos primeiros grandes fluxos de italianos que chegavam ao Estado, e mesmo os esforços do novo regime fascista para preservar e revigorar a questão da identidade entre os ítalo-descendentes não foram suficientes para alcançar o resultado desejado. No dia 20 de setembro daquele ano, como de costume, o consulado recebeu representantes das várias associações, bem como da colônia em geral, e alunos das principais escolas fundadas nos sodalícios étnicos Elena di Montenegro, Umberto I e no Instituto Dante Alighieri. O Clube Náutico Italiano “Duca degli Abruzzi” organizou competições náuticas, regatas, bem como provas de velocidade atlética de 100 e 400 metros, além de torneios de futebol. Quatro anos mais tarde, o mesmo governo fascista aboliria, pelo menos oficialmente, o feriado de 20 de setembro, considerado uma data inconveniente a ser mantida após os Pactos de Latrão, que, em 1929, aproximaram o fascismo da Igreja Católica.

Enfim, a análise das celebrações do 20 de setembro entre os imigrantes italianos pode ajudar a entender melhor as dinâmicas que acompanharam o processo de consolidação identitária de toda a coletividade. A partir das elites intelectuais italianas, que se apoiavam nos periódicos étnico-burgueses publicados nas várias comunidades gaúchas, percebe-se o esforço de manter vivo um sentimento nacional-patriótico contra o risco de uma rápida assimilação no lugar de acolhimento. A valorização de alegorias identitárias e de verdadeiras “liturgias cívicas”, como a festa em questão, permitiram que também os imigrantes nos contextos rurais, mais isolados, adquirissem um sentimento nacional verdadeiramente italiano somente nos novos destinos.

Ao mesmo tempo, o fato de possuir uma data civil em comum com os gaúchos foi utilizado também como estratégia para reforçar laços políticos e culturais com o Estado anfitrião. O alinhamento com o poder local, quando possível, se tornava uma estratégia útil para alcançar reivindicações, sobretudo nos primeiros anos do século XX, quando se reforçou uma

14 *Correio do Povo*, 19 e 21 de setembro de 1920.

narrativa regional gaúcha que identificava em Garibaldi e seus camaradas italianos e “farrapos” os valores mais sinceros pela defesa da liberdade.

REFERÊNCIAS

- BENEDUZI, Luís Fernando. Nem Jerusalém nem Sodoma: a vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século XX. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias & Carisma*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2001.
- Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Vol. I. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de – OSPITAL, María Silva. Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.XXV, n.2 (1999).
- CONTI, Fulvio. *Il sommo italiano: Dante e l'identità della nazione*. Roma: Carrocci Editore, 2021.
- _____. *Italia immaginata: sentimenti, memoria e politica fra Otto e Novecento*. Pisa: Pacini Editore, 2017.
- DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985.
- DE RUGGIERO, Antonio; BARAUSSE, Alberto. Novas fontes de imprensa étnica italiana em Porto Alegre: o caso do periódico *Stella d'Italia*. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Imigração e Emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2022, p. 401-428.
- FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*. Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.
- _____. Pátria, região e nação: o problema da identidade na Imigração Italiana na América Latina. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (orgs.). *Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.
- POLETO, Darcí. *Primeiras pedras*. Bento Gonçalves: edição do autor, 2014.
- POSSAMAI, Paulo. “Dall’Italia siamo partiti”. A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.
- _____. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST edições, 2004.

- POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. *100 anos de imprensa regional: 1897-1997*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; VARGAS, Bianca de; LIMA, Tatiane de. Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens. In: ____; MARTÍNEZ, Elda Evangelina González; ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; WITT, Marcos Antônio. *História da imigração: Possibilidade e Escrita*. São Leopoldo: OIKOS-Editora Unisinos, 2014.
- RIDOLFI, Maurizio. *Le feste nazionali*. Bologna: il Mulino, e-book, 2011.
- SIMÕES, Rodrigo Lemos; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.XXII, n.1 (1996).

Recebido em: 10/07/2024

Aceito em: 03/10/2024

A EDIFICAÇÃO DOS PRIMEIROS TEMPLOS METODISTAS DO RIO GRANDE DO SUL NA COLÔNIA ITALIANA

THE BUILDING OF THE FIRST METHODIST TEMPLES IN RIO GRANDE DO SUL IN THE ITALIAN COLONY

Vicente Martins Dalla Chiesa¹

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, descrever o contexto em que ocorreu a edificação dos primeiros templos construídos pelas comunidades metodistas na região colonial italiana da encosta superior do Nordeste Gaúcho. Iniciada ali em 1887, a atividade da Igreja Metodista atingiu, inicialmente, três localidades onde, em um espaço de tempo relativamente curto, as pequenas comunidades metodistas, compostas por menos de cem pessoas ao todo, puderam dispor de sólidas igrejas construídas em terrenos de sua propriedade, o que não ocorreu na capital do estado, Porto Alegre, onde a presença metodista era um pouco mais antiga, mas as primeiras igrejas só surgiram na segunda década do século XX. Objetiva-se detalhar como, nas duas primeiras décadas de presença metodista na região colonial italiana (RCI), as comunidades viabilizaram o acesso a bens de raiz e construíram igrejas, levando em conta a presença de uma missão metodista americana, operando a partir do Uruguai, e o fato de que os grupos metodistas locais eram, nesse período, compostos exclusivamente por imigrantes de língua italiana e seus filhos. No decorrer do texto, serão oferecidos dados que permitem estabelecer uma cronologia dessa atividade de edificação e aquisição de propriedades destinadas ao culto religioso. Será também apresentada uma possibilidade de interpretação para o pioneirismo do metodismo local na edificação de templos em relação às demais áreas do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando-se conceitos de Peter Berger sobre a simbologia em diferentes denominações religiosas.

Palavras-chave: Colonização italiana no Rio Grande do Sul; Igreja Metodista; Templos religiosos.

ABSTRACT

The aim of this work is to describe the context in which the construction of the first temples built by Methodist communities in the Italian colonial region of the upper slope of the Gaúcho Northeast Region occurred. Beginning in 1887, the activity of the Methodist Church initially reached three locations, where, in a relatively short space of time, small Methodist communities, made up of less than a hundred people in total, were able to have solid churches, built on land they owned as property. This did not happen in the state capital, Porto Alegre, where the

¹ Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Methodist presence was slightly older, but the first churches only appeared in the second decade of the 20th century. The aim is to detail how, in the first two decades of Methodist presence in the Italian colonial region (RCI), communities provided access to goods from scratch and built churches, taking into account the presence of an American Methodist mission, operating from Uruguay, and the fact that local Methodist groups were, in this period, composed exclusively of Italian-speaking immigrants and their children. Throughout the text, data will be offered that allow us to establish a chronology of this activity of building and acquiring properties intended for religious worship. A possibility of interpretation will also be presented for the pioneering spirit of local Methodism in the construction of temples, in relation to other areas of the State of Rio Grande do Sul, using Peter Berger's concepts about symbolism in different religious denominations.

Keywords: Italian colonization in Rio Grande do Sul; Methodist Church; Religious temples.

INTRODUÇÃO: A IGREJA METODISTA E SUA PRESENÇA EM SOLO GAÚCHO

O Metodismo surge na Inglaterra, na primeira metade do século XVIII, como um movimento de renovação dentro da Igreja Anglicana, liderado pelo clérigo John Wesley, com grande ênfase na interiorização da fé, na responsabilidade do indivíduo pelos seus atos e pelos grupos nos quais está inserido, e na busca constante de aperfeiçoamento moral e espiritual. Combinando elementos do puritanismo, do pietismo alemão e do arminianismo², a fé metodista busca “reafirmar que Jesus quer todos os ouvintes reunidos como sua família de fé e, portanto, o oferecimento da salvação e da perfeição cristã é universal, embora a decisão seja livre e da responsabilidade de cada ouvinte” (MENDONÇA e VELÁSQUES, 1990, p. 96).

O movimento metodista logo se expandiu para as colônias inglesas da América do Norte, tendo o próprio Wesley e seus colaboradores mais próximos visitado aquele território. Com a independência americana, em 1776, precipitou-se a separação do metodismo americano de sua raiz inglesa, com a criação da Igreja Metodista Episcopal, em 1784 (REILY, 2003, p. 40), antes mesmo da criação de uma igreja independente em território inglês, o que somente ocorreu após a morte de John Wesley, em 1791. Nos Estados Unidos, a teologia metodista foi, em certa medida, reelaborada, e a denominação experimentou um imenso crescimento numérico, em particular durante a ocupação do Oeste do país, tendo-se adaptado excepcionalmente bem àquelas condições, o que levou a Igreja Metodista, no final do século

2 Movimento religioso cujo nome deriva de seu fundador Jacobus Arminius, teólogo reformado holandês, que defendia uma interpretação diferenciada da doutrina da predestinação de Calvino, de forma a acentuar a responsabilidade e a liberdade do indivíduo, em detrimento de uma ideia absoluta de predestinação.

XIX, a se tornar a maior denominação evangélica daquele país (MENDONÇA e VELÁSQUES, op. cit., p. 97-98). Esse crescimento não foi prejudicado pela divisão do campo metodista em duas igrejas, uma sediada no Norte do país (Igreja Metodista Episcopal) e outra no Sul (Igreja Metodista Episcopal, Sul), devido à questão da escravidão, em 1844 (REILY, 2003, p. 42). Ao contrário, no século XIX, inicia-se ampla atividade missionária de ambas as Igrejas Metodistas em todos os continentes, inclusive na América do Sul.

Após tentativas de estabelecimento missionário fixo na década de 1830, tanto no Brasil como na região do Rio da Prata (SALVADOR, 1983, p. 19-27; PIQUINELA, 2007, p. 108-118), a atividade metodista reinicia na década de 1860, com a Igreja Metodista Episcopal iniciando trabalho em Buenos Aires em 1864 (PIQUINELA, op. cit., p. 180-181), e a Igreja Metodista Episcopal, Sul, em 1866, entre imigrantes americanos estabelecidos no estado brasileiro de São Paulo (REILY, 2003, p. 104-107). A atividade na região platina se estende ao Rio Grande do Sul em 1885, com a chegada do pastor João da Costa Corrêa, enviado de Montevidéu a Porto Alegre.

Alguns imigrantes italianos estabelecidos nas áreas que hoje compõem os municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis haviam sido membros da Igreja Valdense³ na Itália e, tendo notícia da presença de um pastor evangélico, entraram em contato com João Corrêa, que os visitou pela primeira vez em abril de 1887, batizando quatro crianças. Em seguida, foi providenciada a vinda de um pregador vindo do Uruguai, italiano nato, para atender à comunidade, chamado Carlos Lazzarè, que chegou a Dona Isabel (Bento Gonçalves)⁴, em dezembro de 1888, e em 27/03/1889, a comunidade foi formalmente organizada.

Em 1892, houve a formação de um segundo ponto de atividades para

3 Igreja evangélica cujas origens remontam ao movimento religioso iniciado pelo francês Pedro Valdo, no século XII, que se espalhou especialmente pelo sudoeste da França e norte da Itália. O movimento valdense aderiu às teses das igrejas reformadas no século XVI, e se manteve, não obstante inúmeras dificuldades, como a única denominação evangélica da Itália ao longo dos séculos XVII e XVIII, embora confinada a alguns vales da região alpina ocidental do Piemonte. No século XIX, à medida que se processava a unificação italiana, a Igreja Valdense iniciou vigoroso movimento de difusão na península, que atingiu também localidades no Vêneto e no Friuli de onde partiram imigrantes com destino ao Rio Grande do Sul (TOURN, 2000).

4 A colônia Dona Isabel, criada em 1870, somente passou a ser povoada a partir de dezembro de 1875, com a vinda de imigrantes de língua italiana. Emancipou-se da situação colonial em 1884, passando a ser distrito do Município de Montenegro, com o mesmo nome de Dona Isabel. Com a emancipação do distrito, já no regime republicano, em 11/10/1890, tomou o nome de Bento Gonçalves (CAPRARA e LUCHESE, 2005). A documentação metodista até 1890 utiliza a denominação “ex-colônia Dona Isabel”.

a Igreja Metodista, na localidade de Forqueta Baixa⁵, interior do município de Caxias, onde se haviam estabelecido alguns italianos valdenses do Piemonte, juntamente com uma família protestante inglesa. Também para essa localidade foi enviado um imigrante italiano residente no Uruguai, que lá havia se convertido ao metodismo, chamado Mateus Donati. A partir dessas duas localidades, a atividade metodista se estruturou, com atividades mais regulares também na área que se tornou posteriormente o município de Garibaldi.

No mesmo ano de 1899, os dois ramos da Igreja Metodista decidiram repartir o campo missionário da América do Sul em critérios linguísticos, cabendo à Igreja do Sul o território brasileiro, a partir de 1º/08/1900 (EIGHTY-SECOND ANNUAL REPORT, 1901, p. 294). Tal mudança ocasionou alterações significativas na atividade que vinha sendo até então empreendida, razão pela qual essa data é adotada como termo final do período aqui estudado, que inicia em 1887, com o começo do atendimento metodista aos italianos imigrados no Rio Grande do Sul.

No período inicial de estabelecimento metodista no Rio Grande do Sul, vigia a Constituição Imperial de 1824, que, em seu artigo 5º, vedava a construção de templos religiosos não católicos com aspecto exterior de templo:

Art. 5º. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo (BRASIL, 1824).

Termos semelhantes foram encontrados no Código Criminal do Império Brasileiro, que previa, entre outras penalidades, a demolição da forma exterior que identificasse o edifício como um templo religioso:

Art. 276. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado. Penas - de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da forma exterior; e de multa de dois a doze mil reis, que pagará cada um (BRASIL, 1830).

⁵ O local é comumente referido como Forqueta Baixa, para distingui-lo de outra localidade existente no interior do Município de Caxias, também chamada Forqueta, situada na Linha Feijó.

Tais disposições foram, em certa medida, ignoradas. Em pequenas cidades e povoados do interior do Rio Grande do Sul com presença luterana, havia igrejas edificadas com torres e sinos (DREHER, 2014, p. 125), particularmente na fase final do império, após a Questão Religiosa, no início da década de 1870, que colocou em campos opostos o governo central e a Igreja Católica (VÊSCIO, 2001, p. 100-108). No entanto, tais dispositivos permaneciam vigentes, o que permitiu que se criasse uma situação de tensão na cidade gaúcha de Santa Maria, em maio de 1887, quando a comunidade luterana lançou a pedra fundamental de um campanário a ser edificado, e o delegado de polícia local recebeu ordens de seu superior em Porto Alegre para agir contra a comunidade, com base nos dispositivos acima transcritos (DREHER, 2014, p. 216). Ainda que essa ordem tenha sido posteriormente revogada, a proibição permaneceu formalmente vigente até a separação de Estado e Igreja, com o Decreto 119-A de 07/01/1890, logo após o advento da República.

Nota-se que essa situação ocorreu no mês seguinte ao início dos contatos entre a Missão Metodista e os italianos imigrados na região colonial (RCI), de forma que essa problemática compõe o pano de fundo para o início do período temporal aqui analisado

1 AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE TEMPLOS METODISTAS DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA

A bibliografia sobre a presença metodista em solo gaúcho traz poucas menções à edificação dos primeiros templos, com uma exceção: em diversas publicações, é mencionado que o primeiro templo metodista construído no Rio Grande do Sul foi a atual igreja de Bento Gonçalves, que teria sido inaugurada no mesmo dia da fundação da comunidade. Tal informação foi repetida sistematicamente ao longo do tempo, por autores posteriores, e mesmo em pequenas publicações efetuadas pela comunidade metodista de Bento Gonçalves, o que fez com que esse dado fosse tomado como ponto de partida para a pesquisa aqui apresentada. No entanto, essa informação não se confirmou no confronto com a documentação contemporânea aos fatos que, aos poucos, foi sendo encontrada.

Ao se ler a extensa ata de fundação, lavrada pelo pastor João da Costa Corrêa, datada de 27/03/1889⁶, não há menção alguma à alegada inauguração do templo, não obstante o documento — e os registros subsequentes do mesmo livro — fornecerem muitos detalhes a respeito dos membros da igreja e de sua organização administrativa e eclesiástica. Seria de se esperar que essa inauguração também fosse comemorada e registrada. Contudo,

6 Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Livro “Fundação e Rol”.

não há nenhum apontamento disso em um dia em que tantos fatos importantes para a comunidade nascente foram reduzidos a termo.

Outro documento que lançou dúvidas sobre as informações até então divulgadas foi o registro civil referente ao primeiro casamento entre metodistas ocorrido na cidade⁷, celebrado no mesmo dia da fundação da comunidade, 27/03/1889. Os noivos eram Francesco Busnello e Giovanna Marcon, ambos imigrantes italianos, residentes na Colônia Alfredo Chaves. O documento do registro civil menciona algo que não consta da anotação referente ao casamento religioso⁸: o local da celebração da cerimônia, que foi a casa de Giovanni Ferrari, membro da Igreja Metodista, residente nas proximidades do atual templo (LORENZONI, 1975, p. 122). Portanto, o primeiro casamento da comunidade não foi realizado em uma igreja que, segundo consta, estaria sendo inaugurada no mesmo dia, mas sim em uma casa particular, que ficava a uma quadra de distância do local do atual templo.

Na busca de informações complementares, foi consultada a coleção do jornal *O Testemunho*, órgão oficial da Igreja Metodista Episcopal no Rio Grande do Sul, que foi editado em Porto Alegre de 1904 a 1917. Na edição de 15/12/1905, é publicada uma longa reportagem do pastor metodista João Vollmer, que residia então em Porto Alegre, e se dirigia em férias à região de colonização italiana da Serra Gaúcha. Após queixar-se das agruras da viagem, devido à precariedade da estrada, o autor informa que, efetivamente, havia constatado melhoras em relação a dezesseis anos antes, quando estivera na mesma estrada em companhia do pastor João da Costa Corrêa⁹. A menção a dezesseis anos passados é significativa: como o missivista escreveu em 1905, deduz-se que esteve naquela estrada, com destino à Serra, em 1889, ano da fundação da comunidade de Bento Gonçalves, que foi presidida pelo pastor Corrêa. E não é razoável imaginar que Vollmer se dirigisse a outra cidade, uma vez que Bento Gonçalves (então Dona Isabel) era, naquele momento, a única localidade de atuação metodista no interior do estado. A passagem seguinte do relato é extremamente esclarecedora. Ao chegar a Bento Gonçalves, Vollmer louva as diferenças que vê, a começar pela “igreja solidamente construída no lugar do acanhado salão de outrora”¹⁰. É o relato de um dos primeiros pastores metodistas a atuar no Rio Grande do Sul, que esteve em Dona Isabel em 1889, referindo não haver igreja nessa localidade à época.

7 Arquivo do Cartório do Registro Civil de Bento Gonçalves. Livro dos casamentos celebrados no ano de 1889.

8 Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Primeiro livro de registro de casamentos.

9 *O Testemunho*, 15/12/1905.

10 *O Testemunho*, 15/12/1905.

As fontes disponíveis não apenas contradizem a informação inicial, como não fornecem qualquer referência à existência de uma igreja na região colonial italiana nos anos iniciais de atuação metodista. Nas narrativas publicadas no jornal *O Testemunho* ao longo do ano de 1905, numa coluna intitulada “A história da nossa igreja”, escrita por João da Costa Corrêa, não há menção à existência de templos metodistas em qualquer localidade no Rio Grande do Sul no período imperial, ou seja, até 1889, quando havia ainda vedação formal a esse tipo de edificação.

2 ALFREDO CHAVES

A primeira citação relativa a um templo ocorre em um relatório enviado aos Estados Unidos, referente ao ano de 1891. A cada ano, a Igreja Metodista Episcopal dos EUA reunia e publicava os relatos de seus missionários espalhados pelo próprio país e pelo mundo em um volume, rico em informações a respeito dos mais diferentes lugares, como se pode ver nos seguintes dados. O mencionado relatório, referente ao ano de 1891, informa o que segue:

O irmão Lazzare continua a fazer o trabalho de um evangelista, visitando as pessoas em suas casas e pregando de vizinhança em vizinhança. Em Alfredo Chaves a capela está praticamente pronta para ocupação, tendo sido erigida principalmente através do trabalho e das contribuições da pequena comunidade, em um local dado pela administração colonial. Iniciativas similares estão em curso em Bento Gonçalves e Conde D`Eu (SEVENTY-THIRD ANNUAL REPORT, 1892, p. 55)¹¹.

Ao contrário de Bento Gonçalves, que já se tornara município autônomo no ano de 1890, Alfredo Chaves, à época, ainda era uma colônia¹², regida por regramento diferente das demais cidades e distritos já emancipados da situação colonial. Tal circunstância, sem dúvida, facilitou a doação do terreno para a construção do templo, devido à maior margem de manobra de que dispunham os administradores locais para a concessão de lotes. Além disso, o diretor da colônia, à época, era José Montaury de Aguiar Leitão (PIMENTEL, 1987, p. 7), político identificado com o Positivismo, ideologia que inspirou fortemente a primeira fase do regime republicano no Rio Grande do Sul. Não obstante discordâncias e reservas com a atuação e

11 Tradução do autor.

12 Somente se emancipou em janeiro de 1898, trocando o nome para Veranópolis em 1944.

os dogmas da Igreja Católica, o Positivismo via as religiões como um elemento útil para conservar a ordem social (ZUGNO, 2017, p. 92-93). Nesse contexto, não é de se admirar que a administração colonial tenha cedido aos metodistas um terreno para edificação de um templo, a duas quadras da praça principal da cidade (POSENATO, 1983, p. 172 e 449). A circunstância de não ser necessária a compra do terreno, poupando os gastos decorrentes, certamente contribuiu para que Alfredo Chaves tivesse o primeiro templo metodista construído no Rio Grande do Sul. Quanto às demais despesas de edificação, há informação de que foram custeadas quase que inteiramente pelos próprios membros, com pequeno auxílio financeiro da Missão¹³. Sobreviveu ao tempo uma fotografia, datada possivelmente da década de 1890, que retrata a igreja metodista da então Alfredo Chaves e os terrenos vizinhos. Trata-se de uma construção de alvenaria, com 78 m² de área¹⁴, duas portas frontais, encimadas por arcos ogivais, e um pequeno óculo na parte central da fachada. Na parte posterior direita, há uma torre e um campanário, este aparentemente edificado justaposto à igreja, e não dentro do seu corpo, como é comum na arquitetura da imigração italiana.

Imagem 1: Fotografia da sede de Alfredo Chaves na década de 1890, aparecendo no centro da imagem o primeiro templo metodista do Rio Grande do Sul.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul. Álbum “Recordações das Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves, Antônio Prado e Caxias”.

¹³ O Testemunho, 15/03/1905 e 1º/02/1906.

¹⁴ Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Pasta sem classificação, relatório intitulado “Estatísticas do Culto Evangélico em Geral”, referentes ao ano de 1947.

Tendo em conta que os relatórios eram publicados no início de cada ano, bem como o tempo que cada relatório levava para ser compilado, enviado aos Estados Unidos e, então, editado, é possível deduzir que as informações se refiram ao primeiro semestre de 1891 e ao segundo semestre de 1890, o que também se verifica em relação a outros relatos efetuados. Portanto, é razoável supor que a construção tenha sido terminada no próprio ano de 1891. Em relação ao ano seguinte (1892), é informado que:

Em Alfredo Chaves, com o irmão Carlos Lazzare como pastor assistente, o pequeno edifício da igreja foi completado, e está apenas esperando o bispo ou superintendente vir para consagrá-lo. A pregação tem sido mantida em três ou quatro pontos das colônias adjacentes. Os irmãos de Santa Isabel (sic) e Conde D Eu têm algum material para capelas, mas precisam de auxílio para fazê-las. Em Bento Gonçalves e nos pontos a ela pertencentes Matteo Donati fez visitas e pregou com fé. Em La Forqueta, onde ele vive, os membros da própria igreja, utilizando suas pequenas economias, juntaram \$300 e compraram a pequena capela católica. Agora eles se rejubilam em um prédio próprio (SEVENTY-FOURTH ANNUAL REPORT, 1893, p. 50)¹⁵.

3 A FORQUETA BAIXA

O último dado transcrito acima, sobre a construção de um templo na Forqueta Baixa, é corroborado pela documentação encontrada junto à igreja metodista de Caxias do Sul. Após relatar a história da comunidade, no manuscrito intitulado *Memorie della Chiesa Metodista Episcopale della Forqueta*, o pastor Matteo Donati registrou, em breves anotações finais, que, em 1892, foi comprado da comunidade católica o prédio da igreja¹⁶. Portanto, na localidade da Forqueta, é a comunidade local que toma a iniciativa e, às próprias expensas, compra um prédio já existente, pertencente à comunidade católica local, transformando-o em local de culto, logo após a chegada de Donati, em janeiro de 1892. Pelo que se pôde apurar até o momento, o templo estava localizado nas terras do imigrante italiano Pietro Chaulet, que se converteu ao metodismo naquele mesmo ano. Foi localizada pelo autor apenas uma imagem dessa igreja, abaixo reproduzida, retratando uma pequena edificação de alvenaria, com apenas uma porta central na fachada, acima da qual está a inscrição “Egreja Evangelica M. EP”.

15 Tradução do autor.

16 Acervo da igreja metodista de Caxias do Sul. Primeiro livro de membros da igreja metodista de Forqueta Baixa.

Imagem 2 - Comunidade metodista da Forqueta Baixa na frente do templo, em 1907.



Fonte: Acervo da igreja metodista de Gramado.

Aos fundos, à direita, está outra edificação, a residência pastoral, que seria construída alguns anos depois. Não é possível visualizar mais detalhes do prédio, e nem foi localizada na documentação compulsada a área edificada dessa igreja, mas ela parece ter sido a menor das três igrejas metodistas que surgiram na RCI ao longo daquela década, tanto que é frequentemente citada não como igreja, mas sim como capela.

Na Forqueta, embora a comunidade tenha tido que arcar com os custos da compra de um terreno, a rápida aquisição de um templo parece ter sido impulsionada por uma característica particular da comunidade: o alto grau de coesão interna e disposição para investimentos em prol da coletividade. Os fundadores da igreja eram, em boa parte, pessoas que já tinham tido uma experiência de vivência comunitária evangélica na Europa e utilizaram isso em terras brasileiras por meio da tomada de uma série de iniciativas em benefício da comunidade, como a organização de uma escola e o cultivo de um terreno pelos membros, cuja produção agrícola era vendida para auxiliar nas despesas comuns e no sustento do pastor.

Há também uma circunstância interessante a ser notada acerca da construção da igreja da Forqueta: a diversidade de tons e ênfases utilizados pelo pastor Donati nas quatro fontes onde ele fornece informações a respeito desse fato. Duas delas são datadas de 1892, contemporâneas aos acontecimentos. A primeira é o registro efetuado na documentação da própria

comunidade, onde ele refere, de forma breve, que: “No mesmo ano, 1892, a igreja foi comprada da sociedade católica romana, mediante escritura particular, e no dia 3 de abril se entrou na posse dela, continuando sempre a pregação”¹⁷. Não está esclarecido, nesse texto, o motivo dessa demora de alguns meses entre a compra – que parece ter ocorrido logo após a chegada de Donati, em janeiro – e a efetiva tomada de posse, em abril. Como se disse, é um registro curto e sucinto, meramente factual. No entanto, no mesmo ano, em correspondência enviada ao jornal *El Estandarte Evangélico*, de Buenos Aires, órgão oficial da missão, Mateus Donati descreve a situação em outras cores¹⁸. Ele informa que os pioneiros da comunidade “procuravam edificar um templo perto daquele dos romanistas; a estes, isso não agradava, e então lhes venderam o deles”. Cerca de treze anos depois, em 1905, é publicada no jornal *O Testemunho*, de Porto Alegre, uma série de reportagens escritas pelo pastor João da Costa Corrêa, acima citado, pioneiro da atividade metodista em solo gaúcho. Ao relatar a situação na colônia italiana, certamente utilizando dados fornecidos por Mateus Donati, ele escreve o que segue:

A obra entre os italianos tem um templo em Alfredo Chaves, outro em Bento Gonçalves e uma pequena capela na Linha Forqueta. Os dois primeiros foram adquiridos, em parte, por meios fornecidos pela Missão e pelos membros da Igreja; a capela da Forqueta, os irmãos cotizaram-se entre si e a compraram. Era uma capela católica que durante anos servira para os cultos da Igreja Romana, que foi pelos evangélicos adquirida e consagrada ao Deus Vivo, Eterno e Imutável. Os deuses mudos foram trocados e, no seu lugar, levantado o Deus do Monte Sinai, o Cristo do Mar da Galileia e o Espírito Santo repartido em línguas de fogo em Jerusalém no dia de Pentecostes. É admirável como aqueles irmãos da Forqueta sustentam a obra. Nos fundos do templo há algumas quadras de terreno pertencente à Igreja, o mesmo é cultivado em horas vagas por eles próprios e o produto recolhido vendem e recolhem o dinheiro à administração econômica da Igreja para os devidos fins do culto¹⁹.

17 Acervo da igreja metodista de Caxias do Sul. Primeiro livro de membros da igreja metodista de Forqueta Baixa. Tradução do autor. O original está redigido da seguinte forma: *Il medesimo anno (1892) fu comprata, mediante scrittura particolare, della società cattolica romana la Chiesa, e il giorno 3 Aprile si entrò in possesso di essa, continuando sempre la predicazione.*

18 *El Estandarte Evangélico*, 1º/09/1892.

19 *O Testemunho*, 15/03/1905.

Por fim, há o relato deixado por Donati em suas memórias privadas, escritas na cidade de Gramado, na década de 1910. Ele informa que, devido a um acordo na comunidade, católicos e metodistas utilizaram durante certo tempo o mesmo templo, inclusive porque os “romanos” não tinham onde colocar seus móveis, sendo, posteriormente, indenizados. Textualmente, ele diz o que segue: “Assim, por alguns domingos celebramos cultos na Igrejinha deixando em ordem o altar, Cristo, quadros, flores, velas, confessionário, para que o padre católico pudesse servir-se deles sem nenhum incômodo” (FLORES, 1937, p. 54-55).

É curioso notar dois aspectos dessa diversidade de textos. Em primeiro lugar, quanto mais distante da região onde aconteceram os fatos, mais é acentuada no discurso a hostilidade entre os grupos evangélicos e católicos. Se, para os leitores de Buenos Aires, os católicos eram tão intolerantes a ponto de sequer quererem os evangélicos fisicamente próximos de si, os registros privados de Donati contam uma história substancialmente diferente, talvez inédita para o local e a época, consideradas as posições institucionais de parte a parte²⁰. Além disso, é de se notar que essa mesma oposição é acentuada nos discursos destinados à publicação; os relatos privados e institucionais apresentam um outro tom. Essa ênfase na oposição, naturalmente, decorre da necessidade de uma igreja com objetivos missionários e conversionistas apresentar-se como uma alternativa diferente e melhor ao meio católico circundante. No discurso, enfatizam-se certos aspectos em detrimento de outros.

Ao chegar o ano de 1893, portanto, a Igreja Metodista Episcopal tinha dois templos construídos na RCI, e já havia planos para edificações em Bento Gonçalves e Garibaldi (Conde D’Eu). No entanto, no mesmo ano, eclode a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que se estende até meados de 1895 e, em grande medida, paralisa as atividades metodistas nesse estado, praticamente confinando os pastores a suas paróquias-sede. O único acontecimento desses anos referente aos templos decorre do fato de Alfredo Chaves ter sido palco de encarniçados confrontos entre as forças oponentes. Três fontes metodistas mencionam o mesmo fato: o padre da localidade teria incitado os “soldados” a incendiar o templo metodista²¹, o que não ocorreu porque teria sido explicado que ele era de propriedade de uma sociedade missionária americana, sendo então colocada uma sentinela na sua porta para protegê-lo (ACTAS, 1895, p. 59-60; SEVENTY-SEVENTH ANNUAL REPORT, 1896, p. 44). Nas diversas fontes católicas publicadas

20 Significativamente, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 1890, vedava qualquer forma de concelebração ritual com os evangélicos (ZUGNO, 2017, p. 132-136).

21 *El Estandarte Evangélico*, 1º/05/1894.

referentes a Alfredo Chaves, não foi possível encontrar referências ao fato. Menciona-se, no entanto, que o pároco da localidade, o italiano Mateus Pasquali, de personalidade combativa, era um ardente partidário de Júlio de Castilhos, tendo inclusive pegado em armas contra os maragatos que invadiram Alfredo Chaves (ZUGNO, op. cit., p. 104). De qualquer forma, fica evidenciada aqui a capacidade dos membros da Igreja Metodista de mobilizar simpatias e forças em seu favor, mesmo num contexto turbulento.

Terminada a Revolução Federalista, retoma-se a atividade metodista. Pela primeira vez, há um relato sobre edificações em Porto Alegre, referente à reforma de um prédio alugado utilizado pela comunidade para os cultos e a escola dominical, sugerindo-se sua compra. Na Forqueta, o débito referente à aquisição de 1892 é saldado, e a comunidade, mesmo com seus recursos limitados, consegue construir uma casinha ao lado do templo para moradia do pastor Donati. Menciona-se, também, que os membros em Bento Gonçalves e Conde D'Eu pretendem “conseguir terrenos e edificar capelas” ainda naquele ano (ACTAS, 1896, p. 8-9).

4 BENTO GONÇALVES

Ao consultar o livro de protocolos da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves referente ao ano de 1897²², verifica-se que foram efetuados dois requerimentos relacionados à edificação de um templo pela comunidade metodista. O primeiro, datado de 04/09/1897, formulado pelo pastor Carlos Lazzarè, solicita “alinhamento e altura da soleira para um edifício destinado a um Templo Evangélico na Praça Floriano Peixoto, na sede desta Vila”. No segundo, formulado por “Carlos Lazzarè, Michele Cabrillo e outros”, em 11/10/1897, consta que “querendo dar início à construção do Templo Evangélico na Praça Floriano Peixoto, na sede desta Vila, pedem o nivelamento da mesma, em vista da irregularidade do solo”. Esclarece-se que a Praça Floriano Peixoto é a atual Praça Vico Barbieri (FAGGION et al., 2008, p. 13), onde está construída a Igreja Metodista da cidade, o que indica que a menção se refere ao templo atual. No relatório publicado nos Estados Unidos relativo ao ano de 1897, é mencionado o seguinte:

O Rio Grande do Sul é o estado mais meridional da república brasileira, e tem, na sua estação central, a cidade de Porto Alegre. O trabalho aos arredores é principalmente aquele dos dois circuitos no interior recentemente povoado, com dois pregadores estabelecidos respectivamente em Bento Gonçalves e Forqueta. (...) Nos circuitos do interior o tra-

22 Primeiro livro de protocolos da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (1895-1897).

balho tem prosseguido regularmente e está em pleno funcionamento sob os cuidados dos irmãos Lazzare e Donati. Em Bento Gonçalves, a pedra angular da igreja foi colocada com grande contentamento, e o evento atraiu atenção pública e simpatia para nossa causa. As congregações dos dois circuitos das montanhas são compostas principalmente de italianos que buscaram seus lares nas florestas da região subtropical, até recentemente cobertas com florestas impenetráveis (SEVENTY-NINTH ANNUAL REPORT, 1898, p. 256)²³.

Note-se que o dado relativo à colocação da pedra angular (cornerstone, no original) é compatível com os pedidos feitos à municipalidade no mesmo ano, solicitando alinhamento e definição de altura da soleira. No ano seguinte, a obra teve andamento, pois, nas atas da conferência anual, o pastor Corrêa informou ao presbítero presidente que o pastor Lazzarè – que deixaria essa comunidade em maio de 1898²⁴ – concluíra a maior parte da edificação da igreja de Bento Gonçalves, terminando a construção das paredes e colocando o teto do templo. Informou ainda que “para esta obra, contribuiu o sacrifício dos irmãos, que doaram o terreno e contribuíram de forma notável para o prosseguimento da obra, enquanto se espera a conclusão da empresa” (ACTAS, 1898, p. 42)²⁵.

A conclusão referida aconteceu logo em seguida. Ainda em 1898, ocorreu a consagração do templo; conforme relato do novo pastor, Mateus Donati, em carta datada de dezembro de 1898, a comunidade entrou nele pela primeira vez no Natal daquele ano, e são fornecidos outros dados:

Em Bento Gonçalves, estamos nos preparando para dar uma festa infantil. Os meninos e meninas da escola dominical estão preparados para recitar diálogos, sermõesinhos e hinos; teremos uma árvore de Natal, a primeira que nossas crianças terão o prazer de ver. Entraremos pela primeira vez no Templo. As meninas estão ocupadas em cortar papéis para formar bandeirinhas, flores e objetos de iluminação. Em Conde D’Eu, compramos, em nome da Missão, um terreno perto da igreja católica, para edificação de um templo evangélico. Em Alfredo Chaves, estamos coletando fundos

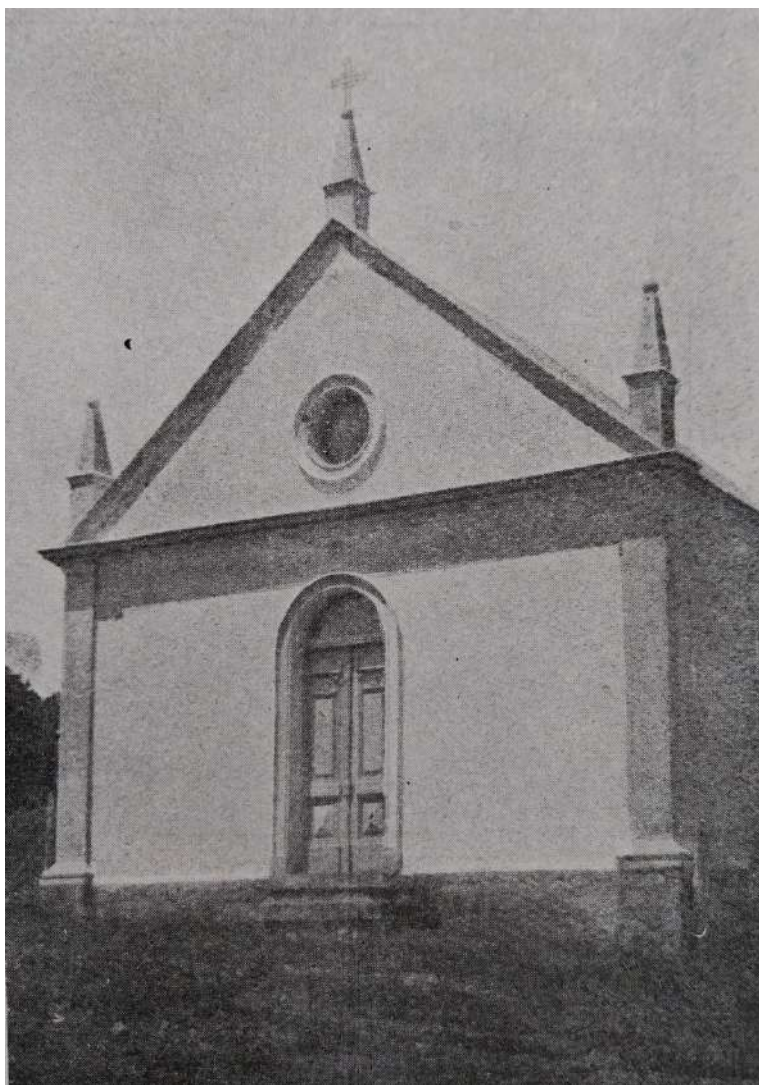
23 Tradução do autor.

24 Conforme deliberação da conferência anual da Igreja Metodista na região platina, realizada entre 31 de março e 04 de abril de 1898 na cidade argentina de Rosario, Carlos Lazzarè e Mateus Donati trocaram de posto, indo o primeiro para a Forqueta e o segundo para Bento Gonçalves, modificação efetivada em maio de 1898.

25 Tradução do autor.

para restaurar o templo, que muito necessita²⁶.

Imagem 3: Templo metodista de Bento Gonçalves, inaugurado
no Natal de 1898, em fotografia da década de 1920.



Fonte: KENNEDY, 1928, p. 249.

26 *El Estandarte Evangélico*, 12/01/1899. Tradução do autor. Interessante também é notar como a Igreja Metodista pode ter contribuído para a difusão dos símbolos natalinos anglo-saxões num contexto cultural latino.

Portanto, a atual Igreja Metodista de Bento Gonçalves foi construída entre 1897 e 1898, com notável esforço por parte dos membros da comunidade, que não apenas arcaram com a compra do terreno de seu proprietário anterior, Giuseppe Farina (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p. 445), mas contribuíram decisivamente para a construção em si, aparentemente sem auxílios externos relevantes. O templo também é de alvenaria, mas maior do que o erigido em Alfredo Chaves, com 108 m² de área²⁷. Apresentava uma porta frontal, com uma rosácea no meio da parte superior da fachada, e três janelas de cada lado, com arcadas ogivais, visíveis em fotografia datada possivelmente do pastorado do Reverendo John W. Price²⁸, entre 1904 e 1905, e na imagem da década de 1920 acima reproduzida.

De início, apenas a parte superior da fachada da igreja foi rebocada, conforme se verifica em duas imagens da cidade de Bento Gonçalves datadas dos últimos anos do século XIX e da primeira década do século XX (MESTURINI, 2014, p. 27 e 36). De acordo com os registros escritos deixados por Antonio Premaor, membro da comunidade, e o relatório do pastor Frederico Peyrot²⁹, esse trabalho de reboco foi efetuado em todo o templo no ano de 1915. Nos degraus de pedra que dão acesso ao templo, estão esculpidos um sol, ao lado direito, e três peixes formando uma esfera, do lado esquerdo.

Conforme se verifica nos relatórios acima transcritos, desde o início da década de 1890 se fala na possibilidade de edificação de um templo metodista em Garibaldi, quase sempre referida na documentação metodista pelo nome antigo de Conde D'Eu, localidade onde residiam metodistas vinculados à igreja de Bento Gonçalves, desde 1889. Em vários momentos, há referência à possibilidade de compra de terrenos nessa cidade, mas a iniciativa somente foi concretizada no ano de 1898, conforme acima relatado. No entanto, o projeto não progrediu: o relatório anual referente ao ano de 1899 fala em “surda perseguição” aos metodistas nessa localidade (AC-

27 Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Pasta sem classificação, relatório intitulado “Estatísticas do Culto Evangélico em Geral”, referentes ao ano de 1947. O templo foi reformado entre 1963 e 1964, mas, ao que tudo indica, não houve ampliação da área construída, que continua a mesma até hoje.

28 Revista Vida e Missão, edição de setembro de 1995, p. 9. Note-se que, em correspondência publicada no jornal O Testemunho em 15/12/1904, o pastor John W. Price informa que, em Bento Gonçalves, estaria “o único sino metodista do Brasil”. Não há registros no período estudado acerca desse sino ou da edificação de um campanário. No entanto, na arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, é relativamente comum a edificação de campanários de madeira, separados da capela (POSENATO, 1983, p. 329).

29 Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Livro das conferências trimestrais do ano de 1915. Frederico Peyrot era um pregador brasileiro, nascido na comunidade de Forqueta Baixa, que atendeu Bento Gonçalves no período de 1913 a 1916.

TAS, 1900, p. 40), e o pastor Donati relata que a receptividade à pregação metodista diminuiu depois da chegada, àquela cidade, de frades e freiras³⁰. Trata-se dos freis capuchinhos e das irmãs de São José de Moutiers, chegados a Garibaldi, respectivamente, em 1896 e 1898 (ZUGNO, op. cit., p. 21). O mesmo autor, citando como fonte o diário do capuchinho Frei Bernardino D'Aprémont, refere o que segue, fornecendo dados mais precisos acerca da situação aqui abordada:

Quando a pressão não era suficiente, os missionários não hesitavam em utilizar a força para barrar a presença de igrejas concorrentes. Tal aconteceu em Garibaldi, quando, em 1899, a comunidade metodista que se organizara em Bento Gonçalves iniciara a construção de um templo. A construção foi interrompida graças à pressão do pároco, Giovanni Franchetti, e dos frades sobre a população local (ZUGNO, op. cit., p. 41).

Não foi possível obter dados mais detalhados sobre o que ocorreu. De qualquer forma, Garibaldi parece ter sido o ponto de atuação mais difícil para a Igreja Metodista, numa área onde a Igreja Católica já tinha, então, uma forte presença institucional. A tentativa não sucedida de construção de um templo evidencia isso.

Em conclusão, pode-se afirmar, com base nos elementos acima apresentados, que a primeira igreja metodista no Rio Grande do Sul foi construída na sede de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, cuja construção foi concluída em 1891. Conforme informações anotadas à mão na borda superior da fotografia acima apresentada (Imagem 1), com a progressiva diminuição da comunidade, a igreja foi adquirida pela família Busato, transformada em residência particular e, posteriormente, demolida³¹. O segundo templo foi o da Forqueta, que já existia e foi comprado da comunidade católica. Essa igreja também não existe mais, em razão do desaparecimento da comunidade metodista local, motivado pelo êxodo rural³²; em dezembro de 1947, decidiu-se que o terreno e o prédio seriam postos à venda, por só residirem na localidade quatro membros da igreja, dois casais de sexagenários, sem condições de cuidar daquele patrimônio, que se deteriorava³³. O

30 *El Estandarte Evangélico*, 27/08/1899.

31 A demolição ocorreu depois de 1947, mas antes de 1961, pois o escritor veranense Mansueto Bernardi, em discurso datado de dezembro de 1961, menciona que a igreja metodista local já tinha sido demolida (BERNARDI, 1982, p. 26).

32 Acervo da igreja metodista de Bento Gonçalves. Livro de atas da conferência distrital colonial (1923-1936).

33 Acervo da igreja metodista de Caxias do Sul. Livro de atas das conferências trimestrais

terceiro foi o de Bento Gonçalves, inaugurado no Natal de 1898, em terreno comprado pela comunidade. Ao que tudo indica, anteriormente havia outro prédio, chamado de salão pelo pastor João Vollmer.

Ressalte-se que, embora a atual igreja de Bento Gonçalves não tenha sido a primeira, as duas mais antigas foram demolidas, de forma que, hoje, ela é o templo metodista mais antigo do Rio Grande do Sul. Além disso, é a única igreja metodista na região – talvez no Estado – que ostenta os traços da arquitetura da imigração italiana, uma vez que a igreja de Gramado, construída em 1932, foi demolida em 1989 (DAROS, 2006, p. 392-393), e as de Caxias do Sul (1922) e Garibaldi (1962) foram construídas em outros estilos arquitetônicos. Ela permanece como testemunho de uma época, no final do século XIX, em que, das cinco localidades de atuação metodista no Rio Grande do Sul, quatro estavam situadas na região colonial italiana, onde também estavam todos os bens de raiz de propriedade da Igreja Metodista (FLORES, op. cit., p. 72), que constituíam um patrimônio considerável: “cinco terrenos, três capelas e uma casa pastoral”³⁴.

CONCLUSÃO

O relato feito até o momento leva em conta somente os templos construídos na região colonial italiana. Isso ocorre não apenas por uma questão de corte temático, mas porque, no período em estudo, somente foram edificados templos metodistas nessa região gaúcha. A primeira igreja metodista fora da RCI seria construída em Uruguaiana, a partir de 1907, seguida pela Igreja Institucional, inaugurada em 1910 no 4º Distrito, área então periférica da capital Porto Alegre, ponto inicial da atividade metodista. A comunidade pioneira em Porto Alegre, a da área central da cidade (antiga Igreja Central e atualmente Catedral Metodista), somente contou com templo próprio em 1914, quase trinta anos depois do início da atividade (JAIME, 1963, p. 54 e 84). Os dados existentes sobre essa comunidade nas mesmas fontes acima citadas fornecem informações eventuais sobre aluguel de salões ou prédios particulares onde as atividades da igreja aconteciam. De forma ainda mais esporádica, há menções sobre o desejo de construção de um templo. Mas as referências à tomada de medidas práticas para essa construção, no período em estudo, são encontradas somente nas notícias referentes à região colonial italiana, e de forma constante.

É evidente que há fatores econômicos concretos para isso. O primeiro deles é o fato de que a membresia metodista, na década de 1890, se

(1935-1947).

34 O Testemunho, 1º/02/1906.

concentrava na RCI. Quando da entrega do trabalho para a Igreja Metodista Episcopal, Sul, no ano de 1900, praticamente dois terços dos membros efetivos da Igreja Metodista no Rio Grande do Sul viviam na colônia italiana (ACTAS, 1900, p. 68-69). Havendo mais membros, é natural que houvesse mais contribuições e mais disponibilidade financeira para edificações.

Além disso, as condições locais também facilitaram o curso dos acontecimentos. Em Alfredo Chaves, ainda sob o regime colonial, a comunidade metodista recebeu o terreno em doação. Na Forqueta, por outro lado, por se tratar de zona rural, certamente os imóveis eram de menor custo, tanto que a maior concentração de bens da Igreja Metodista é lá: o terreno onde está edificada a igreja, um lote utilizado para cultivo, o templo e a casa pastoral. Em Bento Gonçalves, já cidade, a construção de uma igreja em seu núcleo urbano demorou um pouco mais. No entanto, mesmo lá, o valor dos imóveis, com toda probabilidade, seria menor do que numa rua do centro de Porto Alegre. A comunidade estabelecida na área central da capital do estado, não obstante seu pioneirismo, tinha que encontrar um local adequado para um templo, que pudesse ser pago.

Embora se reconheça o peso desses fatores – que podem até mesmo ter sido determinantes – há outro elemento em jogo, que é a importância simbólica que a edificação de um templo possuía para a membresia metodista local na época e para a população circundante. Para tanto, é preciso refletir brevemente sobre a importância do templo físico no imaginário simbólico católico e evangélico.

Para o católico, o templo é o local fundamental do culto, é o local por excelência para se adorar a Deus, onde tomam lugar, de forma principal, os ritos e celebrações principais da liturgia, a eucaristia, a missa, onde são celebrados os casamentos e batizados. A fé e a prática religiosa têm uma ligação estreita com o templo físico, em relação ao qual estão referenciados. Essa assertiva é particularmente verdadeira em relação aos imigrantes oriundos do Norte da Itália, região da qual partiram a imensa maioria dos colonos estabelecidos na RCI. Em suas localidades de origem, a vida se desenvolvia em torno das igrejas paroquiais e, nos relatos do período anterior à emigração, são frequentes as referências às visitas dos que estão prestes a emigrar à igreja local. No Brasil, nas palavras do capuchinho Frei Bruno de Gillonay, “providenciaram imediatamente a construção de igrejas para o culto” (ZAGONEL, 1975, p. 47 e 52). Veja-se o seguinte relato, disponível na internet, a respeito da construção da primeira igreja na localidade de Caravaggio, situada no atual município de Farroupilha, localidade icônica da RCI:

Os imigrantes eram pessoas de fé e acostumados a uma vida cristã intensa. Já nos primeiros momentos em terras brasileiras, a necessidade de uma orientação espiritual tornou-se viva entre as famílias, o que só veio a acontecer cerca de um ano depois. O primeiro atendimento religioso na Linha Palmeiro, onde está localizado o Santuário de N. S. de Caravaggio, foi feito pelo Padre Domenico Antonio Munari, que veio da Itália, onde era pároco de Fastro, Município de Arsìe, BL. [...] Após isto, o atendimento passou a ser feito pelo Padre João Menegotto, que pertencia à Paróquia de Dona Isabel (hoje, Bento Gonçalves/RS). A primeira missa foi celebrada na casa de Bernardo Sbardelotto, no Morro de Todos os Santos, no ano de 1878. A segunda na casa da família Biason e a terceira na casa de Antonio Franceschet, no dia 23 de janeiro de 1879. Nesta data, Franceschet teve a ideia de levantar um oratório com a ajuda do vizinho Pasqual Pasa. Eles nunca tinham visto, na Itália, um padre celebrar uma missa fora da matriz. Ver a casa transformada em igreja não parecia certo para a maioria dos moradores. Os dois chefes de família iniciaram a construção de uma igreja em segredo. Derrubaram um pinheiro, prepararam o material e construíram um capitel de 12 metros quadrados com alpendre na entrada, que se localizava em frente ao atual cemitério de Caravaggio. A notícia se espalhou rapidamente e ganhou doações em dinheiro e mão-de-obra, transformando o oratório em capela, que comportava cerca de 100 pessoas (NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO, 2023).

Para o colono norte-italiano, é a partir da construção de um templo, local consagrado ao culto divino, que serão organizadas as demais estruturas comunitárias, como escola, cemitério, salão comunitário (ZUGNO, op. cit., p. 264-270). Para essa população católica, a existência de um templo religioso digno desse nome (igreja ou capela) é um pressuposto necessário para o correto ordenamento da vida religiosa e comunitária.

Para o protestante, o templo físico é indubitavelmente importante, inclusive como símbolo, mas seu peso relativo é menor do que no contexto anteriormente descrito. É certo que o templo é o local onde ocorre o culto, mas a devoção a Deus ocorre primordialmente na vida cotidiana: no lar, no trabalho, no estudo bíblico, na atividade social. Não é imprescindível uma igreja, ao menos de maneira imediata, para essa forma de devoção. O templo físico é um elemento mais central no culto católico, no seu imaginário e simbologia, do que no seu congêneres protestante, onde a presença da mística do ritual em um lugar consagrado é menos acentuada:

Comparado com a 'plenitude' do universo católico, o protestantismo parece ser uma mutilação radical, uma redução aos elementos 'essenciais', sacrificando-se uma ampla riqueza de conteúdos religiosos. Isso é particularmente verdadeiro no que se refere à versão calvinista do protestantismo, mas, em muitos aspectos, também se pode dizer o mesmo da Reforma luterana e até da anglicana. [...] Se observarmos mais cuidadosamente essas duas constelações religiosas, porém, o protestantismo poderá ser descrito como uma imensa redução no âmbito do sagrado na realidade, comparado com seu adversário católico. O aparato sacramental reduz-se a um mínimo e, mesmo assim, despidido de suas qualidades mais numinosas. Desaparece também o milagre da missa. [...] Simplificando os fatos, pode-se dizer que o protestantismo despiu-se tanto quanto possível dos três mais antigos e poderosos elementos concomitantes do sagrado: o mistério, o milagre e a magia (BERGER, 1985, p. 125).

Não é por outra razão que, fora dos horários de culto e demais atividades, como estudo bíblico ou escola dominical, o templo protestante permanece fechado, enquanto as igrejas católicas ficam abertas, exercendo sua função de local central da adoração a Deus.

O raciocínio acima apresentado sobre a relação entre os evangélicos e seus templos é particularmente válido no que se convencionou denominar protestantismo de missão³⁵, de origem norte-americana, onde o culto é centrado na pregação, como nas igrejas metodista, batista e presbiteriana, em detrimento de uma ritualística mais formal e preestabelecida (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 156). Por isso, também é tão comum, na história do protestantismo no Brasil, o aluguel de uma casa ou a construção de um salão, onde ocorrem os cultos e as atividades comunitárias, até que as condições sejam efetivamente favoráveis para a aquisição de uma propriedade e a construção de uma igreja. A atividade evangelizadora não exige um templo para sua consecução ou perfectibilização; depende mais da atuação de seus agentes do que da localização física.

Essa característica é muito acentuada na Igreja Metodista. Já no início do movimento metodista, os pregadores partiram para a evangelização ao ar livre, nos locais de trabalho das pessoas, ainda que essa postura pudesse ter gerado reservas iniciais nos próprios líderes do movimento:

É fato notável que os metodistas evangelizaram ao ar livre, não

35 Não se desconhece a pertinente crítica à divisão estanque entre protestantismo de missão e protestantismo de imigração, apresentada por DREHER (2002, p. 129).

nos templos. Jorge Whitefield havia iniciado essa inovação nos arredores de Bristol, em 1739. Por motivo de uma viagem projetada, Whitefield chamou João Wesley para substituí-lo nesse mister. Wesley relutou muito a aceitar tal inovação, chegando a declarar que considerava quase um pecado alguém se converter a não ser na Igreja. Mas, finalmente, consentiu em tornar-se “vil”, como escreveu no seu Diário, e foi pregar aos mineiros que saíam das minas de carvão. Assim iniciou-se uma das práticas mais típicas do metodismo, a pregação ao ar livre, o método evangelístico principal do metodismo wesleyano (REILY, 1981, p. 135).

No transplante do metodismo aos Estados Unidos, tal característica foi ainda mais acentuada, com os pregadores metodistas acompanhando, com sucesso, os grandes deslocamentos populacionais em direção ao Oeste daquele país, e aos povoados que iam se formando, numa “situação onde não havia lugares sagrados, ministros formados, nem aparato litúrgico” (MENDONÇA e VELASQUES, op. cit., p. 175). À semelhança da Inglaterra, muitas vezes as pregações aconteciam ao ar livre, para multidões, em grandes acampamentos, que se prolongavam por diversos dias. O metodismo americano, portanto, se forja de uma maneira bastante não litúrgica, e isso vai se refletir na atuação dos seus missionários no Brasil: não há restrição de lugar para a atividade evangelizadora:

O itinerante metodista do século XIX geralmente é tido como um homem que vivia na sela e que carregava no alforge três livros: Bíblia, Disciplina Metodista e Hinário Metodista. Tinha vergonha de usar um livro de culto ou ler uma oração. Pedro Cartwright, mui conhecido itinerante metodista, escreveu na sua *Autobiografia* que o povo da fronteira queria um pregador que poderia ficar em pé diante do povo e “sem manuscrito, citar, expor e aplicar a Palavra de Deus aos corações e consciências” dele. (REILY, 1981, p. 141).

Essas diferentes formas de vivenciar a experiência religiosa vão confluir na região colonial italiana, onde, como visto acima, as comunidades metodistas vão edificar seus templos em um espaço de tempo bastante curto. Tendo por base as considerações apresentadas sobre o catolicismo e o protestantismo, essa celeridade na construção de locais de culto pode, em nossa opinião, ser atribuída também a dois outros fatores, além do econômico.

O primeiro decorre do fato de os membros da Igreja Metodista na RCI, no período em estudo, serem, em sua esmagadora maioria, italianos,

originalmente católicos, recentemente convertidos ao metodismo³⁶, que continuavam vivendo em meio a seus patrícios católicos. Os pastores locais que os atendiam se identificavam muito com sua comunidade: ambos eram italianos de nascimento, emigrados para os países platinos, onde haviam se convertido à Igreja Metodista. Não obstante a mudança que a conversão possa ter efetuado na percepção de mundo e nas referências das pessoas, é evidente que não houve um descolamento total de todos os referenciais anteriores. Por mais rupturas que a experiência migratória possa ter causado nas pessoas, o seu mundo local continuava cheio de referências às localidades de onde tinham partido na Itália, e à forma como sua vida era estruturada lá. Para essas pessoas, um templo continuava a ser importante para a vida religiosa, e isso se comprova pelo empenho com que eles comprovadamente se esforçaram para tê-los, mesmo sendo poucos numericamente, estando relativamente dispersos na RCI, e com pouco ou nenhum auxílio da Missão.

Observe-se, como reforço a essa argumentação, que os templos metodistas acima citados não se distinguem, externamente, de templos católicos lá construídos na mesma época. Somente em uma publicação, referente à arquitetura religiosa da antiga Colônia Conde D'Eu, é possível encontrar pelo menos três igrejas católicas interioranas que são bastante semelhantes às igrejas metodistas construídas na RCI na década de 1890: Capela São Caetano, na Linha Presidente Soares, datada de 1902; Capela Imaculada Conceição, na Linha Noventa, datada de 1911, e a Capela São Roque, da Linha Azevedo Castro, edificada entre 1904 e 1906 (TONET e TONET, 2013, p. 131, 183 e 214).

O segundo aspecto pode ser considerado simbólico-estratégico. A Igreja Metodista chega ao Brasil com objetivos claramente conversionistas, objetivando atrair novos adeptos entre a população católica, considerada praticante de uma forma de cristianismo conspurcada e ilegítima (MESQUIDA, 1994, p. 110-117). Dentro desse processo, onde a atividade missionária foca nas características da população local, um templo físico pode ser algo útil para atrair as pessoas, chamar a atenção delas e minimizar as potenciais diferenças que poderiam ser consideradas negativas para essa aproximação inicial. Afinal, a posse de um templo, para a população local, é indubitavelmente um fator de prestígio, particularmente um templo em

36 Parte dos membros fundadores da igreja de Bento Gonçalves tinha tido contato com a pregação valdense na Itália, alguns anos antes de sua vinda ao Brasil, mas eram originalmente católicos. Quanto aos valdenses italianos do Piemonte estabelecidos na Forqueta, eram cinco pessoas, três deles homens que imigraram solteiros, casados com mulheres italianas, de origem católica.

alvenaria, em uma época onde boa parte das igrejas ainda era construída em madeira. A motivação que impeliu as comunidades metodistas serranas a projetos de construção e aquisição, portanto, não se satisfiz com soluções provisórias. Os recém-chegados mostravam a que vinham.

REFERÊNCIAS

- ACTAS de la Tercera Reunión de la Conferencia Anual de Sud America de la Iglesia Metodista Episcopal. Buenos Aires: Imprensa Evangélica, 1896.
- ACTAS de la Cuarta Reunión de la Conferencia Anual de Sud America de la Iglesia Metodista Episcopal. Buenos Aires: Imprensa Evangélica, 1896.
- ACTAS de la Sexta Reunión de la Conferencia Anual de Sud America de la Iglesia Metodista Episcopal. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1898.
- ACTAS de la Octava Reunión de la Conferencia Anual de Sud America de la Iglesia Metodista Episcopal. Buenos Aires: Imprensa Evangélica, 1900.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- BERNARDI, Mansueto. *Colônias e colonizadores*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1982.
- BRASIL. Constituição do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 15 jun. 2024.
- BRASIL. Código Penal do Império do Brasil de 1830. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 15 jun. 2024.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.
- DAROS, Marília. *Grãos: Coletânea Histórica*. Porto Alegre: Edição da autora, 2006.
- DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermond: Seu Tempo – Suas Obras*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.
- _____. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- EIGHTY-SECOND ANNUAL REPORT of the Missionary Society of the

- Methodist Episcopal Church for the year 1900. New York: [s.n.], 1901.
- FAGGION, Carmen Maria et alii. *Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização*. In: MÉTIS: História & Cultura – v. 7, n. 13, p. 277-298. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.
- FLORES, João do Prado. *A História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.e.], 1937.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil – Um estudo de caso*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.
- JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.
- KENNEDY, James L. *Cinquenta Anos de Metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MESTURINI, Janquiel. *CIC 100 anos: o espírito de uma sociedade*. Bento Gonçalves: CIC Bento Gonçalves, 2014.
- NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_de_Caravaggio>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- PIMENTEL, Gaspar. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico do Município de Alfredo Chaves*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.
- PIQUINELA, José Alberto. *Historia del protestantismo en el Uruguay 1808-1880*. Montevideu: Central de Impresiones, 2007.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1983.
- REILY, Duncan Alexander. *Metodismo Brasileiro e Wesleyano*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1981.
- _____. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.
- SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil – Volume I: Dos primórdios à Proclamação da República (1835 a 1890)*. Rio de Janeiro: Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1982.
- SEVENTY-THIRD ANNUAL REPORT of the Missionary Society of the Methodist Episcopal Church for the year 1891. New York: [s.n.], 1892.

- SEVENTY-FOURTH ANNUAL REPORT of the Missionary Society of the Methodist Episcopal Church for the year 1892. New York: [s.n.], 1893.
- SEVENTY-SEVENTH ANNUAL REPORT of the Missionary Society of the Methodist Episcopal Church for the year 1895. New York: [s.n.], 1896.
- SEVENTY-NINTH ANNUAL REPORT of the Missionary Society of the Methodist Episcopal Church for the year 1898. New York: [s.n.], 1899.
- TONET, Charles; TONET, Tânia. *Perto das Estrelas: Registro da memória arquitetônico-religiosa na antiga Colônia Conde D Eu: igrejas, capelas, capiteis e grutas*. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.
- TOURN, Giorgio. *I Valdesi. La singolare vicenda di un popolo-chiesa*. Torino: Claudiana, 2000.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório. Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Porto Alegre/Santa Maria: Editora da UFRGS/Editora UFSM, 2001.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e Imigração Italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.
- ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul: presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre, ESTEF, 2017.

Recebido em: 19/06/2024

Aceito em: 22/11/2024

LETTERATURA E STORIA DEI COLONI VENETI IN BRASILE NELL'OPERA DI DON PORRINI PADRE CARLISTA

LITERATURE AND HISTORY OF VENETIAN COLONISTS IN BRAZIL IN THE WORK OF DON PORRINI, A CARLIST PRIEST

Emilio Franzina¹

Per quanto non dominante all'interno della letteratura storiografica dedicata in via generale alla Chiesa cattolica di fronte alle migrazioni nei secoli XIX e XX – quando, com'è stato spesso notato da Matteo Sanfilippo, già quella relativa ai secoli precedenti poteva apparire per documentazione “di tutto rispetto sin dal Medioevo”² – la sezione degli studi sugli emigranti italiani e gli ordini missionari dediti alla loro cura fra Otto e Novecento (in particolare salesiani e scalabriniani nonchè, per molti versi “a parte”, bonomelliani) occupa uno spazio a sè non solo in rapporto al carisma dei fondatori o agli intendimenti e agli scopi delle nuove congregazioni, bensì pure per come illustra e analizza l'azione di quanti ne furono a diverso titolo i maggiori protagonisti anche a prezzo di sacrificare, confinandoli sovente sullo sfondo, la maggior parte dei loro comprimari³.

Una postura, questa, scontata se si vuole e che consegue dal comprensibile desiderio di prestare la debita attenzione ai ruoli di vertice, ma che rischia anche di lasciare alquanto in ombra i profili spesso interscambiabili di molti personaggi soltanto in apparenza di complemento mentre in realtà furono forse quelli che più di tutti risultarono impegnati all'estero “sul campo”. Una simile circostanza benché risponda all'inaggrabile compito di descrivere l'impatto e di esaminare gli effetti ad alto livello dell'opera missionaria, ad esempio per le relazioni tra Santa Sede e diversi Stati nazionali oppure in seno allo stesso organismo ecclesiastico fra missionari italiani e diocesi e vescovi dei paesi di accoglienza⁴, non può non incidere sulla costruzione di una immagine che si preferirebbe completa delle per-

1 Ex-professor de História Contemporânea na Universidade de Verona.

2 Matteo Sanfilippo, *Breve storia del cattolicesimo degli emigranti*, in Treccani on line 2011 e Idem, *L'emigrazione nei documenti pontifici*, Todi, Tau Editrice, 2018.

3 Roberto Sani, *La Santa Sede e l'emigrazione italiana all'estero tra Ottocento e Novecento. Tra esigenze pastorali e impegno per la preservazione dell'identità nazionale*, Roma, Studium, 2021.

4 Per un esempio recente si veda Jair José dos Santo Junior, *Una intesa vincente. La Santa Sede davanti al nuovo ordine politico sociale in Brasile (1889-1945)*, Tesi di Dottorato presso la Scuola Normale Superiore di Pisa (Corso di perfezionamento in storia, 34° Ciclo) rel. Daniele Menozzi, aa. 2022-2023.

sonalità e della mole di lavoro di tanti sacerdoti trovatisi a svolgere alla base ossia, secondo suol dirsi, “dal basso”, come e più che in patria, funzioni non tanto o soltanto di leader religiosi quanto di organizzatori, di mediatori e di custodi dei valori delle comunità immigratorie italiane soprattutto nelle fasi iniziali della loro esistenza.

La somiglianza per non dire l'equivalenza tra le figure dei preti e dei parroci “in servizio” nell'Italia rurale specie di certe regioni e i loro omologhi in missione nelle enclaves etniche delle città e dei centri industriali degli Stati Uniti o del Canada appariva sin dall'inizio ancora più evidente nelle situazioni caratterizzate, come per esempio in buona parte dell'America Latina e soprattutto in Brasile, da un persistente assetto “coloniale” agricolo di quasi tutti gli insediamenti e, specialmente a San Paolo, da una prevalente economia di piantagione ovvero da condizioni ambientali che si riprodussero piuttosto a lungo invariate dovendosi nondimeno misurare ovunque, sin quasi dall'inizio, con le sfide di una modernità incipiente e segnalata, se non altro, dal progressivo avvicinarsi di bollettini e di riviste, di fogli e di foglietti e persino, a buon punto, di settimanali e di quotidiani di cui la stampa clericale di fine Ottocento aveva fornito, in Italia, il modello.

Volendo affrontare in sintesi la trentennale esperienza politica e pastorale di uno scalabriniano come Carlo Porrini, prete e pubblicista in Brasile, tra la fine della Republica Velha e l'avvento dell'Estado Novo ossia dal 1906 al 1937, non potevo non interrogarmi sulla valenza esemplare di figure come la sua sia dal lato appunto giornalistico sia poi anche sul versante della vita di ogni giorno trascorsa da sacerdote prima nel Rio Grande do Sul e poi a San Paolo in varie località per lo più sul punto d'essere incorporate, tra le due guerre, nell'area urbana o suburbana dell'immensa metropoli paulista. Non era la prima volta che a incuriosirmi e ad attirarmi erano le vite, spesso dimenticate, di quelli che usiamo definire soggetti “minori” in cui, per rimanere nell'ambito giusto e a me più congeniale, m'era capitato d'imbattermi o dei quali mi era successo anche solo d'aver sentito parlare presso il Centro missionario degli scalabriniani di Bassano e nel territorio diocesano di Vicenza da cui molti di loro erano usciti.

Anche trascurando preti pionieri e precursori come il vicentino Domenico Mantese, parroco di Poianella di Bressanvido e il più celebre bassanese Pietro Colbachini, tra i primi ad assecondare a fine Ottocento l'iniziativa di mons. Scalabrini⁵, oppure, a noi più vicini nel tempo (e nel mestiere

5 Su di lui cfr. Giovanni Terragni, *Pietro Colbacchini con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901. Corrispondenza e scritti*, Napoli, Grafica Elettronica, 2016, Roberto Sani, *Per conservare la fede dei padri. La guida spirituale per l'emigrato italiano nell'America del sacerdote scalabriniano Pietro Colbachini*, Milano, Franco Angeli, 2020 e Fabio Luiz Machioski e Diego

di storico) confratelli come l'arzignanese Mario Francesconi - che oltre ad aver scritto opere monumentali e fondamentali su Scalabrini e sugli scalabriniani aveva alle spalle una piccola epopea familiare di emigrazioni in Europa e in Brasile da lui stesso raccontate "a memoria"⁶ - a colpirmi era stata ad esempio, anni fa, la storia più recente di Leone e Tarcisio Criveller due missionari originari di Consiglio, una frazione di Casale sul Sile in provincia di Treviso, rispettivamente zio e nipote a lungo attivi nelle stesse zone in cui prima di loro aveva operato in Brasile padre Porrini. Sepolti oggi nello stesso cimitero di São Bernardo do Campo (SP), essi erano vissuti, "sulle tracce l'uno dell'altro"⁷, il primo (1910-1983) quasi ricevendo il testimone appunto da don Porrini, il secondo (1949-2014) raccogliendo invece, dopo un intervallo d'una ventina d'anni, l'eredità dello zio suo predecessore al culmine d'una girovaganza missionaria in molte zone del Brasile dov'era giunto non ancora trentenne nel 1978.

Leone, nato nel 1910, era stato nel suo paese tra i fondatori del circolo locale dell'Azione cattolica. Dopo la formazione scalabriniana a Bassano e a Piacenza, era però partito per l'America nel 1936, a trent'anni di distanza dall'arrivo qui di Porrini e, completati due anni di servizio nella parrocchia gaúcha di Guaporé, nel 1939 era stato destinato "in via provvisoria" all'Istituto Cristoforo Colombo di San Paolo dov'era invece rimasto poi a lavorare come educatore per il resto della sua esistenza morendovi infatti nel 1984 e venendo onorato post mortem dalle autorità municipali pauliste, forse su iniziativa di alcuni ex allievi, con l'intitolazione alla sua persona di una via della città nel bairro residenziale del Jardim Sapopemba (Rua Irmão Leão Criveller).

Anche Tarcisio dopo il suo ricordato arrivo in Brasile nel 1978 aveva iniziato una classica trafila missionaria nel planalto riograndense a Passo Fundo, servendo poi nelle comunità parrocchiali di Encantado, Sarandí e Vila Nova (a Porto Alegre), ma spostandosi pure a Corumbá (Mato Grosso do

Gabardo, *As trajetórias de Pietro Colbacchini e Francesco Bonato: dois missionários vênets na região de colonização italiana do Paraná*, in Alexandre Karsburg, Máira Ines Vendrame, Deivy Carneiro (Org.), *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*, São Leopoldo, Oikos, 2021, pp. 563-581.

6 Si veda *Vita romana. Il diario di Mario Francesconi (1938-1942)*, introduzione e cura di Veronica De Sanctis,

Biobibliografia a cura di Matteo Sanfilippo e Giovanni Terragni, Roma, Istituto Storico Scalabriniano, 2022, pp. 135-145.

7 Tolgo l'espressione e molte delle sottostanti informazioni da un articolo (*In Brasile tra i migranti: la memoria viva di zio e nipote, missionari scalabriniani*) comparso il 29 ottobre 2015 sul foglio cattolico di Treviso "Vita del Popolo" a firma di Gianni Criveller, classe 1961 e con ogni probabilità lui stesso parente o compaesano dei biografati, ma soprattutto missionario del Pime e sinologo di fama internazionale.

Sul) e a Curitiba (Paraná) per poi tornare quale educatore di nuovo a Passo Fundo e quindi a Guaporé e a Caxias do Sul sostanzialmente sempre in zone ancora venetofone della Encosta Superior da Serra do Nordeste nella Região Colonial Italiana (RCI) prima di approdare infine a San Paolo, a propria volta in veste di formatore, presso il Seminario teologico Giovanni XXIII dove negli ultimi mesi di vita aveva anche assunto l'incarico di direttore spirituale.

Per una *consecutio temporum* di grado senz'altro casuale, ma ugualmente significativa, le parabole missionarie in Brasile dei due Criveller seguivano dunque quella di Carlo Porrini nato in provincia di Varese a Casorate Sempione nel 1883 in una famiglia numerosa e alquanto devota (su nove fratelli altri due, oltre a lui, Silvio e Piero entrambi salesiani, scelsero la via del sacerdozio). I primi studi li compì da ragazzo all'estero fra il 1894 e il 1900, probabilmente al seguito dei genitori o di altri familiari emigrati nel Principato di Monaco perfezionando poi per due anni un percorso, non solo scolastico, svolto a Verona fra i Comboniani della Congregazione dei Figli del Sacro Cuore di Gesù, notoriamente impegnati come missionari in Africa Centrale. Nel febbraio del 1903, tuttavia, entrò a far parte della Congregazione fondata da mons. Scalabrini emettendo nelle sue mani la propria professione religiosa poco prima della partenza del prelado per una celebre e impegnativa visita nelle zone d'immigrazione italiana del Brasile e ricevendo l'ordinazione sacerdotale nel dicembre del 1905 sei mesi dopo la scomparsa del grande vescovo che procurò, com'è noto, un notevole sbandamento fra tutti gli scalabriniani portando nel 1910 al cambio anche del nome del loro Istituto trasformato in Pia società dei missionari di San Carlo.

Nell'ottobre del 1906, nondimeno, Porrini partì anch'egli, come missionario, per il Brasile dove dal mese successivo divenne collaboratore a Encantado, nel Rio Grande do Sul, di padre Massimo Rinaldi, futuro vescovo e uomo di spicco della Congregazione. Scrivendo di lui nel marzo del 1907 ai suoi compagni d'Istituto rimasti a Piacenza, dopo pochi mesi di permanenza al nuovo mondo Porrini parlava anche di sé e delle prime impressioni provate in colonia usando un linguaggio spigliato ed efficace:

Carissimi confratelli, stanco per il lungo viaggio a cavallo da una escursione nel ministero – diceva - mi pongo a scrivervi due righe mentre il caro padre Massimo fa pasticci in cucina [...]. La mia vita eccola in brevi parole. Girare di Cappella in Cappella, predicare, confessare ecc. Mai senza lavoro, finito uno ne sottentra un altro. Il P. Massimo è un apostolo infaticabile [...]. Qui a Rio Grande do Sul un prete di vero zelo ha da lavorare molto e senza posa. La popolazione dell'Encan-

tado è buona, anzi molto buona e religiosa: ha una grande stima dei nostri missionari [...]. Nel predicare non occorrono grandi sermoni, sublimi squarci oratori: il popolo non comprende, fate sempre e poi sempre il catechismo ai piccoli e ai grandi e il popolo, istruitosi, sarà più buono. Qui manca l'istruzione non dico religiosa, ma anche civile: povera gente che abita nel bosco, che volete che sappia. Tocca al prete nella sua partita far sacrifici per istruirli....⁸.

La descrizione fornita sulla “mancanza delle comodità della vita” rimarrà a lungo canonica e ancora più tardi, sull'aprirsi degli anni '20, ci sarà più d'uno, fra i missionari, che ne ricalcherà la trama come del resto le orme⁹, alimentando quello che a ragione sarebbe stato chiamato più tardi il “mito del padre” fra i discendenti dei coloni¹⁰, anche se poi da Encantado Porrini venne pressochè subito invitato a spostarsi altrove già nell'aprile del 1907. Ancora in veste di cooperatore, dunque, egli fu trasferito a Nova Basano onde aiutare il titolare della parrocchia locale, padre Giovanni Costanzo, a cui in seguito rimarrà sempre legatissimo. Nel marzo del 1910 ricevette invece l'incarico di prendersi cura, di nuovo come ausiliario, della comunità cattolica italiana di Capoeiras (poi Nova Prata nel distretto di Alfredo Chaves, futura Veranópolis) a fianco di don Antonio Seganfredo (1851-1913), figlio di emigranti giunti con lui ragazzo in Brasile da Mason Vicentino e già “padre laico” prima di essere ordinato sacerdote a Piacenza da mons. Scalabrini nel 1895, ma che era in quel periodo debilitato dai troppi impegni e afflitto da una ingrediente infermità¹¹: nel maggio dello stesso 1910 dovette per ciò subentrargli nel ruolo di parroco mantenendolo sino al 1914 quando di ritorno da un breve periodo di permanenza in patria assunse lo stesso compito a beneficio della nuova comunità pratense di Bella Vista (l'odierna Fagundes Varela). Solo dopo altri quattro anni, tuttavia, e cioè nell'aprile del 1918, Porrini giunse finalmente, da sacerdote e di persona, a Bento Gonçalves, il centro più importante della RCI dopo Caxias do Sul e sede di vari giornali, dapprima in qualità di coadiutore del parroco locale ma poi anche di direttore del “*Corriere d'Italia*” (CdI) essendo succeduto nel 1917 a padre Giovanni Costanzo alla guida di questo giornale sempre più impegnato

8 Lettera del M.R.P. Carlo Porrini ai suoi compagni nell'Istituto di Piacenza, in “L'Emigrato italiano in America” giugno 1907, n. 6, pp. 99-100.

9 P. Aneto Bogno, *Tra gli emigrati italiani a Rio Grande del Sud (Brasile)*, in “L'Emigrato italiano in America” ottobre-dicembre, 1922, n. 4., pp. 4-10.

10 Vania Beatriz Merlotti, *O mito do padre entre descendentes italianos*, Caxias do Sul, EST/UCS, 1979.

11 Sarebbe infatti morto tre anni più tardi a Porto Alegre dopo un provvisorio ritorno in Italia e dopo aver retto per poco più di un anno la parrocchia di Nova Vicenza (la futura Farroupilha).

nella difesa delle ragioni dell'Italia in guerra.

Anagrafe religiosa e militante a parte, l'approdo nella nuova località era stato come il coronamento, per Porrini, di un'attività ormai annosa non solo d'ordine pastorale quanto, e sia pur a sua integrazione, di natura eminentemente politico giornalistica¹² iniziata nel 1914 appunto con la collaborazione all'intraprendente "Settimanale illustrato per la Colonia Italiana", com'era sottointitolato il CdI, giusto un anno prima del suo acquisto da parte degli scalabriniani. Da una intesa stretta infatti tra i padri Rinaldi, Preti e Costanzo¹³ e alcuni sacerdoti "secolari" (a cominciare dal parroco di Bento Gonçalves don Enrico Poggi che non era ancora, all'epoca, membro della Pia società appartenendo al clero diocesano riograndense¹⁴), ma anche

12 Che inverava peraltro una nota "direttiva" scalabriniana tesa a interpretare l'impegno nell'arena pubblicistica e nella stampa periodica e quotidiana come un complemento essenziale dell'insegnamento scolastico e della predicazione missionaria costituendo i giornali una sorta di "prolungamento del maestro e del missionario" in opere capaci di penetrare nelle famiglie degli immigrati rurali con messaggi adeguati ai compiti educativi e volti a migliorare la vita agricola e cristiana così "compensando a falta de pastoral direta" (Carlos Albino Zagonel, *Igreja e imigração italiana*, Porto Alegre, EST, 1975, p. 204, ma cfr. poi Luis Fernando Beneduzzi, *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*, Porto Alegre, Edipucrs, 2008).

13 Per i profili loro e di altri loro confratelli (Cavigliolo, Carchia, Medicheschi ecc.) cfr. per comodità Redovino Rizzardo, *Carlistas no Rio Grande do Sul*, EST e CEPAM, Porto Alegre, 1981, pp. 27-49.

14 Ricordando un incontro di circa 30 fre religiosi e secolari di tutte le colonie italiane del Rio Grande do Sul avvenuto nel 1912 su iniziativa appunto di don Enrico Poggi che lo aveva promosso assieme al proprio segretario, il genovese padre Stefano Minetti, per discutere una vasta gamma di problemi locali, Porrini, relatore sul tema della stampa (complicato nel 1911 dalla nascita a Vila Garibaldi di un foglio trentino intitolato "Il Colono Italiano", presto filo austriaco) pose le basi per gli sviluppi che avrebbero portato di lì a poco alla nascita del nuovo giornale, cfr. Carlo Porrini, *I Missionari Scalabriniani e la Stampa italiana in Brasile*. Rio Grande do Sul e San Paulo, Dal Santuario di Rivergaro (PC) 13-16 Gennaio 1951, ds. in Archivio Generale Scalabriniano, Roma (Ringrazio padre Giovanni Terragni per avermi segnalato questo importante memoir da lui dattiloscritto seguendo l'originale): "In Bento Concalves – annotava quarant'anni più tardi Porrini – lo scrivano Giulio Lorenzoni di Marostica [sic] aveva fondato un giornale "O Bento Gonçalves". Dopo due anni il settimanale navigava in male acque. Bento Consalves la cittadina capitale morale delle colonie italiane, come Caxias era la perla e la capitale industriale, meritava avere una stampa che più la rappresentasse degnamente. Padre Enrico Poggi, parroco zelantissimo, che aveva occupato la parrocchia in tempi nefasti, amantissimo della buona stampa già nella sua Liguria, non poteva vivere senza un buon giornale. Già aveva lanciato un bollettino parrocchiale in onore di S. Antonio. Glielo dirigeva dalla lontana Caporeiras, l'attuale Plata, il missionario Scalabriniano Padre Carlo Porrini. Questo bollettino si era diffuso per le parrocchie e portava nelle famiglie un buon vangelo con alcuni spuntini e notizie. Ma Padre Poggi trovò troppo misero il bollettino: voleva un giornale. L'aveva nella parrocchia ma non era suo. Egli aveva sempre tenuto d'occhio quel foglio, perché in mano nemica avrebbe potuto essere un'arma pericolosa. Pensò di comprarlo. Detto, fatto. "Bento Consalves" cessava la sua pubblicazione. Usciva al suo posto in veste nitida,

in seguito a una complessa operazione di compravendita benedetta in Italia dai vertici scalabriniani e a Porto Alegre anche dallo stesso nuovo vescovo della città, il teutobrasiliano non sempre filotedesco mons. João Batista Becker, fra il dicembre del 1915 e il gennaio del 1916, dopo due anni di vita indipendente, la già influente testata del CdI era passata sotto il diretto controllo delle gerarchie ecclesiastiche più vicine all'“*Italica Gens*”¹⁵ e sempre più impegnate in un'opera educativo scolastica tutta “italiana”¹⁶. Scelto da esse “come quello che meglio corrisponde[va] alla nobile missione e patriottica”¹⁷ dei frati scalabriniani anche per contrastare la componente massonica assai forte a Porto Alegre nella redazione di un altro foglio anch'esso “patriottico” ma laico (il periodico “*Stella d'Italia*” vicino al Consolato del Regno¹⁸ nonostante al suo esordio si fosse rivelato scontento dell'operato di Enrico Ciapelli che lo reggeva e fatto poi spesso oggetto di critiche corrosive proprio da parte dei missionari¹⁹), il giornale, di cui Porrini avrebbe assunto la

bello e fiero “*Il Corriere d'Italia*” con un programma italiano e cattolico. Redattore e capo Padre Stefano Minetti, una penna brillante e valorosa. Il nuovo settimanale guadagnò subito la stima e la simpatia di tutti ed entrò nelle case non solo dei buoni, ma anche di coloro che erano lontani dall'idea religiosa, portandovi un bel raggio di fede. I missionari di S. Carlo non abbandonarono il “Colono”, ma non fecero brutto viso al nuovo arrivato: “*Il Corriere*”.

15 Dal 1911 al 1913 già oggetto per il suo nazionalismo (cfr. Ranieri Venerosi, *La coscienza nazionale fra gli emigrati italiani*, in “*Italica Gens*” 1911, nn. 8-9, pp. 297-300, ma in prospettiva storiografica specie Gianfausto Rosoli, *La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano, 1909-1920*, ne “*Il Veltro*, 1990, nn. 1-2, pp. 87-100) degli strali o almeno delle critiche dei cappuccini francesi ancor prima del loro avvicinamento alle posizioni del restante clero filogermanico (cfr. Bernardim D'Apremont e Bruno Gillonay, *Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul*, ISBIEP e EST Editoras, Caxias do Sul e Porto Alegre, 1976, pp. 81-98). Per l'arrivo nel Rio Grande do Sul a fine secolo XIX dei frati cappuccini di Savoia su invito del vescovo di Porto Alegre Claudio José Gonçalves Ponce de Leão intenzionato a emancipare gli immigrati italiani dall'assistenza religiosa dei gesuiti tedeschi o di altri ordini filogermanici, cfr. Carlos Albino Zagonel, *Igreja e imigração italiana*, EST Sulina, Porto Alegre, 1975, pp. 123-154.

16 Terciane Ângela Luchese, *Imprensa católica-etnica na Região Colonial Italiana (RCI)*, RS: embates e consensos em prol da educação in Luchese et alii (Orgs), *Migrações e História da Educação: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional*, EDUCS, Caxias do Sul, RS, 2021, pp. 241-279.

17 Enrico Preti a Massimo Rinaldi, Guaporé 1 dicembre 1915, in Archivio Generale Scalabriniano, Roma, ED, 01,07, Fasc. 12 (sul “*Corriere d'Italia*” e gli scalabriniani riograndensi cfr. Rioldo Azzì, *A Igreja e os migrantes*, vol. II. *A fixação da imigração italiana e a implantação da obra scalabriniana no Brasil (1904-1924)*, São Paulo, Paulus, 1987, pp. 271 e ss. e Idem, *Fé e italianidade: a atuação dos Escalabrinianos e dos Salesianos junto aos imigrantes*, in Luis Alberto De Boni (org), *A presença italiana no Brasil*, volume II, Torino Fondazione Giovanni Agnelli e Porto Alegre Escola Superior de Teologia, 1990, pp. 70-71.

18 Cfr. Alberto Barausse, *Entre religião e pátria: a Italica gens e o desenvolvimentos das escolas étnicas e a língua italiana no Brasil meridional nas primeiras décadas do século XX*, in Luchese et alii (orgs), *Migrações e História da Educação*, cit., pp. 133-171.

19 Come padre Giovanni Costanzo che l'aveva spregiativamente definita una volta “*Stella d'Italia*” in fiera polemica con i suoi estensori rei di far parte della massoneria locale ossia

direzione nel 1917 aumentandone in breve la tiratura, gli abbonamenti e le vendite (passate con lui da ottocento a tremila copie settimanali) e che sarebbe vissuto ancora per una decina d'anni, diventò ben presto una sorta di portavoce degli ambienti cattolici dell'immigrazione italiana più favorevoli all'intervento e poi alla guerra contro l'Impero Austro Ungarico²⁰ di cui erano rimasti tuttavia sudditi fedeli (e anche, secondo Renzo Grosselli, molto "felici"²¹) parecchi coloni tirolesi ossia gli immigrati trentini del pari insediati in varie zone e cittadine della stessa regione, Bento Gonçalves inclusa.

La storia delle sue origini che dovrebbero esser fatte risalire, in prima battuta al 1912, e poi della sua nascita, poco o mal conosciuta anche dagli storici locali che pure se ne sono talvolta occupati, fu riassunta nel modo che s'è visto da Porrini memorialista cambiandone presto la vita. Il suo debutto giornalistico vero e proprio e le prove concrete d'apertura da lui fatte al CdI rimontavano comunque, con ogni probabilità, all'inizio del 1914 se, come pare, suoi erano stati alcuni articoli firmati allora con lo pseudonimo di Italicus e benchè il suo nome fosse comparso, espressamente per la prima volta e in calce a una lunga lettera spedita dall'Italia, solo nel giugno dello stesso anno²². Di qualche tempo più tardi sono invece i resoconti che danno notizia del rientro in Brasile - e anche di un suo sintomatico passaggio per Bento Gonçalves - di Porrini assieme a un nuovo missionario di San Carlo giunto con lui in quella occasione dall'Italia ovvero padre Francesco Carchia, suo quasi coetaneo e pugliese d'origine, che era stato giovane canonico della cattedrale di Lucera e che prima di ridursi per propria scelta allo stato laicale (nel 1918) avrebbe esercitato con zelo il ministero in colonia durante l'intero quinquennio bellico in varie sedi (prima come ausiliario a Santa Teresa, Monte Belo, Encantado, Guaporé, e poi come parroco a Capo-

Adelchi Colnaghi e Gino Battocchio col quale ultimo lo scalabriniano peraltro condivideva, a Encantado, lo stesso ruolo di agente consolare del Regno. Costanzo per il suo vivace temperamento si trovò spesso in contrasto con altri connazionali di riguardo come il giovane agronomo Celeste Gobbato già subito dopo il suo arrivo da Treviso a Caxias nel 1912.

20 Cfr. Lino Alan Ribeiro da Luz Dal Prá, *Do colonialismo ao fascismo: religiosidade e nacionalismo a partir da análise do Il Corriere d'Italia (Bento Gonçalves/RS 1913 – 1927)*, Tesi di laurea, Porto Alegre, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

21 Cfr. Renzo Maria Grosselli, *Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II*, Provincia Autonoma di Trento 2008 (1ª ed. Porto Alegre, EST, 1999).

22 Il primo pezzo firmato da Porrini pare essere stato in effetti il resoconto di una visita da lui fatta in Emilia ai genitori e a una sorella del dottor Bartolomeo Tacchini, un "medico di rara capacità chirurgica" che esercitava la professione a Bento Gonçalves (*Il Dott. B. Tacchini (Lettera dall'Italia). Casorate Sempione maggio 1914*, in CdI, 19 giugno 1914); nello stesso numero, siglato Italicus e in occasionale sintonia con le congratulazioni per il suo contenuto fatte dall'Agente consolare Gino Battocchio, assiduo collaboratore della laica (e secondo gli scalabriniani anche massonica) "Stella d'Italia", figura l'assai nazionalistico articolo *Bento Gonçalves. Bella affermazione di italianità*.

eiras (Nova Prata) e a Protasio Alves):

I nostri lettori - spiegava una nota anonima forse di don Poggi - conoscono abbastanza il P. Porrini perchè noi dobbiamo farne la presentazione. Il P. Carchia [invece] giovane intelligente e dotto è un abile collega in giornalismo militante per le colonne del "Corriere d'Italia" di Roma. Ambedue i reverendi sacerdoti hanno promesso di aiutarci nella redazione del caro settimanale nostro e noi saremo ben lieti di porgere ai lettori le loro interessanti corrispondenze.... auguriamo loro tutti i frutti desiderati nella missione di apostolato cristiano che vanno intraprendendo nelle nostre ospitali colonie.²³

L'auspicio trovò presto convalida nel crescente favore con cui i lettori mostrarono di voler accogliere e intesero anche premiare il dinamismo espositivo di padre Porrini che avrebbe presto cominciato a godere di una sua notorietà personale e cioè di quella lusinghiera fama di avvincente narratore guadagnatagli dall'abilità con la quale provvedeva a imbastire e a compilare per il CdI, quasi a ogni numero, dei racconti intestati a un popolano dialettologo di mezza età, prototipo dell'immigrato contadino operoso, propositivo e pio - una sorta di Bertoldo veneto brasileiro, ma devoto e osservante - ribattezzato Masticapolenta, sulle gesta e sulle traversie dei coloni lombardi, "tirolesi" e veneti della "gran città di Cuccagna" alias della vasta RCI.²⁴ La "Pagingetta del colono" che li conteneva di solito in seconda pagina e che immancabilmente iniziava in tono colloquiale ("Cari amici che leggete il *Corriere d'Italia*") risultava spesso trascinate²⁵.

23 *Corriere dello Stato (Corrispondenze del Corriere d'Italia)*. In *missione*, CdI, 2 ottobre 1914 (il "Corriere d'Italia" romano citato nell'articolo era il più venduto, a livello nazionale, dei quotidiani cattolici conservatori del gruppo di Giovanni Grosoli (la Società Editoriale Romana) diretto all'epoca da Paolo Mattei Gentili e sorto con quel nome nel 1906). Nello stesso numero il settimanale italo gaúcho di don Enrico Poggi si apriva con un editoriale fortemente critico nei confronti del competitor filo austriaco "Il Colono Italiano" di Garibaldi e del suo direttore, il trentino Giovanni Battista Andreotti (sulle diatribe giornalistiche fra italiani e trentini nel Rio Grande do Sul e più in generale nel Brasile del Primo conflitto mondiale rimando a un mio libro in corso di stampa: *Triveneto migrante. Il racconto dell'antica emigrazione dalle Venezie*, Udine, Paolo Gaspari Editore, 2023, cap. VII).

24 La collezione del GdI consultabile in microfilm tra quelle dei giornali in lingua italiana presenti a Roma nelle raccolte della Biblioteca di storia moderna e contemporanea (cfr. Rosanna De Longis e Eugenio Sambolono (a cura di), *I giornali dell'emigrazione*, Roma, Bibliolink, 2019, p. 167) conserva solo in pochi esemplari, nelle testate della prima pagina, l'indicazione delle date di stampa.

25 A Roma nell'Archivio generale scalabriniano si trovano, lasciati da Porrini, tutti i ritagli dei pezzi giornalistici da lui attribuiti a Masticapolenta e pazientemente incollati dal suo creatore

Assai efficace anche come oratore e predicatore, infatti, il sacerdote varesotto si era presto impadronito delle parlate venete e trentine prevalenti in zona servendosi per iscritto o meglio per dar voce a una serie di personaggi “coloniali” di sua invenzione e tutti piuttosto persuasivi (sia in positivo come Sventola, Nani della Gegia, Menego Suca, Smorfia, Brusacan, Comare Cartola, Nando Pelà, Sgnapa, Tartaia ecc. sia in negativo o meglio perché tralignanti o buontemponi all'eccesso e cioè spesso “brasilianizzati” maluccio come Nane Busia alias João Mentira, Sior Bortolo Gaitero, Gigio Pinha, Bepi Cachassa ecc.): questa sua scelta stilistica faceva certo tesoro di esperienze compiute in precedenza dalla stampa clericale dell'Alta Italia di fine Ottocento, se non pure visibilmente dei coevi dialoghi in dialetto dell'“Operaio Cattolico” edito a Vicenza da Giacomo Rumor o degli scritti “per le stale” di Illuminato Checchini, alias Paron Stefano Massarioto ospitati dalla “Vita del Popolo” di Treviso e da “L'Ancora della Domenica” di Padova ecc. (ma non ancora di “romanzi” come il celebre *Frich Froch imboscà* di mons. Giuseppe Flucco, un libro, secondo Luigi Meneghello, “portentoso (e goffissimo)”²⁶ che avrebbe ispirato più tardi, alla metà degli anni '20, operette in “taliàn” di grandissimo successo nel sud del Brasile quali il *Naneto Pipetta* di padre Aquiles Bernardi alias frei Paulino de Caxias²⁷) conquistandosi, come oggi diremmo, un'audience rilevante e foriera di crescenti consensi del cui valore Porrini era consapevole e abbastanza soddisfatto.

Il debito contratto con gli ambienti e con le più recenti tradizioni culturali ma in specie giornalistiche di alcune diocesi soprattutto del Veneto (e della Lombardia “veneta” quali Bergamo e Brescia) era evidente. Significativamente esso si rifletteva nel microcosmo nascente della stampa italo brasiliana non meno che nell'ambito della fede dove infatti non ne sarebbero più mancati, sino ai giorni nostri, molteplici riscontri, ad esempio nelle storie di vita di religiosi e di religiose d'origine veneta o trentina più tardi innalzati dalla Chiesa addirittura alla gloria degli altari, con immigrate come la tirolese gaúcha (di Vigolo Vattaro) Amabile Lucia - poi suor Paolina - Visintainer (1865-1942) divenuta la prima santa del Brasile e canonizzata nel 2002 o con preti come il presbitero vicentino, di Montecchio Maggiore,

in tre quaderni (ora sub Vol. 61, DE – 20, 21 e 22, “Masticapolenta”) ma la consultazione da me fattane è avvenuta sugli originali anche per meglio comprendere i contesti d'inserimento in cronaca.

26 Luigi Meneghello, *Cosa passava il convento*, in Idem, *La materia di Reading e altri reperti*, Milano, Rizzoli 1997, p.138.

27 Nel 1925 a partire dal mese di giugno il CdI prese a pubblicare in terza pagina a mo' di appendice vari capitoli di un “racconto umoristico in dialetto veneto” (1^ Padova, Tip., Lib. e Editr. Antoniana, 1924) con le avventure, raccontate dall'arciprete di Thiene mons. Flucco, di Fric Froc e del suo sodale Anzoletto Spasemi emigranti tornati entrambi dall'America per arruolarsi nell'esercito regio.

Giovanni Schiavo (1903-1967), beatificato nel 2017 a Caxias do Sul dove aveva svolto dal 1931 al 1967 il suo ministero sacerdotale in veste di missionario muraldino. Del pari interessanti se ne sarebbero rivelate però le ricadute anche nel piccolo mondo gaúcho della comunicazione coloniale italoфона d'inizio Novecento. In parallelo con le preoccupazioni e con le cure pastorali e tuttavia attribuendovi *pour cause* una importanza senz'altro non minore ed anzi strategica, don Porrini eccelse dunque, anche al di fuori dalle chiesette rustiche o, più spesso, dalle Cappelle rurali²⁸, in quel genere di approccio al dialogo diretto con i fedeli ossia con gli immigrati italiani²⁹ che, senza trascurare quelli di diversa nazionalità, egli riuscì quasi sempre a instaurare, usando alle volte persino il portoghese dal pulpito, ma più spesso un italiano dialettizzante (poi detto *taliàn*) attraverso la stampa e di cui fu comunque l'unico scalabriniano "di base" a conservare più tardi, portandola con sé in Italia, un'ampia documentazione³⁰. Naturalmente la sua ammirazione non mancava di andare anche a chi giornalmisticamente adottava criteri formalmente diversi dai suoi ma ispirati ai medesimi principi che erano poi quelli dettati da mons. Scalabrini.

Nel 1916, ad esempio, Porrini aveva ritrovato alla guida del CdI uno dei suoi maestri ossia don Giovanni Costanzo che "sfatto nella salute, [aveva lasciato da poco] Nova Bassano per scendere a Bento Gonçalves" a dirigere prima di lui "il battagliero settimanale: penna valorosa la sua – avrebbe ricordato Porrini³¹ - tinta in un inchiostro ben nero quando si trattava di difendere il grande ideale scalabriniano Religione e Patria". Ma per quanto lo riguardava altri erano, principi comuni a parte, i metodi e i linguaggi vincenti. Come ammetteva un ideale (e fittizio) interlocutore fatto passare in una sua "Pagingetta del colono" del marzo di quello stesso 1916 per cauto critico di Masticapolenta, enologo improvvisato e scettico su alcuni limiti della vinificazione e delle adulterazioni correnti, già da soli lo stile e il linguaggio di Porrini costituivano una garanzia della efficacia, comunque la si pensasse, della sua prosa:

28 Cfr. Pe. Antônio Galioto, *As Capelas. Uma original experiência sócio-religiosa*, Caxias do Sul, Educ, 1988.

29 Redovino Rizzardo, *Raízes de um povo: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil* (1888/1938), Porto Alegre, EST - Congregação dos Missionários de São Carlos, 1990, pp. 186-194

30 Ora catalogata da padre Giovanni Terragni e per intero conservata a Roma presso l'Archivio Generale Scalabriniano.

31 Carlo Porrini, *In memoria di p. Giovanni Costanzo*, in "L'emigrato italiano" febbraio 1955, n. 2, p. 35.

Caro Masticapolenta a te saludo, come me la godo a leger la to paginetta per il colono e come se capisce ben, parole proprio tonde, no mia come scrive quei studiai, [che] i ghe mette de quei bocaboli che non se sa cosa i vol dir, in modo che in un so discorso, se resta sol che confusi, infine viva la to facia, mi gavarìa gusto che el giornalel fusse scritto tutto come te scrivi ti, oh!... A go da dirte na cosa, scusa seto, mi credo de parlar con un colonista come mi, almeno come te te se dichiarà. Nela pagineta del 3 marzo in ocasion de la vendema e del vin che in quest'ano se ghin fa tanto e bon, sì tè parlà ben in ocasion, ma par essere un colonista, a te sarè anca de quei onesti, ma me par a mi che no te dovevi mia vomitarme a dosso tutta quella sgnarà de trati insolenti, par che te gabia nesuna considerazion del nostro stato. Bon, fra tanti che semo, qualche dun farà come te disi ti, ma la magior parte, te sé (sempre però che te sia un colonista), che la nostra vita la xe sempre mortificada col continuo lavoro e quindi se ga poca volontà de prosiarla [?].

La stessa verve contraddistingueva la maggior parte delle “paginette” fatta eccezione appena per le sfuriate, a tratti gravi e scomposte, contro i tralignamenti modernizzanti di alcuni “colonisti”, troppo inclini al ballo e al consumo smodato degli alcolici (più della pinga che del vino a dire il vero) e vittime talvolta dell'irreligiosità (blasfemia, mancato rispetto dei doveri cristiani ecc.) o della smania, magari, di brasilianizzarsi troppo in fretta, sicché appariva frequente il ricorso all'umorismo (e talora al sarcasmo) per meglio “educare” i lavoratori dei campi e per incoraggiare chi volesse cimentarsi in nuove imprese o in attività imprenditoriali collegate all'agricoltura e al paesaggio (come la produzione casearia a Monte Veneto e la nascente attività turistico alberghiera onde accogliere a Bento e in vari punti della serra forestieri e villeggianti borghesi in arrivo da Porto Alegre) oppure per mettere in guardia contro il rischio delle riemigrazioni e contro “maghi e fattucchiere” rurali, in elogio delle scuolette italiane e dei loro professori, a sostegno dell'“alistamento” ossia dell'arruolamento obbligatorio nell'esercito brasiliano dei giovani coloni, ecc. ecc. .

Ben rammentando il monito, poi abbastanza noto³², del vescovo di Piacenza con cui avrebbe anche aperto nel 1951 quel suo suo abbozzo di storia del giornalismo cattolico italo brasiliano sopra citato³³, a Bento Gon-

32 Cfr. Rizzardo, *Raízes de um povo*, cit., p. 188.

33 Porrini, *I Missionari Scalabriniani e la Stampa italiana in Brasile*, cit. di cui merita d'essere riportato qui l'incipit: “Il nostro Venerato Fondatore costumava di quando in quando, visitare il nostro Collegio di Piacenza, “La mè cà”, la mia casa”, così la chiamava nel suo tipico dialetto lombardo. E in quella occasione approfittava per effondere il suo cuore. Un giorno, fra

galves, tra il 1917 e il 1919, Porrini unì all'espletamento dei propri compiti pastorali e alla cura della stampa di formazione anche alcune ulteriori sintomatiche iniziative rivolte ai ragazzi e alle popolazioni. Organizzò così una piccola biblioteca ambulante e un'associazione in parte mutualistica da lui denominata Società Cristoforo Colombo curando pure l'istruzione dei figli più giovani dei coloni sempre allo scopo di assicurarne un'acculturazione cattolica capace di armonizzarsi, senza "dimenticare l'Italia", con la loro auspicata integrazione nel tessuto sociale del paese di accoglienza³⁴.

A ispirargli gli articoli migliori e i resoconti di taglio non solo educativo per il giornale restavano alcuni momenti della vita non tanto o soltanto associativa quanto festiva (e festosa) delle comunità, come, ad esempio, l'inaugurazione di nuovi concerti di campane (non a caso nella Nuova Bassano di Colbachini ossia dello scalabriniano bassanese dal cognome più appropriato) da cui l'alternarsi, nel suo racconto, di notazioni di cronaca a ricordi verosimili quasi tutti inventati peraltro di sana pianta da lui che, appena superato il tornante dei trent'anni, fingeva d'avere, come il suo Masticapolenta, un'età provetta e quindi, alle proprie spalle, lunghi trascorsi co-

tante belle cose, così ci disse: "Figlioli, nell'America dove vi mando nel nome del Signore, voi fabbricherete chiese, ospedali, orfanotrofi, segretariati, scuole per i nostri fratelli emigranti; non dimenticherete la stampa. Ove non arriverete voi, arriverà il buon giornale che predicherà in vostra vece". La stampa! Mi restò nel cuore quella raccomandazione del Padre; non me la scordai. Quando nel 1906 arrivai nello Stato del Rio Grande, i coloni italiani erano già da 20 anni colà e avevano tramutate quelle selve aspre, quei boschi immensi, in fiorenti campagne, ricche di ogni ben di Dio. Ma misere erano le strade, poche le chiese, e le scuole solo in qualche centro importante, sede del Municipio e del Distretto [...] E la Stampa? Leggevano i coloni? Più di quel che si crederebbe.... Il servizio postale non era un modello di puntualità in quegli anni. Neppure si poteva pretendere, quando si pensa che in tanti luoghi mancavano le strade, e vi erano fiumi senza ponti, spesso intransitabili per le continue piogge. Ma quando arrivava la "staffetta", era un accorrere da ogni parte di gente bramosa di ricevere il giornale o la rivista. I maggiorenni a volte, erano abbonati a qualche giornale brasiliano. Gli altri avevano giornali italiani. Si leggeva il bollettino di S. Antonio, diffusissimo nelle colonie italiane, ove uno zelatore era in corrispondenza con Via Cappelli di Padova. Molti erano gli abbonati all'"Amico delle famiglie" di Genova; non pochi alla "Pro famiglia" e vari ricevevano i "settimanali" del loro paese natio. Qualche negoziante era abbonato al "*Fanfulla*" di S. Paolo, e qualche orecchiuto si compiaceva di avere fra le mani il famigerato "*Asino di Podrecca*". A Porto Alegre [...] vi era anche un settimanale italiano "*La Stella d'Italia*", un cosino tisico, un moscerino noiosetto anzichè, specialmente nel lato religioso. Si sentiva nelle colonie la mancanza di un giornale nostro religioso, cattolico e patriottico."

34 Alberto Barausse e Terciane Ângela Luchese, *Nationalisms and Schooling: between Italianity and Brazility, Disputes in the Education of Italian-Gaucho People (RS, Brazil, 1930-1945)*, in "History of Education and Children's Literature" 2017, n. 2., pp. 443-475 e A. Barausse, *Una impronta di italianità: the textbooks for Italian ethnic schools in Brazil between liberalism and fascism*, in "Cadernos de História da Educação", 2019, n.2, p.329-350. Su questo argomento mi sono intrattenuto anch'io introducendo il libro a più mani curato da Alberto Barausse, Terciane Ângela Luchese, Roberto Sani e Anna Ascenzi, *Migrações e história da educação*, cit. (Prefácio, pp. 7-21).

loniali risalenti come minimo alla fine del secolo precedente ossia agli albori della immigrazione veneta in Brasile:

Qui Masticapolenta vi conta come e qualmente è andato a una grande festa [...] prendo il mio mussetto povero Masticapolenta vecchio da accoppiare e via dalla mia bella Caxias verso il Nuovo Bassano. Ci ho messo tre giorni!...A Capoeiras, una borgata molto allegra e commerciale mi son fermato a salutare il mio amico Toi....che erano 15 anni che non lo vedeva più...abbiamo bevuto un gotto di vino....ma che vino!.... e abbiamo rievocati i più cari ricordi di quei tempi in cui là sui monti di Vicenza cantavamo la bellissima canzone del Mussatello o del «Mezza pagnocca al giorno». Al Nuovo Bassano arrivai al 15 sul tramonto. Quel caro paesello si è tramutato in una gaia borgata ricca di case nuove....Vi era passato dieci anni or sono quando mi era recato nel «Mato del Signore» a comprar terre per il mio Toni. Ma allora era un meschino paesucolo adesso invece bisogna vedere che progresso ha fatto....minaccia di diventar città. Stavo per smontar dal mio mussetto quando un suono formidabile mi scuote....sono le campane nuove che annunziano la festa di domani [...] Ah, lettori...quel ch'io provai a quei festosi rintocchi, non ve lo so dire, i più cari, i più dolci ricordi della patria lontana, dei primi anni della nostra emigrazione vennero a presentarsi alla mente e ne rimasi commosso fino alle lagrime. Sono subito corso a vedere quelle campane....Le ho trovate così belle, così ben messe che sono rimasto là a bocca aperta [...] Sono sceso giù dal campanile col cuore contento. All'Hotel affluivano molti forsetieri e tutti i discorsi erano naturalmente sulle campane. Al giorno 16 mai in vita mia ho visto tanta gente ad una festa [...] Vi erano otto preti....non ne ho mai visti tanti insieme da che sono in Brasile. Dopo la messa solenne in terzo, salì in pulpito un pretino che per una buona mezz'ora ci ha fatto una buona predichina....Quindi venne la benedizione delle campane....Il celebrante era il parroco don Giovanni Costanzo assistito da tutti quei preti. La bella funzione fu breve. Fu un momento di incredibile entusiasmo quando finita la benedizione [la gente] diede l'assalto al Campanile per vedere le sue campane e per suonarle....

In molti centri immigratori del Rio Grande do Sul le campane suonarono a festa anche nel novembre del 1918 per celebrare la conclusione del Primo conflitto mondiale che non poche diatribe (per lo più giornalistiche) aveva suscitato nell'area coloniale abitata dai discendenti sia dei lombardo

veneti che dei trentini (e dei tedeschi). La fine della Grande guerra, tuttavia, per Porrini coincise, tempo pochi mesi, con un drastico e per lui amaro cambiamento di sede (nonché di vita e di abitudini) che sin da subito non gradì affatto, ma al quale per spirito d'obbedienza si assoggettò poi lasciando nel 1921 anche la direzione del giornale al biellese padre Giuseppe Guido Foscallo essendo stato inviato nel frattempo a San Paolo per fungere da coadiutore del Canonico Igino de Campos in una zona cafeefera nella quale si sarebbe dovuto prendere cura, come poi fece sino all'inizio del 1923, dei numerosi italiani che l'abitavano e specialmente di 600 famiglie, quasi tutte venete, insediate nella colonia Barão de Jundiá. Il suo allontanamento da Bento Gonçalves e anzi dal Rio Grande do Sul era stato deciso ai piani alti della Pia società carlista per una asserita mala gestione amministrativa, da parte sua, del settimanale e per altri rilievi che erano stati mossi al suo comportamento e al suo operato, tutte accuse che lo ferirono profondamente precipitandolo in una grave crisi da cui impiegò molto ad uscire e man mano a riaversi nonostante la stima e la fiducia subito accordatagli dall'arcivescovo di Porto Alegre³⁵: ancora tra il 1924 (quando per sfogarsi a Massimo Rinaldi, all'indomani della sua nomina a vescovo di Rieti, scriveva di essere stato espulso dal Rio Grande do Sul "come un volgare truffatore sotto il peso di ingiuste accuse" e di avere perciò "passato giorni amarissimi"³⁶) e il 1926, caduto molte volte in depressione e anche minacciato, pare, di sospensione a divinis, cercò ad esempio conforto e qualche via d'uscita scrivendo lunghe lettere al Cardinal De Lai e persino al pontefice Pio XI, ma ricevendo aiuto e incoraggiamento soprattutto da un padre cappuccino, frei Liberato de Gries, che gli consentì di conseguire un nuovo equilibrio dopo quasi dieci anni trascorsi peraltro senza mai venir meno ai suoi obblighi di missionario. Tornato per un breve periodo in Italia fra il 1921 e il 1922 Porrini aveva inaugurato in quell'anno anche una singolare collaborazione con un foglio cattolico, ultraconservatore e anti italiano durante la guerra, pubblicato a San Paolo col nome de "La Squilla" dai frati cappuccini i quali erano rimasti per tutta la durata del conflitto da poco concluso su posizioni nettamente filotedesche. Tali posizioni, naturalmente, erano state osteggiate con forza dalla stampa vicina alle posizioni dell'Intesa e dopo la sua entrata in guerra contro gli Imperi centrali anche da quella del Brasile, ma in particolare dal "Fanfulla" il più grande quotidiano in lingua italiana di tutto il paese e per di

35 Che gliela esprese con una lettera del 21 agosto 1921 elogiando i suoi "relevantes serviços como pároco, missionário e jornalista....durante longos anos" (cit. in Pe. Paolo Bostolazzo, *Presença scalabriniana entre os migrantes no Rio Grande do Sul, 1896-1919*, in Luis Alberto De Boni (org.) *A presença italiana no Brasil, volume III*, Porto Alegre, Edições EST e Torino Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 490)

36 Ibidem, lettera da Riberão Preto del 10 agosto 1924.

più laico e vagamente progressista. Questo foglio senz'altro autorevole molto si era speso contro "gli esecrati editori de *"La Squilla"* paulista di Avenida Brigadeiro S. Antonio noti – scrivevano i suoi redattori - per i loro trucchi di patriottismo", ma in realtà più germanofili del *"Diario Alemão"* e del foglio clericale di Rio de Janeiro *"A União"* nella loro subdola campagna di disinformazione "che in Italia [avrebbe condotto] dritto alla galera"³⁷. Anche sulle pagine della *"Squilla"*, che peraltro era nata nel 1906 nella tipografia dell'Orfanotrofio "Cristoforo Colombo" di San Paolo³⁸, l'istituzione caritatevole matrice e simbolo della presenza scalabriniana in Brasile ma anche il teatro fra il 1909 e il 1911 di un celebre "scandalo" che aveva rischiato di travolgere in particolare proprio il loro esponente più in vista ossia padre Faustino Consoni³⁹, Porrini continuò a servirsi del suo alter ego campestre proiettando il personaggio di Masticapolenta nella nuova ambientazione della "gran città di Cuccagna" paulista ovvero, adesso, nelle diverse realtà cafeeifere in cui di tempo in tempo egli si trovò ad operare di nuovo come missionario dopo la mezza parentesi di Jundiá (a Ribeirão Pires nel biennio 1923/24 e nel 1927, a Santo André dal 1925 al 1934 e a São Bernardo do Campo dal 1934 al 1937). Qui il carico di lavoro era, se possibile, ancora più gravoso che nella serra gaúcha. Già l'Orfanotrofio Cristoforo Colombo nel cuore della capitale era stato a lungo una specie di quartier generale dal quale gli scalabriniani

[...] partivano per spedizioni missionarie nell'interno dello Stato. Le visite più o meno periodiche duravano anche quattro, cinque, sei mesi: poi i missionari tornavano per un pò di riposo, e riprendevano un nuovo itinerario, servendosi delle ferrovie Sorocabana, Mogiana e Paulista, e proseguendo poi a piedi o a cavallo fino alle fazendas. Gli italiani venivano preavvisati e il fazendeiro di solito accordava una giornata libera perché potessero usufruire della presenza del sacerdote. I missionari prestatosi a questo lavoro massacrante non erano mai stati più di una mezza dozzina; eppure si deve a loro se circa 150 di quelle fazendas diventarono in seguito parrocchie fiorenti o addirittura sedi di diocesi.⁴⁰

37 Cfr. l'articolo *Perché il Clero è tedesco ed austriacante?*, in "Fanfulla" 6 aprile 1916 e Franzina, *Triveneto migrante*, cap. cit.

38 Rizzardo, *Carlitas no Rio Grande do Sul*, cit., p. 48.

39 Wlaumir Doniseti de Souza, *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*, San Paolo, Editora UNESP, 2000.

40 Mario Francesconi, *Storia breve della Congregazione scalabriniana (1887-1975)*, Roma, CSER 1975 e Archivio Generale Scalabriniano 2020, p. 41.

Nemmeno dopo la guerra, però, le condizioni di vita e l'impegno pastorale senza soste dei missionari avevano conosciuto effettivi miglioramenti e Porrini comunque ne fece le spese almeno sin che restò da solo a gestire la parrocchia di Ribeirão Pires su cui, parlandone con mons. Amleto Cicognani in occasione di una visita apostolica dell'agosto 1926, si spinse ad osservare:

Il movimento religioso è discreto. Potrebbe esser maggiore se il parroco dovesse attendere solo al paese di Ribeirão Pires, ma la estensione vasta della parrocchia reclama la sua presenza, specialmente l'assistenza di Alto da Serra. Alto da Serra è un centro degli operai della ferrovia inglese (S. Paulo-Santos). Conta 4.000 anime (portoghesi, spagnoli, brasiliani... molto pochi gli italiani). Vi è una Chiesuola e una stanzuccia per il Parroco. Io vado all'Alto da Serra 3 domeniche al mese, e in quei giorni in cui vi sono messe ordinate dai fedeli. Nelle domeniche parto col treno delle 6 1/2 e arrivo alle 7 1/4. Celebro alle ore 8, e alle 9 ritorno a Ribeirão Pires a celebrar la 2a Messa. Così non mi è data la possibilità di esercitar bene il ministero: perché quei di Ribeirão Pires di domenica non possono confessarsi, trovandomi assente nelle ore propizie, che sarebbero dalle 6 alle 9 - e quelli di Alto da Serra non possono neppure essi approfittare, perché il tempo della mia permanenza domenicale è solo di un'ora e molte volte non mi riesce di fare neppure i battesimi (...). A mio modesto modo di vedere, la parrocchia di Ribeirão Pires [andrebbe] divisa in 2.... Se nella divisione non sarà conveniente, almeno bisognerà provvedere un altro Padre. Alto da Serra non può più assolutamente continuare con questa misera assistenza religiosa. Lo spiritismo, il protestantesimo hanno fatto un gran male. Se non si provvede, e con urgenza, quel popolo perderà del tutto la religione cattolica.⁴¹

Pur gravato e a tratti oppresso dal ricordo dei torti a suo avviso subiti Porrini rinnova sovente pure a San Paolo le pratiche e alcune iniziative già sperimentate nel Rio Grande do Sul, ma anche ormai, dopo il 1929, come esponente non proprio marginale o del tutto secondario della Pia società scalabriniana nel difficile periodo di crisi che essa attraversò all'indomani del suo passaggio forzoso alle "dipendenze" dirette del Vaticano (e dopo varie vicende che egli avrebbe anche descritto nella sua vivace biografia di padre Consoni⁴² al quale non aveva accettato di subentrare alla guida dell'Orfano-

41 Francesconi, *Storia della Congregazione scalabriniana. Volume V , Il primo dopoguerra (1919-1940)*, CSER

1975 e Archivio Generale Scalabriniano 2021, p. 434.

42 P. Carlo Porrini Scalabriniano, *Biografia di Padre Faustino Consoni missionario scalabriniano. Concorda con l'originale. Trascrizione di P. Giovanni Terragni*, [Roma] Archivio Generale Scalabriniano, 2010.

trofio paulista per eccesso di modestia e perché ancora oppresso e tormentato dai suoi ricordati patemi). La svolta non da poco, anche per lui, si era perfezionata nel 1924 quando Pio XI aveva deciso che l'Istituto fondato da Scalabrini e onomasticamente rimaneggiato passasse alle dipendenze dirette della Sacra Congregazione Concistoriale. Il Cardinale Gaetano De Lai, l'alto prelato che dal 1908 la presiedeva, già noto per il suo fondamentalismo antimodernista e sostenitore, con Pio X, del Sodalitium Planum di Umberto Benigni - non proprio, insomma, un campione d'imparzialità o di equilibrio dottrinale - era diventato, dal 1924, il superiore della Pia Società scalabriniana e aveva subito ordinato una Visita Apostolica che per le missioni del Brasile si tradusse nell'ispezione sul territorio affidata a un frate cappuccino, Giuseppe da San Giovanni in Persiceto, la cui relazione per fortuna si rivelò sostanzialmente positiva⁴³ tenuto conto delle lamentele assai aspre che specialmente padre Costanzo non aveva esitato frattanto a far pervenire sulla situazione di San Paolo al discusso cardinale maladense⁴⁴.

Mentre la sua attività pastorale continuava a svilupparsi immutata e semmai appesantita nei nuovi contesti dei centri vocati alla coltivazione del caffè, Porrini, dal canto proprio, non dimenticava né trascurava, al pari di Costanzo, i problemi di fondo degli scalabriniani (e delle suore scalabriniane) dell'amato Rio Grande do Sul, ma in un arco di tempo che sempre di più gli imponeva di confrontarsi con i mutamenti politici frattanto intervenuti nella madrepatria dopo la brusca presa di potere in Italia del fascismo doveva misurarsi anche con le loro ricadute nel Brasile "italiano" dell'entre-deux-guerres⁴⁵ sebbene tutto sommato riuscisse poi a depotenziarne almeno alcune conseguenze limitando la portata del consenso accordato al nuovo regime di Mussolini e concentrandosi piuttosto sulle usate campagne "antimoderne" contro l'immoralità e le deviazioni religiose a cui gli immigrati e i loro figli gli parevano più esposti. Al dispiacere provato per la sua "cacciata" dal Rio Grande do Sul e per la fine qui dell'avventura giornalistica del CdI costretto a chiudere i battenti nel 1927, ma anche al probabile fastidio per l'intervenuto "commissariamento" della Congregazione, che sarebbe del

43 Francesconi, *Storia della Congregazione scalabriniana. Volume V, cit.*, pp. 11-12.

44 Su De Lai pesavano le voci non destituite di fondamento dei maneggi a cui si sarebbe lasciato andare sia nel

conclave che portò all'elezione di Benedetto XV sia in quello da cui venne fatto Papa Pio XI.

45 Il tema del fascismo (e dell'antifascismo) nei loro rapporti col mondo dell'emigrazione italiana in Brasile tra le due guerre è piuttosto vasto ma anche bene indagato negli ultimi anni sulla scia delle ricerche di Angelo Trento, Pietro Pinna, Federico Croci ecc., ma soprattutto di João Fabio Bertanha (di cui si vedano i sussidi bibliografici da lui stesso forniti sull'argomento e cioè *Fascismo, antifascismo e gli italiani all'estero. Bibliografia orientativa (1922-2015)*, Quaderni Asei, 13-14, Viterbo, Edizioni Sette Città, 2016 e *L'antifascismo e l'emigrazione italiana in Brasile, 1919-1945*, Quaderni Asei 17, ivi 2021).

resto durato sino al 1951, si contrapponeva sul versante religioso la soddisfazione per alcuni piccoli segni di ripresa del movimento scalabriniano in arrivo da oltre Atlantico e che sembravano essersi dati nella madrepatria, a Piacenza, dove proprio nel luglio del 1927 gli scalabriniani si “impadronirono” del santuario di Rivergaro: tutta la comunità della Casa Madre si recò allora al paese, lontano dalla città 18 chilometri, dove una Messa venne celebrata da Mons. Mangot, il vecchio segretario di Mons. Scalabrini. La presa di possesso ufficiale dell'edificio, benedetta da Mons. Amleto Cicognani, ebbe luogo però alla metà del mese e l'evento si ricorda anche perché a reggere il santuario dopo padre Silvano Giuliani sarebbero stati scelti, di ritorno in via definitiva dal Brasile, prima don Giovanni Costanzo e poi, dal luglio del 1937 al 1956 quando venne a morte, lo stesso Carlo Porrini. Nell'estate del 1927, tuttavia, entrambi gli ultimi due si trovavano ancora alle prese con tutt'altri problemi e Porrini in particolare, sotto il profilo giornalistico, anche con la gestione a sorpresa in San Paolo, e già da due anni, della “*Squilla*” nelle cui pagine sembra che avesse fatto rivivere il suo collaudato Masticapolenta (ma l'indisponibilità sino ad ora del giornale dei cappuccini consente appena delle supposizioni). Sempre che una spiegazione non la si trovi recuperandone, impresa mai tentata sin qui, la collezione (intera o anche parziale) oppure cercando fra le carte da lui lasciate al Santuario di Rivergaro e di lì trasferite a Roma - un fondo di cui non ho avuto ancora modo di realizzare lo spoglio - le ragioni del passaggio di Porrini al periodico da lui diretto appunto fra il 1925 e il 1929 - per sua postuma dichiarazione “quattro anni di grande diffusione del giornale” perché a suo dire esso si sarebbe “frattanto schierato alla difesa dell'Italia e della Patria” - resterebbero un mistero anche se si volesse accettare la tesi di un radicale cambio di prospettive e di indirizzo del foglio clericale di proprietà dei cappuccini. La sua notorietà e la sua “popolarità”, nondimeno, dovettero essere piuttosto grandi in quegli anni nei quali l'ascrivibilità della sua linea editoriale al fascismo e alle direttive dell'ambasciata italiana o delle agenzie consolari del Regno si potrebbe senz'altro ipotizzare come più che probabile dando per scontato quanto la sovrapposizione dell'Italia o dell'antica patria all'ideologia fascista fosse agli occhi dei più automatica, ma forse neanche poi tale da scongiurare, sempre o del tutto, dubbi e fraintendimenti nell'attribuzione di un orientamento preciso e ineluttabile di questo tipo. L'impressione è che almeno il Masticapolenta paulista dei primi anni '30 di cui disponiamo invece, come spero di poter illustrare meglio altrove, un'ampia sillloge in volume curata dallo stesso Porrini⁴⁶ (e ricavata dalle pagine dell'ultimo periodico

46 Carlo Porrini, *Masticapolenta*, 2ª Edição, Aprentação de Itálico Marcon e Rovilio Costa, Co-edición, Porto Alegre Escola Superior de Teologia São Lourenço da Bríndes e Caxias do Sule,

d'una certa rilevanza a cui egli mise mano ossia *“La Fiamma”* di cui poi si dirà) pur lasciandosi andare qua e là a qualche espressione superficiale di apprezzamento per l'uomo forte ovvero per il “Duce”, di rado amasse sbilanciarsi “politicamente” in favore del regime da questi fondato assecondando una ideologia e una pratica a cui avrebbero accordato semmai simpatie ben maggiori, in Brasile, Plinio Sagado con la sua *Ação Integralista Brasileira* e, specie dopo il colpo di Stato del 10 novembre 1937, Getulio Vargas e il suo Estado Novo. Ciò non toglie che difficilmente il governo italiano avrebbe potuto insignire Porrini, in caso contrario, di quel cavalierato che gli venne invece concesso coreograficamente nel 1933 per i suoi indubbi meriti patriottici. In mancanza di verifiche puntuali su testi che non siano appunto solo quelli antologici di Masticapolenta fra il 1931 e il 1935, valgano d'altronde, quanto meno, alcune coincidenze letterarie e canore come quella abbastanza singolare (che mi sarebbe piaciuto inserire, se avessi fatto in tempo a farlo, in una mia raccolta di saggi in corso di stampa⁴⁷), fornita dall'aneddoto sui frati cappuccini di Tonantins ovvero sul “Papa del modernismo brasiliano” Mário De Andrade e la circolazione della “Squilla” paulista in Brasile.

De Andrade, dunque, diversamente dalla maggior parte dei suoi concittadini, artisti, scrittori o intellettuali che molto amando la cultura francese solevano recarsi come in pellegrinaggio a Parigi con una certa frequenza, non lasciò quasi mai San Paolo se non per fare qualche viaggio in zone remote del Brasile e dell'America Latina come l'Amazzonia da lui raggiunta nell'estate del 1927 muovendosi in battello con una piccola compagnia di sodali vogliosi di perlustrare alcune parti pressochè inesplorate anche del Perù e della Bolivia⁴⁸. Tra le pagine dell'opera postuma in cui egli ne diede notizia, *O turista aprendiz*⁴⁹, ci si imbatte nel resoconto dell'arrivo dello scrittore, partito da Manaus, a Tocantins nella microregione amazzonica dell'Alto Solimões, il fiume risalito in battello dalla piccola brigata paulista di cui lo scrittore faceva parte, appunto il 15 giugno del 1927, a poca distanza temporale, cioè, dai fatti di Rivergaro che sopra si son detti, prima di fare sosta presso la locale missione dei frati cappuccini, due dei quali, frei Diego e frei Antonino, erano entrambi italiani. La scena dell'incontro, nella rievocazione, si anima rapidamente: invitati ad accomodarsi per prende-

Universidade de Caxias do Sul, 1978.

47 Emilio Franzina, *Varcare i confini. Lettere e letture, scritture e canti dell'antica emigrazione italiana*, Bologna, il Mulino, 2023.

48 Fernando Fonseca Pacheco, *Archive and Newspaper as Media in Mário's Ethnographiv Journals. "O Turista Aprendiz"*, in “Hispanic Review”, 2016, n. 2, pp. 171-190.

49 *O turista aprendiz. 2. Viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega.*, Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez et alii, Brasília, Iphan, 2015, pp. 112-13.

re con comodo un caffè dai religiosi intenzionati ad accudirli nel migliore dei modi, i gitanti vengono lasciati momentaneamente da soli in un salone dove troneggia un pianoforte e dove accanto al pianoforte ci sono un bel po' di spartiti musicali. Mário de Andrade, che ha qualche pratica dello strumento, ne sfoglia alcuni fin che non trova quelli de "I Lombardi alla prima crociata", del valse di Musette e d'una maxixe di Eduardo Souto (forse *Puladinho?*). In attesa dei frati il gruppo si lascia andare alla foga del canto corale accompagnato alla bell'e meglio proprio da De Andrade che esegue al piano varie canzoni tra cui "Giovinezza". L'inno fascista per eccellenza più che cantato, viene stonato volutamente da tutti ad alta voce proprio mentre frei Diego rientra dalla cucina con il caffè seguito a ruota da frate Antonino il quale a propria volta non si trattiene dal fare un gran baccano: "Tra gli italiani tutto è rumoroso", commenta De Andrade, ma fra' Diego rincara e invita anche il confratello a cantare sicchè tutti e due, essendo napoletani, intonano, nostalgici, la *Santa Lucia* di Teodoro Cottrau ("Sul mare luccica" ecc.). Il capo comitiva, una guida di Belém, segnala allora ai frati che i turisti improvvisatisi cantanti "vengono da San Paolo". Inaspettatamente frei Diego esclama "Allora non sono brasiliani! I brasiliani siamo noi, dell'Amazzonia!" "E você", aggiunge rivolto a Mário de Andrade, "você tem pronúncia própria de italiano". Lo scrittore, stando al gioco, gli dà retta e finge di essere davvero figlio e nipote di italiani. "Fascista?" gli chiede allora fra' Diego. "Antifascista", risponde secco de Andrade. Soddisfatto, a questo punto, il frate va in cerca tra la posta giunta col battello di qualcosa e dal fascio delle corrispondenze estrae trionfante, sventolandola, una copia fresca di stampa della "Squilla", il giornale dei cappuccini di San Paolo. De Andrade, visibilmente male informato, annoterà nei suoi appunti che si trattava in realtà di un giornale antifascista. Ma forse e senza forse era vero semmai il contrario, e comunque a quel tempo "tra gli italiani si diceva che chi veniva a San Paolo doveva visitare la redazione della "Squilla", perché se no era come se fosse andato a Roma senza vedere il Vaticano. Siamo abbonati alla "Squilla" e all'"Estado de São Paulo" fu infine il commento di frei Diego⁵⁰.

Facendo un piccolo riassunto del curioso episodio tratto dalle memorie di De Andrade si coglie un frammento abbastanza indicativo della relativa confusione che sul finire degli anni '20 regnava ancora in Brasile attorno all'idea dell'italianità e dei contorni di un progetto politico di successo che però si vedeva e si sapeva quanto avesse già diviso - e tenesse divisi fra loro - gli italiani laggiù emigrati sebbene si debba poi convenire sul fatto, che la maggioranza di costoro, compresi i missionari scalabriniani, anche

50 Alessandro Dell'Aira, *Mário de Andrade e i frati italiani di Tonantins*, in "Oriundi" Revista italo-brasileira de informação e emoção – S. Paulo, N. 69, Maggio/Maio 2006.

a confronto di quanto stava accadendo altrove, dalla Francia all'Argentina e persino agli Stati Uniti dove esisteva una dialettica un po' più articolata, avevano aderito o stavano aderendo con maggior convinzione e in gran numero al fascismo. Anche la nascita di un nuovo giornale come *"La Fiamma"*, di alcuni esemplari del quale viene segnalata appena l'esistenza da Angelo Trento⁵¹, contribuì a confermare la portata del fenomeno tanto più che esso coincideva con l'affermarsi tra i vertici scalabriniani di São Paulo di un altro convincimento che non poteva che fare piacere a padre Porrini perché segnalava come fosse infine stata riconosciuta l'auspicabilità di un più sistematico e quasi organico inserimento della stampa e dei moderni mezzi di comunicazione nel novero degli strumenti da utilizzare (e da privilegiare) nell'opera di proselitismo e di assistenza degli italo discendenti. Riscontrando ormai nel dicembre del 1935 una esortazione fatta in tal senso dal cardinale Raffaello Rossi e tesa a rilanciare l'azione della Pia società fra essi e fra i nuovi immigrati, che però giungevano sempre meno numerosi dalla penisola, il nuovo provinciale paulista, don Francesco Milini, enunciava esplicitamente il proposito di riportare l'opera scalabriniana "verso il suo vero fine" attraverso uno sforzo da tentarsi soprattutto nel campo della comunicazione giornalistica e radiofonica.

Perché il lavoro abbia un certo esito – scriveva ⁵²- credo necessario prendere subito delle posizioni, da cui con più facilità si possa arrivare al conseguimento del fine e sarebbero la Stampa e la Radio. Già ottenuto dal Direttore del Fanfulla (giornale italiano che circola in S. Paolo) di potervi inserire, la Domenica, una sezione religiosa, essendo stato incaricato a questo fine il Rev. P. Porrini: per ora ci sarà una breve spiegazione evangelica, più tardi vi si aggiungerà una sezione di propaganda pro erigenda chiesa italiana. Dopo Natale mi presenterò alla Direzione della Radio Cattolica, domandando il permesso di una mezzoretta settimanale sia per poter

51 Angelo Trento nel suo libro *La costruzione di un'identità collettiva. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile*, Quaderni ASEI, n. 6, Viterbo, Setteciattà, 2011, a p. 158 definisce La Fiamma "settimanale cattolico italo brasiliano a cura dei missionari di S. Carlo" trasformato più tardi in quindicinale con una tiratura nel 1934 di 3000 copie (dati del Minculpop) e segnala appena un esemplare nell'archivio Edgar Leuenroth presso l'Università di Campinas e un altro nell'Arquivo pubblico do Estado de São Paulo.

52 *Carteggio Scalabrini Consoni (1895-1905). Italiani in Brasile e l'opera degli scalabriniani*, a cura di Lorenzo Principe Roma CSER – Istituto storico scalabriniano, 2022, p. 30. "Come altre istituzioni italiane - nota qui Principe - [ovvero] scuole, giornali, istituti di cultura, consolati, in genere, anche gli scalabriniani (superiori e membri più giovani della congregazione) erano favorevoli al fascismo e al progetto di esaltazione dell'italianità (abbinata alla fede), propagandati da Mussolini.

dirigere ai nostri Connazionali dei brevi discorsi in Italiano e sia anche per propagare sempre più le nostre idee.

Questi primi passi, che secondo padre Milini avrebbero potuto essere molto ben “coadiuvati” da un giornale come “*La Fiamma*” ove essa fosse riuscita infine a usufruire, come di lì a poco sarebbe successo, di una persona addetta alla sua gestione e che cioè “appositamente ne facesse la propaganda, come si spera[va] da P. Porrini, quando libero dalla Parrocchia” erano del resto stati preceduti all’atto della fondazione materiale del giornale da previsioni e da considerazioni nelle quali si riconosceva la mano del missionario lombardo. Il settimanale era stato in effetti ideato da lui con l’appoggio di Milini e di padre Sante Bernardi prendendo forma dopo il suo rientro dall’Italia, dove aveva trascorso quasi sei mesi di pausa, il 5 ottobre del 1931 mentre il primo numero uscì l’8 dicembre dello stesso anno. A questa “santa impresa tanto sentita fra l’elemento, italiano ancora numerosissimo” e che voleva costituire “una prima manifestazione del vero apostolato scalabriniano” Porrini non poteva certo far mancare l’apporto del suo personaggio più popolare ossia di Masticapolenta ottenendo poi abbonamenti e adesioni significative così tra il pubblico come nel clero (compresi alcuni vescovi e lo stesso Nunzio Apostolico). In un secondo momento, si legge nei verbali delle adunanze del Consiglio di amministrazione dell’Orfanotrofio Cristoforo Colombo, avrebbe provveduto lui stesso a stilare la storia dei precedenti:

È perfettamente superfluo dichiarare – annotava – che la Fiamma veniva fondata senza voler fare concorrenza ad altri giornali cattolici, specialmente a “*La Squilla*”. I Rev., PP. Cappuccini di S. Paulo nel 1931 per la loro convenienza e i loro buoni motivi volevano disfarsi della Squilla – settimanale che circolava da ben 26 anni (coincidenza! il Rev. P. Faustino [Consoni] nel 1906 concedeva a Fr. Damiano la macchina tipografica per quel giornale). Il Rev. P. Commissario Frei Thiago aveva incaricato il Fr. Aurelio da Scarano perché trattasse col Rev. P. Francesco Navarro. Sup. dei Missionari di S. Carlo, della vendita della Squilla, dando la preferenza ai Missionari di S. Carlo, avendo un Missionario di S. Carlo (era precisamente P. Porrini) diretto la Squilla per 4 anni dal 1925 al 1929. Il Rev. Fr. Aurelio non si mosse. Non si voleva dare la Squilla - Dio perdoni questo giudizio! - a Missionari Italiani, quella Squilla che ebbe sempre una tinta abbastanza forte di anti-italianità prima, durante e dopo la guerra⁵³.

53 Francesconi, *Storia della Congregazione scalabriniana*. Volume V, cit., pp. 414-415.

Ad ogni modo nell'agosto dello stesso 1931 erano giunti a San Paolo da Alba anche i padri Paolini della Buona Stampa che Consoni mise subito in contatto con i loro colleghi Cappuccini. Immediatamente i nuovi arrivati entrarono in trattative per acquistare loro la “*Squilla*” e i macchinari per la sua composizione al costo di cento contos (1 conto equivaleva a un milione di reis e al cambio di allora 12 reis equivalevano a un dollaro USA). Porrini aveva offerto la somma inferiore di 25 contos per il giornale, escluso il macchinario uscendo presto dalla gara ma prima di fondare la Fiamma ritenne opportuno darne avviso ai Padri Paolini, “e si ebbe queste testuali parole: “C’è campo per tutti. E il campo realmente c’era, e per tutti”.

“*La Fiamma*” che Masticapolenta additava all’ammirazione del proprio pubblico come “il giornale più vivo e più ardente delle due Americhe” iniziò il suo peraltro breve cammino (chiuse infatti i battenti nel 1939 ossia appena due anni dopo il definitivo rimpatrio di padre Porrini dal Brasile) con una serie di interventi su calcio e cinematografi, sulla “s cristianizzazione” degli immigrati, sulle scuole e sull’insegnamento, ma anche sullo spiritismo e gli zingari, sulla Pasqua degli italiani al Braz, contro le più diverse perversioni della modernità e contro le tentazioni della carne e del ballo ovvero con una sequenza o sequela di crociate che tradivano come al solito, qua e là ovvi agganci, all’anticomunismo corrente o di stagione ma, di nuovo, meno pregiudizi politici e uno scarso ricorso ad elogi o a eccessive aperture di credito al fascismo, anche se poi, alla fin fine, Porrini per bocca del suo personaggio migliore auspicava anche lui l’avvento in Brasile di “un Mussolini” tropicale (per sanzionare però la blasfemia e i suoi connazionali incalliti bestemmiatori) e sebbene a chiusura del proprio libro mettesse in bocca a Masticapolenta onde salutare tutti i lettori (quei “cari contadini italiani emigrati, «collegli di zappa e di badile» oscuri, ma fattori potenti del progresso vero di questo Brasile, gloriose colonne delle più pure e sacre tradizioni della cara Italia”) un affettuoso saluto o meglio, letteralmente, un vistoso “alalà”.

Recebido em: 09/07/2023

Aceito em: 22/11/2024

OS PADRES PALOTINOS E SUAS INSERÇÕES NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL: CATOLICISMO, PODER E IMIGRAÇÃO ITALIANA

THE PALLOTINE PRIEST AND THEIR INVOLVEMENT IN THE CENTRAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL: CATHOLICISM, POWER AND ITALIAN IMMIGRATION

Algir Facco da Silva¹

Maria Catarina Chitolina Zanini²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar alguns elementos presentes na inserção dos padres palotinos na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, especialmente entre os imigrantes italianos e seus descendentes. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, buscou-se conhecer o processo de chegada desses religiosos na região, em finais do século XIX, e sua inserção na colônia italiana local e na região. Seu projeto missionário era o de seguir as diretrizes da Cúria Romana, o que fez com que enfrentassem dificuldades devido à rigidez de alguns pressupostos da catolicidade trazida. Entre seus opositores estavam padres diocesanos locais, líderes da comunidade e grupos anticlericais que, na época, também estavam entre os imigrantes italianos, como a maçonaria, por exemplo. No ano de 1896, assumem a paróquia de Santa Maria, maior cidade da região. Eles passam a ter um importante papel na política local, sendo agentes de consolidação do poder da Igreja Católica. Naquele contexto social, os palotinos souberam se inserir no jogo político de forma decisiva e consolidar também seu importante papel no sistema educacional regional

Palavras-chave: Padres Palotinos; Religiosidade; Imigrantes Italianos; Catolicismo; Anticlericalismo.

ABSTRACT

This article aims to present and analyze some elements present in the insertion of the Pallottine priests in the central region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, especially among Italian immigrants and their descendants. Through bibliographical and documentary research, as well as interviews, the study sought to understand the process of the arrival of these religious men in the region at the end of the 19th century, and their insertion into the local Italian colony

1 Possui graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Franciscano (2001). Atualmente é professor de Filosofia e Ensino Religioso Escolar no Colégio Pallotti Antonio Alves Ramos.

2 Graduação em Curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1987), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB (1997), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo - USP (2002) e Pós-doutorado pelo Museu Nacional (MN-UFRJ) (2008). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

and the broader region. Their missionary project followed the guidelines of the Roman Curia, which led to confrontations due to the rigidity of some assumptions of the Catholicism they brought with them. Among their opponents were local diocesan priests, community leaders, and anticlerical groups, which at the time were also present among the Italian immigrants, such as the Freemasons, for example. In 1896, they took over the parish of Santa Maria, the largest city in the region. They began to play an important role in local politics, acting as agents of the consolidation of the Catholic Church's power. In that social context, the Pallottines knew how to position themselves in the political game in a decisive way, and they also consolidated their significant role in the regional educational system

Keywords: *Pallottine Priests. Religiosity. Italian immigrants. Catholicism. Anticlericalism.*

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir acerca da inserção e do trabalho desenvolvido pelos religiosos Palotinos que, em um curto período de tempo, ampliaram sua atuação e poder nos núcleos coloniais italianos da região central do Rio Grande do Sul, até chegarem a Santa Maria, em 1896. Santa Maria era o maior município da região central do estado, tendo, com o advento da ferrovia, em 1885, tornado-se um centro econômico e político de relevância. A Pia Sociedade das Missões era uma congregação de padres e irmãos religiosos católicos fundada por São Vicente Pallotti, na Itália. A religião, como uma ordem do mundo (DURKHEIM, 1996), uma visão de mundo e um ethos (GEERTZ), pode ser um espaço muito importante para se compreender as disputas de poder e legitimidade em uma sociedade e em seus contextos históricos. Certamente, ela pode facilitar domínios e o exercício de poder legitimado, bem como exercer violência simbólica (BOURDIEU, 1989) por meio de suas diretrizes e dogmas, favorecendo julgamentos e exclusões sociais. Além disso, em uma perspectiva socializadora, a Igreja estabelece uma relação entre indivíduo e sociedade altamente configurada e configuradora (ELIAS, 1994). Pode-se dizer que, entre visões de mundo e práticas, os Palotinos pretendiam ter uma influência alargadora, potencializando a expansão de sua visão de mundo específica e também de sua compreensão particular de catolicismo.

1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

A imigração italiana no Rio Grande do Sul teve seu início no ano de 1875, com a chegada dos primeiros colonos italianos à região da Serra Gaúcha (DE BONI, 1987). Na região central do estado, temos a Colônia Silveira Martins que, em 1877, inicia seu processo colonizador, atraindo famílias italianas para a região. Tratava-se de uma migração familiar, quase em

sua totalidade, composta por camponeses pobres, vindos do Norte da Itália, católicos e que procuravam, por meio do processo migratório, ascender socialmente e se tornar proprietários de terras. Receberam, em média, 25 hectares de terra, a serem pagos posteriormente, ferramentas e algumas sementes (LORENZONI, 1975). Pouco ou nada sabiam acerca da agricultura brasileira, das estações, do clima, do solo. Mas, fizeram questão de ter, junto a si, religiosos.

Tratava-se de uma migração negociada entre os governos, o italiano e o brasileiro (ZANINI, 2006). Ainda no Brasil Império, a expectativa de dinamizar mercados, proteger territórios e “branquear” a população brasileira fez com que os italianos fossem desejáveis e atraídos para a região³. A possibilidade de migrar para o Brasil, sair das condições difíceis nas quais viviam na Itália, fez com que milhares de camponeses italianos deixassem sua terra natal na esperança de construir no Brasil uma vida nova em um pedaço de terra que seria seu (FRANZINA, 2006). O caminho até chegar ao seu lote colonial exigiu dos colonos italianos muita persistência e a crença de que, de fato, se tornariam senhores de terras. Primeiro, a viagem de navio até o Rio de Janeiro, um período de quarentena, novamente em navios até Porto Alegre, quando, em pequenas embarcações, foram conduzidos até Rio Pardo e, para finalizar, uma longa caminhada de alguns dias até chegar ao Barracão de Val de Buía, onde iriam esperar a demarcação dos lotes coloniais (LORENZONI, 1975).

Ao receber seus lotes, os colonos começam a preparar a terra, construir as primeiras edificações, colher os frutos das primeiras colheitas, enfim, iniciam uma nova condição social, em uma terra que será sua (LORENZONI, 1975), na qual se tornarão senhores e proprietários, condição almejada por muitos (VENDRAME, 2007). Logo surgem casas de comércio e a necessidade de um espaço para cultivar sua religiosidade católica trazida da Itália. Nesta perspectiva, sentem a falta de um sacerdote que residisse no núcleo colonial para batizar os filhos, realizar os casamentos, presidir as celebrações da vida católica e ordenar a vida na coletividade (VESCIO, 2001). Na tentativa de conseguir padres para atuar nos núcleos coloniais, dirigem-se à Pia Sociedade das Missões, que aceita o convite e envia padres para acompanhar os imigrantes italianos em Vale Vêneto, localidade que ficava próxima ao núcleo da Colônia Silveira Martins. Havia, entre essas duas

3 Segundo Zanini: “Os italianos que vieram para o Brasil, de um modo geral, possuíam a utopia da América como um mundo no qual abundavam liberdade, alimento, trabalho e terras. Aqui, em verdade, aqueles que conseguiam se tornar pequenos proprietários, seja de terra ou de negócios, viam-se longe da opressão dos patrões e das rígidas regras e impostos sobre as terras existentes na Itália” (ZANINI, 2006, p. 45).

localidades, disputas acerca da vivência de suas religiosidades, sobre a forma de viver e experimentar o catolicismo e, igualmente, acerca dos limites do papel e poder dos padres (ZANINI, 2006, 2013).

Nas memórias de Julio Lorenzoni (1975), observamos a importância que aqueles emigrados atribuíam à religiosidade, narrando o momento que consideraram muito importante, quando conheceram o padre Marcelino Bittencourt, que era vigário de Santa Maria. Foi ele quem, no sopé do morro, rezou a primeira missa. Diz Lorenzoni que “o digno sacerdote foi recebido com expressões de grande alegria” (1975, p.55). Uma igreja foi improvisada, “com lençóis, colchas, galhos de árvores com grandes folhas verdes e folhas silvestres” (idem, ibidem). Segundo o autor, a missa contou com o coro de imigrantes vênets e trouxe uma mensagem na qual o padre “recomendou-nos bondade, resignação e o amor a Deus” (idem, ibidem), para superar os sacrifícios a que seriam sujeitos. O padre também batizou, realizou casamentos e deu a comunhão. Enfim, trouxe a ritualidade à qual estavam acostumados na Itália. Contudo, os imigrantes sentiam que a catolicidade que tinha vigência no Brasil não era muito similar à que viviam na Itália. E logo começariam a chamar religiosos para estarem com eles. E investiriam tempo e recursos para essa finalidade.

As primeiras famílias que chegam à região central terão acordos de colonização entre o Brasil Império e os países europeus para a colonização. E, mesmo com a mudança do Império para a República, os fluxos continuam até as primeiras décadas do século XX. Embora os dados numéricos variem, estima-se que, em média, teriam chegado ao Brasil cerca de 1,2 milhão de pessoas, de 1870 até as primeiras décadas do século XX. Foi uma migração numerosa, não somente para o Rio Grande do Sul. Segundo Angelo Trento (1989, p.18), entre os anos de 1880 e 1924, mais de 3.600.000 imigrantes teriam ingressado no Brasil. Destes, 38% seriam italianos. Para o Rio Grande do Sul, o número de ingressos de imigrantes italianos até o final do século XIX varia de 40.000 a 100.000 indivíduos. Importante ressaltar que era uma migração familiar, em que um homem encabeçava aquele núcleo familiar e as mulheres e crianças eram a ele vinculadas. Os idosos, igualmente. O governo brasileiro desejava atrair agricultores e, mesmo que tivessem outras ocupações na Itália, na busca pela propriedade da terra, assumiriam preferencialmente a condição de agricultores para a aquisição dos lotes⁴.

4 Segundo Boris Fausto (2006, p.241-242), “Depois de 1870, o governo imperial incentivou a vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul. Pequenos cultivadores procedentes em sua maioria do Tirol, do Veneto e da Lombardia estabeleceram uma série de colônias, das quais a de Caxias foi a mais importante. A atividade econômica dos italianos, além de seguir

2 E CHEGAM OS PADRES PALOTINOS

O processo de vinda e a chegada dos padres Palotinos em Vale Vêneto, apesar de esperado, foi também um momento impactante, uma vez que a Colônia Silveira Martins já estava vivendo momentos tensos entre imigrantes e religiosos (VESCIO, 2001). Embora os moradores de Vale Vêneto, que haviam financiado a vinda dos Palotinos, desejassem que estes exercessem suas atividades prioritariamente ali, eles acabaram por atender outras localidades da Colônia, fato que gerou tensões. Afinal, ter um padre era algo desejado em sua comunidade, pois haviam investido para isso. Depois de sua chegada e de criar vínculos com os imigrantes e suas famílias, mais sacerdotes vieram para trabalhar. Um aspecto muito interessante ao estudar a presença dos Palotinos é que estes foram assumindo muitas atividades, para além dos ofícios religiosos. Eles construíam igrejas e salões comunitários, escolas e seminários, fazendo parte da vida diária das comunidades. Desde cedo, se preocuparam com a educação católica dos imigrantes e seus filhos, com as vocações e a ampliação de sua catolicidade específica no interior das colônias⁵.

Em 1886, chegaram à localidade de Vale Vêneto, na região central do Rio Grande do Sul, os padres Palotinos Jacó Pfandler e Francisco Xavier Schuster, iniciando no pequeno núcleo colonial um projeto missionário que, em pouco tempo, se espalhou e chegou à cidade de Santa Maria (em 1896), onde assumem a direção da paróquia e desempenham um importante papel na política local e nas negociações com as elites. Os Palotinos se inseriram nas mais diversas atividades, tendo participação política e na vida cotidiana da região. Eram religiosos com uma visão de Igreja presente e atuante na sociedade, tendo convívio próximo e até vigilante com suas comunidades de atuação (SILVA, 2020). Como ressalta Wlaumir Doniseti de Sousa, entre os imigrantes italianos, “o padre chegava, por vezes, onde o Estado não havia chegado, garantindo a sua influência ultramontana em detrimento da modernidade” (Sousa, 2002, p. 287). Deveria ser um imigrante dócil, ordeiro e resignado, “tudo suportando com paciência, chegando à purificação dos pecados e à salvação da alma” (idem, p. 288).

alguns caminhos semelhantes à dos alemães, especializou-se no cultivo da uva e na produção de vinho. Entre 1882 e 1889, em um total de 41.616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, 34.418 eram italianos”.

5 Para Quaini: “A vinda dos missionários Palotinos ao Rio Grande do Sul é devida a duas razões fundamentais: o espírito missionário da Pia Sociedade das Missões/hoje Sociedade do Apostolado Católico, e ao insistente pedido de imigrantes católicos italianos que, ao sentirem muito a falta de sacerdotes de língua italiana, bateram à porta da Congregação da Propagação da Fé e também daquelas Congregações Religiosas europeias, especialmente dos Palotinos (QUAINI, 2016, p. 9)”.

Por outro lado, nas relações entre Igreja e Estado, é importante ressaltar que o Brasil saiu de um governo Imperial para se construir como uma República, desde 1889. Essas mudanças nas relações de poder administrativas e políticas também interferiram nas formas como a Igreja estabelecia suas relações com seus fiéis e com as formas institucionais de governo. Com a Constituição de 1891, ocorre a separação entre Igreja e Estado e uma nova página se inicia nos processos de laicização (ORO, 2011). Assim, observa-se que novas formas de influência passaram a ser buscadas pela Igreja Católica. A formação educacional formal será uma delas.

Os Palotinos fortaleceram os braços da Igreja Católica entre aquelas populações e também a legitimidade de sua atuação e presença constantes na vida cotidiana dos imigrantes (BIASOLI, 2010). O padre, papel de autoridade, sendo considerado o representante autorizado da Igreja nas colônias, exercia, na ritualidade católica, seu doutrinamento. Por meio das missas, da catequese e da presença constante na vida cotidiana dos fiéis, trouxe a perspectiva da Cúria Romana para terras brasileiras. De acordo com Otto (2006, p. 21), não se pode esquecer que a Igreja Católica apresenta um discurso institucionalizado e que, por meio de suas práticas e doutrinas, “difunde verdades que exercem uma forma de poder” (OTTO, 2006, p. 21)⁶.

Esta Igreja, trazida pelos Palotinos, estava, igualmente, nas expectativas dos colonos, pois desejavam, frente a tantas rupturas provocadas pela migração da Europa para o Brasil, ter uma noção de familiaridade religiosa mais ampla e menos abasileirada. Os Palotinos eram fiéis aos rituais que tinham na Itália, aos dogmas e ao controle, desempenhando um importante papel educador nas comunidades (SILVA, 2020). A inspiração dos sacerdotes advinha do fundador Vicente Pallotti, que havia sido proclamado “Santo de Roma”. Foi um evangelizador atento aos problemas sociais de sua época, com uma inspiração ultramontana⁷ e hierarquizada nos domínios da Igreja e fora dela. Tratava-se de um defensor de uma Igreja romanizada, alinhada com o poder centrado na pessoa do Papa, e este foi o modelo de religiosidade que os padres Palotinos trouxeram para seu tra-

6 Igualmente, observando-se historicamente o importante papel desempenhado pela fé católica entre aquelas populações, Luis Fernando Beneduzi salienta que: “A religião, particularmente a partir da figura do padre, procurará manter o controle sobre os diversos grupos de imigrantes, constituindo-se imagneticamente enquanto única instituição efetiva e desinteressadamente preocupada com o bem-estar da comunidade, sempre na busca de defender cada um de seus membros. O sacerdote procurará trazer para si essa função de eficaz indicador do caminho à comunidade, aquele que deseja, acima de tudo, o seu progresso humano e material, tanto diante dos italianos quanto diante das autoridades brasileiras (BENEDUZI, 2011, p. 141)”.

7 Como ressalta Biasoli, o ultramontanismo desejava verticalizar o poder da Igreja (BIASOLI, 2010, p. 22).

balho missionário e cotidiano no Brasil (PIZZOLATTO, 2003, p. 198; SILVA, 2020). Há que se pensar que este não era um movimento isolado em nível mundial e nem nacional.

Outras regiões do Brasil também se encontravam neste nível de disputas em torno de qual deveria ser o catolicismo e a Igreja Católica dominantes (HOORNAERT et al., 1992; AZZI, 1974, 1975, 1976; VIEIRA, 2016; COELHO, 2016). Havia, igualmente, uma tensão histórica acerca de uma visão de Igreja que se alinhava com as elites também, o que se verá, aos poucos, com os Palotinos na região central do Rio Grande do Sul⁸. Para crescer e se expandir, eles se alinham e entram em negociações com as elites locais, ampliando o poder de seu campo religioso⁹. Neste campo específico, buscando reconhecimento, poder e legitimidade, os Palotinos se tornam agentes de sua própria transformação. Num campo religioso, repleto de poderes e forças, eles se inserem nos embates e criam alianças. Aos poucos, são reconhecidos e respeitados em vários setores regionais.

3 A EXPANSÃO DA MISSÃO PALOTINA NOS NÚCLEOS COLONIAIS

Ao expandir seu trabalho missionário pelos núcleos coloniais, os missionários palotinos encontraram resistência ao seu modelo de Igreja Católica, centrado na hierarquia eclesiástica. Em alguns locais, sua autoridade passou a ser contestada por lideranças comunitárias que viam seus interesses ameaçados com a autoridade que os sacerdotes exerciam na comunidade e pelos demais padres que atuavam na região, que eram de uma linha mais liberal e desenvolviam seu trabalho sem levar em conta as orientações da Cúria Romana. Vitor Biasoli (2010) salienta que as intrigas políticas envolviam discussões acerca dos poderes do Papa. Há que se observar, igualmente, que a Itália do período enfrentava uma crise em seu catolicismo, havendo rupturas, bem como uma perda de fiéis, que questionavam muitos dos pressupostos e das práticas das elites religiosas.

Os palotinos, aos poucos, num trabalho gradual e incisivo, implantaram no Brasil o modelo ultramontano, que centralizava na figura do Papa o poder católico, bem como trazia uma certa perspectiva moral para os religiosos, limitando suas atuações nas comunidades. Na região, pode-se

8 Interessante observar, como nos aponta Comblin (1966, p.581), acerca do tipo de catolicismo específico vivido no Brasil. Um catolicismo que se naturalizou historicamente, o que nos permite compreender muitas das distinções que os imigrantes italianos percebiam entre o seu catolicismo e aquele dos brasileiros em geral.

9 Usamos campo aqui, no sentido a este atribuído por Pierre Bourdieu (1989), que nos aponta a observância deste enquanto um espaço de lutas, disputas e buscas por reconhecimentos e legitimidades. No caso dos Palotinos, tanto fora como dentro da Igreja Católica.

observar que houve acontecimentos muito potentes para se compreender o catolicismo na imigração italiana (BIASOLI, 2010; VESCIO, 2001; SILVA, 2020). Dom Cláudio Ponce de Leão, na época bispo do Rio Grande do Sul, abriu espaços, permitindo que a Pia Sociedade das Missões ampliasse seu projeto missionário. Essa ampliação contou também com momentos conflituosos, como em Novo Treviso, quando o padre Cornélio O'Connor, em seu ofício, discordava dos superiores e criou situações conflituosas entre Igreja e os colonos. Esses eventos atestam as disputas internas na Pia Sociedade das Missões, o que se tornava público nas atuações cotidianas dos religiosos nas comunidades. Contudo, como ressalta Schwinn (1918), os colonos tinham interesse em que seu núcleo colonial tivesse um padre residindo, pois viam nisso a possibilidade de crescimento e destaque em relação aos demais núcleos coloniais.

Quando os palotinos chegaram, Vale Veneto era atendido religiosamente por padre Sório¹⁰, que não foi muito simpático à inserção dos palotinos em núcleos coloniais que eram de seu domínio. Como ressaltado por Vendrame (2007, p. 114), Sório enviou carta ao bispo, reclamando da presença dos palotinos. Ele enfatizava que estes estavam aumentando seus domínios, o que atrapalhava suas atividades e causava problemas nos núcleos coloniais. Temos que lembrar que nem todos os imigrantes, agora já colonos, moradores das colônias, queriam a interferência da Igreja em suas vidas cotidianas, nem uma obediência cega ao Papa ou às autoridades clericais, e nem ao Vaticano. Queriam viver sua religiosidade e ter nela sua ordem de mundo e vivência da fé, mas sem senhores ou opressões, pois era disto que também fugiam na Itália.

Como ressaltado por Biasoli (2010), haveria, no final do século XIX, dois modelos de evangelização presentes e em disputa na Quarta Colônia de Imigração Italiana¹¹. Um deles seria o de padre Sório, que representava uma Igreja liberal, na qual o padre participava de atividades políticas, sociais e movimentos festivos que comemoravam a unificação da Itália. Tratava-se de um religioso com ideias próprias e conflituosas. Já os padres palotinos tinham como objetivo implementar um projeto religioso em sintonia com

10 Padre Antônio Sório chegou Quarta Colônia de Imigração Italiana em 1881, junto com o Padre Vítor Arnoffi. Segundo Vescio (2001, p.249), “Sório mantinha um relacionamento harmonioso com o ideário liberal da Maçonaria e, pelo que se pode apurar, preferia muito mais estar na companhia dos que bailavam, bebiam e criticavam a Igreja Ultramontana, do que entre os piedosos devotos, que nas orações e práticas devotionais se reuniam na igreja. Era favorável à unificação italiana e contrário à reforma ultramontana”.

11 Os municípios que hoje fazem parte da Quarta Colônia são: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

o catolicismo ultramontano, centrado na figura do padre, na hierarquia da Igreja, sob orientação do Papa e em sintonia com uma certa moralidade exigida institucionalmente, coisa que Sório não contemplava. Na vida prática da colônia, ambas as posturas encontrariam eco, simpatizantes e atritos, fazendo os colonos se sentirem parte de um momento político de sua fé, de suas tensões, contradições e negociações. Há que se observar, igualmente, que as localidades disputavam entre si por distinção e poder, seja na construção das igrejas, na adesão de adeptos e na apresentação de uma catolicidade ímpar. Além disso, queriam ascender socialmente e enfrentar todas as mazelas que um processo migratório transoceânico desenvolve.

A história do padre Sório é repleta de acontecimentos controversos e que ficaram nas memórias locais, favorecendo um sem-número de versões. Ele morreu em 1900, em circunstâncias repletas de mistérios. Após sua morte, o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão entregou aos palotinos o controle da paróquia de Silveira Martins, o que fez com que algumas disputas locais por projetos de evangelização e de compreensão acerca da vivência da catolicidade fossem encerradas, ao menos formalmente. O migrante italiano Andrea Pozzobon, amigo do padre Sório, que residia na comunidade de São Marcos, na qual era comerciante e professor, manteve uma mensagem crítica e fez voz de seu desagrado com os acontecimentos. Ele e padre Sório eram ambos integrantes da Sociedade Italiana Degli Abruzzi, que ressaltava o sentimento de italianidade e defendia o processo de unificação da Itália¹². Como ressaltava Vendrame (2007), após a morte de Sório, a comunidade de São Marcos (na qual habitava Pozzobon) ficou sem apoio religioso e, liderada por Pozzobon, negou-se a receber atendimento religioso dos padres palotinos. Isso causou entraves com o bispado, que ameaçou limitar a assistência religiosa, o que fez com que os colonos aceitassem os palotinos, mesmo a contragosto. Este fato revoltou Pozzobon, que argumentava que a Igreja devia ter um caráter mais liberal, diferente daqueles religiosos que começaram a atuar na localidade de São Marcos. Numa Itália que ainda estava em processo de unificação, os palotinos entendiam que as manifestações de apoio à pátria italiana eram um desrespeito à Cúria Romana, pois esta subtraiu territórios que pertenciam à Igreja Católica na Itália. Enfim, as disputas que se davam na Itália reverberavam na colônia Silveira Martins.

12 Nas memórias escritas por Andrea Pozzobon e publicadas por seus descendentes (1997), este deixa escrito que “Maio 1900 – O povo de Arroio Grande, São Marcos e Rosário, descontentes com administração dos Palotinos, tendo mandado protestar junto ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro, e não havendo obtido satisfação, envia ao bispo de Porto Alegre, Dom Claudio Ponce de Leão, uma comissão constituída dos senhores Francisco Sartori e Aníbal Mattiuzzi, a fim de ponderar em favor da população” (POZZOBON, 1997, p.179).

Os palotinos encontraram em Silveira Martins, sede da Quarta Colônia, um ambiente hostil e com disputas de lideranças locais. A presença de posições políticas diversificadas e da maçonaria tornaram a atuação religiosa ali um desafio. Algo diferente daquilo que estavam acostumados em Vale Veneto. Para De Boni, “... podiam surgir alguns problemas, pois havia carbonários, socialistas mazzinianos, agnósticos, maçons luso-brasileiros etc... mas nas colônias era diferente: lá o catolicismo rural do clero europeu entendia-se perfeitamente com a mentalidade rural dos colonos” (DE BONI, IN DACANAL, 1996, p. 242). Isso nos atesta que, naquele período, havia diferentes formas de compreensão acerca da catolicidade e também dos limites de atuação da Igreja.

Em Silveira Martins, houve a criação do monumento a Garibaldi, herói da unificação italiana e contrário à autoridade do Papa, que foi um marco e também um símbolo de como alguns imigrantes reagiam frente ao modelo de Igreja imposto pelos padres da Pia Sociedade das Missões. Como salienta Vêscio (2001), o busto em frente à igreja é sinal de força dos garibaldinos, italianos que se sentiam vinculados à sua terra natal, contudo os religiosos palotinos viam nesse episódio uma manifestação de forças daqueles que se posicionavam contra a Igreja Católica (VÊSCIO, 2001). Ou seja, havia muitas diferenças políticas e religiosas a serem negociadas. A política italiana e a vivência religiosa se mesclavam na colônia.

4 O TRABALHO EDUCACIONAL DOS PALOTINOS

Com atividades voltadas às famílias, especialmente para os jovens e crianças, os Palotinos, alastrando sua inserção na Quarta Colônia, procuravam criar atividades para a educação católica naquele contexto. Entre essas atividades, pode-se citar as visitas que faziam às famílias, missas, os retiros, os internatos, a revista *Rainha*, entre outras atividades que adentravam a vida das famílias. Essas foram ferramentas para que a doutrina católica fosse mais cotidianamente incorporada, sempre seguindo as orientações da Cúria Romana. Nisso, havia também a busca pela hegemonia da moralidade católica compreendida por aqueles Palotinos.

Em 1922, foi inaugurado o seminário *Rainha dos Apóstolos*, que desempenhou um importante papel educativo e despertador de vocações para a vida religiosa na região. Este passou a ser um espaço privilegiado para as famílias dos colonos instruírem seus filhos, numa educação privilegiada. Para o seminário de Vale Vêneto vinham jovens de todo o Rio Grande do Sul. Alguns ali formados se tornaram, posteriormente, nomes importantes para a Pia Sociedade das Missões pelo país, ampliando a atuação dos Palotinos. Esta localidade foi também o berço de muitas “vocações”, sendo, por muito

tempo, um núcleo formador de uma elite letrada e também de líderes religiosos.

Há que se considerar que, com pouca terra e muitos filhos, a vocação religiosa entre as numerosas proles era uma possibilidade de ascensão e de sobrevivência. Além disso, muitas famílias queriam ter seus próprios religiosos, o que atribuía distinção àquele núcleo familiar. No seminário, recebiam instrução, letramento e desenvolviam habilidades que, posteriormente, levavam para seus núcleos de origem. Foi, com certeza, uma instituição que muito contribuiu para o desenvolvimento da região e para o despertar de muitas carreiras acadêmicas e científicas. Formou líderes, pensadores, professores, uma elite que se alastrou pelo estado todo.

Quando o padre italiano Caetano Pagliucia assume a paróquia de Santa Maria, em 1900, constrói o colégio São Luís, que foi inaugurado em 1904. Para o serviço educacional na região, são chamados também a ordem dos maristas, as irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que, em 1905, abriram o colégio Sant'Anna com internato e externato (RIGO, 2010, p. 191). Este trabalho e a vinda, posteriormente, de outras congregações, fez Santa Maria e região serem um polo de vocações e também de excelência educacional, por meio de escolas, colégios e faculdades. Aliás, o Padre Caetano Pagliucia foi um incentivador de muitas atividades na região. Em 1929, cria o patronato agrícola Antônio Alves Ramos, que se tornou uma instituição dedicada à formação e acolhimento de crianças carentes da sociedade santa-mariense. Possuía como lema “servir, amar, educar para a formação integral”. Segundo Quaini (2016), os estudantes eram carentes ou órfãos, sendo atendidos em um regime de internato, com aulas de formação moral, religiosa e educacional. Tal trabalho permitiu que a relevância social e política dos Palotinos se expandisse em nível local e regional.

Do ponto de vista das normativas, o trabalho educacional executado pelos Palotinos tinha como fundamento os ensinamentos e dogmas da Cúria Romana e também o carisma de Pallotti¹³, que visualizava no bem uma forma de educação católica. E tal postura era introduzida nos processos pedagógicos das escolas. Neste processo educativo e evangelizador, outro importante instrumento foi a revista *Rainha dos Apóstolos*, que levava a mensagem católica para outros lugares. Esta foi fundada no ano de 1923, pelo Padre Rafael Iop, no seminário de Vale Vêneto. Ela tinha como objetivo divulgar a vida e obra de São Vicente Pallotti e o trabalho missionário por eles realizado. Para Quaini, “desde o segundo número da Revista Rainha dos

13 Por carisma, compreende-se, conforme a doutrina da Igreja, um dom do Espírito Santo recebido para que a missão da Igreja se cumpra. O Espírito Santo é uma força criadora e ordenadora na cosmologia cristã.

Apóstolos até abril de 1925, Pe. Rafael Iop foi publicando capítulos da vida e obra do Venerável Vicente Pallotti” (QUAINI, p. 52). Em 1924, a revista se torna mensal e adentra os lares das famílias, levando mensagem católica e palotina, na perspectiva de que, seguindo as hierarquias da Cúria Romana, a mensagem católica seria melhor absorvida. Foi um importante veículo de comunicação e levou o letramento como pátria para as colônias.

Neste sentido, há que se observar que, em 1877, quando as famílias migrantes chegam na Colônia Silveira Martins, alguns de seus membros eram letrados, pois na Itália já estava em prática o letramento público. Contudo, nas colônias, nos primeiros tempos, terão somente as escolas por eles mesmos criadas e com professores também migrantes, como foi Andrea Pozzobon. Assim, na segunda geração, talvez o letramento tenha sido menor do que entre os pais, que vieram da Itália. Além disso, os pais tinham que pagar a educação dos filhos, o que nem sempre era possível, tendo que quitar a dívida dos lotes de terras e manter o sustento das famílias. O trabalho dos Palotinos, neste sentido, em muito contribuiu para a educação na região.

5 OS PALOTINOS E SUA MISSÃO CRESCEM E FLORESCEM

Foi em 1896 que os Palotinos receberam do Bispo Dom Cláudio José Ponce de Leão um convite para assumir a paróquia de Santa Maria. Naquele período, a cidade estava em crescimento e era um importante polo aglutinador da região. Teve-se, em 1885, a chegada da linha férrea, a instalação do telégrafo, a construção do Teatro Treze de Maio, da nova igreja matriz e do Hospital de Caridade. Neste processo de crescimento urbano, estavam junto os religiosos católicos. De acordo com Beltrão (2018, p.213), em 1910, Santa Maria já tinha uma população estimada em 15 mil pessoas, com construções, prédios e uma urbanidade crescente.

Naquele momento, a paróquia de Santa Maria estava num período tenso e de descrédito, oriundo de conflitos locais (KARSBURG, 2007). Como ressalta Biasoli (2010), a Igreja passava por um momento complexo, havendo pouca estrutura física, poucos fiéis, as brigas com a Maçonaria, que era forte na cidade e tinha entre seus membros muitas lideranças locais e membros da elite. Para se ter uma noção dos conflitos, o Padre José Marcelino Bittencourt, responsável pela freguesia de Santa Maria, foi atacado por homens a cavalo em pleno centro da cidade, na Praça Saldanha Marinho. Um padre que lhe acompanhava teria sido gravemente ferido em um dos olhos (BIASOLI, 2010, p. 126). Ou seja, havia tensões entre os religiosos e a população, e essas se manifestavam publicamente.

Depois deste acontecimento, o Bispo Dom Cláudio Ponce de Leão tornou Padre Catalano o pároco da cidade. Contudo, ele não foi bem avaliado pelos párocos locais, sendo considerado pouco eficiente, não celebrando missas e não organizando a prática dos sacramentos (BIASOLI, 2010). Em 1895, Dom Cláudio repreende publicamente Padre Catalano, o que faz com que fiéis simpatizantes a ele ameaçassem o Bispo. Foi assim que veio para a cidade o Padre Carlos Becher, que, igualmente, em pouco tempo, foi convidado a se retirar (BIASOLI, p.132). Foi assim, nesse quadro de ataques e tensões, que o Bispo interditou a paróquia e a entregou aos Palotinos, que nomearam o Padre Pedro Wimmer como pároco (BONFADA, 1991). Relata Bonfada (1991) que, ao assumir a paróquia de Santa Maria, em 1896, Padre Pedro Wimmer foi ameaçado, sendo que a Maçonaria solicitou que ele tirasse a batina. Disse ele: “Cada soldado tem seu uniforme. Eu sou soldado de Cristo e meu uniforme é a batina; esta ninguém me faz tirar” (BONFADA, 1991, p.106). Entretanto, sua defesa e resistência fizeram com que ele ficasse até 1900 na cidade. Ressalta Probst (1989, p. 54), que “o vigário não cedeu nenhum passo. Ele sabia que não se tratava propriamente de sua pessoa, e sim dos princípios da fé cristã”. Estes atritos apontam para a tensão no espaço religioso naquele momento na cidade e que as formas de negociação nem sempre eram as esperadas.

Vários registros eclesiásticos daquele período salientam os atritos com a Maçonaria local. Eventos tensos foram atribuídos a maçons, como a agressão ao Padre Marcelino Bittencourt, a expulsão do Padre Becher e as ameaças feitas ao Bispo e ao Padre Pedro Wimmer (BONFADA, 1991), salientando o quanto havia um clima tenso de disputa política e também religiosa, que ia além das questões valorativas e dogmáticas. Contudo, para Karsburg (2007), a Maçonaria não seria tão coesa nem teria tantos poderes como aqueles que aparecem nos escritos eclesiásticos. Talvez as forças em tensão fossem de outra natureza que não somente a religiosa no sentido literal. Como aponta Biasoli (2010), Padre Caetano, ao trabalhar na educação e instruir os filhos das elites, tornava-os católicos em suas visões de mundo (BIASOLI, 2010) e via neles aliados. Assim, várias congregações começam seus trabalhos na área da educação na cidade, ampliando o poder da Igreja Católica e sua influência na região. As elites regionais também enviavam seus filhos para estudar em Santa Maria e região¹⁴.

14 Segundo Biasoli: “A Igreja atuava em várias frentes, e no final da década de 1910, estava consolidada em Santa Maria. A construção da matriz possibilitara a base para o estabelecimento do bispado, as escolas católicas ofereciam a resposta à disseminação dos valores liberais, forjando uma juventude e futura elite afinada com os valores da romanização, assim como a atuação no hospital e nas obras beneficentes colocava a Igreja no campo social (BIASOLI, 2010, p. 182)”.

O trabalho persistente de várias congregações e especialmente dos Palotinos fez com que sua influência crescesse muito e estivesse em sintonia com o catolicismo ultramontano e com a Cúria Romana. Ao serem apoiados pelos Bispos, os Palotinos ampliaram suas atividades na área educativa e sua extensão de influência. Isto porque alguns dos Bispos daquele período entendiam que os Palotinos renovariam a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, trabalhando na evangelização e na educação nas famílias para a vivência de um catolicismo mais ordenado e hierarquizado. Isso também se observa nos vários instrumentos pedagógicos e de comunicação utilizados pelos Palotinos, levando uma moral cristã para seus fiéis, com uma ordem moral socializadora e que, acreditava-se, estava em sintonia com as normas do Vaticano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi no processo migratório de italianos para a região central do estado do Rio Grande do Sul que os Palotinos encontraram um momento particularmente positivo para sua inserção entre aquelas populações. Foi assim que a Pia Sociedade das Missões começou a atuar, evangelizando famílias, por meio de atividades diversas nas colônias, sendo também um instrumento moralizante. Da região colonial, rumam para Santa Maria, maior cidade da região e, ali chegando, em 1896, se tornam importantes instrumentos de evangelização e educação. Criam escolas, adentram nas negociações com as elites, enfrentam a Maçonaria e se colocam como alinhados às regras do Vaticano e do Papa.

Há, desta forma, uma aliança entre grupos que, com interesses próprios, sobrevivem nos objetivos comuns a todos: a educação dos jovens e a catolização das gerações vindouras, numa expectativa mais moralizante e também mais ilustrada. Apesar dos atritos, havia pontos comuns que foram potencializados, vislumbrando conhecimento e educação de qualidade. A moralização, o enfrentamento às ideias liberais, à Maçonaria, entre outras questões, favoreceram a entrada e permanência dos Palotinos no cenário político, educacional e cultural da região. Eles se tornaram uma força política a ser ouvida nas decisões locais também. Isto pode ser observado já nas primeiras décadas do século XX (SILVA, 2020).

Desta forma, este artigo procurou salientar o quanto os Palotinos souberam fazer valer suas articulações políticas para ampliar sua missão na região central do estado. Entraram na região e na cidade de Santa Maria num momento tenso entre a Igreja Católica e seus fiéis e foram estratégicos, especialmente o padre Caetano Pagliuca, que soube fazer redes e estabelecer relações de longo prazo. Os Palotinos e outros religiosos, ao se tornarem

influentes no campo educacional local, por meio da propagação dos valores ultramontanos e da Cúria Romana, tornaram-se protagonistas de uma catolicidade desenvolvimentista na região. Abriram escolas, participaram da vida cotidiana das famílias, educaram seus filhos, criaram estratégias de comunicação e de formação de religiosos e foram, num diálogo constante com os poderes constituídos, alargando sua influência e seu prestígio.

Em suma, conhecer e trazer os elementos acima expostos, tanto da imigração italiana para o Rio Grande do Sul quanto para a inserção dos Palotinos, mostra-nos o quanto os processos migratórios são complexos e dinâmicos. Estudar suas religiosidades é um importante avanço para se ter uma dimensão maior acerca da vida cotidiana dos imigrantes, das presenças das elites locais, das disputas políticas, seja no interior da Igreja ou fora dela, bem como para uma maior compreensão da história da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido, há muito ainda a ser estudado, especialmente se observarmos estudos mais localizados e que nos apresentam situações como as expostas no presente artigo. Assim, procuramos ter contribuído para uma ampliação na compreensão desses temas, seus agentes, tensões, contradições e também coesões.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 95–130, 1976. DOI: <10.29386/reb.v36i141.4077>. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4077>>. Acesso em: 16 set. 2024.
- AZZI, Riolando. O movimento de Reforma Católica durante o século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 34, n. 135, p. 646–662, 1974. DOI: 10.29386/reb.v34i135.4181. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4181>>. Acesso em: 16 set. 2024.
- AZZI, Riolando. Os Capuchinhos e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica do Século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 35, n. 137, p. 123–139, 1975. DOI: 10.29386/reb.v35i137.4143. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4143>. Acesso em: 16 set. 2024.
- AZZI, Riolando. Religiosidade Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 38, n. 152, p. 642–650, 1978. DOI: 10.29386/reb.v38i152.3896. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3896>. Acesso em: 16 set. 2024.

- AZZI, Riolando. Família e valores na sociedade brasileira numa perspectiva histórica (1870-1950). *Síntese: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 14, n. 41, 1987. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1908>. Acesso em: 16 set. 2024.
- BELTRÃO, Romeu. *Santa Maria: o passado pitoresco, em prosa fluída*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2018.
- BENEDUZI, Luis Fernando. *Imigração Italiana e Catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2008.
- BIASOLI, Victor. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 2010.
- BONFADA, Genésio. *Os Palotinos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COELHO, Tatiana Costa. *Os discursos romanizadores no Brasil durante o século XIX: Os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- COMBLIN, J. Situação Histórica do Catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 574-601, 1966. DOI: 10.29386/reb.v26i3.5005. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/5005>. Acesso em: 16 set. 2024.
- DACANAL, José Hildebrando. RS: *Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- DE BONI, Luis. (org.). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2006.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIRON, Loraine. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Ed. EST, 2007.
- HOORNAERT, Eduardo (Org.). *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir de um povo –segunda época*. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1992.

- KARSBURG, Alexandre de O. *As ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia*. Santa Maria: UFSM, 2007.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. Armida Lorenzoni Pereira. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- QUAINI, João Baptista. *Origem histórica da província Nossa Senhora Conquistadora: Primeira Parte*. Santa Maria: Biblos, 2016.
- ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 221–237, 2011. DOI: 10.15448/1984-7289.2011.2.9646. Disponível em: <https://revistas-eletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/9646>. Acesso em: 22 set. 2024.
- OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875 -1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.
- PIZZOLATTO, Valentim. *A Igreja: na perspectiva do século XIX e no profetismo de Vicente Pallotti*. Porto Alegre: Pallotti, 2003.
- PROBST, Carlos. 1989. *História da província da Pia Sociedade das Missões (PSM – Palotinos)*. Londrina: 1989. Texto datilografado, 181 p.
- RIGHI, José; BISOGNIN, Edir; TORRI, Valmor. *Os povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.
- RIGO, Pe. Enio José. *A Diocese de Santa Maria RS (1910-2010): eu te agradeço, pelo teu imenso amor*. Santa Maria: Pallotti, 2010.
- SANTIROCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. *Reflexão*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 161–181, 2018. DOI: 10.24220/2447-6803v42n2a3999. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/3999>. Acesso em: 16 set. 2024.
- SILVA, Algir Facco da. *A inserção dos Palotinos na Quarta Colônia de Imigração Italiana*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais das UFSM. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.
- SOUSA, Wlaumir Doniseti de. *Imigração italiana e Igreja: Ultramontanismo e neo-ultramontanismo*. IN: DREHER, Martin (org). 500 anos de Brasil e a Igreja na América Meridional. EST Edições: Porto Alegre, 2002. pp.276-293
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural ítalo-brasileiro, 1988
- VENDRAME, Maira Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: A organiza-

ção dos imigrantes italianos na organização da ex-colônia de Silveira Martins. Santa Maria: UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luis. *O crime do Padre Sório: maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: UFSM, 2001.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil*. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2016. 2v.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil. *Tessituras*, v. 1, p. 21-44, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/issue/view/251>>. Acesso em: 22 set 2024.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS*. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZARO, Pe. Jadir. *A província Nossa Senhora Conquistadora: nossa História, nossa Trajetória*. Santa Maria: Pallotti, 2016.

Recebido em: 01/07/2024

Aceito em: 01/11/2024

VOZES FEMININAS: MEMÓRIAS SOBRE A RELIGIOSIDADE NA VIDA DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES

FEMALE VOICES: MEMORIES ABOUT RELIGIOSITY IN THE LIVES OF ITALIAN IMMIGRANTS AND THEIR DESCENDANTS

Cristiane Bondan Raampazzo¹

Gerusa Bondan²

Alexandra Spolti³

RESUMO

O sistema patriarcal, que sempre reforçou a importância do masculino, relegou às mulheres condições secundárias e de inferiorização na sociedade. Nesse sentido, no presente artigo, escuta-se o que as mulheres têm a dizer sobre o passado vivido na região de maior concentração de colonização italiana do Estado do Rio Grande do Sul acerca da igreja como instituição e dos padres como seus representantes, e sobre a influência por eles exercida no cotidiano dos imigrantes. Para tal, foram entrevistadas dez mulheres, todas com mais de oitenta anos de idade, que tenham algum vínculo com a questão da italianidade. A intenção é poder perceber como essas descendentes dos imigrantes italianos veem hoje esse passado, e o modo como a religião – a igreja e os padres – atuou no sentido de manutenção da situação vigente à época.

Palavras-chave: Igreja; Padres; Imigrantes italianos; Mulheres.

ABSTRACT

The patriarchal system, which has always reinforced the importance of the masculine, relegated women to secondary and inferior conditions in society. In this sense, in this article, we listen to what women have to say about the past lived in the region of Italian colonization in the State of Rio Grande do Sul about the church as an institution and the priests as its representatives, and about the influence exercised by them in the daily lives of immigrants. To this end, ten women were interviewed, all over eighty years of age, who have some connection

1 Departamento de História da Universidade de Caxias do Sul, ênfase em História do Rio Grande do Sul e Imigrações.

2 Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (1999), Especialização em Literatura Infanto-Juvenil pela Universidade de Caxias do Sul (2003) e Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (2012).

3 Graduada em Fisioterapia pela Faculdade da Serra Gaúcha - FSG (2013) com bolsa integral PROUNI. Título de Especialista em Fisioterapia em Gerontologia pela Associação Brasileira de Fisioterapia em Gerontologia - COFFITO/Abrafige (2024). Mestra em Envelhecimento Humano - Bolsista Fundação Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa Gerontecnologia (2024).

with the issue of Italianity. The intention is to be able to understand how these descendants of Italian immigrants see this past today, and the way in which religion – the church and priests – acted to maintain the situation in force at the time.

Keywords: Church; Priests; Italian Imigrants; Women.

INTRODUÇÃO

É fato que, conforme sentenciou Simone de Beauvoir (1967), por muito tempo, os homens foram concretamente os donos do mundo. A anatomia masculina era representativa do modelo da perfeição, em detrimento do seu ‘oposto’, o corpo feminino, e características como coragem, força e virilidade eram vistas – pelos homens – como inerentes à figura masculina. A supremacia masculina delegou pouco ou nenhum prestígio às mulheres, que foram isoladas pelos homens da esfera mais abrangente da sociedade em seus campos econômico, social, religioso e político.

Na corroboração da dominação masculina no ocidente, foi decisivo o papel da igreja católica, cuja desconsideração da mulher constituiu elemento de coesão na sua instituição. O desvendamento do sexo por Adão e Eva foi atrelado à mulher pelo Papa Clemente de Alexandria, no século II (Gatt, 2019, p. 5). Esta foi uma das razões pelas quais a mulher foi excluída do âmbito social, dado que a ela foi imposto o rótulo de pecadora e pervertida. De igual modo, a Lei Secular substanciou o seu confinamento ao espaço pertinente à esfera doméstica por seu caráter reducionista, ao estigmatizar o ser feminino por sua natural frivolidade, artilosidade, perspicácia e desprovida de sagacidade e inteligência.

Sabe-se que a imigração italiana na região da serra gaúcha, que ocorreu entre o fim do século XIX e o início do século XX (Thiel, 2024), possui sua matriz religiosa fundada no catolicismo, e que seus pressupostos se mantiveram quando do estabelecimento dos imigrantes no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o presente artigo traz as memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos em relação ao papel da igreja na sociedade da época, bem como suas percepções atuais acerca dessa influência.

Nesse contexto em que importa sobremaneira a memória feminina, é oportuna a afirmação de Chauí (2000, p. 158), de que “a memória é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”. Desse modo, postula-se que o presente artigo possa, também, servir como uma forma de salvaguarda do passado pelas ‘mãos da memória’ das entrevistadas, afinal, como bem apontou Maluf (1995, p. 19-20):

o confronto entre a história das mulheres e a história dominante [...] apresenta uma privilegiada oportunidade para o historiador repensar os parâmetros que informam a interpretação histórica. Tal confronto permite a reescrita constante da história a partir de outras formulações e outras experiências, o que possibilita a contínua emergência de novos sujeitos. Assim, as noções de mudança e movimento histórico revelam diferenciados agentes, igualmente participantes do processo histórico, inseridos na trama social, política e econômica de formas até aqui pouco capturadas.

O recorte espacial adotado para tanto é a RCI – região de colonização italiana do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente, parte da área que abrange a denominada serra gaúcha, e as colaboradoras orais são todas católicas e representam a terceira geração de imigrantes. São mulheres que nasceram entre os anos de 1925 e 1945, possuem mais de oitenta anos de idade, e residem na cidade de Bento Gonçalves – RS. As entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril do ano de dois mil e vinte e quatro⁴. Das dez entrevistadas, apenas a metade nasceu no município de Bento Gonçalves; as demais se mudaram após o casamento e nasceram nas cidades de Farroupilha, Garibaldi, Muçum, Arroio do Meio e Veranópolis, sendo que duas nasceram na cidade e oito em localidades do interior. Atualmente, duas mulheres são casadas e oito viúvas, sendo que todas tiveram filhos. Ademais, todas são alfabetizadas, brancas e eleitoras.

Ao final das audições e transcrições, para o devido enquadramento no escopo da pesquisa, foram selecionados os trechos mais significativos para o tema desse estudo. Nas citações que constam nesse trabalho, foram realizadas correções quanto à fala e à pronúncia e suprimidas repetições.

A opção por entrevistar somente mulheres deve-se ao fato de que elas foram historicamente invisibilizadas, mas, devido à sua significativa participação no desenvolvimento da região colonial, suas contribuições podem enriquecer a historiografia por fornecer um novo olhar acerca da história da imigração.

A metodologia da história oral, que faz uso da memória, possibilita, por meio das entrevistas, através da imersão em memórias individuais, compreender as trajetórias de vida dos indivíduos, assim como das sociedades em que estão inseridos. De acordo com Bosi (2004, p. 54), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

4 Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

História e memória são complementares, visto que uma depende da outra. A memória é formada por lembranças e esquecimentos, já a oralidade é uma das formas de materialização da memória, uma vez que possibilita trazer à tona importantes aspectos de vivências passadas, e dessa forma recriar, mesmo que parcialmente, o espírito de uma época, contribuindo para a tessitura da História.

Teoricamente, essa pesquisa enquadra-se na Micro História, visto ela compreender tanto análises micro quanto macro, o que proporciona novos entendimentos acerca da trajetória das sociedades, uma vez que oportuniza “o surgimento de uma infinidade de problematizações, como maneiras de pensar a relação entre o individual e o coletivo, a família e a comunidade, o local e global, e também a produção social do espaço” (Becker Neto; Vendrame, 2022, p. 76).

Encontrou-se, pois, nas fontes orais, uma forma de pensar essa tessitura de relações oportunizada pela Micro História, dado que, embora o que se concertou chamar aqui de História Oral esteja vinculada a moldes culturais, seu estudo ocorre segundo “conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e por meio do impacto que essas tiveram na vida de cada uma” (Portelli, 1997, p. 15). A história das mulheres, nesse contexto, foi acolhida pela História Oral, já que o uso das fontes orais ampliou “o cenário da pesquisa histórica” (Salvatici, 2005, p. 31) e introduziu “novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns” (Salvatici, 2005, p. 31).

1 A RELIGIÃO ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS SOB A ÓTICA FEMININA

Dotada de complexidade e subjetividade, a religião abarca uma multiplicidade de áreas das ciências e suscita diferentes pesquisas, que vão desde o seu surgimento e fenomenologia até a sua prática em comunidades distintas. Dias (2012, p. 16) traz a importância da religião “na formação cultural e na construção dos sentidos no âmbito social, assim como no individual, [porque] aponta as vivências intersubjetivas, e é nessa fronteira que a pessoa se situa, elaborando sua experiência e atribuindo significados, transformando a si e ao mundo”. Nessa demanda de localização e identificação, a religião pode ser considerada como produção humana de uma realidade dentro da qual os homens procuram “se entenderem e se explicarem a si mesmos no mundo” (Berger, 1985, p. 7).

No que cabe ao tema do presente estudo, todavia, volta-se o foco ao seu caráter de coletividade, uma vez que os imigrantes italianos que se

instalaram no Brasil – cerca de 1,4 milhões de pessoas (IBGE, 2024) – eram católicos habituados a frequentarem a igreja, dado que permite conceituar a religião, também, enquanto “sistema solidário de [...] crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem” (Durkheim, 1955). De acordo com Rampazzo (2023, p. 43):

os imigrantes aqui chegados, portadores de uma forte crença religiosa, concebiam que Deus teria poder para agir sobre tudo e todos, trazendo a cura para os males e bênçãos para suas vidas, sendo que procuraram reproduzir nas colônias a mesma forma de religião que era professada em seus países de origem.

Ademais, diante das dificuldades que implicam uma imigração e, no caso dos italianos, a instalação em terras completamente desconhecidas e em condições precárias, é comum a necessidade de identificação como grupo social, como coletividade. Nesse contexto:

esses estrangeiros escolheram justamente a religião como elemento de reorganização e identificação social [...] porque a religião é o principal elemento de ordenação do mundo. Em outras palavras, a religião, enquanto experiência social do homem, seria a legitimadora da ordem, da harmonia universal, capaz de dar significado à vida dos indivíduos. Então, teria sido esse o fator que fez com que a maioria dos italianos imigrados se apegasse à religiosidade no momento em que reconstruía seu mundo social. Ou seja, era por meio da religião que eles compreendiam suas existências, seus pertencimentos e pautavam suas relações sociais (Machioski; Gonçalves, 2019, p. 172).

O poder da igreja era oriundo da legitimação recebida dos próprios imigrantes. Em outros termos, nessa posição de dependência da igreja, para quem se encontrava em um mundo novo, onde tudo era diferente de sua pátria de origem, não era incomum o sentimento de perda identitária, e “o apego ao discurso religioso preenchia não só um vazio espiritual para esses imigrantes, mas também de identificação, sobretudo, social e cultural” (Machioski; Gonçalves, 2019, p. 172). Em confirmação ao descrito supra, Manfroi (1975, p. 139) descreve que:

A Religião Católica foi, sem dúvida, a força que permitiu aos imigrantes italianos se integrarem no novo ambiente e formar aquela solidariedade indispensável para enfrentar

todas as dificuldades materiais e psicológicas dos primeiros tempos. [...] Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social.

Zanini (2006, p. 137) também considera que “a religião foi um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do imigrado em terras brasileiras”. Vannini (2010, p. 2-3), por sua vez, reforça esta afirmação:

Os italianos, que já eram católicos de origem, encontraram na igreja a referência da organização social na nova terra. Em torno das capelas, originaram-se as comunidades e as bases para o desenvolvimento econômico e político. Aliado a isto, ainda estava o fator espiritual. No relativo isolamento das colônias, a religião foi elemento estabilizador e normatizador do grupo em questão.

Para a instituição do catolicismo nas terras colonizadas pelos imigrantes italianos eram imprescindíveis, no entanto, a existência de igrejas e a presença de padres. Os imigrantes precisavam deles, inclusive, no processo de apropriação e transformação do espaço a ser colonizado, em que estavam implicados seus “modos de vida e aspectos da cultura e identidade desse grupo social” (Manfio; Pierozan, 2022). A igreja e os padres representavam a essência da cultura dos imigrantes, mesmo que “parte da cultura e identidade foram sendo recriadas no novo território” (Idem).

As igrejas, além de servirem de local de orações e de manutenção da fé – materialização visível dos costumes e valores dos imigrantes italianos (Manfio; Pierozan, 2022) –, assumiram a posição de ponto de encontro para os habitantes das proximidades. Além da prática dos sacramentos, na igreja se reuniam para as diversas atividades que envolviam os moradores. Toda a vida social na colônia girava em torno da igreja. Pode-se dizer que a Igreja acompanhava o homem desde o berço até o túmulo e adotava algumas práticas que lhe permitiam o controle sobre seus fiéis. Foucault (1988, p. 26) traz que “por meio da confissão, a Igreja Católica controlava as palavras, os pensamentos, os desejos carnisais, o prazer e os pecados [...]” e, mais do que isso, determinava o que era pecado ou não.

Muitas foram as igrejas e empreendimentos construídos sob a supervisão e pelos padres, e com o auxílio financeiro das próprias pessoas residentes nas localidades que receberiam essas construções. Firma-se, assim, “a religiosidade católica como aspecto fundamental da identidade

cultural da região, pois estão materializados os elementos deste universo como: capelas, monumentos aos religiosos já falecidos, grutas, capitéis, altares religiosos nas casas, igrejas” (Manfio; Pierozan, 2022).

Exemplos são a igreja de Santo Antônio e o Colégio Scalabriniano Medianeira⁵. De acordo com Terezinha Veiga (93 anos, 2024), “os padres ficavam muito tempo, os que ficaram construíram a igreja, porque era uma casinhola de madeira [...]”. O padre Luís Mascarello “ficou mais tempo, praticamente construiu a igreja”.

O padre era um ser soberano para os imigrantes italianos. Cabia-lhe a função de exercer o poder religioso sobre eles com legitimidade, uma vez que o seu discurso era aceito pelos colonizadores, que lhe deviam respeito e obediência. O padre fazia parte do cotidiano do colono como representante da verdade. Seus preceitos eram acatados prontamente, sem questionamentos, e um deles era o jejum como preparação para a comunhão. Segundo Ida Tomasi (92 anos, 2024), “ah, era horrível [...] a gente não podia comer depois de meia noite [...] para ir comungar!”:

O padre, homem sábio, era a autoridade constituída mais respeitável, por estar sempre no cotidiano de seus fiéis súditos, que procuravam, além de amparo da Divina Providência, um amparo moral, que impedisse e amenizasse seu sofrimento, um homem sábio que transmitisse, não importa a qual interesse, coisas novas, coisas concretas, que trouxesse a tão esperada benção da família, da lavoura, da casa, dos animais, fontes primordiais de energia para estas pessoas (Lenzi, 2022).

Marcelina Soares (96 anos, 2024) comentou que, na localidade em que morava, não havia padre fixo. Os colonos geralmente eram atendidos pelo pároco de Garibaldi, mas na impossibilidade desse, pelo de Monte Belo do Sul, e que tinha missa uma vez por mês. Perguntada se os padres eram muito rigorosos, respondeu que “não, eu gostava deles”.

Mercedes Zandoná (86 anos, 2024) corrobora o descrito supra por Marcelina Soares. Ela também relatou que os padres iam uma vez por mês na comunidade em que ela vivia: eram “muito queridos, muito, um melhor que o outro”, visitavam as famílias, benziavam as casas e “depois, às vezes, já almoçava[m] lá, tomava[m] café [...] eles se tornaram que nem amigos da família”.

Assim como Terezinha Veiga (93 anos, 2024), Clari Sartor (87 anos,

5 Ambos em Bento Gonçalves – RS.

2024) recordou as festas do mês de maio, considerado o mês de Nossa Senhora. Enquanto a primeira rememorou participar da simbólica coroação de Nossa Senhora na igreja matriz, essa lembrou que ia todas as noites, junto com a avó, na celebração Mariana. Além destas, as demais colaboradoras comentaram a ocorrência das festas dos padroeiros, das procissões e outros eventos festivos nas comunidades católicas.

Dir-se-ia de uma forma de manter os hábitos adquiridos e cultivados na Itália e, na colônia, um meio eficaz de conservar a união entre as famílias – dado que, no interior, era comum que as casas fossem afastadas entre si. Ainda, era uma estratégia conveniente no sustento da fé do imigrante na igreja católica e na angariação de fundos para as paróquias.

Eutália Bianchetti (89 anos, 2024), na mesma seara, descreveu que não se pagava dízimo. Cada família ajudava a igreja da forma como podia, mas não havia cobrança fixa, e que os padres tinham muito mais trabalho do que hoje em dia, porque não dispunham de auxílio como atualmente: “... não tinha tanto ministro como tem agora que faz, paga, recebe. Naquele tempo, eram os padres [...] iam a cavalo nas casas”. Pode-se observar que, para as famílias que viviam no interior, distantes das vilas e cidades maiores, a visita de um padre era um acontecimento de grande importância, afinal, o padre possuía a formação necessária para proporcionar aos imigrantes italianos a vivência no catolicismo. O sacerdote era investido de um poder simbólico – que, de acordo com Pierre Bourdieu (2012), é aquele poder recebido dos que a ele estão submetidos – e, de certa forma, de um poder real, aquele poder de construção da realidade, uma vez que era o detentor dos “meios de afirmar o sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações (hierarquia) e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados” (Rosa, 2017, p. 6).

O poder que a igreja exercia nos imigrantes italianos, por meio da presença e atuação de um sacerdote nas colônias, dava-se segundo a total cumplicidade dos colonos. São comuns, na literatura, trechos de entrevistas e documentos – dentre outros – que registram a exigência, por parte dos imigrantes italianos, da corporatura de um sacerdote em localidades da serra gaúcha em que eles se radicaram. Percebe-se, igualmente, um movimento de aproximação e afastamento dos imigrantes, no cotidiano do sacerdote, que lhe garante ainda mais notoriedade e autonomia para agir segundo os interesses da igreja.

A aproximação do padre com as famílias, assim como os eventos e celebrações religiosas, era motivo de orgulho para os imigrantes e seus descendentes e, algumas vezes, possibilitava ao sacerdote a intervenção em outras questões: “eu lembro dele [padre] no púlpito pedindo dinheiro pro

povo para poder terminar [a igreja]” (Terezinha Veiga, 93 anos, 2024); “eu me lembro bem do Padre Aleixo, que ele era assim, ele prolongava a missa muito, muito, muito, na hora do sermão ele falava, falava [...] e ele falava as coisas que nem, ele meio cutucava as pessoas né. Dele me lembro bem” (Zenaide Schuvartz, 84 anos, 2024).

Nesses dois depoimentos, descortinam-se dois momentos diferentes na interatuação religiosa com os fiéis. No primeiro, o padre interage com seus seguidores, e pede ajuda para finalização do templo, local de oração para todos, concretização de um bem comum, ou seja, a edificação é um objetivo que perpassa tanto os interesses do vigário como da comunidade. No segundo depoimento, o sacerdote “cutuca”, ou seja, instiga seus ouvintes sobre algum assunto, na faina de tornar imperativa a moral religiosa nos costumes dos imigrantes. Trata-se do movimento constante de supressão/intensificação do status sagrado do sacerdote, o que lhe assegura o trânsito entre os imigrantes consoante as suas disposições.

Silva (2012, p. 120) atribui esse acercamento sacerdotal à posição basilar do catolicismo, em virtude de que “mesmo nos países que foram palco das experiências liberais e democráticas modernas, seus ‘porta-vozes’ foram homens ligados às suas civilizações e comprometidos com a esfera do poder religioso”. Para a autora:

a crítica à religião e a posterior separação entre a Igreja e o Estado não eliminou a participação ativa do próprio clero no processo em curso, tampouco promoveu uma completa substituição da fé pela razão, ou da religião pela ideologia nacionalista. Assim, não foram incomuns casos em que se buscou constituir a nação como uma comunidade de fiéis utilizando-se símbolos cristãos para sacralizá-la, ou lançando-se mão da liturgia religiosa para comemorar a nação, processo esse em que o apoio fornecido pelos religiosos à causa nacional mostrou-se fundamental. Afinal, num mundo estruturado pela religião, a Igreja, através de seus representantes, foi o único poder com efetiva capacidade para se afirmar sobre os mais amplos setores da sociedade (Silva, 2012, p. 120).

Por outro lado, e num movimento contrário, o poder da figura do sacerdote também era mantido por meio de certo distanciamento dos fiéis, que demonstravam total cumplicidade frente a hábitos vários, como a utilização de idioma estranho aos imigrantes [latim] na condução das missas, por exemplo. De acordo com Ida Tomasi (92 anos, 2024), “a missa era rezada com o padre [...] **de costas**, e as mulheres de um lado e os homens do ou-

tro” (grifo das autoras). Assevera a afirmação Olga Giacobbo (86 anos, 2024): “era cada um no seu lugar, à direita era os homens, à esquerda era a mulher [...]. Os padres [...] usavam mais batina do que agora, porque quando que eles vinham também benzer as casas, essas coisas, eles vinham sempre de batina” – vestimenta que hoje é comum entre os padres em missas e celebrações, e não no dia a dia. Essa separação entre homens e mulheres no interior das igrejas é algo tão fortemente estabelecido na cultura local, que ainda se mantém em alguns lugares do interior como normal: “na igreja, todas elas ficavam do lado esquerdo destinado às mulheres; os homens sentavam nas bancas à direita. No templo da Linha Ferri⁶ ainda há esse costume de ficarem separados” (Scarton, 2013, p. 59).

Diversas entrevistadas mencionaram que, durante muito tempo, as missas eram rezadas em latim, fato que, conjuntamente, demonstra o distanciamento mencionado e reforça a superioridade do sacerdote – o latim⁷ era língua dos doutores, das pessoas letradas, logo, de difícil acesso à maioria da população. Esse perfil do clero político brasileiro [foi] em parte atribuído à maneira precária pela qual foi conduzida a reforma tridentina no Brasil, segundo a qual o clero deveria destacar-se em meio aos leigos, assumindo uma aura de pureza e santidade (Silva, 2012, p. 121)⁸.

6 Linha Ferri é uma localidade do interior, distante aproximadamente 25 km do município de Bento Gonçalves – RS.

7 Língua falada no entorno da cidade de Roma pelo Império Romano, o que a tornou a língua oficial da igreja católica. Mesmo depois de cair em desuso, o seu emprego foi mantido em celebrações e rituais religiosos.

8 Nos processos de construção dos Estados nacionais modernos, contudo, as relações entre *poder temporal* e *espiritual* nem sempre foram congruentes e harmoniosas. Tampouco limitaram-se ao âmbito institucional. Muitos clérigos aliaram de modo peculiar a *atividade pastoral* e *intelectual* à *atuação política*, buscando usufruir de suas redes de sociabilidade, do séquito de fiéis envolvidos pela aura mística do poder sacerdotal, em proveito de interesses próprios, resistindo às normatizações encaminhadas pelos Estados em construção. Além da participação ativa na construção dos novos espaços de sociabilidade – “políticas, patrióticas, filantrópicas e maçônicas, públicas e secretas” – que, conjuntamente às instâncias representativas, constituíram dimensão central da construção dos espaços públicos no Brasil, houve padres atuando por vias ainda mais informais de poder, acionando valores e códigos de conduta paralelos e mesmo avessos à elaboração da ordem constitucional. Além disso, o clero atuante no contexto da independência e nas etapas iniciais da construção do Estado nacional brasileiro teve sua formação orientada pelo “regalismo católico pombalino”. Este, longe de resumir a atuação sacerdotal à “sistematização” e “moralização das práticas e das representações religiosas”, atribuiu-lhe uma dimensão civil, mesclando as funções de homem público e sacerdote. Essa formação [...] desdobrou-se na abrangente inserção pública e civil do clero brasileiro no momento da instauração das formas políticas representativas, quando ganhou novos canais e abrangência. Tradicionalmente, em território “tão vasto, tão ermo, tão longe” dos centros de decisão política e, na maioria das vezes, das sedes de bispados, a atuação desses clérigos se deu em condições de grande poder e autonomia, aproximando-os

De qualquer forma, uma solicitação de um padre era sempre atendida, ninguém ousava questionar a autoridade religiosa. A influência dos sacerdotes na vida das pessoas é bem nítida nos depoimentos, seja no modo como a família deveria agir perante a igreja ou perante a sociedade, esta notadamente monogâmica e patriarcal. Ninguém desobedecia a um padre, mesmo que ele não viesse a saber da transgressão. O medo de uma punição celestial – de ir para o inferno – era maior do que qualquer vontade de discordar de um sacerdote ou da dificuldade para atender a uma solicitação sua. Afinal, como cita Chauí (2000) sobre os padres, “por terem a autoridade para se relacionar com o sagrado, tornam-se temidos e venerados pelo restante da sociedade”.

A leitura dos relatos das entrevistadas não deixa dúvidas de que história e memória se combinam; uma não existe sem a outra. A ausência de memória ou da capacidade de recordar dos indivíduos leva à perda identitária; o sujeito passa a não identificar mais quem é, e poder-se-ia compará-lo a um espaço vazio, onde nada frutifica. A memória pode ser a individual, aquela que só pode ser acessada pelo próprio indivíduo, mas ela está sempre ligada com a memória do grupo, e serve para manutenção das identidades pessoais e sociais. De acordo com Catroga (2015, p. 11):

na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das representações do pretérito.

Não é demais afirmar que a memória tem a importante missão de ser útil no presente e também no futuro. Como bem asseverou o historiador francês Jacques Le Goff (2013), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

No contexto em questão, compreende-se que a História Oral é uma das formas de disseminar as recordações dos indivíduos, fazendo com que alcancem mais pessoas e contribuam para a feitura historiográfica. Assim, a metodologia empregada na concepção e elaboração do presente artigo, voltado aos relatos orais de mulheres descendentes de imigrantes italianos, respaldou-se também em Portelli (1997, p. 16), para quem:

da condição de verdadeiros potentados.

a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. [...] à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.

De acordo com Michelle Perrot (2005), por muito tempo os relatos históricos “esqueceram” das mulheres, “como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou, ao menos, fora do acontecimento”. Sim, as mulheres possuem um histórico de exclusão, o que é uma injustiça, pois sempre fizeram parte das sociedades e colaboraram para o desenvolvimento social e econômico dos contextos em que estiveram inseridas. Sempre foram sujeitos da história e sua atuação, que é legítima e merece ser contada, jamais deve ser esquecida.

2 AS MULHERES E A IGREJA: A PERPETUAÇÃO DE DIFERENÇAS

Se a historiografia, nas primeiras décadas do século XX, ainda se mantinha fortemente positivista e enfatizava os feitos masculinos e militares, mantendo a mulher “ocultada” na história, mesmo que ela tenha sempre sido atuante em todas as esferas sociais, a igreja, enquanto instituição, denota ter concedido seu aval para tal situação.

De acordo com Tavares e Costa (2015, p. 437), “a Igreja resistia em reconhecer a mulher enquanto sujeito social. Uma herança do patriarcado, ou seja, uma sociedade humana guiada por homens, tornando a mulher um ser inferior”. O modelo da igreja católica se firmou segundo o emprego de um discurso androcêntrico que desconsiderava a mulher. A própria representação da imagem de Deus é feita na figura de um homem, o que confirma a superioridade masculina na igreja e na sociedade.

Nesse contexto, Orlandi (2006) afirma o autoritarismo do discurso religioso, “em que o seu enunciador fala em nome de Deus, e por esta razão adquire autoridade diante dos receptores”. Isso não significa, porém, a ausência da imagem feminina na religião, e duas das mulheres que fazem parte da narrativa das escrituras sagradas tiveram sua trajetória adaptada pelo discurso católico de modo a edificar a imagem de mulher a ser seguida pelo feminino no ocidente. Para o catolicismo, a primeira mulher foi Eva, criada a partir do homem – ou mais especificamente, de uma parte dele, das costelas –, o que

ajudou a legitimar a ideia de uma suposta inferioridade natural feminina. Também serviu para justificar uma concepção de hierarquia social na qual a mulher era sempre colocada de forma submissa ao homem. As características (desobediência, inferioridade e malícia) da primeira mulher foram tratadas como naturais, e por isso atribuídas a todo o gênero feminino (Lima; Teixeira, 2008, p. 114).

Posteriormente, na Idade Média, a Igreja apresentou ao mundo a mãe de Jesus, Maria, que deveria servir de modelo de conduta a todas as mulheres por sua tenacidade e, antes de tudo, obediência e fidelidade aos intentos de Deus. Como consequência, o matrimônio passou a ser valorizado. Lima e Teixeira (2008, p. 114-115) elucidam essa construção:

A mãe de Jesus foi fundamental para a teologia cristã enriquecer o seu discurso, pois, com a sua fé e a sua obediência, trouxe a vida e a salvação ao mundo, ao contrário da sua antepassada, que tinha trazido morte e desgraça para toda a espécie humana. [...] Concebendo sem pecado, tornou-se o protótipo idealizado do feminino: destaca-se pela pureza sexual e pela maternidade, caminho de remissão às 'filhas de Eva'. Por intermédio dela a Igreja conseguia oferecer às mulheres uma espécie de saída da condição pecaminosa instaurada pela primeira mulher e mãe, Eva. Para isso, era necessário criar um novo modelo de mulher, ideal e idealizado: a de mãe, esposa e virgem. [...] Se a mulher não seguisse o ideal da virgindade e castidade, era preferível, então, que se casasse para ser esposa (servir ao homem) e, principalmente, ser mãe. [...] Eva era aquilo que as mulheres eram, por natureza; Maria, aquilo que as mulheres deveriam ser, por opção.

Os relatos oriundos da memória das mulheres entrevistadas deixam clara a presença dos padres na vida cotidiana dos imigrantes italianos, ou seja, nos aspectos que abrangeram o público e o privado dessas comunidades. Se a existência da religião nesse âmbito ocorre pelo desejo da instituição do catolicismo pelos imigrantes, como mencionado anteriormente, a sua configuração se dá segundo os propósitos e expectativas da própria religião, para a qual a mulher era doutrinada a fim de seguir a conduta mariana. Em diálogo com a conduta da Igreja, Almeida e Gomes (2013, p. 256) afirmam que “as religiões contribuíram para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na ordem hierárquica inferior do poder”.

O depoimento de Gertrudes Brun (91 anos, 2024) é ilustrativo dessa característica. A sua declaração carrega o peso de uma locução incontestável, marcado pelo emprego de verbos no imperativo presente que denotam a ausência da possibilidade de questionamentos quanto à fala sacerdotal:

Sim, que na hora da missa ele ditava, não sei quantos dias antes, acho que era um mês antes, ditava “fulano de tal, fulana de tal casa tal dia”, aí ele disse, eu sempre me lembro, que ele fez a entrevista, ele fazia entrevista dos noivos né, antes, aí ele disse [o padre] “tu **tens** que respeitar a mulher e a mulher **tem** que obedecer [a]o homem” (grifos das autoras).

A declaração supra denota claramente a posição da mulher perante a sociedade patriarcal e religiosa, que partilhava da premissa de que as instruções dos padres não deviam ser contestadas. A invisibilidade feminina, na fala em questão, situa-se na diferença abissal entre respeito e obediência, pois não é dada a esta última a possibilidade de questionamento e/ou intervenção. Em outros termos, a mulher deveria sujeitar-se ao padrão criado pela figura masculina e para a figura masculina, dentro do qual a mulher era considerada um ser menor.

Possamai (2004, p. 14 apud Cocco, 2008) assevera a rigidez com que homens e mulheres eram separados nas cerimônias religiosas. Diversas das mulheres entrevistadas relatam as lembranças da separação entre homens e mulheres dentro da igreja. Pode-se mencionar, nesse sentido, Pollak (1992), para quem a memória é “um elemento constituinte do sentimento de identidade [...] na medida em que ela é, também, um fator extremamente importante dos sentimentos de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção em si”.

Segundo Terezinha Veiga (93 anos, 2024), “os homens entravam, ficavam de um lado, as mulheres ficavam do outro lado e não podia cruzar na igreja”. Evidencia-se, pois, a existência de normatização dos corpos, além da imposição de um lugar subalterno a ser ocupado pelas mulheres, uma vez que, da perspectiva do padre, os homens encontravam-se à direita e ele no centro e no altar. Essa regulação pode remeter à oração do Creio (ou Credo) – em que Jesus “está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso” que, se interpretada conforme os hábitos religiosos impostos pelos sacerdotes aos imigrantes italianos, permite uma representação de Deus pelo padre e de glória e honra dos homens, que estão sentados no mesmo lado em que esteve Jesus: à direita.

Trata-se, segundo Cocco (2008, p. 3), da criação de uma “identidade

coletiva católica ao redor de ritos, orações e da própria instituição ao integrar o imigrante ao programa eclesial” e, conseqüentemente, de reforçar que a humanidade era masculina. Havia, no entanto, uma espécie de integração do padre no cotidiano do imigrante. Essa aproximação, já referida, mantinha o distanciamento hierárquico do sacerdote, mas lhe permitia, em nome da igreja, por exemplo, incentivar o matrimônio e a alta taxa de natalidade nas comunidades de imigrantes italianos. Tal motivação tinha origem na necessidade do aumento de mão de obra nas lavouras, sendo que a maioria dos imigrantes italianos estabelecidos na serra gaúcha era composta por agricultores⁹.

Estruturada na economia familiar, a colonização italiana seguiu um arquétipo dependente da força de trabalho gerada pelo casal monogâmico. **Aos moldes cristãos**, o matrimônio era a inserção na vida social, na qual deveriam ser mantidos os princípios morais de comportamento sexual. Em contradição com as práticas europeias anteriores à imigração, o matrimônio se realizava cedo e almejava produzir uma família fecunda. Ele ocorria por volta dos 18 a 20 anos para os homens e 16 a 18 para as mulheres. O que otimizava radicalmente a capacidade reprodutiva da mulher (Vaninni, 2010, p. 3-4, grifos das autoras).

Olga Giacobbo (86 anos, 2024), que se casou aos 19 anos, questiona, em seu relato, a imobilidade que atravessava as mulheres em decorrência da quantidade de filhos gerados: “Tinha todo mundo uma penca de filhos [...] Tu ia aonde com uma penca de filhos? Nove, dez, onze cada família, pelo amor de Dio¹⁰. [As mulheres estavam] sempre em função, sempre em função. [Ganhavam um] já tinha outro a caminho”. A postura da igreja e dos padres de estimularem a geração de filhos encontra respaldo em docu-

9 Como as atividades das mulheres entrevistadas estão ligadas diretamente à agricultura, vale a observação de Sartori (2015) que afirma a “crise **agrária**” europeia como um dos fatores que impulsionou a imigração italiana para a região da serra gaúcha (grifo das autoras). Nesse contexto, cabe, igualmente, o artigo de Gonçalves (2017), que menciona, em âmbito nacional, “problemas enfrentados pela **agricultura** – falta de braços e grandes extensões de terras incultas” (grifo das autoras). Manfio e Pierozan (2022) acrescentam que “o processo de colonização italiana no Brasil aconteceu no século XIX, devido às várias necessidades desse território, entre as quais estavam a falta de mão de obra para trabalhar nas lavouras paulistas de café (depois da abolição da escravatura), a efetivação da **ocupação do espaço sulino**, o fortalecimento de uma classe intermediária voltada para a constituição de um mercado interno diversificado e o desejo do governo imperial de ‘branquear’ a população brasileira, que era majoritariamente constituída por negros e mestiços” (grifos das autoras).

10 Dio = Deus.

mentos da igreja católica. Na *Casti Connubii*, por exemplo, “Pio XI condena o controle da natalidade mesmo que haja indicação terapêutica e até como medida eugênica. Na mesma linha, Pio XII condena rigorosamente [...] o controle da natalidade” (Saffioti, 1976, p. 52).

Eutália Bianchetti (89 anos, 2024) assevera o olhar depositado pela igreja exclusivamente na capacidade biológica de gerar da mulher. Em conversa com um padre da cidade onde residia, esse lhe disse que “a mulher era feita para procriar”. Lourdes Ficagna Zapatero, cuja entrevista foi publicada em Scarton (2013, p. 22), apresentou narrativa semelhante, em que o poder regulatório sobre o comportamento da mulher é exacerbado: “Ela recebeu orientação da avó para que avisasse ao religioso quando seria sua última confissão de solteira e, assim, foi ele quem lhe explicou o que aconteceria, introduzindo-a, inclusive, a respeito de qual seria a posição sexual adequada, menos pecaminosa”.

Saffioti (1976) explica o processo antinatural ao qual o sexo pertencia de acordo com a Igreja:

A postura do sacerdote na igreja Católica nunca deixou de ver a sexualidade como algo sujo e indigno, exceto quando submissa à única finalidade que ela reconhece no matrimônio: a procriação. “Mas nenhuma razão, diz Pio XI, sem dúvida embora gravíssima, pode tornar conforme com a natureza e honesto aquilo que intrinsecamente é contra a natureza. Sendo o ato conjugal, por sua própria natureza, destinado à geração da prole, aqueles que, exercendo-o, deliberadamente o destituem da sua força e da sua eficácia natural, procedem contra a natureza e praticam um ato torpe e intrinsecamente desonesto” (p. 53).

É relevante mencionar que uma família numerosa, além de ser possuidora de força braçal para o trabalho nas colônias, ainda fornecia contingente para as instituições religiosas – seminários e conventos –, de modo que era uma prática usual e sinal de orgulho familiar se algum dos descendentes seguisse a carreira religiosa e trabalhasse como servo de Deus, ou seja, um dos filhos se tornasse padre, e/ou uma das filhas, freira. Afinal, o padre ou freira seria uma marca do fervor familiar no catolicismo.

Exemplo de tal situação foi a família de Ida Tomasi (92 anos, 2024), onde nenhum dos filhos ou filhas escolheu ingressar para a vida religiosa. Na fala da entrevistada, pode-se perceber a persuasão sofrida para que se tornasse freira, visto que seu sonho era ser professora: “eu gostaria de estudar e passar à professora, e meu pai não, não queria, disse ‘tu vai ser Irmã, sim, senão, professora não’. Irmã disse ‘eu não vô’, então, fiquei assim”.

Tedesco (2001) menciona a existência de uma mística familiar que estruturava o cotidiano em seus aspectos social, econômico e religioso e que envolvia a subordinação feminina. Uma via extremamente eficaz utilizada para tanto era o sacramento do matrimônio. Severo e Costa (2020, p. 2) são concisas ao asseverarem o seu caráter regulatório:

A Igreja Católica normatizou a moral cristã com a instituição do sacramento do matrimônio como monogâmico e indissolúvel [...]. A sua estruturação legitimava o uso dos prazeres carnaís, logicamente voltados para o fim natural. A procriação, como dívida conjugal, tornou-se algo obrigatório dentro do contrato estabelecido.

Nessa configuração familiar, a religião se sobrepunha e era peremptória na organização social e econômica das colônias, dentro das quais à mulher era atribuída, de maneira e intenção redutoras, a característica da fragilidade física e a necessidade de contrair matrimônio. Como consequência, havia o que Tedesco (2001, p. 54) chama de “processos de representação definidores do papel da mulher”.

Bourdieu (2012), nessa seara, declara o antifeminismo “profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade” (p. 103). O autor faz menção a uma moral “‘familiarista’, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres” (Bourdieu, 2012, p. 103).

Questiona-se, todavia, se mulheres que geravam uma dezena de filhos eram frágeis fisicamente. É preciso acrescentar, ainda, que existe desconexão entre a teoria forjada pelo patriarcado e corroborada pela igreja – numa ‘suposta’ tentativa de proteção da figura feminina – de que “à mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral” (Giron, 2008, p. 34) e a prática cotidiana das mulheres imigrantes italianas estabelecidas nas colônias da serra gaúcha.

Essa rotina diária das mulheres não é exclusividade das descendentes de imigrantes italianos, o que é possível verificar na historiografia sobre os primórdios da imigração, como é o caso da situação das famílias de origem germânicas no Estado, descrita por Jean Roche, e que retrata a jornada de trabalho feminina, em casa e na roça, além dos cuidados com a criação dos filhos:

Os homens, as mulheres e muitas vezes as crianças, são ab-

sorvidos, de manhã a noite, no desbravamento da floresta. Se a derrubada e a queimada são tarefas masculinas, as mulheres semeiam, plantam, mondiam, colhem, ordenham e devem ainda, fazer o pão, a manteiga, a lixívia, etc. (Roche, 1969, p. 559).

Se, conforme afirmou Piazza Julio Ribeiro (*apud* Sartori, 2015), “a pobreza absoluta é o grande móvel desse episódio chamado imigração italiana”, a penúria extrema que esperava pelos imigrantes no Brasil não destituiu as mulheres da responsabilidade necessária à sobrevivência. Desse modo:

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na medida que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho (Federici, 2017, p. 34).

Observa-se consenso nos relatos das entrevistadas acerca do excesso de trabalho realizado pelas mulheres, visto que elas eram as responsáveis pela criação dos filhos, pelo lar e pela ajuda no trabalho e na lavoura.

Geertz (1989) afirmou que a “Igreja católica constrói os símbolos que afirmam a superioridade do homem na sociedade” e um cânone regimental de mulher. Para Almeida e Nicolete (2016, p. 71-72):

um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia desqualificava a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual (p. 71-72).

A dominação masculina, no que tange ao tema do presente artigo, também fica evidente quando as entrevistadas falam sobre como se constituía o lazer para essas imigrantes.

Ida Tomasi (92 anos, 2024) contou que as mulheres “fazia[m] tudo em casa e na roça. Se tinha os filhos, iam junto [para o trabalho na colônia]...”. Marcelina Soares (96 anos, 2024) explicou que a sua escolarização era preterida por seu pai, que demandava que ela o ajudasse a “capinar”, en-

quanto Mercedes Zandoná (86 anos, 2024) afirmou que o passatempo das mulheres, aos finais de semana, era “ir atrás das vacas e fazer o serviço. [...] Os homens iam jogar carta e as mulheres faziam tudo em casa”:

Não tinha divertimento. [Divertimento] só pros homens, a mulher, cuidar de filho. Olha, eu digo sempre, aquelas nonas, aquelas mulheres, não precisava ir na igreja pra ganhar o paraíso, porque foi sofrido o negócio; se levar na roça, embaixo duma planta, dentro duma cesta, as crianças pequenas enquanto que eles dormiam, elas iam capinar. [...] Ele [o homem] sentava, ia de tarde também, ele almoçava, daí ia fazer aquele sono, [...] e as mulheres, sobrava tempo? Não tinha soninho, era louça, era [ir] atrás das vacas, dar comida pros terneiros, era [ir] atrás dos pintos, era sempre corrida, quando ele levantava, “vamos, que tá na hora”. Era assim a vida na roça ... (Olga Giacobbo, 86 anos, 2024).

Não é novidade a existência dos jogos como forma de diversão nas colônias. Acontece que esses, a bocha, o futebol, o carteadado, a mora entre outros, pertenciam ao universo masculino, portanto, somente os homens desfrutavam desse lazer. As mulheres, ao contrário, tinham como passatempo ir à missa. “As mulheres, depois da missa – quando iam – tinham que retornar a casa e cuidar da prole, dos animais e dos demais serviços domésticos” (Zanini, 2007, p. 532).

Quando solteiras se, esporadicamente, frequentassem algum baile, eram devidamente acompanhadas pelos pais ou algum irmão mais velho, como relatou Marcelina Soares (96 anos, 2024): “ah, meu irmão vinha às vezes, ela [uma amiga da vizinhança] ia com o irmão dela e eu com meu irmão, mas era pertinho, mas longe não se ia ...”. E acrescentou: “de noite, às vezes eu escapava [...] num vizinho, fazia bailezinho com gaita de boca, juntava os vizinhos, então eu escapava dele [do pai], quando ele ia dormir eu ia, às vezes passava minha amiga lá, me chamava e eu ia, era pertinho”.

A figura do irmão como complemento ou sucessor à figura do pai está descrita por Cardoso (2016, p. 34), que assevera: “na produção da moça de família atuava a educação operada pela figura do pai e a promovida pelo irmão. Este podia julgar-se no direito de intervir nos comportamentos femininos, com o intuito de adestrar-lhe o corpo, pois o exercício do poder que detinha no âmbito familiar incidia sobre o corpo das mulheres”.

As mulheres imigrantes possuíam um papel relevante na economia das colônias. Elas eram, também, e em grande parte, as responsáveis por transformar muita matéria-prima, como o leite, em produtos que garan-

tiam a subsistência familiar, como o queijo, a manteiga e a puína¹¹; também faziam a banha, muito apreciada e utilizada na alimentação das famílias, cuja sobra podia ser trocada por outros produtos ou vendida. A falta de re-enseamento, nesse sentido, era outra questão conveniente à dominação masculina e tornava todo o trabalho desempenhado por elas invisível.

As mulheres eram:

excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos. As mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens (Bourdieu, 2012, p. 116).

Todas as decisões relacionadas às esferas pública e privada eram tomadas pelo homem, chefe da família cristã e patriarcal. Tratava-se de um contexto em que a igreja católica dominava o homem que, por sua vez, dominava a mulher. No âmbito do presente artigo, as entrevistadas confirmam essa premissa e a exemplificam quando seus relatos se voltam à questão do voto. Cabe acrescentar, pois, que quando questões como as do voto iniciaram no Brasil, mulheres como Nísia Floresta (1810-1885) e Violante Bivar e Velasco (1817-1875) lutavam por uma necessidade que antecedia à do voto: a escolarização das mulheres:

A autonomia das mulheres no Brasil Império – numa sociedade profundamente colonial, patriarcal e escravagista – estava vinculada ao papel desempenhado por seus pais e maridos. Também é certo afirmar que o que se poderia imaginar como primeiros passos do movimento pelos direitos da mulher às suas liberdades individuais coincidiu, em parte, com o movimento pela escolarização feminina e pelo direito ao sufrágio, que permaneceram associados inicialmente a uma classe de mulheres brancas, que tinham algum acesso à educação e participavam, de forma limitada, dos

11 Termo oriundo do dialeto Vêneto que significa “ricota” (Luzzatto, 2010, p. 686); “requeijão, coalhada” (Stawinski, 1987, p. 186).

círculos políticos, quase sempre vinculadas aos homens, que invariavelmente as tutelavam (Matos, s.d.).

Somente quatro das mulheres entrevistadas frequentaram a escola por mais tempo – menos da metade –, e o que permitiu esse ingresso em uma instituição educacional foi principalmente o fato de que residiam próximas da/ou na zona urbana de uma das cidades da serra gaúcha. As demais entrevistadas viviam na zona rural, confinadas ao espaço que abrangia as suas casas, lavouras e capelas, e seus votos obedeciam às ordens da autoridade masculina da casa – fosse o pai ou o irmão, uma vez que elas foram desautorizadas – pelos homens – da possibilidade de aprofundarem-se nos estudos e de desenvolverem uma vida social mais intensa e, consequentemente, uma consciência política. Trata-se, em outros termos, do fenômeno explicado por Lerner (2019):

As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria. (p. 29).

Todas as entrevistadas sempre foram eleitoras. Wilma Frá (88 anos, 2024) e Ida Tomasi (92 anos, 2024) contaram que suas mães não votavam porque não foram alfabetizadas. Gertrudes Brun (91 anos, 2024), Olga Giacobbo (86 anos, 2024) e Clari Sartor (87 anos, 2024) afirmaram que votavam no candidato designado por seus pais, enquanto Marcelina Soares (96 anos, 2024) contou que votava de acordo com a recomendação do marido. Terezinha Veiga (93 anos, 2024), Eutália Bianchetti (89 anos, 2024), Wilma Frá (88 anos, 2024) e Zenaide Schuvartz (84 anos, 2024), por sua vez, afirmaram que votavam livremente, independente dos votos dos maridos e pais.

De acordo com Gertrudes Brun (91 anos, 2024), o pai era atuante na localidade e desejava que todos estudassem e votassem – só assim seriam cidadãos. Já Olga Giacobbo (86 anos, 2024) relatou que seu pai não sabia ler nem escrever, que não votava pois, como analfabeto, não tinha título de eleitor, mesmo assim, se interessava pela política, defendia seu partido, e orientava a família em quem deveria votar. Além do pai da senhora Olga Giacobbo (86 anos, 2024), os familiares de Clari Sartor (87 anos, 2024) também eram petebistas, e ela mencionou que seu pai votava nos candidatos desse partido, e orientava os demais familiares a procederem da mesma forma.

É verdade que uma das razões pelas quais as autoridades religiosas eram bastante próximas das famílias que colonizaram o interior da serra gaúcha apoia-se na ausência das autoridades civis nessas localidades:

A Igreja [foi] a primeira representante do poder público a fazer-se presente nas localidades mais distantes. Consequentemente, o padre, como uma autoridade capaz de mobilizar a população, acabava por assumir funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado (Souza, 2008, p. 128).

Pode-se entrever, desse modo, que na mesma medida em que as mulheres não seguiam as próprias aspirações também em relação ao voto, os homens, em sua maioria colonos dotados de pouco estudo, eram aconselhados pelas autoridades religiosas a votarem em um candidato ou noutro. Segundo Busata e Stawinski (1979, p. 9), “os padres também eram líderes políticos e, às vezes, até mesmo líderes partidários, como o padre Mateus Pasquali que, durante a Revolução Federalista, apoiou decididamente os republicanos”.

Por fim, pode-se asseverar que a vida nas colônias não era fácil para ninguém, o trabalho era pesado e indispensável para a sobrevivência da família, mas era mais difícil para as mulheres, uma vez que sua jornada era tripla: na casa, com os filhos, e na roça. Não há a mesma quantidade de relatos de homens que fizessem o trabalho das mulheres, mas o contrário é infinitamente maior. Apesar dos trabalhos femininos não serem valorizados como o masculino, as mulheres contribuíram em muito para o progresso familiar e, conseqüentemente, das localidades em que residiam:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família [...] (Bourdieu, 2012, p. 117).

Daí, outrossim, a importância em escutar as vozes femininas, pois essas falas são peças novas – e, por que não dizer, peças-chave – no quebra-cabeça que constitui a história dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Bauman (2005, p. 56), a respeito, afirma:

A construção das identidades se assemelha à construção de um quebra-cabeça, ao qual faltam sempre peças, ficando, portanto, incompleto. É tarefa de toda uma vida que exige

‘a libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis’.

Não obstante a falta de reconhecimento da sociedade e da igreja, as mulheres foram e são constituintes da história, uma história também tecida por elas, independente das forças atuantes que, por muitos anos, tentaram inviabilizar essa condição feminina no propósito de que elas não se sobressaíssem a dos homens que, segundo a historiografia oficial da época em questão, eram os únicos que teriam capacidade para administrar a família e os negócios. Nessa perspectiva, as mulheres não poderiam tomar decisões além do ambiente familiar, as quais também precisavam do aval do marido.

Indispensável, todavia, a ocorrência de um processo que demonstra a ciência das entrevistadas em relação às condições das mulheres à época da colonização italiana na serra gaúcha, elucidado por Maluf (1995, p. 31):

A relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

De acordo com Rago (1995-1996, p. 14), os termos história e passado ecoam na ideia de identidade e, na mesma medida, estão ligados a ela, afirmação evidenciada na trajetória das mulheres aqui entrevistadas:

Ter um passado e uma história é uma necessidade dos vivos e, como diria Pierre Nora, traduz o profundo mal-estar do homem contemporâneo diante dos fenômenos de desenraizamento, de desterritorialização, de perda das referências tradicionais que organizavam sua vida. Nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo nossas raízes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes femininas que passaram o texto sem dúvida servem como ponte entre o passado e o presente e nelas ressoam incontáveis outras trajetórias de mulheres. Por esse motivo, predispõem compreender o presente e se antecipar, tanto quanto é possível, ao futuro. Logo, o exercício do rememorar feminino pode conduzir a outras análises igualmente fundamentais, porém que não cabem ao recorte temático aqui proposto, como, por exemplo, a acuidade dessas mulheres no processo eleitoral da época, bem como as estratégias encontradas para sanar ou minimizar indisposições e doenças, como orações, benzeduras e o uso de plantas e ervas medicinais, a questão educacional, e o papel do sacerdócio nesse contexto.

Nesse estudo, é de vital importância a verbalização das recordações das entrevistadas. Seus relatos, dotados de subjetividade e de atributos individuais, “criaram a possibilidade de recuperar parte dos mundos que encontraram e que em alguma medida foram construídos por elas e por suas famílias” (Maluf, 1995, p. 18). Trata-se de, oralmente, se apropriar do seu espaço na historiografia oficial, ocultado pelo casamento por muito tempo indissolúvel entre a igreja e o masculino, e pensar uma arqueologia feminina no processo da imigração italiana na serra gaúcha.

Fundamental, pois, evidenciar as narrativas das dez mulheres descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que se utilizaram do dom de lembrar para, através da oralidade, externar um pouco de suas vivências e, com isso, demonstrar que as mulheres, mesmo tolhidas em muitos aspectos, tinham/têm entendimento do que se passava. Ou seja, não raro, o silêncio feminino não significava alienação em relação à sua condição, e, provavelmente, consciência em relação à necessidade de sobrevivência.

Por terem vivido numa época patriarcal, em que todas as decisões eram sempre masculinas e o discurso da igreja lhes era impositivo e hostil, é imprescindível ouvir as vozes daquelas que representam uma amostra das que sempre foram colocadas à margem pelos homens, as mulheres. Além da sociedade patriarcal, ainda havia a influência da igreja, já citada, que avalizava a submissão feminina, conforme se verificou ao analisar os depoimentos das entrevistadas.

A igreja, pois, exercia um controle na vida dos colonos, e ditava o que podiam ou não fazer. Foi possível observar, nos relatos, a ambiguidade das ações dos padres – representantes da igreja enquanto instituição –, pois, em alguns casos, eram muito bem-vistos, em outros, nem tanto, com atitudes que mantinham a figura feminina na condição de dependência perante os homens.

Ademais, independente da demanda de energia que fosse necessária, as mulheres deveriam ser produtivas – trabalhar muito no lar e na roça, cuidar dos filhos, da casa, das roupas de todos, dos animais, fazer pão, tirar leite e transformá-lo em outros alimentos. Embora vistas e propagadas como inferiores pela Igreja, elas eram imprescindíveis na subsistência da família, porém, seu reconhecimento enquanto ‘colaboradoras’ as distanciava do protagonismo que exerceram no contexto de desenvolvimento das colônias de imigrantes italianos na serra gaúcha. Coube-lhes, ainda, a responsabilização pela reprodução, difundida pela igreja, entre outros, na pessoa dos padres, como necessária na aquisição de muitas mãos a mais para o trabalho braçal.

Observou-se um movimento de constante afastamento e aproximação dos padres em relação aos colonos imigrantes italianos, em conformidade com a religiosidade que, “pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador” (Almeida; Nicolette, 2016, p. 70). O distanciamento, por meio do uso de elementos simbólicos como o uso constante da batina e a condução de missas em latim e de costas para o público, por exemplo, lhes garantia a manutenção do controle dos hábitos constitutivos do espaço em questão. O acercamento, verificado, dentre outros, nas visitas às famílias, garantia aos padres admiração e respeito, características que, igualmente, lhes permitiam a obtenção de informações – via contato com a população – úteis na conservação da ordem imposta pelo sistema oficial.

Afastadas dos fatos descritos pelo tempo e afetadas pelas mudanças sociais, econômicas, culturais que ocorreram entre o período narrado e o período vivido no momento em que concederam as entrevistas, as mulheres entrevistadas percorreram uma trajetória surpreendente. Elas se permitiram ultrapassar o ato de contar e analisaram as condições em que viveram enquanto crianças e adolescentes, nas quais eram consideradas como dependentes da figura masculina, cuja hegemonia era postulada pela igreja. Essa postura crítica revelou uma alteração na percepção dessas mulheres e, conseqüentemente, uma reformulação de valores e de princípios norteadores acerca da existência, da existência feminina e, sobretudo, das próprias existências.

Postula-se, à vista disso, que as colaboradoras orais muitas vezes aceitaram condições que lhes foram impostas por necessidade, o que não denota a sua concordância a respeito. O deslocamento das mulheres aqui entrevistadas para o centro do discurso também lhes permitiu revelar que todas elas possuem conhecimento e discernimento do seu passado e de sua importância como ‘sujeito’ no contexto da imigração italiana na serra gaú-

cha. As falas femininas, em que residem também aquelas que lhes precederam, a longevidade, a lucidez e a memória permitiram a essas mulheres *viver para contar*¹².

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane S. de; GOMES, Calil de S. De Eva a Maria: a Igreja e o matrimônio católico – educação religiosa e normas de conduta para mulheres. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*,
- Campo Grande, MS, n. 36, p. 253-264, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/n36/1414-5138-sest-36-00253.pdf>>
- ALMEIDA, Jane S. de; NICOLETE, Jamilly N. Gênero, educação e religião: o poder simbólico na cultura e o discurso da desigualdade. *Religare*, v. 13, n. 1, p. 64-84, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/31243/16538>>.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BECKER NETO, Octávio; VENDRAME, Máira Ines. Produção social do espaço imigrante (Brasil Meridional, século XIX): Reflexões a partir da metodologia da micro-história. *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, UESPI, ano IX, v. XIV, n. 1, 2022.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUSATA, Félix Fortunato; STAWINSKI, Alberto Victor. *Luís de La Vernaz: A Igreja em colônias italianas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Moças de família e códigos de sexualidade*

12 Termo emprestado do título da autobiografia do escritor colombiano Gabriel García Márquez.

- na primeira metade do século XX em Teresina/PI. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 36, p. 31-54, 2016. ISSN 2179-8869.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COCCO, Ricardo. A questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 13, 2008. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/381>.
- DIAS, Ewerton Naves. *Religiosidade e fatores associados: um estudo com residentes na cidade de Itajubá, Minas Gerais*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- GATT, Pablo. A sexualidade em questão: o Pecado Original de Adão e Eva e o caráter negativo do ato sexual na Summa Theologiae (1273), de Tomás de Aquino. *Rev. Hist. UEG, Morrinhos*, v. 8, n. 2, e-821905, jul./dez. 2019.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: Est, 2008.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, n. 17, 2017. (Dossiê imigrações). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/6jgKHcz533MNMn5VcPPGR5M/#>>.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil 500 anos. Território Brasileiro e Povoamento. Italianos. IBGE, 2024. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html#:~:text=%2D%20Uma%20delas%20%C3%A9%20de%20ordem,cerca%20de%201%2C4%20milh%C3%B5es>>.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LENZI, Marcio Timotheo. Cotidiano dos imigrantes italianos e a influência religiosa católica do século XIX. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. v. 08, p. 102-132, 2022.

- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 113-126, jun. 2008.
- LUZZATTO, Darcy L. *Dicionário Português-Talian*. Porto Alegre: Corag, 2010.
- MACHIOSKI, Fábio L.; GONÇALVES, Marcos. O papel do discurso religioso na construção da identidade etnocultural dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX. *Rever*, São Paulo, v. 19, n. 3, 2019.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANFIO, Vanessa; PIEROZAN, Vinício L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. **GEOUSP**, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/146130/195573>>.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul: Instituto Estadual do Livro, 1975.
- MATOS, Marlise. Voto feminino, neoconservadorismo e a luta feminista pelo futuro. *UFMG: 95 anos de vida, excelência e relevância*, s.d. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/95anos/diversa-95/voto-feminino-neoconservadorismo-e-a-luta-feminista-pelo-futuro/>>.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.
- POLLAK, Michel. *Memória e identidade*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>.
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminino e (Pós)Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995-1996.
- RAMPAZZO, Cristiane Bondan. *Francisco Sanches Filho – Paco: memória coletiva da região na Serra Gaúcha, RS – 1889-1931*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.

- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 6, n. 1, p. 3-12, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.
- SARTORI, Tríssia Ordovás. Saiba como começou a imigração italiana na Serra gaúcha. *Jornal Zero Hora*, 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/05/saiba-como-comecou-a-imigracao-italiana-na-serra-gaucha-4771629.html>>.
- SCARTON, Marciele Bertoldi. *Mulheres do Interior*. Bento Gonçalves: Fernanda Tomasi, 2013.
- SEVERO, Eduarda B.; COSTA, Mayara B. A influência da igreja católica no matrimônio e seu papel na construção da moral feminina. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. Maceió, Centro de Exposições Ruth Cardoso, 2020.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 119-142, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/cWMBxW4zMMjdsDVts-QwPmfD/abstract/?lang=pt>>.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *Almanack Brazilienze*, n. 08, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11700/13471>>.
- STAWINSKI, Alberto. *Dicionário do dialeto Vêneto Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1987.
- TAVARES, Marli José; COSTA, Carmen Lúcia. Mulheres na Igreja Católica: persistência histórica do patriarcado. In: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; Anjos, Petrus Henrique Ribeiro dos. *Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Volume 1: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais*. São Paulo: Blucher, 2015.

- TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001.
- THIEL, Rodrigo. Imigração italiana: 150 anos de uma cultura que povoou o Brasil. *Correio do Povo*, 2024. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/imigra%C3%A7%C3%A3o-italiana-150-anos-de-uma-cultura-que-povoou-o-brasil-1.1468123>>.
- VANNINI, Ismael. Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no projeto imigratório (Serra Gaúcha – 1890-1950). In: FAZENDO GÊNERO 9 – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. Florianópolis, *Anais...*, 2010. Disponível em: <https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277833952_ARQUIVO_TextoCompleto-congressoUFSC.IsmaelAntonioVannini.pdf>.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2006.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um Olhar Antropológico sobre Fatos e Memórias da Imigração Italiana. *Mana*, v. 13, n. 2, p. 521-547, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/yYBvc5XNc5CrXTyY-qSvmVQw/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Recebido em: 29/06/2024

Aceito em: 12/08/2024

MANEIRAS DE “FAZER A AMÉRICA”: O PERCURSO DE UM IMIGRANTE NA COLÔNIA CONDE D’EU

WAYS OF “MAKING AMERICA”: THE COURSE OF AN IMMIGRANT IN THE CONDE D’EU COLONY

Maíra Ines Vendrame¹

Daniele Turcato Biffi²

RESUMO

O presente artigo busca analisar o percurso de um imigrante italiano que se estabeleceu na Colônia Conde D’Eu (atual Garibaldi), localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século XIX. Diferente da grande maioria dos estrangeiros que chegaram aos núcleos coloniais, Achilles Brogiolli abriu uma casa de comércio, destacando-se como um dos principais comerciantes do lugar. Através de um processo-crime, no qual aparece envolvido, foi possível abordar as comunidades coloniais como espaços marcados por tensões, conflitos e mecanismos de domínio dos comportamentos reprovados moralmente. O reforço dos vínculos sociais e a instituição de lugares onde as afinidades, identidades e controles eram estabelecidos, aparecem como iniciativas que garantiram a constituição de poderes territoriais. A participação do imigrante Brogiolli em diferentes esferas agregativas, que não eram apenas étnicas e locais, garantiu que alcançasse destaque econômico, social e político na região colonial. Logo, o estudo da referida trajetória surge como uma via que possibilita pensar sobre as diferentes escolhas, estratégias, dificuldades e caminhos percorridos pelos estrangeiros que migram para o Brasil para “fazer a América”.

Palavras-Chave: Imigrantes italianos; Trajetória; Política; Processos-crime.

ABSTRACT

This article examines the journey of an Italian immigrant who settled in Colônia Conde D’Eu (now Garibaldi) in the northeastern region of Rio Grande do Sul during the final decades of the 19th century. Unlike most foreigners who settled in the region’s colonial communities, Achilles Brogiolli opened a trading house and became one of the area’s leading merchants. Through his involvement in a criminal case, it became possible to examine colonial communities as spaces marked by tensions, conflicts, and mechanisms for controlling morally condemned behaviors. The strengthening of social bonds and the creation of spaces where identities and controls were shaped played a key role in consolidating territorial power. Brogiolli’s involvement in various social spheres, extending beyond just ethnic and local contexts, secured his economic, social, and political prominence in the region. Therefore, studying his trajectory serves as a way to re-

1 Doutora em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista Produtividade CNPq.

2 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

flect on the choices, strategies, challenges, and paths taken by immigrants who came to Brazil seeking to “make America.”

Keywords: *Italian immigrants; Trajectory; Politics; Criminal cases.*

INTRODUÇÃO

Neste momento em que iremos festejar os cento e cinquenta anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul, surge a necessidade de publicação de novos estudos sobre a presença dessa etnia no estado. Iniciada na década de 1870, a chegada de famílias italianas fez surgir diversos núcleos coloniais. A organização do espaço irá ocorrer com a construção de uma igreja no centro da colônia, juntamente com casas de comércio e da administração pública. Enquanto a maioria dos imigrantes que chegou às regiões coloniais passou a se dedicar às atividades agrícolas e artesanais, outros irão abrir casas de comércio, começando com pequenos e rústicos estabelecimentos. Esse foi o caso do italiano Achilles Brogiolli na Colônia Conde D'Eu, atual município de Garibaldi. No presente artigo, iremos analisar aspectos do percurso desse imigrante, tomando como ponto de partida um processo-crime no qual aparece envolvido, aberto no ano de 1889, quando já havia passado quase uma década que se encontrava na região colonial. Além de mostrarmos as possibilidades de uso das fontes criminais para o estudo dos contextos coloniais migratórios, nosso objetivo é propormos questionamentos sobre as escolhas/estratégias de construção de patrimônio material e imaterial dos imigrantes, os espaços de inserção social e as tensões e divisões que marcaram a vida em comunidades fundadas nas regiões de colonização europeia do sul do Brasil.

Há uma grande quantidade de estudos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e as colônias, porém, entendemos que ainda é preciso avançar nas pesquisas. A escolha por uma metodologia de análise que possibilite acompanhar trajetórias – olhar o grupo em sua diversidade, através de um olhar atento para as ideias, projetos partilhados ou não, relações internas e externas, práticas e ações – aparece como algo que trará novas contribuições. Nesse sentido, defendemos que a utilização de estudos micro analíticos, centrados em percursos individuais, surgem como uma via de acesso para explorar novos contextos, trazer novas problematizações, contribuindo, assim, para a construção de uma história mais complexa, plural e equilibrada, que contempla diferentes trajetórias e vozes, no que se refere à imigração italiana para o sul do Brasil e a vida nos contextos migratórios, sejam eles urbanos ou rurais.

Na presente pesquisa, analisaremos o percurso e as relações estabelecidas pelo imigrante Achilles Brogiolli, buscando perceber as escolhas

realizadas para garantir a construção de um poder social, econômico e político na região colonial no início da Primeira República no Brasil. Além disso, interessa compreender os motivos das divisões, tensões e decisões locais de controle dos comportamentos tidos como prejudiciais para a manutenção da boa convivência entre os estrangeiros nos núcleos coloniais. O nome de Achilles Brogiolli foi tomado como o fio condutor da pesquisa em fontes documentais de natureza diversa, aspecto este fundamental para reconstrução da trajetória do referido imigrante e decisões em diferentes âmbitos da vida social e política na região colonial.

Fundada através do Decreto de 24 de maio de 1870, a Colônia Conde D’Eu passou a ser ocupada no decorrer da mesma década por imigrantes de diferentes lugares da Europa, como suíço-franceses, poloneses e austríacos, chegando, posteriormente, os italianos. No ano de 1878, na colônia Conde D’Eu se encontravam estabelecidas em torno de três mil pessoas, sendo em sua grande maioria imigrantes de origem italiana. Devido às dificuldades enfrentadas com alguns diretores, em 1881, assume o cargo de diretor João de Carvalho Borges Junior, alcançando nos anos seguintes desenvolvimento da região colonial (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993).

Em relação ao italiano Achilles Brogiolli, não foi possível descobrir a data exata da sua chegada a Conde D’Eu, porém, no início da década de 1880, já se encontrava no lugar, tendo conseguido fazer prosperar o seu negócio e atividades de comerciante no momento de desenvolvimento da Colônia. Para a reconstrução do percurso do referido imigrante, utilizamos as seguintes fontes: processo-crime, livros de impostos, jornais e o estatuto da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella d’Italia*.

1 Um imigrante “perturbador do sossego público”

Preliminarmente, Achilles Brogiolli pode parecer um imigrante como qualquer outro: veio da Itália e construiu sua nova vida nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na Colônia Conde D’Eu. A intenção de “fazer a América”, construir patrimônio material, bem como alcançar reconhecimento e prestígio entre os conterrâneos, certamente foi um dos motivos que o trouxe para o Brasil na fase inicial da “Grande Emigração”. O interesse pelo seu percurso chamou nossa atenção quando nos deparamos com um processo-crime de 1889. Em maio daquele ano, Achille Brogiolli (45 anos, casado, “negociante”, natural da Itália) apresenta queixa ao juiz da comarca de São Sebastião do Caí contra “as prevaricações e abusos de que teria sido vítima *por parte das autoridades policiais* – o subdelegado e os dois suplentes ao cargo – da sede da Colônia Conde D’Eu”. Neste local, o imigrante italiano havia estabelecido uma casa de negócios que havia se

tornado uma das mais importantes.

De acordo com acusação presente no processo-crime, no dia 14 de fevereiro de 1889, as “nove horas da noite”, estava Brogiolli “pacificamente em sua casa de negócio e moradia, as portas fechadas, [quando] ouviu uma grande algazarra, destacando-se as vozes de Angelo Faraon, Luis Faraon e Emilio Conci”. Estes, acompanhados de outros indivíduos, fizeram “chover por toda a parte da frente do edifício grossas pedras nas vidraças que caíam em estilhaços, sobre os telhados que se quebravam, tendo-se partido uma parte da cobertura de madeira com a enormidade de uma pedra”. Na sequência surgiu uma tentativa de arrombamento da casa de negócio, sendo as portas e janelas balançadas por paus e ferros, na tentativa de abrirem o lugar, entrar e agredir o proprietário. O intento de agressão dos acusados não foi alcançado, o que foi atribuído à solidez das portas e fechaduras, segundo alegação do “queixoso”.

Através das declarações existentes no processo-crime, Brogiolli, alvo do ataque de seus conterrâneos, se coloca como morador exemplar em Conde D’Eu. Porém, alega que, apesar dos esforços em viver em paz com os concidadãos do lugar, “ora por inveja ou qualquer outro motivo oculto”, três de seus “inimigos” foram até sua casa comercial para lhe dirigir “grosserias, injúrias, provocações e danificando o prédio a pedradas”. As autoridades locais, “aproveitando-se da ignorância de pobres colonos que nada entendem do português”, elaboraram contra ele um abaixo-assinado, onde consta, o que considera, um “amontoado de falsidades e calúnias revoltantes”. Seus “inimigos” ainda “forjaram” um “termo de bem viver”, com apoio do escrivão e subdelegado, no qual demandavam que ele se apresentasse perante as autoridades para assinar o documento.

As referidas informações fazem parte da queixa de denúncia apresentada por Brogiolli contra três outros imigrantes – que também eram comerciantes – que ocupavam cargos públicos na “freguesia” de Conde D’Eu, que no momento pertencia ao município de São Sebastião do Caí. O denunciante reforça o fato de ser ele “um cidadão probo, amigo da ordem e respeitador da lei e das autoridades”, porém, apesar disso, “infelizmente”, mesmo com os “muitos esforços que têm feito para viver sempre em paz com seus conterrâneos, ora seja por inveja ou por qualquer outro motivo oculto, declararam-se seus inimigos (...) os cidadãos Luis Faraon, Archanjo Faraon e Emilio Conci”. Os irmãos Faraon eram naturais da Itália, enquanto Emilio Conci (negociante) era natural da Áustria, tendo todos eles já se naturalizado brasileiros quando da investigação.

Com a denúncia pública, Brogiolli tinha como objetivo “conseguir reparação da injúria e satisfação do dano”. Um abaixo-assinado de pessoas

que viviam em Conde d’Eu também havia sido elaborado contra ele. Brogiolli classifica-o como “(...) um amontoado de falsidades e calúnias revoltantes, como poderá atestar quase toda a população da Colônia”. O que se percebe é uma articulação por parte das autoridades e lideranças locais para buscar controlar as atitudes do comerciante, abrindo também um “Termo de Bem Viver”.

Inicialmente, o abaixo-assinado foi encaminhado ao chefe de polícia em Porto Alegre, firmado pelo padre de origem austríaca Bartholomeu Tiecher, pelo subagente consular local e integrantes da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella D’Italia*, funcionários públicos, professores, negociantes, artesãos e agricultores residentes no antigo núcleo colonial de Conde D’Eu. No referido documento, foram apresentadas acusações contra Brogiolli que, conforme afirmam, chegou no lugar “paupérrimo”. Porém, com o tempo, depois que melhorou de posição, “tornou-se insolente, prepotente, malcriado com todos em geral, ao ponto de se tornar perigoso para a sociedade”. Dentre as denúncias apresentadas, é relatado que o referido comerciante havia se apropriado das chaves da igreja, alegando que quem mandava nela era ele. Por conta desse comportamento, o sacerdote tinha ficado impedido de entrar no templo para rezar missas, sendo ainda perseguido com arma pelo próprio comerciante. Acrescentam também que “nenhum dos padres que aqui tem estado escapou das suas bravatas: injúrias, foguetes, ameaças e todos os despeitos que (...) tiveram eles de sofrer”. E, por diversas vezes, Brogiolli havia se “enraivecido” contra o diretor da Colônia, tendo recebido uma ordem de expulsão do lugar do Presidente da Província.

Assim, como uma nova tentativa de controlar o comportamento do comerciante, foi encaminhado a ele uma intimação para que comparecesse perante o subdelegado para assinar o Termo de Bem Viver. Caso não o fizesse, ficaria sujeito à “pena de desobediência a trinta dias de cadeia e trinta mil réis de multa”. A carta abaixo-assinado enviada pelo Chefe de polícia teria funcionado como um recurso para garantir a instauração de um “processo de bem viver” contra Achille Brogiolli, que se defendeu afirmando ser ele alvo de crime de “abuso” e “prevaricação” contra o subdelegado e dois suplentes ao cargo. Esses eram comerciantes de origem austríaca, responsáveis por auxiliar na manutenção da ordem pública em Conde D’Eu.

Em conformidade com o Código Criminal do Império, de 1832, era competência do Juiz de Paz e autoridades locais “obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade publica, e a paz das famílias”. Como mecanismo de controle social, o termo de bem viver de-

veria ser assinado pela pessoa que era acusada de perturbar a tranquilidade pública e ocasionar instabilidades. Além disso, para aquelas que tinham condutas consideradas impróprias, que feriam a moralidade, seus comportamentos, tidos como maus exemplos, deveriam ser contidos, punidos e disciplinados. Para garantir a paz e harmonia, bem como o domínio sobre comportamentos desonrosos, agitações e atitudes prejudiciais a tranquilidade local, a produção de um registro público aparece como um recurso oficial, talvez o primeiro deles, de exposição, punição e vigilância de condutas tidas como desviantes e perturbadoras.

No decorrer do processo-crime, Brogiolli manifesta seu descontentamento em relação à conduta das autoridades quando da aplicação do termo de bem viver, que não considerava correta. Não teria sido informado corretamente sobre o seu prazo, e, segundo ele, tudo:

[...] foi proposital e com o fim de impedir que o advogado do suplicante visse os autos e requeresse o que fosse de direito. Para considerar findo o prazo do recurso (5 dias) o escrivão começou a contá-lo não da intimação, que não houve, nem da carta, que escreveu depois, mas de um aviso que fez ao cidadão Antonio Joaquim Marques de Carvalho Junior (!!!). Impedido assim de usar do recurso que a lei lhe facultava, qual o meio que tinha o suplicante de salvaguardar o seu direito? Outro não era se não este de que lança mão - representar a V. S. contra as prevaricações e ilegalidades de que tem sido vítima.

A denúncia realizada por Brogiolli contra as autoridades estava ligada ao fato de não terem seguido os trâmites do processo legal, impedindo, assim, que o acusado pudesse se defender e evitar danos à sua imagem. O comerciante havia sido intimado para assinar o termo de bem viver no dia 1º de maio, por volta das quatorze horas e meia da tarde, com prazo até às três horas do dia 6 do referido mês. Portanto, o que ocorreu é que não considerou o horário limite para apresentação do recurso.

De acordo com uma das testemunhas, Achilles Brogiolli “é um homem vingativo e de maus costumes”, que “temendo novos processos por outros crimes que possa cometer lançou mão do recurso de dar a V. Excia queixa contra as autoridades de Conde D’Eu (...), parecendo até um manejo político”. Reforça ainda que o “queixoso” era sujeito “perturbador do sossego público”, “um verdadeiro flagelo que pesa sobre a sociedade, turbulento e que por gosto se desmoraliza”. Por não ser uma “pessoa de consideração” não podia, portanto, ser acreditado na queixa que apresentava, que era “ela

criminosa e dada por má fé, ódio e vingança”.

O abaixo-assinado com as acusações contra Brogiolli contava com as assinaturas do Agente Consular Italiano e do pároco local – Bartholomeu Tiecher, imigrante de origem austríaca como dito anteriormente. Esse reforçava a explicação de que o referido comerciante não era um sujeito “bem-quisto pela população de Conde D’Eu”, tendo “muitos inimigos em virtude de seu procedimento irregular”. Por conta disso já havia estado preso, bem como afastado do lugar em que residia por ordem do Presidente da Província.

É importante mencionar que o abaixo-assinado foi elaborado no mesmo dia em que um grupo de oitos indivíduos, após ter estado na casa de negócio de Brogiolli, passou a circular pelas ruas da sede da colônia, lançando insultos e provocações contra as autoridades locais. Trocas de acusações, consequência de rivalidades e divisões entre lideranças locais se faziam presentes na localidade de Conde D’Eu nos primeiros meses do ano de 1889. Questões ligadas à política, em relação à administração pública, aos comportamentos tidos como vergonhosos e imorais e à vida sociorreligiosa na paróquia eram, certamente, alguns dos motivos que ocasionaram os conflitos. A decisão do comerciante em apresentar denúncia contra as autoridades aparece como uma medida de desagravo, uma vez que contra ele havia sido aberto um processo que previa assinatura de um “Termo de Bem Viver” na região colonial.

No abaixo-assinado também foi apontado que as testemunhas apresentadas por Brogiolli no processo eram “pessoas dependentes” dele. O grupo de italianos estava dividido entre seus “capangas” e “peões”, que viviam todos “debaixo da proteção” do próprio patrão, era algo “público e notório”. Todos os dependentes de Brogiolli haviam sido, portanto, orientados a depor a favor do comerciante. Já um total de cento e trinta e cinco pessoas assinaram o documento, dentre elas negociantes, agricultores, alfaiates, professores, o pároco e o agente consular, onde é explicitado que Brogiolli havia se estabelecido em Conde D’Eu no ano de 1887, e logo casou-se com Luiza Zanari. Porém, a esposa teria abandonado o marido por conta das agressões e maus tratos sofridos.

O fato de ser “prepotente”, “insolente” e “malcriado com todos em geral” é algo destacado no abaixo-assinado, bem como a participação na comissão que coordenou a construção da igreja na Colônia, o que possibilitou que alguns materiais usados na obra fossem adquiridos em sua casa comercial. Ao atuar na frente de edificação do templo teria ele adquirido certo poder, possibilitando que tomasse decisões em benefício próprio. Segundo o abaixo-assinado, Brogiolli “desejava que “todos, até o próprio Capelão, o

reconhecesse como superior”. Para isso tomou posse das chaves da Igreja, que já estava em condições de funcionar, declarando “a todos que quem mandava era ele” e que o padre ali não celebraria missas. As perseguições e ameaças do comerciante em relação ao sacerdote teria provocado a saída deste de Conde D’Eu.

Nas regiões de colonização italiana, o surgimento de conflitos entre indivíduos e grupos que faziam parte das comissões para construção e reformas das igrejas não foi algo incomum. Esses eram momentos em que as diferenças internas e oposição entre lideranças locais ficavam mais intensas, especialmente motivadas por questões ligadas às organizações dos espaços sociorreligiosos e poder político local. As divergências de ideias e projetos é algo que acabava ocasionando tensões, envolvendo, muitas vezes, de um lado o sacerdote e seus apoiadores e do outro o grupo de oposição.

Para além da existência de um clima de tensões e divisões entre imigrantes em Conde D’Eu, no qual estavam envolvidas as lideranças do lugar e seus apoiadores, percebe-se também o acionamento de diferentes recursos para expor, constranger e controlar condutas tidas como prejudiciais à manutenção de uma determinada ordem social. Para isso, fizeram uso do mecanismo oficial da justiça do Estado, que tinha como objetivo controlar, reparar ofensas e causar danos variados ao denunciado, assim como restaurar os frágeis equilíbrios relacionais rompidos.

Conflitos entre comerciantes, sacerdotes e sujeitos que ocupavam cargos públicos, como aquele de subdelegado, marcavam a vida nas comunidades imigrantes. A fuga ou a expulsão de padres por conta da oposição de italiano(a)s também é algo bastante frequente nos povoados coloniais nas primeiras décadas da sua formação. Modos de viver e se organizar haviam sido transplantados pelas famílias italianas do além-mar, bem como projetos de comunidade. Como os imigrantes não podem ser entendidos como um grupo homogêneo, que partilhavam das mesmas ideias, divergências se manifestaram quando se fixaram nos núcleos coloniais. Nestes lugares, a construção de igreja permitia a formação da sociedade da capela, funcionando como espaço agregativo, identitário e de reforço dos vínculos interpessoais. Obter um padre residente na nova povoação garantia maior autonomia e viabilizava mais rapidamente o processo de territorialização, que ocorria através de práticas religiosas.

Outro elemento destacado no abaixo-assinado é a péssima relação que Achilles Brogiolli mantinha com o Diretor da Colônia, o que teria resultado em uma ordem de expulsão da colônia. No entanto, sob promessas de melhora, o comerciante conseguiu permanecer no lugar. Também foi acu-

sado de subornar praças da polícia, agredir diversas pessoas, causar ofensas à moral pública e tentativas de assassinato. Além disso, destacam ainda que de manhã até a noite, a “boca [de Brogiolli] parece a de um maníaco só a lançar injúrias as mais nojentas contra qualquer pessoa que não lhe seja obsequiosa a seus fins, desde as primeiras autoridades até o último colono”. Esses são apontados como os motivos principais de ter sido aberto um processo com “Termo de Bem Viver” contra o comerciante. O uso desse recurso em contextos urbanos se intensificou na segunda metade do século XIX, devido à crescente preocupação das autoridades em relação às pessoas que ameaçavam a ordem, os bons costumes, a harmonia e a paz das famílias. Ao ser aplicado contra alguém, não significava dizer que a pessoa seria criminalizada, mas poderia vir a ser processada caso não respeitasse as restrições impostas.

É preciso analisar o contexto de produção do abaixo-assinado contra Brogiolli. O documento foi produzido num momento de divisões e conflitos na comunidade, em que aquele é acusado de lançar injúrias “até o último colono”. A presença de tantas revelações no referido documento encontra justificativa no fato de que os imigrantes buscavam controlar e punir o comportamento do comerciante. Este, como resposta, irá apresentar queixa às autoridades judiciais contra o subdelegado e os outros dois suplentes do cargo, que na companhia de várias pessoas haviam soltado foguetes pelas ruas de Conde D’Eu, “pintado na parede da casa do queixoso um burro com cangalha” e proferido palavras injuriosas.

Um rito de vexação pública parece ter ocorrido em frente a casa do comerciante, onde o seu comportamento era associado ao de um “burro” com “cangalha”. É difícil saber exatamente qual o significado do desenho, porém, é certo que o desenho e palavras eram causadoras de vergonha e prejuízos à honra de Brogiolli. Através dessas atividades, que são ações e ritos de exposição pública em relação àqueles que tinham atitudes desaprovadas segundo as lógicas morais locais, foi possível perceber a existência de grupos de oposição em Conde D’Eu, marcados por laços de amizade e afinidades variadas.

Após ouvir as testemunhas inquiridas na investigação judicial, o juiz da comarca julgou a queixa de Brogiolli improcedente, condenando o autor a pagar as despesas do processo. Porém, com esse resultado não podemos afirmar que o objetivo do queixoso não tenha sido atingido, que era aquele de causar danos morais e materiais ao subdelegado e os dois suplentes ao cargo, indivíduos esses que aparecem como os responsáveis por ter atacado a casa do comerciante e lançado contra ele palavras injuriosas. Mas é certo que as tensões não iniciaram nesse momento, havia um descontentamento

na comunidade, especialmente entre algumas lideranças locais em relação ao comportamento de Brogiolli, que era considerado “grosseiro”, de “maus costumes” e “perturbador do sossego público”. O não respeito às normas de boa convivência com alguns dos conterrâneos e regras morais foram aspectos não revelados na documentação, ligados a questões políticas e econômicas, que motivaram os conflitos e divisões em Conde D’Eu.

Evidentemente, ao se trabalhar com processos-crime, é necessário levar em consideração a maneira como tais fontes foram produzidas e por quem, neste caso as autoridades judiciais. No entanto, eles nos permitem vislumbrar uma parcela da população quase sempre silenciada e assim compreender as “(...) relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência” (GRINBERG, 2009, p. 126) que foram travadas. São essas informações, para além dos crimes em si, que possibilitam reflexões sobre diferentes aspectos, como os valores e práticas sociais seguidos pelas pessoas e grupos envolvidos em uma investigação.

Já há algum tempo pesquisadores têm apontado sobre a necessidade de os estudos tratarem das disputas entre os imigrantes nos contextos coloniais. Não apenas buscar indicar que as comunidades fundadas pelos estrangeiros eram lugares permeados de divisões e conflitos, mas entender as racionalidades e projetos conflitantes existentes na sociedade local. Diferenças ideológicas se somavam às étnicas, indicando para a heterogeneidade do grupo imigrante (PICCOLO, 1990). Os motivos das relações conflituosas eram diversos, não podendo, portanto, as comunidades coloniais serem entendidas como lugares onde reinava a harmonia e os estrangeiros como sujeitos pacíficos, avessos a embates de natureza econômica, política, religiosa e social (VENDRAME, 2007; LUCHESE, 2009). O sujeito analisado no presente artigo é uma prova do quanto a vida nas colônias era marcada por tensões e instabilidades.

2 Espaços de assistência, afinidade e controle

Outros processos-crime envolvendo Achilles Brogiolli não foram localizados, apesar de ter sido mencionado que ele já havia sido preso. Porém, demais documentos informam sobre sua atuação em Conde D’Eu, tendo se envolvido em diversas esferas agregativas locais. Como mencionado anteriormente, ele participou das atividades ligadas à construção da Igreja, entrando em conflito com o sacerdote e outros imigrantes. A relação com os primeiros diretores da Colônia também não havia sido pacífica, sendo acusado de ocasionar o afastamento deles do lugar, no entanto sobre esses eventos encontramos apenas menções. Como já destacado, logo que Brogiolli chegou à região colonial, passou a se dedicar à atividade de comer-

ciante, tendo estabelecido uma das primeiras casas comerciais de Conde D’Eu. Essa foi criada na estrada Buarque de Macedo, uma das principais vias do lugar, adquirindo rapidamente grande destaque.

Além de fornecer diversos produtos e ferramentas, as casas de negócios funcionavam como bancos no universo colonial, onde a circulação de moeda era restrita. Por meio do fornecimento de crédito, compra da produção excedente dos imigrantes e fornecimento de materiais diversos, os negociantes como Brogiolli conseguiram rapidamente prosperar economicamente. Algumas casas comerciais prosperaram por serem através delas que ocorria a distribuição de gêneros alimentícios, ferramentas e sementes aos imigrantes recém-chegados, através da utilização de vales e apoio que vinha do governo imperial.

Quanto às atividades dos comerciantes nas Colônias, elas não se restringiam apenas às casas de negócios, uma vez que tais imigrantes geralmente se tornavam lideranças locais. Para garantir o sucesso de suas escolhas no âmbito econômico, bem como prestígio e reconhecimento, irão atuar na organização de espaços agregativos, de reforço das relações interpessoais entre os imigrantes. O reforço dos vínculos sociais assumia um papel importante no universo colonial, pois através deles passavam os apoios, as trocas de favores, auxílios e reciprocidades, recursos esses fundamentais para as pessoas, independente da condição econômica que possuíam.

Alguns imigrantes italianos viam na nova pátria a possibilidade de não apenas possuírem terras e melhorarem de vida, mas, também, de enriquecer e adquirir prestígio. Parece que este foi o caso de Brogiolli, que foi membro ativo de diversas esferas agregativas em Conde D’Eu. Ele aparece registrado como um dos membros sócio da *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D’Italia*, fundada na referida Colônia em 1878. As sociedades de mútuo socorro desempenhavam um papel importante nos núcleos coloniais mais urbanizados, uma vez que era um espaço de reforço dos vínculos entre os sócios, assistência e proteção, além de promover atividades que garantiam e reforçavam a constituição de uma identidade italiana entre os imigrantes. No estatuto da referida sociedade é destacado que o objetivo era o de garantir a união e promover o bem-estar dos italianos residentes em Conde D’Eu, auxiliando os sócios de diferentes formas, como na busca de emprego ou assistência em relação às despesas funerárias.

Figura 1: Relação dos “44 sócios fundadores” da Società Operaia Italiana Di Mutuo Soccorso Stella D’Italia, de março de 1884.

Approvati per acclamazione nella seduta Generale
tenuta il gñ. 10 Marzo 1884.

Elenco dei Soci fondatori.

1.º Borgaro Domenico	23.º Notari Ambrogio.
2.º Mariani Ernesto.	24.º Pezetti Francesco.
3.º Darrigo Luigi.	25.º Catani Francesco.
4.º Brogioli Achille. ✓	26.º Fauri Andrea.
5.º Barsante Luigi.	27.º Casacurta Sebastiano.
6.º Paganelli Domencio.	28.º Fiore Gioachino.
7.º Matteo Groff.	29.º Piccinini Ginello.
8.º Fiore Domencio.	30.º Nicolini Giuseppe.
9.º Bimbi Domencio. ✓	31.º Tesera Antonio.
10.º Mariano Bortolo.	32.º Peterlungo Emanuele
11.º D. Domenico Greca	(figlio).
Parroco.	33.º Ghilardi Battista.
12.º Varnieri Giuseppe.	34.º Buccolla Bortolo.
13.º Cerutti Alessandro.	35.º Malvessi Angelo.
14.º Bonet Stefano.	36.º Fontanive Antonio.
15.º Bonetti Antonio.	37.º Bogo Giuseppe.
16.º Sega Antonio.	38.º Bonet Carlo.
17.º Mosna Bortolo.	39.º Senter Luigi.
18.º Branchi Achille.	40.º Gobbi Emilio.
19.º Zuppas Antonio.	41.º Darrigo Beatrice.
20.º Gobbi Alessandro.	42.º Groff, Augusta.
21.º Sgarla Giovanni.	43.º Maestri Maria.
22.º Nicola Angelo.	44.º Barni Emilio.

Fonte: Estatuto da Società Stella D'Italia, 1886, p. 18. Arquivo Municipal de Garibaldi.

Garantir integração entre os sócios, assistência e ligação com a pátria distante, através da promoção de atividades festivas, construção de monumentos e festividades públicas nas comunidades coloniais, são alguns dos aspectos que marcaram as sociedades mutuais. Reforçavam a construção de uma identidade italiana entre os imigrantes através dos eventos e elementos simbólicos. Promover um sentimento de italianidade através de ações educativas cívicas surge como um dos aspectos que caracterizava as ações das associações em diferentes espaços, sejam eles mais urbanizados ou não. O próprio nome, aqui no caso a *Società Stella D'Italia*, indica para a importância no reforço da ligação com a Itália e constituição de uma identidade étnica. As instituições mutuais irão também cuidar da educação dos filhos e filhas dos imigrantes através da fundação de escolas étnicas. Nestes espaços era ensinado o idioma e aspectos da cultura italiana, existindo uma preocupação em transmitir uma moral e costumes que se ligavam à pátria de origem (LUCHESE, 2015; BARAUSSE, 2019).

Na referida sociedade, Brogiolli aparece na relação dos 44 sócios fundadores, que contava inclusive com três mulheres, conforme pode-se verificar na figura acima³. É possível que a presença feminina entre os integrantes da sociedade fosse de imigrantes que se dedicavam ao ensino e outras atividades educativas na sociedade *Stella D'Italia*. O próprio pároco aparece como um dos membros que faziam parte de outras esferas agregativas locais, como a da paróquia. A participação na associação reforçava as relações de afinidades parentais e reciprocidades entre as famílias estrangeiras de Conde D'Eu, como ocorria em outras sociedades existentes nas regiões coloniais. Os vínculos firmados nas instituições mutuais apareciam como recursos relacionais importantes no fazer-se da política cotidiana. Desse modo, a inserção social e obtenção de apoios diversos a nível local, sejam elas materiais ou imateriais, poderia vir da sociedade como a *Stella D'Italia*, que se caracterizava por ser étnico-mutual⁴.

Nas comunidades imigrantes, tanto a paróquia como as Sociedades de Mútuo Socorro podiam ser administradas por um tipo de configuração parental, caracterizando, dessa maneira, um modelo de estrutura política que buscava regular a vida local. A participação nas mesmas poderia significar benefícios variados aos membros, além dos previstos no estatuto da sociedade, como assistência nos momentos de doença, velhice e morte. Em relação à sociedade *Stella D'Italia*, a força dos laços pode ser percebida se levarmos em consideração que alguns dos “sócios fundadores” irão aparecer testemunhando no processo-crime anteriormente analisado. Através do depoimento fornecerão informações sobre o ataque ocorrido à casa do comerciante Brogiolli. Porém, os acusados não aparecem como integrantes da referida instituição agregativa, talvez pelo fato de um deles ser citado como natural da Áustria.

A participação das sociedades mutuais demandava a observação de determinadas regras, para que assim não houvesse uma expulsão da agregação. No processo-crime analisado aparece a informação da indicação do afastamento de Brogiolli da *Società Stella D'Italia*, em abril de 1889. O motivo é apontado como a não observância do Artigo 17 do Estatuto, que diz o seguinte:

Os sócios que, no momento da sua admissão, tenham enganado a Sociedade, ou que, após a sua admissão, pratiquem atos vergonhosos e indecorosos, ou que sejam condenados

3 Estatuto da “Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia”, de 1886 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

4 Em estudo específico sobre a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro *Stella D'Itália*, fundada em 1878, na Colônia Conde D'Eu, é constatado que vínculos parentais eram estabelecidos entre os sócios através das relações de compadrio. Além disso, a participação na associação era vista como algo que traria vantagens sociais, políticas e econômicas (FACHIN, 2016).

por infrações penais, serão excluídos da Sociedade sem direito a reembolso das quantias por eles pagas. Esta exclusão será, no entanto, efetuada por deliberação da Assembleia Geral⁵.

De acordo com o imigrante Emilio Conci, um dos acusados, Brogiolli havia sido “expulso da sociedade italiana operária por maioria de votos por causa de atos indecorosos e infamantes que praticou”⁶. Essa explicação encontra concordância com o conteúdo do artigo acima apresentado do estatuto da *Società Stella D'Italia*. Não foi possível saber exatamente qual o comportamento vergonhoso que gerou a expulsão, porém, fica evidente que nas realidades coloniais havia uma preocupação em relação às atitudes tidas como imorais. E as associações mutuais, além da assistência, do reforço dos vínculos entre os sócios e identificação com a pátria distante, funcionavam também enquanto esferas de controle e punição em relação aos comportamentos considerados como prejudiciais à moralidade e harmonia entre a população local. A expulsão da sociedade ocorreu antes da apresentação da denúncia pública por parte de Brogiolli, indicando ser essa uma decisão que estava ligada a diferentes situações ocorridas na localidade, que afetavam diretamente a imagem e honra do comerciante entre os conterrâneos.

Seguir os preceitos sociais compartilhados pela cultura das famílias imigrantes que viviam na região colonial era fundamental para garantir reconhecimento público, ser considerado honrado e não ser excluído de espaços associativos. Não apenas isso, o afastamento da comunidade e a punição podia ser percebido como escolhas necessárias para garantir certa estabilidade e harmonia, especialmente quando outras medidas para conter comportamentos tidos como indecorosos e perturbadores acabavam não obtendo o resultado esperado. Podemos conceber, portanto, as associações mutuais como locais propícios para a formação de laços, alianças e afinidades entre os sócios, mas também enquanto esferas que exerciam controle social sobre as condutas tidas como não corretas e imorais.

5 “I soci che nell'atto della loro ammissione avessero ingannato la Società, o que dopo di essere stati ammessi praticassero delle azioni ignobili e indecorose, o che venissero colpiti da condanne giudiziali per reati infamanti, saranno esclusi dalla Società senza che abbiano diritto alcuno alla restituzione delle somme da essi versate. Detta esclusione però dovrà essere fatta per deliberazione della Assemblea generale”. Estatuto da “Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia”, de 1886 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

6 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 117, Comarca de São Sebastião do Cahy, Maço 73, 1889.

O comerciante passou a ter uma vida ativa na política local nas duas décadas iniciais da Primeira República brasileira. Informações sobre as atividades realizadas por Brogiolli são mencionadas pelo imigrante Júlio Lorenzoni em suas memórias. O comerciante é descrito como alguém que tinha uma relação próxima ao coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, agente postal e funcionário da Diretoria de Terras e Colonização da Colônia. Em 1892, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, concedeu ao “Coronel Carvalho Júnior o alto cargo de Intendente Municipal de Bento Gonçalves [anterior Colônia Dona Isabel]”, que havia, em 1890, se emancipado do município de Montenegro. Com essas mudanças, Conde D’Eu se tornou o segundo distrito de Bento Gonçalves (LORENZONI, 1975, p. 188).

No período da Primeira República, as nomeações de intendentes pelo Presidente do Estado eram comuns. Eram realizadas como uma forma de assegurar o controle das vilas e municípios por parte do Partido Republicano Riograndense (PRR). A ocupação de um cargo público estava ligada à capacidade de cooptação do eleitorado local (BIAVASCHI, 2011, p. 178). Logo, a existência de relações entre os indivíduos que ocupavam tais posições e os imigrantes, através de canais de cooptação política, eram essenciais. Brogiolli, enquanto liderança em Conde D’Eu, aparece como um sujeito que poderia angariar eleitores⁷, fazendo a ponte com o poder externo e mobilizando os apoios locais quando necessário. Participar de diferentes esferas agregativas, sejam aquelas ligadas às atividades da paróquia, sociais ou religiosas, ou ainda na sociedade de mútuo socorro, era fundamental para garantir bases de apoio local. No entanto, isso não o excluía de críticas em relação ao comportamento desempenhado, bem como de conflitos que dividiam a comunidade.

Apesar das oposições enfrentadas em Conde D’Eu, o comerciante participou ativamente da vida política no lugar. Entre 1890 e 1892, aparece entre os quatro membros da junta municipal nomeada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul para gerir o novo município de Bento Gonçalves. Posteriormente, irá compor o Conselho Municipal do quadriênio 1896-1900. Achilles Brogiolli irá aparecer ao lado de Domingos Paganelli e Emilio Conci (esse último foi um dos denunciados no processo-crime instaurado anos antes), representando o distrito de Conde D’Eu (LORENZONI, 1975, p. 203). Na sequência, em 1901, juntamente com outros estrangeiros, o comerciante irá aparecer compondo o conselho municipal do então fundado município de Garibaldi (antiga Conde D’Eu). Agora, portanto, passa a ocupar a posição

7 Para saber mais sobre a prática eleitoral no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, ver: BIAVASCHI, 2011.

de vice conselheiro⁸. Além de integrar o conselho municipal nos anos que se seguiram, em 1905, Brogiolli participa de dois mandatos consecutivos do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, nas duas primeiras gestões político/administrativas de Garibaldi⁹. Na companhia de outros moradores do referido município, aparece na imprensa saudando o “emérito estadista Júlio de Castilhos, que tem se dedicado a garantir a estabilidade da República e inspirando confiança nos republicanos”¹⁰.

É preciso mencionar que Brogiolli irá integrar a Sociedade Musical Santa Cecília, sendo eleito ao cargo de presidente em setembro de 1905¹¹. Também será vice-presidente do Clube Político Borges de Medeiros¹², em setembro de 1908¹³, assumindo em 1911 a posição de presidente da associação política. Também nas primeiras décadas do século XX irá aparecer na imprensa regional com a denominação de “Coronel”¹⁴, indicando assim que era alguém de reconhecido prestígio econômico e poder local, no qual a forma de fazer política se dava através das relações interpessoais e de dependência entre as pessoas.

Depois de ter participado ativamente da política local durante o período da Primeira República, desde sua chegada ao núcleo colonial Conde D’Eu até as primeiras gestões do município de Garibaldi, em 1914, é anunciado, no jornal *Il Colono Italiano*, o falecimento do “conhecidíssimo negociante” de 78 anos, após “longa doença”¹⁵. Não aparecem referências sobre

8 Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Garibaldi, 16 de abril de 1901. Disponível em: <https://www.camaragaribaldi.rs.gov.br/imprensa/noticias/o/78/o/44o>. Acessado em: 06 nov. 2023.

9 História política e administrativa dos 100 anos de Garibaldi. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (HBN). Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882054&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=17133>. Acessado em: 07 nov. 2023.

10 Jornal A Federação: Órgão do Partido Republicano (RS) – 1884 a 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=14763>. Acessado em: 07 nov. 2023.

11 Jornal O Cosmopolita - Órgão do Partido Republicano, ed. 09, ano V, 1905. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882550&pasta=ano%20190&pesq=medeiros&pagfis=539>.

12 O clube tinha como objetivo realizar a propaganda política republicana. Estatuto do “Club Político Borges de Medeiros de Garibaldi”, de 1925 - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

13 Jornal O Cosmopolita - Órgão do Partido Republicano, ed. 103, ano VIII, 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882550&pasta=ano%20190&pesq=medeiros&pagfis=553>.

14 Jornal Cidade de Caxias – Órgão Republicano, ed. 22, ano I, 1911. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882259&pesq=Brogiolli&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=61>. Acesso em: 07 nov. 2023.

15 Achille Brogiolli é morto. *Il colono italiano*, Garibaldi, 30 de julho de 1914, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882020&Pesq=achille%20Brogiolli&pagfis=906>. Acessado em: 07 nov. 2023.

a carreira política do imigrante no referido jornal¹⁶. Isso, talvez, se deva ao fato de que uma das principais bandeiras do PRR era a defesa da separação entre o poder da Igreja e do Estado (FONSECA, 1983).

As acusações realizadas contra Brogiolli no mesmo ano da declaração da República, através de abaixo-assinado apresentado anteriormente, não impediram que posteriormente ele assumisse cargos políticos importantes na região colonial. Por meio de uma ativa participação em espaços agregativos étnicos, de sociabilidade e reforço dos vínculos com a população colonial, o comerciante garantiu o controle das oposições locais. Com a Proclamação da República, Brogiolli começou a ocupar cargos públicos ao lado de um dos antigos opositores. Eram novos tempos e antigas rivalidades, apesar de não terem sido esquecidas, passaram a ser mantidas sob controle, ganhando até novos significados. Apesar do destaque alçado pelo comerciante no campo político na região colonial, depois de sua morte o nome de Achilles tornou-se praticamente desconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação ativa do imigrante Achilles [Achylles] Brogiolli no conselho municipal iria lhe render, em janeiro de 1968, uma homenagem: uma rua do município de Bento Gonçalves receberia o nome dele¹⁷. Haviam já decorridos mais de cinquenta anos da morte de um dos principais comerciantes e representantes políticos que a Colônia Conde D’Eu havia tido, e na memória de moradores do lugar ainda se fazia presente lembranças acerca dos imigrantes que haviam participado dos primeiros conselhos municipais. Antes de localizarmos o processo-crime nada sabíamos do percurso de Brogiolli na região colonial. Porém, rapidamente a documentação criminal nos forneceu um nome tomado como fio condutor para acessar outras informações em diferentes tipos de fontes sobre o imigrante. O que apresentamos no presente artigo é o resultado de uma pesquisa inicial, que não conseguiu contemplar a totalidade de registros documentais que trazem informações sobre nossa personagem, sua rede de relações e estratégias acionadas no campo econômico, social e político. Novos estudos deverão ser realizados no sentido de buscar compreender a totalidade de interações e ações, através de uma abordagem micro e verticalizada, que observe internamente o grupo imigrante, do qual Brogiolli fazia parte. Para além disso, é preciso mapear não apenas as esferas de atuação local, o reforço e ruptura dos vínculos com os contrerrâneos, mas também o papel de mediação política que

16 Jornal que pertencia aos padres da Ordem dos Capuchinhos.

17 Códice P-49 (denominação), 1968 - Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

desempenhou entre as famílias imigrantes, que viviam em Conde D'Eu, e as autoridades luso-brasileiras.

O estudo de casos específicos e percursos de imigrantes surge enquanto uma escolha metodológica que permite olhar o grupo imigrante por dentro, em suas diferenças, atentar para as escolhas fracassadas e bem-sucedidas de homens que tiveram suas vidas marcadas pelo deslocamento da Europa para a América do Sul. Enquanto método de análise, a micro-história tem possibilitado uma renovação dos estudos ligados a imigração italiana para o Brasil e aos contextos migratórios. Isso em partes por conferir atenção para o peso dos vínculos sociais em diferentes momentos, que é o que tem ganhado destaque em estudos mais recentes, estando o sucesso das escolhas ligadas a capacidade de mobilização dos laços interpessoais¹⁸.

Um dos riscos que devemos evitar é o da simplificação da história do(a)s imigrantes e da imigração, deixando, assim, de lado a ampla gama de relações que travaram em diferentes realidades, sejam elas harmônicas ou não. A ideia é tomar situações específicas como via de acesso às interações possíveis, caminhos, recursos e estratégias de ascensão social acionadas por homens e mulheres nos contextos migratórios coloniais. Entendemos que através da utilização de fontes de natureza diversa e de uma leitura atenta e aproximada das fontes, sem deixar de considerar os indícios presentes nos documentos, se chega a uma história mais complexa e heterogênea do(a)s italiano(a)s.

É fundamental compreender as complexidades que marcaram as relações nas sociedades coloniais do sul do Brasil, buscando romper com narrativas idealizadas e com uma história única sobre os imigrantes, suas vidas e escolhas. Neste artigo, apresentamos parte do percurso de um imigrante que conseguiu alcançar destaque político através da participação em diferentes espaços agregativos, que não eram apenas aqueles fundados pelo mesmo grupo étnico ou que contavam somente com a participação de estrangeiros. A expulsão da sociedade de mútuo socorro *Stella D'Italia* não parece ter representado grandes prejuízos para Brogioli, uma vez que, com a instauração da República em 1889, passou a ter uma participação política no grupo republicano, angariando prestígio e cargos. Porém, o afastamento da sociedade mutual possibilita pensar nas diferentes funções que assumiam, que iam além de ser um espaço de assistência, reforço dos vínculos

18 Em relação ao método da micro-história, as contribuições vêm dos historiadores italianos Carlo Ginzburg (2023) e Giovanni Levi (2016, 2020), em textos publicados em língua portuguesa. As perspectivas de ambos em relação à referida metodologia se complementam, tendo em vista que conferem atenção para percursos individuais e os indícios presentes nas fontes documentais como uma forma de acessar realidades escondidas ou pouco visíveis.

e constituições de afinidades étnicas. Enquanto instância agregativa e de poder local, as associações buscavam exercer controle em relação aos comportamentos considerados moralmente ofensivos. Tudo isso propiciava a conformação das comunidades, enquanto lugares marcados por determinados valores, normas, identidades, prerrogativas e condutas. E a expulsão de uma sociedade mutual podia ser uma escolha de punição contra os sócios que infringiam os artigos presentes nos estatutos por conduta considerada inadequada e vergonhosa, mas indica também para as disputas e divisões no interior da própria associação. Frente a esse tipo de castigo, que causa prejuízos à honra do sócio expulso, o recurso da denúncia judicial aparece como um caminho de contra ofensa e resposta. Logo, os processos criminais aparecem como fontes que possibilitam compreender o funcionamento das associações, os embates internos e diferenças ideológicas, bem como a questão da gestão dos conflitos, do controle e punição acerca dos comportamentos considerados imorais, somado ao papel que possuíam na estruturação da vida política e domínio sobre o local.

O sujeito analisado no presente artigo é uma prova do quanto a vida nas colônias era marcada por tensões: entre imigrantes, com os padres e autoridades públicas, fossem elas estrangeiras ou não. Além disso, aponta para o peso dos vínculos sociais estabelecidos nas esferas agregativas como nas sociedades mutuais. As comunidades coloniais eram lugares permeados por relações conflituosas. Mecanismos de controle dos comportamentos condenados moralmente, das divergências e práticas punitivas eram acionadas pela população. Tudo indica para uma complexidade que marcou o processo de conformação dos lugares nas regiões de colonização europeia que ainda merece ganhar destaque nas pesquisas. Pouco usada ainda nos estudos que tratam de tais questões, as fontes criminais surgem como documentos privilegiados para analisar as circunstâncias diversas dos conflitos, as motivações e racionalidades que orientavam os comportamentos violentos. Elas são uma via de acesso para analisar diferentes contextos presentes no universo colonial, possibilitando incluir o(a)s imigrantes criminoso(a)s, transgressor(a)s e desordeiro(a)s nas pesquisas, mas principalmente ajudam a refletir sobre os usos que eram realizados dos recursos oficiais da justiça e as diferentes práticas que propiciavam a constituição de um território imigrante marcado por direitos, normas, modos de viver e agir.

REFERÊNCIAS

BARAUSSE, Alberto. La scuola in Colonia, Maestri rural e memorie dell’emigrazione veneta in Rio Grande do Sul (1875-1898). In: FRANZINA, Emilio (Org.), **I veneti in Brasile e la storia dell’emigrazione**, Rivista Venetica,

a. XXXIII, n. 57, p. 91-122, 2/2019.

- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Relações de Poder Coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o Período Borgista (1903-1928)**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.
- BIONDI, Luigi. **Mãos unidas, corações divididos**. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. In: Tempo, n. 33, p. 75-104, 2012.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- DINIZ, Mônica. **Olhares sobre a Cidade**: Termos do bem viver, Vadiagem e Polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890). Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2012.
- FACHIN, Gabriela. **Imigração Italiana na Colônia Conde D'Eu e a Societá Italiana de Mútuo Soccorso Stella D'Italia**. Lajeado: Centro Universitário UNIVATES, 2016 (Monografia de final de Curso de História).
- FONSECA, Pedro C. D. **RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: Ginzburg, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história e História do Mundo. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 41-78.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. (orgs.). **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo. São Leopoldo, 2016, p. 18-31.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 19-34.
- LUCHESI, Terciane **A. Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves – 1817 a 1889**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

- LUCHESE, Terciane A. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Educs, 2015.
- LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Trad. Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MANFIO, Juliana; VENDRAME, Máira Ines. Festas, comemorações e sabores na construção de identidades étnicas territoriais. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira (orgs.). **Alimentando existências: o trânsito de pessoas, experiências e comidas**. Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 35-69.
- NEVES, Norton. **“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pele”**: Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX. In: DE BONI, Luís (org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. II. Porto Alegre: EST, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 577-594.
- RUGGIERO, Antonio. Os italianos nas cidades do Rio Grande do Sul: redes de sociabilidade e associativismo étnico (1870-1914). In: LUCHESE, Terciane; BARAUSSE, Alberto; SANI, Roberto; ASCENZI, Anna (org.). **Migrações e história da educação: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional**. Caxias do Sul: Educs, 2021, p. 395-423.
- VENDRAME, Máira Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: A organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- VENDRAME, Máira Ines. Em busca do “Bom viver”: usos e significados da justiça em comunidades camponesas. In: CESAR, Tiago da Silva; OLIVER, Pedro; BRETAS, Marcos (orgs.). **Polícia, justiça e prisões: estudos históricos**. Curitiba: Appris, 2020, p. 195-215.
- VENDRAME, Máira Ines. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 260-281.
- VENDRAME, Máira Ines. Território imigrante: práticas de justiça, direitos

e poder no Brasil meridional (séculos XIX e XX). **Anuario IEHS**, v. 38, n. 2, 2023, p. 59-79.

Recebido em: 10/07/2024

Aceito em: 28/11/2024

TRENTINOS E ITALIANOS NA PERIFERIA DA COLÔNIA BLUMENAU

TRENTINI E ITALIANI ALA PERIFERIA DELLA COLÔNIA BLUMENAU

Norberto Dallabrida¹

RESUMO

A Colônia Blumenau, localizada no Médio Vale do Itajaí-Açu e parte integrante da Província de Santa Catarina, foi formada inicialmente por alemães, mas, a partir de 1875 passou a ser ocupada por imigrantes trentinos e italianos. Inicialmente estabeleceram-se na Colônia Blumenau os trentinos, súditos do Império Austro-Húngaro de fala italiana, e, em seguida, os italianos – especialmente do Vêneto e da Lombardia. Este artigo procura compreender duas dimensões da colonização empreendida pelos imigrantes trentinos e italianos na periferia da Colônia Blumenau desde a chegada da primeira leva deles (1875) até a Primeira Guerra Mundial. Por um lado, procura colocar o foco sobre a ocupação do espaço colonial, baseado na pequena propriedade familiar policultora, mas também acerca da constituição de sociedades cooperativas. De outra parte, explora a nucleação comunitária em torno das capelas identificadas pelo santo padroeiro, bem como pela disputa pela sede paroquial, que conferia distinção social. Por meio do estabelecimento de sedes paroquiais e de cooperativas, esses imigrantes lutaram por sua autonomia religiosa e econômica em relação ao domínio germânico na Colônia Blumenau.

Palavras-chave: Trentinos; Italianos; Colônia Blumenau; Paróquia; Cooperativa.

RIASSUNTO

La Colônia Blumenau, situata nella Media Valle di Itajaí-Açu e parte integrante della Provincia de Santa Catarina, fu inizialmente formata da tedeschi, ma, dal 1875 cominciò ad essere occupata da immigranti trentini e italiani. Nella Colônia Blumenau si stabilirono dapprima i trentini, sudditi dell'Impero Austro-Ungarico di lingua, poi gli italiani, proveniente soprattutto dal Veneto e dalla Lombardia. Questo articolo si propone di comprendere due dimensioni della colonizzazione intrapresa da immigranti trentini e italiani alla periferia della Colônia Blumenau dall'arrivo della prima ondata (1875) fino alla Prima Guerra Mondiale. Da un lato, cerca di concentrarsi sull'occupazione dello spazio coloniale, basata su piccole proprietà di policultora familiare, ma anche sulla costituzione di società cooperative. Dall'altro, esplora la formazione della comunità attorno alle cappelle individuate dal santo patrono, nonché la disputa sulla sede parrocchiale, che conferiva distinzione sociale. Attraverso la creazione di

¹ Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1984), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Realizou estágio pós-doutoral na Universidad de Alcalá de Henares (2013) e atuou como professor visitante na Université Paris Nanterre (2019).

sedi parrocchiale e cooperative, questi immigranti lottarono per la loro autonomia religiosa ed economica rispetto al dominio tedesco a Colônia Blumenau.

Parole chiave: Trentini; Italiani; Colônia Blumenau; Parrocchia; Cooperativa.

INTRODUÇÃO

A partir de 1875, dialetos italianos passaram a ser falados na germânica Colônia Blumenau. Localizada no Médio Vale do Itajaí-Açu e parte integrante da Província de Santa Catarina, esta colônia foi criada em 2 de setembro de 1850, pelo estabelecimento de 17 imigrantes alemães e luteranos chefiados por Hermann Bruno Otto Blumenau. Dez anos depois, foi vendida ao Governo Imperial, mas Blumenau continuou a exercer, de forma rigorosa, a função de diretor da colônia que tinha o seu sobrenome até 1882, quando retornou à Alemanha (Silva, 1972). Em 1854 começaram a ingressar na Colônia Blumenau os primeiros imigrantes alemães católicos, que passaram a ter assistência religiosa em uma pequena capela do padre Gattone, da vizinha Freguesia de São Pedro de Gaspar. Em 1873 foi criada a Freguesia de São Paulo Apóstolo na sede da Colônia Blumenau, tendo como limites os mesmos do distrito colonial, mas a assistência religiosa continuou muito precária, sendo feita por sacerdotes de outras vilas, especialmente o padre Carlos Boegerhausen – vigário de Joinville (Bohn, 1989). Em uma época em que o Estado brasileiro tinha a Igreja Católica como religião oficial, na Colônia Blumenau, os católicos viviam como minoria religiosa.

A expansão do povoamento da Colônia Blumenau deu-se no rio acima, ou seja, da sede colonial em direção à Serra Geral, espraçando-se nos seus vários e caudalosos afluentes. Os novos núcleos coloniais germânicos foram formados nas confluências dos rios, como em Indaial, onde o rio Benedito desaguava no Itajaí-Açu; e em Timbó, local onde o rio dos Cedros se encontra com o rio Benedito. Com a inibição oficial do deslocamento de alemães para o Brasil, a partir de 1875, imigrantes trentinos² deram continuidade à ocupação territorial da Colônia Blumenau. A partir da Timbó, eles ocuparam os caminhos de Rodeio, dos Tirolezes e dos Pomeranos, que passaram a dar outro tom étnico à colônia germânica do Médio Vale do Itajaí-Açu. Nos anos seguintes, além da continuidade da vinda de imigrantes trentinos, passaram a chegar os súditos do recém-unificado Reino da Itália, especialmente das regiões do Vêneto e da Lombardia (Grosselli, 1987). A imigração trentina e italiana concentrou-se nos anos de 1875 e 1876, sendo

2 Os trentinos eram súditos do Império Austro-Húngaro, habitavam a região do Tirol do sul ou meridional (que foi anexada à Itália somente em 1918) e falavam dialetos italianos. Por isso, sua cultura era marcada pela germanização da Áustria e vários deles também falavam a língua alemã.

significativa até 1892 e, segundo Gensch (apud Silva, 1972, p.136), nesse período imigraram para a Colônia Blumenau 1.470 trentinos e 1.293 italianos, o que indica um certo equilíbrio entre os dois grupos de imigrantes de fala italiana.

A imigração trentina e italiana para a Colônia Blumenau era parte integrante de um amplo e irrefreável deslocamento em massa de homens e mulheres que atravessaram o Atlântico em busca de uma vida melhor na “América”. Nos anos 1870, após a unificação política, a Itália viveu um período de intensas transformações, dentre as quais a principal foi o avanço do capitalismo, que desestruturou as sociedades rurais “tradicionais” e provocou êxodo rural para as cidades e para outros países. A este processo estrutural somaram-se fatores de caráter conjuntural tais como catástrofes naturais, principalmente enchentes, a excessiva carga de impostos sobre colonos e meeiros e os prolongados anos de serviço militar (Grosselli, 1987). Como anota Grosselli (1987, p. 101-2), a emigração representava a busca da liberdade para os camponeses trentinos e italianos:

Neste sonho [da emigração] estava presente tudo o que a classe camponesa anelava: a terra em abundância e sobretudo a propriedade, mas também a falta dos ricos e do seu sistema social e, enfim, a promessa que a família camponesa teria sido finalmente unida e que seu chefe ou filho não teriam sido enviados cada quatro ou cinco anos a combater na guerra. Uma extensão de terra suficientemente grande, livre de qualquer vínculo, em que pudessem trabalhar e manter a própria família era o centro essencial das esperanças camponesas. E os estados da América do Sul estavam aí para prometé-la tanta e quase gratuita. Esta era a verdadeira liberdade, a verdadeira independência.

A massa camponesa expulsa de países europeus pelo avanço do capitalismo interessava ao Governo Imperial do Brasil como mão de obra na emergente economia cafeeira no Sudeste e para colonizar áreas escassamente povoadas por indígenas. Assim, a ocupação trentina e italiana na Colônia Blumenau se insere no processo de colonização da segunda metade do século 19 no sul do Brasil e no Espírito Santo, efetuado com imigrantes europeus fixados em pequenos lotes de agricultura diversificada, trabalhados com mão de obra familiar. Nesse tipo de colonização ocorreu o “povoamento disperso” (Seyferth, 1990, p. 22-3), em que as casas se encontravam afastadas umas das outras em média duzentos metros, com exceção de pequenos povoados, onde havia certa concentração de residências, a capela e a casa comercial. Na Colônia Blumenau, foram povoados dessa forma os

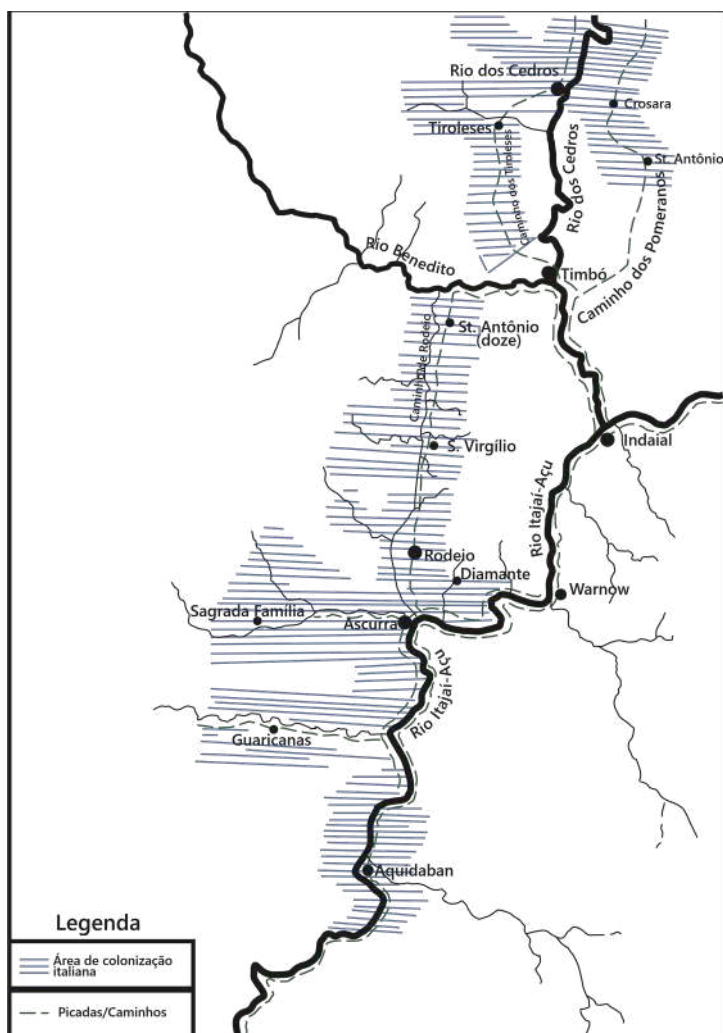
vales do rio Itajaí-Açu e seus tributários, como anotou Vicenzi (1904, p.24-5):

a disposição topográfica desses vastos territórios era a melhor possível para a colonização. São bacias mais ou menos paralelas, formadas por diversos rios de maior ou menor grandeza, sendo que os menores desembocam nos maiores, e estes lançam suas águas no maior do município (de Blumenau) que é o próprio Itajaí. Essas bacias são planícies da largura média de um a dois quilômetros. Essas planícies são ladeadas por cadeias de altas serras, cobertas até os cimos de soberbas florestas.

Próximo ao leito dos rios foram abertas picadas que orientavam a divisão da terra em pequenos lotes alongados e contíguos, os quais tinham 200 a 250 metros de largura e 1.000 a 1.500 metros de comprimento (Berri, 1993). Porém, quando a distância entre a picada próxima ao rio e as serras era grande, abria-se outra picada paralela e equidistante, como no Caminho dos Pomeranos e no Caminho dos Tirolezes no vale do rio dos Cedros. Ademais, deve-se acrescentar que, no caso da Colônia Blumenau, o Governo Imperial estimulou a imigração trentina e italiana com o propósito de misturar povos latinos e católicos ao grupo germânico e luterano chefiado por Blumenau (Seyferth, 1990).

O núcleo colonial de Timbó, formado por imigrantes alemães e luteranos, separava a área de imigração trentina e italiana da Colônia Blumenau, formando duas subáreas: uma ao norte, que gravitava em torno do vale do rio dos Cedros; a outra ao sul, espargida nos vales dos afluentes dos rios Benedito e Itajaí-Açu, especialmente na sua margem esquerda como se pode ver no mapa acima. Embora trentinos e italianos estivessem misturados nessas áreas, houve vales em que predominavam uns ou outros, de modo que nos caminhos dos Pomeranos, dos Tirolezes e de Rodeio predominavam os trentinos, enquanto em São Paulo, Ascurra, Guaricanas e São Bernardo a grande maioria era formada por italianos. É importante destacar que esses imigrantes de fala italiana não constituíram colônias oficiais, como ocorreu no sul de Santa Catarina (Otto, 2006), mas foram estabelecidos na periferia da Colônia Blumenau. Como vanguardeiros da colonização em meados na década de 1870, os imigrantes trentinos e italianos estavam confirmados entre colonos de ascendência alemã e a área ocupada escassamente por indígenas.

Mapa – Área de ocupação trentina e italiana da Colônia Blumenau



Fonte: Berri (1988) com redesenho de Letícia Dallabrida Stolf

Nesta direção, este trabalho tem o propósito de compreender duas dimensões da colonização empreendida pelos imigrantes trentinos e italianos na Colônia Blumenau desde a chegada da primeira leva deles (1875) até a Primeira Guerra Mundial. Por um lado, procura colocar o foco sobre a ocupação do espaço colonial, baseado na pequena propriedade familiar policultora, mas também acerca da constituição de sociedades cooperativas. De outra parte, explora a nucleação comunitária em torno das capelas identificadas pelo santo padroeiro, bem como pela disputa pela sede paroquial, que conferia distinção social.

1 PEQUENA PROPRIEDADE E COOPERATIVAS

Assim que os imigrantes trentinos e italianos chegavam à sede da Colônia Blumenau, era feita a distribuição de pequenos lotes de terra, geralmente demarcados com antecedência, e a entrega de uma pequena quantia de recursos para o início da nova vida. Enquanto as mulheres e crianças ficavam na sede colonial, “[...] os pais de famílias e os filhos já homens partiam, em pequenos grupos, todos munidos de foices e machados, encaminhando-se para os seus respectivos terrenos” [sic] (Vicenzi, 1904). Os imigrantes se transformavam em colonizadores, abrindo picadas, tomando posse de seus lotes para construírem suas choupanas e realizar a derrubada da mata para viabilizar as primeiras plantações. No Caminho de Rodeio, as primeiras árvores derrubadas serviram para a confecção de um cruzeiro, de acordo com o cronista franciscano, que diz:

Quando há mais de quarenta anos, os primeiros colonos entraram no Vale de Rodeio, antes de iniciarem a derrubada dos matos seculares conviram entre si de levantar uma Santa Cruz alta na Colônia [...]. As primeiras árvores cortadas serviram para formar um grande Cruzeiro que ali foi plantado qual sinal de fé dos habitantes novos e farol nas duras privações do primeiro tempo de colonização [sic] (Livro..., 1900, p. 30).

Nos locais destinados pela direção da Colônia Blumenau, os homens faziam a derrubada e queimada da mata, bem como a semeadura; construíam suas primitivas choupanas de ripas de palmito e cobertas de folhas de guaricanas. Vencidas as primeiras dificuldades e aproximando-se o tempo da colheita, buscavam as mulheres e crianças na sede colonial para ocupar efetivamente os lotes. Iniciava-se uma nova vida, onde os elementos culturais transplantados pelos imigrantes se adequavam ao meio ambiente porque, como bem expressou certo colono italiano, o dilema era “vencer ou morrer” (Grosselli, 1987). As principais dificuldades foram a adaptação ao clima subtropical, o desbravamento da mata virgem e a relação conflituosa com os indígenas. Em relação ao meio ambiente, significava experimentar o novo porque os imigrantes trentinos e italianos eram oriundos do sul da Áustria e de regiões do norte da Itália com clima temperado e razoável estrutura social; e na Colônia Blumenau estava tudo por fazer. Na luta com a floresta subtropical, esses imigrantes tiveram que enfrentar os constantes ataques de animais selvagens, como o tigre, e as temidas cobras venenosas.

Os imigrantes trentinos e italianos encontraram os povos originários que não eram citados na propaganda em prol da imigração para o Bra-

sil nos seus países de origem. Esses habitantes da floresta eram os Xokleng, que ocupavam o sul do Brasil no espaço entre o litoral e o planalto de Paranaguá e Porto Alegre. Sobre a ocupação dos Xokleng no território catarinense, Santos (1973, p. 32-3), constata:

A tribo dos Xokleng era formada por diversos grupos. Esses eram integrados por 50 a 300 indivíduos. À época da colonização do território ocupado pelos Xokleng, século XIX, havia pelo menos três grupos: um deles vivia no centro do território catarinense, tendo como área principal o médio e alto Vale do Itajaí; o segundo ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina com o Paraná; o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão. Como nômades, entretanto, esses grupos deveriam se subdividir e simultaneamente explorar largas áreas vizinhas a esses locais de maior concentração. [...]

Acossados pela abertura dos caminhos das Tropas que resultaria na fundação de Lages, os Xokleng do alto e médio Vale do Itajaí entraram em choque com os colonizadores europeus, que os chamavam de bugres ou botocudos – devido ao uso de enfeite labial (Santos, 1973). O primeiro choque entre Xokleng e imigrantes alemães ocorreu em 27 de dezembro de 1852 – dois anos após a fundação da Colônia Blumenau –, resultando na morte de um indígena (Dagnoni, 2008). Assim, à medida que a colonização germânica avançava rio acima, os Xokleng, percebendo que seu espaço de sobrevivência reduzia progressivamente, passaram a realizar assaltos aos colonizadores com o intuito de buscar alimentos e utensílios, bem como, certamente, por vingança.

Os imigrantes trentinos e italianos fizeram avançar a colonização em direção ao Planalto Catarinense e se atritaram com os Xokleng nos pontos mais extremos da Colônia Blumenau, onde aconteceram as principais lutas armadas e assassinatos de indivíduos e família de ambas as partes, que foram relatadas por escrito em cartas enviadas aos seus parentes e amigos europeus (Assuntos..., 1985, p. 12-3). No médio Vale do Itajaí-Açu, a comunidade vanguardeira de fala italiana era Aquidan, que era cortada pelo rio do bugre – *bugerbach* em alemão – em uma referência à presença dos Xokleng (Deretti, 1970). Na área do rio dos Cedros, em São José também era área de fronteira, a jovem Tereza Paternolli foi morta pelos indígenas, fato que provocou migração de parte de seus moradores para lugares mais centrais da colonização (Valandro, 1975). Em virtude dos constantes ataques dos indígenas às casas e às plantações dos imigrantes, o diretor da colônia Blumenau, com o apoio do Governo da Província de Santa Catarina, orga-

nizou grupos que realizavam excursões na mata para rechaçar os indígenas, chamados de “batedores do mato”. Contudo, a ação mais violenta foi realizada pelos bugreiros, homens luso-brasileiros provenientes do Planalto Catarinense, que caçavam e assassinavam os indígenas e suas famílias (Deretti, 1970; Finardi, 1976). A ação dos bugreiros era apoiada pela maioria das autoridades da colônia/município de Blumenau e por boa parte da imprensa escrita, convertendo-se em um fato dramático para os Xokleng. O confronto entre indígenas e colonizadores europeus foi marcado pela assimetria de armas e de documentos porque os relatos foram feitos somente por homens brancos.

A floresta subtropical proporcionava abundante coleta, caça e pesca, o que muito contribuiu para suprir boa parte da alimentação dos colonizadores trentinos e italianos nos primeiros tempos da vida na floresta. Nos minifúndios constituídos de terras férteis, realizavam a policultura, isto é, plantavam “um pouco de tudo”, com destaque para o milho e a cana-de-açúcar, e criaram animais necessários à sobrevivência – galináceos, porcos, gado (Berri, 1993). Esse trabalho agrícola era empreendido pelas unidades familiares, que tinham quase autossuficiência porque compravam, em casas comerciais, somente alguns produtos como sal, querosene e ferramentas. Segundo o cônsul italiano de Santa Catarina, no Médio Vale do Itajaí-Açu, era difícil encontrar “diaristas” entre colonizadores italianos e seus descendentes porque “cada um prefere trabalhar seu próprio terreno” (Macdonald, 1983, p. 167). Desta forma, no Brasil constituiu-se uma sociedade camponesa diferente daquela dos latifúndios.

No entanto, à medida que os imigrantes trentinos e italianos iam se estabilizando na nova terra, passaram a comercializar alguns produtos como banha de porco, milho e, sobretudo, o tabaco em folha. Segundo Berri (1993), passaram a cultivar essa solanácea para comercializá-la a partir de meados da década de 1880, que logo se disseminou em escala regional. As folhas de tabaco eram vendidas para as casas comerciais de alemães, localizadas na cidade de Blumenau, que tinham o monopólio de venda para os mercados interno e alemão. A firma Gustav Salinger e Cia., que tinha a matriz e uma filial na sede do município Blumenau³, era a principal delas e comprava a maior parte das folhas de tabaco produzidos pelos trentinos e italianos. O domínio dessas casas comerciais no município de Blumenau foi constatado, no início do século XX, por Vicenzi (1904, p. 52-3), que assevera:

3 A Colônia Blumenau tornou-se município homônimo em 1883.

A cidade de Blumenau é o centro comercial de todo o extenso município. Aí todo o comércio está na mão de alemães. Os alemães pelo que tenho podido notar, têm uma qualidade que lhes é característica: a grande união entre si. Dessa forma, era fácilimo e até inevitável que os principais homens de negócios fizessem entre si uma liga formidável, contra a qual fosse inútil qualquer tentativa de reação. Assim, em qualquer casa de negócio em que o pobre colono, o lavrador ou o criador de gado se apresentasse, os preços eram iguais. De seus gêneros recebia a paga mínima enquanto tudo o que comprava era a preços exorbitantes.

Figura 1 – Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros no início do século XX



Fonte: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – RJ)

Diante dessa situação desvantajosa, trentinos e italianos reagiram por meio da criação de sociedades cooperativas com o propósito de comercializar o excedente que produziam, bem como comprar produtos por um preço melhor. Segundo Berri (1993, p. 139) “a mais importante e a primeira [cooperativa] a se organizar [entre trentinos e italianos do município de Blumenau]” localizou-se na vila de Rio dos Cedros. Segundo Largura (2019), nesse local, em 1893, foi criada “A Sociedade do Tabaco”, que não teve êxito em boa medida devido a problemas comerciais ligados à Revolução Federalista. Quatro anos depois, uma segunda cooperativa foi instituída, que

também não prosperou. Em 20 de janeiro de 1899, um grupo de 19 colonos, liderados pelo imigrante Andrea Larguna, fundou a *Società Cooperativa di Rio dos Cedros*, que teve sucesso socioeconômico e vida longa. No primeiro ano de funcionamento, essa cooperativa exportou folha de tabaco para a Alemanha e, em seguida, atingiu os mercados italiano e austríaco. Na figura 1 pode-se ver os sócios em frente ao imponente prédio dessa cooperativa, que marcou Rio dos Cedros até meados do século XX. Na década de 1920, instalou uma filial em Indaial, distrito germânico onde havia uma estação da Estrada de Ferro Santa Catarina, que facilitava o transporte de produtos até o Porto de Itajaí; e liderou uma federação com as cooperativas de Rodeio com o intuito de exportar folhas de tabaco.

O pioneirismo na implantação das sociedades cooperativas em Rio dos Cedros se deve ao fato de essa região concentrar maior volume de produção de folhas de tabaco. Certamente por isso, nessa localidade, em 1897, foi instalada a Estação Agronômica e de Veterinária, criada dois anos antes pelo governador do estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, como um campo de experiências, visando dar suporte técnico aos colonos (Santa Catarina 1895 apud Santos, 1998). Nesse mesmo ano foi nomeado o seu diretor, Giovanni Rossi, que era de Pisa, formou-se em Medicina e Cirurgia Veterinária e liderou a fundação da Colônia Cecília – uma experiência anarquista formada por italianos que se instalou no município paranaense de Palmeira. Com o fracasso dessa colônia, Rossi foi contratado pelo Governo do Estado para atuar, em Rio dos Cedros, como técnico da sua única escola agrícola, visando melhorar a qualidade da folha de tabaco. Além do seu trabalho técnico como diretor da Estação Agronômica, Rossi ajudou a instituir *La Società* – como era popularmente conhecida a Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros (Santos, 1998).

No início do século XX, foram fundadas cooperativas nas principais localidades da área de colonização trentina e italiana do município de Blumenau. Segundo o cônsul italiano Caruso Macdonald, em 1906, as localidades e as datas de fundação das sociedades cooperativas eram as seguintes: Rodeio I, local onde estava sediada a igreja matriz da Paróquia São Francisco de Assis (1900); Rodeio II (1903) e Ascurra (1904) (Macdonald, 1983), cujos sócios em frente ao prédio da cooperativa podem ser vistos na figura 2. Em 5 de setembro de 1909, o jornal “Novidades” de Itajaí afirma que “[...] o cooperativismo entre os italianos de Blumenau, dia a dia, se desenvolve. Atualmente, existem nesse município sete sociedades cooperativas compostas de colonos de origem italiana” (Notícias..., 1909, p. 2). Além das quatro citadas acima, tratava-se das cooperativas de Rodeio III, de Guaricanas e de Aquidabã. Ademais, a partir da iniciativa de João Mondini, da linha colonial de Guaricanas, na década de 1880, o cultivo do arroz irrigado também passou a

ganhar viabilidade comercial. Assim, algumas cooperativas, como a de Rio dos Cedros, também passaram a adquirir engenhos de arroz para atender à crescente disseminação de arrozais entre trentinos e italianos (Berri, 1993).

Figura 2 – Sociedade Cooperativa “Ascurra” no início do século XX



Fonte: Arquivo José Ferreira da Silva (Blumenau – SC)

Enfim, a consolidação das cooperativas na área de colonização trentina e italiana no município de Blumenau, nas primeiras décadas do século XX, indicava a conquista da autonomia econômica tão almejada por esses imigrantes.

2 SOCIEDADE DA CAPELA E DISPUTA PELA SEDE PAROQUIAL

Os imigrantes trentinos e italianos se empenharam na edificação de capelas. As primeiras eram rústicas e provisórias, construídas de ripas de palmito e cipós e cobertas de folhas recolhidas na floresta e, junto a essas, geralmente atrás, era instalado o cemitério. Logo que possível, as capelas passaram a ser construídas de madeira ou de argamassa, mas ainda não tinham campanário e se assemelhavam às casas. Mesmo assim, foram construídas para a realização do ofício religioso comunitário e, quando da visita de um sacerdote, para a administração dos sacramentos e a realização da missa. As capelas foram construídas em pontos estratégicos dos vales, principalmente nos cruzamentos de picadas e em colinas; o local da edificação delas foi motivo de conflitos em boa parte das localidades, de modo que,

às vezes, a falta de consenso provocou a construção de uma nova capela. Por exemplo, em Ascurra, a dissidência na Capela Santo Ambrósio levou à criação da capela Sagrada Família; no Caminho dos Pomeranos, parte dos moradores construiu nova capela, cuja padroeira passou a ser Santa Maria Madalena. Certamente a sensação de abandono na floresta estimulou os imigrantes a se apegarem ainda mais aos seus santos padroeiros dos locais de origem.

Frei Lucínio Korte, primeiro frei franciscano que atendeu as capelas trentinas e italianas, afirmou que “[...] no decurso dos cinco primeiros anos da chegada dos imigrantes, todos os povoados já haviam construído as suas capelas” (Korte, 1977). Até a década de 1890, quando o processo de imigração-colonização se estabilizou, tinham sido construídas 22 capelas na área de ocupação trentina e italiana da Colônia Blumenau. Este número ultrapassou o plano de colonização do diretor da Colônia Blumenau, que previa uma capela a cada vinte quilômetros, devido ao fato de uma parentela ou parte de comunidade rural europeia imigrar e se reagrupar em uma comunidade de capela, procurando manter o padroeiro do seu local de partida no Trentino ou no norte da Itália.

As capelas foram construídas pelos moradores das diversas localidades em regime de mutirão. No Caminho dos Pomeranos, a capela Nossa Senhora das Dores foi construída com o trabalho comunitário de quarenta famílias. Quando criança, o cômico Jácomo Vicenzi participou desse empreendimento e recorda com emoção, dizendo:

Amo com predileção essa capela [Nossa Senhora das Dores] pela simples razão de nela haver também o fruto dos meus suores [...]. Eu era menino quando, em dias determinados, me juntava a muitos outros companheiros, e então, acompanhados por muitos pais, íamos trabalhar no preparo dos materiais, carregando com eles até o ponto da almejada construção. Esse trabalho espontâneo era para nós um divertimento, uma folia, um verdadeiro delírio (Vicenzi, 1904, p. 40).

O fato de as capelas serem construídas em uma área de pequena propriedade policultora baseada no trabalho familiar, denota uma nova prática no catolicismo no Brasil. Fruto do trabalho comunitário, construída em um terreno doado para a coletividade local e administrada pelos próprios colonizadores trentinos e italianos, as capelas eram propriedades comunitárias. Na sua bagagem cultural, os imigrantes trentinos e italianos transportavam para as novas terras o santo da sua vila de origem e, como eram oriundos de regiões do sul da Áustria e do norte da Itália, os conflitos em torno da

escolha do nome do padroeiro foram inevitáveis. Essa questão geralmente era resolvida pela decisão da maioria e/ou pela intervenção do clero, mas às vezes uma capela tinha dois padroeiros, fato que indica a conciliação entre preferências religiosas de uma mesma comunidade de capela.

As capelas eram os centros sociorreligiosos das comunidades. Aos domingos e dias de festa, eram o local para a realização do ofício religioso comunitário, que consistia na recitação de orações e cânticos, ladainhas, terços e leitura de trechos da Bíblia ou do catecismo. Nas festas religiosas, as reuniões eram mais concorridas, especialmente naquela do padroeiro – denominada *la sagra*. E eram também usadas para realizar os rituais fúnebres, os batizados e os casamentos. A maior parte dos atos religiosos eram dirigidos pelo capelão leigo devido à grande escassez do clero católico na Colônia Blumenau nas primeiras décadas da colonização trentina e italiana, praticamente restrito ao padre Jacobs. Segundo Grosselli (1987, p. 452), o capelão leigo era “fruto da seleção natural entre os colonos, era uma pessoa que sabia ler, entre as mais cultas da comunidade. Comumente um verdadeiro líder natural, outras vezes somente um colono que possuía um missal”. Em uma carta enviada ao jornal *La Voce Cattolica*, de Trento, Curuziano (1985, p. 18-9), pseudônimo de um imigrante trentino, assim descreve a atividade sociorreligiosa do capelão leigo Barba na capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição:

[Barba] começou então em Cedros a construir aos poucos uma pequena capela paroquial e com toda a sua família lá nos reuníamos todos os domingos e dias de festa porque não havia até agora ninguém que dirigisse a cerimônia; ele o fazia quando então o começamos a chamar de padre, sem ter ele direito à essa função. Lia em seu livro de pregação [...] e chegando junto à mesa como se estivesse presente o sacerdote lia a Epístola, o Evangelho próprio da festa e o trecho do catecismo do culto católico, escrito por nosso compatriota, Dom Cimadomo, e impresso em Rovereto pela cura do bispo de Trento para uso em escolas e famílias. Ainda lia qual seria a meditação da hora da Boa Morte e prosseguia com o credo pelo restante da missa, exercia função com alto apreço e segundo as normas e circunstâncias. Rezávamos a terça parte do rosário e a leitura de Glória Maria, etc.

Além de dirigir as orações comunitárias, o capelão leigo às vezes também era o professor paroquial e o fabriqueiro – administrador de capela ou igreja matriz – como, por exemplo, Valentino Fruet na capela Nossa Senhora das Dores de Rodeio (Sevegnani, 1931) e Giovanni Trentini na

capela Nossa Senhora das Dores do Caminho dos Pomeranos, sendo que ambos eram lideranças da Ordem Terceira Franciscana – associação católica voltada para os leigos. Alguns líderes de suas comunidades de capela exerciam informalmente a função de juiz de paz e representavam as suas comunidades junto às autoridades da Colônia Blumenau. Enfim, atuavam tanto na condição de autoridade religiosa como civil.

A escassez de visitas do pároco devia-se ao fato de as capelas pertencerem à Paróquia São Paulo de Blumenau, atendida somente pelo padre Jacobs. Muito contribuiu para essa situação, a grande distância entre a igreja matriz e as capelas na área de colonização trentina e italiana, bem como o péssimo estado dos caminhos. Nas visitas, o padre Jacobs celebrava missa, administrava sacramentos, em particular a confissão, a comunhão e o batismo e comunicava avisos eclesiais. Os imigrantes trentinos e italianos reclamavam, de forma insistente, do precário atendimento religioso também por meio de cartas aos seus parentes e amigos europeus. Uma delas, de 1885, diz que “[...] em dez anos que estamos aqui mal sentimos o que é uma missa em dias de festa e aos domingos. Nem uma prédica ou uma doutrina de um sacerdote” (Curuziano, 1985). Outra afirma que “[...] a nossa voz fina desaparece entre o vozerio da multidão e não foi ouvida até o presente momento, eis porque não temos aqui um padre de nossa nacionalidade” (Do Brasil, 1985). Essa crítica era destinada ao padre Jacobs, que era de origem alemã.

No texto intitulado “Documento”, o pároco determinava a localização e os limites de funcionamento das capelas e o procedimento de seus fabriqueiros, enfatizando a importância dos sacramentos como prêmio pela normalidade de funcionamento das capelas (Jacobs, 1886). O controle exercido pelo padre Jacobs sobre os atos religiosos praticados pelos capelães leigos foi apontado em uma correspondência de um imigrante publicada no jornal *La Voce Cattolica*, de Trento, em 1885, que assevera:

Mas, se nós escolhêssemos qualquer prédica ou lêssemos qualquer meditação, ensinar a doutrina de nosso catecismo diocesano por um adulto o que seria fácil a um de nós. Assistir um moribundo e dizer sagradas palavras num enterro, tudo o nosso M. R Pároco de Blumenau proibiu terminantemente; mais ainda, proibiu qualquer cerimônia religiosa em casas particulares, disse ele que o bispo assim o ordenou” (Do Brasil, 1985).

O controle exercido pelo padre vigário na organização e funcionamento das capelas estendia-se às imagens dos santos padroeiros. Na capela Santo Antônio do Caminho dos Pomeranos, “[...] a primeira estatueta de

Santo Antônio foi queimada por ordem do padre que visitava a capelinha [padre Jacobs], embora contra a vontade do povo” (Vicenzi, 1975, p. 30).

Nas modestas capelas passaram a funcionar escolas paroquiais, onde se ensinava, em língua italiana, as primeiras letras e o catecismo católico para meninos e meninas, fazendo avançar a alfabetização. Os mestres-escolas eram escolhidos dentre os colonizadores mais letrados, que geralmente exerciam lideranças nas suas comunidades. O funcionamento dessas capelas-escolas era bastante irregular e precário. Os períodos escolares eram bastante fragmentados, os mestres-escolas eram mal pagos e alguns pais nem sempre se interessavam pela alfabetização dos seus filhos. Os professores eram colonos, que compaginavam o magistério com as atividades agropastoris. As escolas paroquiais tinham grande autonomia, tendo em comum algumas prescrições do padre vigário por ocasião das raras visitas paroquiais.

Desta forma, na área de imigração trentina e italiana da Colônia Blumenau constituiu-se a chamada “sociedade da capela” (Seyferth, 1990, p. 52), em que a grande maioria das instituições comunitárias gravitavam em torno das capelas ou dos oratórios públicos que, além de locais de culto, tornaram-se centros sócio-políticos locais (Dalmolin, 2020). Deve-se salientar que a importância social da capela se multiplicou devido ao enquistamento dos colonizadores trentinos e italianos, que estabeleceram comunidades com alto grau de homogeneidade étnica. Isso se acentuou pelo fato de não constituírem uma colônia oficial, mas estarem localizados na periferia da Colônia Blumenau. De outra parte, a capela ganhou ainda mais importância em virtude da quase ausência de poderes civis municipais ou estaduais como ocorreu em outras áreas de colonização europeia no sul do Brasil. Enfim, devido ao enraizamento da capela em uma área de pequena propriedade policultura calcada na mão de obra familiar.

Deve-se notar que, nas suas regiões de origem, os imigrantes trentinos e italianos tinham em cada localidade uma sede paroquial assistida por no mínimo um sacerdote, que lhes proporcionava atendimento religioso cotidiano. Em áreas de imigração europeia no sul do Brasil, devido à precária estrutura eclesiástica, foram criadas paróquias que abrangiam grandes áreas territoriais, que tinham uma igreja matriz e um número elevado de capelas filiais, sendo atendida por um número reduzido de sacerdotes (Galioto, 1987). Trata-se, portanto, de um novo modelo de administração eclesiástica gerado pela falta de sacerdotes.

Na Colônia Blumenau, o padre Jacobs atuou sozinho como padre vigário da Paróquia São Paulo, realizando visitas paroquiais para dezenas de capelas formadas por imigrantes alemães, trentinos e italianos.

Essa situação se alterou somente em 1892, quando o padre Jacobs entregou a direção dessa paróquia para o clero franciscano. A área de povoamento trentino e italiano, que concentrava o maior número de católicos, passou a receber visitas paroquiais com mais frequência. Em seguida, a Ordem Franciscana instalou um núcleo na vila de Rodeio e liderou a comunidade local na construção de uma nova igreja, benta em 1899. No ano seguinte, foi criado o curato⁴ São Francisco de Assis, cuja igreja matriz homônima (ver figura 3) passou a satelizar as outras capelas na área de colonização trentina e italiana no município de Blumenau, transformando a vila de Rodeio no centro pastoral da região. Os padres franciscanos eram alemães e se fixaram na vila de Rodeio devido ao fato de concentrar maior número de trentinos e, em 1909, ter sediado a Liga Austro-Brasileira, que promovia valores austríacos e festejava o aniversário de Francisco José, imperador da Áustria e rei da Hungria (Dalmolin, 2020). Os trentinos tinham traços germânicos na sua cultura italiana e palavras alemãs no seu dialeto.

Figura 3 – Igreja matriz São Francisco de Assis, de Rodeio



Fonte: Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio

4 Território rural de uma diocese sobre a qual prevalece a jurisdição pastoral do cura. Equivalente a paróquia, cuja igreja matriz localizava-se em uma cidade e era pastoreada pelo pároco.

A ação do clero franciscano provocou um inegável florescimento das capelas. O sinal arquitetural desse processo foi a construção de novas e grandes igrejas de argamassa, geralmente no cume das colinas. As associações religiosas, formadas por leigos e dirigidas pelo clero tiveram um crescimento significativo. Assim, a Ordem Terceira Franciscana, que existia de forma embrionária, foi reestruturada e capilarizada em quase todas as capelas; foram criados o Apostolado da Oração, destinado aos devotos do Sagrado Coração de Jesus, a Pia União das Filhas de Maria (para as moças solteiras) e a União de São José (para os moços solteiros). Concebidas como espaço catequético sistemático, as escolas paroquiais foram reestruturadas por meio do estabelecimento de um currículo paroquial comum e pela seleção rigorosa e formação dos mestres-escolas. Essa rede de escolas de primeiras letras, sob a supervisão do clero franciscano alemão, contou com o trabalho docente das Irmãs da Divina Providência, de ascendência germânica, que estabeleceram uma residência na vila de Rodeio. Por fim, o vigor pastoral impresso pelo clero franciscano é constado por meio da publicação do jornal *L'Amico – periodico settimanale del popolo cattolico*, que circulou, todo o fim de semana, de 1904 a 1917 (Dalmolin, 2020).

De outra parte, o clero franciscano sofreu resistência renhida de algumas capelas que ele dava assistência religiosa, particularmente a partir da criação do curato de São Francisco de Assis, cuja igreja matriz homônima era localizada na vila de Rodeio. O movimento antifranciscano tinha o seu epicentro mais organizado na capela Santo Ambrósio de Ascurra, que reivindicava o *status* de igreja matriz. A comunidade dessa capela, formada por grande maioria de imigrantes do Vêneto e da Lombardia, recusou as visitas paroquiais dos padres franciscanos de forma sistemática e, além de exigir a criação de um curato, reivindicava a assistência de padres italianos. Na capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Rio dos Cedros, a resistência ao clero franciscano era mais pulverizada, mas não menos intensa e incisiva. Como em Ascurra, a comunidade dessa capela solicitava, por meio de abaixo-assinados, o *status* de curato e a assistência de sacerdotes da Itália. Em nível regional, tratava-se das duas principais capelas, que buscavam autonomia religiosa.

Figura 4 – Escola Silvio Pellico de Aquidaban

Fonte: Acervo de Miguel Deretti

A resistência comunitária ao clero franciscano materializou-se, de forma ainda mais explícita, nas escolas Dante Alighieri. O estabelecimento dessa rede escolar foi provocado pelo corte sistemático do conteúdo italianófilo nas escolas paroquiais por parte do clero franciscano, que recebia do Consultado Italiano – fundado em Florianópolis em 1896 – subsídios e material escolar. Na sua visita ao município de Blumenau, em 1906, o cônsul italiano Caruso Macdonald constatou que nas escolas dos imigrantes italianos, dirigidas pelos padres franciscanos, “ensinava-se italiano mais por exigência da fé, que por espírito de patriotismo” e que os manuais escolares enviados pelo Consulado Italiano não estavam sendo utilizados (Macdonald, 1983, p. 173-4). No mesmo ano, com o patrocínio do Consulado Italiano foi estabelecida a primeira escola Dante Alighieri na vila de Ascurra que inicialmente funcionou na capela Santo Ambrósio – refratária às visitas do clero franciscano –, mas em seguida teve prédio próprio. As lideranças dessa escola, encabeçadas por Ermembergo Pellizzetti, proibiram a ingerência do clero franciscano e procuraram expandir o modelo escolar que adotavam. Em 1913, na área de colonização italiana do município de Blumenau havia nove escolas Dante Alighieri, que tinham o nome do famoso poeta florentino ou de um herói italiano do oitocentos como o de Silvio Pellico (ver a figura 4) ou Giuseppe Verdi. Em algumas localidades, a escola Dante Alighieri substituiu a escola paroquial; em outras, essas escolas conviviam

lado a lado, indicando a divisão da comunidade (Otto, 2006).

Com o estabelecimento das escolas Dante Alighieri, a rede escolar paroquial entrou em crise porque perdeu os subsídios do Consulado Italiano e sofria concorrência. Como resposta a essa situação, em 1913, os padres franciscanos convidaram três jovens do Caminho de Rodeio, que pertenciam às associações Filhas de Maria e Ordem Terceira Franciscana, para atuarem como professoras das escolas paroquiais mais periféricas e geralmente formadas por maioria de imigrantes trentinos. Em 14 de janeiro de 1915, na capela de São Virgílio do Caminho, de Rodeio, essas jovens fizeram uma promessa pública de se consagrar a Deus por meio do trabalho nas escolas paroquiais, sendo chamadas de “catequistas”. Nascia naquele dia a Congregação das Irmãs Catequistas, que se expandiu, de modo vertiginoso, no Vale do Itajaí-Açu e em Santa Catarina (Otto, 2006).

O movimento de resistência ao clero franciscano na área de colonização italiana do município de Blumenau começou a ser contornado em 1916, quando o bispo diocesano, D. Joaquim Domingues de Oliveira, designou um grupo de padres salesianos de nacionalidade italiana para assumir a direção do curato Santo Ambrósio, de Ascurra (Finardi, 1976). Dois anos depois, os discípulos de Dom Bosco passaram a administrar também o curato de Nossa Senhora da Conceição, de Rio dos Cedros (Fraga, 2020). Não sem razão, nessas comunidades se encontravam os principais focos de conflito entre o clero franciscano e italianos, superado pela atuação dos padres salesianos imigrados da Itália.

Em 1917, no apogeu da Primeira Guerra, o Governo do estado de Santa Catarina determinou o fechamento das escolas estrangeiras, podendo ser reabertas, no ano seguinte, mediante a introdução da Língua Portuguesa e de conteúdos nacionalistas. Sob a direção dos padres franciscanos e salesianos e com o suporte das freiras da Divina Providência e das Irmãs Catequistas, entre trentinos e italianos as unidades escolares foram reabertas como escolas paroquiais, que mantiveram o seu vigor até a ditadura do Estado Novo.

Em torno do ano de 1918 ocorreram transformações significativas entre trentinos e italianos do município de Blumenau. Nesse ano, com o fim da Primeira Guerra, o Trentino passou a integrar o território da Itália, de modo que trentinos e seus descendentes deixaram de ser súditos do Império Austro-Húngaro para se tornarem italianos, amenizando a diferença e a tensão entre esses dois grupos que falavam dialetos italianos. E, com a presença dos padres salesianos em Ascurra e em Rio dos Cedros, concretizou-se nessas localidades/curatos o sonho de ter sacerdote fixo e de nacionalidade italiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os imigrantes trentinos e italianos não tivessem encontrado na Colônia Blumenau vilas estruturadas como comunicava a propaganda para estimular a emigração no Trentino e no norte da Itália, eles puderam adquirir um lote de terra por um preço módico, tornando-se proprietários rurais. Assim, ajudaram a construir de uma sociedade diferente no sul do Brasil e no Espírito Santo, calcada na pequena propriedade policultora com mão de obra familiar. Pelo fato de seus produtos excedentes, particularmente as folhas de tabaco, serem vendidas para as casas comerciais da cidade de Blumenau, monopolizadas por alemães, desde a última década do século XX, os imigrantes de dialetos italianos estabeleceram sociedades cooperativas, conquistando autonomia econômica e ganhando mais na venda de seus produtos. Os imigrantes trentinos e italianos, portanto, conquistaram a autonomia tão sonhada, de forma ativa, no campo econômico. através do estabelecimento de cooperativas.

De outra parte, esses imigrantes se nuclearam socialmente em torno das capelas que eles construíram e com o santo padroeiro da sua preferência, geralmente transplantado das suas localidades de origem. É importante frisar que a sociabilidade em torno das capelas foi atravessada por conflitos, inicialmente pela escolha do santo padroeiro e/ou do local de construção das mesmas, bem como devido à nacionalidade germânica dos padres que davam assistência religiosa. Essas tensões se acentuaram com o estabelecimento dos padres franciscanos alemães na vila de Rodeio e a transformação da capela desse povoado em igreja matriz do curato São Francisco de Assis. A luta pelo *status* de curato com padre fixo se imbricou com questões de nacionalidade, produzindo resistência ao clero franciscano alemão em capelas filiais, nas escolas Dante Alighieri e mesmo em algumas cooperativas. A superação dessas lutas fratricidas ocorreu, a partir de 1916, sobretudo pelo estabelecimento de padres salesianos italianos nos curatos de Ascurra e de Rio dos Cedros.

Na área de povoamento trentino e italiano da Colônia Blumenau, a sociedade camponesa policultura baseada na mão de obra familiar entre imigrantes trentinos e italianos apresentava pouca desigualdade social nas comunidades, exceto alguns comerciantes, que tinham algumas vantagens econômicas e políticas. No entanto, no seu mosaico étnico-nacional, havia uma hierarquia bem marcada: o domínio dos alemães na economia, política e religião; trentinos e italianos na área de vanguarda da colonização; desprestígio de luso-brasileiros e expulsão/extermínio dos povos primitivos. Entre imigrantes trentinos e italianos, havia uma clara assimetria de gênero, de modo que os postos públicos de comando eram exercidos por homens

na condição de padres, fabriqueiros, capelães leigos e mestres-escolas. A feminização do magistério começou a se colocar, efetivamente, com atuação das Irmãs Catequistas, mas outras atividades comunitárias continuaram sendo chefiadas por homens.

Enfim, os trentinos e italianos que se estabeleceram na colônia Blumenau, cujo território atual integra os municípios de Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e Apiúna, bem como parte de Timbó, formaram uma sociedade calcada na pequena propriedade policultora trabalhada com mão de obra familiar e nucleada em torno das capelas, que agregavam as instituições comunitárias. Desta forma, foi instituído um tipo de sociedade marcada por altos índices de alfabetização, até bem pouco tempo fruto da obra de padres e freiras, e por baixos níveis de desigualdade social e quase pleno emprego. Em boa medida, nessa configuração social está impressa a marca da busca de autonomia e do empreendedorismo dos imigrantes trentinos e italianos.

REFERÊNCIAS

- ASSUNTOS pátrios – imigrantes assaltados por índios. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 26, n.1, p. 12-3, jan.1985.
- BERRI, Aléssio. **A Igreja na Colonização Italiana no Médio Vale do Itajaí**. Blumenau: “Casa Dr. Blumenau”, 1988.
- BERRI, Aléssio. **Imigrantes italianos, criadores de riquezas**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.
- BOHN, Padre Antônio. Registros de Tombo anotados pelo Pe. Jacobs. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 30, n. 6, p.170, jun.1989.
- CURUZIANO, A. M. Blumenau na Província de Santa Catarina no Brasil. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 26, n. 1, p. 17-8, jan. 1985.
- DAGNONI, Cátia. **O choque entre dois mundos: o contato entre o índio e o branco na colonização do Vale do Itajaí – um estudo sobre a interpretação do imigrante europeu a respeito dos Xokleng 1850-1914**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Fundação Regional de Blumenau – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2008.
- DALMOLIN, Gabriel. **A sociedade da capela: trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904)**. Blumenau: Edifurb, 2020.
- DERETTI, Miguel. **Apiúna nos meus apontamentos**. Porto Alegre: Editora Escola Gráfica Dom Bosco, 1970.
- DO BRASIL. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 26, n. 1, p. 14, jan.1985.

- FRAGA, Andrey José Taffner. **Rio dos Cedros: o coração Trentino do Brasil**. Rio dos Cedros. Ed. do Autor, 2020.
- FINARDI, José E. **Colonização italiana em Ascurra**. Blumenau: Gráfica 43, 1976.
- GALITO, Antônio. O significado das capelas italianas no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1987. p. 293-312.
- GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- JACOBS, José Maria. **Documento**. Blumenau, 7 set. 1886.
- KORTE, Lucínio. Documento histórico. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, v. 18, n. 2, p.49, 1977.
- LARGURA, Andrea. A Sociedade de Rio dos Cedros. In: COMEMORAÇÃO do 50º aniversário de Blumenau: 1850 – 2 de setembro – 1900. Blumenau: Edifurb, 2019. p. 137-140.
- LIVRO de Tombo do Curato São Francisco de Assis de Rodeio. Rodeio, 1900.
- MACDONALD, Caruso. O Estado de Santa Catarina e a colonização italiana. In: DALL`ALBA, João Leonir (org.). **Imigração italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 146-182.
- NOTÍCIAS Blumenau. **Novidades: órgão noticioso**. Itajahy, n. 275, 05.set.1909. p. 2.
- OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Insular, 2006.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação Agronômica e de Veterinária no Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- SANTOS, Sílvio Coelho. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SEVEGNANI, G. Valentino Fruet. **O semeador**. Rodeio, abr.1931.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, José Ferreira. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.
- VALANDRO, Ferdinando. **Pequena história dos imigrantes de Rio dos Cedros**. Rio dos Cedros, 1975.

VICENZI, Jácomo. **Viagem ao Estado de Santa Catharina em 1902**. Nicteroy: Typ. Amerino, 1904.

VICENZI, Victor. **História de Rio dos Cedros**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1975.

Recebido em: 27/06/2024

Aceito em: 25/07/2024

IFSUL PASSO FUNDO: CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL E AS RELAÇÕES DE PODER LOCAL (2006-2023)

IFSUL PASSO FUNDO: CONNECTIONS WITH TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL AND LOCAL POWER RELATIONS (2006-2023)

Cibele Barea¹

RESUMO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foi uma política importante de governo para o Brasil e para muitos municípios que foram contemplados por esse programa. Nesse sentido, esse artigo visa discutir e organizar os acontecimentos e interações ocorridas no processo de implantação e consolidação do IFSul no município de Passo Fundo (RS), no período de 2006-2023, abordando as conexões com as demandas da educação tecnológica no Brasil e as relações de poder local. Para isso, busca-se analisar fontes bibliográficas, jornalísticas e documentais, contextualizando-as e também dialogando com conceitos de história e região, identidade e poder local. As fontes permitem identificar diferentes relações de poder e tendências de ordem ideológica, social, política e cultural.

Palavras chave: Educação tecnológica; IFSul de Passo Fundo; Poder local.

ABSTRACT

The creation of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IFs) was an important government policy for Brazil and many municipalities that were included in this program. In this context, this article aims to discuss and organize the events and interactions that occurred during the process of the establishment and consolidation of IFSul in the municipality of Passo Fundo (RS), from 2006 to 2023, addressing the connections with the demands of technological education in Brazil and the relations of local power. To this end, it seeks to analyze bibliographic, journalistic, and documentary sources, contextualizing them and also engaging with concepts of history and region, identity, and local power. The sources allow for the identification of different power relations and ideological, social, political, and cultural trends.

Keywords: IFSul of Passo Fundo; Local power; Technological education.

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (2023). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2016). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Passo Fundo (2002). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco (2007). Tem experiência na área de educação, com ênfase em planejamento, gestão educacional e atendimento pedagógico. Atualmente trabalha na Coordenação de Registros Acadêmicos do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Passo Fundo.

INTRODUÇÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foi uma política importante de governo para o Brasil e para muitos municípios que foram contemplados por esse programa. Estas instituições se baseiam na verticalização do ensino, envolvendo todos os níveis, do ensino técnico de nível médio ao doutorado. Têm foco em suas regiões e objetivam intervir identificando problemas locais e desenvolvendo soluções tecnológicas. Os cursos são definidos em consulta pública e alinhados com os processos de desenvolvimento regionais (PACHECO, 2010).

O município de Passo Fundo foi contemplado em 2006 com uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que, posteriormente, em 2008, mudou sua institucionalidade com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Ante o exposto, nosso objetivo, a partir desse texto, é discutir e organizar os acontecimentos e as interações ocorridas a partir do processo de implantação do CEFET em Passo Fundo e da sua consolidação como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), no período entre 2006-2023, abordando as conexões com as demandas da educação tecnológica no Brasil e as relações de poder local.

Para isso, buscamos abordar e analisar fontes bibliográficas, jornalísticas e documentais, contextualizando e também dialogando com conceitos de história e região, identidade e poder local. Buscamos contemplar uma visão cronológica do processo histórico da educação tecnológica no Brasil e da implementação de uma Instituição de Ensino Público Federal em Passo Fundo.

Diante disso, as motivações acerca dessa temática se justificam por contribuir para uma reflexão sobre a importância das instituições federais de ensino enquanto instrumentos de desenvolvimento local e humano e da influência das relações de poder local acerca da sua constituição.

1 Aspectos históricos do município de Passo Fundo e o acesso ao ensino superior

Para compreender a macropolítica que motivou a implantação do CEFET/IFSUL em Passo Fundo e discutir as demandas que antecederam e precederam esse processo, entendemos que alguns elementos determinam significados e permitem compreender aspectos como espaço e região enquanto produção de sentidos. Então, partimos do pressuposto que:

a história regional não deve ser vista como fornecedora de subsídios que, somados, resultariam numa “história nacional” ou numa “história geral”, concorda-se em que a história regional oferece elementos insubstituíveis para estudos comparativos. O que se pretende afirmar é que a história regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas. Dessa forma, o regional é menos um espaço físico e mais um conjunto de relação e articulações estruturadas em torno de identidades singulares (RECKZIEGEL, 1999, p. 20).

A estudo regional é estabelecido por um recorte espacial construído por uma gama de representações que passa a ser um recorte não apenas físico ou territorial, mas, cultural, econômico e político. Dessa forma, a região significa mais que um recorte territorial e passa ao sentido de construção de identidades com potencial de permitir que sujeitos e grupos possam tornar o espaço um instrumento social, político e de poder.

Com base nesses conceitos iniciais passamos a algumas considerações sobre o município de Passo Fundo que em 166 anos de existência, passou de pequeno povoado à próspera cidade do Rio Grande do Sul. A cidade está localizada no norte do estado, e é uma das mais importantes, com cerca de 206.000 habitantes, sendo o 12º município mais populoso do estado. A cidade tem papel de destaque na rede urbana, pois desempenha as funções de centro regional, sendo conhecida como capital do planalto médio. Esse destaque se dá especialmente com relação à oferta de serviços de saúde e educação superior e pela economia urbana².

Passo Fundo teve sua origem ligada aos povos indígenas Tupi-Guarani e a fazendeiros de São Paulo e Curitiba que receberam terras a fim ocupar a região; posteriormente vieram os imigrantes alemães, italianos e poloneses. A organização inicial da região era baseada nas grandes fazendas que se dedicavam a extração de erva-mate e criação de gado. Em 1830, o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis foi designado como primeira autoridade local nomeada pelo Império do Brasil, e em 1847, foi criada a Freguesia de Passo Fundo, elevando-se à categoria de município em 1857. A emancipação se deu por motivos de crescimento populacional, econômico e político-administrativo. A chegada dos imigrantes europeus e à construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul proporcionou grande crescimento e desenvolvimento econômico à região, o que resultou em mudanças na estrutura econômica da região que se transformou em um centro urbano em

2 Os dados são referentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo de 2022 e também encontram-se no site <http://www.pmpf.rs.gov.br>

desenvolvimento. Com o tempo, a região passou a atrair um grande número de pessoas em busca de serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego. Parte superior do formulário (PARIZZI, 1983).

Com isso, também veio o desenvolvimento da educação, no que a cidade é reconhecida como referência, principalmente no âmbito da educação superior e, especialmente devido à Universidade de Passo Fundo (UPF), que é a maior universidade da região norte do estado. Mas, mesmo com o reconhecimento educacional também apresentou desafios a serem superados, pois havia uma lacuna em relação a oferta de educação pública superior e gratuita, além de problemas com elevados custos nas instituições privadas e dificuldades de obtenção de bolsas de estudo ou financiamento estudantil.

Historicamente, o município não se caracteriza pela oferta de ensino público superior e tecnológico. Somente com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal, instituído pela Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005 que houve a sinalização para essa oferta educacional, antes disso, não havia nenhuma instituição pública de nível superior e tecnológico.

Como a maioria das instituições sempre foi privada, houve uma limitação no acesso de muitos estudantes ao ensino superior, pois a oportunidade de frequentar esse nível de ensino era muitas vezes reservada as famílias com poder aquisitivo mais alto, ou àqueles poucos que obtinham bolsas de estudo. Outros estudantes, porém, buscavam oportunidades em centros regionais que ofereciam ensino público, tendo que se deslocar a outros lugares para cursar uma graduação. Essa realidade criou desafios significativos de acesso à educação superior para uma parte considerável da população local (BAREA, 2016).

Ademais, para obtenção do ensino público superior e tecnológico no município, o poder local assumiu uma relevância singular, pois manifestou, através de seus representantes políticos e figuras públicas, um esforço conjunto para propor um projeto de desenvolvimento educacional e tecnológico à região através da obtenção de uma instituição com vistas a sanar a dicotomia instaurada no fato da cidade ser referência em ensino superior e ao mesmo tempo apresentar uma lacuna em relação a oferta de educação pública superior.

Portanto, o contexto que permeia a história de Passo Fundo no âmbito educacional representa também a resposta de como se constituiu o cenário de busca de uma instituição de ensino público federal para resolver um sério problema de falta de vagas para educação superior gratuita no município. Os aspectos desse enredo, entretanto, tornam-se fundamentais

para a reflexão a respeito da importância das instituições federais de ensino enquanto instrumentos de desenvolvimento local e humano, visto que a história de Passo Fundo, assim como de qualquer outro recorte regional, nos remete além dos conceitos de história e região, pois nos lança em um lugar de identidades e pertencimentos produto das relações humanas com o espaço e assim permeadas pela cultura e pelas relações sociais.

2 Expansão da educação profissional e tecnológica e a política de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A história da educação profissional no Brasil remonta a uma perspectiva assistencialista, mas ao longo do tempo assumiu um papel crucial para o desenvolvimento do país. Os programas criados abarcam várias modalidades de ensino, atendendo a diversos públicos. Essa abordagem inclusiva possibilitou que uma parcela significativa da população tivesse acesso a formação profissional, capacitando indivíduos para atuar em diferentes setores da economia. Ao democratizar o acesso à educação profissional, o Brasil ampliou as oportunidades de emprego e contribuiu para a melhoria das condições socioeconômicas de muitos brasileiros (BAREA, 2016).

A organização da Rede de Ensino Técnico-Profissional no Brasil, iniciou com o objetivo de reformar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares. Inicialmente, os alunos precisavam comprovar pobreza para frequentar as escolas profissionais, mas essa percepção começou a mudar quando as escolas passaram a ser vistas como formadoras de técnicos capazes de atuar em diversas funções na indústria. Acreditava-se que, com a expansão dessas instituições, o país poderia se equiparar às grandes potências mundiais e elevar o povo de sua condição de vulnerabilidade (CUNHA, 2005a).

Em 1985, com a redemocratização do país, e com o primeiro governo civil após o golpe de 1964, houve muitos debates sobre a educação brasileira, principalmente sobre o ensino de 2º grau e sobre a educação profissional. Então, em 1993 com a Lei n.º 8.670, de 30 de junho, foram criadas mais escolas de educação profissional no país: uma Escola Técnica Industrial, cinco Escolas Técnicas Federais, nove Escolas Agrotécnicas Federais e uma Escola Agrotécnica (BAREA, 2016).

Em 1994, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, que dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas foram transformadas gradativamente em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sendo que

cada instituição teve decreto específico para esta transformação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 2005, a partir da Lei nº 11.195, o governo federal começa a primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, onde ocorre a implantação de 64 novas unidades dos CEFETs. Em 2007 ocorre a segunda fase do plano, com o objetivo de entregar mais 150 unidades. Nesse processo de expansão da Rede Federal, houve também, a transformação de diversas escolas técnicas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que teve como meta ser concluída até o final de 2010, perfazendo um total de 354 institutos, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, visando as necessidades de desenvolvimento local e regional.

A Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mediante a transformação ou integração de trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica, trinta e nove Escolas Agrotécnicas Federais, sete Escolas Técnicas Federais e oito Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais. O Governo Federal, conseguiu através dos Institutos Federais, dar maior visibilidade ao papel da educação profissional e tecnológica, reconhecida como uma ação concreta das políticas de governo para a educação profissional brasileira.

A missão proposta pelo governo para os Institutos Federais tinha os seguintes objetivos; de ofertar educação profissional e tecnológica como integrante do processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levassem à geração de trabalho e renda (BRASIL, 2007a, p. 31).

Com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições passaram a ter natureza jurídica de autarquia, ou seja, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008c). Essa autonomia impacta diretamente na participação da comunidade escolar e da sociedade nos processos de gestão das novas Instituições. Segundo Santin:

[A]o adotar modelos descentralizados de gestão pública, atribui-se aos entes federativos menores autonomia administrativa, política e financeira, o que traz mais eficiência,

agilidade e responsabilidade à gestão pública, com graus maiores de comprometimento das esferas administrativas privilegiadas com a descentralização (SANTIN, 2007, p. 75).

Nesse sentido, se pensarmos nas relações de poder empregadas nesse processo, sobretudo ao poder local, o rótulo centralização e descentralização, as dinâmicas e embates entre poder central e poder local marcam, com efeito, a história da política das instituições educacionais no Brasil, aumentando a sensibilidade dos poderes quanto às expectativas e comandos da sociedade. A descentralização aproxima a sociedade civil do poder local e permite um maior controle das decisões administrativas e às necessidades daquele local. Conforme Santin (2007, p. 75) “o Poder Local desenvolve-se a partir de uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil, em âmbito local, implementando uma gestão compartilhada na decisão dos problemas locais, articulando-se elementos do governo local com os da sociedade civil”.

Contudo, no contexto da Expansão da educação profissional e tecnológica e da política de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a história da educação no país passou por uma evolução notável, indo de uma abordagem assistencialista para se tornar um pilar essencial do desenvolvimento nacional. Ao longo do tempo, os programas educacionais se diversificaram, alcançando diversos públicos e democratizando o acesso à formação profissional. A transformação da Rede de Ensino Técnico-profissional marcou uma mudança significativa nos padrões educacionais e a legislação desempenhou papel crucial nesse processo. A transformação das escolas técnicas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representou um avanço significativo, conferindo autonomia administrativa e ampliando a participação da comunidade na gestão educacional. Parte superior do formulário

A descentralização do poder nessas instituições reflete transferência de autoridade e responsabilidade do governo central para os municípios e regiões. Isso pode ser visto na administração, na tomada de decisões e na prestação de serviços e alocação de recursos. Essa abordagem aproxima o governo das necessidades e demandas locais e permite uma resposta mais ágil e eficaz às questões específicas de cada instituição.

Em resumo, a história da educação profissional no Brasil destaca avanços significativos, mas também ressalta a importância contínua da reflexão e ação para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos os cidadãos. A descentralização do poder promove a participação e fortalece as instituições locais, contribuindo para o atendimento às demandas sociais e permitindo um maior controle das decisões administrativas.

3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Passo Fundo: desenvolvimento e consolidação

O Instituto Federal de Passo Fundo é um campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense, o qual possui uma trajetória de quase um século de história. Em 1930, o município de Pelotas assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico. Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanena, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas. Em 1959, a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL. Em 1999, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação. Em 13 de outubro de 2006, foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas e, em 27 de novembro 2007, a Unidade de Ensino de Passo Fundo. Em 29 de dezembro de 2008, foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com sede na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

O campus de Passo Fundo foi criado a partir da transformação da Unidade de Ensino Descentralizada de Passo Fundo (UNED), que teve sua origem no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal, em parceria com prefeituras municipais; foi instituído pela Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005. O Instituto tem como objetivo levar ensino profissional público e gratuito na área tecnológica para a região do Planalto Médio, que tem como cidade polo Passo Fundo. Na fase inicial foram investidos mais de três milhões de reais por parte do Governo Federal, via Ministério da Educação, em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Passo Fundo doou o terreno para a instalação da Unidade, além de contribuir com a infraestrutura de apoio à implantação.

O processo de constituição do Centro Federal de Educação e Tecnologia (CEFET) em Passo Fundo representou uma importante conquista para a comunidade local e para a região Norte do Rio Grande do Sul. Contou inicialmente com o apoio da administração municipal e de diversos líderes políticos, sua implantação visava atender às demandas do setor produtivo

regional. No início de 2006, em Passo Fundo, foi feita a apresentação do projeto de implantação do Centro Federal de Educação e Tecnologia (CEFET) no plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Conforme noticiado em 13/02/2006 pelo jornal *O Nacional*³, a instalação de uma unidade do CEFET foi considerada uma conquista da comunidade de Passo Fundo e da região Norte do Rio Grande do Sul, com o apoio da administração municipal da época, liderada pela administração Dipp/Corralo. A matéria destaca que, em 2006, os alunos já teriam a oportunidade de se preparar para o mercado de trabalho, mencionando a visita do prefeito Airton Lângaro Dipp e do secretário municipal de educação, Elydo Alcides Guareschi, a Brasília em 2005 para iniciar as negociações de implantação do CEFET em Passo Fundo. Também são mencionados os deputados federais Beto Albuquerque e Francisco Turra como apoiadores do projeto. Os cursos a serem ofertados deveriam levar em conta as demandas do setor produtivo da região que se caracterizava pelo setor metal mecânico e de maquinários agrícolas. Em contrapartida o município faria a doação de uma área de seis hectares, localizada junto a BR 285.

Embora houvesse, já há certo tempo, um debate local sobre a necessidade de uma instituição federal com oferta de educação superior, foi, de certa forma, uma surpresa a vinda de uma escola de nível técnico e tecnológico, já que o programa de expansão da rede federal de ensino tecnológico estava apenas iniciando no Brasil nesse momento. À vista disso, a vinda dessa instituição de educação para a Passo Fundo apresentou-se como o resultado das lutas da comunidade e da administração pública local atendendo aos propósitos do poder local e seus grupos de interesse.

A inauguração oficial do CEFET de Passo Fundo ocorreu em 30 de outubro de 2007 e também ganhou destaque nos jornais locais. As notícias divulgadas ressaltaram a participação do, então Ministro da Educação, Fernando Haddad, da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, do prefeito Airton Dipp e do Secretário da Educação Profissional e Tecnológica Eliezer Pacheco. No jornal *O Nacional* do dia 31 de outubro, a notícia foi dada como “Oficialmente inaugurada” onde destacava-se que embora já em funcionamento desde o dia 1º de outubro, foi inaugurada a unidade do CEFET em Passo Fundo. Também relatava que o Ministro Haddad e o Secretário

3 O jornal *O Nacional* foi fundado em 1925, na cidade de Passo Fundo por Herculano Annes, Theófilo Guimarães, Americano Araújo Bastos e Hiran Bastos, advogados e empresários da cidade. Na década de 1940 foi adquirido por Múcio de Castro, jornalista e ex-deputado estadual. O periódico é uma fonte significativa da história do município de Passo Fundo. É o periódico impresso mais antigo em circulação, que nasceu num cenário e período marcados por conturbações, nos quais muitos jornais eram criados e fechados em questão de meses (BAREA, 2016).

Pacheco não puderam estar presentes na cerimônia em função de não conseguirem pousar no aeroporto de Passo Fundo em virtude do mal tempo.

Em 2008 o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Passo Fundo foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL) a partir da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais e foi amplamente debatido no país. O tema não recebeu grande destaque na mídia local, porém, entre as notícias disponíveis está a matéria intitulada “Eliezer debate novos institutos em Passo Fundo”, veiculada pelo jornal *Diário da Manhã*⁴ em 19/12/2007. O foco da reportagem é a visita do secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC à nova unidade do CEFET e sua reunião com os funcionários para discutir a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O secretário Eliezer Pacheco é citado na matéria, afirmando que “os institutos, ao identificar as demandas regionais e apontar políticas para as mesmas, a partir de uma perspectiva educativa, darão uma enorme contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais e demarcarão uma trajetória inovadora e de caráter não acadêmico”.

A partir dessas notícias divulgadas nos dois principais jornais de Passo Fundo, é possível verificar alguns aspectos importantes acerca da implantação e transformação do CEFET/IFSUL e a maneira como foram tratados e inseridos dentro de um cenário que evidência a força das relações de poder entre figuras políticas. Assim, podemos dizer que o campus IFSul de Passo Fundo foi resultado de um esforço conjunto entre o governo federal e o governo local, destacando-se pelo investimento financeiro, pelas relações de poder e pela doação do terreno; selando um compromisso com o desenvolvimento educacional e tecnológico da região.

Após o processo de implantação e transformação do CEFET/IFSul em Passo Fundo, durante os anos que se seguiram, a instituição se desenvolveu significativamente. Segundo os relatórios de gestão de 2009, 2010 e 2011 houve a construção de dois blocos de sala de aula, Bloco Convivência e Bloco Auditório (IFSUL, 2011, p. 68). Em 2013, foi concluído o Bloco 7, que inicialmente pretendia atender ao curso Técnico em Edificações (IFSUL, 2014, p. 57). Em 2019, a estrutura física existente não era mais suficiente para atender aos alunos ingressantes dos novos cursos técnicos de

4 Em 1935, foi fundado o jornal *Diário da Manhã* de Passo Fundo por Túlio Fontoura. O *Diário da Manhã* foi o primeiro a ser distribuído diariamente na cidade. Túlio Fontoura era membro do Partido Republicano e escrevia diariamente os editoriais do jornal, onde ressaltava a ética, a democracia e a liberdade de expressão, suas edições sempre contavam com posicionamentos políticos mais explícitos. Com o falecimento de Túlio Fontoura em 1979, assume em seu lugar Dyógenes Auido Martins Pinto. Em 31 de agosto de 2022 o jornal *Diário da Manhã* fez o comunicado aos seus leitores e anunciantes que deixaria de circular tanto na forma impressa, quanto digital, sem mais explicações (BAREA, 2016).

nível médio de Informática e Mecânica, levando à construção de cinco salas modulares, sendo duas instaladas em 2019 e três em 2021.

O campus tem, atualmente, aproximadamente 6.395 m² de área construída, sendo o prédio administrativo (Prédio 1), bloco da informática (Prédio 5), bloco salas de aula (Prédio 3), bloco da construção civil (Prédio 7), oficinas (Prédio 2), convivência (Prédio 4), auditório (Prédio 6) e salas modulares. Em meados de 2023, houve a conclusão da primeira etapa de construção da quadra poliesportiva, para 2024 está prevista a conclusão das outras etapas, como a construção de sanitários/vestiários, salas de apoio e cobertura da quadra.

As melhorias e ampliação das áreas do IFSul Passo Fundo refletem o número de cursos ofertados desde a sua inauguração. O quadro abaixo apresenta a relação dos cursos regulares ofertados no período de 2007 a 2023:

Quadro 1 - Cursos Regulares Ofertados pelo campus Passo Fundo

Curso	Modalidade	Ano período vigência	Observação
Técnico em Mecânica Industrial	Subsequente	2007 até 2008	Reformulado para Técnico em Mecânica a partir de 2009
Técnico em Sistemas de Informação	Subsequente	2007 até 2008	Reformulado para Técnico em Informática para Internet a partir de 2009
Técnico em Mecânica	Subsequente	2009 até 2024	Atual
Técnico em Informática para Internet	Subsequente	2009	Reformulado para Técnico em Internet em 2010
Tecnologia em Sistemas para Internet	Graduação	2009 até 2016	Extinto para abertura de Ciência da Computação em 2017
Técnico em Informática	Subsequente	2010 até 2017	Reformulado para Técnico em Manutenção e Suporte em Informática em 2018

Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA	Especialização	2010	Ofertada uma única turma
Construção Civil Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA	Ensino fundamental	2010	Ofertada uma única turma
Técnico em Edificações	Subsequente	2010 até 2024	Atual
Engenharia Civil	Graduação	2014 até 2024	Atual
Engenharia Mecânica	Graduação	2014 até 2024	Atual
Ciência da Computação	Graduação	2017 até 2024	Atual
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	2018 até 2024	Atual
Técnico em Informática - Integrado	Ensino médio	2019 até 2024	Atual
Técnico em Mecânica - Integrado	Ensino médio	2019 até 2024	Atual
Especialização em Linguagens e Tecnologias na Educação	Especialização	2016 – 2018 – 2019 – 2021 – 2022	Atual

Fonte: Brasil (2024).

Além dos cursos regulares, diversos outros foram ofertados a partir de programas e convênios com outras instituições, como os exemplos do

Profuncionário, E-Tec Idiomas sem Fronteiras, Emprega Mais e Mulheres Mil.

Em 2010, o IFSul Passo Fundo foi credenciado para atuar como polo em Educação a Distância, utilizando de sua infraestrutura, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o que ampliou a possibilidade de oferta de cursos para a região, incluindo cursos superiores e especializações.

Também é importante destacar a questão sobre a oferta de cursos no IFSul de Passo Fundo, especialmente considerando que a cidade é um dos principais centros do agronegócio no Rio Grande do Sul. Naturalmente, surge a dúvida sobre por que a instituição não oferece cursos voltados a esse setor, dado seu destaque econômico na região. A resposta para essa pergunta está na proximidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – campus Sertão, que já concentra sua grade curricular em cursos especializados no agronegócio.

Com a presença de um campus dedicado a essa área nas proximidades, o IFSul de Passo Fundo acaba por direcionar seus esforços para outros campos do conhecimento, evitando a sobreposição de cursos e focando em atender demandas locais complementares. Esse arranjo permite que as duas instituições operem de forma mais eficiente, cada uma atuando em áreas específicas, contribuindo assim para a diversificação e ampliação das oportunidades educacionais na região.

Atualmente, o campus Passo Fundo possui aproximadamente 1.000⁵ alunos matriculados distribuídos em cursos de ensino fundamental, ensino superior e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância. O quadro de servidores foi sendo ampliado a fim de atender às novas demandas. Hoje, o campus conta com 72 professores e 45 técnicos-administrativos, totalizando 117 servidores, além de 23 trabalhadores terceirizados nos serviços de manutenção, limpeza e vigilância.

O acesso de alunos ao IFSul de Passo Fundo é regido pela Lei de Cotas, garantindo maior inclusão e diversidade no ambiente acadêmico. A instituição adota uma divisão equilibrada na distribuição de vagas, onde 50% são destinadas ao acesso universal, e os outros 50% são reservados para alunos egressos de escolas públicas, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência e aqueles que possuem baixa renda familiar. Essa política de reserva de vagas tem como objetivo promover a equidade no acesso à educação pública federal, oferecendo oportunidades para grupos historicamente marginalizados ou em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o processo seletivo da instituição

5 Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública, em 15/04/2024.

vai além de critérios exclusivamente acadêmicos, considerando também o contexto socioeconômico e as necessidades específicas dos candidatos.

O IFSul também possui alguns programas de incentivo a formação de servidores administrativos e docentes, sendo exemplos: a) os afastamentos do trabalho para cursar programas de mestrado e doutorado que estejam em consonância o cargo exercido; b) o reembolso parcial ou total de mensalidades pagas por servidores alunos em instituições privadas, desde que em consonância com o cargo exercido; c) os cursos oferecidos pela própria instituição para formação pedagógica dos docentes das áreas técnicas. Nesse sentido a instituição busca contribuir para romper paradigmas e propor um espaço de aprendizado, e busca estratégias pedagógicas que produzem menos desigualdade no conjunto das relações sociais.

Sobre a gestão do campus, foram diretores Luiz Afonso da Fonseca, de 2007 até 2012, Alexandre Pitol Boeira, de 2012 até 2021 e Lucas Vanini, que assumiu o cargo em julho de 2021. Nesse período, uma equipe de servidores acompanhou os diretores atuando junto ao Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP) os servidores Fábio de Oliveira Cardozo, Daniel Gasparotto dos Santos, Gustavo Cardoso Born e Cleiton Xavier dos Santos. E no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) atuaram Flavio Nunes Barboza, Rafael Krolow Santos, Gustavo da Costa Borowski, Maria Carolina Fortes e João Mario Lopes Brezolin.

Visando atender as demandas da educação inclusiva houve também a criação de núcleos institucionais dentro do campus Passo Fundo do IFSul:

a) O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) atua no campus desde 2011 e busca realizar atividades que contribuam para a promoção dos direitos e da cidadania da população negra e indígena, bem como o combate à discriminação.

b) O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) implantado em 2019, atua no sentido de propor, desenvolver e assessorar políticas institucionais de apoio às questões de gênero e diversidade sexual no IFSul (BRASIL, 2021b, Art. 4º).

c) O Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI), instituído no campus Passo Fundo no ano de 2015, tem como objetivo desenvolver estudos e práticas de gestão ambiental para contribuir estrategicamente com a Política de Sustentabilidade Ambiental da Instituição” (BRASIL, 2021c, Art. 2º).

d) O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) implementado em 2010, é responsável por assessorar no que diz respeito à implementação da Política de Inclusão e Acessibi-

lidade do IFSUL, desenvolvendo ações de apoio a estudantes e servidores dentro do contexto da educação inclusiva.

e) Em 2023, o campus passou a contar com dois novos núcleos: o Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI) responsável por desenvolver ações relativas à temática das relações internacionais por meio da cooperação e do intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico.

f) O Núcleo de Apoio Pedagógico Docente (NAPD), que tem como objetivo constituir e manter um Programa de Formação Docente, tendo em vista a formação contínua dos docentes da instituição e a constituição de um espaço de escuta e de fala dos docentes, capaz de acalmar inquietações e construir caminhos pedagógicos reflexivos.

No aspecto cultural, alguns eventos foram muito importantes na história do campus. Em 2010 realizou-se o evento Sarau com Ritmo, que incluiu a declamação de poemas e o lançamento do livro *Lobo da Costa: um bardo rio-grandense*, de autoria do poeta Benedito Saldanha. Em 2017, foi organizado o I Criart, evento que contou com apresentação de diversos trabalhos realizados por estudantes e a apresentação de 50 artistas convidados. A programação previa exposições artísticas, literárias, de fotografia, de desenho e de artes plásticas (GOMES, 2017). O Criart fez sucesso no calendário do campus e a instituição deu continuidade ao evento, organizando o II Criart em 2018 e o III Criart em 2019. O evento foi suspenso em 2020 e 2021, em razão da pandemia de COVID-19 e retomado em 2022 com a organização do IV Criart e em 2023 com V Criart.

Contudo, podemos dizer que a importância da implantação, desenvolvimento e consolidação do IFSul de Passo Fundo encontra-se nos objetivos criados a partir da transformação dos CEFETs em Institutos Federais, e no contexto que permeia a história educacional de Passo Fundo, visto que representa como se originou o cenário que culminou com o campus de Passo Fundo.

Nesse contexto, os aspectos históricos sobre o desenvolvimento e consolidação do IFSul de Passo Fundo tornam-se fundamentais para a reflexão a respeito da importância das instituições federais de ensino enquanto instrumentos de desenvolvimento local e humano e sobre as conquistas, dificuldades e desafios enfrentados ao longo desse percurso. Traduzem também, a magnitude de expandir, ampliar, interiorizar e consolidar uma rede de educação tecnológica de acesso gratuito, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional, Tecnológica e Superior; além de promover a formação profissional, fomentando o desenvolvimento local.

Mesmo que o município de Passo Fundo já fosse referência em ensino antes da implantação do CEFET, no momento em que a instituição se desenvolve e se consolida, também preenche uma lacuna educacional local e regional importante, pois abre opções públicas de acesso ao ensino gratuito.

Ademais, se pensarmos nas relações de poder empregadas durante o processo, sobretudo no momento da sua implantação do CEFET, observa-se que o debate sobre o poder local adquire a lógica do pensar a centralização e descentralização com foco na sensibilidade dos poderes às expectativas e comandos da sociedade, o que permite que as dinâmicas entre poder central e poder local possam determinar um movimento incorporando de elementos de debate, reflexão e autonomia visando superar dificuldades e desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do sistema educacional brasileiro, a educação profissional foi constituída a partir de interesses ligados ao sistema capitalista, atuando, em alguns momentos, com um caráter assistencialista; e, em outros, como aliada ao desenvolvimento. Mais recentemente, a educação profissional privilegiou a construção de uma nova institucionalidade, conforme a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa organização da educação profissional e tecnológica trouxe mudanças e desafios a muitas regiões do Brasil que antes não tinham contato com a educação pública federal como no caso do município de Passo Fundo.

Ao longo de seus 166 anos, Passo Fundo evoluiu de um pequeno povoado a uma cidade próspera no Rio Grande do Sul, destacando-se como um centro regional relevante. Sua história é marcada por um constante crescimento, impulsionado por fatores como imigração e desenvolvimento econômico. Contudo, apesar dos avanços, a cidade enfrentou desafios na educação, como a escassez de vagas na rede pública, altos custos das instituições privadas e dificuldades de acesso ao ensino superior para muitos estudantes.

A ausência de instituições públicas de ensino superior e tecnológico gerou lacunas na educação pública do município, dificultando o acesso à educação superior para parte da população local. Ademais, a busca por uma instituição de ensino público federal e a história educacional de Passo Fundo refletem, em parte, o mérito do poder local no desenvolvimento das ações que buscaram uma ação política concreta para consolidar um projeto educacional e utilizá-lo como ferramenta de desenvolvimento local e humano.

Nesse contexto, ao observar o percurso histórico de Passo Fundo, sobretudo em se tratando dos elementos que orientaram seu sistema educacional, é possível compreender que ao poder local, enquanto sistema organizado de consensos da sociedade civil, coube estabelecer articulações entre as diversas demandas e sinalizar prioridades que atendessem aos interesses comuns.

Além disso, também podemos observar, a partir do processo de implantação do CEFET/IFSUL, que os personagens desse enredo, líderes políticos e sociedade civil, possuem uma abordagem distinta. Os líderes políticos são os protagonistas revestidos pela proposta de trazerem uma instituição de ensino gratuita para a região de Passo Fundo e pela condição que assumem ao lhes ser atribuída a notoriedade pela constituição desse projeto; enquanto que a sociedade civil assume o papel de agente passiva; aquela que será beneficiada com os cursos que serão ofertados, com os bons empregos que virão, com a renda que irá aumentar e com o município que irá melhorar.

Nesse sentido, podemos dizer que a região de Passo Fundo também nos remete a um lugar de identidades e pertencimentos que é produto das relações humanas, assim permeadas pela cultura e pelas relações políticas e sociais. Evidência um espaço vivido pelas pessoas, que é reconhecido por elas e que servem como base para a construção de uma trama de vivências e papéis distintos; produto da ação de sujeitos históricos. É, também, um palco sobre o qual se desenvolvem os eventos da história local e dessa forma, os conceitos e significados são construídos culturalmente. (VISCARDI, 1997)

À vista disso, como o espaço é concebido como resultante de processos e sujeitos históricos, o poder exercido, como discurso voltado para construir a identidade regional, representa a realidade construída e consegue fazer-se reconhecer quando é praticado por uma autoridade reconhecida. Nesse sentido, a constituição da educação profissional e superior como parte integrante do sistema de ensino de Passo Fundo, também representa aspectos das relações de poder exercidas enquanto características de um modelo participativo entre o poder central, poder local e a comunidade civil. Entretanto, o envolvimento conjunto desses três segmentos pressupõe um processo sistemático onde é necessário aprimorar as formas de participação e de efetivação dos consensos.

No processo de expansão e descentralização da educação profissional e tecnológica existe um processo em constante evolução, no qual as demandas precisam estar alinhadas com a capacidade efetiva de implementação. Essa é uma responsabilidade que o poder local assume, buscan-

do equilibrar os princípios de centralização e descentralização. Nesse sentido, a descentralização, ao aproximar a sociedade do poder local, oferece a oportunidade de um maior controle sobre as decisões administrativas e a capacidade de responder de forma mais eficaz às necessidades locais. É no processo de descentralização que se fortalece a democracia e se promove uma gestão mais participativa.

Em síntese, este artigo buscou discutir e organizar os acontecimentos e as interações ocorridas no processo de implantação e consolidação do IFSul em Passo Fundo. Além propor uma visão cronológica do processo histórico da educação tecnológica no país e da implementação de uma Instituição de Ensino Público Federal em Passo Fundo; o texto também buscou analisar e discutir as relações de poder contidas nesse processo, bem como alguns aspectos do poder local enquanto sistema organizado de consensos da sociedade e de um modelo participativo.

REFERÊNCIAS

- BAREA, Cibele. **CEFET/IFSUL: a implantação e estruturação de uma instituição de ensino público federal em Passo Fundo (2006-2009)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2401>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- BETO anuncia liberação de R\$ 250 mil. **Diário da Manhã**: 21 jul. 2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do Art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 08 abr. 2024.

- BRASIL. Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC/PDE, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **SISTEC** (Base de dados). Brasília, DF, 2023. Disponível em: sistec.mec.gov.br/. Acesso em: 15 abr. 2024.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005a.
- CEFET avança mais uma etapa. **O Nacional**, Passo Fundo 13 fev. 2006, p. 07. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ELIEZER debate novos institutos em Passo Fundo. **Diário da Manhã**: 19 dez. 2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- GOMES, Greice. **Dia dedicado à cultura no câmpus Passo Fundo. Portal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Passo Fundo, 23 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/1454-dia-dedicado-a-cultura-no-campus-passo-fundo>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 22^a ed. 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Passo Fundo**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/historico>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2009**. Pelotas: IFSul, 2009. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2010**. Pelotas: IFSul, 2011. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2011**. Pelotas: IFSul, 2012. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2012**. Pelotas: IFSul, 2013. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2013**. Pelotas: IFSul, 2014. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2014**. Pelotas: IFSul, 2015. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/componente/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2015**. Pelotas: IFSul, 2016. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento?start=10>. Acesso em: 07 abr. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de gestão - 2022**. Sapucaia do Sul: IFSul, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CpMcpNaRgrdzzP6qJfVP5CCiucal3Tj/view>. Acesso em: 17 mar. 2024.

MEC apresenta o Projeto do CEFET em Passo Fundo. **Diário da Manhã**: 16 fev. 2006, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

MEC disponibilizou R\$ 2,5 milhões para o CEFET de Passo Fundo. **O Nacional**: 17 fev. 2006, p. 09. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

OFICIALMENTE inaugurada. **O Nacional**: 31 out. 2007, p. 04. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na edu-

- cação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em 22 abr. 2024
- PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo, sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.
- PASSO Fundo pode ter campi do IFET. **Diário da manhã**: 20 dez. 2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **História regional**: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 1, p. 15-23, 1999.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico do COREDE Produção**. Porto Alegre: GOVRS/SEPLAN, 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal**. Revista Estudos Jurídicos (Unisinos). v. 40, n. 2, jul./dez. 2007.
- SANTIN, Janaína Rigo. **Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI**: novos desafios da cidadania e do poder local. Belo Horizonte: Arraes, 2017.
- SECRETÁRIO do Mec está em Passo Fundo. **O Nacional**: 16 fev. 2006. p. 08. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- UNIDADE do CEFET inicia atividades em 2007. **Diário da Manhã**: 17 fev. 2006, p. 07. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- UNIDADE de Passo Fundo inaugura hoje. **Diário da Manhã**: 30 out. 2007, p. 05. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **História Região e poder**: a busca de Interfaces Metodológicas. Revista de história. V. 3, n. 1. Juiz de Fora, 1997. 160 alunos iniciaram aulas. **Diário da Manhã**: 02 out. 2007, p. 05. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

Recebido em: 05/08/2024

Aceito em: 01/11/2024

O SENTIDO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO DE 1923

THE HISTORICAL MEANING OF THE 1923 REVOLUTION IN BRAZIL

Gunter Axt¹

Resumo

O artigo procura se debruçar sobre as perspectivas propostas pela historiografia na explicação das causas e consequências da Revolução Libertadora, no Estado Rio Grande do Sul, que culminou com o Pacto de Pedras Altas, assinado em 14 de dezembro de 1923. O texto se propõe a refletir sobre o sistema que estabelecia relações entre política e guerra compreendendo a existência de cinco condições essenciais dispostas na base da eclosão de um fluxo revolucionário: narrativa agregadora, liderança carismática, capacidade de mobilização de efetivos e de recursos bélicos, contexto político nacional e regional propício e cenário econômico adverso. Percebe-se, assim, estarem estas condições presentes na conjuntura de 1893, assim como na de 1923, não se verificando o mesmo em outras oportunidades. A revolução de 1923 é percebida como um evento nacional, muito mais do que regional, que não apenas foi degrau e alavanca para a Revolução de 1930, como importou em mudanças institucionais com desdobramentos importantes na história brasileira, como a fundação da jurisdição eleitoral.

Palavras-chave: Revolução de 1923; Rio Grande do Sul; Tratado de Pedras Altas; historiografia; Antônio Augusto Borges de Medeiros; Joaquim Francisco de Assis Brasil; sistema eleitoral; política.

ABSTRACT

The article seeks to focus on the perspectives proposed by historiography in explaining the causes and consequences of the Libertadora Revolution, in the State of Rio Grande do Sul, which culminated in the Pedras Altas Pact, signed on December 14, 1923. The text proposes to reflect on the system that established relations between politics and war, comprising the existence of five essential conditions based on the outbreak of a revolutionary flow: a narrative with aggregating capacity, charismatic leadership, capacity to mobilize troops and war resources, favorable national and regional political context and economic scenario. It is clear, therefore, that these conditions were present in the situation of 1893-95, as well as in 1923, and the same did not occur on other occasions. The 1923 revolution is perceived as a national event, much more than a regional one, which was not only a stepping stone and lever for the 1930 Revolution, but also led to institutional changes with important developments in Brazilian history, such as the founding of electoral jurisdiction.

Keywords: Revolution of 1923; Rio Grande do Sul; Treaty of Pedras Altas; historiography; Antônio Augusto Borges de Medeiros; Joaquim Francisco de Assis Brasil; electoral system; politics.

1 Doutor em História Social/USP. Coordenador técnico do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: gunteraxt@mprs.mp.br

INTRODUÇÃO

No panteão mnemônico das guerras e entreveros que agitaram os sul-rio-grandenses, do período colonial à segunda metade do século XX, não é fácil disputar visibilidade com a Revolução Farroupilha, elevada à categoria de mito fundante para a cultura identitária regional, de tal sorte a ser invocada anualmente em celebrações que se espraiam por quase todo o território do estado (Gutfreind, 1992; Pesavento, 1993); e com a Revolução de 1930, bastante reconhecida como um divisor de águas na história brasileira, tal a extensão de transformações institucionais que carregou em sua esteira (Fenelon, 1981; Borges, 1992, 1998).

A Revolução de 1923, condensava, em princípio, elementos para ocupar lugar de destaque. Na literatura memorialística foi colorida por republicanos notáveis, autores de obras célebres, como João Neves da Fontoura (1969) e José Antônio Flores da Cunha (1943). O segmento revolucionário agregou contribuições, como o *Mensagem a Poucos*, de Antero Marques (2005), editado pela primeira vez em 1965, e o *Drama das Coxilhas*, de Roque Callage (1923). A narrativa ficcional nos brindou com registros eloquentes, como *Sombras na Correnteza*, de Cyro Martins, lançado em 1974, e o monumental *Arquipélago*, de Érico Veríssimo (2004). Mais recentemente, José Antônio Severo ambientou *Senhores da Guerra* no cenário de 1923, sendo o livro transposto às telas por Tabajara Ruas.

Com uma pauta parcialmente vitoriosa e nível menos exacerbado de violência – se comparado com a tenebrosa guerra civil de 1893-1895² –, a Revolução de 1923 chegou a ser exaltada no *Album dos Bandoleiros*, organizado pelos jornalistas Fernando Barreto e Carlos Horácio Araújo em 1924, com mais de 250 fotografias que incensavam os rebeldes. Alcançando impressionante tiragem de 20 mil exemplares, foi uma resposta aos sucessivos editoriais e reportagens da folha governista *A Federação*, que os anatematizavam como bandidos, maltrapilhos, arruaceiros, *maragatos*, *mazorqueiros* e salteadores (Dal Forno, 2015). A imprensa da época, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em muitos veículos brasileiros, repercutiu os mo-

2 Durante 11 meses de conflito, a Revolução de 1923 registrou, em diversos pontos do estado, 74 confrontos, dentre combates e esperas com pequenos tiroteios, contabilizando cerca de mil mortos, o equivalente a 10% dos óbitos estimados, apenas no Rio Grande do Sul, nos 31 meses da Revolução Federalista (Antunes, 2023), mas número mais de três vezes superior à média anual de mortes causadas pela Revolução Farroupilha: 2.900 mortos em 10 anos de revolta (Silva, 2010). A Revolução de 1923 conheceu atos de cavalheirismo entre contendores, mas também registrou violências, a exemplo de estupros, linchamentos e degolas, espelhados na literatura memorialística, como nas obras de Flores da Cunha (1943) e de Antero Marques (2005), e na imprensa, como na série de artigos do advogado Rêgo Lins publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Houve iracúndia e volume de mortes, mas não na dimensão de 1893 (Reverbel, 1985).

vimentos da Revolução (Sá, 1973; Lemieszek, 2005, 2013; Laranjeira, Silva, 2023), que chegou inclusive a ser retratada em um marco da cinematografia – o documentário dirigido por Benjamin Camozato, lançado em São Paulo e no Rio de Janeiro (onde foi exibido no Palácio do Catete, para o Presidente Arthur Bernardes) antes mesmo da assinatura da pacificação, em 14 de dezembro de 1923.

Contudo, 23 foi eclipsada pela solar Revolução de 1930 e desde então vem sendo tratada de forma relativamente acanhada, tanto no plano da memória, quanto pela historiografia. Mesmo operando como elo necessário para a eclosão da Revolução de 1930, não imprimiu, por exemplo, sentido vivo ao espaço urbano. O dia 14 de dezembro não foi invocado para definir logradouros. Desconhecem-se memoriais públicos em homenagem ao Pacto de Pedras Altas. O Marechal Fernando Setembrino de Carvalho – a despeito de seu papel como articulador da pacificação e garantidor das eleições de 1924, por indicação do governo federal, e, não obstante, sua passagem pelo Rio Grande do Sul ter sido comemorada com bailes, jantares, comícios, paradas e retretas³ – foi lembrado em uma avenida de Uruguaiana, sua cidade natal, com uma rua no Centro de Cruz Alta e com pequenas vias em bairros de Porto Alegre, de Pelotas e de Gramado. O popular General Honório Lemes da Silva inspirou o batismo de ruas em algumas localidades, um discreto marco e um museu em Rosário do Sul, cidade onde viveu, mas nenhuma avenida vistosa, praça ou monumento de envergadura. Leonel Rocha iluminou a denominação de algumas ruas, uma estrada e um distrito no pequeno município de Sagrada Família. Joaquim Francisco de Assis Brasil já era eminente antes da Revolução e motivou preitos em diversas cidades do Estado, assim como outros dissidentes republicanos, como Ramiro Barcellos, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, que não interagiram em 1923.

O centenário da Revolução poderia estar suscitando grandes exposições, palestras, seminários, dossiês em revistas acadêmicas, suplementos jornalísticos e lançamentos de livros, mas o movimento tem se mostrado tímido – no primeiro semestre de 2023, o Arquivo Histórico e o Museu Dom Diogo de Souza, de Bagé, organizaram um seminário e uma exposição; em Palmeira das Missões, o jornal *A Madrugada* publicou uma série de artigos; em Caçapava registrou-se uma mostra e um painel. Com os festejos farroupilhas no âmbito estadual abraçando o tema em setembro, assinalou-se em Passo Fundo uma exposição, capitaneada pelo Instituto Histórico e Geográfico local, e em Erebangum um painel e um audiovisual para a Internet. O

3 Ver: Diário de viagem do General Setembrino de Carvalho ao Rio Grande do Sul, desde sua partida, no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1923, ao dia da chegada em 31 de dezembro de 1923. São Paulo, 47 p., 1923. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho. CPDOC/FGV.

Tribunal Regional Eleitoral participou do lançamento de uma obra coletiva (Barcellos, Campos, 2024), posicionando o Pacto de Pedras Altas como se-meador da jurisdição eleitoral no Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul promoveu em parceria com a Assembleia Legislativa um painel, no Memorial do Legislativo; com o Palácio Piratini, um bom documentário, disponível no Youtube⁴; com o Arquivo Histórico do Estado, uma exposição virtual. O portal GZH elaborou podcasts e os jornais Zero Hora e Correio do Povo editaram matérias alusivas ao centenário. Mas reinou silêncio nas universidades, a exceção de uma obra coletiva organizada pelos jornalistas Juremir Machado da Silva e Álvaro Lorangeira, professores na Escola de Comunicação da PUC-RS (2023), que explorou aspectos da relação da Revolução com a imprensa.

Consulta ao *Google Scholar* revela algumas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação nos últimos 20 anos, como os trabalhos de Aita (2007), que revisita as ideias políticas de Joaquim Francisco de Assis Brasil no âmbito de uma tradição liberal ampla; de Schneider (2013), sobre a repercussão da Revolução na comunidade judaica; de Matias Soares (2014), sobre movimentos políticos e militares em Uruguiana; de Dal Forno, sobre o *Álbum dos Bandleiros* (2015) e sobre o Partido Libertador (2020); de Dobke (2017), sobre o comportamento das autoridades policiais uruguaias na região de fronteira; e de Adam (2021), sobre o sentido social na coluna de Leonel Rocha.

O tema parecia catalisar mais esforço de síntese, o que sugere ter se distanciado do radar acadêmico no século XXI. Todavia, não denota estar esgotado. Até porque, como alertava Capistrano de Abreu, nossa história, na melhor das hipóteses, mal pode ser escrita sob a forma de ensaios de validade algo efêmera, dada a precariedade com que nossos arquivos são organizados (Gontijo, 2005), situação que, sem dúvida, se incrementou do século XIX para cá, mas ainda não o suficiente. Além disso, estando a história no domínio do pensamento e não da mera transcrição, como também ensina Capistrano, é razoável esperar-se que novas perguntas sejam formuladas ao passado, cujas respostas, sabemos hoje, se corporificam em sintonia aos esquemas interpretativos mais ou menos aceitos em cada época.

1 Balanço historiográfico

A visão libertadora, apesar da popularidade alcançada pela Revolução de 1923, imantou de modo superficial a historiografia no pós-revolução

4 Disponível em: <<https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/palacio-piratini-e-ihgrgs-lancam-documentario-e-exposicao-virtual-sobre-centenario-da-revolucao-de-1923>>.

de 1930. Wenceslau Escobar (1922) sustentou a relação de continuidade que existia entre Borges de Medeiros e Julio de Castilhos, de um lado, e, de outro, entre Silveira Martins, os federalistas de 1893 e os libertadores de 1923, empenhados numa porfia desigual e heroica contra uma ditadura feroz apoiada numa fórmula aberrante da constitucionalidade do país. O quadro ditatorial foi reforçado por Baptista Pereira (1923, p. 245-253), diplomata e jurista, genro de Rui Barbosa, que contabilizou mais de 200 intervenções governamentais nos municípios entre 1896 e 1923. A obra de Gustavo Moritz (1939) sobre o dealbar republicano ajudou a embasar essa perspectiva ao emoldurar o quadro da intolerância castilhista. Mem de Sá (1973) inscreveu o fenômeno de 1923 na tradição libertária brasileira, que dialogaria com o tenentismo e se oporia ao getulismo emergido, sobretudo, com o golpe de 1937, caminho também seguido por Antero Marques em obra surgida alguns anos antes (2005).

De um modo geral, contudo, a historiografia da segunda metade do século XX tendeu a caracterizar a Revolução de 1923 como um evento regional, cuja ênfase seria ideológica e provinciana, resultado de cisão entre as “famílias políticas” locais – castilhistas-borgistas influenciados pelo positivismo comtista de um lado, e, de outro, antigos federalistas e novos dissidentes, movidos essencialmente pelo ressentimento extravasado a partir de sua exclusão do quadro institucional, determinada pelo desfecho da Revolução de 1893 – de modo a interromper período, iniciado depois da pacificação de 1895, de satisfatória estabilidade e progresso garantidos pelo governo continuado do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), que empolgava ininterruptamente o poder no Rio Grande do Sul desde a insurreição castilhista de junho de 1892. Em tal espectro, a conjuntura de crise econômica dos anos 1920 e o contexto político nacional teriam contribuído de modo ancilar para ajudar difusamente a aglutinar as oposições, diversas e fragmentadas, ao borgismo, o qual, apesar do viés autoritário, estribado na Carta estadual de 14 de Julho de 1891, estaria promovendo administração austera, desenvolvimentista e até com fumaças socializantes, vez que empenhada, ao mesmo tempo, na diversificação da economia, na industrialização e na incorporação do proletariado à sociedade, de sorte a operar como nota dissonante no decrépito e corrupto horizonte oligárquico brasileiro, enfrentando o deletério “patrimonialismo” entranhado na sociedade, desde a época colonial, tal como chaga cancerígena. Neste diapasão, a Revolução de 1923 teria crepitado na esteira da fricção entre facções da elite política local, sem se impregnar de base social de maior envergadura. Por esta razão, se lhe reconhece participação borrada na vaga contestatória do tenentismo, desencadeada de modo atabalhado em 1922, percebida por muitos, contudo, dentre os grandes pulsos transformadores da época e como um dos

fatores decisivos para a eclosão da Revolução de 1930.

Virgínio Santa Rosa (1933), em obra escrita em meio à fermentação tenentista, explica o fenômeno como transbordamento das vanguardas de classe média, que por sua própria natureza intrínseca se contraporiam, de modo maniqueísta, às elites agrárias e industrial. Já para Barbosa Lima Sobrinho (1933), a Revolução de 1930 foi produto do choque entre as situações políticas estaduais, numa disputa essencialmente intraoligárquica. Nelson Werneck Sodré (1976), por sua vez, reforça identificação da Revolução de 1930 como aríete burguês vibrado contra as emboloradas muralhas agrário-oligárquicas.

No âmbito do antigo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), intelectuais de prestígio, como Hélio Jaguaribe (1956) e Alberto Guerreiro Ramos (1961), estavam convencidos de que a modernidade brasileira começara com a urbanização e a industrialização a partir da Revolução de 1930. Como mostraram Eli Diniz e Renato Boschi (1977), bem como Dea Fnelon (1981), também em autores influentes, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) e Luciano Martins (1968), o estado era divisado como matriz geradora dos processos sociais, tendo em vista a organização supostamente frouxa de classes no Brasil.

Edgar Carone, com um projeto sistemático e coeso perlustrando a República no Brasil, materializado em diversos livros publicados entre 1965 e o fim dos anos 1980, indicou que os movimentos rebeldes dos anos 1920 tinham em comum o objetivo de abrir uma brecha no sistema oligárquico, embora não desejassem solapar a propriedade privada e tampouco destruir a sociedade de classes. A partir de 1924, nota, proclamações ideológicas drapejando reformas sociais mais amplas ganharam musculatura, sem assumirem, contudo, dominância. As sedições tenentistas, que acredita estarem lastreadas nas classes médias, não desaguaram necessariamente na de 1930, pois esta adquiriu feição mais complexa, na qual oligarquias dissidentes estaduais se aliaram temporariamente aos militares rebeldes. Para Carone, a morte de João Pessoa e as consequências da crise econômico-financeira de 1929 foram cruciais para colmatar a aproximação de setores radicalizados das elites regionais aos tenentes no exílio. 1930 teria sido, assim, uma acomodação intra-oligárquica, com pauta estendida, mas nem por isso revolucionária, não obstante tenha desencadeado transformações institucionais, que resultariam da renovação promovida pela incorporação de elementos das classes médias a um processo que entraria em refluxo com o fracasso da Intentona Comunista de 1935 e com o golpe que instituiu o Estado Novo em 1937 (Carone, 1971; Marchetti, 2016).

Influenciado pela Escola dos Anais, a dinâmica entre ruptura e

continuidade perpassa sua obra, informando uma periodização da história republicana que acabou se tornando amplamente aceita. Privilegiando fontes jornalísticas, Carone compõe uma narrativa factual detalhada que se converte em base referencial, o que, aliado a uma compreensão global da história do período, o libera das amarras de perspectivas regionalistas ao mesmo tempo em que lhe faculta perceber detalhes que escapam aos analistas mais esquemáticos ou menos sistemáticos. Notou, por exemplo, que lideranças militares entraram em rota de colisão com o castilhismo a partir de 1896, que o PRR era crivado por longa série de desavenças intestinas e que os rebeldes de 1923 mobilizaram-se nacionalmente, aproximando-se, inclusive, do tenentismo.

As perspectivas se articulavam na obra seminal de Boris Fausto (1986), publicada em 1970, que, numa tentativa pertinente de superar interpretações alicerçadas na dicotomia entre o setor agrário-exportador e a burguesia voltada ao mercado interno, explica a Revolução de 1930 como movimento de acomodação das classes dominantes não alinhadas à cultura do café, em aliança temporária com as classes médias e o tenentismo. Até então, a Reação Republicana de 1921, movimento que uniu Borges de Medeiros e Nilo Peçanha contra a candidatura vitoriosa de Arthur Bernardes à Presidência da República, era explicada como resultado da impossibilidade de acordo entre as máquinas políticas estaduais da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, que pleiteavam a vaga de vice-presidência na chapa majoritária. Fausto mostrou serem as raízes da cisão mais profundas, fruto da insatisfação de segmentos oligárquicos não identificados com a cafeicultura. Neste arco, a Revolução de 1923 foi percebida como expressão regional de um fluxo mais amplo que reagrupava e reacomodava forças em vários pontos do país.

João Neves da Fontoura, em suas *Memórias* (1969), com efeito, inscreve a Revolução de 1923 num processo desencadeado pela eleição estadual de 1907, quando se verificou uma potente cisão republicana, e transbordado com a campanha de 1922, “propulsoras de um movimento que acabaria por transfigurar-se na Revolução de 1930”. Além disso, a campanha nacional de 1921 identificar-se-ia com a da Aliança Liberal, pois em ambos casos a política gaúcha operaria como “centro de gravidade”. Para Neves, o sucesso da Revolução de 1930 se deveria à “união sagrada” que se estabelecera entre as correntes regionais graças ao desfecho da Revolução de 1923. Ainda que evidente a ênfase na glorificação da política gaúcha e na santificação da Frente Única de 1929, a versão urde os acontecimentos regionais entre si e nacionalmente. Percebe-se, na narrativa de Neves, que a Revolução de 1923 granjeou pertinente grau de popularidade. No entanto, para ele permanece sendo uma questão sem enraizamentos mais firmes no tecido social. Quan-

to ao tenentismo – que começou de forma melancólica com os frustrados levantes da Escola Militar e do Forte de Copacabana, em 1922, e mostrou sua face mais vibrante a partir de 1924 –, Neves sugere um quadro complexo, no qual as possibilidades da época estariam em aberto, com alguns revolucionários de 1923 aproximando-se dos novos rebeldes e o próprio Borges de Medeiros tendo considerado possibilidade de adesão a Isidoro Dias Lopes (Fontoura, 1969, p. 235, 296, 301-307, 316).

Sérgio da Costa Franco (1962; 1988), em textos de 1962 e de 1967, trouxe o conceito de classe social à dinâmica regional. Sob inspiração de Nelson Werneck Sodré (1967), que idealizou o militarismo florianista populista no início da república, atribuiu a cada partido o predomínio em uma região do estado e uma aliança estratégica com uma classe, num movimento tipicamente mecanicista. Assim, a conservadora oposição estaria entranhada na região fronteiriça e se ligaria aos grandes estancieiros, enquanto o jovem Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) deveria sua vitalidade à zona de fazendas serranas (de ocupação mais recente), à região de colonização ítalo-germânica, à burguesia e às classes médias. Costa Franco não pareceu levar em consideração o argumento de Gustavo Moritz (1939), que indicava estarem as assim chamadas classes médias urbanas da época mais associadas a Demétrio Ribeiro, Antônio de Farias e a Barros Cassal, dissidentes desde 1890, do que a Júlio de Castilhos. Inferiu que o Positivismo, ideologia que servira de suporte ao castilhismo, diferentemente da França, onde teria vibrado de modo reacionário, assumiu no Rio Grande do Sul viés progressista. Neste quadro, o PRR era percebido como uma agremiação disciplinada e programática, vetor para ação modernizante que distinguira o Rio Grande do Sul do restante do Brasil, a qual incensaria, inclusive, a ideia de que o capital deveria se infundir de responsabilidade social, podendo ser regulado pelo Poder Público, que se proporia até a encaminhar a “incorporação do proletariado à sociedade”, por meio de fórmulas compensatórias. Para Costa Franco, o Rio Grande do Sul não estaria sujeito ao sistema oligárquico e coronelista que caracterizou a República brasileira no período, pois os coronéis do interior seriam tão obedientes à máquina castilhistas, bem como à de seu sucessor, Borges de Medeiros, que poderiam ser percebidos como burocratas a exercerem interventorias estáveis, especialmente na região serrana, onde geriam um celeiro de votos (Axt, 2021a).

Apesar da sintonia ao jargão cientificista então em voga, Costa Franco não atirava longe das perspectivas cerzidas por autores que o antecederam e se identificavam ao castilhismo, como Victor Russomano, para quem, em edição de 1932, a superioridade dos republicanos estampava-se num sólido “corpo de doutrinas” cinzelado na Constituição de 14 de julho de 1891. Russomano destacava a imantação do Positivismo sobre o cenário

local, não vendo conflito entre a doutrina francesa e o Liberalismo – a Constituição de 1891 era percebida como peça original ao proporcionar equilíbrio entre autoridade e liberdade. A superioridade moral do projeto republicano gaúcho teria sido contestada em 1923 apenas porque Borges de Medeiros fragilizara-se nacionalmente em razão do contexto criado com a eleição de Arthur Bernardes. A Revolução de 1930, todavia, teria reconciliado quase que por encanto as famílias políticas gaúchas e vibrado em nome “da consciência liberal da Nação que via, mais uma vez, burlado, pelas camarilhas palacianas, o direito de escolher os seus governantes” (Russomano, 1976, p. 188, 248, 301, 305).

Uma apreensão intermediária entre as vertentes castilhistas-borgista e libertadora talvez tenha sido esboçada pelo Marechal Setembrino de Carvalho (1950) que, compreensivelmente, realça o Pacto de Pedras Altas como obra de diplomacia política, possível graças a certa disposição de transigência de ambos os lados do conflito, já que se insinuava limitação de meios de parte dos revolucionários para sustentar indefinidamente a pugna e alguma compreensão de Borges de Medeiros sobre a impossibilidade de seguir impondo suas condições sem concessões. Antes de embarcar com destino ao Rio Grande do Sul, entrevistou-se com os deputados Nabuco do Gouveia e João Simplicio de Carvalho, que, oficiosamente, faziam a interlocução do governo com a presidência da República, indicando disposição em acolher sugestões de mudanças na Constituição estadual, aventando a supressão do comando que permitia reeleições indefinidas e admitindo re-frear as intervenções nos municípios. Assis Brasil e os libertadores, afinal, toleraram o quinto mandato de Borges, que por sua vez acabou aceitando a eleição do vice-presidente. O Pacto, sublinhou, foi o portal para “uma nova era, ensejando a que novas energias impulsionassem a vida do estado, favorecendo o advento de capacidades de escol” (p. 119).⁵

5 Tanto as memórias de Setembrino de Carvalho, quanto seu arquivo pessoal, preservado no CPDOC da FGV-RJ, poderiam ter encontrado exegese mais amíu-de na historiografia. Setembrino encarnou perfil independente, o que pode ter lhe valido impopularidade, sobretudo depois do sucesso da Revolução de 1930: republicano, elogiava o civismo das lideranças da Monarquia; constituinte de 1891 e combatente governista, dissentiu de Castilhos depois da Federalista, cujo gênio despótico e espírito de seita denunciou; chefiou o gabinete do Ministro da Guerra no governo Hermes da Fonseca, mas não acompanhou a pretensão de Menna Barreto de se lançar candidato à oposição de Borges de Medeiros; aceitou funcionar como interventor no Ceará, tendo apaziguado o Padre Cícero, mas condenava a política de Pinheiro Machado e as “salvações” do governo Hermes; organizou a partir de 1914 a campanha do Contestado em Santa Catarina, fracassando no intento de parlamentar com os rebeldes e acabando por promover a destruição da cidade de São Pedro, aniquilando violentamente os sertanejos; foi escolhido Ministro da Guerra pelo antipatizado Arthur Bernardes por, como chefe do Estado Maior, ter sufocado os rebeldes de julho de 1922, e por, como comandante do

Como sublinha Maria de Lourdes Janotti (1998, p. 125) “apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados por homens da época”, reproduzindo, como também notou Loiva Félix, a “visão que a classe dominante tinha de si” (1992, p. 69). A introdução do conceito de classe social foi uma inovação, assim como chamou a atenção a percepção do positivismo castilhistas em oposição ao liberalismo, funcionando quase que como uma base de sedimentação à posterior emergência do trabalhismo, tese que foi de fato explicitada por Bodea (1979), numa espécie de ilusão retrospectiva do porvir, como diria Pierre Vidal-Naquet (1981), mas que, em essência, não se afastava da perspectiva do oficialismo republicano.

O esquema foi amplificado pelo brasilianista Joseph Love (1975). Atento em iluminar o papel do PRR e da política regional em nível nacional, Love insistiu na tese de que as questões políticas estariam em primeiro plano no movimento das oposições gaúchas nos anos 1920, considerando ser a pauta principal dos opositores o afastamento de Borges de Medeiros do poder. Assim, não muito distante de João Neves ou até de Russomano, percebeu a Revolução de 1930 como um momento de afirmação do regionalismo após a superação dos antagonismos ideológicos possibilitada pelo Pacto de Pedras Altas. Love chama a atenção para a importância da conjuntura que se desenhou com a derrota da Reação Republicana, o que teria fragilizado posição do situacionismo gaúcho. Nota, ainda, corretamente, que Isidoro Dias Lopes, veterano de 1893, combatera contra Julio de Castilhos, e que, em 1923, tenentes, dissidentes republicanos e libertadores haviam se aproximado, passando a promover algumas ações articuladas de 1924 em diante. Mesmo percebendo a existência de divergências no seio dos revolucionários de 1923, as quais teriam sido mais bem equacionadas com o congresso do Partido Libertador, em 1928, a vitória parcial com o Pacto de Pedras Altas teria dado projeção nacional aos oposicionistas gaúchos (Love, 1975, p. 216-219, 225, 228, 242).

Noutro esforço de sistematização, Arthur Ferreira Filho (1973) –

4º Exército, em Minas Gerais, ter se oposto corajosamente ao Clube Militar, então presidido por Hermes da Fonseca, patenteando a falácia corrosiva das cartas assealhadas em outubro, pelo *Correio da Manhã*; transpirou admiração à liderança de Borges de Medeiros, ao mesmo tempo em que reconhecia com efusão a legitimidade dos revolucionários de 1923; por outro lado, comandou a repressão ao movimento tenentista, não cedendo diante do levante de 1924 na cidade de São Paulo, onde farto bombardeio por terra e por ar acarretou devastação urbana, paralização da indústria, tragédia humanitária, mais de 500 mortos e quase 5 mil feridos; contribuiu para a modernização do Exército e embora tenha sido vagamente lembrado para a sucessão presidencial em 1925, afastou-se da vida pública depois do convulsionado governo Bernardes; professou reiteradamente fé na democracia, mas foi Ministro da Guerra de um governo que transcorreu em estado de sítio.

identificado com o positivismo, filiado ao PRR e combatente como capitão na Brigada do Norte, portanto, agente político e militar no processo estudado por ele próprio – argumentava que, se 1893 fora “um dos raros casos de guerra civil onde não entrou qualquer motivo de natureza econômica”, mas “exclusivamente políticos”, derivados de “ressentimentos entre homens que, na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos” (1974, p. 181-182), 1923 seria espasmo da peleja pretérita em torno da “ordem ideológica” (1974, p. 22). Ferreira Filho (1974, p. 223) notou que nem todos libertadores se acomodaram com o Pacto de Pedras Altas e alguns se conectaram com tenentistas entre 1924 e 1927, envolvendo-se em novas incursões contra o governo Borges de Medeiros.

Perspectiva semelhante apresentou Hélio Silva (1975), que admitia como causa central da revolução a situação institucional “anômala” do Rio Grande do Sul (p. 95), que manteve vivos “velhos recalques” partidários, açulados também pelo “machismo”. Para Silva (p. 86), a revolução teria surpreendido, considerando “a tranquila situação econômica que o estado vivia”. Ao mesmo tempo, Silva reconhece conexão, ainda que de modo ambíguo, ao tenentismo, porque o Pacto de Pedras Altas, messe de costura política de Arthur Bernardes, teria desmobilizado parte dos gaúchos revoltosos, mas não todos, pois Honório Lemes, Zeca Neto, Leonel Rocha e Julio de Barros se engajaram nos levantes de outubro de 1924, no Rio Grande do Sul (p. 146), enquanto Plínio Casado, eleito deputado federal pela Aliança Libertadora em 1924, envolveu-se na revolta do Encouraçado São Paulo (p. 165).

Em sentido oposto, Bruno de Magalhães (1973), numa espécie de panegírico a Arthur Bernardes (mas com boa resenha do caso das Cartas Falsas), não compreende 1923 como parte integrante do “ciclo revolucionário”, dedicando-lhe apenas um parágrafo (p. 153), no qual incensa a tese de que os lados “adversários cessaram a luta e volveram à habitual normalidade”, depois de concessões recíprocas e do devido acatamento do governo e da autoridade do presidente da República. O autor trata a obra de diplomacia de Setembrino de Carvalho, que poderia ser assinalada como um dos pontos altos do governo Bernardes, com uma pincelada.

Explicação culturalista foi tentada por Antero Marques. A última guerra à gaúcha, pulsando cavalaria e despejando cargas de lanceiros, seria uma revolta do espírito do campo contra uma capital “madrasta”, que exerceria uma “ação corrosiva e entibiadora, com sua escola de servilismo” conduzida por um “ditador esquivo, manhoso”, manipulador, silencioso e “neurastênico”, a frente de um partido sinistro que seria uma “combinação de maçonaria com ordem jesuítica” (2005, p. 37, 39, 53, 61). A perspectiva reeditava o espírito emulado no “poemeto campestre” *Antônio Chimango*, que

Ramiro Barcellos criara com o pseudônimo de Amaro Juvenal (1957), bem como em *Ruínas Vivas*, de Alcides Maya (2002, p. 97), onde se lê: “compreendera o espírito do tempo: a beca substituíra a espada”. Neste terreno, Marques perfilha a noção de “quixotismo consciente”, captada a Ângelo Dourado (1977). A ideia de uma “pedantocracia acadêmica” e cidadina que corroía as fibras quase heroicas do homem colonial é pedra de toque na obra de Gilberto Freyre, para quem a vinda da Corte Real em 1808 promovera uma europeização do Brasil original e mestiço, desencadeando a decadência dos sobrados e mocambos (Pallares-Burke, 2005). Para Marques, Honório Lemes era o legítimo representante desse espírito livre, criativo e adaptado ao meio (p. 140), que se opunha também ao caudilhismo de lideranças macabras como Firmino de Paula, João Francisco Pereira de Souza e Pinheiro Machado (p. 339). O debate sobre a incidência do caudilhismo no Rio Grande do Sul siderou a intelectualidade regional até os anos 1960, dividindo-a nas matrizes historiográficas platina e lusa, como mostrou Gutfreind (1992), e os agentes envolvidos na política do período apodavam-se mutuamente⁶.

Em 1972, uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de Geografia da USP por Geraldo Müller converteu mecanicismo em funcionalismo, inspirado no marxista Nico Poulantzas, então em voga. O estado – que na teoria original de Marx não desempenharia papel expressivo no processo de reprodução do capital, sendo, quando muito, o “comitê da classe dominante” – foi aí encarnado como fazendo sempre todo o necessário para amparar a acumulação capitalista, desenhado como indispensável indutor do desenvolvimento, função que conciliaria com a promoção de justiça social (Axt, 1997; 2002).

Müller (1972, p. 38), a despeito da roupagem acadêmica e da adesão à epistemologia marxista, também concluiu que a Revolução Federalista não poderia ser captada “como traduzindo antagonismos profundos de ordem econômica”, escopo que teria informado a disputa política sequencial. Embora não estivesse na prática afirmando nada diferente do sustentado por Ferreira Filho, foi convolado em referência pela historiografia (Axt, 2001, 2011).

Céli Pinto também relativizou o impacto das políticas públicas sobre a mobilização de interesses específicos, pois as oposições não teriam

6 João Francisco Pereira de Souza, considerado por Marques, bem como por Florencio Sanchez (1990) e por Flores da Cunha (1943; Aita, AXT, 1998), o protótipo do caudilho atrabiliário, publicou ensaio em 1923 comparando o bacharel e urbano Borges de Medeiros a Facundo: “as garras aduncas do tigre de *los llanos* não foram mais terríveis que o bico amarelo do chimango”. Borges, dizia, em meio ao tonitruar de cavaleiros na Revolução de 1923, “é agora Facundo Quiroga, cego, obcecado. Não se dá conta que está caminhando de encontro à morte!” (Souza, 1923, p. 15).

proposto um projeto alternativo de desenvolvimento, não tendo, portanto, sido capazes de se articular com eficácia: o federalismo estaria atado ao culto à figura de Gaspar da Silveira Martins, à “defesa intransigente do sistema parlamentarista” e à “crítica à falta de comprometimento do PRR com seus princípios filosóficos” (Pinto, 1987, p. 90). Para Héglio Trindade, a unificação das oposições decorreria “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica do após-guerra” (Trindade, 1993, p. 158).

Sandra Pesavento entendeu que “a partir da vitória republicana, tem-se a implantação, no Rio Grande do Sul, de um esquema de dominação apoiado num partido altamente burocratizado, rigidamente disciplinado e com um embasamento filosófico definido” (1993, p. 209) e, “admitida a subordinação da prática à teoria, postulado de nítida inspiração comtiana, o PRR empenhar-se-ia na tarefa de promover a racionalização da produção como forma de obter o progresso econômico” (1996, p. 116).

Em 1981, Maria Antonieta Antonacci publicou trabalho no qual, assim como Neves da Fontoura e Love, valorizou como fatores aglutinadores da oposição a derrota da Reação Republicana, bem como o contexto de crise econômica, aprofundada regionalmente, como também destacou Pesavento, pela ortodoxia de Borges de Medeiros, que resistiu em ir ao socorro de indústria pecuarista em momento delicado. Além disso, reconheceu diversidade social e ideológica ao grupo oposicionista, admitindo, inclusive, que trabalhadores e elementos das classes médias teriam sido atraídos para o campo revolucionário para compor alianças temporárias (1981, p. 96), nesse sentido incorporando ensinamentos de Edgar Carone e Boris Fausto. Porém, concluiu: “não havia condições objetivas para que os grupos de oposição se organizassem efetiva e continuamente, de modo a viabilizar suas alternativas políticas ao projeto de organização estabelecido pelo PRR no Rio Grande do Sul” (1981, p. 23).

Paulo Vizentini (1992) também sublinhou o peso da crise econômica dos anos 1920 sobre a mobilização das oposições. Mas, para ele, enquanto a oposição paulista preferia a via eleitoral para dar vazão às suas contestações, a sul-rio-grandense seguiu o caminho do enfrentamento armado. Em comum, os grupos vibrariam na azáfama liberal-democrática, associando o governismo ao autoritarismo e ao baixo índice de acolhimento das pautas econômicas das elites rurais e anti-industriais. Preso ao modelo explicativo então em voga, Vizentini talvez não tenha destacado suficientemente a limitação do leque de opções imposta às oposições gaúchas, premidas por regime militarizado, e reduz, tanto o Partido Democrático de São Paulo,

quanto o movimento libertador, a destacamentos ruralistas, conservadores e anti-industriais (p. 46), sem oferecer, na prática, lastro empírico consistente de ratificação da tese.

De fato, como mostrou Maria Lígia Prado (1986), a base social e a pauta do PD seriam mais complexas, abrangendo um arco que também contemplava aspectos do debate em torno da industrialização e da questão social. Para Vizentini, a Revolução de 1930 derrubou as estruturas já corroídas da Velha República, por meio de uma aliança de oligarquias regionais dissidentes e liberais com tenentistas e classe média, costurada a partir da experiência castilhista-borgista, a qual, por suas características ideológico-programáticas, teria se oferecido como plataforma alternativa de projeto nacional, aproveitada por Getúlio Vargas. Com a aposta na correia de transmissão positivismo-castilhismo-varguismo, posicionada no espectro progressista-transformador, 1923 facilmente seria colorida como conservadora ou, até, reacionária, reificando o que publicistas do regime sustentavam na origem.

Entre os que escreveram sobre o cenário sul-rio-grandense na Primeira República havia esforço em categorizar os grupos políticos, aquilando-os como liberais ou conservadores, isto é, na prática talvez mais ou menos engajados na ilusão de proto-gestação da Revolução de 1930, de novo numa “ilusão retrospectiva”. Hégio Trindade insiste na “clivagem ideológica entre duas famílias políticas”: “os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários”, um silogismo que reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas/assististas e castilhistas/borgistas. Haure a engrenagem causal mecanicista ao relacionar a “fissura” à oposição entre latifundiários da região da Campanha e burgueses da zona litorânea (Trindade, 1993, p. 119). A lógica tipológica está presente também em Fonseca (1983, p. 106), que caracterizou *maragatos* (como eram conhecidos os revolucionários) enquanto *liberais conservadores* e *chimangos* (apelido dado aos governistas) como *progressistas conservadores*.

A *fórmula* não opera de modo esclarecedor. Liberalismo, conservadorismo e autoritarismo significam, à luz da ciência política e da história, coisas diferentes. Grosso modo, o liberalismo abraça compromisso com as liberdades individuais e a propriedade, mas sofre adaptações às diferentes épocas e regiões. No Brasil imperial, por exemplo, boa parte dos liberais, mesmo muitos republicanos, não se sentia desconfortável com o instituto da escravidão (Paim, 1998; Carvalho, 2011, p. 144). O conservadorismo, em tese, se opõe ao Liberalismo, pois pretende conservar velhas estruturas e aposta na idealização de tradições (Burke, 1999). No Brasil, uma longa vertente conservadora, pontificada por homens como Bernardo Vasconcellos e o Vis-

conde do Uruguai (Souza, 2002), defendeu a Coroa, a religião católica, a fusão entre estado e igreja, a centralização política, a unidade administrativa e até a intervenção do estado em alguns setores da vida social e econômica, como a educação (Colégio Dom Pedro II), a estrada de ferro Dom Pedro II e o Banco do Brasil, empresas estatizadas (Topik, 1987). O autoritarismo, muito embora presente na prática política de forma entranhada desde as origens da colonização (Leal, 1978), ganhou identidade narrativa própria no Brasil com o advento dos positivistas, que chegaram ao cúmulo de sugerir a Dom Pedro II que desferisse um golpe republicano, a fim de garantir a instalação de uma república ditatorial, abafando as brasas mais democráticas e participativas que se acendiam em torno de uma eventual reconstitucionalização do país (Carvalho, 2011, p. 147).

Não que seja impossível, mas Trindade, Fonseca e outros que abraçam as tipologias nos anos 1980/90 não explicam como conceitos com trajetórias antagônicas passam a conviver na realidade sul-rio-grandense. Por que a proposta de baixos impostos e livre comércio na fronteira – que antecipa na prática a integração do Mercosul – é considerada conservadora enquanto a política repressiva e fiscalista do PRR é interpretada como progressista? Por que a ortodoxia orçamentária de Borges de Medeiros, que não admitia a tomada de empréstimos internacionais para fortalecer o crédito hipotecário, seria considerada progressista? Por que é considerada liberal a prática continuada de amordaçamento da imprensa? Por que é considerada progressista a resistência aos incentivos fiscais a indústrias estratégicas para o processo de acumulação do capital, como a da carne frigorificada e da geração de hidroeletricidade? Por que a defesa no fortalecimento dos parlamentos é considerada conservadora? Como, afinal de contas, algo pode ser progressista e conservador ao mesmo tempo? Conservadorismo e progressismo são categorias subjetivas, que podem significar aspectos distintos, dependendo da época e do interlocutor, conforme propõe Koselleck (2006)?

Para Maria Antonieta Antonacci, que reconheceu mais diversidade no cenário proposto, o segmento oposicionista de 1922 formava-se por federalistas, liderados por Maciel Junior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla e outros; democratas, aglutinados em torno das lideranças dissidentes de 1907, como Assis Brasil e Fernando Abbott; e dissidentes republicanos mais recentes, como as famílias Pinheiro Machado e Menna Barreto. O retrato é similar ao desenhado por Rubens de Barcellos em 1923 (1960). Contudo, a historicidade de cisões, como recomenda Karepovs (2003), permite compreender que clivagens no interior do PRR não podem ser convenientemente explicadas pela tese da divergência ideológica entre positivistas e liberais (Antonacci, 1981, p. 24).

O federalismo era, como qualquer outro partido, fraturado por correntes intestinas. Maciel Junior, por exemplo, não acompanhou o partido no apoio a Fernando Abbott em 1907 e se manteve distante na campanha de 1922. Pedro Moacyr entrou em rota de colisão com o castilhismo em 1895, migrando para o Partido Federalista sem jamais colocar o parlamentarismo acima do pragmatismo que permitia composição com outros grupos de oposição⁷. O Coronel José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta, combateu os federalistas em 1893, mas buscou amparo no partido em 1902, chegando a ter seu jornal, *O Município*, duas vezes empastelado pelo correligionário castilhista Vazulmiro Dutra⁸. Germano Hasslocher, ao contrário, transferiu-se do federalismo para o castilhismo. Alfredo Varella abriu dissidência com Castilhos em 1895 e, assim como Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, seguiu identificado com o Positivismo. Adolpho da Fontoura Menna Barreto atritou-se com Castilhos em 1896, na mesma época em que a família Telles, liderada pelo General Carlos Telles, escorregou para a dissidência (Axt, 2021). Aparício Saraiva estava com os revolucionários em 1893 e com os governistas a partir de 1897 (Chasteen, 2001). João Francisco Pereira de Souza, simpático ao positivismo, castilhista de cruz da testa, ligado ao Senador Pinheiro Machado, rompeu com o borgismo em 1910 (Axt, 2022). Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura haviam se atritado, por diferentes razões, com Borges de Medeiros, antes de 1922 (Aita, Axt, 1997; 1998). Na conjuntura que se estendeu da morte de Castilhos, em 1903, ao início do Governo Carlos Barbosa Gonçalves, em 1908, Borges de Medeiros promoveu a substituição de diversas situações castilhistas municipais por elementos melhor alinhados à sua política (Axt, 2001; 2011). Para o respeitado lente da Faculdade de Direito de Porto Alegre Manoel Pacheco Prates, dos velhos republicanos que ajudaram a consolidar o partido no Rio Grande do Sul, apenas o vice-Presidente Protásio Alves e o deputado Manoel Barreto Vianna ainda se alinhavam de fato com Borges de Medeiros em 1922, mesmo assim a contragosto⁹.

Dos seis generais libertadores em 1923, dois eram republicanos históricos – Zeca Neto e João Rodrigues Mena Barreto, o que por si só já indicaria que a linha de transmissão direta entre gasparismo parlamentarista e libertadores, de um lado, e castilhistas-positivistas, de outro, não se sustenta. Leonel Rocha, por sua vez, era uma autêntica lideran-

7 O Canabarro, Rivera, 9, 12, 19, 23 e 16 de janeiro de 1902. VISCA, Arturo. P. Temas políticos internacionales. Interview with el Dr. Pedro Moacyr. *La Razon*, Montevideo, 25 de abril de 1908. Biblioteca Nacional do Uruguai.

8 O Canabarro, Rivera, 20 de fevereiro de 1902. Biblioteca Nacional do Uruguai.

9 PRATES. Manoel Pacheco. Carta a Fernando Setembrino de Carvalho, 8 de outubro de 1923. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

ça popular, mobilizando ervateiros, posseiros e caboclos na região serrana que jamais poderia ser confundida como membro da elite estancieira fronteiriça. João Batista Luzardo, que lutou em 1923, eleito deputado federal, fez de seu mandato uma tribuna a disposição dos tenentistas, entre 1924 e 1927 (Adam, 2021; Dal Forno, 2017, p. 169).

Em outros países, a Revolução de 1923 repercutiu pouco junto à historiografia. No Uruguai, a participação do filho do General Aparício Saraiwa, Nepomuceno Saravia Garcia, nos combates ao lado dos borgistas gerou algum debate. Nas suas memórias (1956), Nepomuceno tentou se justificar, explicando que, morto Gumercindo no Carovi em 1894, Aparício entendera que suas diferenças com o castilhismo estariam encerradas, chegando, inclusive a contar com o apoio de Castilhos e Borges de Medeiros, via João Francisco Pereira de Souza, nas revoluções *blancas* de 1897 e de 1904, de tal sorte que estaria, em 1923, retribuindo o apoio recebido pelo pai. No calor dos acontecimentos, entretanto, ele foi considerado um mercenário estrangeiro a serviço do borgismo, o que repercutiria mal na imprensa e no Congresso brasileiro. Estancieiro e revolucionário em 1923, Adalberto Corrêa (Corrêa, 1954, apud Lemieszek, 2013), em suas memórias, não reconhece a Nepomuceno habilidades militares excepcionais, sugerindo que Borges de Medeiros angariou mais desgaste simbólico do que benefícios práticos com a sua adesão¹⁰. A questão, no entanto, é pontual e mais haveria a ser explorado quanto a conexões estrangeiras da Revolução.

10 Em obra recente, Hernández Desplats (2023) questiona a narrativa de pagamento de 50 mil pesos a Nepomuceno pelo governo Borges de Medeiros, compreendendo que ele teria se engajado no conflito por idealismo e sublinhando que os mesmos que se scandalizaram com sua participação em 23, haviam aplaudido a presença de Aparício na Federalista e normalizavam o engajamento de Adão Latorre em ambas as revoluções. Desplats nota ainda que Nepomuceno vivera em Bagé, com a família, dividira com Basílio Muñoz o comando da curta revolução *blanca* de 1910, além de ter recebido apoio do velho PRR na revolução de 1935 no Uruguai. Destaca, ainda, que a presença de Nepomuceno suscitou farta cobertura sobre a Revolução de 23 na imprensa uruguaia, com o jornal *blanco El País* chegando a destacar um correspondente para acompanhar seus movimentos. Todos argumentos pertinentes. Sobre o controverso saque à estância de Luisa Pereira de Souza, mãe de João Francisco, antigo aliado de Aparício, cujos restos mortais permaneceram no mausoléu da família ali localizado até 1921, Desplats acredita que, se confirmado, poderia ter sido endereçado a Adalberto Correa, que então arrendava os campos (p. 13, 27, 31, 91, 120). Como há uma carta do próprio João Francisco Pereira de Souza ao Coronel Flores, pai de José Antônio Flores da Cunha, sob cujo comando Nepomuceno funcionava, rogando sua intervenção junto ao filho para a devolução dos itens subtraídos, dentre os quais a espada do pai de João Francisco, com a qual Nepomuceno, aliás, teria se deixado fotografar, há poucas chances de não ter se efetuado o traiçoeiro e constrangedor ataque (para que se tenha uma dimensão da gravidade do ato, a cena reproduzida no mausoléu no cemitério Buceo em Montevideu foi retratada pela revista *Caras Y Caretas*, de Buenos Aires, com base em foto tomada no leito de morte de Aparício em um dos cômodos da sede da estância de Luisa Pereira de Souza, em 1904).

Na virada do milênio as fragilidades do esquema interpretativo estavam dispostas. Eli Diniz (1978) mostrou o aparato estatal relativamente autônomo e permeado por feixe de interesses mais ou menos organizados, mesmo em períodos ditatoriais, sem descolamento, portanto, da sociedade civil. Na esteira de Boris Fausto, Maria do Carmo Campello de Souza (1976) criticou abordagens explicativas da Revolução de 1930 que pretendiam transportar para o Brasil modelos de luta de classes europeus. Edgard de Decca (1981) chamou a atenção para a eficácia do discurso dos vitoriosos na Revolução de 1930, que promoveu um apagamento duradouro da versão dos vencidos.

Paulo Sérgio Pinheiro (1975; 1981) não percebeu nos tenentes agentes do progresso e de uma ação modernizadora da sociedade brasileira, já que seu discurso era manifestamente autoritário, ao passo que sua plataforma em pouco extravasava a crítica ao sistema eleitoral oligárquico. Pinheiro expõe a falácia em atribuir compromissos populares aos tenentes, já que sua ação seria paternalista e desmobilizadora. Os transe tenentistas seriam impopulares – tanto os tenentes temiam que o populacho assumisse o controle, quanto as massas repeliam sua ação autoritária. Para Pinheiro, a Revolução de 1930 foi um rearranjo de forças ao nível das classes dominantes, mas os extratos médios e operários lhe emprestam apoio, em razão da figura ousada de Getúlio Vargas, que drapejava a possibilidade de diálogo entre as velhas tradições e as novas aspirações sócio-políticas, em parte agitadas pelos tenentes. As classes médias não teriam sido capazes na Velha República de produzir uma pauta alternativa devidamente articulada, mas a Revolução de 1930 acabou indo além de seus atores.

Para Frank McCann (2007, p. 339), com efeito, o foco da luta dos tenentes nos anos 1920 não estava na questão social, mas residia no esforço para ampliar o controle intraorganizacional do Exército, já que sua coesão interna se revelara precária desde a proclamação da República. Esta perspectiva golpeia teses que sugeriam ter o Exército exercido “poder moderador” na República (Pedreira, 1964; Stepan, 1975), o que deixava a porta aberta para, no limite, compreender o golpe de 1964 como o corolário de um movimento progressista e democrático iniciado pelo tenentismo em 1922, para completar a obra inacabada da proclamação da República (Borges, 1992, p. 234). Mem de Sá (1973), a esse propósito, percebeu a Revolução de 1923 como um elo na corrente desse processo supostamente libertário. Pinheiro e McCann, assim, colocam-se em sintonia com José Murilo de Carvalho (1974) que caracteriza o Exército como “poder desestruturador”.

Marieta Moraes Ferreira (1993), ao perscrutar a Reação Republicana de 1921, chama a atenção, na esteira do que propusera Love, para a necessi-

dade de se valorizar os estados com economia de segunda grandeza como eixos alternativos de poder na República Velha. Marieta e Pinto (2006), além disso, não acreditam que a Reação Republicana, como propusera Conniff (1981), em razão do padrão de mobilização engajado por Nilo Peçanha, operasse como fonte de origem para o populismo no Brasil, já que, para elas, o mesmo Nilo Peçanha, apesar do discurso liberal e dos comícios populares, empregava na política interna práticas típicas do sistema coronelista de poder, tal qual descrito por Vitor Nunes Leal (1974).

Vavy Pacheco Borges (1992) mostrou a pluralidade de conceitos e propostas que fermentaram no seio do tenentismo. Nesse sentido, convoca historiadores a deslocarem-se para uma visão da história como possibilidades. Para Vavy, em parte impregnados pelos humores do contexto da redemocratização institucional dos últimos 15 anos do século XX, historiadores e cientistas políticos brasileiros estariam menos preocupados com a ênfase nas explicações ideológicas e mais atentos nas acomodações em torno do conceito e da prática de representação (1998, p. 181-2).

Duncan Baretta (1985) mostrou que o conflito entre facções durante a Revolução Federalista de 1893 havia sido mais feroz em municípios onde eram acirradas disputas pela posse de terras e nos quais, durante o Império, era mais tensa a fricção entre os Partidos Liberal e Conservador. Além disso, mostrou que do lado dos federalistas mobilizaram-se comerciantes fronteiriços e platinos engajados naquilo que qualificavam livre comércio, mas que era taxado de contrabando por comerciantes da zona urbano-litorânea, fixados em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, associados aos republicanos. Dessa forma, introduziu a reflexão sobre o lastro econômico a permear a cizânia política entre os sul-rio-grandenses. Nessa toada, obras mais recentes apontam no sentido da composição social complexa do elemento revolucionário em 1893, bem como em 1923, congregando não apenas grandes estancieiros ou ricos comerciantes da fronteira, mas também ervateiros, posseiros, pequenos proprietários rurais e descendentes de imigrantes europeus (Cabeda, 1993, 2004; Alves, Torres, 1993; Ardenghi, 2003; Axt, 2018).

Loiva Félix (1987), debruçando-se sobre os casos de Santa Bárbara e Palmeira das Missões, concluiu que os chefes locais não eram títeres submissos a Borges de Medeiros e que entre eles se estabelecia uma relação de confronto, cooptação e cooperação, típica do sistema coronelista de poder, conforme descrito por Leal (1978) e Janotti (1981)¹¹. Heloísa Ramos (1990), es-

11 Grijó, ao acompanhar a trajetória da “geração de 1907”, a partir de textos de memorialistas, como João Neves da Fontoura (1969), e historiadores locais, como Medeiros (1980) e Caggiani (1997), também chamou a atenção para as divergências internas, mas procurou conciliar as interpretações de Célio Pinto e de Helgio Trindade com a perspectiva de Loiva Félix, tendo

tudando Santo Antônio da Patrulha, mostrou que o partido era cindido por facções e conflitos, estando, portanto, distante da imagem de um regime disciplinado, programático e hierarquizado que parte da historiografia incensou. Núncia Constantino (1993) percebeu que os imigrantes italianos estavam longe de se comportarem como súditos passivos de “tranquilas ditaduras serranas”, tomando parte em processos políticos e até revolucionários. René Gertz (2001) percebeu o grau de divisão do partido nas zonas de colonização alemã, pintando um quadro parecido ao desenhado por Nuncia Constantino.

A dinâmica da cisão intraclasses dominante, que reunia em torno do castilhismo-borgismo o setor financeiro e mercantil urbano-litorâneo e os antigos charqueadores, frações não hegemônicas na política mas que ambicionavam proteção estatal ao seu processo específico de acumulação de capital, foi aprofundada com a análise de políticas públicas dos governos Júlio de Castilhos e de Antônio Augusto Borges de Medeiros. A partir daí foi possível mapear que a industrialização, a diversificação da economia, a incorporação do proletariado à sociedade e o apoio ao pequeno produtor rural da zona de colonização europeia não tinham aderência operacional, frequentando, essencialmente, o plano discursivo. A revolução de 1923 passou a ser divisada como momento de crise no qual são externalizadas contradições que fermentam sob a capa aparentemente plácida de um sistema, que se organiza institucional e politicamente, deitando raízes em substratos adubados por entrechoques de interesses econômicos. A eficácia das fórmulas explicativas reside, assim, muito mais na capacidade de contemplar a diversidade de informações das fontes do que na transposição de esquemas interpretativos (Axt, 2001; 2011; 2018; 2021).

Biavaschi (2006), Reinheimer (2007), Cadore (2014), Soares (2014), Rückert (2015) e Hammerschmitt (2019) seguiram sublinhando a intensidade da guerra de facções no seio do PRR, cujo comando central, desafiado pelas próprias hostes, apenas era preservado em razão dos mecanismos autoritários de poder, tais como a bem treinada milícia estadual, a Justiça aparelhada e a fraude eleitoral. Dal Forno (2017, 2020) interessou-se sobre movimentações da oposição depois da Revolução de 1923, ajudando a iluminar a segunda metade da década de 1920, período pouco estudado na história do Rio Grande do Sul.

Assim, certa ambiguidade rondou a percepção em torno da Revolução de 1923. A propaganda e a memorialística libertadoras, que apostaram na heroicização de revolucionários coesamente engajados na conquista da

concluído que as relações interpessoais dos personagens da época deveriam ser estudadas, o que, com efeito, é um pressuposto elementar dos estudos sobre relações coronelistas de poder.

liberdade, não chegaram a suscitar uma versão historiográfica autônoma, capaz de transpor de modo influente os umbrais da época e do nicho em que se acomodava. A narrativa em torno dos sucessos da Revolução de 1930, a seu turno, se impôs, reivindicando a glorificação da política regional e a santificação da união das facções gaúchas a partir de 1928, o que eclipsou a relevância da Revolução de 1923, reduzida essencialmente a um elo no processo de luta ideológica sustentada por uma oposição tenaz, mas elitista, que havia sido excluída do quadro público com a guerra civil 30 anos antes. Um anel de transmissão se estabeleceu entre a Revolução de 1930 e a Revolução Farroupilha, que passou a ser percebida como fonte de origem do republicanismo. A narrativa impactou não apenas o cenário intelectual, com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por exemplo, garantindo que a Farroupilha não assumira viés separatista, como também, a partir de uma série de obras públicas, o espaço urbano – apenas em Porto Alegre inscrevem-se o Parque Farroupilha, o monumento equestre a Bento Gonçalves e a Avenida Farrapos, todos datados de 1935 a 1940. Se, como haviam sugerido republicanos como Ramiro Barcellos, Venâncio Ayres e o próprio Assis Brasil, o republicanismo gaúcho seria herdeiro do espírito farroupilha, a Revolução de 1923, que questionara a pureza desse mesmo republicanismo, tenderia a se converter em ponto fora da curva. Considerando a projeção da classe política regional e, muito especialmente, de Getúlio Vargas, com a Revolução de 1930, o golpe que instalou o Estado Novo e até a comoção gerada pelo suicídio do presidente em 1954, a prédica castilhistaborgista encontrou terreno fértil e acabou se afirmando como um projeto modernizador e moralizador que teria servido de base para a superação do modelo agrário-oligárquico brasileiro. A narrativa encontrou acolhida entre intelectuais de esquerda que tentavam explicar a história brasileira a partir de conceitos esquemáticos de luta de classes e que ansiavam para encontrar a origem do populismo e do trabalhismo getulista. Nesse contexto, a Revolução de 1923 foi vista como uma reação essencialmente elitista e, até, reacionária, mas que, indiretamente, teve o condão de facilitar a unificação das correntes políticas regionais, ajudando, assim, a forjar as bases para a Revolução de 1930. Naturalmente, em tal esquema, se o tenentismo era percebido como um fluxo renovador que engrossara o caudal desaguado na Revolução de 1930, a Revolução de 1923 não teria relação mais clara com o movimento.

2 Política como guerra

A ausência de guerra não representa necessariamente indicação de paz. Como propõe Michel Howard (1984), se a guerra seria um fenômeno com a antiguidade do mundo, a paz seria uma invenção mais recente, que se desenha como um acordo de contenção pelo qual lados contendores recebem incentivos para não generalizar a violência.

Em sociedades antigas, ainda que existissem tratados de armistício conhecidos desde a Idade do Bronze, a guerra com vizinhos não apenas era endêmica, como, ainda, a própria noção de conflagração intestina potencialmente sistêmica estava posta. O mito fundante de Roma, estribado na oposição mortal entre os gêmeos Rômulo e Remo, carregava a inescapável mensagem intrínseca de que o fratricídio se entranhava na política e os pavorosos surtos que assolavam sua história a partir do século IV a.C. seriam componente constituinte da genética, do etos identitário. Após a morte de Remo, o rapto das sabinas remete ainda à ideia de que as famílias originais da Roma primordial teriam se constituído a partir do estupro (Beard, 2017, p. 61-7).

O general prussiano Carl von Clausewitz (2010), empenhado em modernizar em emergentes estados nacionais exércitos erodidos pelo rolo compressor de Napoleão Bonaparte, captou na guerra a continuação da política com a entremistura de outros meios. Na mesma época, o filósofo Benjamin Constant (2020) notava, contudo, que algo estava mudando no modo de se fazer política. Para ele, a liberdade dos gregos antigos consistiria no direito de questionar e remover governantes, condenar ou exilar cidadãos, ou decidir sobre pilhar e escravizar vizinhos. Na prática, eles viviam em estado de beligerância. O indivíduo era tutorado e submetido por organismos repressores, da infância à idade adulta. Uma sociedade estratificada e lastreada em princípios de honra constrangia mobilidades e reprimia individualidades, requisitos que se tornaram valorizados com o advento do liberalismo.

Até o século XVIII, magistrados e governantes estavam a serviço do governo e as facções políticas a serviço delas mesmas. Fazer oposição significava precipitar-se na intriga, em conspiração e em insurreição. A representação da complementaridade entre guerra e política fica evidente nas peças de Shakespeare, nas quais campos de batalha pareciam extensões de dramas palacianos, e vice-versa. Enquanto reis eram tocados por uma aura de divindade, rivais se digladiavam como inimigos figadais. Na França, Richelieu, depois de ascender ao poder em 1620, exilou e executou opositores, com inclemência. Conselheiros decaídos perdiam bens e até a própria vida. Erros eram corrigidos com vinganças. Em 1719, logo depois da morte do Rei

Carlos XII da Suécia, seu influente e impopular ministro, o Barão Görtz, foi julgado e decapitado. Mas um historiador da época achou que se tratava de um “homicídio jurídico”, revelando novas sensibilidades. Nessa quadra, na França e na Inglaterra já se aceitava que ministros desgraçados simplesmente se exilassem em uma casa de campo (Gay, 1995).

A retórica belicosa impregna a fala dos políticos desde os primórdios. Péricles, na oração fúnebre de 430 A.C., reproduzida por Tucídides, em *A Guerra do Peloponeso* (1987, p. 97), matizou a exaltação do modelo ateniense demonizando o espartano. A dinâmica do “nós contra os outros” seguiu ao longo dos séculos galvanizando massas. Mas a partir das revoluções liberais – Inglesa, Francesa e Estado-Unidense – os políticos começaram a desenvolver instituições que permitiram a sua sobrevivência nas disputas pelo poder. Mesmo os derrotados poderiam um dia retornar ao palco. A oposição foi considerada legítima, como forma de manutenção do sistema, e a liberdade de imprensa e de associação foi afirmando-se. A agressão física foi progressivamente sublimada (Axt, 2018a).

David Hume (1987) e Edmund Burke (1999) celebraram na Inglaterra a moderação da eloquência acrimoniosa dos grupos e hostes, cuja transmutação em partidos estáveis enalteceram. Mas a erosão desse equilíbrio em estreiteza e intolerância seguiu como um espectro no horizonte. Mais soturnos, James Madison e Alexander Hamilton (2001, p. 42-8, 99-103, 126, 131), pais fundadores da democracia estado-unidense, perceberam a fricção entre facções se conformar em ameaça mais grave à liberdade do que aquela eventualmente representada pelo gigantismo do estado, nos contornos imaginados por Lord Acton (1985).

Nos Estados Unidos, George Washington se via como árbitro das paixões. Recusou o terceiro mandato e transferiu a faixa presidencial para John Adams, instaurando rotina inédita, cujo exemplo seria, muito a propósito, invocado por Assis Brasil e Rui Barbosa na exposição de motivos (Aita, 2007, p. 140) que desaguou no Pacto de Pedras Altas de 1923. O partidarismo de seus sucessores foi temperado pela Lei dos Direitos de 1791, garantindo a livre troca de ideias. A partir daí, o mecanismo de freios e contrapesos foi se sofisticando, de modo a conter superindividualidades, ou maiorias frenéticas (Gay, 1995, p. 232; Tocqueville, 2009).

Ainda assim, a América teve seus surtos de raiva, como sob o Macartismo, nos anos 1950, quando grassou uma onda de repressão a tudo que ressumbrava esquerda ou comportamento desviante, disseminando-se um corrosivo clima de medo: milhares de funcionários públicos, educadores e artistas foram atingidos. A irracionalidade deletéria daqueles tempos foi eternizada em metáfora arrebatadora na peça de teatro *As Bruxas de Salem*,

de Arthur Miller (1997), que resgata o clima de histeria coletiva capaz de tornar a aplicação do Direito Penal persecutória, delirante e parcial. Nesse interregno, o direito de se opor e de se expressar foi solapado, corroendo a ordem cívica.

A quartelada que proclamou a República em 15 de novembro de 1889 ablaqueou procela de intolerância facciosa sobre o país, cujo ápice se escalou durante a Revolução Federalista (Moura, 1892; Moritz, 1939; Cabeda, Costa, 1902; Axt, 2023). Floriano Peixoto teve a oportunidade para distensionar o ambiente, mas preferiu apostar na exacerbação ao não acolher sugestão do general João Telles para enviar interventor militar neutro ao Rio Grande do Sul em 1892 (Villalba, 1897). Acabou intervindo em favor de Castilhos, apoiando-o com o envio de soldados, armamentos e recursos. Consultado pelo General Moreira Cezar, autorizou os fuzilamentos na fortaleza do Anhatomirim no Desterro, em 1894, assim como teria cancelado o fuzilamento de Silvino Macedo, no Recife, e do Barão do Serro Azul, no Paraná.¹²

Julio de Castilhos estaria empenhado na eliminação física e moral da oposição. Wenceslau Escobar (1919, p. 277) cita telegrama enviado em março de 1893 aos então coronéis Arthur Oscar, Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto e Joaquim Elias Amaro, preservado entre os documentos compilados no “Livro Azul”, de Menna Barreto, sob a guarda da Biblioteca Nacional: “(...) o inteiro desagravo da República ultrajada requer que, ultrapassemos mesmo certos limites, com as devidas cautelas, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos (...)”. Escobar (1919, p. 276) reproduz ainda telegramas enviados aos Coronéis José Soares e Madruga, publicados no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, ainda em vida de Castilhos, que não contestou a autoria: “Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando famílias. Viva a República!”; “Adversários não se poupa nem se dá quartel. Remeto armas e munições que pede.”

Julio de Castilhos opôs-se ao processo de pacificação embalado por Prudente de Moraes em 1895, propugnando a capitulação incondicional dos inimigos. Além disso, sustentava que o governo *colorado* uruguaio fosse punido por ter permitido concentração de rebeldes em território vizinho. A missão do General Inocêncio Galvão de Queiroz, comissionado pelo Presidente Moraes para efetivar a pacificação, foi testilhada (Medeiros, 1995; Axt, 2021).

O mal-estar dos castilhistas foi condensado por João Francisco Pereira de Souza: “Prudente de Moraes (...) hostilizava desabridamente os mais dedicados republicanos – militares e civis – que com bravura, dedica-

12 O Canabarro, Rivera, 31 de janeiro de 1895. WERNECK, Américo. Echos da multidão. O Canabarro, Rivera, 2 de fevereiro de 1902.

ção e civismo exemplar serviram no governo Floriano” de tal modo que “já se preparava uma nova luta interna, entre florianistas republicanos e prudentistas traidores da República”. A paz, segundo ele, fora “malfeita, porque o Uruguai não tinha sido castigado e pretendia continuar hostilizando-nos” (Souza, 1934, p. 99-100).

Witter (1987, 1999) mostra como as divergências em relação à anistia repercutiram na cisão no interior do Partido Republicano Federal (PRF), enquanto Janotti (1986) e Queirós (1986) registram que o consenso entre republicanos não se estabeleceu nem mesmo depois da Federalista. Castilhos de fato viu frustrada sua pretensão de suceder a Floriano Peixoto em nível nacional, mas seguiu regionalmente trabalhando por esquadro partidário na contramão do modelo liberal, reforçando relações personalistas e desmobilizando concorrência (Axt, 2021). Empenhava-se, segundo conceito de Sartori (1982), na consolidação de sistema não competitivo, com partido hegemônico.

Neste horizonte, as eleições seguiram sendo promovidas pelo governo, não como parte da engrenagem democrática ou institucional, mas com o objetivo de preservar nacionalmente as aparências de alinhamento ao modelo republicano, de modo a esvaziar na origem o discurso da oposição, que seguiu denunciando o cenário ditatorial e clamando por intervenção federal. As chances de sucesso da oposição eram mínimas, pois o processo era eivado de fraudes e sujeito a manipulações e compressões. Além disso, os prélios municipais e estaduais ajudavam a manter o partido dominante mobilizado para o enfrentamento dos federais. A influência da política sul-rio-grandense devia-se em grande medida à quantidade de eleitores que o governo conseguia arregimentar (Axt, 2024).

Segundo Wenceslau Escobar, os opositores eram tratados “como estrangeiros em sua própria terra” (Escobar, 1922, p. 32). Muitos sequer conseguiam acesso ao financiamento dos bancos, que, embora privados, obedeciam aos constrangimentos seletivos estabelecidos pelo governo (Assis Brasil, 1983; Cabeda, 1994).

Os meios de expressão também seguiram sendo sufocados, mesmo depois da Federalista. Em 1902, o jornal dissidente *O Município*, em Cruz Alta, foi empastelado¹³. Em 1903, *O Maragato* e *O Canabarro*, publicados em Rivera, no Uruguai, foram atacados, sendo os tipógrafos degolados (Axt, In: Cabeda, Costa, 2002). As edições não foram mais retomadas. Em 1918, foi assaltado o jornal *Correio da Serra*, em Santa Maria (Beltrão, 2022, p. 113). Exemplos de dinâmica rotinizada no período.

13 O Canabarro, Rivera, 16 de fevereiro de 1902.

Não obstante a coação e falta de garantias, a oposição permaneceu agrupada, especialmente na região de fronteira, onde lideranças podiam se beneficiar da justaposição de jurisdições. Com a Revolução Federalista, muitos limites de convivência haviam sido rompidos, de tal sorte que a reconciliação era embaraçada. Federalistas se dividiam entre abstenção dos processos ou deles participarem com anticandidatos, denunciando simbolicamente a condição de antieleição, mais ou menos como faria o Deputado Ulysses Guimarães em 1973. Paradoxalmente, as trincheiras oposicionistas, em vez de minguarem, se estenderam entre 1895 e 1923, engrossadas por dissidentes que se atritaram com as chefias unipessoais de Castilhos e, posteriormente, de Borges de Medeiros. Nem sempre, todavia, federalistas originários recebiam este fluxo sem certo desconforto, já que alguns adesos haviam sido contendores ferozes durante a Federalista e vários não se entusiasmavam pelo parlamentarismo. Em 1907, por exemplo, segmento dos federalistas não aceitou compor com a candidatura oposicionista de Fernando Abbott, que havia brotado do seio dissidente do castilhismo. No ano seguinte, nem todos se empolgaram com o Partido Republicano Democrático, que lançou Joaquim Francisco de Assis Brasil na presidência de honra.

Com a oposição em aprisco, a disputa política se transportou para dentro do próprio PRR. O partido dominante era na prática fraturado por feixes de cisões intestinas. Borges de Medeiros passou a manobrar as facções de tal sorte que não obtivessem controle dos municípios. Nem sempre, contudo, tinha pleno domínio sobre os dissidentes, apesar da força da Brigada Militar e do aparelhamento da Justiça. Ocasionalmente, disputas locais tornavam-se ruidosas e produziam impasses, importando, inclusive, em crises de legitimidade que extravasavam (Axt, 2007).

Love chega a identificar dentre as causas da Revolução de 1923 o aumento da violência contra a oposição na década de 1910. A afirmação carece, contudo, de base estatística. Tudo indica que o clima persecutório para com a oposição arrefeceu em alguma medida após a morte de Castilhos, em 1903. Porém, as dissensões no seio da grei dominante avolumaram-se.

A hegemonia castilhista consolidou-se depois da Revolução Federalista, com os expurgos de 1895. As mortes de Carlos Telles, em 1899, e de Silveira Martins, em 1901, neutralizaram boa parte da ameaça revolucionária federalista. Castilhos, além disso, compôs com Campos Salles, na capital da República, e com Aparício Saraiva, na fronteira.

Mas com a morte de Castilhos, em 1903, abriu-se uma crise de legitimidade, pois Borges de Medeiros passou a disputar a chefia unipessoal do partido com Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado. Ponto de ebulição foi alcançado em 1907. Entre 1908 e 1912, Borges

trabalhou a construção de sua própria rede de compromissos, substituindo situações em diversos municípios, desprestigiando antigos castilhistas. Apesar de crises entre 1915 e 1919, envolvendo, especialmente, Ramiro Barcellos e João Francisco Pereira de Souza, além do movimento operário na Capital, Borges consolidou hegemonia, que passou, todavia, a sofrer ataques e questionamentos mais firmes a partir de 1920 (Axt, 2011).

A Revolução de 1923 não se constituiu em rompimento abrupto da paz, mas em momento de exacerbação do conflito sistêmico mediante explosão de violência organizada e mais generalizada que o habitual. Considerando as características do sistema então vigente, a via revolucionária era não apenas parte do leque de opções disponível, como também um desdobramento quase necessário de uma campanha eleitoral com pretensão de sucesso. Muitos foram, com efeito, os planos que agitaram a quadra.

Julio de Castilhos foi acusado de tentar uma insurreição para derubar o Presidente da República em abril de 1895¹⁴. Em seguida, imputou ao General Galvão de Queiroz responsabilidade por tentar depô-lo à força em dezembro de 1895 (Ferreira Filho, 1973; Medeiros, 1995, p. 76). Entre 1896 e 1898, dissidentes republicanos e federalistas se uniram no efêmero Partido Republicano Liberal, flertando com candidatura alternativa, como a do General Carlos Telles. Rumores de sedição polvilharam o cenário, sendo levados a sério pelo governo estadual e pelo Alto Comando do Exército (Axt, 2021). Em 1901, o General Hipólito Ribeiro estava a caminho de reunião com Silveira Martins para tratar de um plano revolucionário quando recebeu na estação ferroviária notícia da morte repentina do antigo inimigo (Orico, 1935). Em 1907, na esteira do cisma que opôs Fernando Abbott e Borges de Medeiros, considerou-se alternativa revolucionária. Em 1910, quando dois irmãos de João Francisco Pereira de Souza foram assassinados em Livramento, empurrando o antigo e poderoso castilhista para o dissenso, o Senador Pinheiro Machado interveio junto ao amigo para evitar que a revolução estalada no Uruguai, partir de uma concentração de *blancos* em Bagé, de algum modo atingisse o Rio Grande do Sul (Axt, 2022). Em 1912, em plena campanha salvacionista, o General Antônio Adolpho da Fontoura Menina Baretto, Ministro da Guerra, alçou-se postulante ao governo do estado (Carvalho, 1950, p. 94-101). A candidatura chegou a ser lançada em manifesto, mas foi abortada¹⁵. Em 1915 e em 1916, João Francisco Pereira de Souza tentou, sem sucesso, articular com Ramiro Barcellos e Fernando Abbott um levante contra Borges (Axt, 2021b). Em 1919, o movimento operário sofreu

14 O Canabarro, Rivera, 2 de maio de 1895.

15 MENNA BARRETTO, Antônio Adolpho da Fontoura. *Livro Azul*. S/d, manuscrito. Acervo da Biblioteca Nacional, RJ.

dura repressão e uma greve geral adquiriu contornos violentos (Petersen, 1993; Axt, 2011; Flôres, 2009).

Passada a Revolução de 1923, o tenentismo manteve o Estado em sobressalto, entre 1924 e 1927 (Rosa, 1927, p. 14). Alguns libertadores aderiram aos levantes, mas sem muito entusiasmo, não apenas porque havia certa gratidão difusa ao Presidente Arthur Bernardes por conta do Pacto de Pedras Altas, como também porque os financiadores do movimento se retraíram – os prejuízos causados pela Revolução de 1923 ainda não haviam sido indenizados pelo governo federal. Os tenentes, por sua vez, elitistas, torceram o nariz para a liderança de Honório Lemes, homem rude e simples, mas conhecedor da guerra de movimento¹⁶. Luís Carlos Prestes talvez tenha aproveitado melhor a convivência, retendo ensinamentos que aplicaria depois na Coluna. Antero Marques (2005) dramatiza a questão com o personagem Tenente, um jovem oficial “estagiando” no Corpo de Hortêncio Rodrigues e na Coluna de Honório Lemes.

Entre 1927 e 1929, os debates que se estabeleceram entre os democratas paulistas, os libertadores gaúchos e os tenentes revelam uma elite oligárquica dissidente colimando reformas institucionais e atenta a eventualmente seguir a via militar apenas após derrota nas eleições sabidamente fraudulentas e na hipótese de cavalgar mobilização para além do próprio campo, compondo com setores populares urbanos e caudilhetes do interior, enquanto os tenentes, voluntaristas e idealistas, pretendiam cortar caminho, partindo direto para a conspiração armada e já começando a colmatar um discurso em torno da necessidade de reformas socioeconômicas mais profundas (Forjaz, 1978, p. 60-72; 93). A Aliança Liberal emergiu em 1929 com uma base conservadora convencional, mas já em diálogo com os libertadores, os democratas, os tenentes e o movimento operário. Dentre os principais aspectos de sua plataforma original, a exigência de medidas de proteção a outros produtos de exportação vem da prática do PRR borgista, tendo sido vocalizada na Reação Republicana para sensibilizar oligarquias fora do eixo cafeicultor; perpassando quase todos os setores estava a “pa-

16 Guerra de movimento, de guerrilha, é assimétrica, pois compreende beligerantes cujo poder relativo, tática, estratégia, composição e forma de financiamento diferem significativamente. Costuma opor exército profissional e milicianos insurgentes, menos equipados, porém motivados, que compensam suas fragilidades explorando o conhecimento do terreno, limitações do inimigo mais poderoso e utilizando estratégias não convencionais e nem sempre militares. Atores mais fracos tentam evitar o confronto direto e perseguir situações que produzam desgastes no inimigo, podendo contar com apoio popular e/ou externo. Embora presente desde a Antiguidade, pretendeu-se em manuais castrenses a substituição da fórmula por doutrinas profissionalizadas e modernas, mas ela persistiu, tornando-se bastante comum e evidenciada com a revolta iugoslava e as revoluções chinesa e vietnamita.

naceia da moeda estável” – como diria Prestes em seu manifesto de maio de 1930 –, medida, aliás, incompatível com o déficit no orçamento público que o programa de valorização forçada provocava, desenhando, assim, uma contradição intrínseca; a defesa do voto secreto e da competência da Justiça para fiscalizar as eleições era, ainda que as fraudes eleitorais fossem denunciadas desde o Império, pauta libertadora e que encontrara acolhida concreta no Pacto de Pedras Altas, tendo sido transposta para a revolução de 1924 e para a Coluna Costa-Prestes; a defesa da anistia aos revolucionários não apenas estava no Pacto de Pedras Altas, como se tornara bandeira da Aliança Libertadora, sendo, por exemplo, um dos motes do mandato de Batista Luzardo na Câmara; a referência à questão social e à necessidade de um Código de Trabalho era uma novidade de origem mais complexa, porque funcionava como um aceno ao movimento operário (o qual, como reação à repressão de 1919, aproximara-se dos revolucionários de 1923, mas voltara a ser cortejado pelo PRR, neste aspecto não divergindo do próprio Arthur Bernardes, que estabelecera o 1º de maio como efeméride oficial de “confraternização universal das classes operárias”, com o claro intuito de domesticar a data usada desde o fim do século XIX para protestos dos sindicatos), uma porta aberta ao tenentismo (que a esta altura já tinha segmentos que abraçavam, ainda que difusamente, o argumento), mas era sobretudo fruto da percepção de Lindolfo Collor e de Getúlio Vargas sobre a experiência de A. J. Renner, que obtinha nas suas empresas em Porto Alegre bons resultados em neutralizar a ebulição social, combinando fordismo e doses de paternalismo alemão. Renner, a propósito (Axt, 2014, p. 179), depois de vitoriosa a Revolução de 3 de outubro, recebeu a missão de auxiliar na elaboração da legislação trabalhista, mas, em especial, de convencer os industriais paulistas de que se tratava de uma ferramenta para beneficiá-los, vez que traria mais estabilidade ao ambiente urbano e ampliaria a produtividade. A ação, como se sabe, esvaziou parte do potencial de reverberação da pregação comunista (Silva, 1972, p. 141; Prado, 1986, p. 158, 176).

Quando Lindolfo Collor escreveu a Getúlio Vargas dizendo que o “movimento” deveria “ser alguma coisa mais além de uma ocasional coligação eleitoral” (Silva, 1971, p. 445) estava claramente fazendo alusão ao sistema vivido até os ossos pelos gaúchos, pelo qual o último estágio de uma campanha com potencial de sucesso deveria ser o recurso às armas. Othelo Rosa (1927, p. 27), referira-se a Assis Brasil na conjuntura de 1922 em termos similares: “não se fartou de proclamar a impossibilidade de vitória, declarando que aquele pleito era apenas o início de ação, um meio prático de arregimentar vontades e coordenar esforços”.

Depois de quatro décadas do consulado algo macambúzio de Borges de Medeiros, havia entre os jovens do PRR um sentido de geração, que vinha

desde o movimento estudantil de 1907, sugerindo-lhes ter chegado o seu momento de renovar, deixando a sua marca. Em 1927, de modo quase profético, Getúlio Vargas escreveu a João Neves da Fontoura, quando ambos haviam sido recém-confirmados na chapa de sucessão de Borges de Medeiros sublinhando ser preferível o suicídio ao fracasso. Hábil, Vargas foi cauteloso e ambíguo na condução da campanha da Aliança Liberal. Mas o conceito de luta armada como desdobramento de campanha eleitoral frequentava a imaginário da época, como ilustra bem relato de João Neves da Fontoura sobre um discurso em Recife (1969, v. 2, p. 282): “pouco antes de partir para o Norte, Vargas pediu-me insistentemente que não pregasse a revolução. (...) positivamente, não era aquele o tom que o imenso auditório esperava de mim e desejava. Dentro em pouco, estrugiam repetidamente de vários pontos do teatro: ‘Viva a Revolução Brasileira’. (...) desde aquele momento, sincronizados, orador e assistência, o discurso deslizou por si mesmo.”

Daí em diante, era preciso reunir todas as forças num arco. Dentre os aliancistas, assim como havia aliados, estavam os que zurziram os tenentes. O próprio Arthur Bernardes começava a se proclamar “ardoroso revolucionário” em Minas Gerais. Talvez, entretanto, a confiança revolucionária se estiolasse, não fosse o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 que operou como fator catalizador. A defecção de Prestes, todavia, que preferiu se aliar ao Partido Comunista, talvez tenha limitado o alcance popular das transformações processadas na esteira da Revolução de 3 de outubro (Barros, 1953, p. 219; Távora, 1974, p. 272, 356; Sobrinho, 1975, p. 127).

A historiografia, talvez por foco na noção de ruptura e por tentar encontrar no passado explicações para as características da mobilização operária brasileira no pós-1930, prestou menos atenção no que François Jullien (2013) chamaria de transformações silenciosas, ou seja, o jogo de tensões e composições subjacentes aos espasmos de superfície. Como registra Emilia Viotti da Costa (1998, p. 13), “crises são momentos de verdade” que põem a descoberto contradições que fermentavam em águas mais profundas. As indagações que caberia fazer à Revolução de 1923 começam pelas condições que permitiram a emergência e corporificação da forma insurrecional, que, além disso, logrou vitória parcial, em um sistema que foi razoavelmente eficaz em esvaziar na raiz ou em desbaratar no topo iniciativas congêneres desde o desfecho da Federalista. Tais perguntas, com efeito se tornam possíveis se deixarmos de considerar a ausência de guerra como paz e se percebermos um sistema que, por sua lógica excludente, admitia implicitamente que uma campanha eleitoral dissidente, ou oposicionista, não se revestiria de êxito sem o recurso ao viés ‘revolucionário’.

3 Condições de emergência do cenário revolucionário

Considerando eventos havidos no Rio Grande do Sul na Primeira República, é possível divisar cinco condições essenciais para o desenho de erupções de violência mais ou menos generalizada e mesclada de intenções políticas sistematizadas: a legitimidade narrativa, a existência de liderança carismática, a capacidade de mobilização de combatentes e de recursos bélicos, o contexto político (regional e nacional) e a conformação de cenário de dificuldades econômicas.

Em 1893, todos estes elementos afloraram. A narrativa era empolgante, vibrava contra o arbítrio, a violência, a desordem jacobina nas ruas e o militarismo sem peias, propondo o respeito às tradições institucionais brasileiras e o parlamentarismo como alternativa. Havia lideranças carismáticas à frente do processo, como Silveira Martins, Joca Tavares, Gumerindo Saraiva e Saldanha da Gama. Mesmo com muitas dificuldades, foi possível reunir combatentes e recursos bélicos em volume razoável para configurar movimento de vulto. Havia crise de legitimidade, pois tanto Floriano Peixoto, quanto Julio de Castilhos, haviam se afirmado pela força, enfrentavam questionamentos e se apresentavam como indivíduos intolerantes e persecutórios. A própria República era modelo longe de consenso, como assinala Janotti (1986). A Armada revoltou-se no Rio de Janeiro e em vários pontos do Brasil havia sinais de insatisfações. Internacionalmente, a causa era capaz de granjear alguma simpatia.

A oligarquia cafeeira paulista queria garantir autonomia federativa a fim de desenvolver suas próprias políticas e achava que seria mais fácil sob o regime republicano. Investira contra a unidade administrativa do Império decaído, aspecto que os federalistas liderados por Silveira Martins queriam restaurar. A elite mercantil de Porto Alegre apoiava a fórmula autoritária de Castilhos na medida em que prometia constranger a influência dos comerciantes fronteiriços, mais ligados à praça de Montevideú. Porém, do lado federalista, havia financiadores em potencial, entre comerciantes fronteiriços, por exemplo.

Na prática, o governo Floriano Peixoto promoveu grave crise econômica. Com os efeitos aplastantes do Encilhamento e da inflação sendo sentidos em todo o país, registrou PIB de -7,5%, o pior desempenho da história do país, seguido num distante segundo lugar pelo governo Collor de Mello, com PIB de -1,3% (Gonçalves, 2014, p. 14).

Com tanto ao seu favor, a Revolução tinha alguma chance de sucesso. Mas o governismo mostrou melhor capacidade de organização militar e dispunha de fonte de financiamento mais robusta. Por seu turno, os revolucionários acumularam erros estratégicos que, somados, se revelaram

fatais. Entre os mais expressivos, é possível listar a retirada intempestiva de Inhanduí, o desgastante cerco de Bagé, a não ocupação da cidade de Pelotas, as descabeladas investidas contra a cidade de Rio Grande, a falta de unidade de comando em um Exército composto em parte por caudilhetes e civis engajados, os deletérios dissensos no Governo do Desterro, a divisão da coluna de Gumerindo Saraiva no retorno ao Rio Grande do Sul depois da infletida em direção a São Paulo, a insistência no combate do Pulador, o romantismo de Saldanha da Gama... Certamente, a extensão abrumadora desse conjunto de cinzas influenciou decisivamente sobre o desfecho que colmatou os destinos da República (Cabeda, 2004; Axt, 2018).

Cabe notar que os revolucionários jamais estabeleceram dentre seus objetivos militares a conquista da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, não apenas porque se tratava de praça fortificada e bem defendida e seu efetivo desautoriza tal investida, por temerária, mas porque, depois do malogro da Revolta da Armada e do soçobro do governo do Desterro, toda esperança se infundiu em esticar a luta ao máximo para atrair intervenção federal capaz de suscitar pacificação que importasse no afastamento de Júlio de Castilhos do poder e na reforma da Constituição de 1891. A ação revolucionária fracassou em quase tudo, conseguindo apenas evitar que Floriano Peixoto lograsse extensão de seu mandato ou constituísse um sucessor alinhado. Castilhos, além disso, engoliu a contragosto a anistia aos revoltosos e precisou formalmente transferir o governo a um preposto, Borges de Medeiros, mas manteve o controle do partido e, na prática, do governo.

Entre 1895 e 1901, as alternativas políticas que consideraram a via revolucionária pretenderam explorar brechas no contexto político nacional, pois Castilhos divorciou-se de Prudente de Moraes e opôs-se à eleição de Campos Salles. Além disso, a oposição tentou atrair militares do Exército. Mas a estratégia não passava de especulação, pois a Prudente não interessava reavivar brasas de excruciantes conflitos e Campos Salles apressou-se em compor com as situações estaduais, conformando o sistema que mais tarde seria genericamente conhecido como “política dos governadores”. Desde que não promovesse instabilidade em nível nacional e mantivesse alguma aparência de legalidade, Castilhos acabou recebendo como que carta branca para a gestão regional.

Em 1907, a narrativa, fincada na disputa pela chefia unipessoal que se estabeleceu no seio do PRR, encerrava apelo menos fibroso, mal conseguindo sensibilizar as oposições em torno de pretensa unidade. Ao indicar Carlos Barbosa Gonçalves para sucedê-lo, Borges esvaziou parte da vaga contestatória contra a segunda reeleição, pretensão que, mesmo entre republicanos, era mal recebida, pois vista como algo que sequer Castilhos

tivera coragem de ambicionar. Barbosa Gonçalves garantia adesão de republicanos históricos e de lideranças da fronteira a Borges. O engajamento dos jovens estudantes da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre na campanha injetou ânimo renovador que rivalizou com as andanças de Abbott e seus aliados pelo interior. O contexto nacional era pouco favorável a sensibilização em torno de um levante armado no Rio Grande do Sul. Em 1905 e 1906, sob a liderança de Pinheiro Machado, os deputados do PRR deram o seu concurso à aprovação do convênio de Taubaté no Congresso, articulado por São Paulo, apesar da má vontade do Presidente Rodrigues Alves. O apoio dos gaúchos fora costurado no acordo sucessório de 1905, consolidando posição de Borges de Medeiros. Na sequência, se o governo Afonso Pena não foi marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, também não foi pela estagnação, apresentando políticas assertivas, como a adesão ao padrão ouro, a criação da Caixa de Conversão, fortes investimentos em infraestrutura e promoção da valorização do café, o que ajudou o país a ser conduzido a um ciclo de prosperidade antes da Primeira Guerra Mundial (Fausto, 1986, p. 213, 218-9; Axt, 2011, p. 299).

Durante as salvaçãoes do governo Hermes da Fonseca (1910-1914), Borges conseguiu manter a aliança com Pinheiro Machado, blindando-se contra intervenções federais. A bem treinada e aparelhada Brigada Militar, sempre leal ao Presidente do Estado, operava como um seguro, uma barreira difícil de desafiar.

Durante a Primeira Guerra Mundial a situação econômica do país já foi menos favorável e em Santa Catarina explodiu o atoleiro sangrento do Contestado, que semeou clima de apreensão, mas a narrativa em torno da cisão regional tendeu a arrefecer depois das mortes de Pinheiro Machado e de Ramiro Barcellos. O dramático assassinato de Pinheiro Machado operou como resposta catártica ao trauma causado pelo espingardeamento de um grupo de manifestantes em julho de 1915 no centro de Porto Alegre. A renúncia de Hermes da Fonseca à Senatoria e sua temporária saída de cena contribuiu para sopitar os ânimos.

Em 1923, todas as condições se verificaram novamente, como em 1893. Parte delas se formou na esteira de desdobramentos não calculados das próprias opções estratégicas de Borges de Medeiros, na gestão da economia e da política. A oposição soube perceber o momento propício e aproveitou a janela de oportunidade.

4 Contexto de eclosão da Revolução de 1923

Depois de Rodrigues Alves ter morrido sem tomar posse do cargo e após o breve mandato do vice Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, eleito em novo pleito, assumiu a presidência da República, em 28 de julho de 1919, deixando para trás os dois piores pesadelos da década: a I Guerra Mundial e a epidemia de gripe espanhola. Com a perspectiva de retomada da plenitude da vida urbana e social na maior parte da Europa, o preço do café, principal produto da pauta de exportações brasileira, granjeou alta sem precedentes, em conjuntura também marcada por fartura de crédito. O momento foi de euforia. Pessoa alinhou-se ao horizonte alvissareiro e programou agenda propositiva de obras públicas, beneficiando especialmente o Nordeste, sua região de origem, e o Distrito Federal, pois o Rio de Janeiro receberia, em 1922, a exposição do centenário da Independência do Brasil.

Nos principais estados da Federação vultosos investimentos também foram programados. Os governos de São Paulo e de Minas Gerais – entusiasmados com o sucesso da experiência brasileira em torno do convenio de Taubaté, de 1906, que atribuía ao estado um papel proativo indutor da economia, de certo modo destoando do consenso liberal que animava, até a eclosão da Primeira Guerra, os Estados Unidos e a Inglaterra – decidiram encampar as ferrovias Sorocabana e Sul Mineira, respectivamente (Topik, 1987, p. 124, 125).

No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros açambarcou o porto e a barra de Rio Grande, bem como a rede ferroviária. Parte da historiografia tendeu a explicar este movimento como impulsionado pela ideologia Positivista, mas o governo Borges estava em sintonia com ações promovidas em estados nos quais a mesma prédica não impregnara o ambiente político. De fato, em 1905 o governo estadual festejara contrato de concessão dos serviços a uma empresa estrangeira e, na oportunidade, o mesmo jargão positivista fora invocado para justificar uma fórmula ortodoxamente liberal. Borges de Medeiros mudara de opinião porque as empresas concessionárias não estavam dispostas a comprometer lucratividade para colaborar com o projeto de converter Porto Alegre em centro mercantil do estado, em detrimento de áreas de fronteira. Como havia disponibilidade de crédito nos bancos regionais, que haviam acumulado saldos derivados da poupança pública forçada durante a Guerra em razão da limitação de importações, Borges optou por não captar empréstimo internacional: “o Rio Grande pode viver de per se”, vangloriava-se (Axt, 2020).

Subitamente, porém, o cenário econômico basculou. A Guerra Mundial revelara a emergência de uma nova potência global, os Estados Unidos. Com o fim da Guerra na Europa ocidental, os dirigentes republicanos esta-

do-unidenses mostravam-se ansiosos para retornar ao status anterior ao conflito, caracterizado pelo *laissez faire*. Em 1919, o contingente de 4 milhões de soldados do país já havia sido reduzido para 150 mil. O governo cancelou centenas de contratos com fornecedores e desativou abruptamente agências de regulação de preços e de auxílio social. O governo temia o déficit de 13 bilhões de dólares, que representava 16% do PIB. A dívida de curto prazo saltara de 1,2 bilhão de dólares para 25,4 bilhões, pressionando o tesouro com juros (Fritsch, 1993, p. 5; Arthmar, 2002).

Em compensação, registrava-se superávit de 5 bilhões de dólares na balança comercial. Uma bolha de terras havia se formado. Com a Revolução bolchevique, a Rússia deixara de funcionar como o celeiro do mundo, mas a Europa agora estava faminta. Assim, o ano de 1919 assistia ao aceleramento do incremento do hectare cultivável nos Estados Unidos. Desde 1914, as terras haviam valorizado mais de 70%, o que estimulou os agricultores a buscarem novos financiamentos. Em 1920, registrava-se aumento de 25% no volume de empréstimos no país. O desemprego era de apenas 2% (Arthmar, 2002, p. 3).

Com a inflação alcançando taxa de 22%, considerada alta para os padrões locais, o governo decidiu aplicar um ajuste orçamentário, promovendo contensão fiscal e monetária. Em menos de 12 meses, 9 bilhões de dólares foram retirados da economia, apenas com o cancelamento de contratos governamentais e restrição ao crédito. Em paralelo, a arrecadação subiu 525 milhões de dólares, mediante cortes de subsídios e aferro em fiscalização. Além disso, levantou-se o embargo às exportações de ouro e o governo começou a sacar saldos de excedentes de importações acumulados em países neutros durante o conflito. Perseguindo a miragem do restabelecimento do padrão ouro, o recém criado FED alavancou os juros de 4% a 7%, na maior alta da histórica do país. Como resultado do brutal choque ortodoxo, a depressão sucedeu a euforia em meses. Entre maio de 1920 e dezembro de 1921, o índice de preços tombou 43%, a produção industrial foi reduzida em 36% (Arthmar, 2002, p. 6).

Enquanto isso, o governo estado-unidense se retirou do suporte ao crédito ao comércio internacional, pretendendo delegar a função aos bancos privados. Ora, considerando que o dólar já estava ocupando o lugar da libra esterlina no comércio internacional, faltou moeda na Europa. Isso derrubou as exportações americanas, que encolheram 50% em 1921 em relação ao ano anterior. Caiu, assim, a renda no setor agrícola, hipotecas começaram a ser cobradas, triplicando o número de propriedades transferidas a credores (Arthmar, 2002, p. 8).

A crise deflacionária atingiu o mundo. Houve recuo na oferta de cré-

dito. A França não podia substituir os Estados Unidos, pois amargava ainda consequências do calote russo. A Inglaterra somente voltou a emprestar em 1923.

O preço do café entrou em colapso. Com a economia atrelada ao desempenho do setor, o Brasil foi impactado em 1920 por desvalorização cambial, que, conseqüentemente, imprimiu queda nas importações. Como a arrecadação da União se baseava nos impostos de importação, houve erosão de receita. Para financiar o déficit, emitiu-se moeda, alavancando surto inflacionário (Fritsch, 1993, p. 5).

Neste contexto, as máquinas partidárias de São Paulo e de Minas Gerais se uniram em torno de um novo programa de valorização do café, que seria garantido pela candidatura de Arthur Bernardes. O problema era que sua execução dificultaria ainda mais a preservação da austeridade fiscal, pressionando o câmbio. O câmbio muito baixo era desfavorável a produtos direcionados ao mercado interno, como o charque gaúcho, que passaria, assim, a sofrer maior competição de similares estrangeiros, como o charque platino e o bacalhau.

A queda nas exportações do charque entre 1914 e 1916 havia estimulado a eclosão de movimentos dissidentes no Rio Grande do Sul, como nas cidades de Cachoeira do Sul e Livramento, e Borges de Medeiros percebia com cautela as flutuações do setor. Em 1914, o PRR apoiara o programa de valorização do café, mas sugerira a adoção de compensações, como o imposto de renda, de modo a tornar as receitas da União menos dependentes dos fluxos de importação. Alinhado neste aspecto à ortodoxia liberal abraçada pelas autoridades estado-unidenses, Borges perseguia a miragem do padrão ouro.

Em matéria de política monetária os líderes do PRR mantiveram ao longo da República Velha uma conduta definida e pouco variável. Foram tenazes defensores da estabilidade cambial e contrários ao aumento da circulação fiduciária por meio de emissões sem lastro. Temiam a inflação e o desequilíbrio orçamentário com o conseqüente déficit nas contas públicas, especialmente em função do reflexo sobre os empréstimos externos e sobre os contratos com garantias de juros. Geralmente apoiaram no Congresso os programas de valorização do café, por entenderem que da boa cotação do produto nos mercados internacionais dependia o conjunto da riqueza pública brasileira. Foram ainda aliados da burguesia cafeeira no que se refere à convicção em torno das vantagens de uma certa depreciação estável da moeda (Axt, 2011, p. 296).

Em 1920, já era possível perceber que a direção do PRR se movia de encontro à elite cafeeira paulista e à elite mercantil porto-alegrense,

tradicionais aliadas, ao criticar as emissões desprovidas de lastro. De forma ortodoxa, Borges de Medeiros temia afetar a estabilidade do padrão ouro, em razão do fantasma da inflação. Em busca de aliados nacionais, passou a defender programas de valorização similares para a borracha, o açúcar e o cacau. Era uma estratégia para inviabilizar a proteção ao café, tornando o peso da conta insuportável. Enquanto isso, elevava a taxa de juros fixada em 6%, com o objetivo de captar divisas. Os depósitos populares baixaram em 33 mil contos no Rio Grande do Sul, sendo que 25 mil haviam sido empregados para financiar as encampações. O cenário impôs restrição de meio circulante e do crédito, precipitando hipotecas, penalizando importações. Em julho de 1920, os bancos regionais encaminharam memorando de alerta ao Governo Borges, seguindo, um mês depois, exemplo dos bancos nos Estados Unidos (Fausto, 1986; Axt, 2011).

Em junho de 1921, começava a Reação Republicana com o lançamento da candidatura Nilo Peçanha no Rio de Janeiro, articulada pelas máquinas partidárias dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. O impasse na escolha do vice na chapa de Arthur Bernardes foi divisado como pretexto. Segundo Magalhães (1973, p. 83), a chapa dissidente foi obra de traição política que fez convergir ambições descalibradas de Nilo Peçanha e de Borges de Medeiros, urdidas ao desgosto das bancadas da Bahia e de Pernambuco, de modo a, juntos, açular adrede a quizila nos quartéis. A campanha, desde os albores, se desencadeou de modo crispado, crepitando em clima de violência. Em 9 de outubro, o episódio das Cartas Falsas, publicadas no jornal *Correio da Manhã* com injúrias dirigidas ao Marechal Hermes da Fonseca e referência aos militares como “canalha indisciplinada”, colocou lenha na fogueira, servindo como fator aglutinador das oposições. Mesmo com a suposta autoria de Bernardes sendo desmentida pelos fatos, medrava a convicção de que elas estampariam, todavia, o real sentimento dos bernardistas para com a classe armada. A maioria da oficialidade tornou-se antibernardista. Em torno de Nilo Peçanha forjou-se um movimento de massa, que Conniff (1981) chegou a apontar como origem do populismo no Brasil, com discursos virulentos e caricaturais dardejados contra o adversário. No dia 15 de outubro, Bernardes foi recebido no Rio de Janeiro como um réprobo por uma multidão inquieta a entoar apupos, pasquinadas e versos brejeiros. Mas foi eleito em 1º de março de 1922, no tradicional padrão de fraudes da época (Silva, 1975, p. 46-8).

Já em 26 de abril, o governador do Maranhão, Raul Machado, foi deposto, com conivência de forças federais e do vice-presidente eleito, também maranhense, Urbano dos Santos. Dois dias depois, o governo sufocou um levante de navios de guerra na Guanabara. Houve boatos de que um

avião lançaria bombas sobre o trem presidencial que transportava Epitacio Pessoa, no trajeto a partir de Petrópolis. Houve incidentes envolvendo oficialidade insubordinada também no Paraná, em Santa Catarina, no Ceará e em Alagoas.

A Reação não estava disposta a aceitar a derrota. O Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, escreveu ao vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, propondo um tribunal de honra para julgar as eleições. A sugestão foi repelida, pois seria admissão tácita de incompetência do Congresso, constitucionalmente responsável pelas apurações, e a qualificação da capacidade do Clube Militar de vetar ou aprovar candidaturas. Houve uma oportunidade de conciliação quando o vice-presidente eleito, Urbano dos Santos, faleceu em 7 de maio, pois a Reação impetrou habeas corpus pleiteando o reconhecimento de seu candidato a vice, o baiano J. J. Seabra, mas o Supremo Tribunal denegou o remédio. Com a realização de novo pleito específico para vice, sagrou-se eleito o deputado pernambucano Estácio Coimbra (Silva, 1975, p. 53-61).

Em junho, o governo federal interveio no Estado de Pernambuco. Epitacio Pessoa foi acusado de usar tropas do Exército para apoiar o seu candidato à sucessão pernambucana tornando-se alvo de críticas sistemáticas da oficialidade. Hermes da Fonseca enviou um telegrama, concitando a guarnição federal de Pernambuco a se rebelar. O Clube Militar foi fechado, sendo Hermes da Fonseca detido por vinte e quatro horas.

Em 5 de julho, em protesto contra as punições impostas aos militares indisciplinados, eclodiu no Rio de Janeiro a revolta do Forte de Copacabana. O Capitão Euclides Hermes da Fonseca e o Tenente Antônio de Siqueira Campos ameaçaram bombardear a cidade. O Forte foi cercado por terra, ar e mar. Houve troca de tiros. Com o malogro dos levantes irrompidos simultaneamente na Escola Militar do Realengo e na Vila Militar, o Forte ficou isolado. A revolta foi rapidamente debelada. No Mato Grosso, a guarnição comandada pelo General Clodoaldo da Fonseca também se insurgiu, tentando infletir em direção à fronteira de São Paulo. Instaurou-se o estado de sítio e desencadearam-se prisões, bem como censura à imprensa. No Rio Grande do Sul, o Presidente Borges de Medeiros retrogradou sobre os próprios passos e repeliu a oposição armada ao presidente eleito, por meio do famoso editorial *Pela Ordem*, publicado no jornal *A Federação*. Com a guinada, saía da alça de mira de Epitacio e de Bernardes, contornando eventual ameaça de intervenção federal e evitando o apoio explícito do governo federal à oposição local. Em contrapartida, angariou antipatia dos jovens oficiais rebeldes, que passaram a identificar nele um apóstata. Toda a conjura avançara tendo-se por expectativa o concurso da briosa Brigada

Militar sul-rio-grandense, que, entretanto, decepcionou¹⁷ (Carone, 1971).

Em 1921, um empréstimo de 10 milhões de dólares lastreou a criação da carteira de redescontos do Banco do Brasil, que trouxe algum alívio à situação do comércio no Rio Grande do Sul. Mas a crise estava longe de ser superada e ainda piorava. Em 1922, a produção de carne frigorificada despencou para $\frac{1}{10}$ da registrada no ano anterior e o preço do gado caiu mais de 50%. O governo era acusado de inação, especialmente por resistir à ideia de criação de um banco de crédito hipotecário. Além disso, as tarifas da recém-encampada Viação Férrea disparavam, em alguns casos majoradas em 400%. A crise favoreceu a mobilização de produtores e comerciantes em um nível inédito. Em 1921, realizou-se o 1º Congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e organizou-se a Federação das Associações Rurais, dando dimensão regional à representação de classe. Até mesmo aliados, como Oswaldo Aranha, clamavam por moratória aos estancieiros. Os juros, já fixados em 7%, não retornavam ao mercado, mas ajudavam a financiar obras do governo, queixavam-se. O quadro foi agravado com um inverno rigoroso, que antecipou aridez estival e epidemia de febre aftosa no campo. Em face da queda na produção e arrecadação, o governo respondeu de modo ortodoxo, com aperto na fiscalização da coleta de impostos, ampliando o descontentamento (Pesavento, 1980; Axt, 2011; Soares, 2014).

Em paralelo, agitava-se na região serrana a questão da terra, já que antigos posseiros, ervateiros, indígenas, a exemplo do que ocorrera já durante a Revolução Federalista, reuniam-se em torno de lideranças que constituíram o que alguns historiadores chamaram de “poder do mato” (Félix, 1987; Ardenghi, 2003; Adam, 2021) ou “mato rebelde” (Christillino, 2008), reagindo ao avanço da demarcação de pastos e ervais por colonos europeus ou estancieiros. Em 1931, o longo Diretor de Terras, Carlos Torres Gonçalves, reagiu a uma proposta do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, de doação de um milhão de hectares pela construção do porto de Torres por uma companhia alemã, argumentando que viviam na região visada, no entorno de Passo Fundo, cerca de “70 mil posseiros” e sua expulsão geraria um problema social com potencial de degenerar em revolta similar a do Contestado, que se desenrolara entre 1912 e 1917 no Oeste de Santa Catarina (Axt, 2011, p. 255). Grupos que na época da revolução foram caracterizados como bandoleiros maltrapilhos têm sido assim entendidos modernamente como mobilizados em razão da luta social pela terra (Gritti, 2020, p. 538; Adam,

17 Tendo falecido Nilo Peçanha no Rio de Janeiro em 31 de março de 1924, a viúva devolveu sem agradecimentos o telegrama de pêsames enviado por Borges de Medeiros (Lemos, 2022, p. 69).

2021, p. 31). Para Both da Silva (2017, p. 278), não é possível reduzir o engajamento de setores explorados nas lutas gaúchas como desdobramento da coerção e da cooptação promovidas por coronéis.

Neste cenário, ventilou-se em agosto de 1922 a candidatura oposicionista do republicano histórico e líder pecuarista Joaquim Francisco de Assis Brasil. Raul Pilla, um dos articuladores do consenso cerzido no meio federalista em torno de um republicano presidencialista (apenas Antunes Maciel se manteve à margem da campanha, abstendo-se), chegou a mencionar a “crise econômica” e “o desrespeito pelos mais importantes e vitais problemas coletivos” como fatores a justificarem o esforço, apesar das chances reduzidas de sobrepujar a máquina oficial¹⁸. A chapa foi proclamada em outubro, tendo Wenceslau Escobar como vice. No jornal *Correio do Povo*, onde o jornalista Carlos Correa esbravejava contra a “inação governamental” diante da crise na pecuária, publicaram-se manifestos aos criadores. Assis Brasil propôs a emissão de papel moeda para subsidiar empréstimos hipotecários aos pecuaristas, com juros módicos amortizáveis em longo prazo (Fontoura, 1969, v. 262; Antonacci, 1981, p. 53; Axt, 2011, p. 368-71).

A campanha assisista se espalhou pelo Estado, conjugando desde tradicionais federalistas a novos e velhos dissidentes republicanos, além de setores do movimento operário e da classe estudantil, sem deixar de refletir na zona de colonização europeia. A vivacidade da campanha surpreendeu, como lembram João Neves da Fontoura¹⁹ e Antero Marques. As eleições se processaram em 25 de novembro com o habitual cortejo de arbitrariedades e fraudes. Mesmo assim, acreditou-se que Borges não alcançara a soma necessária de três quartas partes dos eleitores, como previa o artigo 9º da Constituição, para se reeleger. Alguns dos próprios correligionários questionavam a prática de reeleições indefinidas, argumentando que não fora esse o entendimento original de Julio de Castilhos ao desenhar a Constituição²⁰. Como lembrou José Antônio Flores da Cunha (1943), a comissão de apuração da Assembleia do Representantes, presidida por Getúlio Vargas, teria promovido uma alquimia eleitoral, a fim de alcançar um resultado que

18 PILLA, Raul. Movimento contra a reeleição. Correspondência enviada a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Porto Alegre, 28 de setembro de 1922. Arquivo do Castelo de Pedras Altas.

19 João Neves consignou a surpresa dos republicanos diante da “receptividade alcançada pelo ‘candidato popular’”. Não obstante a desconfortável situação política que enredara Borges de Medeiros com a vitória de Arthur Bernardes à Presidência da República, os governistas estavam convencidos que “o cavalo contrário não daria para sair” e seria vencido por *knout out* ainda no primeiro *round*, tal era a confiança na máquina partidária e na autoridade do velho líder (Fontoura, 1969, V. 1, p. 270).

20 PRATES. Manoel Pacheco. Carta a Fernando Setembrino de Carvalho, 8 de outubro de 1923. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

garantissem a reeleição a Borges de Medeiros. Diante do esbulho promovido a uma mobilização tão ampla, estava dada a narrativa para a justificativa de um levante.

Assis Brasil chegou a propor, a exemplo do que fizera Hermes da Fonseca no ano anterior, a criação de um tribunal de honra para arbitrar a querela, composto por parlamentares de ambas as greis. Borges de Medeiros aceitou com a condição de que o voto de desempate coubesse ao presidente da República. Bernardes, pressentindo a armadilha, recusou.

No Rio de Janeiro a situação se deteriorou, formando-se duplicidade de Assembleias Legislativas, com o intuito de ensejar dualidade de governos. O governador eleito, Raul Fernandes, conseguiu tomar posse em dezembro, mas foi isolado pelas autoridades federais, impossibilitando o exercício da administração. A força policial deixou seus quartéis e se apresentou nos do Exército, fragilizando ainda mais o governo estadual. Em 10 de janeiro de 1923 foi decretada intervenção federal no Estado, sendo nomeado governador o bernardista Aurelino de Araújo Leal. A imprensa oposicionista estava calada pelo estado de sítio (Silva, 1975, p. 67-78; Ferreira, 1993).

A intervenção no Rio de Janeiro, que se sucedeu às ingerências em Pernambuco e no Maranhão, pode ter animado as oposições no Rio Grande do Sul. No calorento dia 25 de janeiro de 1923, quando Borges de Medeiros tomava posse pela 5ª vez, no sufocante plenário da Assembleia dos Representantes, onde uma cortina incendiou-se, como que premonitoriamente, com o flash de um fotógrafo, revolucionários escaramuçavam em Passo Fundo. Sustentaram a luta por 11 meses, conseguindo mobilizar cerca de 6 mil homens. Enfrentavam uma Brigada bem armada e treinada, reforçada por provisórios, que, juntos, performavam cerca de 12 mil homens²¹. O Exército,

21 O Exército Libertador organizava-se em seis divisões, popularmente conhecidas como colunas, que obedeciam ao comando de chefes independentes, os quais foram aclamados com a patente de general: o norte do estado ficou com João Rodrigues Menna Barreto e Leonel Rocha; na região nordeste o comando recaiu sobre Felipe Néry Portinho; a região central ficou com Estácio Azambuja; o litoral e a região das lagoas com Francisco Vaz Marinho, “Chico Marinho”; a região sul com José Antonio Neto, conhecido como Zéca Neto, cognominado de o «Condor dos Tapes»; nas regiões da Campanha e Missões operava Honório Lemes da Silva, o «Leão do Caverá». As forças do governo estavam sediadas em sua maioria em Porto Alegre. Duas grandes unidades estavam no interior: o 1º Regimento de Cavalaria, em Santa Maria, e o 2º Regimento de Cavalaria, em Santana do Livramento. Além dessas unidades, havia pequenos destacamentos em Bagé, Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias do Sul, Alegrete, Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana. Por decreto emergencial o governo instituiu os Corpos Auxiliares da Brigada Militar, conhecidos como “Corpos Provisórios”, cujos efetivos eram recrutados pelos chefes políticos dentre trabalhadores rurais e desempregados. Os Corpos Provisórios, inicialmente em número de nove, eram constituídos pelo estado maior, com seis oficiais, e três esquadrões

dessa vez, se manteve formalmente neutro, embora existam relatos de discretas ações para beneficiarem os revolucionários²². A Revolução granjeou popularidade, captando cobertura dos meios de comunicação no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde se formavam comitês de apoio. Com menos capacidade de fogo, os revolucionários sustentaram a pugna com movimento e ataques ligeiros, de modo quase improvisado. O objetivo era dispersar as forças do governo, esticar a luta até atrair a intervenção federal. Por esse motivo, atuavam em diversos pontos do estado (Brossard, 1989, p. 163).

Assis Brasil tentou, sem sucesso, conseguir o apoio dos governos de São Paulo e de Minas Gerais. Bernardes foi inicialmente evasivo, evitando se posicionar. Reconheceu a eleição de Borges de Medeiros, mas sinalizava alguma simpatia aos revolucionários. Ele próprio enfrentava desgastes junto à oficialidade e não conseguia unanimidade do Exército para justificar uma intervenção. Além disso, a incerteza fiscal se agravava, como desdobramento evidente do programa de valorização do café. Bernardes aos poucos caminhava para uma ruptura com a política de São Paulo. Afinal, precisou celebrar novo *Funding Loan* com a Inglaterra em 1924, sendo o abandono da valorização forçada do café uma das condições impostas pelo acordo. Não

reunindo 321 homens. Em novembro, quando já se discutia a pacificação, Borges, numa demonstração de força, criou mais quatro Corpos. As forças governistas atuavam em conjunto de cinco ou seis Corpos, formando Brigadas: a Primeira, sob o comando do General Firmino de Paula, no Norte do Estado; a Segunda, na Fronteira Oeste e Missões, comandada pelo coronel José Antonio Flores da Cunha; a Terceira, na Região Sul, comandada pelo coronel Juvêncio Maximiliano de Lemos; a Quarta, na Região Nordeste, sob comando do coronel Firmino Paim Filho; e a Quinta Brigada, na Região Central, sob ordens do coronel Claudino Nunes Pereira, estabelecida em Santa Maria, centro ferroviário no coração do estado, para funcionar como suporte às outras quatro (Ferreira Filho, 1973).

²² Antero Marques (2005), por exemplo, relaciona episódio em Alegrete no início da Revolução no qual o General Fábio Patrício de Azambuja tentou sublevar a Divisão de Cavalaria. Azambuja, que era revolucionário de 1893, foi convocado ao Rio de Janeiro, mas não chegou a sofrer punições, retornando ao Rio Grande do Sul na comitiva do General Setembrino de Carvalho, fato que consternou borgistas. Em São Luiz Gonzaga, o Tenente João Pedro Gay tentou apoiar os revolucionários com a guarnição local, mas o próprio Honório Lemes recusou a adesão, temendo que precipitasse a nacionalização do conflito, mais prejudicando a causa do que contribuindo. Gay se engajou, posteriormente, na Coluna Prestes. Em São Gabriel, integrantes do 5º Regimento de Artilharia Montada desviaram munição do quartel para os revolucionários. Dulles (1979) informa que, curiosamente, os jovens estudantes Humberto Alencar Castello Branco, Ramão Menna Barreto e os irmãos Riograndino e Amaury Kruehl haviam criado no Colégio Militar de Porto Alegre uma sociedade literária denominada República Liberal, ambiente no qual embalavam críticas a Borges de Medeiros. O grupo frequentava as galerias da Assembleia e aplaudia os discursos do Deputado opositorista Alves Valença. Amaury Kruehl chegou a ser baleado pela Brigada Militar no protesto de julho de 1915 no Largo dos Medeiros que resultou em nove mortos, sendo a necessidade de se fazer justiça às vítimas invocada por Francisco Manço de Paiva como motivação para o crime que resultou no assassinato do Senador Pinheiro Machado (Axt, 2021b, p. 8).

podia entrar de mau jeito no conflito sul-rio-grandense, arriscando generaliza-lo para o resto do país, ou sendo tragado para uma excruciante guerra civil, como fora a de 1893.

A possibilidade era palpável, considerando que o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, simpatizava com a causa dos libertadores, os quais amparava pela retaguarda, como no caso de Felipe Portinho. Em 5 de julho de 1924, muito a propósito, rebentou violenta rebelião tenentista em São Paulo, reunindo cerca de 6 mil revoltosos, dirigidos pelo General Isidoro Dias Lopes, um veterano da luta contra o castilhismo de 1893. Aderiu ao grupo João Francisco Pereira de Souza, o antigo comandante do Quartel do Cati, que derrotara o Almirante Saldanha da Gama, no combate final da Revolução Federalista, em junho de 1895. Como notou Hélio Silva (1975, p. 116), o desfecho cerzido no Pacto de Pedras Altas afastou muitos dos gaúchos de 1923 da nova insurreição, não apenas em razão do acordo firmado com Arthur Bernardes, costurado pelo General Setembrino de Carvalho, mas também porque expectavam as indenizações de guerra previstas. A revolução de 1924 teve reflexos no Mato Grosso, no Sergipe, no Amazonas e no Pará. A sedição de outubro no Rio Grande do Sul foi duramente reprimida pelo Exército, pela Brigada Militar e pelos provisórios de Borges de Medeiros, mas contou com a adesão de alguns chefes de 23, que julgavam modesto o alcance do Pacto de Pedras Altas, dentre os quais as duas lideranças mais populares, Honório Lemes e Leonel Rocha, o que é um indicativo de relevo do clamor social que permeava esses movimentos, com certa continuidade.

Leonel Rocha (Ardenghi, 2003; Adam, 2021), a exemplo de outros chefes locais, como João Inácio, entre 1927 e 1929 (Caron, Tedesco, 2012), era seguido por ervateiros, posseiros e indígenas na região serrana. Honório Lemes foi tropeiro, carvoeiro, pobre e quase analfabeto, mas, envolto pelo pálio do carisma, reunia em sua coluna até três mil entusiastas (Santos, 1998, p. 67-77). O movimento operário era ainda incipiente e restrito às maiores cidades, mas alguns sindicatos se aproximaram dos revolucionários, como o dos ferroviários, que desencadearam uma greve em maio de 1923 (Antonacci, 1981, p. 93).

Maria Cecília Forjaz, em trabalho publicado em 1978, não relaciona a Revolução de 1923 dentre os levantes tenentistas, por entender que o elo unificador dentre eles era a derrubada do presidente Arthur Bernardes (p. 26). Além disso, acredita que os tenentes se mantiveram à margem do processo político até 1929, quando se forma a Aliança Liberal (p. 57).

Não obstante, quase toda pauta que o tenentismo assumiu a partir de 1924 (voto secreto, combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, liberdade de imprensa e de pensamento, centralização do estado e

correção e recuo do federalismo, fortalecimento do equilíbrio entre os três Poderes, moralização do Poder Legislativo, ampliação da autonomia do Poder Judiciário) foi estruturada na Revolução de 1923. Forjaz sustenta ser este um programa típico das camadas médias urbanas, mas a Revolução de 1923 brotou da elite liberal, da oligarquia dissidente e imantou também setores populares, no campo e nas cidades.

Além disso, também enfrentou o debate econômico da época, como se viu, já que este foi um dos principais elementos presentes na campanha assisista de 1922. Nos campos de combates e nos tratados, a questão econômica era pouco ventilada, mas aparecia nas reuniões das associações de classe, na imprensa e nos debates no Congresso Nacional. O Partido Democrático Nacional, conglomerado de oposições estaduais que se organizou nacionalmente, brotou na campanha libertadora de 1922, cresceu na Revolução de 1923 e se projetou com a Aliança Libertadora de 1924.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro, Bernardes despachou ao Rio Grande do Sul o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que revelou habilidade na rugosa negociação para a pacificação do estado, aureolada pelo Pacto de Pedras Altas. Enquanto Setembrino, no Rio de Janeiro, amanhava o terreno, conversando com os deputados Nabuco do Gouveia e João Simplicio de Carvalho, em Porto Alegre o jovem Lindolfo Collor convocava o PRR para um congresso, o que não acontecia desde o século XIX. Entre 5 e 15 de outubro, em pleno curso revolucionário, no Theatro São Pedro, os republicanos reiteravam apoio a Borges, gesto que, em momento de desgaste, mais do que sublinhar a submissão a sua chefia unipessoal, contudo, sugeria que o Partido agora também queria ser ouvido, como bem vocalizava João Neves da Fontoura nas entrelinhas (grifos nossos):

Baixai os olhos e vede os outros estados da Federação, onde na sua maioria não existem partidos no sentido exato da expressão. (...) As discórdias reinando no campo de Agramente, o penacho disputado pela vaidade dos caciques, a subdivisão em grupelhos (...), sempre a sujeição aos patronatos pessoais (...). **Borges de Medeiros vencerá, porque nós queremos que vença, como seria derrotado se lhe regateássemos o amparo.** (...) se, pois, nos conservamos coesos, é porque somos homens livres, identificados tão somente pela pureza da fé. (Congresso, 1923, p. 62-3, 67).

De fato, por trás da aparente coesão do partido, fermentavam há muito as dissidências. Borges conseguira às vésperas da Revolução recompor com lideranças emergentes, como Flores da Cunha, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha. Mas sua insistência em bancar o nome de Protásio Alves para a vice-presidência suscitara, em maio, manifesto de Ildefonso Simões Lopes Filho contra a perpetuação dos políticos nos cargos, enquanto o Senador Soares Santos passara a pleitear a intervenção federal no Estado (Axt, 2011, p. 374).

Portanto, estava claro que Borges precisaria compor, não apenas com o governo federal e com os revolucionários, mas também com os próprios correligionários, que reclamavam mais protagonismo. Em 1924, não apenas a oposição conseguiria eleger sete representantes para cada distrito, como ainda as chefias municipais do PRR se fortaleceram na esteira do esvaziamento parcial do poder borgiano (Axt, 2011, p. 155).

Borges de Medeiros obteve uma saída honrosa, na medida em que seu quinto mandato foi preservado, assim como o do vice-presidente que indicara. Por outro lado, o instituto das reeleições indefinidas foi derrogado, abrindo caminho para a sucessão de Borges em 1928, que recaiu sobre Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Da mesma forma, a reeleição de intendentess e a manutenção indefinida de interventores municipais foram vedadas. Portanto, se a Revolução de 1923 não foi vitoriosa de fato, o foi juridicamente, acabando por se tornar degrau para a Revolução de 1930, como notou Arthur Ferreira Filho (1973, p. 108), até porque, como sublinharam Love (1975), Antonacci (1981, p. 111) e Kielling (1984), e, antes deles, João Neves da Fontoura (1969) e o próprio Setembrino de Carvalho (1950), sedimentou a recomposição de forças políticas, permitindo a aproximação de lideranças do PRR, parcialmente autonomizadas de Borges de Medeiros, com federalistas e dissidentes, de tal sorte que se formou em 1929 a Frente Única, base para a Aliança Liberal²³.

O Pacto de Pedras Altas reconheceu a competência da Justiça para fiscalizar as eleições, o que, de certa forma, funcionou como uma pré-fundação da jurisdição eleitoral no Brasil, erguida na esteira da Revolução de 1930, em grande medida sob liderança de Assis Brasil, responsável pela redação do anteprojeto do Código Eleitoral de 1932. Renato Lessa, de fato,

23 Nem todos aderiram à Frente Única. Em manifesto de 1929 os federalistas Antônio Moraes Fernandes, Paulo Labarthe e José Julio Silveira Martins declararam apoio às candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares. De fato, alguns diretórios do Partido Federalista, como o de Livramento, não aceitaram integração ao Partido Libertador, já que seu programa não abraçava a causa parlamentarista. Manifesto dos Federalistas Gaúchos, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1929. Transcrição de Miguel Frederico do Espírito Santo.

atribui a Assis Brasil o início do fim da tutela da representação pelos oligarcas (Hollanda, 2011, p. 9).

Assis Brasil (1908) acreditava que a descolamento da Justiça em relação ao Executivo seria uma garantia fundamental, pois os juízes seriam os primeiros interessados na justa representação. No programa do Partido Republicano Democrático, de 1908, propunha “estabelecer um regime eleitoral fundado sobre a perpetuidade e inviolabilidade do eleitor, confiando ao juiz o reconhecimento da capacidade cívica, em qualquer época que o cidadão atinja a maioria legal, suprimindo os velhos processos de qualificações e desqualificações periódicas e habilitando o eleitor a usar com segurança do seu voto por meio de um mecanismo simples e seguro de representação proporcional de todas as opiniões (...)” (p. 8). Citando Lopes Moreno, aduziu que “o Ministério Público, dependendo diretamente do Executivo, torna-se uma máquina governativa destinada a exercer pressão sobre os juízes e tribunais, a perseguir os inimigos do governo com arbitrarias acusações e injustos processos” (p. 77).²⁴

Destarte, a Revolução de 1923 foi considerada, em seu tempo, par-

24 Assis Brasil seguiu lutando pela efetividade do Pacto. Em 1925, no exílio, escreveu: “O Brasil pretende ser considerado um país civilizado; pois bem, o Brasil não dispõe das duas condições mais rudimentares e essenciais para tal, porque o Brasil não tem representação e não tem Justiça. Será preciso justificá-lo aos olhos dos brasileiros? Seria quase fazer agravo a esses trinta e tantos, a esses talvez quarenta milhões de habitantes do nosso território-colosso provar o que todos veem, o que todos sentem, o que todos lamentam, isto é, que, sob as leis existentes: ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se porventura for alistado; ninguém tem certeza de que lhe contem o voto, se porventura votou; ninguém tem certeza de que esse voto, mesmo depois de contado, seja respeitado na apuração da apuração, no chamado terceiro escrutínio, que é arbitrária e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais. Seria fazer a mesma injúria pretender persuadir alguém de que o seu direito – verse ele sobre o que versar – pessoa ou bens – há de ser triunfante em qualquer lide a que tiver de ser sujeito. Toda gente foge de entregar aos juízes o destino dos seus interesses. Ainda mesmo quanto às garantias individuais, a consciência íntima de cada um lhe diz que tem na sua pistola, ou bengala, ou nas pernas, para fugir, o meio mais seguro de salvar a própria integridade. (...) A ausência de legítima representação e ausência de justiça são os dois grandes males do Brasil, são a causa profunda da moléstia constitucional que lhe tem feito viver vida miserável por tão longos anos, resolvendo-se afinal na febre alta da revolução.”. O programa do Partido Democrático Nacional previa “... VII. Resguardar a magistratura com a égide da vitaliciedade, inamovibilidade, insuspeabilidade administrativa e irredutibilidade de vencimentos, mantido para os Estados o direito de organizar a justiça estadual e transferido para a União o de legislar sobre processo civil, comercial e criminal. VIII. Pleitear a independência econômica da magistratura, assentando princípios básicos de organização judiciária igualmente obrigatórios na jurisdição federal e na estadual, de modo a se precaverem, por um lado, as possibilidades de ação discricionária do Poder Judiciário e a tornar, por outro, a investidura dos juízes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados independente de qualquer poder político.” (In, Brossard, 1989. v. 3, p. 29-31, 277-278).

cialmente vitoriosa, porque impôs ao Rio Grande do Sul e ao país mudança na rigidez institucional. Algumas das principais pautas liberais da Revolução de 1930, como o voto secreto e até o voto feminino (Natércia da Cunha Silveira, liderança sufragista e primeira mulher a colar grau na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1926, engajara-se na oposição libertadora), já estavam presentes na Revolução de 1923, tendo sido formuladas no seio dos partidos oposicionistas e na obra de Assis Brasil.

Neste sentido, a revolução é melhor compreendida como um fenômeno liberal que incensou conceitualmente a Revolução de 1930 bem como contribuiu na positivação do espírito revolucionário no país – aí entendido no seu viés institucional, mais do que social. A revolução de 1923 inscreveu-se também dentro do ciclo tenentista, porque segmento de suas lideranças civis e militares se envolveu com o mesmo a partir de 1924, mas, sobretudo, porque transmitiu pauta a um fluxo que em 1922 era difuso e disforme²⁵. Foi mais eficaz que o tenentismo, não apenas em obter resultados concretos²⁶, como em captar o apoio da classe trabalhadora, cujas lideranças se alinharam em razoável medida também à Revolução de 1930, não obstante seu vazo oligárquico e burguês. A Revolução de 1923 foi um momento de aliança intra-classe dominante, no que tange às oposições ao borgismo, mas oportunizou também uma costura temporária inter-classes, antecipando o fenômeno registrado em 1930. Diferentemente do tenentismo, foi um movimento que alcançou popularidade, mas mesmo tendo apoio de classes subalternas, a pauta era dirigida pela elite oligárquica, a qual, contudo, dissidente e comprimida pelo autoritarismo castilhistaborgista, procurou ampliar o leque de coalizão. Então, seguindo percepção de Paulo Sérgio Pinheiro (1981), antes da figura ousada de Getúlio Vargas, que desfraldou a possibilidade de diálogo entre as velhas tradições e novos anelos, a

25 Conforme Filinto Müller: “Sinceramente, não havia uma doutrina, uma ideologia, um programa político. Nem os chefes mais graduados possuíam uma determinação, a não ser a de mudar os costumes políticos. Acho que, se a revolta frustrada, mas pura, de 1922, tivesse sido vitoriosa, não saberíamos o que fazer no governo. Ninguém tinha uma ideia de como governar. Se o nosso movimento tivesse sido vitorioso, nós fatalmente cairíamos nas mãos dos políticos que faziam oposição ao governo” (Silva, 1972, p. 189). Para Cordeiro de Farias: “Alguns historiadores alegam que não tínhamos programa. Quem éramos nós para fazermos um programa? Queríamos coisas aparentemente simples: a verdade do voto, maior justiça eleitoral, a quebra do monopólio político de Minas e São Paulo. Não tínhamos nada escrito” (Camargo, Góes, 2001, p. 69).

26 “Movia-os um idealismo superior e vago. Rejeitavam o Brasil de então, que não sabiam arcaico, por um Brasil renovado, que nem concebiam. Todos eles assim, metade homem, e metade anjo ou demônio, a agirem disseminados, clandestinos ou ostensivos, quase sem apoio, sustentados pela alucinação do inconformismo... Eis o Tenentismo: o ardor a utopia, o idealismo, uma geração em chamas” (Clóvis Ramallete, apud: Lemos, 2022, p. 521).

Revolução de 1923 assim procedera, preparando o terreno para 1930. Neste prisma, por evidente, a Revolução de 1923 não pode ser captada como um fenômeno regional, localizado, mas se trata de um evento de proporções e consequências nacionais.

As causas da Revolução de 1923 não foram apenas políticas, como pretendeu boa parte da historiografia, durante muito tempo, ancorando-se nos discursos de época. Foram também de ordem econômica. A Revolução de 1923 precisa ser compreendida como um desdobramento da crise financeira de 1921 desencadeada nos Estados Unidos e cujos reflexos se estenderam sobre o mundo. A crise foi agravada regionalmente pelas ações do governo no sentido das encampações da Viação Férrea e do porto e barra de Rio Grande, porque estas operações exigiram financiamentos que enxugaram ainda mais o meio circulante, provocaram aumento dos juros, precipitaram a execução de hipotecas e restringiram eventual capacidade do governo em trabalhar em socorro da produção agropecuária, por meio do alargamento e barateamento do crédito.

Além do descontentamento intra-oligárquico, a agrura econômica, como acontecera no passado (Axt, 2021b), deve ter propiciado disponibilidade de mão-de-obra rural, mediante escalada do desemprego, o que pode ajudar a explicar fenômenos sociais de vulto, como a coluna de Honório Lemes, que pode ter chegado a reunir 3 mil combatentes. Na região serrana, clara estava a questão social da luta pela terra e a resistência dos espoliados mobilizavam guerreiros. A expressiva mobilização de provisórios pelo governo também se viabilizou em certa medida graças à disponibilidade de mão de obra, que se avolumava com o avanço do cercamento dos campos, mas também com o embaraço nas charqueadas e frigoríficos.

O debate culturalista, como o proposto por Marques (2005), embora de pouca utilidade para esclarecer as causas da Revolução, indica que a percepção difusa de uma rebelião do gaúcho campônio, sáfaro, contra um bacharel representado como neurastênico e manhoso pode ter funcionado como fator de imantação dos rebeldes. Num ambiente no qual trovadores e quadrinistas populares animavam o deslocamento e colunas, o enlevo transpirado pelo Antônio Chimango estaria na ponta das línguas, ajudando a imprimir confiança e unidade ao grupo²⁷. Talvez isso, inclusive, ajude a

27 “Cantavam, marchando, ao tranco, pela estrada areienta e larga. Aqueles trovadores e cantadores atiravam de tudo ao ar – desde a trova perra e desengonçada, de pé quebrado, até o verso de expressão feliz, espontâneo, perfeito na sua simplicidade. Reviviam os nossos desafios, as nossas décimas e quadrinhas tradicionais dos campos do Rio Grande:

‘Lá detrais daquele cerro,

explicar porque Adalberto Corrêa (1954; Caggiani, 1999, p. 45) acreditava ter Honório Lemes pretendido uma “procissão’ até a capital”, em vez de jogar-se no confronto desabrido, total.

A controvérsia em torno do cerco de Uruguaiana, timbrada por Adalberto Corrêa (1954) e Antero Marques (2005), dentre outros, tendo por corolário a defecção do deputado Gaspar Saldanha (cujo temperamento era considerado irritante por muitos coevos), aparentemente inconformado com a liderança de um rústico gaúcho, traduz muito da concepção de guerra de Honório Lemes – movimento constate em terreno usado ao seu favor, linhas de fogo frouxo e beliscadas no inimigo pelos flancos, com antiquadas, porém eficazes, cargas de lanceiros, como forma de compensar a escassez de munição e precariedade do armamento²⁸ –, mas transpira, também, uma estratégia política, pois, ainda que a Revolução de 1923 tenha conhecido embates cruentos (como o combate de Poncho Verde, de 3 de setembro, com mais de cem mortos, ou o encarniçado ataque a São Francisco de Assis em 2 de outubro, com saldo de cerca de 20 óbitos), bem mais frequentes foram choques em que se evitou, de lado a lado, o transbordamento generalizado (Antunes, 2023, p. 88; MÜLLER, 2013). O aspecto da violência algo sofreada, sobretudo se comparada à sangrenta Revolução Federalista, descrição roçada em vários testemunhos, sugere uma porta entreaberta à composição, que de fato se desenhou no Pacto de Pedras Altas. Ao que tudo indica, também a Borges de Medeiros, apesar da ampla superioridade bélica, não interessava a repetição de um massacre. Nesse sentido, a revolução de 1923, mais do que revirar campas e reavivar chagas pungentes da Federalista, em face do seu desfecho, ajudou a cicatriza-las, abrindo terreno para a Frente Única de 1929. Marques (2005, p. 107) assinala que o próprio Assis Brasil, mais tarde, teria avaliado que a vitória completa em 1923 representaria um mal para a política regional, pois, no poder, as oposições se enreda-

Tem um bonito sinal:
Viva a fita colorada
E o Partido Federal.’

‘Se a roupa de Chimango
Não se lava com sabão:
Se lava co’água-de-chêro

E bala de mosquetão...” (Marques, 2005, p. 98).

28 “A uma pergunta do estudante sobre a maneira de combater, respondeu: ‘Temos que fazer o que fazia Gumerindo... Procurar a proteção do terreno e tirotear em guerrilha... negacear o inimigo com uma linha de atiradores bem protegida... e atirar em cima deles, nos flancos, cargas de cavalaria, de surpresa. Não posso atirar os nossos companheiros, desarmados, contra metralhadoras da Brigada...’ Só muito mais tarde o Tenente compreendeu a densidade daquele ‘não posso’.” (Marques, 2005, p. 139).

riam em cipoal de divergências. Setembrino de Carvalho (1950, p. 213), por seu turno, indica que Borges sinalizava, antes mesmo de seu deslocamento ao Rio Grande do Sul, na condição de pacificador, no sentido da composição institucional.

Portanto, as cinco condições necessárias para a eclosão de um surto armado na Velha República sul-rio-grandense se combinaram em 1923: havia legitimidade narrativa, em razão do esbulho eleitoral e da controvérsia em torno das reeleições indefinidas; emergiu uma liderança carismática, no caso, Assis Brasil, capaz de galvanizar o grupo, composto por dezenas de chefes, também carismáticos; mobilizou-se, ainda que precariamente, combatentes e recursos bélicos, graças à capacidade de articulação de caudilhetes, estanceiros e comerciantes; e, sobretudo, o contexto político (regional e nacional) enfraqueceu Borges de Medeiros e favoreceu a aglutinação de opositores; assim como o fez a conformação de cenário de dificuldades econômicas.

Mais do que a continuação da política com a entremistura de outros meios, como diria Clausewitz sobre a guerra, a Revolução de 1923 foi o estágio final de uma campanha eleitoral num sistema hegemônico por um partido no qual não havia espaço para a paz, visto que as diferenças eram mantidas sob permanente compressão. Ao lograr vitórias parciais, que se refletiram em mudanças institucionais importantes, a Revolução de 1923 liberou terreno para o avanço da política, no sentido a ela conferido por Hannah Arendt (2002). Foi, por isso, uma revolução liberal, que conferiu positividade à coisa política.

REFERÊNCIAS

- ACTON, John Emerich Edward Dalberg-Acton, Baron. **Selected works of Lord Acton**. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.
- ADAM, Paulo Rogério Friedrichs. Leonel Rocha e os conflitos agrários no contexto da Revolução de 1923 e da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul. In: MYSKIW, Antonio Marcos et al. **História dos movimentos sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2021, p. 21-46.
- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.
- AITA, Carmen S. A. **Liberalismo e República: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

- AITA, Carmen A.; AXT, Gunter. **João Neves da Fontoura**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1997.
- AITA, Carmen A.; AXT, Gunter. **José Antônio Flores da Cunha: discursos**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1998.
- ANTONACCI, M. Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ANTUNES, José Narciso da Silveira. **O diário de 1923**. Cronologia dos combates. Organizado por Jorge Telles. Porto Alegre: Edigal, 2023.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, Ervateiros e Coronéis**. Lutas e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- ARTHMAR, Rodrigo. Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 1-19.
- ASSIS BRASIL, Cecília. **Diário de Cecília Assis Brasil**. Org. por Carlos Reverbél. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Ditadura, Parlamentarismo e Democracia**. Porto Alegre: Liv. do Globo, 1908.
- AXT, Gunter. O Intervencionismo e a autonomia estatal sob a ótica da atual crítica pós-estruturalista ao conceito de estado capitalista. **História Revista**, Goiânia, Universidade de Goiás, v. 2, n. 2, p. 151-176, 1997.
- _____. **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)**. Tese (Doutorado) - PPG História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.
- _____. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-70, 2002.
- _____. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89-128.
- _____. **Gênese do Estado moderno no RS (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- _____. De cavaleiro dos mostruários a capitão de indústrias: trajetória empresarial e política de A. J. Renner. In: Claudia Musa Fay; Antonio Ruggiero (Org.). **Imigrantes empreendedores na História do Brasil: estudos de casos**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014, p. 171-190.
- _____. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista**

do **IHGB**, Rio de Janeiro, 179, p. 106-135, 2018.

_____. Política e facções em guerra, um precário equilíbrio. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov., 2018a.

_____. Capital estrangeiro e estatização no sistema ferroviário sul-rio-grandense na República Velha (1890-1928). **Revista de História da União**, São Leopoldo, v. 24, p. 175-195, 2020.

_____. Depois da Revolução Federalista: milicianos, militares, combate ao contrabando e governo no Estado do Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o XX. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 58, n. 1, p. 87-121, 2021.

_____. Júlio de Castilhos e sua época: percurso de uma biografia. **Parêntese**, Porto Alegre, p. 25-28, 09 jan., 2021a.

_____. “O Partido não é patrimônio de um”: cisão republicana de 1915 no Rio Grande do Sul e as eleições municipais em Sant’Anna do Livramento. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1-16, e-36539, 2021b.

_____. Tiroteio e mortes no Clube Pinheiro Machado (Sant’Anna do Livramento, 1910): entre cisão partidária local e crise internacional. **História (São Paulo)**, Franca, UNESP, vol. 41, e2022004, p. 1-31, 2022.

_____. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Revista Crítica & Controle**, Porto Alegre, v. 1, p. 102-137, 2023.

_____. Notas sobre o sistema eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930). In: BARCELOS, Guilherme; CAMPOS, Francieli de. **O Livro Que Amanha a Alma**: estudos em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Florianópolis: Habitus, 2024, p. 31-68.

BARCELOS, Guilherme; CAMPOS, Francieli de. **O Livro Que Amanha a Alma**: estudos em homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Florianópolis: Habitus, 2024.

BARCELLOS, Rubens de. **Estudos rio-grandenses**. Motivos de história e literatura. Porto Alegre: Editora do Globo, 1960.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. **Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil**. Tese (Doutorado). University of Pittsburgh, Pensilvânia, 1985.

BARROS, João Alberto L. de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

- BEARD, Mary. **SPQR: uma história de Roma Antiga**. Campinas: Crítica, 2017.
- BELTRÃO, Apio Claudio. **Santa Maria: quatro revoluções e uma rebelião, 1893 a 1932**. Porto Alegre: Edigal, 2022.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo e conflitos políticos em Santa Maria (1889-1930). **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 19, n. 1, 61-77, 2006.
- BODEA, Miguel. **A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BROSSARD, Paulo. **Ideias Políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1989.
- BURKE, Edmund. **Select works of Edmund Burge**. Compiled by Francis Canavan. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.
- CABEDA, Coralio. Combate do Cerro do Ouro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, Porto Alegre, n. 129, p. 37-41, 1993.
- _____. José Antônio Martins, pioneiro esquecido do desenvolvimento da Campanha rio-grandense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, Porto Alegre, n. 130, p. 53-61, 1994.
- _____. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**, n. 139, p. 9-26, 2004.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**. Rivera: O Maragato, 1902.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**. A história contada pelo dragão. Introdução de Coralio B. P. Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2002.
- CADORE, Marcos César. **O jogo do poder: uma análise das relações coronelistas em Encantado (1914-1916)**. Encantado: BT, 2014.
- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

- _____. **Honório Lemes**. Um herói popular. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- CALLAGE, Roque. **Drama das coxilhas**. Episódios da Revolução Rio-grandense. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1923.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Diálogo com Cordeiro de Farias**: meio século de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARON, Márcia; TEDESCO, João Carlos. Intrusões no Alto Uruguai gaúcho
—
1927-29: o caso do “bando de João Inácio”. **Estudos Iberoamericanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 1. p. 181-185, jan-jun 2012.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difel, 1971.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: Terceiro Nome, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, UFMG, Belo Horizonte, 1, 1974.
- _____. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45: p.141-157, jan/jun 2011.
- CHASTEEN, J. C. **Héroes a caballo**: los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Montevideo: Ediciones Santillana/Fundación Bank Boston, 2001.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. O mato rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, vol. 7, n., p. 87-111, 2008.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CONGRESSO do Partido Republicano Rio-grandense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1923.
- CONNIFF, Michael. **Urban politics in Brazil**: The rise of populism (1925-1945). Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1981.
- CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. São Paulo: Edipro, 2020.

- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos no processo revolucionário. In: FLORES, M. (org.). **1893-95: A revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- CORRÊA, Adalberto. **O Brasil Inquieto, de 1922 a 1937**. Impresso por Antonio Guedes de Holanda, 1954.
- COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, lágrimas de sangue**. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CUNHA, José Antônio Flores da. **A Campanha de 1923**. Rio de Janeiro: Editor Zelio Valverde, 1943.
- DAL FORNO, Rodrigo. **O “Album dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- _____. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 97, p. 157-174, 2017.
- _____. **“Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”**: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DESPLATS, Marcos Hernández. **Nepomuceno Saraiva na Revolução de 1923**. Porto Alegre: Edigal, 1923.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DOBKE, Pablo R. A polícia uruguaia e a revolução sul-riograndense de 1923: algumas notas de investigação. **Travesía**, Suplemento Electrónico, n. 2, VIII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras, p. 201-216, 2017.
- DULLES, John W. F. **Castelo Branco – o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893**. Rio de Janeiro: s/ed., 1919.
- _____. **30 anos de Ditadura Rio-grandense**. Rio de Janeiro: s/ed., 1922.

- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n.1, p.9-34, 1977.
- DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio**. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Ed. Martins, 1977.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FÉLIX, Loiva. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 28, n. 127, 67-85, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. A Revolução de 1930: historiografia e pesquisas. **Estudo Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 1, p. 15-29, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 1920. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, 1993, p. 9-23.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- _____. **História Geral do Rio Grande do Sul**: 1503-1974. Porto Alegre: Globo, 1974.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-rio-grandenses**. Santa Maria: UFSM, 2009.
- FONSECA, Pedro César Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. 2 vols. Porto Alegre: Globo, 1969.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**. Tenentismo e as camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis, 1978.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: DAMASCENO, A. (org.). **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1962.
- _____. **Júlio de Castilhos e sua Época**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.
- _____. **A Pacificação de 1923**: as Negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

- _____. O Partido Federalista. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; AXT, G.; RECKZIEGEL, A.L. (org). **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170.
- FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p.3-8, 1993.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, A. (org.). **Etnias e carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 37, p. 7-39, janeiro 2014.
- GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu História. **História (São Paulo)**, 24 (2), 2005 <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000200007>
- GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- GRITTI, Isabel Rosa. A luta pela terra na Colônia Erechim: Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo. In: ROCHA, Humberto José da (Org.). **Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil** (séculos XIX-XX). Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 531-556.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- HAMILTON, Alexandre; JAY, John; MADISON, James. **The Federalist**. The Gideon Edition. Edited by George Carey and James McClellan. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.
- HAMMERSCHMITT, Alini. **O jornal do Comércio como porta-voz do produtor arrozeiro (Cachoeira do Sul, 1905-1925)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, 2019.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- HOWARD, Michael. **The Causes of Wars**. And Other Essays. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- HUME, David. **Essays Moral, Political, Literary**, edited and with a Foreword, Notes, and Glossary by Eugene F. Miller, with an appendix of variant

readings from the 1889 edition by T.H. Green and T.H. Grose, revised edition. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

JAGUARIBE, Hélio. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv. de Publicações, 1956.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M.C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

JULLIEN, François. **As transformações silenciosas**. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2013.

JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcellos). **Antônio Chimango**. Poemeto campestre. Porto Alegre: Ed. Globo, 1957.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea, o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, 2003.

KIELING, José Fernando. **Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1984.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes; SILVA, Juremir Machado da. **Cem anos da revolução de 1923**: história, mídia e cultura. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Notícias da Revolução de 1923 em Bagé**. Bagé: Praça da Matriz, 2005.

_____. **Bagé 1923**: a batalha de papel na guerra civil no RS (a imprensa partidária). Bagé: Praça da Matriz, Gráfica e Editora São Rafael, 2013.

LEMO, Juvêncio Saldanha. **A revolta de 1922**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2022.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Unitas, 1933.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes**. Estadista da república. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1973

MARCHETI, Fabiana. **A Primeira República**: a ideia de revolução na obra de Edgar Carone (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História), FFLE-

- CH/USP, São Paulo, 2016.
- MARQUES, Antero. **Mensagem a poucos; do Ibirapuitã ao armistício**. Revolução de 1923. Porto Alegre: Edigal, 2005.
- MARTINS, Cyro. **Porteira fechada**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979.
- MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MAYA, Alcides. **Ruínas Vivas**. Santa Maria: Ed. UFSM/Movimento, 2002.
- McCANN, Frank. **Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEDEIROS, Laudelino. **A pacificação da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Lasalle, 1995.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**: descrição física e histórica. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- MILLER, Arthur. **As bruxas de Salem**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)**. Porto Alegre: s/ed, 1939.
- MOURA, Euclides. **O vandalismo no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Universal, 1892.
- MÜLLER, Eduardo Cunha. **Vila de São Francisco de Assis**: 2 de outubro de 1923, páginas de um renhido combate. Port6o Alegre: Exclamação, 2013.
- MÜLLER, Geraldo. **Periferia e dependência nacional**. Estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado em Geografia), USP, São Paulo, 1972.
- ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarin, 1998.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre. Um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.
- PEDREIRA, Fernando. **Março 31**: civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- PEREIRA, Baptista Antônio. **Pela redenção do Rio Grande**. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.
- PESAVENTO, Sandra J. **A República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigorífi-

- cos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.
- _____. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaaios FEEE**, Porto Alegre, vol. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- _____. República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (org.) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- _____. **Borges de Medeiros. Rio Grande político**. Porto Alegre: IEL, 1996.
- PETERSEN, Sílvia Regina F. As greves no RS (1890-1919). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (org.). **A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Céli Regina J. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre, 1979.
- _____. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- _____. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. **Análise Econômica**, vol. 5, n. 8, p. 83-111, 1987.
- PRADO, Maria Ligia C. **A Democracia Ilustrada** (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.
- QUEIRÓS, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Crise do Poder no Brasil (Problemas da Revolução Nacional Brasileira)**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1961.
- RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 1990.
- REINHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação**. Tese (doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2007.

- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROSA, Othelo. **Os males e os crimes do assisismo**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.
- ROSA, Virginio de Santa. **O sentido do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene do Rio Grande do Sul (1828-1930)**. Tese (doutorado em História), Unisinos, 2015.
- RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976.
- SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SANCHEZ, Florencio. El caudillaje criminal en Sudamérica. In: RAMA, Carlos; CAPPELLETTI, Angel (ed.) **El anarquismo en America Latina**. Ayacucho: ed. Caracas, p. 202-213, 1990.
- SARAVIA GARCÍA, Nepomuceno. **Memórias de Aparício Saravia**. Montevideo: Ed. Medina, 1956.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UNB/Zahar, 1982.
- SANTOS, Mariza E. Simon dos. **Honório Lemes: Um líder carismático. Relações de poder no Rio Grande do Sul 1889-1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.
- SCHNEIDER, Diéle de Souza. **Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a revolução de 1923 no Rio Grande do Sul**. Diss. (Mestrado) – Faculdade de História, PUCRS. Porto Alegre, 2013.
- SEVERO, José Antônio. **Os senhores da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- SILVA, Hélio. **1926: a grande marcha**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **1930: a revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Começa a Revolução: 1923-1926**. São Paulo: Editora Três, 1975.
- SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. “Quero ser senhor do meu focinho”: a face agrária da Revolução Federalista nas matas do Rio Grande do Sul (1893-1895). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, vol. 17, n. 2, p. 275-292, julho-dez 2017.

- SILVA, Riograndino da Costa e. **A Revolução de 5 de Julho de 1922**. Porto Alegre: Sulina, 1972.
- SOARES, Luiz Francisco Matias. **1923: Coronelismo & Revolução**. São Borja: Faith, 2014.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **O tenentismo e a classe média**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. **Psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses**. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.
- _____. **Noventa e Três**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SOUZA, Paulino José Soares de. **Visconde do Uruguai**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy in America**. Bilingual edition. Edited by Eduardo Nolla. Indianapolis: Liberty Fund, 2009.
- TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H., GONZAGA, S. (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: UNB, 1987.
- WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **República, política e partido**: o PRF e a política dos governadores. Bauru: EDUSP, 1999.
- VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento**: O Arquipélago. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, v. 3.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Formas de pensamiento y formas de sociedad**

en el mundo griego. El cazador negro. Barcelona: Ediciones Península, 1981.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.** Documentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A crise dos anos 20.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

Recebido em: 21/08/2024

Aceito em: 01/11/2024

FAMÍLIA E DIVISÃO DE HERANÇAS NA FAZENDA DO SOCORRO-RS ENTRE O SÉCULO XIX E XX

FAMILIA Y DIVISIÓN DE LA HERENCIA EN LA HACIENDA DEL SOCORRO-RS ENTRE LOS SIGLOS XIX Y XX

FAMILY AND DIVISION OF INHERITANCE AT FARM OF THE SOCORRO-RS BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Este artigo tem como fundamento analisar as interações vigentes nos núcleos familiares e suas possíveis implicações no momento de partilha e divisão de bens. Buscamos refletir também sobre as dinâmicas de trocas de favores e, relações de compadrio, aspectos presentes nas relações sociais e familiares durante o final do século XIX e início do século XX. Os estudos estão alicerçados em uma das fazendas mais antigas do município de Vacaria-RS, a fazenda denominada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. As fontes de pesquisa utilizadas são os inventários *post-mortem* de José Joaquim Ferreira (1872), Luiz Jacintho Ferreira (1896) e Otília Ferreira Brito (1904), recorrendo também as descrições de testamentos presentes nos mesmos documentos, entre outras fontes encontradas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Palavras-chave: Família; Fazendas; Século XIX e XX; Heranças.

RESUMEN

Este artículo se basa en analizar las interacciones actuales en los grupos familiares y sus posibles implicaciones a la hora de compartir y dividir bienes. También buscamos reflexionar sobre la dinámica de los intercambios de favores y las relaciones de padrinos, aspectos presentes en las relaciones sociales y familiares de finales del siglo XIX y principios del XX. Los estudios se basan en una de las haciendas más antiguas del municipio de Vacaria-RS, la hacienda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Las fuentes de investigación utilizadas son los inventarios post-mortem de José Joaquim Ferreira (1872), Luiz Jacintho Ferreira (1896) y Otília Ferreira Brito (1904), recurriendo también a descripciones de testamentos presentes en los mismos documentos, entre otras fuentes encontradas en el Archivo Público de Rio Grande do Sul (APERS).

Palabras llave: Familia; Granjas; Siglo XIX y XX; Herencias.

1 Doutoranda da Universidade de Passo Fundo (UPF).

ABSTRACT

This article is based on analyzing the current interactions in family groups and their possible implications when sharing and dividing assets. We also seek to reflect on the dynamics of exchanges of favors and godparent relationships, aspects present in social and family relationships during the late 19th and early 20th centuries. The studies are based on one of the oldest farms in the municipality of Vacaria-RS, the farm called Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. The research sources used are the post-mortem inventories of José Joaquim Ferreira (1872), Luiz Jacintho Ferreira (1896) and Otília Ferreira Brito (1904), also resorting to descriptions of wills present in the same documents, among other sources found in the Archive Public of Rio Grande do Sul (APERS).

Keywords: *Family; Farms; 19th and 20th century; Inheritances*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para os debates relacionados a história da família e propriedade no Sul no Brasil durante o século XIX e início do século XX. Tema bastante debatido pela historiografia atual, mas que, no entanto, traz novos conhecimentos para compreender as transformações econômicas e sociais que ocorrem durante esse período. Ao acompanhar a trajetória da família de José Joaquim Ferreira após seu falecimento, esta pesquisa busca evidenciar de que modo as organizações familiares acabaram se modificando na passagem do Império para a República, assim como suas relações com a terra.

O município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, teve sua origem através da doação de uma sesmária entregue ao tropeiro José de Campos Bandemburgo, que por volta de 1770 tomou posse das terras por ele denominadas de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sua filha, Clara Jorge, e seu marido, Manoel Rodrigues de Jesus, juntamente com seus descendentes são considerados, alguns dos primeiros povoadores do município. A fazenda, atualmente conhecida como Socorro e tombada como patrimônio cultural teve sua história marcada por inúmeras disputas pela posse de suas terras, se tornando mais expressivas durante o século XIX quando resultaram no assassinato de seu proprietário José Joaquim Ferreira, em 1872.

Considerando a importância das relações familiares para a manutenção do patrimônio, nos propomos a analisar nesse artigo as estratégias e cuidados observados pelos antigos proprietários da fazenda mencionada para manter preservadas suas fortunas. A pesquisa desenvolvida tem como principal fonte documental os inventários *post-mortem* deixados por antigos proprietários do local, além de registros adicionais que nos permitem compreender a abrangência das terras e o contexto que desencadeou as rivalidades entre herdeiros. Entre os quais o processo crime movido contra o escravo Anacleto, autor do assassinato de José Joaquim Ferreira.

As fazendas formavam um espaço familiar constituído por todas as pessoas que lá viviam, e, portanto, era através das estâncias e sob a figura do estancieiro que eram moldados todos os conceitos e costumes que emergiram na sociedade da época. Os laços familiares se estendiam para além das ligações consanguíneas, tornando parentes todas as pessoas que viviam em uma mesma fazenda.

Os herdeiros que ficavam encarregados de administrar os negócios da família precisavam ser capacitados a manter a estrutura econômica a salvo dos maus investimentos que poderiam resultar em perdas para todos os seus membros. A organização familiar era fundamental, portanto, para garantir o prestígio social que estava ligado diretamente à preservação de seu patrimônio.

Nesse sentido, este estudo busca apresentar as dinâmicas envolvendo as relações familiares de uma das fazendas mais antigas do território de Vacaria, procurando compreender de que modo as imbricações parentais resultaram em vantagens ou desvantagens para seus membros no momento das partilhas de heranças. Nosso recorte de tempo abrange o período da morte de José Joaquim Ferreira em 1872, a transição de herdeiros pós inventário que se encerra apenas em 1880 com a nomeação do sobrinho Luiz Jacintho Ferreira como legítimo herdeiro das terras do Socorro, acompanha o processo de transmissão da fazenda em 1869 após a morte do herdeiro e segue até 1904 em que se procede o inventário *post-mortem* de Otília Ferreira Brito, filha e única herdeira de Luiz Jacintho Ferreira.

1 A FAMÍLIA

O conceito de família recebe diversas definições ao longo da história e, mesmo atualmente a interpretação quanto sua composição é variável, considerando que sua abrangência independe de laços diretos de sangue e, pode se estender a diversos entrelaçamentos pessoais. Para Hameister (2014), a família pode ser pensada como “um conjunto de relações recíprocas, tanto simétricas como assimétricas, estabelecidas e normatizadas socialmente, das quais as mais visíveis e recorrentes são as relações de parentesco consanguíneo, afim e fictícios” (HAMEISTER, 2014, p.103). Conforme a autora, tais relações são mutáveis e ajudam a estabelecer lugares sociais, que por sua vez também são variáveis, tendo como condicionantes valores, regras sociais, morais, religiosas, entre outros aspectos. Sobre este aspecto Comissoli salienta que:

Ser parente de alguém não significa apenas o pertencimento a um grupo definido pelo sangue ou por um ancestral

comum. O parentesco rege as condutas direcionadas aos parentes, funcionando como estímulo e restrição aos comportamentos. As condutas podem se concretizar na forma de obrigações para com a família, que variam segundo a estrutura da mesma, incidindo em hierarquias assentadas em diferentes graus de autoridade (Comissoli, 2011, p.268).

Conforme destacado pelo autor os laços de pertencimentos familiares são alicerçados em padrões de comportamento que permitiam as famílias manterem seu prestígio social, podendo ampliar suas alianças matrimoniais com membros de outras famílias de visibilidade e conduta sociais favoráveis. Manter boas recomendações era fundamental para preservar os laços de amizade, reciprocidade e troca de favores, possibilitando por vezes ascensão a cargos políticos ou simplesmente agregar novos membros que interessassem ao entrelaçamento familiar. Segundo Ana Silvia Volpi Scott (2014) “nesta lógica familiar estavam em primeiro lugar os interesses coletivos do grupo, da parentela, dos que faziam parte e estavam integrados no círculo de “amigos” e dependentes” (p. 27).

A família dos grandes fazendeiros era em sua maioria, compostas por um casal, os filhos e seus cônjuges que passavam a residir na mesma propriedade, ainda que não necessariamente na mesma casa, além de agregados. Por vezes passavam a residir com a família após uniões matrimoniais não apenas o cônjuge, mas pessoas próximas, como exemplo poderíamos citar a mãe da noiva ou uma tia. Devemos considerar que, o conceito de família durante o período estudado possuía uma representação mais complexa, integrando no grupo todos que viviam na propriedade, independentemente de ligações consanguíneas. Nesse sentido, a casa não representava apenas uma residência, mas um espaço de ligação com os antepassados e as suas riquezas não eram determinadas unicamente pelo cultivo agrícola ou criação de animais, mas também pela inserção de seus moradores na comunidade, expressada simbolicamente no intercâmbio de relações sociais (Camps, 1992).

É importante considerar o fato debatido por vários pesquisadores, entre eles, Fábio Kühn (2006), de que as famílias costumavam se organizar a partir de objetivos em comum, sendo a manutenção patrimonial um dos mais significativos. As relações clientelísticas eram mecanismos eficientes utilizados não apenas nos cuidados patrimoniais, mas como elo de fortalecimento de vínculos sociais favoráveis, assim como o prestígio que essas famílias possuíam.

O pesquisador Adriano Comissoli (2011) explica que por circularem dentro de um mesmo grupo social, era comum que os filhos de fazendeiros

casassem entre si, estreitando as relações de reciprocidade entre as famílias. Considerando principalmente que a sociedade do período estudado era fortemente ligada aos costumes religiosos da igreja católica, em que o batismo era considerado sagrado. Ser apadrinhado por alguém de prestígio representava não apenas uma oportunidade muito vantajosa para a criança, mas também para os seus pais. Podemos entender que, “a estrutura social no Brasil Imperial caracterizava-se por uma rede classificatória que localizava os indivíduos, atribuindo-lhes poderes e competências.” (Vargas, 2007, p. 124). Assim, os padrinhos eram vistos como pessoas que poderiam facilitar as redes de relações sociais de seus afilhados, promovendo a sua inserção dentro dos grupos que pertenciam.

Nesse contexto, não apenas os casamentos constituíam fortes laços que se estendiam geralmente por toda a vida, mas valorizavam-se ainda mais os vínculos de compadrio, que transcendiam os limites da vida terrena e teria sua continuidade num plano superior, entendido a partir da visão cristã como o reino dos céus (Comissoli, 2006). As ligações estabelecidas dentro da Igreja Católica, portanto, criavam laços duradouros e que resultavam em compromissos de ajuda e troca de favores, possibilitando alternativas para adquirir status, riqueza ou poder político. Conforme evidenciado, o compadrio não representava somente um parentesco fictício, mas uma relação que tinha fundamentos políticos, estando totalmente associada ao padrão de vínculos clientelísticos que predominou na sociedade tradicional ibérica de Antigo Regime (Kühn, 2006, p. 19).

2 AS DIVISÕES DE HERANÇAS

Em 1880, a herança deixada pelo fazendeiro José Joaquim Ferreira, falecido em 1872, foi finalmente entregue a seu único herdeiro Luiz Jacintho Ferreira. A demora com relação aos encaminhamentos na partilha da herança acontecera em razão de que após a morte de Ferreira, Domingos, (seu sobrinho e, mandante do assassinato) ocultou com ajuda de Anacleto, (ex-escravo da fazenda e autor dos disparos que vitimaram Ferreira), a existência de um segundo testamento que invalidava o primeiro, realizando indevidamente a abertura do inventário *post-mortem*.

Motta (1998) destaca que a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma contestação por suas terras. Assim, a partilha iniciava ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A pesquisadora destaca também que a abertura de um inventário *post-mortem* poderia representar não somente a partilha dos bens, mas também uma luta pelo quinhão de terra, pelo espaço territorial mais fértil, capaz de produzir mais lucros ao seu dono. Para Bourdieu (2005):

A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução (p. 131).

Conforme o autor, a família constitui um importante alicerce para a manutenção da estrutura social e sua estabilidade, auxiliando na reprodução de padrões que garantem a transmissão patrimonial entre seus membros, promovendo a acumulação de riquezas e perpetuação laços econômicos e simbólicos. Nas famílias estendidas comuns no século XIX, os herdeiros encarregados de administrar os negócios da família deveriam garantir a manutenção do patrimônio, zelando para o bem comum.

Seguindo esse pensamento José Joaquim Ferreira, havia escolhido seu sobrinho Domingos como responsável para dar continuidade aos cuidados da fazenda, considerando que não possuía filhos e sua esposa Gertrudes sofria de alienação mental, conforme informações contidas em seu inventário *post-mortem*. No entanto, no decorrer dos dias após ter recebido a notícia de que se tornaria o grande herdeiro da fortuna de Ferreira, Domingos esperava ansiosamente pelo que dia que assumiria os bens familiares. Podemos constatar essas informações através da leitura do processo crime² movido contra ele, após os indícios do assassinato de seu tio. Ferreira passou a não conseguir manter laços de cordialidade com seu sobrinho.

Em razão das constantes discordâncias e discussões o fazendeiro arrependido de sua decisão buscou reformular o seu testamento. Percebendo o perigo iminente, embora não declarado por Ferreira, Domingos propôs ao escravo Anacleto assassinar o fazendeiro em troca de sua liberdade. Fato consumado durante o retorno de Ferreira à Vila de Vacaria, quando o mesmo carregava consigo seu novo testamento. Em posse do testamento³ anterior e fazendo desaparecer o segundo, Domingos abre o processo de inventário dos bens deixados por seu tio, dando início não apenas a uma disputa que se estenderia por 8 anos, mas a decadência da fortuna familiar e perda da propriedade.

Considerando a contrariedade dos fatos os sobrinhos do fazendeiro, protestaram contra Domingos, contando com o auxílio de Boaventura

2 APERS. **Processo Crime do Escravo Anacleto**, 1873. Auto nº 2007.

3 . APERS. **Testamento de José Joaquim Ferreira**, 1869. Autos nº 32.

Augusto dos Reis, que consta ter sido negociante em Porto Alegre e, possuía ligações com a família. Boaventura comprou os direitos de herança de alguns herdeiros e com esforços conseguiu provar a ilegalidade do testamento apresentado por Domingos. No processo crime contra o escravo Anacleto encontramos depoimentos de testemunhas que haviam presenciado a mudança de testamento e das autoridades que o aprovaram, as quais, porém, afirmaram não o terem lido. Com a abertura de um novo inventário em 1880, Luiz Jacintho Ferreira compra os direitos que cabiam a Boaventura, além de adquirir os direitos de outros herdeiros, como constatamos na leitura do documento:

Diz o capitão Luiz Jacintho Ferreira atualmente nesta vila, que ele suplicante mostra com as escrituras juntas ser interessado na herança do finado José Joaquim Ferreira, quer como cessionário de alguns dos herdeiros do mesmo finado, quer como comprador da parte que cabia a Boaventura Augusto dos Reis, também cessionário do referido herdeiro e assim como comprador dos direitos que tinha Boaventura a receber diversas quantias despendidas no custeio da administração da herança, taxa a fazenda Provincial e ação crime movida contra os assassinos do dito José Joaquim Ferreira, e como se esteja a proceder ao inventário dos bens respectivos, o suplicante requer a Vossa Senhoria se digne mandar juntar esta e seus documentos aos autos, para constar, sendo o suplicante ouvido em seus termos até o final

Vacaria 20 de setembro de 1880

Luiz Jacintho Ferreira.⁴

O documento mostra que Luiz Jacintho Ferreira tornou-se credor e cessionário de herdeiros, ampliando seu patrimônio. Entre os motivos que podem ajudar a explicar o interesse de Jacintho Ferreira pela herança, destacamos o seu vínculo matrimonial com Ana Ignácia Velho, filha de Ignácio Manoel Velho e irmão da esposa de José Joaquim Ferreira. Assim, ao buscar recuperar a herança deixada por seu tio, ele estava ao mesmo tempo buscando reaver um patrimônio que pertencia a família de sua esposa. Essas imbricações demonstram a importância dos laços familiares e o modo como estes favoreciam os cuidados com os interesses do grupo doméstico. Entre os entrelaçamentos familiares comuns entre os grandes fazendeiros dos Campos de Cima da Serra durante o século XIX podemos destacar os

4 APERS. *Inventário post-mortem de José Joaquim Ferreira*. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos nº 170.

elos que estreitavam os vínculos entre as famílias Velho e Ferreira. As duas famílias fazem parte dos troncos fundadores dos primeiros povoados que posteriormente deram origem aos municípios de Vacaria e São José dos Ausentes.

Entre os laços parentais efetivados através do matrimônio entre as famílias está primeiramente o casamento entre José Joaquim Ferreira e Gertrudes de Assumpção, filha de Antônio Manoel Velho. A irmã de Gertrudes, Francisca Manoela dos Passos contraiu matrimônio com um irmão de José Joaquim Ferreira, de nome Jacintho José Ferreira, os quais moravam em outra fazenda. Luiz Jacintho Ferreira, um sobrinho de José Joaquim Ferreira, casou-se com Ana Ignácia Velho, filha de Ignácio Manoel Velho, sendo Ignácio filho de Antônio Manoel Velho e Maria Ignácia de Souza Velho. As duas famílias possuíam diversas redes de apadrinhamento entre seus integrantes, que por vezes proporcionava a integração de novos membros na propriedade.

No ano de 1872 quando José Joaquim Ferreira foi morto, viviam nas terras da propriedade o fazendeiro e sua esposa, Domingos Gomes da Cunha e sua esposa Maria Antônia Ferreira da Cunha, Henriqueta Maria dos Passos, parente ligada a Gertrudes de Assumpção do Senhor, Ricarda, entre outras pessoas que não nos foi possível identificar através de nossas fontes. Sabemos, no entanto, que José Joaquim Ferreira possuía os irmãos, José Jacintho Ferreira, João Jacintho Ferreira, Manoel José Ferreira e Maria Delfina do Nascimento.

É importante destacar que as ligações consanguíneas, embora legitimassem diretamente os direitos a heranças segundo a lei vigente, não representavam, conforme já destacado, a base em que se alicerçavam as famílias do século XIX, existindo diferentes elos de ligação entre as pessoas que viviam nas fazendas. Para Comissoli (2011) “O arranjo parental da elite sulista, por sua vez, apresentou elementos de formações familiares diversas, terminando por constituir um padrão próprio não reduzível a modelos pré-estabelecidos (COMISSOLI, 2011, p. 270). O pesquisador salienta que existem elementos que remetem à família-tronco, no entanto, a ausência ou limitação nas transmissões de heranças a um herdeiro apenas impedia a constituição de uma casa ou linhagem em sentido pleno, sendo que, o parentesco fictício predominou sobre o parentesco consanguíneo. Com tantas pessoas dividindo espaços e interesses era comum que houvessem divergências, principalmente quando o assunto envolvia a administração dos bens.

A herança deixada por José Joaquim Ferreira (1880) somou 80:209\$220 réis, tendo resultado as dívidas passivas liquidas na quantia de

45:757\$966 réis. Sendo abatidas estas parcelas restaram 34:451\$551 réis. Dividida esta quantia em duas partes iguais a meação da viúva somou a quantia de 17:225\$765 réis. Abatida da segunda meação a vintena de testamenteiro arbitrada em 2% na importância de 344\$515 réis, fez um total de 16:881\$260 réis. O legado das dívidas importou na quantia de 8:183\$000 réis e, sendo retirada esta quantia da segunda meação restavam 8:698\$260 réis.

Este último valor foi dividido em 4 partes iguais, por serem 4 os irmãos de José Joaquim Ferreira, cabendo a cada um deles a quantia de 2:174\$565 réis. Esta quantia foi novamente dividida entre os sobrinhos, filhos da irmã Maria Delfina em sete partes iguais, por serem 7 os seus filhos. Cada um deles recebeu 310 mil, valor desmembrado em duas partes entre Maria Ferreira da Rocha, viúva de Domingos Gomes da Cunha e seus filhos. A viúva recebeu 155\$326 réis e cada um de seus filhos receberam 25\$887 réis. Novamente dividida a quantia de 2:174\$562 réis entre os sobrinhos filhos do irmão Manoel José Ferreira, coube a cada um dos 6 filhos o valor de 362\$427 réis.

Com a demora em se proceder a finalização do inventário, a fortuna deixada por José Joaquim Ferreira foi completamente comprometida através dos gastos gerados pela abertura do processo crime contra os assassinos do fazendeiro, custas de inventário, pagamento de empregados, entre outros. Somando-se aos agravantes a venda ilegal de animais por parte de Domingos Gomes da Cunha, além dos custos com defensores, principalmente em Porto Alegre. Consta no inventário ter sido gasto o valor de 20:520\$000 apenas com advogados e procuradores, além de despesas com documentos, traslados, pagamento de custas, hospedagem de empregados de justiça, advogados e testemunhas que perfizeram a soma de 23:530\$560 réis.

Ao final do processo de inventário *post-mortem* de Ferreira e a realização da partilha Luiz Jacintho Ferreira tornou-se o grande herdeiro dos bens deixados pelo fazendeiro. Jacintho Ferreira adquiriu a meação dos demais legatários através de compras e acertos anteriores a realização da partilha, restando apenas 27:959\$506 réis à viúva Gertrudes de Assumpção. Das heranças que não foram entregues à Luiz Jacintho Ferreira, figuram além da meação da viúva, o legado da escrava Maria, referente à 4:485\$000 réis correspondente ao legado deixado a ela por Ferreira, assim como o pagamento ao testamenteiro Daniel Ribeiro Martins que recebeu 344\$515 réis.

Luiz Jacintho Ferreira casou-se inicialmente com Ana Ignácia Velho Ferreira, que faleceu em 14 de novembro de 1879⁵. Filha de Antônio Manoel

5 APERS. **Inventário *post-mortem* de Luiz Jacintho Ferreira**. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos n° 416.

Velho (1848)⁶ e irmã de Ignácio Manoel Velho (1875)⁷, sendo estes proprietários da fazenda dos Ausentes, atualmente pertencente ao município de São José dos Ausentes-RS. Esse entrelaçamento mostra a imbricação de duas grandes famílias proprietárias de vastas extensões de terras e, explica também o motivo pelo qual se tornou possível a Luiz Jacintho Ferreira adquirir a propriedade. Ignácio Manoel Velho foi também inventariante da fortuna deixada pelo cunhado José Joaquim Ferreira, ocupando o lugar de sua irmã Gertrudes de Assumpção, que conforme descrição sofria de alienação mental e, portanto, estaria incapacitada para assumir a responsabilidade.

Ainda no ano de 1880 com o falecimento de sua esposa, Luiz Jacintho Ferreira estabeleceu um acordo com sua sogra Maria Ignácia de Souza Velho quanto aos bens deixados e a herança que lhes cabia. Consta no documento anexo de petição⁸, que Maria Ignácia de Souza propôs desistir em favor de Luiz Jacintho Ferreira da meação dos bens deixados por sua finada filha, transferindo-lhe todos os direitos a respeito. A herança mencionada, a qual a sogra de Jacintho abria mão se constituía do quinhão de bens do cartório de seu sogro que estavam sendo inventariados e de bens recebidos antes do falecimento de sua mulher, fossem eles bens de raiz, móveis, semoventes, direitos ou ações. No entanto, o genro deveria desistir em favor da ex-sogra de todos os direitos que pudesse ter na casa dos Ausentes. Luiz Jacintho Ferreira concorda, com a condição de não ficar responsável pelas dívidas contraídas por Maria Ignácia de Souza Velho antes e depois do falecimento de seu marido.

A segunda esposa de Luiz Jacintho Ferreira foi Ottilia Jacinta Ferreira⁹, com quem teve uma filha de nome Ottilia Ferreira (Brito). No entanto, sua esposa Ottilia faleceu em 20 de dezembro de 1884, após ter dado à luz a filha do casal, o que levou o fazendeiro a casar-se novamente. A terceira esposa de Luiz Jacintho foi sua sobrinha de nome Bernardina Jacinta Ferreira, vindo o fazendeiro a falecer posteriormente em 14 de janeiro de 1896, deixando testamento. O entrelaçamento familiar entre o fazendeiro e Bernardina demonstra a preocupação em manter a fortuna familiar preservada, descartando a possibilidade de comunhão de bens e, garantindo que seu patrimônio fosse destinado unicamente a sua filha Otília.

Em seu testamento, datado de 18 de abril de 1894, registrado em

6 APERS. **Inventário post-mortem de Antônio Manoel Velho**. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1848. Autos nº 540.

7 APERS. **Inventário post-mortem de Ignácio Manoel Velho**. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1875. Autos nº 100.

8 APERS. **Desistência de Herança**. Luiz Jacintho Ferreira, 1880. Autos nº 750.

9 APERS. **Inventário post-mortem de Otília Ferreira de Brito**, 1904. Autos nº 366.

Porto Alegre e descrito em seu inventário *post-mortem*, o então tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira declarou que era casado em terceiras núpcias com Bernardina Jacintho Ferreira, sendo esta sua sobrinha, não havendo comunhão de bens. Afirma ter sido casado em primeiras núpcias com Anna Ignácia Ferreira, falecida em 14 de novembro de 1879, sem descendência e em segundas núpcias com Otília Ferreira, falecida em 20 de dezembro de 1884, com quem teve uma filha, de nome Otília Jacintho Ferreira.

O fazendeiro lega a terça de seus bens em usufruto a sua esposa, deixando claro que a herdeira de toda sua fortuna seria sua filha Otília. Solicita que se ao tempo de seu falecimento, se a mesma fosse menor e solteira, sua tutora ou curadora deveria ser sua esposa Bernardina Jacintho Ferreira, nomeando como primeira testamenteira sua esposa e como segundo testamenteiro a João Antônio Jacques.

Declara também, que se ao tempo de sua morte sua esposa já houvesse falecido, legaria ao testamenteiro que efetivamente exercesse sua tutela a quantia de 6 contos de réis, ao que acrescenta “Mais como sinal de meu reconhecimento, do que como remuneração de trabalho, porque considero acima de qualquer preço os serviços que me forem prestados, quer no tocante aos bens, quer no tocante a educação de minha filha”¹⁰. O testador solicita ainda que seu enterro seja realizado sem pompa ou luxo e sejam distribuídos aos pobres o valor de 300 mil réis em esmola para “intimação” de sua alma. Pede também a celebração de 10 missas escolhidas pelo seu testamenteiro em intenção de seus cuidados póstumos.

Embora a documentação analisada não nos permita compreender de fato quais os laços que uniam João Antônio Jacques a família, a razão da escolha certamente aponta que existiam elos de confiança e reciprocidade, o que sugere uma relação de compadrio, que poderia estar ligado a um vínculo religioso de apadrinhamento ou relacionado a uma questão simbólica representada pela afinidade entre as famílias. Luiz Jacintho Ferreira, ao realizar a escolha estreita os laços de confiança existentes, principalmente considerando que estava entregando a vida e educação de sua filha nas mãos de Jacques. Com relação as escolhas de testamenteiros no século XIX, Sheila de Castro Faria (1998) ressalta que:

Alguns viajantes, da segunda metade do século XIX, ficaram visivelmente impressionados com a indicação de compadrio, em detrimento de relações consanguíneas [...] Ao

10 APERS. *Inventário post-mortem de Luiz Jacintho Ferreira*. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos nº 416.

enumerar os três possíveis testamenteiros, testadores enfatizavam o compadrio. Invariavelmente, designava-se o outro cônjuge como primeiro testamenteiro, mas os outros dois quase sempre eram compadres (e assim nomeados no documento), omitindo-se a relação familiar e consanguínea. Padrinhos tinham fortuna igual ou maior do que a dos pais da criança, em 70% dos casos. Esta evidente preferência unifica, sem dúvida, a relação (Faria, 1998, p. 213).

De acordo com o exposto por Faria (1998), os laços de apadrinhamento tinham papel fundamental para a consolidação de alianças que pudessem vir a auxiliar em todos os momentos necessários, sendo estes, por vezes, mais consistentes que os próprios vínculos parentais diretos. O pesquisador Fábio Kühn (2006), considera que “o compadrio não representava somente um parentesco fictício, mas sim, uma relação que tinha fundamentos políticos, estando totalmente associada ao padrão de vínculos clientelísticos que predominou na sociedade tradicional ibérica de Antigo Regime (p. 19)”. Nesse sentido, era comum que as relações sociais fossem formadas também como meios de auxílio mútuo e troca de favores, gerando mecanismos de manutenção de apoio em casos de necessidade e contribuindo para a manutenção da estrutura familiar.

Com relação a escrita dos testamentos, evidenciamos que estes nos apresentam uma preocupação constante dos fazendeiros quanto a segurança de sua família após sua partida e cuidados com relação à administração, partilha e manutenção de seus bens. Mas também nos mostram as inquietações de caráter religioso que afligiam o testador quanto aos encaminhamentos de sua alma e absolvição divina, o que levava muitos proprietários a fazerem também doações aos pobres ou a igreja. Os filhos naturais, havidos fora do casamento, eram reconhecidos nesse momento por alguns fazendeiros que temiam o castigo divino ou mesmo para os que procuravam deixar em ordem todas as pendências que pudessem atrapalhar o descanso de sua “alma”. De acordo com Faria (1998):

Se os inventários *post-mortem* pouco ou nada diziam além da situação material dos homens e mulheres à época da sua morte, o mesmo não ocorria com os testamentos. Extremamente ricos, esta fonte permite o conhecimento da origem e dos nomes dos pais do testador, número de casamentos e de filhos (muitas vezes enumerando-se os filhos já falecidos) e uma infinidade de detalhes individuais sobre sentimentos e relações familiares (p. 226).

Conforme explicado por Faria, os testamentos traziam deliberações específicas sobre os bens destinados a partilha, mas principalmente, serviam como mecanismos para tornar conhecida a vontade do testador com relação aos procedimentos que deveriam ser empregados para salvação da sua alma. Indicava-se assim, o número de missas a serem rezadas e a qual santos, as caridades e esmolas destinadas aos pobres, a mortalha, local do velório, sepultamento, entre outros detalhes. Os inventários *post-mortem*, segundo Faria (1998), se destinavam a aqueles que tinham algo a deixar, sendo abertos pela família, ou na falta destes, pelo juiz de órfãos quando houvessem filhos menores. A pesquisadora considera que “Os inventários *post-mortem* são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia” (Idem, p. 227). Ou seja, através desses documentos conseguimos apreender as principais referências ao modo de vida dos inventariados, sua família, crenças, valores, costumes, aplicações financeiras, em que se baseavam suas atividades econômicas, o que havia em suas terras, entre outros aspectos.

Entre os bens listados no inventário de Luiz Jacintho Ferreira estava a fazenda denominada Socorro, situada no 1º distrito da vila. Conforme consta, o campo já teria sido medido e demarcado pela Lei Torrens¹¹, contendo mais de légua de sesmaria. Dividindo-se ao norte com as invernadas da herdeira Ottília, a leste, com Cândido de Camargo Mello, ao sul com João Vieira e a oeste com Virgílio Antônio Rodrigues, Antônio Francisco Rodrigues Tito, e Ernesto de Medeiros Branco. Na propriedade havia uma casa de moradia coberta de telhas, com cozinha, três galpões, mangueiras de pedra, lavoura cercada de pedras, um pequeno poteiro e mais benfeitorias. Consta no inventário, que o falecimento de Luiz Jacintho Ferreira ocorreu no dia 14 de janeiro de 1896 na Colônia de Caxias, sendo que a viúva Bernardina solicita sua dispensa do cargo de inventariante alegando problemas de saúde, conforme se lê:

Diz Bernardina Jacintho Ferreira que, havendo falecido no dia 14 de janeiro do corrente ano na Colônia Caxias, seu marido Luiz Jacintho Ferreira, com testamento e tendo de se proceder nesta Vila da Vacaria o inventário dos bens de seu extinto casal, por ser ali sua residência e não podendo a suplicante devido ao seu incômodo de saúde ir a esse juízo

11 O Registro Torrens é uma modalidade de sistema registral de propriedade imóvel rural, criado em 1858 na Austrália, e passou a ser conhecido pelo nome de seu idealizador, o irlandês Robert Richard Torrens. No Brasil, foi adotado no início do período republicano, com a edição do Decreto 451-B, de 31 de maio de 1890. O Registro Torrens torna a propriedade da terra incontestável, sob a garantia do Estado (Tedesco; Neumann, 2023, p.143)

proceder o respectivo inventário, na qualidade de inventariante e 1º testamenteira, requer por isso, que vossa senhoria se digne dispensá-la desse cargo, para o qual indica o cidadão João Antônio Jacques, 2º testamenteiro.

Coube ao testamenteiro inventariante e tutor da herdeira Ottilia, João Antônio Jacques, segundo inventário *post-mortem*, a quantia de 8:748\$775 réis, sendo 6 contos de réis como prêmio de tutela da órfã, além da vintena de testamenteiro arbitrada em 5% e que perfazia o total de 2:748\$775 réis. Tendo sido reduzido deste valor a taxa de 650\$245 réis à fazenda do estado “do excesso do prêmio no que excede da vintena nos termos do artigo 16, parágrafo 3º do regimento de 12 de junho de 1893, pelo que fica sendo o dito prêmio de vintena, reduzido a quantia líquida de 8:098\$530 réis”. O pagamento a herdeira Ottilia foi realizado da maneira seguinte:

Pagamento feito a herdeira órfã Ottilia de sua legítima paterna da quantia de 108:851\$502 réis. Haverá em seu pagamento os bens seguintes: a casa de moradia edificada na fazenda do Socorro, com galpões, piquete e todas as suas benfeitorias, por 4 contos de réis. Haverá mais no campo da fazenda do Socorro, a 3 léguas mais ou menos desta vila, com todas as taipas de pedras e mais benfeitorias, avaliado por 76 contos de réis, somente a quantia de 52:417\$105 réis. Na dívida de Jacob Kraeff Filho da quantia de 83:240\$000 réis, somente a quantia de 52:024\$397 réis. Haverá mais um relógio de ouro com corrente, por 150 mil réis, um aparelho de prata para arreios, usados, por 100 mil réis, um carro de duas rodas, por 30 mil réis, uma cama de ferro para casal, por 40 mil réis, 4 mesas velhas por 8 mil réis, 5 cadeiras por 5 mil réis, um bidê por 20 mil réis, um taxo de cobre grande por 30 mil réis, um dito pequeno por 10 mil réis, um serrote por 2 mil réis, 7 catres por 7 mil réis, 2 bancos por 2 mil réis, 3 mesas pequenas por 6 mil réis. E por esta forma houveram eles juízes e partidores este pagamento por feito (...)¹².

Ottilia torna-se, portanto, a proprietária das terras e casas na fazenda do Socorro, no entanto, sua madrastra possuía o usufruto da propriedade, e Ottilia na época com 11 anos de idade ficou sob a responsabilidade de seu tutor, João Antônio Jacques. Coube a terceira esposa de Ferreira de nome Bernardina Jacintha Ferreira, a quantia de 43:582\$895 réis, sendo destes 23:582\$895 réis pagos nos campos da fazenda do Socorro e, 20 contos de

12 APERS. *Inventário post-mortem de Luiz Jacintho Ferreira*. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos nº 416.

réis na dívida de Jacob Kraeff.

Entre os animais haviam apenas 5 éguas com crias de mulas, 1 égua com cria de potrilho, 27 éguas sem crias, 4 cavalos ditos em “bom estado”, 2 cavalos ditos em “mau estado”, 3 cavalos xucros de sobre ano, 10 potros de ano para cima, 8 bois mansos, além de 310 ovelhas. No inventário encontra-se a transcrição de um documento de venda de animais, e louvação de bens móveis, datado de 7 de setembro de 1893, em que Luiz Jacintho Ferreira, juntamente com sua filha fazem venda de animais ao tenente coronel Jacob Kraeff Filho, também arrendando a ele terras da fazenda, conforme se lê no registro:

E logo pelo tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira, me foi dito perante as minhas testemunhas que sendo proprietário de parte da fazenda Socorro, sita no primeiro distrito deste termo, e usufrutuário da parte (ilegível) e componente da mesma fazenda como pai e (ilegível) que é de sua filha e senhora dessa parte ocupando como ocupa toda a fazenda com as confrontações que hora tem aquelas povoadas com criações de gado *vacum* esta contrata com o outorgado, bem desta escritura e na melhor forma de direito para vender-lhe como de fato vendem todo o gado de cria e bois de invernar existentes na mesma fazenda, a saber o gado de ano para cima e bois em número de 2.220 cabeças, constando o presente contrato de venda, o aluguel ou arrendamento de toda a dita fazenda, pelo preço total de 93 contos 240 mil réis do mesmo dia a lhe completarem de três anos de prazo, e na falta dos referidos pagamentos pagará mais o prêmio de 8% ao ano a ter seu real embolso¹³

Conforme consta na descrição, a fazenda possuía um rebanho de 2.220 animais, tendo sido estes vendidos ao então arrendatário da fazenda, Jacob Kraeff Filho, anteriormente morador do termo de São Leopoldo, no valor de 93:240\$000 réis, com juros de 8% ao ano caso fosse ultrapassado o prazo de três anos. Entre as cláusulas impostas para o arrendamento da propriedade estava em primeiro lugar, o impedimento do locatário de fazer benfeitorias sem licença escrita do locador. Em segundo, a renúncia de todas as casas e demais bens da fazenda, deixando a ressalva de que se a fazenda fosse invadida por tropas beligerantes, ocasionando prejuízo na criação vendida de mais de 2.000 cabeças, ficaria com o direito de usufruir da fazenda por mais dois anos além do prazo estipulado.

¹³ Idem.

Todavia, não seria considerado como prejuízo a saída do gado por outros meios, como os furtos, que declarasse ser “exercida por particulares ou quadrilhas de particulares”. Em terceiro, não ficaria o locatário sujeito ao pagamento do imposto municipal relativo a “indústria partível”, pagando o imposto territorial em igualdade com o proprietário. O quarto item da cláusula esclarecia que em caso de morte do arrendatário o direito do domínio útil não passaria aos seus herdeiros ao tempo de duração do mesmo contrato. No quinto item ressaltava-se que, o direito de usufruto do arrendatário se limitava as pastagens, salvo a madeira necessária para reparo das benfeitorias existentes na fazenda.

A sexta cláusula excluía do contrato a casa de moradia com todos os seus móveis, a qual ficaria a cargo do administrador Diogo Jacintho Ferreira. O sétimo item referia-se a conservação das taipas de pedras e mangueiras de pedras, exigindo que as mesmas fossem mantidas em bom estado de conservação, conforme haviam sido entregues. Abria-se, contudo, uma exceção para que o arrendatário pudesse fazer plantações nas “capoeiras sobre o rio Pelotas”. A foto 2.1 *Sede da fazenda do Socorro* mostra a propriedade nos dias atuais:

Foto 2.1 Sede da Fazenda do Socorro



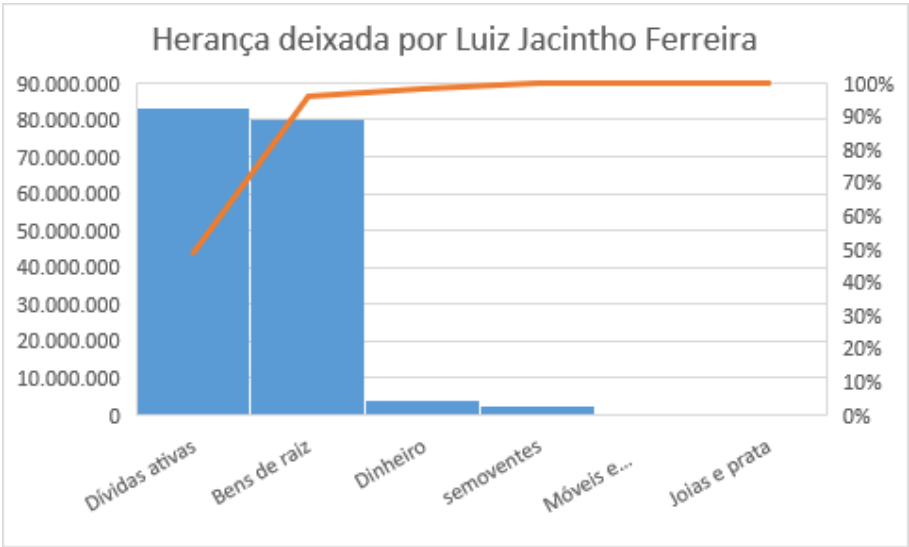
Fonte: Fazenda do Socorro 2018. Foto da autora.

O fazendeiro possuía também, no momento em que foi aberto o inventário, investimentos em dinheiro, sendo estes uma caderneta da “Caixa Econômica” de Porto Alegre, sob nº 33, 194, com 4 contos de réis, depositados em abril de 1895, além de dinheiro em poder do tenente coronel Jacob Graeff, referente ao arrendamento de parte de campo na fazenda Socorro, no valor de 83:240\$000 réis, que teria seu vencimento em 7 de setembro de 1896. Em ouro os bens deixados foram apenas um relógio e uma corrente e,

em prata um aparelho para arreios ou montaria já usado, contendo rédea, rabicho, fiador, peitoral, estribos e bocais.

Também foram inventariados móveis e objetos, sendo estes, 1 carro de duas rodas, 10 dúzias de tábuas de pinho, 25 arrobas de arame para cerca em pedaços, 1 cama de ferro para casal, 4 mesas velhas, 5 cadeiras, 1 bidê, 1 taxo grande de cobre, 1 taxo pequeno, 1 serrote, 7 catres de couro, 2 bancos compridos e, 1 máquina de ferro para estender arame. Quanto “a louça de uso e trem de cozinha foram inutilizadas pelas forças que estiveram acampadas na fazenda”¹⁴. Somou o monte mor da herança deixada o valor de 170:450\$000 réis, sendo descontado deste a soma de 1:023\$480 réis para despesa das contas do inventariante, restando o valor de 169:426\$520 réis, divididos conforme o gráfico 2.2 *Herança deixada por Luiz Jacintho Ferreira*:

Gráfico 2.2 Herança deixada por Juiz Jacintho Ferreira



Fonte: Inventário *post-mortem* de Luiz Jacintho Ferreira (1896) Elaboração da autora.

O gráfico mostra que grande parte da fortuna inventariada estava aplicada em dívidas ativas, o que corresponde ao dinheiro que deveria ser pago por Jacob Kraeff. Em seguida, aparecem os bens de raiz, o que indica a valorização econômica das terras, neste caso com aplicação em arrendamento. O dinheiro pertencente ao fazendeiro estava depositado na Caixa Econômica de Porto Alegre e perfazia um montante superior ao valor da

14 APERS. *Inventário post-mortem de Luiz Jacintho Ferreira*. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos nº 416.

soma dos semoventes. Entre os animais, o rebanho de ovelhas destacou-se expressivamente diante dos demais, o que sugere que esses animais eram comercializados com alguma vantagem, que pode estar relacionada primeiramente a venda da lã para fabricação de roupas e agasalhos. No que se refere a confortos e requintes, nota-se que a fazenda não apresentava luxo algum em seus móveis, sendo estes simples e rústicos, e as joias e pratas se limitavam a peças isoladas, como relógio, corrente ou adereço de um instrumento de montaria.

Do valor líquido do monte mor de 169:426\$520 réis, foram descontados 4 contos de réis para pagamento de uma criada do falecido fazendeiro, de nome Francina, ficando o monte na importância de 165:426\$520 réis. Deste valor também houve o desconto das custas de inventário, calculados em 500 mil réis, restando o valor de 164:926\$520 réis. Coube dessa quantia 54:975\$506 réis para pagamento da terça da viúva usufrutuária Bernardina Jacintho Ferreira, restando à herdeira Ottilia a legítima paterna de 109:951\$012 réis.

Do pagamento correspondente a terça da viúva, foram descontados o valor de 6 contos de réis, uma vintena arbitrada em 5% correspondente a 2:748\$775 réis, o valor referente as esmolos que deveriam ser distribuídas aos pobres em 300 mil réis, as missas pela alma do falecido no valor de 50 mil réis, além da taxa a fazenda do estado pelo usufruto na forma do testamento com juros de 5%, na quantia de 2:293\$836 réis. Estas 4 parcelas somadas alcançavam, segundo dados do inventário, o valor de 11:392\$611 réis, sendo reduzida a terça paga a viúva a quantia de 43:582\$895 réis. Ao legado da filha Ottilia foi abatido ainda o valor de 1:099\$510 réis, referente a taxa de 1% que deveria ser pago a fazenda do estado, ficando sua legítima na quantia de 108:859\$502 réis.

O inventário *post-mortem* deixado por falecimento de Luiz Jacintho Ferreira (1896)¹⁵ nos mostra que havia na fazenda do Socorro um rebanho de 710 bovinos, 237 animais cavaleiros, 41 muas. A família contava com o serviço de ex-escravos, sendo estes: Hemetério, Nicolau, Antônio e Paulina, avaliados cada um por 200 mil réis e todos por 800 mil réis. Estes constam terem sido alforriados no dia 07 de setembro de 1884 com a condição de prestarem serviços a fazenda por 5 anos a contar daquela data.

As benfeitorias existentes na fazenda, listadas no inventário da viúva de Luiz Jacintho perfaziam duas casas cobertas de telhas com galpões e cozinha cobertas de tabuinhas com 3 mangueiras de pedra, avaliadas por

15 APERS. *Inventário post-mortem de Luiz Jacintho Ferreira*. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos nº 416.

1:600\$000 réis. O monte mor dos bens descritos e avaliados resultou na quantia de 120:800\$000 réis, totalizando em móveis a quantia de 1:952\$000 réis; em semoventes o valor de 14:148\$000 réis e, em bens de raiz o valor de 104:700\$000 réis. Além das terras da fazenda do Socorro também pertencia a Luiz Jacintho Ferreira, um rincão de campos denominado Damasceno contíguo a fazenda do Socorro, com mais ou menos uma légua de extensão, confrontando com campos de Lucas de Camargo Mello pelo rio Santa Ana e pelo rio Damasceno acima com Miguel Viera da Rocha e João Ignácio Vieira, avaliado por 10:000\$000 réis, além de uma fazenda de culturas denominada Itapavas, situada na província de Santa Catarina, avaliada por 9 contos de réis no inventário dos bens deixados por Ignácio Manoel Velho, perfazendo a quantia de 863\$708 réis.

3 FAMÍLIA E PATRIMÔNIO

Conforme exposto, as relações familiares abarcavam diferentes dinâmicas que auxiliavam na inserção e permanência de membros ao grupo parental, sendo usual as trocas de favores, que incluíam a prática de auxílio mútuo e favorecimentos. Por vezes, as relações de reciprocidade poderiam auxiliar em caso de perda patrimonial, pagamento de dívidas ou colocação de novos integrantes dentro de um círculo social vantajoso. Sobre este aspecto Comissoli (2011) ressalta a preocupação de manter a posição privilegiada das famílias, assim como as possibilidades de ascensão social, entre as estratégias de conservação da riqueza e do prestígio. Nesse sentido “a formação familiar se mostra orientada, mas também capaz de influenciar, as alianças políticas e as sociedades econômicas, apontando para a forte imbricação de níveis da vida social e a existência de atores sociais múltiplos” (Comissoli, 2011, p. 36).

Otilia, a filha de Luiz Jacintho Ferreira, casou-se com Honório Brito, tendo falecido no ano de 1904. Os bens descritos em seu inventário *post-mortem* nos mostram que o casal vivia em Porto Alegre, possuindo então um terreno na quadra da rua Voluntários da Pátria, onde residiam. A propriedade possuía “11 metros de frente ao norte no alinhamento da Avenida Brasil e 37 metros aos fundos com terreno da quadra número 3, de propriedade da Cia Social e Agrícola, dividindo-se a leste com Manoel Álvaro Soares e a oeste também com o dito da referida Cia”¹⁶. O casal era possuidor de uma casa comercial, situada na rua dos Andradas, número 27, em nome de Honório de Brito. Consta pertencer a herança do casal os seguintes títulos:

16 APERS. *Inventário post-mortem de Otilia Ferreira Brito*, 1904. Autos nº 366.

30 apólices da Intendência Municipal desta cidade sob número 3.033 e 64 do valor de 500 mil réis e dos juros de 7% ao ano, acharam valer cada uma 500 mil réis e todas por 1:500\$000 réis; 35 ações da companhia de Fiação e Tecidos Porto Alegrense com sede nesta capital, do valor nominal e integrado de 200 mil réis, sob número 1.232 à 1.248, 1.335 à 1.337, 4.497 à 4.948, 6.502 à 6.509, 6.656 à 6.659, acharam valer 260 mil réis cada uma e todas a quantia de 9:100\$000 réis.

Em 03 de dezembro de 1904, Honório de Brito, representado por seu procurador João Baptista de Sampaio, fez algumas declarações, para complementar as alegações até então constantes no inventário. O procurador salientou que deveriam ser acrescidos aos bens descritos a importância de 800 mil réis, preço pelo qual havia sido firmado um acordo de venda a Ferreira Weber, de um quinhão na parte de terras e matos localizados no lugar denominado Itapavas, em Araranguá, avaliadas em 1:200\$000 réis, no valor de 600 mil réis. Este contrato, conforme afirmação do procurador teria ocorrido na existência do casal, não tendo sido realizada a escritura pela prematura morte da inventariada, solicitando assim, que a venda fosse legalizada.

O procurador também faz menção a quantia de 20 contos de réis, referentes a terça parte da herança do finado Luiz Jacinto Ferreira, pai da inventariada, que foi legado em usufruto a sua mulher dona Bernardina Jacintho Ferreira. O agente alegou que em razão da morte da inventariada, esse valor deveria ser acrescentado à herança de Ottilia, por ser ela a verdadeira herdeira da propriedade.

Os bens de raiz descritos foram avaliados em 800 mil réis, os títulos importaram no valor de 24:100\$000 réis, a casa comercial foi avaliada em 51:247\$020 réis, além de 800 mil réis em dinheiro. Perfez o monte mor o valor de 76:947\$020 réis, ficando o monte líquido e partível na quantia de 76:237\$120 réis. A meação do viúvo Honório de Brito importou na quantia de 38:118\$560 réis, sendo reduzido deste o valor da taxa de 381\$185 réis, ficando o monte líquido no valor de 37:737\$375 réis. O casal possuía dois filhos, cuja legítima de cada um perfez o valor de 18:868\$687 réis. Com relação ao modo como se procediam as partilhas, considerando as imbricações matrimoniais vamos recorrer aos estudos realizados por Sheila de Castro Faria (1998), onde a pesquisadora aponta que:

Os casamentos realizavam-se em regime de comunhão de bens ou de “carta a metade”, o que significava a junção de todos os bens (passados, presente e futuros) dos cônjuges,

no ato do matrimônio. Havia outros regimes de bens, mas eram raros [...]. Na morte de um dos cônjuges, a metade dos bens era do sobrevivente e a outra dividida em três, duas para os “herdeiros necessários” e uma para quem o falecido deixasse em testamento. Caso não houvesse testamento (sucessão *ab intestato*, escrito muitas vezes “abentestado”, nos inventários locais), as três eram dos herdeiros, retirando-se somente o necessário para ritos funerários. Na ausência de filhos (legítimos, legitimados, naturais ou adotivos), a ordem de sucessão era: descendentes (netos), ascendentes, cônjuges, colaterais até o décimo grau e o Estado (p. 257).

Diante do exposto pela autora, podemos evidenciar que existiam regras para a partilha de bens e mesmo com a existência de testamentos, procedia-se a critérios específicos na execução do processo de inventário e divisão de heranças. Sendo que, primeiramente realizava-se a soma de todos os valores necessários ao pagamento de despesas e, havendo testamento havia a exigência do cumprimento de todas as normativas impostas neste registro. Ou seja, por mais que os herdeiros ou os próprios fazendeiros possuísem interesses específicos deveriam se sujeitar às condições impostas pela lei e, não cabia aos sucessores ou legatários, escolher, por exemplo, qual parcela de terras seriam designadas a si ou se receberiam propriedades ou animais, salvo raras exceções.

A meação de Honório de Brito, por exemplo, foi paga na casa comercial, sendo esta no valor já mencionado de 38:118\$560 réis. Os filhos do casal, de nomes Ida Brito e Luiz Brito, receberam em pagamento um terreno situado na quadra número 5 da rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, com 11 metros de frente no alinhamento da Avenida Brasil e 37 metros e 40 centímetros de fundos ao sul, confrontando com terrenos da quadra número 3, de propriedade da Cia. Predial e Agrícola, avaliado por 800 mil réis, apenas a quantia de 400 mil réis cada um; Na casa comercial o valor de 6:288\$687 réis, nas 15 apólices da Intendência Municipal de Porto Alegre, no valor de 500 mil réis cada uma, a quantia de 7:500\$000 réis; Nas 17 ações da companhia de Fiação e Tecidos Porto Alegrense, com sede na capital, avaliadas por 260 mil réis cada uma, a quantia de 4:420\$000 réis, somando estas 4 parcelas o valor de 18:868\$687 réis.

Consta no documento de inventário ainda, o valor de uma hipoteca que deveria ser paga no momento da partilha, caso contrário os bens dos menores, deveriam ser vendidos em hasta pública para saldar a dívida. Para defender-se quanto a obrigação da venda das heranças de seus filhos, Honório apresentou artigos de lei onde afirmava-se que:

O documento número 37 de maio de 1890, fundamento legal do despacho aludido diz no artigo 159: se isso tratar da especialização da hipoteca legal da mulher casada ou de menores e interdictos, se os imóveis designados forem insuficientes, não tendo o responsável outros, além destes, o juiz julgará improcedente a especialização¹⁷.

Honório de Brito, refere-se desse modo, aos artigos da lei que defendiam que existindo crianças, mulheres ou pessoas incapacitadas, os imóveis não poderiam ser vendidos para pagamento de dívidas se estes fossem únicos. Honório cita também o artigo 48, de dezembro de 1890, que julgando-se sem efeito a petição, ficavam as mulheres, os menores e os interdictos, com sua hipoteca legal, paralisado “enquanto o responsável não possuir bens suficientes para cobrir a responsabilidade que contrata”. O pai alega também que a lei lhe concedia a administração e o usufruto dos bens de seus filhos, e refere-se novamente aos artigos da lei:

A ordem do livro 1º folhas 88 inciso 6º diz expressamente: “e tanto que o inventário foi feito fora as partilhas e avaliações como dito é. E deixará os bens (dos menores) em poder do pai, porque por direito é seu legítimo administrador. Ora, o que ordena o juiz da comarca, a venda dos bens dos menores, com a obrigação de recolher ao produto ao cofre de órfãos, importa um positiva infração, ao teto citado, pois é tirar tais bens do poder do suplicante. O exímio T. de Freitas (conforme nota 10 ao artigo 174) diz: “os juízes de órfãos não poderão obrigar o pai a vender os bens de seu usufruto para empregar na praça deles em compra dos bens de raiz, ou de apólices da dívida pública ou de ações de companhias - tudo isto se pode fazer com o consentimento do pai e coagi-lo o é abuso de autoridade. Ocorre que se recolha o dinheiro ao cofre de órfãos pareça ao suplicante mais ilegal ainda, porque ao cofre de órfãos recolhe-se dinheiro de órfãos e não dos menores que tendo pai vivo, não podem ser considerados órfãos como é corrente em dinheiro (Lobão ...)”¹⁸

Mesmo diante das tentativas de Honório de Brito em impedir a perda, o juiz determinou que, seria mais proveitoso para os menores que seus bens fossem vendidos em pregões a quem por eles mais oferecesse. E argumentou: “Ora, muito logo de haver mais proveito para os ditos menores em que tal venda se faça, pelo contrário dela se poderá provir prejuízo”. No en-

17 APERS. *Inventário post-mortem de Otília Ferreira Brito*, 1904. Autos nº 366.

18 APERS. *Inventário post-mortem de Otília Ferreira Brito*, 1904. Autos nº 366.

tanto, pondera que o país estava passando por um momento de crise, com uma grande falta de dinheiro e que os bens não obteriam sequer o seu valor real, além das despesas e custas provenientes da venda em praça pública.

No ano de 1915, com o falecimento da usufrutuária da fazenda do Socorro, Bernardina Jacintha Ferreira, Honório de Brito solicita novamente que seja realizado o pagamento do legado do usufruto que importava no valor de 20 contos de réis. Os bens de raiz (quinhão de campo) já haviam sido vendidos a partir da desistência realizada por Bernardina de seu usufruto. A certidão de venda da fazenda do Socorro, também aparece descrita no inventário de Ottilia, apresentando esta a data de 25 de abril de 1903. No documento consta que, Honório Brito e sua mulher Ottilia Ferreira de Brito, moradores na capital Porto Alegre, venderam a fazenda do Socorro ao comprador Marcos Flores de Noronha, residente na República Oriental do Uruguai, tendo sido a referida fazenda adquirida por herança do tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira e sua esposa Ottilia Ghartener Ferreira. O documento mostra que a fazenda achava-se em parte sob domínio de usufruto da terceira mulher de Ferreira, sendo a venda ajustada no valor de 60:000\$000 de réis.

Em 1916 foi realizado o auto de sobrepartilha quanto ao valor de 20 contos de réis resultante do pagamento do legado de usufruto de Bernardina. Sendo reduzido desse valor os custos de inventário, o monte mor importou em 19:639\$400 réis, ficando a meação do viúvo Honório de Brito na quantia de 9:819\$700 réis, do qual foi reduzida novamente a quantia de 107\$500 réis, referente a taxa de 1%, ficando o valor em 9:712\$200 de réis. Coube a legítima de cada um dos filhos o valor de 4:856\$100 de réis.

Observamos no decorrer de nossas análises a fragmentação da herança deixada inicialmente por José Joaquim Ferreira e, a consequente instabilidade patrimonial em que a família se encontrava após o encerramento do inventário decorrentes dos litígios envolvendo disputas de heranças. Durante a administração de Luiz Jacintho Ferreira a propriedade do Socorro foi aos poucos deixando de pertencer a família, através da venda de animais e terras. A fazenda que antes abrigava uma vasta criação de rebanhos, principalmente gado bovino, passou a ser arrendada enquanto seus proprietários transferiram suas residências para outros municípios. Com a morte de Luiz Jacintho Ferreira, a família se desintegra e sua filha Ottilia passa a residir em Porto Alegre. Quando a mesma vem a falecer seu marido decide então se desfazer do que ainda restava de sua herança na sede da fazenda, marcando o final da transmissão geracional da propriedade do Socorro.

Convém salientar que desde a aquisição da sesmaria por José de

Campos Bandemburgo, em 1770, a fazenda sempre esteve em mãos de descendentes do grupo familiar, até 1903, quando a propriedade foi vendida a Marcos Flores de Noronha. Nesse sentido, podemos evidenciar que os desdobramentos resultantes das disputas de heranças de José Joaquim Ferreira, assim como a ausência de filhos do casal, resultaram na dilapidação de seu patrimônio. Outra questão que interferiu diretamente para que não houvessem herdeiros diretos para dar continuidade a administração dos bens familiares está relacionada ao fato de que os casamentos eram frequentemente realizados entre parentes consanguíneos próximos. De modo que, tanto Luiz Jacintho Ferreira, quanto José Joaquim Ferreira possuíam vínculo consanguíneo com suas esposas, o que impossibilitava ou dificultava o desenvolvimento de uma gestação. Tal estratégia criada para manter preservada a herança acabou tomando o sentido inverso e ocasionando a perda do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as interações familiares e suas implicações no momento de partilha e divisão de heranças, considerando as dinâmicas de reciprocidade, troca de favores e interesses que norteavam as relações sociais e familiares entre o final do século XIX e início do século XX. A pesquisa aqui apresentada teve como objeto de estudo uma das fazendas mais antigas de Vacaria-RS, a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, atualmente tombada como patrimônio histórico. As fontes de pesquisa utilizadas foram os inventários *post-mortem* de José Joaquim Ferreira (1872), Luiz Jacintho Ferreira (1896) e Otília Ferreira Brito (1904), recorrendo também as descrições de testamentos presentes no mesmo documento, entre outros registros familiares.

Considerando as questões envolvendo as disputas de heranças evidenciamos que a escrita de testamentos, apesar de representar um importante instrumento de distribuição patrimonial, poderia ser convertido em um recurso extremamente delicado, podendo provocar o descontentamento familiar. A discordância dos termos expressos em testamentos e, mais precisamente sobre a escolha do testador quanto ao destino de suas propriedades e bens, poderia converter-se em querelas de disputas entre herdeiros, com desdobramentos que colocavam em risco tanto a tranquilidade, quanto à manutenção do patrimônio familiar.

No referido episódio do assassinato de Ferreira, os membros da família quando inqueridos em interrogatório durante o processo crime¹⁹ afir-

19 APERS. **Processo Crime do Escravo Anacleto**, 1873. Autos nº 2007.

maram a insatisfação quanto a decisão de Ferreira em legar todos os seus bens a seu sobrinho Domingos. A justificativa incidia no fato de Domingos não ser considerado responsável, nem merecedor de administrar a fortuna de Ferreira, devido a sua conduta dentro e fora da fazenda. Membros do núcleo familiar apontam também que o sobrinho estaria articulando meios de tomar posse da herança com antecedência, o que já envolvia a morte de seu tio. Cabe ressaltar que a falta de herdeiros diretos foi o motivo principal da escolha do testador pelo sobrinho, que o considerava como integrante mais próximo de uma relação paterna.

Já o espólio angariado por Luiz Jacintho Ferreira aponta para as vantagens de obter êxito na aquisição de uma herança familiar alicerçada no apoio de membros do grupo. Todavia, sua morte, que aconteceu pouco tempo depois de ter adquirido a herança, provocou uma desestabilização acentuada quanto ao destino de seus bens, já que sua herdeira filha era uma criança de 11 anos de idade naquele momento. Cabe ressaltar que em seu testamento ao deixar sua terceira mulher como usufrutuária da fazenda, Ferreira também a incumbiu de cuidar de sua filha, o que a mesma não fez. Registros posteriores mostram que Otília ficou sob a guarda do segundo testamenteiro, sendo este seu tutor e, que houveram relatos de aproveitamento inadequado de sua herança por parte dos responsáveis.

Nesse sentido, evidenciamos que as relações familiares alicerçavam condições de permanências de heranças no núcleo familiar, promoviam os cuidados necessários para o bem estar de seus integrantes. Todavia, a tranquilidade aparente era fortemente abalada em momentos de partilhas de heranças, podendo ocorrer desentendimentos e rivalidades bastante sérias entre os possíveis herdeiros, o que, por vezes poderia resultar na desestruturação familiar e perda patrimonial.

REFERÊNCIAS

- CAMPS, Joan Bertard. La estrechez del lugar: Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNES, Francisco Chacon e FRANCO, Juan Hernández (Eds). **Poder, família e consanguinidade em la Espanha del Antiguo Régimen, Barcelona**. Antropos:1992, p. 107-156.
- COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c)**. Rio de Janeiro, 2011.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FREITAS, Denise Terezinha Leal “Matrimônio, praça sitiada: os de fora que-rem entrar, os de dentro querem sair”. Algumas trajetórias de nubentes que ascenderam ao altar na Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (et al.) **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo, Unisinos: 2014.
- HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (et al.) **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo, Unisinos: 2014.
- KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói, 2006.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi (et al.) **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo, Unisinos: 2014.
- TEDESCO, João Carlos. NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, v. 06, 2023. Disponível em: https://ppghistoria.furg.br/images/E-books/colonos_colonias_e_colonizadoras-EBOOK-PDF.pdf. Acesso em 20 jan.2024.

FONTES

- Inventário post-mortem de José Joaquim Ferreira/** 1872 (1º e 2º volumes). Ano: 1872. Autos: 90. Estante: 119. Maço: 3. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.
- Inventário post-mortem de José Joaquim Ferreira/** 1880. Inventariante: Antonio Manoel Velho. Ano: 1880. Autos nº: 170. Maço nº 5. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.
- Inventário post-mortem de Antônio Manoel Velho/** 1848. Inventariante: Ignácio Manoel Velho. Nº 540. Maço:3. Estante: 10. Santo Antônio da Patulha/ Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.
- Inventário post-mortem de Luiz Jacintho Ferreira.** Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos nº 416. APERS.
- Testamento de José Joaquim Ferreira/** 1869. Testamenteiro: Domingos Gomes da Cunha. Nº 32. Maço: 2. Estante: 119. Ano: 1869. Provedoria. APERS.

Processo Crime do Escravo Anacleto/ 1873. N° 2007. Maço: 60. Estante: 58.
Ano: 1873. Cartório: Civil e Crime. APERS.

Desistência de Herança: Requerente: Luiz Jacintho Ferreira. N° 750. Maço:
24. Estante: 120. Ano: 1880. Vacaria/ Civil e Crime. APERS.

Inventário *post-mortem* de Otília Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.
APERS.

Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcri-
ção número 12, folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

Recebido em: 29/11/2023

Aceito em: 15/02/2024

DOCUMENTAÇÃO

SÓCIOS DO IHGRGS – LEMBRANÇAS

Instituto Histórico e Geográfico do RS

O ano de 2024 ficará marcado por uma calamidade que vai ser motivo de lembranças por muitos anos. A enchente que, em maio deste ano, fez do nosso estado uma região assolada pela catástrofe, certamente deverá ser referência em todas as memórias produzidas a partir daí. Nesse sentido, o IHGRGS vai buscar participar, como sempre, buscando registrar os episódios que formaram nossa história. Ainda assim, não podemos nos furtar em relembrar nossos integrantes que, se ainda estivessem conosco, certamente estariam – cada um à sua maneira – relatando tais episódios e discutindo-os de forma qualificada. Para marcar esses eventos, publicamos textos de autoria de nossos homenageados, como forma de registrar suas relativas efemérides, e lembrar sempre que a postura crítica, de análise e interpretação da realidade, é marca registrada de nossa instituição, e seguirá dessa forma frente a todos os desafios que teremos nos próximos anos.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN



Em julho de 1934, há 90 anos, nascia Beatriz Vasconcelos Franzen, que foi, durante sua vida profissional, uma das mais relevantes estudiosas de nossa história, tendo exercido o magistério em diversas escolas e, a partir de 1964, atuou na graduação e pós-graduação no curso de História da Unisinos, integrando ainda diversos projetos de pesquisa, tendo publicado vários artigos. Em 2008, tornou-se associada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, local que também recebeu sua profícua e intensa participação. Para lembrarmos os noventa anos de seu nascimento, republicamos seu trabalho relativo à presença açoriana no Rio Grande do Sul, lembrando que, em tempos de registros imigrantes, também essa população foi importante para a formação de nosso estado.

Boa leitura!

Beatriz Vasconcelos Franzen

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

a identidade açoriana nas obras de cronistas,
viajantes e historiadores sul-riograndenses



Ponta Delgada

2003

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses

por

Beatriz Vasconcelos Franzen*

A presença açoriana, no extremo sul da América portuguesa, incluindo a Colônia do Sacramento, faz-se notar antes mesmo da sua vinda oficial, iniciada em 1748, quando foram enviados para Santa Catarina os primeiros casais de número. Em 1722 foram mandados para a Colônia do Sacramento trinta ilhéus que haviam chegado no Rio de Janeiro, sem autorização. Em vez de fazê-los retornar a Portugal, como determinava a lei, o governador resolveu remete-los para a Colônia do Sacramento, que, naquele momento, vivia um período de calma (após o Tratado de Utrech – 1715 - até o início do novo cerco que ocorrerá de 1735 a 1737) e necessitava incrementar seu povoamento. Dois anos depois (1724), sete casais chegados ao Rio nas mesmas condições são, também, enviados para a colônia. Em 1728, segundo os documentos da época, “*uma leva de ilhéus*” chegava à colônia, novamente enviados pelo Governador do Rio, visto que haviam aportado naquela cidade sem autorização para emigrar. A partir de 1737 com a fundação de Rio Grande (instalação do forte de Jesus, Maria e José), muitos açorianos, vindos da Colônia do Sacramento, fugindo dos conflitos permanentes a que aquele estabelecimento português no Rio da Prata estava sujeito, buscavam segurança e tranquilidade no novo povoado. Nos primeiros anos, as dificuldades eram grandes.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (Porto Alegre - Brasil).

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

Em 1744, o padre Melchor Strasser, S.J., que participava de uma expedição de missionários que se destinava ao Paraguai e ao Chile, teve o seu navio naufragado nas costas do Rio Grande do Sul. Alguns sobreviventes chegaram a praia e após algumas peripécias alcançaram o povoado de Rio Grande. Conta ele que os habitantes relataram suas dificuldades iniciais:

A comarca em que eles vivem atualmente era, ainda a sete anos, uma selva horrível e emaranhada na qual se refugiavam, além de inumeráveis papagaios, muitos tigres ferozes... Em cada casa é fácil encontrar uma ou duas peles de tigres, que colocam em cadeiras e assentos... [...] As casas, [escreve ele] são miseráveis... tanto o palácio do Governador como a nossa capela estão cobertos somente de palha. Os infelizes vizinhos não estão seguros por serem sepultados pela quantidade de areia que o vento muito forte acumula nos arredores (Ornellas, 1947, p. 100).

Porém, o interesse do governo português, com o sucesso do novo núcleo e com o povoamento do território, levou-o ao planejamento de uma colonização com os açorianos que já vinham dando mostras de adaptação ao ambiente. Uma comprovação deste plano é a Provisão Régia de 09 de agosto de 1747 que estabelecia as condições do culto na freguesia que se havia de erigir no Rio Grande do Sul, para os colonos açorianos. Esse interesse no povoamento do Sul do Brasil, por parte da Coroa portuguesa, intensifica-se a partir da assinatura do Tratado de Madrid. É de fundamental importância resguardar as fronteiras que estão sendo criadas, povoando os territórios agora reconhecidos como portugueses.

A chegada dos açorianos, no Rio Grande do Sul, data de dezembro de 1751, quando os primeiros casais de número aportaram em Rio Grande.

Essa presença açoriana no Rio Grande do Sul teve uma influência marcante na formação da sociedade sul-riograndense, tanto no que se relaciona com a constituição étnica da população como com o seu modo de ser e a sua cultura.

A cultura sul-riograndense apresenta inúmeras manifestações que demonstram claramente essa influência. Entretanto, à medida que o tempo passa, essa influência vai aos poucos se diluindo.

A influência açoriana é percebida no folclore (danças, costumes-tradições – termo de reis, na época de Natal), hoje, mais explorado em face do turismo (festivals de música, especialmente nas cidades do litoral norte, que tem origem açoriana, daqueles que fugiram do Sul em face da

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

invasão castelhana de 1763 ou que migraram de Santa Catarina), na arquitetura das cidades onde sua presença foi marcante (Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Santo Antonio), nos costumes, tradições, mitos, na religião (o culto do Espírito Santo). É necessário uma pesquisa mais profunda sobre a vinda dos açorianos e sua influência na formação e consolidação da fronteira sulina bem como na constituição de uma sociedade na qual, apesar da contribuição de outros povos (alemães, italianos,...), sua cultura é percebida até os dias atuais e não podemos permitir que desapareça. Para isso, é preciso novos estudos, novas investigações.

Minhas pesquisas atuais acham-se voltadas para o estudo comparativo entre a historiografia do século XX sobre a colonização açoriana do Rio Grande do Sul e as crônicas e documentos do século XVIII e inícios do século XIX a respeito da presença açoriana no Rio Grande do Sul com a finalidade de levantar a identidade do açoriano que aqui se estabeleceu e as transformações ocorridas nessa identidade face à influência do meio ambiente.

Os historiadores sul-riograndenses (séc. XX) que trabalharam sobre os açorianos traçaram um retrato ideal sobre este colono. Alfredo Varela (1897-1915)¹, Alcides Cruz (1906), Jorge Salis Goulart (1927-1933), João Borges Fortes (1931-1941), Alcides Lima (1935), Walter Spalding (1953), Rubens de Barcelos (1955), Dante de Laytano (1956-1978), Othello Rosa (1957), Moysés Vellinho (1957-1975), Guilhermino Cesar (1964-1970), Ruben Neis (1975), Fidelis Dalcin Barbosa (1985), todos são unânimes em descrevê-los como exemplos de moralidade, respeito religioso, honra, bravura, patriotismo, “*trabalhador, generoso, alegre, expansivo, vigoroso, sóbrio, caritativo*” (Neis), “*morigerados, soldados destemidos*” (Rosa), o que é comprovado no ofício de D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, de 1789-1799, que solicitava a vinda de ilhéus para o Sul do Brasil porque: “... *eram bons soldados e excelentes agricultores*”². Porém, Ruben Neis caracteriza o açoriano como “*inimigos da vida militar*” e para Alcides Lima, o açoriano “*odeia a vida militar, mas no campo de batalha é fiel à disciplina e dá provas de valor*”. Outros destacam o fato de virem na condição de casais, o que deu a esta

¹ As datas indicadas correspondem à publicação de obras sobre os açorianos ou que abordam a temática e que se acham indicadas na bibliografia do texto.

² Ofícios dos Vice-Reis do Brasil. Índice da Correspondência dirigida à corte de Portugal de 1763 a 1808. Cit. Por Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1982. V. VI, p. 389.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

colonização um caráter especial *"uma originalidade que não se dirá étnica, mas, quem sabe, propriamente moral"* (Laytano). *"... Lar organizado, a família pronta, a constituição de bases decentes, sólidas..."* (Laytano)

Para Otelo Rosa, o açoriano teria até mesmo se excluindo do processo de miscigenação que caracterizou o português em outras áreas do Brasil: *"Trazendo consigo a força de uma tradição doméstica, familiar, o açoriano se exclui dos processos de miscigenação, ocorrentes em outras paragens do Brasil..."* (Rosa, 1957, p. 15). Para Borges Fortes *"devemos a essa corrente de imigração o isentar a família rio-grandense do cruzamento com elementos inferiores do indígena e do negro, permitindo assim a criação de uma raça sadia, física e moralmente"* (Borges Fortes, 1941, p. 6). Ambos expressam pensamentos típicos de sua época.

Entretanto, essa preocupação em assim caracterizá-los tinha como objetivo não propriamente o açoriano, mas o gaúcho (habitante do Rio Grande do Sul) e sua identificação como herdeiro de um povo cujas qualidades teriam sido transmitidas aos sul-riograndenses. Durante muito tempo, o gaúcho - o homem do campo, habituado às lides da criação de gado, primeira grande riqueza do Rio Grande do Sul -, considerado como o tipo humano característico do Rio Grande do Sul, a ponto de seu gentílico ter se estendido a todo os habitantes do estado, foi visto como um ladrão de gado, um ser errante, que não tinha família, nem se deixava prender por qualquer tipo de laço. Discutia-se sua origem étnica, mistura de índio com espanhol, defendiam alguns, para outros o sangue português corria em suas veias. A historiografia sul-riograndense dividia-se face a estas duas correntes. A partir da década de 30 (1930), a questão tornou-se importante. O Rio Grande do Sul passava a ocupar um lugar de destaque na vida política da nação, Getúlio Vargas, um típico gaúcho da fronteira, assumia a presidência do Brasil. Além disso, em 1935, comemorava-se o Centenário da Revolução Farroupilha e as acusações de separatismo por parte dos gaúchos voltavam a se fazer ouvir. O gaúcho necessitava não só demonstrar sua condição de cidadão capaz de contribuir para a grandeza da pátria, mas, principalmente, sua condição de brasileiro.

Assim, na verdade, na medida em que exaltavam o açoriano, os autores buscavam construir uma identidade do gaúcho, brasileiro, entendido como descendente do luso-açoriano, pois fora esse o povo que dera início à colonização do Rio Grande. Defendia-se, portanto, a raiz portuguesa do Rio Grande do Sul. Brasileiro por opção, o gaúcho traria em suas veias o sangue de um povo, o açoriano, que sem as pretensões de nobreza, era, entretanto, digno, honrado, e merecedor das maiores glórias.

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

Todos os elementos que correspondiam aos valores cívicos e morais da época podiam ser encontrados naqueles que haviam colonizado o Rio Grande.

Borges Fortes comenta:

“Deixaram-nos o admirável exemplo de fidelidade invariável ao dever, sempre bons, sempre resignados, sempre serenamente trabalhando para a família, para a coletividade, pela Pátria. Honrados, simples e áusteros os homens, santas e virtuosas as mulheres” (1932).

Neis deixa claro: *“o açoriano contribuirá para a formação do caráter do gaúcho, a um tempo ativo e belicoso, generoso e hospitaleiro” (Neis, 1975).*

Othelo Rosa escreve: *“Os açorianos, em um verdadeiro milagre de adaptação ao meio, far-se-ão dentro de pouco tempo nas nossas savanas, os cavaleiros e soldados destemerosos e galhardos, que iriam fazer um título de honra e orgulho, da vaga e depreciativa expressão ‘gaúcho’” (Rosa, apud Lazarotto, 1978, p. 57).*

Mas, nem sempre essa elogiosa manifestação a respeito dos açorianos corresponde à descrição feita, sobre eles, por cronistas e viajantes do século XVIII e inícios do XIX. É necessário considerar que as crônicas e relatos de viagem são fundamentais para o conhecimento da realidade vivida, pois como escreve Certeau, elas *“... são o efeito de um saber que ‘pisa’ e percorre ‘ocularmente’ a terra para construir nela a representação” (Certeau, 1982, p. 222).*

Entre os cronistas do século XVIII destaca-se Francisco Ferreira de Souza, cirurgião-mor do 1º Regimento do Rio de Janeiro, que esteve servindo no Rio Grande do Sul no período em que a invasão castelhana exigiu a presença de reforços para o exército luso que resistia aos invasores. Sua crônica *“Descrição à Viagem do Rio Grande”* data de 1777 e específica, de modo especial, os costumes dos primeiros colonizadores da região.

Como a maior parte dos habitantes deste continente são insulanos ou ilhéus, os termos, os costumes, os vestuários são grosseiros, e pela mesma ordem de grossaria criam seus filhos. [...] o vestuário com que as mulheres vão ao templo são mantêu³ e saia. Os homens, o seu uso comum é andarem em vésia⁴, poucos

³ Mantêu = capa com colarinho, usado geralmente pelos frades ou saia lisa, sem pregas. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993, p. 1083)

⁴ Vésia = casaco curto, folgado na cintura (Portugal) ou casaco de couro usado pelos vaqueiros (Brasil). (Idem, p. 1771)

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

de capote, e os mais usam de um pano aberto pelo meio, a que chamam poncho, pela qual abertura metem a cabeça, e tãobem lhes serve de cobertor na cama ou xale.

As mulheres são muito grosseiras (como tãobem os homens), trazem as camisas mui sujas, e de ordinário de estopa posto que poucas de linho grosso; os corpos são mui mal feitos, só sabem falar de éguas, potrancas, cavalos, laço, bois, e bolas.

As saias são de baeta⁵, e por sapatos [calçam] tamancos, por cuja rezão têm os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são tãobem grosseiros, e as unhas muito sujas.

Os meninos logo de tenra idade aprendem a laçar cachorros, quando maiores terneiros, e quando homens potros, potrancas, éguas, cavalos, quer domésticos quer xucros.

A ler e escrever se não empregam, pois todo o destino é laçar, é arrear e bolear (In: Cesar, 1981, p. 155-157).

Observa-se que o cronista já descreve novos hábitos e comportamentos resultados, sem dúvida, da influência que o meio exercia sobre essa população. Esta descrição é reforçada pelo historiador gaúcho Alcides Cruz, que, em 1906, partindo de outras fontes, escreve:

Uma gente nova, na sua maioria de immaculada alvura, rosada, de cabelo ruivo, olhos azues, typo diverso do portuguez da península [...] As mulheres traziam sempre os seus capotes de panno semelhantes aos dos homens, e quando edosas usavam invariavelmente a mantilha preta, espécie de completo e amplo envoltório desde a cabeça aos pés, com um leve véo de renda a encobrir o rosto [...] (Cruz, 1906, p. 37)

Porém, para Cruz

Os homens entregavam-se ao labutar pesado da lavoura e das artes mechanicas; as mulheres, severas nos costumes e no trato, bellas, porém recatadas e trabalhadoras não desbraravam o tempo nem o producto de suas occupaões predilectas – a cortidura de couros e a fiação de tecidos, que alternavam com a assistência dos

⁵ Baeta = tecido felpudo de lã (Idem, p. 218).

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

arranjos domésticos. E mal apuravam algum dinheiro equivalente ao valor de um escravo, adquiriam logo este braço humilde que passava a ser utilizado duramente, sob uma vigilância, enérgica e expoliadora, no serviço da lavoura do trigo, origem das primeiras fortunas que habilitaram os nossos passados a poderem depois comprar e medir muitas das sesmarias actuaes. (Cruz, 1906, p. 38)

A passividade e a morigeração que transparece nos trabalhos dos historiadores é, até certo ponto, desmentida pelas crônicas. Pois, atraídos para as terras do Sul do Brasil pelas notícias de que ali teriam condições de vida melhor - complementadas pelas promessas do governo português de conceder-lhes terras, instrumentos de trabalho e apoio para os primeiros anos -, os açorianos, entretanto, viam-se completamente abandonados. Em fevereiro de 1764, o Vice Rei Conde da Cunha recomendava a constituição de povoados, para abrigar os casais que tinham ido buscar abrigo em Santa Catarina face a invasão de Rio Grande pelos espanhóis, também ordenava “o fornecimento dos bens prometidos no Edital de 1747, mais a necessária ajuda para cobrir ‘a desnudez que estes miseráveis experimentam’” (In: Espírito Santo, 2002, p. 187). Entretanto, a situação crítica gerada pela guerra impediu o cumprimento de suas ordens.

As dificuldades encontradas no Rio Grande do Sul e a falta de atendimento às promessas, que o governo português fizera por ocasião da vinda, permitiram que os colonos açorianos em várias ocasiões se revoltassem. O documento transcrito por Borges Fortes, em sua obra “Os casais açorianos” (1978, p. 106-107), é uma demonstração disso:

E quanto ao que diz respeito aos Ilhéus que se acham dispersos naquele mesmo Continente e que nesta forma não são de proveito algum àqueles estabelecimentos, ordena S.M. para evitar estes danos que V.Exa. siga o meio que vou participar-lhe:

Que para evitar aquele pernicioso dano não há outro meio que seguir mais do que o de V.Exa. nomear dois ou três homens que não importa que sejam militares, basta que sejam paisanos, contanto que sejam homens honrados e zelosos, que vão às choças em que se acham aqueles brutos homens das Ilhas e lhes façam conhecer os perigos em que se acham, assim temporais como espirituais, não se distinguindo das feras; sem conhecimento da Religião nem do trato civil dos homens e que como católicos e como bons vassallos de S.M. se devem congregar em uma povoação na qual vivam como tais e como gente

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

civil, com pároco para tratar das suas almas e meios com que possam granjear cabedais: o que não poderão conseguir vivendo no lastimoso estado em que se acham sujeitos a tantas misérias.

E que para conseguir a sua junção tem os dois meios de ou irem unir-se à povoação dos índios, na qual se distribuirão a uns e outros as terras igualmente, ou escolherem o terreno que a eles lhes parecer mais agradável para a nova povoação que devem mandar fazer; e que de uma e outra sorte lhe mandará S.M. dar ferramentas e gados a mesma maneira que se costuma praticar com os demais povoadores cujas promessas se lhes devem observar pontualissimamente.

Essa é a transcrição de um trecho da carta de Francisco Xavier Furtado, então Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, dirigida ao Conde da Cunha, Vice-Rei do Brasil⁶, em 18 de março de 1767, e deixa clara a situação em que viviam os açorianos chegados ao Rio Grande. Deduz-se, também, que as promessas feitas por ocasião da vinda dos colonos não haviam sido cumpridas. Viviam abandonados, numa região inóspita, em condições de absoluta miséria. Borges Fortes comenta essa carta, escrevendo que:

Proferindo conceitos tão deprimentes para os ilhéus rebelados, o Ministro não olhou outro aspecto dos acontecimentos, isto é, o julgamento que faziam os casais de um monarca e de um governo que esquecia tanto tempo as suas promessas aos seus fiéis vassalos. As façanhas depredadoras dos açorianos foram mais uma triste consequência da desordem que a derrota acarretara [invasão castelhana de 1763 no Rio Grande do Sul] e a culpa dos atos de violência que eles tenham praticado é menos deles, incultos, ignorantes, atrasados, do que dos governos que criaram com a sua inépcia e desonestidade a mísera situação para a qual eles foram atirados (Fortes, 1978, p. 107).

As colocações feitas por Borges Fortes mereceram os comentários de Moysés Vellinho que escreve:

⁶ 1º Vice-Rei do Brasil, com residência no Rio de Janeiro.

1763 – transferência da capital de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro.

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

A tradição pinta os açorianos como gente simples cheia de resignação e humildade. O retrato é verdadeiro apenas em parte. Borges Fortes, que estudou, detidamente, a história dos 'casais', dá notícia de atos de violência e depredações que eles chegaram a cometer em represália ao triste abandono a que foram relegados... (Vellinho, 1964, p. 199)

Mas quais são as façanhas depredadoras, quais são os atos de violência a que se refere Borges Fortes? Parece-nos que a resposta a essa pergunta pode ser respondida à medida que analisamos um documento que, durante muito tempo, ficou perdido nos arquivos. Este documento é um manuscrito que tem por título "Devassa sobre a entrega da Villa de Rio Grande às tropas castelhanas, em 1764"⁷. Dele podemos extrair elementos que comprovam a presença açoriana na vila de Rio Grande e sua atitude frente à invasão castelhana que se processava naquele momento.

O caos ocasionado pelo ataque castelhano trouxe situações graves que seriam, posteriormente, relatadas pelas pessoas chamadas a testemunhar pelas autoridades a respeito do ocorrido. São esses testemunhos que formam o corpo do manuscrito. A partir dos fatos narrados pelas testemunhas e apresentados na "Devassa..." podemos, então, analisar a participação e a maneira de proceder dos açorianos face aos acontecimentos.

Desses testemunhos, vamos destacar três:

p. 75-77: *Antonio Jozé de Moura fiel dos Armaznes Reaes* [...] sendo chamado pelo provedor para que com elle fosse acudir ao Armazém das farinhas [...] já o achara aberto e dentro hum grande tumulto de gente a mayor parte della cazaes das Ilhas emsacando a dita farinha e querendo o dito Provedor com boas palavras botalos para fora o não pode conseguir e hum delles a que não sabe o nome mas o conhecera de vista se se encontrar com elle pegando em hum saco em que havia algum resto de cal o sacudira em cima do dito Provedor [...] e depois destes he publico que entrarão muitos outros Soldados como também cazaes das Ilhas e que todos tiraram o que acharam, de sorte que havendo nos ditos Armazéns dezeseite caixões de*

⁷ Este documento existente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, foi transcrito e publicado com o mesmo título pela Biblioteca Rio-Grandense, da cidade de Rio Grande, em 1937.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

armas e grande quantidade de areyos brins lonas e baetas os deixaram limpos da mayor parte dos ditos gêneros [...] e que ouvira dizer também publicamente que dos ditos cazaes cituados no ricam de Torotama dois delles de mayor nome entre os ditos hum chamado Francisco Pires de Souza e outr Francisco Peyxoto logo que tiveram noticia da chegada dos inimigos dias antes de entrarem o passo de Castilhos tinham arvorado bandeyra branca nas suaz cazas apelidando o Rey Carlos [...]
 * Testemunha

- p. 147-148: **Bernardo José Pereyra Alferes das Ordenanças do Ryo Grande** morador em sua estância do Ryo Sino [...] lhe dicera o Padre Francisco de Lima Pinto que na Fazenda do Thezoureyro se achavam alguns Ilheos que tinham muita fazenda furtada especialmente alguns pratos de prata do Tenente Coronel Domingos Fernandez de Oliveira e rezolvendose elle testemunha por ser amigo do dito tenente Coronel a examinar o que havia naquella materia fora com mais quatro pessoas a Fazenda do dito Thezoureyro e fazendo toda a diligencia pocível achara em huma caixa de hum dos ditos Ilheos dois vestidos do dito Coronel hum de brilhante e outro de pano azul e huma colxa de damasco encarnada huma opa rocha da Irmandade dos Passos e huma túnica de Abito de trezeyro e alguns pratos de estanho novos e alem disto em hum balayo sobre que estava asentada a mulher do dito Ilheo achou os três mantos de Nossa Senhora de que faz menção a testemunha referente e huma cortina do nicho da mesma senhora [...] e querendo trazer o dito Ilheo prezo se levantaram outros muitos que ali se achavão já com animo de passarem para os inimigos como logo passaram e elle testemunha por se achar com tão pouca gente e recear alguma dezordem o deixou ficar e não sabe como o dito Ilheo se chama nem alguns dos outros que ali se achavão ...

- p. 152: **Manoel de Souza Turino lavrador** morador que foy do Ryo Grande e de presente da Barranca do Norte [...] sabe pello ver que para a dita banda do Norte só passaram trez ou quatro peças de artilharia ou as que na verdade fossem as quaes ficaram junto de agoa sem se cavalgarem e ouviu dizer também se passaram dois

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

barris de pólvora hum dos quaes mandandosse buscar por hum Ilhéu para se repartir elle o metera em huma lanxa e com elle se fora para os inimigos e que elle testemunha vio e que sabe que o dito Ilhéu se chama Antonio porem lhe não sabe o sobrenome ...

Portanto, além dos atos de vandalismo e de roubo, típicos de um momento como aquele em que a população fugia da invasão inimiga, fatos mais importantes podem ser constatados, tais como a deserção de tropas, a entrega de armas e munições para os castelhanos e a aclamação do rei inimigo. É possível aceitar tal comportamento visto que, além de estarem, praticamente, abandonados pelas autoridades portuguesas, os homens da época ainda não tinham a plena consciência de pátria e a própria relação de subordinação a seu soberano implicava no reconhecimento de seu domínio sobre o território. Na medida em que a derrota se afigurava, era válido passar a aclamar o novo soberano. Portanto, distantes de suas ilhas, perdidos no meio das areias do litoral sul do Brasil, vendo as poucas tropas portuguesas na área recuarem frente ao inimigo, no momento, mais poderoso, os pobres colonos “*arvoraram bandeira branca nas suas casas apelidando o Rei Carlos...*”

Este comportamento seria considerado, pelas autoridades portuguesas como uma traição e teria como consequência “*fazer mudar do Povo de Torotama para a Freg^a do Arroio todos os moradores, e queimar dito povo de Palha, pois que são Ilhéos rebelados que já quizerão ficar com os castelhanos na invasão passada*” (Monteiro, In: Anais..., 4^o v., 1979, p. 380)⁸.

Entretanto, como ficou demonstrado na carta de Francisco Xavier Furtado, em 1767, a Coroa havia ordenado novas medidas. O reconhecimento da realidade levou as autoridades a tomar medidas que atendessem às necessidades dos colonos e ao cumprimento das promessas feitas. Em novembro de 1767, o Vice Rei Conde da Cunha é substituído pelo Conde de Azambuja⁹. Em 1770/71, são feitas medições de terra com o objetivo de

⁸ Parecer de José Marcelino de Figueiredo sobre a defesa do Rio Grande em 1777. Enviado ao Gal. Böhm em 17.04.1777.

Durante a invasão, as famílias portuguesas que permaneceram em Rio Grande, por motivo de segurança para os espanhóis, foram alojados em Torotama, “*formando o Povo Novo, nas terras pertencentes a Manuel Fernandes Vieira que se retirara na invasão*” (Queiróz, 1987: 118).

⁹ Em 1769, o Conde de Azambuja é substituído pelo Marquês do Lavradio e José Marcelino de Figueiredo assume como governador do Rio Grande do Sul.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

assentamento de casais e índios, como fora sugerido. E, em 1773, uma Portaria do Vice Rei ordenava o imediato assentamento de 60 casais na Fazenda Estância da Serra, localizada no Rincão do Carro, que havia sido seqüestrada pelo Governo a Manoel Pereira Franco, já falecido, e que fora almoxarife na Colônia do Sacramento. Após 1777 (Tratado de Santo Ildefonso), foram distribuídas sesmarias ao sul do Rio Jacuí. Formaram-se, então, grandes estâncias (Pinto, 2002, p. 310). Com a conquista das Missões, em 1801, inicia-se o deslocamento de descendentes dos primeiros açorianos em direção àquelas terras, possibilitando o avanço das fronteiras sulinas. Houve, também, uma preocupação maior com o atendimento espiritual dessas populações. Padres açorianos foram enviados para o Rio Grande de São Pedro a fim de atender às novas freguesias que vão sendo criadas.

Arlindo Rupert, em sua "História da Igreja do Rio Grande do Sul", informa:

Em 15 de dezembro de 1762 foi erigida a freguesia de Santo Angelo do Rio Pardo que, em 1769, teve seu orago mudado para N^a Sr^a do Rosário. Seu primeiro vigário foi o P^{re}. Mateus Pereira da Silva, natural de Angra, nos Açores, e que por dois anos fora vigário de Laguna. Era filho dos açorianos Amaro Pereira e Catarina da Conceição. Em 1767 foi transferido para a Paróquia de São José de Taquari, em virtude da idade e da doença. Foi substituído pelo P^{re}. Manuel da Costa Mata, provavelmente açoriano, que fora o primeiro pároco de Taquari. Açorianos eram, também, o 1^o pároco colado da Aldeia dos Anjos, P^{re}. Mateus da Silveira e Sousa, natural da Ilha de S. Jorge e o pároco de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, no período de 1783-1787, P^{re}. Antonio Pereira Sarmiento, nascido na Ilha do Pico (Rupert, 1992, p. 80-81 e 102-105).

A formação de povoações com Guaraní e casais, medida que, também, objetivava a integração das duas populações que deveriam conviver, teria conseqüências significativas, justificando a mudança do modo de ser dos açorianos, como se comprova na descrição feita por Francisco Ferreira de Sousa, em 1777. Especialmente, as novas gerações na convivência com o indígena e, muitas vezes, resultado de casamentos interétnicos, estimulados pelas autoridades, apresentavam mudanças marcantes nos seus comportamentos e atividades. É necessário recordar, que após a Guerra Guaranítica e com a instalação de novos aldeamentos indígenas (deslocamento dos índios da região dos Sete Povos), as autoridades, com o intuito de favorecer a integração, criaram um dote para as índias que viessem a casar com portugueses. Além disso, o Decreto Real de 4 de abril de 1755 recomendava o casamento de portugueses com índias, não ficando tais vassallos "com infâmia alguma,

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

se farão dignos da minha real atenção e serão preferidos nas terras". Alcides Cruz comenta "às índias que casavam com homens brancos, a metrópole mandava dar um dote de 30\$ em gado, terras e utensílios" (1906, p. 38). Tudo isso contraria a colocação feita por Othelo Rosa e por Borges Fortes a respeito da exclusão dos açorianos do processo de miscigenação.

O açoriano quando chega ao Rio Grande do Sul é, em geral, um agricultor, muitos documentos assim o caracterizam. Em 1780, o Governador do Rio Grande, Veiga Cabral, em correspondência à Corte descreve os açorianos instalados nas margens do Guaíba *"como uma pequena povoação de casais das ilhas, cujos mil e quinhentos habitantes todos agricultores laboriosos, haviam semeado naquele ano cerca de quatrocentos e sessenta e três alqueires de trigo."* (Vianna, 1947, p. 10)

Se a condição de agricultores, no que respeita a aqueles colonos chegados dos Açores, não deixa dúvida, o mesmo não acontece com seus descendentes (filhos, netos) que são influenciados pelo meio ambiente e pelo contato com as populações já existentes na região, indígenas ou não, que se dedicavam à preta do gado das antigas estâncias missioneiras ou à sua criação. Em 1781, o mesmo Veiga Cabral alerta para o fato de que *"da região do Rio Grande partem numerosos grupos de moradores em busca daquelas chapadas – campos menos férteis da serra, da chapada da Vacaria – cujos campos disputam, comprando-os por preços elevadíssimos 'custasse o que custasse'"* (Vianna, 1947, p. 12). Nestes campos, a grande atração era o gado. *"Nos livros de 'Registro Geral, [...] constata-se, que de 1780 a 1800, mais de cem açorianos se localizaram em grandes estâncias até a fronteira, isto é nos atuais municípios de Rio Pardo, Cachoeira, São Sepé, São Gabriel, Caçapava, Encruzilhada, São Jerônimo, Camaquã, Tapes, Piratini e Bagé, nas novas terras que passaram ao domínio português..."*¹⁰ (In: Pinto, 2002, p. 311). O gado, muitas vezes, era conseguido através de "arreadas" (roubo de gado) em incursões às áreas de domínio espanhol, com conhecimento das autoridades portuguesas, ou por contrabando (Idem, p. 314).

A troca do trabalho na lavoura, característica de seus pais, pelo trabalho no campo, no lombo do cavalo, laçando gado, exemplifica a transformação ocorrida. Mais tarde, Auguste Saint-Hilaire¹¹ faz menção quan-

¹⁰ Carta do Gen. José de Araújo Fabricio, em 12.09.1961, em resposta à consulta feita por Moysés Vellinho e citada pelo mesmo em 1970.

¹¹ Viajante francês que percorreu o Rio Grande do Sul em 1820 e 1821. Chegou ao Brasil em 1816 e regressou para a Europa em 1822, depois de ter visitado, além do Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

do comenta: *“Os desta Capitania (Rio Grande do Sul) vivem continuamente a cavalo, fazendo exercícios violentos e respirando o ar mais puro e sadio da terra”* (Saint-Hilaire, 1974, p. 40).

Além da vivência em um ambiente onde as atividades ligadas ao gado foram importantes para as transformações ocorridas, outros fatores foram significativos para que o açoriano deixasse de priorizar a agricultura. Estamos nos referindo aos altos impostos, às doenças (ferrugem) que afetavam o trigo, destruindo as lavouras, e, no início do século XIX, à valorização da carne seca, do couro e do sebo. *“De outro lado, ser dono da estância era o caminho que, no consenso da época, conduzia aos padrões sociais de maior consideração e prestígio...”* (Lazzarotto, 1986, p. 39).

Novas pesquisas têm permitido observar que, ao lado da maioria de agricultores, vieram para o Rio Grande do Sul, artesãos e negociantes: sapateiros (Ilha do Faial), carpinteiros (Ilha do Faial – Ilha São Jorge), alfaiates (Ilha Graciosa), bem como alguns que se dedicavam a outras atividades: embarcações, cirurgião (Ilha São Jorge), ourives (Ilha do Faial), Licenciado (Ilha São Jorge).

Nossas pesquisas, ultimamente, têm sido favorecidas pelos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores açoritas que, hoje, aprofundam os estudos a respeito da vinda dos açorianos para o sul do Brasil no século XVIII.

As causas de sua vinda, geralmente, apontadas pela historiografia tradicional têm sido reavaliadas. As catástrofes que abalavam os Açores, quer climáticas, quer sísmicas, e o excesso populacional são hoje reanalisadas. Alguns autores entendem que os fatores que impulsionaram a Coroa Portuguesa no sentido de incentivar a vinda dos açorianos estariam mais ligados à necessidade de fortalecer as fronteiras no extremo sul da América portuguesa e às consequências do Tratado de Madri (1750), especialmente, no que se relaciona com o fortalecimento do direito de *“Utis possidetis”*.

A invasão castelhana, no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) - (1763-1777) teve, também, grande importância na vinda de açorianos para o Rio Grande do Sul. Referimo-nos não mais aos casais, mas à vinda de soldados para a defesa do território. Estes militares enviados por Portugal foram, em número significativo, oriundos das ilhas, especialmente, dos Açores. Já, em 1718, o Governador da colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, solicitava soldados recrutados em Portugal e nas ilhas. Isso porque os brasileiros não eram considerados bons soldados *“a experiência mostra não serem os filhos daquele país mui pró-*

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

prios para a guerra". A citação de 1722 é do governador Antonio Pedro Vasconcelos que governou a Colônia do Sacramento de 1722 a 1749 (In: Possamai, 2001, p. 129). No período de 1766 a 1798 foram recrutados no arquipélago um total de 3.815 homens enviados para o Brasil. São Miguel, Flores e Terceira foram as ilhas que cederam o maior número de recrutas. Nos primeiros anos, o recrutamento era voluntário e o atendimento ao chamamento das armas era grande. Entretanto, isso não representava um maior desejo por parte desses voluntários de defender as terras portuguesas, pois segundo o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, em carta de 9 de setembro de 1767, a razão de tal interesse era a atração que as riquezas das Minas Gerais exerciam: *"Não obstante o Serem os Ilheos os Soldados que mais prezissem (sic) no Serviço, tãobem estes, assim como os desse Reino, dezertão prezentemente todos os dias para as Minas, aonde pela vastidão de Povos, e de detritos, não he possível acha llos para os Castigar, e trazer aos Seus Corpos"* (In: Rodrigues e Madeira, 1999, p. 116). O objetivo de apresentar-se ao recrutamento era assegurar o transporte gratuito até o Brasil. Mesmo assim, um contingente bastante numeroso foi enviado para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento. Muitos permaneciam no Rio de Janeiro para reforçar os regimentos ali instalados e defender a cidade, já nesta época, capital da colônia, e resguardar o acesso à região das Minas. Mesmo assim, em setembro de 1766, foram enviados para Santa Catarina 276 novos recrutas, 180 para o Rio Grande e 429 para a Colônia do Sacramento (total 885, destes 200 recrutas de S. Miguel). No ano de 1775 foram enviados 1000 para o Brasil, oriundos de várias ilhas dos Açores. Em abril de 1776, 320 recrutas, e em outubro de 1776, 120 recrutas (62% S. Miguel). Os constantes recrutamentos e as crises da produção de ouro nas Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, tiveram como consequência uma diminuição do voluntariado (Rodrigues e Madeira, 1999, p. 124-125). As autoridades açorianas viram-se então obrigadas a exercer a força: *"se elles não chegarem aos seiscentos Homens, que são precizos, depois de expirado o referido Termo, mandará V. Senhoria proceder a Prizoens athé preencher o Numero assima indicado"*¹². Dos 120 recrutas enviados em outubro de 1776: *"desses somente um era voluntário"* (Idem, p. 122). Na medida em que os voluntários diminuíam lançava-se mão de vadios, la-

¹² Ofício de 25 de maio de 1774, Martinho de Melo e Castro, secretario de estado, ao capitão general dos Açores, D. Antão de Almada, conf. AHV, Açores, caixa 10 doc. 4 (In: Rodrigues e Madeira, 1999, p. 117).

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

drões, indivíduos que causassem distúrbios nas ilhas, “*prezos por crimes leves*”, ociosos...

Estes dados apresentados por Rodrigues e Madeira são de grande valia, pois no Rio Grande do Sul pouco ou nada se fala desses indivíduos. Porém, muitos deles deverão ter se integrado na nova sociedade que surgia. Era esta, inclusive, a intenção do governo metropolitano para que eles, também, viessem a contribuir com o povoamento da região, unindo-se à população local. Os voluntários deveriam servir à tropa durante oito anos e depois estavam livres para desligar-se do serviço militar. Nesta altura, a maioria já estaria casado com filhos. Regressar aos Açores, dificilmente ocorreria. Os recrutados compulsoriamente permaneceriam presos ao quartel por tempo indefinido até que a Coroa os libertasse das obrigações militares.

As pesquisas que temos desenvolvido permitiram que encontrássemos algumas referências a eles: Maria Luíza Bertulini Queiróz faz referência a um regimento dos Açores que fazia parte do Exército do Sul que lutou contra os castelhanos, expulsando-os do Rio Grande. Isso explicaria a significativa participação de cônjuges masculinos açorianos e alguns madeirenses nos casamentos com mulheres do “continente” (Queirós, 1987, p. 135).

Um regimento que reunia recrutas da Ilha da Madeira e dos Açores saiu da cidade de Angra para o Brasil em outubro de 1774. Esse regimento encontra-se citado na carta do Marquês de Pombal dirigida ao Marquês do Lavradio, Vice Rei do Brasil, em 9 de julho de 1774:

... manda agora o dito senhor (o Rei) transportar o regimento de infantaria paga que se acha na Ilha Terceira e os dois regimentos igualmente pagos na guarnição da Baía a essa cidade do Rio de Janeiro: para que, sem diminuir o número de regimentos da atual guarnição dela, haja V.Exa. de fazer passar imediatamente para o referido exército do Rio Grande de S. Pedro... (Carnaxide, 1940, p. 263)

Não há dúvida que esses indivíduos contribuíram para o nosso povoamento. Surgem, então, perguntas. 1) Mas quem eram eles? 2) Quantos os que efetivamente vieram para o Rio Grande do Sul? 3) Qual o destino tomado? 4) Por que a historiografia gaúcha praticamente não os menciona? 5) Quando Othello Rosa afirma que os açorianos eram “*soldados destemidos*” está se referindo a eles? É necessário não esquecer que o Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, de 1789 a 1799, solicitava a vin-

AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

da de ilhéus para o Sul do Brasil porque “...*eram bons soldados e excelentes agricultores*” (nota 2).

Entendemos que devemos intensificar as pesquisas sobre essa questão a fim de podermos avaliar o papel que esses soldados açorianos tiveram na formação do Rio Grande do Sul.

Esta é uma pequena mostra da pesquisa que estamos desenvolvendo. Tencionamos continuar nosso trabalho, buscando identificar de forma mais clara esses homens e mulheres que atravessando o oceano vieram, nesta nova terra, vivenciar grandes dificuldades, mas que com o espírito de luta, forjado em suas ilhas, foram capazes de vencer todas as agruras e ajudar a construir o Rio Grande.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 10 v.
AVÉ-LALLEMENT, Robert. **Viagem pelo Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.
BARBOSA, Fidelis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
BARCELOS, Rubens. **Estudos rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo, 1955.
BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1993.
_____. (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
CARNAXIDE, Visconde. **O Brasil na administração pombalina**. São Paulo: Edit. Nacional, 1940 (Brasiliana, v. 192).
CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. A oralidade ou o espaço do outro: Léry. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
CESAR, Guilhermino. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.
_____. **História do Rio Grande do Sul; período colonial**. 2.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1981.
_____. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)**. 2.ed. Porto Alegre: Edit. UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.
COSTA, Rubens Mena Barreto. Alimentação e liberdade. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

- CRUZ, Alcides. **Vida de Raphael Pinto Bandeira**. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1906.
- DEVASSA sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas, 1764. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande**. Rio Grande: Edit. da Biblioteca Rio-Grandense, 1927; Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro, 1961.
- ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os casais de número e as formalidades da Real Mercê. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 178-188.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História do Rio Grande do Sul – 1503-1957**. Porto Alegre, 1958.
- FORTES, Gen. João Borges. **Troncos seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.
- _____. **Casaes**. Rio de Janeiro: Ed. do Centenário Farroupilha, 1932.
- _____. **Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista)**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1941.
- _____. **Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Martins Livreiro/Editor, 1978.
- GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul. Geografia Social, Geografia da História, Psicologia Social e Sociologia**. 2. ed. aum. Porto Alegre: Globo, 1933. (1. ed. 1927)
- _____. **História da minha terra**. Pelotas: Globo, 1928.
- LAYTANO, Dante de. Os açorianos. In: **Enciclopédia Rio-Grandense**. O Rio Grande Antigo. Canoas: Regional, 1956. 1º v. p. 41-73.
- _____. **Arquipélago dos Açores**. Porto Alegre: EST, 1978.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 5.ed.atualizada. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. In: RIEDEL, Diaulas (org.). **O Pampa e os Cavaleiros**. São Paulo: Cultrix.
- _____. **Aspectos sul-riograndenses no 1º quartel do século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 1935.
- MAIA, João. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1910.
- MENEZES, Avelino de Freitas. **Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995. 2 v.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul – 1763-1777. In: **SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTE-**

Açorianos no Rio Grande do Sul

- NÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). *Anais...* Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. 4 v.
- MORAES, Carlos Dante. *Figuras e ciclos da História Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.
- NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.
- ORNELLAS, Manoelito. Missionários da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, Livraria do Globo, n. 8, p. 97-101, mar. 1947.
- PARANHOS ANTUNES, Deoclécio de. *Limites e povoamento do Brasil Meridional*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Documenta, 11)
- PINTO, Paulo Estivalet-Flores. A Saga Açoriana na conquista das Missões. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 307-320.
- PORTO, Aurélio. *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edit. Minuano, 1936/37. 1º vol.
- POSSAMAI, Paulo Cesar. *O cotidiano da guerra: A vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Tese de doutorado. USP, 2001. (versão revisada, digitada)
- QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila de Rio Grande de São Pedro – 1737-1822*. Rio Grande: Edit. da FURG, 1987.
- RODRIGUES, José Damião, MADEIRA, Artur Boavida. A emigração para o Brasil. As levas de soldados no século XVIII. In: Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre Ocidente e Oriente. CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO REGRESSO DE VASCO DA GAMA A PORTUGAL. *Actas...* Ilhas Terceira e São Miguel (Açores): Universidade dos Açores/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 11 a 18 de abril de 1999, 2 v. (v. 2: p. 111-130)
- RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Edit. São José, 1954.
- . *O Continente do Rio Grande (1680-1807)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História, 111)
- ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957. p. 13-30.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da Univ. de São Paulo, 1974. (1. ed.: Rio de Janeiro: Ariel, 1935)

BEATRIZ VASCONCELOS FRANZEN

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 13 v.
- SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.
- VARELLA, Alfredo. **Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica**. Porto Alegre: Echenique, 1897.
- _____. **As Guerras Cisplatinas**. Porto: Livraria Chardron, 1915.
- VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957. p. 47-66.
- _____. Formação histórica do gaúcho rio-grandense. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.
- _____. **Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense**. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1970. (1. ed. 1964)
- VIANNA, Oliveira. A conquista da planície platina. **Província de São Pedro**. Porto Alegre, Livraria do Globo, n. 8, p. 7-12, mar. 1947.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979. (Caravela, 2)

ALTINO BERTHIER BRASIL



Altino Berthier Brasil, um explorador da Amazônia em pleno século XX – militar nacionalista, nascido há 100 anos, Altino Brasil fez diversas incursões pela região amazônica, com a proposta de mostrar aos seus conterrâneos os meandros daquela região incrível. Membro do IHGRGS, publicou várias obras relatando suas viagens, sempre buscando mobilizar o país no sentido de protegê-la e manter sua integridade territorial. Em sua homenagem, publicamos um artigo de sua autoria em que relata a leitura europeia dessa imensa área, e mais uma vez buscou nos mobilizar para sua importância.

Boa leitura!

CX. T
Nº 10

AMAZÔNIA

(SAGA DE UMA ETERNA COBIÇA)

Altino Berthier Brasil

A) ANTECEDENTES:

Desde os tempos coloniais, a cobiça estrangeira à Amazônia tem sido uma constante. Tudo começou na segunda metade do século XVI, com a lenda do Eldorado, e Sir Walter Raleigh, o eleito da rainha Isabel da Inglaterra, foi o primeiro aventureiro a penetrar em seu território para se apropriar de suas riquezas.

Comentando as aventuras de Raleigh, Richard Spruce, que também percorreu a região, assim se expressou:

"Quantas vezes lamentei o fato de não ser a Inglaterra dona do magnífico vale do Amazonas, em vez da Índia. Se o papalvo rei Jaime II, em vez de meter Raleigh na prisão e depois cortar-lhe a cabeça, tivesse continuado a fornecer-lhe navios, homens e dinheiro até ele formar um estabelecimento permanente num dos grandes rios da América, não tenho

dúvida de que todo o continente americano estaria neste momento nas mãos da raça inglesa.”

Dai em diante, a história nos mostra um extenso rol de sacrifícios impostos a portugueses e brasileiros, a fim de garantir a posse da região:

→ 1745 - Foi publicado um mapa de autoria do sábio francês Charles Marie de La Condamine, que modificava os mapas portugueses e dava aos franceses de Caiena uma extensa área de terras, onde se situa o estado do Amapá.

→ 1823 - Após a Independência, o Brasil sofreu grande pressão internacional para abrir mão do território da Amazônia, que passaria a constituir a Província Transatlântica de Portugal.

→ 1835 - No começo da Guerra dos Cabanos, sob o pretexto de “manter a paz na região”, os franceses ocupam o Amapá. Em seguida, uma frota francesa aportou em Belém, propondo ao Governador Nogueira Angelim que ele separasse o Pará do Brasil, sob a proteção da França.

→ 1836 - Ocorre uma forte pressão dos ingleses. Tomando como pretexto o fato do navio britânico CLIO ter sido saqueado por caboclos nas costas de Salinas, o cônsul inglês John Hesbeth manda chamar do Caribe uma poderosa frota para ocupar Belém, “em nome dos comerciantes ingleses do Pará”. Nessa ocasião, Angelim recebeu proposta para proclamar a independência da Amazônia, tendo recusado.

Ainda nesse ano, o alemão naturalizado inglês Robert Schomburck propôs-se a explorar a Guiana Brasileira, a delimitar a fronteira e a expandir o domínio inglês. Para isso, contou com a ajuda de uma missão anglicana colocada na região sob a chefia do Reverendo Thomas Youd. O pastor procurou

influenciar os índios Macuxi, fiéis ao Brasil. Youd proclamou ao mundo que o seu objetivo era oferecer proteção às imaginárias "tribos independentes". A pressão foi grande. O Brasil acabou tendo que concordar com uma arbitragem forçada. Apesar do brilhante trabalho desenvolvido pelo Barão do Rio Branco e por Joaquim Nabuco, o rei Vitor Emanuel III da Itália, por laudo arbitral de 6 de junho de 1904, adotou um tipo de sentença salomônica, prejudicando o Brasil. A região contestada, denominada Pirara, foi dividida em duas partes, separadas pela serra Pacaraima-rio Mau-rio Tacutu. A parte ocidental, com 13.570 km² ficou para o Brasil, e a parte maior, do lado oriental, com 19.630 km² ficou com a Inglaterra.

→ 1845 - Foi patenteado o método de vulcanização da borracha, que impulsionou a demanda desse produto para fins industriais. Com o incremento do chamado "Ciclo da Borracha" recrudescer a pressão europeia e norte-americana sobre a Amazônia.

→ 1849 - O trabalho de um influente americano chamado Matthew Fontaine Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, e membro da American Geographic Society, mostra em sua verdadeira grandeza e desfaçatez e a determinação de ocupar a Amazônia. Natural da Virgínia, Maury era escravagista convicto e feroz defensor da malfadada teoria do "Destino Manifesto". Em artigo publicado na prestigiosa DE BOW'S REVIEW, em dezembro de 1849, Maury sustentava que a Amazônia e o Golfo do México fazem parte de um só complexo geográfico. Observando o comportamento das correntes e ventos marítimos, sustentava ele que o Amazonas não passava de um prolongamento natural do Mississipi. O trabalho desse prestigiado cientista, feito em nome da Marinha Americana, consolidou a idéia de que os EUA, para manterem a sua hegemonia na América, deveriam estender sua fronteira sul até a margem esquerda do Rio-Mar. A filosofia do Destino Manifesto de Maury deu origem, no início deste século, à política do "big stick" (porrada) de Theodore Roosevelt, com reflexos em toda a América.

→ 1850 - O Secretário da Marinha Americana, William A. Graham autoriza uma expedição secreta à Amazônia, comandada pelo tenente William Lewis Herndon, cunhado de Maury. Sobre essa expedição, assim se referiu o tenente Maury:

"A mim pouco importa o que motivou o Governo a expedi-la. Sua ida vai ser o primeiro elo da grande cadeia que terminará na formação da República Amazônica".

→ 1861 - O imperador Napoleão III, da França, necessitando de verbas urgentes, ofereceu vender Caiena (incluindo o Amapá) ao Governo Americano, por 8 milhões de dólares. A generosa oferta não foi aceita pelo fato de os EUA estarem em dificuldade financeira devido à Guerra Civil, e mesmo pela preferência dada ao Alaska, que acabou adquirido em 1867.

Cumprir destacar aqui a figura do gaúcho Joaquim Caetano da Silva, encarregado dos negócios do Brasil em Haia. Nesse mesmo ano (1861) ele publicou uma obra intitulada "Le Brésil et l'Oyapock", comprovando os direitos do Brasil sobre o Amapá. Sobre esse trabalho, Napoleão III confessou que preferia enfrentar um exército de dez mil homens a ter que contestar os argumentos do diplomata brasileiro.

→ 1862 - O general James Watson Weber, em nome do Governo dos EUA, encaminhou Memorial ao Imperador Pedro II, propondo-se a organizar uma Companhia, com capital de 25 milhões de dólares, para introduzir negros sulistas "emancipados ou a emancipar", na Amazônia. A proposta foi rejeitada pelo Império.

→ 1866 - É conhecida a pressão americana no sentido de o Brasil abrir totalmente as portas do Rio Amazonas à navegação estrangeira. Aproveitando-se dessa tese, e vendo o Brasil em dificuldade com a Guerra do

Paraguai, os americanos insistem no propósito de assentar populações negras no vale Amazônico.

→ 1869 - Louis Agassiz (auxiliado por sua esposa Elisabeth Carey Agassiz), que percorreu a Amazônia chefiando a expedição Thayer, a convite de Tavares Bastos e do próprio Imperador Pedro II, em seu minucioso relatório, proclamou que a Amazônia deveria ser colonizada por elementos de uma "melhor raça".

→ 1876 - O inglês Henry Wickman roubou-nos uma enorme carga de sementes de seringueira, embarcadas para a Inglaterra clandestinamente, com o rótulo de orquídeas. O navio partiu do Tapajós para a Inglaterra. Em Londres foram preparadas mudas, logo encaminhadas para plantio no Ceilão. Este fato subtraiu do Brasil o monopólio da produção da hévea, causando o colapso econômico da região.

→ 1885 - Um grupo de aventureiros vindo de Caiena estabeleceu-se na pequena vila de Cunani, na costa norte do Amapá. Lá, estes aventureiros proclamaram a independência do Amapá, sob a denominação de "República de Cunani". Elegeram Presidente da mesma o romancista francês Jules Gros, que estabeleceu seu palácio e gabinete em Paris. O assunto tornou-se tão ridículo que o Governo da França decidiu intervir e dissolver a "República de Opereta".

Ainda em 1885, o rei Leopoldo II, da Bélgica, antes de empreender sua malograda aventura do Congo, teve a idéia de criar uma colônia belga em Mato Grosso, abrangendo grande extensão territorial do Brasil Central. Dada a enérgica reação do Barão do Rio Branco, o rei belga desistiu de seu sonho imperialista.

→ 1900 - No início do século, é criado nos EUA o famoso Bolivian Syndicate. Desconsiderando o litígio oficial entre Brasil e Bolívia sobre o

território do Acre, os americanos pretendiam ocupar a área. O sindicato tinha entre seus acionistas um filho de Theodore Roosevelt, o mesmo que, mais tarde, em 1912, já como ex-presidente dos EUA, iria empreender uma expedição de 1.500 km pelo interior da floresta amazônica, acompanhado de Rondon.

Não fora a patriótica ação de Plácido de Castro e seus seringueiros, o Bolivian Syndicate teria ali se estabelecido, bloqueando os interesses, tanto de brasileiros quanto de bolivianos.

Em pleno século XX, com a queda do preço da borracha, toda a região amazônica entrou em depressão econômica. Nem por isso os estrangeiros desistiram de suas pretensões. Grandes concessões de terra foram feitas, naturalmente, sob pressão. Com a advento da II Grande Guerra, ficou patente a posição estratégica da Amazônia, bem assim o seu potencial em matérias-primas do complexo bélico.

Não há quem desconheça a teoria do "espaço vital", tão proclamada por Hitler e pelos japoneses.

Um sábio indiano, o Professor XANDRAZEKAR em seu livro "Povos Famintos e Terras Despovoadas", lança a chamada teoria da espacialidade, querendo justificar a apropriação, por parte dos países superpovoados, de territórios desabitados.

→ 1937 - Nelson Rockefeller, em nome da Standar Oil Company, empreendeu uma viagem de três meses pela Amazônia. Diante do avanço nazista na Europa, o empresário lançou a idéia de que os EUA, para garantirem o seu poderio bélico-industrial, deveriam, desde logo, assegurar o acesso às incomensuráveis riquezas do solo e do subsolo da região.

→ 1940 - O projeto de Rockefeller foi aceito e implantado com a criação da AMERICAN INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ECONOMY AND SOCIAL DEVELOPMENT (AIA). Era um órgão de cunho alegadamente filantrópico que colocou, de início, várias missões religiosas na Amazônia, e só não se ampliou devido à Guerra Mundial, e, após esta, em razão da prioridade ao Plano Marshall, na Europa.

→ 1946 - Após o último conflito mundial, a Amazônia foi cogitada para locar um país palestino, o que acabou sendo rejeitado pelos próprios árabes.

Ainda após o referido conflito, na província de Kanagawa, os japoneses constituíram uma empresa chamada ELISABETH SANDER'S HOME, para assentar filhos de soldados negros americanos com moças nipônicas, no vale amazônico.

→ 1948 - A UNESCO criou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com o objetivo de orientar, apoiar, centralizar e difundir a pesquisa científica na área. Era uma porta para a internacionalização da Amazônia. O Brasil perderia totalmente o controle da região. Mas o Congresso Nacional, por ação do grande brasileiro Arthur Bernardes, rejeitou esse cínico plano.

→ 1967 - Surge o mirabolante projeto chamado dos GRANDES LAGOS DO INSTITUTO HUDSON, com verbas do Pentágono. Os gênios Herman Kahn e Robert Panero pensavam cobrir grandes extensões do território amazônico pelas águas. O objetivo real do Projeto era impedir a exploração das incomensuráveis jazidas de nosso subsolo, fato que provocaria a queda de preço dos minérios no mercado internacional, controlado e dominando pelos trustes.

Por essa mesma época, um corretor americano chamado Stanley Amos Selig praticamente loteou a Amazônia, vendendo a preço vil, para capitalistas e grandes empresários, imensas fazendas plantadas no coração da Amazônia.

Os franceses obsessivos ocupantes da Amazônia, acabaram por construir próximo a Caiena uma base aeroespacial. O local chama-se Kourou, e a referida base pertence à Comunidade Européia. Esse fato chamou a atenção do mundo todo para a posição estratégica da Amazônia Brasileira, possuidora de grande extensão de terras sobre a linha do equador, faixa considerada ideal para o lançamento de foguetes (e no futuro, de naves interplanetárias).

No fim da década de 60, e início da de 70, começaram a ser implantados na Amazônia, megaprojetos sobre minérios, bovinocultura, rodovias e "culturas indígenas".

As gerações contemporâneas lembram-se da ICOMI, que acabou com o manganês do Amapá.

Não há quem não tenha ouvido falar do chamado Projeto Jari, de Daniel Ludwig, um empreendimento industrial devastador e poluente (verdadeiro enclave), implantado na porta de entrada do rio Amazonas. Foi um assunto que movimentou a opinião pública nacional.

→ 1981 - A partir desse ano, um chamado Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, com sede, ao que parece, na Holanda, deu ampla divulgação a um documento (transcrito na Revista nº 302 do Clube Militar) negando a soberania do Brasil sobre a Amazônia, que era dita como patrimônio da Humanidade. Esse documento se propunha a mobilizar a opinião pública mundial pelo reconhecimento das nações indígenas, em particular a de etnia Ianomâmi. Era um plano completo, diagramando, inclusive ações de força,

para subtrair do Brasil, a qualquer preço, a jurisdição sobre a região norte do país, fronteira Colômbia-Venezuela.

→ 1989 - A "The Nature Conservancy" (TNC), britânica, junto com a World Resources Institute, de Washington, lançou no mundo o falso alarme de que o Brasil seria o terceiro maior contribuinte mundial para o "efeito estufa", fato desmentido pelos cientistas.

→ 1991 - Proliferaram as ONGs (Organizações Não Governamentais) nacionais e internacionais, muitas delas utilizando o meio ambiente e a questão indígena como instrumento político.

Nesse mesmo ano, atinge ao máximo o esforço da mídia internacional para vender a idéia de que o Brasil não tem competência para gerir a Amazônia. É divulgada a opinião atribuída a altas autoridades, da seguinte maneira:

"O Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia".¹

"O Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos mundiais competentes".²

"Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos".³

"O Brasil não é um país sério".⁴

É de pleno conhecimento público o assunto da criação da Reserva Indígena Ianomâmi (Portaria 580, de 15 de novembro de 1991, do Ministério da Justiça). O Presidente Collor sofreu pressão de governos estrangeiros e das

¹ François Mitterand.

² Gorbachev.

³ Sen. Kasten - 1989 - EUA.

⁴ Charles De Gaulle - alegadamente.

ONGs, acabando por cometer um ato nitidamente inconstitucional. Ocorre que a Constituição Federal prescreve que as terras públicas com limite superior a 2.500 hectares, só podem ser concedidas ou alienadas por ato do Congresso Nacional (Alínea XVII, art. 49). Ora, a Reserva Indígena Ianomâmi tem 9.419.108 ha, e o seu limite norte coincide com a linha divisória da Venezuela. Nessas condições, a Reserva englobou a Faixa de Fronteira, que foi suprimida, tornando-se território indígena. Ainda, segundo a Constituição, a Faixa de Fronteira é consideração FUNDAMENTAL para a segurança nacional (§ 2º, Alínea XI, art. 20), preceito que foi também desrespeitado.

A consequência dessa transgressão de preceitos constitucionais redundou no esvaziamento do chamado Projeto Calha Norte, que começava a ser implantado exitosamente na área, garantindo segurança ao longo dos 6.500 km das fronteiras amazônicas, particularmente em relação ao contrabando e ao narcotráfico. Há uma preocupação suplementar, tal seja a existência de uma Reserva Indígena similar, contígua, na Venezuela, formada de índios da mesma etnia, os quais, somados e interligados aos nossos, constituem um numeroso núcleo étnico capaz de postular, a qualquer momento, a sua autonomia.

Temos razões para temer que o ato, aparentemente humanitário, da criação da Reserva Ianomâmi possa mascarar um recurso dos cartéis internacionais para evitar a exploração da área, sabidamente a maior província mineralógica do Planeta.

O único saldo positivo é a retirada dos garimpeiros da região, que vem sendo empreendida pela Polícia Federal, e que se constitui um tardio imperativo de ordem social, política e ecológica. Como sabemos, os garimpeiros formam uma mistura de aventureiros, na maioria ignorantes, que trabalham em um império sem leis, obedecendo apenas os códigos de seu próprio mister. Eles desestruturam os aglomerados urbanos onde chegam; comercializam e consomem drogas; atraem a criminalidade e a prostituição; promovem

queimadas gigantescas; poluem o solo, o ar e a água, com mercúrio; inutilizam jazidas com uma lavra de desperdício; transformam a natureza em cemitério; transmitem doenças e degeneram os índios; formam currais eleitorais dominados por políticos e empresários inescrupulosos; comprometem nossas relações diplomáticas com lindelros, e nos envergonham perante o mundo.

Tudo isso tem que ser repensado e decidido com isenção, sabedoria e patriotismo. Entrementes, e sem mais tardar, o Projeto Caiha Norte tem que ser restabelecido e incentivado; deve ser definida a Faixa de Fronteira; deve ser adotada uma exploração mineralógica industrial, não poluente, compromissada com a reparação do solo e seriamente controlada pela Receita Federal. O Congresso Nacional precisa aprovar urgentemente o Estatuto do Índio, modernizando uma definição para o vocábulo "índio", e dimensionando o tamanho das Reservas Indígenas em função do número de índios, sem o exagero de espaçamento ociosos. Respeitado tudo isso, e reservada a Faixa de Fronteira exclusivamente para a sua função constitucional de segurança, as Reservas Indígenas devem ser demarcadas.

→ 1993 - A The Nature Conservancy (TNC), ONG americana, empreende uma ampla angariação de recursos mundiais para adquirir áreas de terras no Brasil. Recentemente, em parceria com a Fundação O Boticário, de Curitiba, está adquirindo uma área de 1.000 ha da Mata Atlântica, em Guaraqueçaba-PR, a apenas 170 km daquela capital. Há notícias de futuras aquisições no Cerrado, no Pantanal e na Amazônia.

Alguns integrantes da ONU insistem em falar em "tribos independentes", em "direito de autodeterminação dos índios", procurando substituir o vocábulo RESERVA por NAÇÃO, o que traduz a intenção de transformar a Reserva Ianomâmi em NAÇÃO IANOMÂMI.

→ 1996 - Depois de um cerrado período de pressão internacional, o Governo Brasileiro homologou o contrato da Aeronáutica com a empresa americana Raytheon Corp., relativamente ao chamado Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia). Trata-se de megaprojeto criado para controlar o tráfego aéreo, combater o narcotráfico, vigiar as fronteiras, mapear os recursos naturais e controlar a proteção ambiental. A Amazônia ficará coberta por uma rede eletrônica centrada em um banco de dados com todas as informações sobre a área. Os dados captados nos 5,2 milhões de quilômetros quadrados da região serão transmitidos pelos radares até centros localizados em Manaus, Belém e Porto Velho. Daí, seguirão até o laboratório central, em Brasília. O projeto está orçado em US\$ 1,4 bilhão (apenas a implantação. Não há estimativa para o custo operacional).

Já que o assunto é fato consumado, convém atentar para que dito projeto consulte realmente os interesses do país, e que não venha a se constituir em mostruário indiscreto de todo nosso potencial mineralógico, submetido à sanha e ao controle de empresas estrangeiras. Resta o esforço de conservar conosco a autonomia e o poder decisório sobre o espaço amazônico, inclusive a sua indiscutível soberania e segurança.

Neste mesmo ano de 1996, o Governo Brasileiro sancionou uma lei que reforma o Código de Propriedade Industrial e o Registro de Patentes no país. Este assunto tem relação com a Amazônia, por encontrar-se ali o maior banco biogenético do mundo. Foi introduzido um dispositivo regulamentando a produção e a comercialização de Softwares, remédios e produtos químicos. A partir de então, ficou oficializada a manipulação de genes humanos para a criação de seres transgênicos, criados a partir do DNA de microrganismos, plantas e animais, objetivando melhorar as suas características. Essa fase científica da humanidade no campo da biotecnologia, contando com modernas técnicas, com equipes especializadas, de natureza multidisciplinar, promete a obtenção de produtos alimentícios e farmacêuticos de alto rendimento.

Teoricamente é um ponderável avanço científico a que é impelido o Brasil. Contudo, convém atentar para sérios fatores de risco: o dismantelamento de nossa incipiente indústria farmacêutica e agroquímica; a submissão de nosso parque industrial tecnológico ao controle de empresas transnacionais, a dependência externa e a transformação de nossa agricultura em uma atividade subjugada ao controle externo (inclusive para a produção de sementes de alimentos básicos e embriões).

B) CONCLUSÃO:

Fica aqui um pequeno retrospecto da história amazônica, ao correr do tempo. É uma saga pontilhada de pirataria, saque e cobiça. Isso não parte apenas de sua posição estratégica, entre dois mundos, mas de seu incomensurável potencial mineralógico, de suas reservas de água potável e dos recursos ainda indevidados de sua biogenética. Vivemos uma época em que ainda existe petróleo no mundo. Mas, em um futuro não muito distante, ele vai acabar. Nessa oportunidade, quando as jazidas amazônicas estiverem jorrando a pleno, será que não vai recrudescer e tornar-se mortal essa histórica cobiça?

Há séculos a Amazônia vem sendo percorrida por aventureiros e estudiosos do mundo inteiro. Os estrangeiros conhecem-na melhor do que nós. Os países ricos sabem que é a Amazônia que viabiliza o Brasil-potência do próximo século (e isso não lhes interessa).

Portugal, um pequeno país, a duras penas, sustentou a posse da Amazônia; o índio e o caboclo, com seus poucos recursos, sempre souberam manter a terra. E nós outros? Será que estamos conscientes de nossa responsabilidade? Precisamos atentar para a História. Tomar posse efetiva da

área. "Aprender" e "conhecer" aquilo que é nosso. É o primeiro passo para honrar e dignificar a herança recebida de nossos antepassados.

Finalmente, é atual e oportuno o alerta de Euclides da Cunha, feito em 1908, depois de percorrer a Amazônia:

"Se as nossas autoridades não se preocuparem com a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, ela se destacará do Brasil, natural e irresistivelmente, como se desprega uma nebulosa de seu núcleo, pela expansão centrífuga de seu próprio movimento".³

Altino Berthier Brasil
Av. Jacul. 450 - ap. 702 - Cristal
Fone: (51) 249-6648
90.890-150 - Porto Alegre - RS

³ CUNHA, Euclides. CONTRASTES E CONFRONTOS. Livraria Lelo & Irmãos, Lisboa, 8ª ed. p. 163.

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO



A extensa lista de atividades desenvolvidas por Paulo Brossard de Souza Pinto revela o perfil de um homem que marcou o século XX em nossa história. Advogado, professor e jurista, foi deputado estadual, deputado federal e senador, atuando ainda como Ministro da Justiça e integrando o Supremo Tribunal Federal. Nascido em Bagé, aos 23 de outubro de 1924, foi referência nas áreas do Direito, sendo ainda um expressivo integrante das mobilizações democráticas que marcaram os anos de chumbo da ditadura civil-militar. Sua defesa intransigente do parlamentarismo como opção mais adequada para a realidade social brasileira ainda hoje é relevante, como o demonstra o texto que oferecemos para sua homenagem. Sócio benemérito do IHGRGS, sempre buscou reforçar as atividades de nossa instituição, sendo o responsável pela vinda da importante biblioteca de Othelo Rosa, que ainda hoje é destaque de nossa coleção bibliográfica.

Boa leitura!

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

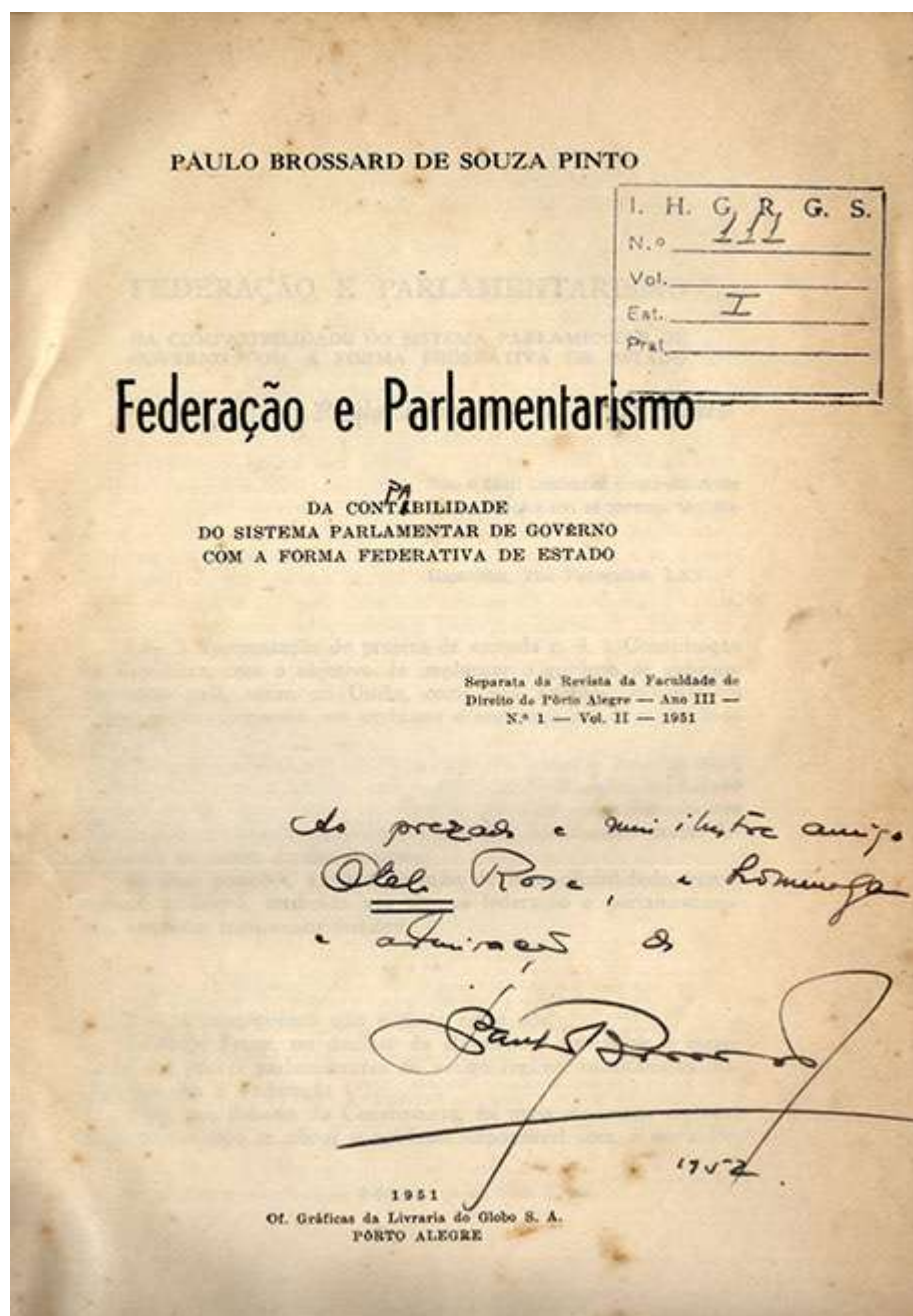
Federação e Parlamentarismo

DA CONSTITUIÇÃO
DO SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO
COM A FORMA FEDERATIVA DE ESTADO

Separata da Revista da Faculdade de
Direito de Porto Alegre — Ano III —
N.º 1 — Vol. II — 1951



1951
Of. Gráficas da Livraria do Globo S. A.
PORTO ALEGRE



FEDERAÇÃO E PARLAMENTARISMO

DA COMPATIBILIDADE DO SISTEMA PARLAMENTAR DE
GOVERNO COM A FORMA FEDERATIVA DE ESTADO

Paulo Brossard de Souza Pinto

Não é fácil contestar concretamente
a uma objeção em si mesma tão im-
precisa.

Hamilton, *The Federalist*, LXV.

1 — A apresentação do projeto de emenda n. 4, à Constituição da República, com o objetivo de implantar o governo de gabinete em nosso país, assim na União, como nos Estados, suscitou no Congresso, na imprensa, em certames e institutos jurídicos, fecundo debate.

Entre os oponentes do citado projeto de emenda constitucional, enumeram-se os que apontam na organização federativa do Estado brasileiro um impedimento ao sistema proposto, impedimento ora tido como um valor universal e irremovível, ora tomado como decorrência do nosso direito positivo.

As duas posições, à vista do grau de inconciliabilidade, essencial ou accidental, atribuída aos termos federação e parlamentarismo, merecem tratamento distinto:

• • •

2 — A controvérsia não é nova entre nós.

Felisbello Freire, no dealbar da República, opondo-se à legalização das praxes parlamentares do antigo regime, inculcava-as inaplicáveis sob a Federação ⁽¹⁾.

Aliás, nos debates da Constituinte, foi mais ou menos corrente proclamar-se não se afinar o governo responsável com a nova for-

(1) *História Constitucional da República*, 2.^a ed., 1894, I, 142.

ma de Estado ⁽²⁾, embora a propaganda republicana se fizesse conjugada à da federação, e sem embargos ao sistema parlamentar, cujas imperfeições inspiravam os ataques ao “poder pessoal” do Imperador ⁽³⁾.

Pouco mais tarde, em 1896, registrava Assis Brasil: “para os presidencialistas, é absolutamente incompreensível governo parlamentar em república federativa; para os outros, não somente é a coisa mais natural, como deve mesmo ser mais profícua o sistema parlamentar, sendo a república federativa, do que se fôr unitária” ⁽⁴⁾.

Depois caberia a Ruy Barbosa, na plataforma civilista, referir-se ao debate. Indicados os conceitos insuscetíveis de reforma, naquela ocasião, ponderava o insigne jurista: “adotadas estas precauções tranquilizadoras, contra as demasias de espírito de reforma, poderia ela encetar-se, como convém, no terreno das nossas instituições constitucionais, moderada, gradual e progressivamente. Essas reservas afastariam especialmente das primeiras tentativas reformatórias a questão entre a república parlamentar e a presidencial. Não é pouco numerosa a corrente que contra esta já se pronuncia. Mas eu ainda não me animaria a segui-la. Não duvido que em breves anos se venha a impor a sua discussão. Mas abrir com ela o primeiro ensaio de reforma constitucional, seria expô-la, quase com certeza, ao malôgro, em tópicos a respeito dos quais é exequível, por açodamento em relação a um problema ainda não maduro, contra o qual as exigências da ortodoxia republicana são até agora irredutíveis” ⁽⁵⁾.

Mas a esta exposição, formulada em termos políticos, acrescentou Ruy, após referência aos dois regimes: “o que eu não saberia é de que modo conciliar com este (o governo de gabinete) o mecanicismo do sistema federal”, embora, posteriormente, tivesse reformado, neste passo, o seu pensamento ⁽⁶⁾.

A par dessa corrente, sempre houve outra que preconizava a instituição do parlamentarismo, sem prejuízo da autonomia dos Estados e das franquias locais.

* * *

(2) Agenor de Roure — A Constituinte Republicana, 1920, I, 346.

(3) Américo Brasiliense — Os programas dos partidos, Manifesto Republicano.

Paulo Brossard de Souza Pinto — Presidencialismo e Parlamentarismo na Ideologia de Rui Barbosa. Separata da Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, I, n.º 1, pgs. 6, 37 e 38.

Assis Brasil — Unidade Nacional, conferência, 1883; Do Governo Presidencial, 2.ª ed., 1934, pg. 118.

Amaro Cavalcanti — Regime Federativo, 393.

Prudente de Moraes, in Discursos Parlamentares de J. Nabuco, ed. da Câmara dos Deputados, 1950, pg. 495.

(4) Assis Brasil — Do Governo Presidencial, 119.

(5) Ruy Barbosa — Excursão eleitoral aos Est. da Bahia e Minas Gerais, 1910, pgs. 25 e 26.

(6) Paulo Brossard de Souza Pinto — Presidencialismo e parlamentarismo na Ideologia de Ruy Barbosa, 44 pgs.

3 — É a maneira de prover o executivo dos Estados e a duração da autoridade no exercício d'êles, que definem a forma de governo, monárquica ou republicana (7). A divisão dos poderes, com o sistema de relação entre êles, extrema os regimes presidencial, diretorial ou parlamentar (8). E a descentralização política, geradora da autonomia desfrutada pelos órgãos das unidades federadas, ou a descentralização meramente administrativa, é que indica a existência do Estado federativo ou unitário (9).

Visto é, portanto, que a *forma de governo, de Estado e o sistema político*, porque refletem, cada qual, aspectos distintos, com motivações próprias e finalidades peculiares, do fenômeno estatal, não se hostilizam, antes convivem em cada unidade politicamente constituída, mediante combinações explicáveis à luz da História dos povos.

Daí o Estado exercer a sua competência, distribuindo-a em cortes verticais, pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, e, por vêzes, mediante cortes horizontais, entre a União, os Estados-membros e até os Municípios (10).

Assim, a Inglaterra e a Bélgica podem ser unitárias, quanto à forma de Estado, e praticar o governo de gabinete. Do mesmo modo a Itália e a França. Mas, enquanto as duas primeiras são monárquicas, as últimas têm a forma republicana de governo.

Repúblicas e federações são, a um tempo, o Brasil e os Estados Unidos. A Alemanha e a Áustria também o foram, que adotaram o sistema parlamentar, em contraste ao presidencial daqueles, e o diretorial da federação helvética.

E enquanto o Canadá e a Austrália têm como chefe de Estado o rei inglês, representado por um governador (11), e estão organizadas

(7) Ruy — O art. 6.º da Constituição, pg. 65.
 Duguit — Manuel de Droit Constitutionnel, 1923, pg. 187.
 Darcy Azambuja — Teoria geral do Estado, 1942, pgs. 202, 3.
 (8) Emslein — Droit Constitutionnel, 1906, pg. 373.
 Duguit — Manuel de Droit Constitutionnel, pg. 196. *Leçons de Droit Public*, 1926, pg. 202.
 Redlob — Le régime parlementaire, 1924, pg. 1.
 Burdeau — Manuel de Droit Constitutionnel, 1947, pg. 100.
 Kelsen — Teoria General del Estado, 1934, pgs. 338, 458.
 Bonnard — Précis de Droit Public, 1946, pgs. 55 e 58.
 Nèzard — Éléments de Droit Public, 1946, pgs. 124 e segs.
 Laferrère — Manuel de Droit Constitutionnel, 1947, pgs. 753.
 Vedel — Manuel de Droit Constitutionnel, 1949, 162 e segs.
 (9) Darcy Azambuja — op. cit., cap. XXIII.
 Francisco Campos — Direito Constitucional, 1942, pg. 105.
 Roy Cirne Lima — Princípios de Direito Administrativo, 1939, § 15.
 Roger Pinto — Droit Constitutionnel, 1948, pgs. 334 a 340.
 (10) Pontes de Miranda — Comentários à Constituição de 1946, I, 152.
 (11) Couve de Murville — Le gouverneur dans les Dominions Britanniques, 1929, pgs. 16 e 17. "Le roi, représenté par le Gouverneur exerce le pouvoir exécutif mais à la manière d'un monarque constitutionnel, c'est-à-dire qu'il n'agit que sous le couvert de ministres responsables devant l'assemblée locale. Qu'il agisse en vertu de la prérogative royale ou en vertu des lois, le Gouverneur doit toujours suivre l'avis de ses ministres".
 "Le chef du gouvernement d'un Dominion est le Roi, qui est à la fois "Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des Dominions britanniques d'outre-mer". Seulement, comme la Couronne ne peut y exercer ses pouvoirs personnellement, elle les délègue à un ou plusieurs représentants suivant l'importance du Dominion". (pg. 37).

federativamente, como a Alemanha, antes de Weimar, que era monárquica e federativa ⁽¹²⁾, se distinguem desta, possuidora, ao tempo, de um governo pessoal e politicamente irresponsável ⁽¹³⁾, porque se regem mediante gabinetes responsáveis.

Não há, destarte, uma relação existencial entre regime político e forma de Estado.

Como foi enunciado, o sistema de governo, porque deriva do modo da divisão dos poderes, se prende ao relacionamento e a limitações impostas pela lei ou aceitas pelo costume, dos poderes legislativo e executivo, enquanto a federação decorre da descentralização política, da repartição de competências entre a União e os Estados-membros, discriminadas e garantidas pela Constituição federal, cujo império estes se auto-constituem e governam, participando ainda na formação dos órgãos de governo nacional ⁽¹⁴⁾.

* * *

4 — O regime parlamentar é uma modalidade da democracia representativa. Repousa sobre a igualdade dos poderes políticos, cuja colaboração é reciprocamente garantida pelos meios de que cada um dispõe para obrigar o outro. O gabinete, "la pièce essentielle de la machine politique", na frase de Duguit ⁽¹⁵⁾, constitui o ponto de convergência dos poderes legislativo e executivo e sela a harmonia deles.

Participa a um tempo do legislativo, de que é expressão, donde emana a sua existência e no qual tem assento, no mínimo, o seu presidente, tendo o cabimento, por isso, o clássico Bagehot, "uma comissão do parlamento", e do executivo, de que, na expressão de Berthélemy, é a "parte móvel", e que o integra juntamente com o chefe do Estado, politicamente irresponsável ⁽¹⁶⁾.

A responsabilidade política do gabinete perante os representantes do povo, que votam o apoio ou a censura ao governo colegiado ou a um membro dele, é contrabalançada pela responsabilidade política do parlamento, dissolúvel por decreto do chefe do Estado, referendado, como todos os outros, pelo gabinete.

São recursos destinados a compor a harmonia dos poderes políticos, que se visualiza no conselho de Ministros.

(12) Laband — *Le Droit Public de l'Empire Allemand*, 1900, I, § 7.º, pgs. 10 e segs., e § 9.º, pgs. 157, 8.

Ruy — *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*, 1910, I, pg. 92.

(13) Laband — *op. cit.*, I, § 24, pgs. 318 e segs. e § 26, pgs. 343 e 348 a 351.

Emile Giraud — *Le pouvoir exécutif dans les démocraties d'Europe et d'Amérique*, 1938, pgs. 67 e 68.

Olimpio Ferraz de Carvalho — *Sistema Parlamentar*, 1933, pgs. 61 e segs.

(14) Frederic Austin Ogg — *English Government and Politics*, 1947, pgs. 74 e 75.

(15) Duguit — *op. cit.* pg. 196.

(16) Bagehot — *La Constitution Anglaise*, trad. Gaulhiac, 1869, pg. 14.

H. Berthélemy — *France*, pg. 23, in "La vie juridique des peuples".

Regime político que reflete, no plano prático, uma modalidade do princípio da divisão dos poderes, tanto é aplicável em Estados unitários, como em federativos, e nestes, assim na esfera nacional, como nas estaduais.

Indica o regime parlamentar um mecanismo de governo, uma técnica mais ou menos feliz de realizar a democracia, satisfeitos os pressupostos desta (17).

• • •

5 — A estrutura federativa do Estado deriva de outras origens e se condiciona até ao seu dado espacial.

Enquanto do sistema parlamentar é lícito concluir possam praticá-lo diferentes povos que atinjam certo nível cultural e político, já seria arbitrário predizer que qualquer Estado se organizará federativamente, ainda se esmere a sua população em cultivar as mais lisonjeiras instituições. Assim, embora conheçam larga descentralização e rico localismo, a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda, v. g., dificilmente se federalizarão. Por isso, em princípio, os países de grande extensão *tendem* a ser federativos, enquanto que o regime político, presidencial ou parlamentar, independe desse fator, derivando ambos da menor ou maior evolução do regime representativo (18).

E' que o Estado federal é uma das formas de descentralização com base territorial (19).

A singularidade federativa está em que os Estados-membros possuem, como a União, uma competência peculiar, pré-traçada pelo Código Supremo, e no exercício dela não sofrem reparos, decorrendo daí a faculdade de auto-organização e auto-governo. O gôzo de uma autonomia é corolário da competência própria, legislativa, administrativa e judiciária, imodificável por arbitrio da entidade política federal.

Do exposto não dissente o insigne Kelsen: "el Estado Federal representa un aumento de grado de la descentralización: tenemos este tipo cuando no sólo la ejecución y la legislación se encuentran repartidas entre una autoridad central y varias autoridades locales, sino cuando, además, se confiere a los órganos legislativos locales competencia para darse la constitución en su esfera particular, bien de un

(17) Esmein — op. cit., pg. 185. cf. Laski — *Parliamentary Government in England*, 1950, pg. 38.

(18) Não era assim sem sentido a propaganda em prol da idéia federativa em nosso país, quando diziam os seus pregadores que a natureza fizera o Brasil federativo antes de fazê-lo a idéia democrática.

Manifesto Republicano, in *América Brasileira*, loc. cit., 76.

Assis Brasil — *Unidade Nacional*, conferência de 1883.

Joaquim Nabuco — *Discursos Parlamentares*, ed., Ipt., 1949, pg. 274, ed. da Câmara dos Deputados, 1950, pg. 494. Discurso de 8-8-888.

(19) Jean Dabin — *Doctrina General Del Estado*, trad. esp., 1946, pg. 329.

modo total o bien solamente parcial, es decir, dentro del marco fijado por las normas establecidas en la constitución central" (20).

E Darcy Azambuja, com a segurança habitual das suas lições, após balançar as teorias à respeito, conclui: "a faculdade de auto-organização e de auto-governo, é um dos traços fundamentais do regime federativo. Este princípio é necessário, porém não bastante. Devem também as coletividades federadas concorrer para a formação da vontade federal, participar na organização dos órgãos centrais federativos" (21).

Um constitucionalista de nota, João Mangabeira, escrevia, ao sustentar o anteprojeto constitucional do Itamarati: "o que caracteriza o Estado Federal é a sua coexistência com Estados constitucionalmente autônomos, dentro das raízes que a Constituição Federal lhes traça, e a impossibilidade de modificação desta por lei ordinária da Assembléia Nacional, e sem que eles sejam ouvidos. Esta é a fórmula compatível com a realidade do mundo moderno, nas suas instituições atuais" (22).

Ora, a distribuição de competências, assim legislativas, como de administração e judicial, que pressupõe, por sua vez, as constituições estaduais, ao mesmo tempo que a federal, exige apenas a pluralidade de entidades políticas, independentemente dos seus sistemas de governo.

Estes valem como instrumentos, aptos ou inadequados, de realização das tarefas atribuídas pelas Constituições, nacional ou estaduais, aos círculos e entidades integrantes da federação.

6 — Ora, se numa federação presidencial, disserta Raul Pilla, "tem cada Estado o seu parlamento e o seu governo próprios, por que não os poderá ter também com o sistema parlamentar? Será a circunstância de ser, aqui, o poder executivo responsável perante o legislativo? Evidente é que não, porque cada governo, federal ou estadual, é exclusivamente responsável perante o respectivo parlamento, federal ou estadual, conforme o caso. Assim, se a União tem o seu parlamento e o seu gabinete perante ele responsável, nada, absolutamente nada impede que os Estados-membros também tenham o seu parlamento e o seu gabinete igualmente responsável. Como na federação presidencial, na parlamentar também tudo é questão de delimitação de competência entre o Estado federal e os Estados federados. Exatamente as mesmas dificuldades num e noutro caso" (23).

(20) Kelsen — *Compêndio de Teoria General del Estado*, trad. de Recaséns Siches Y Azcarate, 1934, pg. 180.

cf. *Teoria General del Estado*, trad. de Legaz Lacambra, 1934, pg. 254.

(21) Darcy Azambuja — op. cit., pg. 302.

Laband — op. cit., I, § 7º, pgs. 105 e 106.

Kelsen — *Compêndio cit.*, pg. 180.

Jean Dabin — op. cit., pg. 330.

22 — João Mangabeira — *Em torno da Constituição*, 1934, pg. 61.

Frederic Austin Ogg — op. cit., pgs. 74 e 75.

(23) Raul Pilla — *Da compatibilidade do parlamentarismo com a federação*, in "Diário de Notícias", de Porto Alegre, em 22-1-46.

Em verdade, o direito comparado oferece exemplos sugestivos da conjugação num mesmo Estado, do parlamentarismo e da federação, do mesmo modo que, em outros, desta com o sistema presidencial.

Depois de estudar a teoria da separação de poderes e da divisão deles através das regras de competência, Gettell conclui assim, sem lobrigar qualquer antinomia entre os tipos de governo e as formas de Estado, derivados da aplicação de um e outro dos princípios referidos: "it should be noted that the classification of governments on the basis of functional separation into presidential and cabinet types, is a cross classification. The functional separation of departments reappears in each of the territorial subdivisions. In a unitary state the central government, created by the constitution, may be either of the presidential type, as in certain Latin-American states, or of the cabinet type, as in Great Britain and France. The local subdivisions in a unitary state will have whichever type the central government creates for them or permits them to create. In a federal state the central government, created by the constitution, may be either of the presidential type, as in the United States, or of the cabinet type, as in Canada. The subdivisions of the federal state may adopt whichever type they prefer, unless there are legal restrictions in the national constitution which prevent. In practice, the subdivisions of federal states, usually adopt the same form that obtains in the central government. Thus the states in the American union have set up the presidential type of government, while the Canadian provinces have adopted the cabinet system" (24).

Com efeito, o Canadá e a Austrália são dois exemplos concludentes da tese exposta. Estudando as instituições do primeiro, Bryce, que produziu uma "obra monumental" sobre as instituições norte-americanas, (25) escreveu: "taken as a whole, the institutions are well constructed, being, in the main, such as long experience as approved in Britain. Canada has made the first attempt to apply the Parliamentary system to a Federation, Australia and South Africa have followed. The experiment has been successfull, for the machinery has worked pretty smoothly".

E depois:

"The Canadian Constitution was an adaptation of the British Constitution to the circumstances of a new country in which a Federal and not a unitary government was needed. It reproduced, with variations, certain features of the United States Federal system which experience has approved, while seeking to avoid the defects

(24) Raymond Garfield Gettell — Political science — 1933, 236, 7.

(25) Ruy Barbosa — Os atos inconstitucionais — 1893, 69.

Munro — The government of the United States, 5.^a ed., 1949, pg. 7.

that experience had disclosed. It followed in other points the parliamentary and Cabinet system of Britain; and — what was no less important — it carried over into Canada the habits and tradition by which that parliamentary system had thriven" (26).

O clássico Dicey, já em fins do século passado, esclarecia: "Si nous considérons le caractère fédéral de la Constitution du Dominion, nous devons inévitablement la regarder comme une copie, — mais non pas une copie servile — de la Constitution des États-Unis. D'autre part, la Constitution canadienne est étudiée exclusivement, dans cet ouvrage, en tant que gouvernement fédéral. Je maintiens donc comme correcte mon affirmation, que le gouvernement du Dominion est modelé sur celui de l'Union. Au contraire, si nous comparons l'exécutif canadien à l'exécutif américain, nous nous apercevons tout de suite que le gouvernement canadien est copié sur le système du gouvernement parlementaire de Cabinet, tel qu'il existe en Angleterre, et n'imité en aucune façon le gouvernement présidentiel de l'Amérique" (27).

No mesmo sentido, Couve de Murville, estudando a figura do Governador nos Domínios britânicos, salientou quanto convinha para desfazer dúvida sobre a conciliação do sistema parlamentar do governo com a organização federativa de Estado.

"Dans les Dominions", esclarece o autor citado, "de même qu'au Royaume-Uni, le pouvoir exécutif est directement responsable devant le Parlement, émanation de la volonté populaire".

E noutro passo, comparando regime dos Domínios com o da Inglaterra: "Leurs institutions politiques fonctionnent aussi normalement que celles du Royaume-Uni..."

E mais adiante: "c'est de l'Angleterre que les Dominions se rapprochent de plus en plus, quant à la pratique même du régime parlementaire. Le gouverneur, comme le Roi, ne fait que se conformer aux avis de ses Ministres, et en même temps la responsabilité politique de ceux-ci devant le Parlement est définitivement établie" (28).

Bryce, dissertando sobre o Canadá, não é menos positivo: "the frame of the Dominion or National Government has been constructed on the lines of the Cabinet or Parliamentary system of Britain and

(26) James Bryce — *Modern Democracies* — 1927, I, 497 e 506, 7.

James Bryce — *The American Commonwealth*. Trad. francesa, *La République américaine*. 1900, v. I, 605, 6.

"Le gouvernement fédéral ou du Dominion est formé sur le type du "système du cabinet" anglais. Le ministère a sa place au Parlement, et conserve ses pouvoirs selon la volonté de la Chambre des Communes. Le Gouverneur général est dans la situation d'un Exécutif, permanent et irresponsable, semblable à celle de la Couronne en Angleterre, agissant sur les conseils de ministres responsables. Il peut dissoudre le Parlement

Dans chacune des provinces, il y a un Ministère responsable fonctionnant d'après le système du Cabinet anglais, le Lieutenant-Gouverneur représentant la couronne et remplissant, en quelque sorte, le rôle d'un monarque constitutionnel".

(27) A. V. Dicey — *Introduction à l'étude du Droit Constitutionnel*, trad. A. Ratat et G. Jéze, 1902, pp. 147, nota 1. Wade and Godfrey Phillips, *Constitutional Law*, 4.^a ed., 1950, pp. 418.

(28) Couve de Murville — *op. cit.*, 12, 93, 183.

all her self-governing colonies. Executive power is vested nominally in the Governor General as representative of the British Crown; but is in fact exercised by a Cabinet or group of Ministers, who hold office only so long as they can retain the support of a majority in the Dominion House of Commons. They are virtually a Committee of Parliament, and in it all of them sit. Thus the actual Executive is the creature of the House of Commons, possessing as against it only one power, that of appealing to the people by a dissolution of Parliament. If ministers do not dissolve, they must resign, and if they dissolve and the election goes against them, they resign forthwith and a new Cabinet is formed" (29).

E, ao tratar da Austrália; "Executive power resides nominally in the Governor-General, as representing the British Crown, but virtually in the Cabinet of high officials who form his Ministry, and who must be members of the Legislature and must (in practice) have the support of a majority in the House of Commons" (30).

Por sua vez, a respeito da organização dos poderes nas Províncias federadas do Canadá, Ernest Chevegrin expõe que: "... chaque province a une législature qui, à l'exception de Québec, est composée d'une assemblée unique. Le lieutenant-gouverneur est nommé par le gouverneur pour une durée illimitée, mais ne peut être révoqué qu'avec cinq années d'appointments, sauf pour cause déterminée; il est assisté par un conseil exécutif ou cabinet, comprenant les chefs des départements ministériels, lesquels sont responsables devant la législature" (31).

Bryce confirma: "they (the Governments of the Nine Provinces which correspond to the states in the Australian Commonwealth and in the U. S. A.) reproduce the system of Cabinet and Parliamentary Government provided for the Dominion. ... The system is, in miniature, that of the British Parliament and Cabinet. The Legislature is elected by universal suffrage for four years, subject to an earlier dissolution by the Cabinet" (32).

A federação australiana, com os seus governos parlamentares, assim na órbita nacional, como nas estaduais, é igualmente descrita pelo erudito prefaciador das "Constituições Modernas" de Dareste, Delpech e Laferrière (33).

Neste particular, é ilustrativo o estudo de Bryce: "the Constitutions of the six States, all of course older than of the Commonwealth.

(29) Bryce — op. cit., I, 459, 60. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pgs. 416 + 417.

(30) Bryce — op. cit., II, 174. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pg. 420.

(31) Ernest Chevegrin, in "Les Constitutions modernes", par Dareste, refondue par J. Delpech et Laferrière. 4ème. édition, 1933, V. 242.

(32) Bryce — op. cit., I, 462. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pg. 418.

(33) Bryce — op. cit., I, 462. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pg. 418.

are reproductions of the British frame of government. ... Each State has a Governor appointed by the Crown (usually for five years), and a Cabinet selected from members of the Legislature by the persons whom the Governor summons to form an administration, such person being usually the leader of the party which at the moment constitutes the majority of the Assembly" (34).

• • •

7 — Tenho assim como demonstrado à luz da doutrina e da prática constitucional dos povos, a improcedência da apontada antinomia entre governo de gabinete e Estado Federal.

• • •

8 — Não faltaram juízos, entretanto, que, embora admitissem a conciliabilidade do parlamentarismo com a federação, encontravam insuperável obstáculo em expresso dispositivo da lei magna brasileira.

O prof. Sampaio Dória entendia inconstitucional o projeto de emenda n. 4, à vista do § 6.º do art. 217 do Código Supremo, pelo qual "não serão admitidos como objeto de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação e a República". E sustentava ser a fundamental característica da federação brasileira a "igualdade de representação dos Estados no Senado e a igualdade de competência entre os dois ramos legislativos, salvo os casos específicos, que a Constituição enumera", acrescentando que "o sistema parlamentar importa em abolir a equivalência de poderes gerais entre o Senado e a Câmara: importa em anular a representação igual dos Estados no Senado, para o exercício de poderes equivalentes aos da Câmara dos Deputados". A conclusão era terminante: "logo, qualquer projeto de indole parlamentar é inconstitucional, não pode sequer ser objeto de deliberação do Congresso" (35).

Sem discutir o alcance do dispositivo constitucional, bastaria considerar que, pela adoção do governo de gabinete não se buliria na

(34) Bryce — op. cit. 176-7. À pg. 193, prossegue o mesmo autor: "both in the Commonwealth and in the several States the Executive Government consists of a group of Ministers, seldom exceeding seven, who are normally heads of one or more of the administrative departments. Though there may often be found a 'Minister without portfolio'. These form the Cabinet. All have seats in one or other house of the Legislature, and are supposed to represent the best political capacity of the party for the time being in the majority. The place of Prime Minister is, according to British usage, taken by the statesman who has been commissioned by the Governor to form the administration".

Sobre a evolução do parlamentarismo e da federação no Canadá e na Austrália, v. L. Lowell, *Le gouvernement de l'Angleterre*, trad. par A. Nerinx, 1910, chap. LV v. II, 485 a 504; Conve de Merville, op. cit. toda a segunda parte da obra: *Sir Donald St. Clair Gairner. A Monarquia Britânica*, in *Rev. For.* CXXX, 16 a 21 e *Jean Day. A vida constitucional do Canadá*, *Rev. For.* CIII, 23 a 29.

(35) A. de Sampaio Dória — "Parlamentarismo ou Presidencialismo", in "O Estado de S. Paulo", 10-IV-1949.

João de Oliveira F.º — "Incompatibilidade do Parlamentarismo com a Federação", in "Jornal do Comércio", Rio, 16-X-49 e *Rev. For.* CXXVII, 583.

competência da União e dos Estados, nem estes passariam a ter desigual representação no Senado, e a similitude de atribuições entre os dois ramos do poder legislativo não sofreria reparo, "salvo os casos específicos, que a Constituição enumera", mesmo agora existentes e que ao professor da histórica Faculdade de S. Paulo não escaparam. Ao seu número se acrescentaria mais um, em favor da Câmara, se somente perante ela se fizesse efetiva a responsabilidade do gabinete.

Se Câmara e Senado, em regra, têm a mesma competência, não menos certo é que cada uma das casas do Congresso, possui igualmente *atribuições específicas*, claramente determinadas pela Constituição.

A Câmara dos Deputados, privativamente, compete declarar a procedência ou improcedência da acusação contra o Presidente da República e contra os Ministros de Estado nos crimes conexos com os daquele, e ainda estivesse o Senado convencido da culpabilidade deles, nada poderia fazer sem que a Câmara os pronunciasse. (art. 59, I).

E ao Senado, exclusivamente, caberia julgá-los, nada podendo contra ele a Câmara, se aquêle entendesse de absolvê-los, ainda tivesse esta cabais razões para declarar-lhes a culpabilidade.

De resto, decretada a acusação, ficam os acusados suspensos das suas funções até ao julgamento definitivo. (art. 88, parágrafo único).

Destarte, ainda no atual regime pode a Câmara, temporariamente, é certo, afastar os governantes do poder. Compreende-se, aliás, a prerrogativa: a responsabilidade política, peculiar ao sistema parlamentar, evoluiu da responsabilidade penal da antiga monarquia representativa, com a qual não deixa de apresentar semelhança o presidencialismo ⁽⁵⁶⁾.

A Câmara, compete, outrossim, de modo privativo, a iniciativa da tomada de contas do Presidente da República. (art. 59, II).

Por sua vez, o Senado tem igualmente atribuições exclusivas. Além de julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos da mesma natureza conexos com os daquele, perante o Senado são processados e julgados, sem qualquer participação da Câmara, os Ministros do Supremo Tribu-

(56) Kelsen — op. cit. 113.

E. Glason — Histoire du Droit et des Institutions politique civiles e judiciaires de l'Angleterre. 1883. V, 428.

E. Fishell — La Constitution d'Angleterre, trad. Ch. Vogel, 1864, II, 409, 410.

Kelsen — Teoria General del Estado, I 37 D. pg. 338.

Pontes de Miranda — Com. à Const. de 1946, I, 15.

Kelsen — Teoria General del Derecho y del Estado, trad. de García Maynez, México, 1950, 317.

Esakiel Gordon — La responsabilité du Chef de l'Etat Dans la pratique constitutionnelle recente, 1931, 52.

Emile Giraud — Le pouvoir exécutif — 67, 68, 392.

nal Federal e o Procurador-Geral da República, também nos crimes de responsabilidade. (art. 62, I e II).

E ainda ao Senado, exclusivamente, cabe aprovar a escolha de certos magistrados, do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (art. 63, I).

Somente ao Senado, com total independência do outro ramo do poder legislativo, compete autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (art. 63, II).

E' ainda incumbência sua, peculiaríssima, suspender a execução de lei ou decreto declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal. (art. 64).

Cabe à Câmara dos Deputados, por sua vez, em relação à Câmara Alta, a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira. (art. 67 § 1.º).

Visto é, portanto, não ser *idêntica* a competência de uma e outra casa do Congresso mesmo no atual regime.

Da confiança da Câmara, segundo o projeto de emenda constitucional n. 4, dependeria o Conselho de Ministros, e, por via de consequência, somente ela seria dissolúvel.

Incluir-se-iam essas peculiaridades, portanto, nos "casos específicos que a Constituição enumera".

E nem por isso se teria abolido "a equivalência de *poderes gerais* entre o Senado e a Câmara", nem importaria "em anular a representação igual dos Estados no Senado".

A conclusão do prof. Sampaio Dória, segundo a qual "qualquer projeto de índole parlamentar é inconstitucional", é manifestamente infundada.

De resto, a restrição constitucional é no sentido de vedar o curso de projetos tendentes a *abolir* a Federação e a República.

A restrição, sem discutir a sua valia teórica e prática, segundo cânon de hermenêutica, deve ser interpretada estritamente.

E abolir, registra-o Moraes, é suprimir, extinguir, aniquilar, anular, cassar. Ao lado do velho dicionarista, Laudelino Freire esclarece: abolir, revogar, anular, extinguir, suprimir, pôr fora de uso. E Pereira e Souza, no clássico Dicionário Jurídico: "he por uma cousa fora de uso".

Augusto Magne, no seu Léxico, especialmente dos períodos medieval e clássico, confirma: "abolir, anular, revogar, extinguir, pôr em total desuso, com referência, principalmente, a lei e costumes". E como sinônimos apresenta — revogar e derogar.

Com efeito, a reforma proposta atinge o sistema de governo, o qual independe da forma de Estado. A aprovação da emenda nem restabeleceria a monarquia, nem faria unitária a República.

9 — As mesmas razões o prof. Sampaio Dória sustentou ao relatar a tese esposada pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, no Congresso de Direito Constitucional da Bahia, de 1949.

E em conferência que pronunciou na ínclita Faculdade de Direito daquele Estado, novamente dissertou sobre a controvérsia, resumindo assim as suas objeções: "perante que Câmara responde o gabinete? Perante a Câmara dos Deputados? Perante o Senado? Perante o Congresso em sessões conjuntas? Ou, ainda, perante as duas separadas, cada uma por sua vez, como na elaboração das leis?

"Se perante a Câmara dos Deputados... o papel do Senado se anula, extinguindo-se a federação.

"Se o gabinete responder perante o Senado, o povo, diretamente representado na Câmara dos Deputados, perderia o leme no Governo do país.

"Se perante o Congresso em sessões conjuntas, o fiel da balança penderia sempre para o lado da Câmara, anulando-se a igualdade do Senado.

"Se perante as duas Câmaras, cada uma por sua vez, como na elaboração das leis, a morosidade nas discussões em duplicata, e deliberações nem sempre concordes com predominância afinal de uma das Câmaras, anarquizaria o sistema numa babel sem saída" (37).

Não obstante, na mesma conferência, de novo reconhecia que "na federação, não são idênticas as atribuições da Câmara e do Senado. O que a caracteriza, é a equivalência *em geral*, sem embargo de algumas prerrogativas da Câmara, nem de outras mais importantes do Senado".

Aliás, segundo Kelsen, sem prejuízo do caráter federativo do Estado, uma Câmara pode predominar sobre outra, a ponto de que o Senado "sólo tenga un veto suspensivo contra los acuerdos de la cámara popular" (38).

E isto sem considerar a opinião radical de João Mangabeira que nega seja a existência do Senado essencial à caracterização do Estado federal (39).

Como se vê, o ilustre professor de São Paulo não ofereceu novos argumentos em amparo de suas conclusões e o notável certame juri-

(37) A. de Sampaio Dória — "Parlamentarismo versus Federação", conferência proferida na Faculdade de Direito da Bahia, por ocasião do Congresso de Direito Constitucional comemorativo do centenário de Ruy Barbosa, e publicada em "O Estado de S. Paulo", de 19 e 20 de novembro de 1949.

(38) Kelsen — *Compêndio cit.*, 181.

(39) João Mangabeira — *op. cit.*, 62 a 65.

dico não aderiu a elas ⁽⁴⁰⁾, como, aliás, já as rejeitara o Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul ⁽⁴¹⁾.

• • •

10 — Outro jurista eminente a impugnar a conciliabilidade do parlamentarismo com a federação, foi o deputado Afonso Arinos, — hoje professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, — como relator da Comissão Especial que opinou sobre o projeto de emenda n. 4.

O ilustre constitucionalista começa por discordar do prof. Sampaio Dória, reconhecendo que só projetos que *abolissem* e não apenas *modificassem* a federação, seriam vedados pela lei fundamental, afirmando, outrossim, que se o projeto amesquinha as funções legislativas (sic) do Senado, “esta circunstância, por si só, não aboliria a Federação no Brasil” ⁽⁴²⁾.

Passando a estudar os Estados federais que praticam (ou praticaram) o governo parlamentar, aponta o Canadá, a Alemanha e a Áustria, para classificá-los sob o rótulo de *federalismo europeu*, em contraste ao *americano*, porque naqueles países as unidades federadas desigualmente se representam (ou representavam) no Senado.

Em face da federação australiana reconhece que ela está mais próxima do nosso tipo americano, mas, pelo fato de serem os governadores estaduais nomeados pelo rei inglês ⁽⁴³⁾, desconsidera aquela manifestação histórica de Estado federal onde se pratica o regime parlamentar.

E por este fato assimila a situação dos Estados australianos à das províncias brasileiras ao tempo do Império, porque também os seus presidentes eram de nomeação do poder central, afirmando: “esta perda de capacidade de eleger o chefe titular do governo local é uma consequência lógica do parlamentarismo monárquico, como acontecia no Brasil-Imério” ⁽⁴⁴⁾.

Aqui o reparo se impõe de pronto. Sendo o Brasil um Estado unitário até 89, as suas províncias não gozavam de autonomia política. O governo delas era mero reflexo do central. E ao contrário

(40) Revista Forense, CXXVIII, 16 (nota).

(41) Revista Forense, CXXVIII, 37 a 49.

Paulo Brossard de Souza Pinto, “Em torno da emenda parlamentarista”, Separata da “Justiça”, 1949.

(42) Afonso Arinos — Parecer sobre a emenda parlamentarista, avulso da Câmara dos Deputados, pg. 30.

(43) O governador dos Estados da Austrália é de nomeação real, enquanto o das províncias canadenses é nomeado pelo governador-geral. Couve de Murville, op. cit. 15 e 38 Bryce, op. cit. II, 176. Na Austrália os “poderes residuais” pertencem aos Estados, ao contrário do que se verifica no Canadá, Gettell, op. cit. 228 e Bryce, op. cit. II, 176.

(44) Afonso Arinos — Parecer cit. 34.

dêste, o governo provincial nem era colegiado, nem responsável, nem parlamentar.

Joaquim Nabuco, sustentando um projeto de federação na Câmara do Império, na década de maior desenvolvimento do regime, dizia que uma das razões por que as províncias necessitavam de autonomia era "a impossibilidade de fazer de uma delegação do governo central, como são as presidências de província, um governo efetivamente responsável perante aqueles que administra identificado com eles" (45).

Mas convém ainda notar que os governadores dos Estados, como o governador do Commonwealth australiano, nomeado pelo rei inglês, representam um papel semelhante ao dêste na Grã-Bretanha, "reinam" e não governam, tarefa que cabe aos respectivos gabinetes (46), não havendo dêstarte o mais remoto simile na comparação feita nem qualquer prejuízo à valia do testemunho oferecido pelas instituições australianas em prol da compatibilidade do regime parlamentar em Estados federais.

Conviria observar, por fim, que ao tratar-se da feitura da Constituição federal americana, a Hamilton não pareceu absurdo fôsem os governadores nomeados pelo presidente, que teria ainda um veto suspensivo sôbre os atos das legislaturas estaduais... (47).

Ora, relativamente à assertiva de que os exemplos de federações parlamentares se enquadram num tipo de *federalismo europeu*, admitindo-se exista êsse tipo, significaria apenas que "a federação — nas próprias palavras do ilustre relator da Comissão Especial — não é um instituto político uniforme" (48). Ou como diria João Mangabeira, com a sua eloquência cheia de sabedoria: "a constituição norteamericana não é o metro de irídio conservado em Paris, como padrão da décima-milionésima parte do quarto do meridiano terrestre. A federação é uma forma de Estado; um sistema de composição de forças, interesses e objetivos, variável no tempo e no espaço, e inerente e peculiar a cada povo. Plasma-se, por isso mesmo, de acôrdo com as necessidades e os sentimentos de cada povo. O regime federativo dos Estados Unidos não é o do Canadá; nem êste o da Austrália. O do Brasil não é nenhum dêsses, nem o Argentino ou o Mexicano. O da Alemanha não é o da Austria, nem o da Suíça ou o da Rússia" (49).

(45) Joaquim Nabuco — Discursos Parlamentares, ed. Ipê, 1949, discurso de 21-XI-1885, pg. 270, 274. Disc. Parlam., ed. da Câmara dos Deputados, 1930, discurso de 8 de agosto de 1888, pg. 494.

(46) Bryce — op. cit., I, 462 e II, 174, 176 e 177.

Conve de Murville — op. cit., 12, 93 e 183.

(47) W. P. M. Kennedy — The Constitution of Canada, 2.ª ed. 1938, pg. 414.

(48) Afonso Arinos — Parecer, 37.

(49) João Mangabeira — op. cit. 21.

Foi em razão dessas verdades, de resto, intuitivas, que o deputado Afonso Arinos, sustentando o parecer, para ser lógico com suas conclusões, vem a declarar simplesmente que "no Canadá e na Austrália não existe federação" (50).

E buscando elucidar o que entendia por regime federativo de tipo brasileiro, apontou como seus *pressupostos*: a constituição escrita e rígida e a conseqüente supremacia desta sobre as demais leis, o contraste da constitucionalidade delas pela justiça e o *regime presidencial*. Não é preciso insistir que incorreu aqui, o jurista ilustre, em palmar *petição de princípio*, dando como demonstrada (pressuposto) exatamente a tese a demonstrar.

Prosseguindo em seu parecer o parlamentar referido apela para a autoridade de Dicey como o autor que teria demonstrado a "incompatibilidade entre o parlamentarismo e a federação de tipo norte-americano e brasileiro" (51).

Dicey, entretanto, se limita a demonstrar a incompatibilidade da federação, que pressupõe — "la suprématie de la Constitution; — la distribution des différents pouvoirs du gouvernement entre des corps différents investis d'une autorité limitée et coordonnée; le droit reconnu aux tribunaux d'interpréter la Constitution" (52) com o sistema constitucional inglês e não com o parlamentarismo, com o sistema da onipotência parlamentar, da soberania legislativa ("le seul principe fondamental de la Constitution anglaise est la souveraineté législative absolue, le despotisme du Roi en Parlement") (53), com aquele particular sistema constitucional flutuante que ignora uma constituição rígida, formal e praticamente superior às demais leis.

Assim: "La souveraineté du Parlement est (à un point de vue légal) le caractère dominant de nos institutions politiques.

"Le principe de la souveraineté parlementaire signifie, ni plus ni moins, que le Parlement ainsi défini (le mot Parlement signifie, dans la bouche d'un jurisconsulte, le Roi, la Chambre des Lords et la Chambre des Communes) a, d'après la Constitution anglaise, de droit de faire ou de ne pas faire une loi quelconque; il signifie, de plus, que la loi anglaise ne reconnaît à aucun homme, ni à aucun corps, le droit de négliger ou d'écarter les lois faites par le Parlement" (54).

(50) Afonso Arinos — Discurso pronunciado em 23 de junho de 1950 e publicado no Diário do Congresso Nacional, de 27 de junho de 1950, pgs. 4909 e 4910.

(51) Afonso Arinos — Parecer, 37.

Raul Pilla — no seu voto sobre a "Emenda Parlamentarista", avulso da Câmara dos Deputados, pgs. 48 a 52, cabalmente refuta a proposição formulada.

cf. Soriano de Sousa, *Direito Público e Constitucional*, 1893, pg. 112.

cf. a Introdução (2) de Emelyn C. S. Wade à 9.ª ed. inglesa da obra de Dicey, "Introduction to the Study of the Law of the Constitution", London, 1950, pgs. LIII e segs.

(52) Dicey — op. cit., 127, cf. 146.

(53) Dicey — op. cit., 128. V. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pg. 417.

(54) Dicey — op. cit., 35, 36.

"La souveraineté parlementaire est donc un fait légal indubitable. Elle est complète aussi bien au point de vue positif qu'au point de vue négatif. Le Parlement peut légalement légiférer en toute manière que le Parlement estime être sujet convenable de législation. D'après la Constitution anglaise, il n'existe aucun pouvoir qui puisse se poser en rival de la souveraineté législative du Parlement" (55).

Noutro passo já dissera: "De Lolme a résume le sujet en une expression triviale que est devenue presque proverbiale: "C'est un principe fondamental, pour les jurisconsultes anglais, que le Parlement peut tout faire, sauf changer une femme en homme et un homme en femme" (56).

Ao contrário, o insigne constitucionalista inglês reconhece de modo explícito a possibilidade do parlamentarismo ser praticado em Estados de constituições escritas e rígidas (57), assim como não silencia que o Canadá (ao tempo a Austrália não era federação) se modelou aproveitando a experiência americana no tocante à forma de Estado e a britânica relativamente ao sistema de governo (58).

Mas para o professor Afonso Arinos o ponto crucial do problema não está propriamente na federação, porém no fato da "emenda n. 4 não alterar em nada o Poder Judiciário, previsto na Constituição vigente, como também em nada restringir as suas atribuições, deixando íntegras, inclusive as de natureza política, tal como a importantíssima atribuição de exercer o controle da constitucionalidade das leis", e isso porque "o regime parlamentar não aceita o controle porque, no fundo e na verdade, não aceita a superioridade efetiva da Constituição sobre as demais leis" (59).

Destarte, o professor ilustre emburilha a onipotência parlamentar, a soberania legislativa, próprias do sistema constitucional inglês, com o governo de gabinete.

"Nessas condições, quer-nos parecer — enuncia o relator — que a emenda estabeleceu, no que concerne ao funcionamento dos poderes uma contradição insolúvel, que é a incoercível predominância do legislativo, no regime parlamentar, predominância que corresponde à falta de supremacia da Constituição, coexistindo com a soberania funcional do Judiciário, peculiar ao presidencialismo federalista, e que decorre da obediência efetiva à Constituição federal" (60).

E mais adiante: "para nós a contradição — parlamentarismo e judiciarismo político — equivale a esta outra contradição — supremacia da Constituição e supremacia da lei ordinária e decorrem ami-

(55) Dicey — op. cit., 63, 64.

(56) Dicey — op. cit., 38.

(57) Dicey — op. cit., 139.

(58) Dicey — op. cit., 122 e 147, nota 1, cit. sob n.º 27.

(59) A. Arinos — Parecer cit., 44.

(60) A. Arinos — Parecer cit., 47.

bas da contradição parlamentarismo e federação”, (61) idéia que voltou a sustentar em discurso proferido à Câmara dos Deputados (62).

No mesmo parecer, entretanto, em flagrante contradição com as passagens dêlê citadas, e do referido discurso, mas com evidente procedência, escreveu o professor Afonso Arinos:

“a supremacia da Constituição sobre as leis ordinárias é assunto que independe dos sistemas de Governo. Podem admitir esta superlegalidade constitucional os países unitários ou federais, monárquicos ou republicanos, parlamentaristas ou presidencialistas” (63).

De resto, o fundamento do contraste da constitucionalidade das leis não reside no “presidencialismo federalista”.

O fundamento *racional* da declaração de inconstitucionalidade de atos legislativos e executivos é a existência de uma lei superior em relação a leis que lhe são subordinadas.

A existência de uma Constituição formalmente diversa das leis ordinárias, que exija para a sua reforma uma tramitação legislativa especial. Não fôsse assim e não se diferenciaria uma norma de outra para entre elas se estabelecer uma hierarquia.

“Ou a Constituição é uma lei superior, soberana, irreformável por meios comuns, argumentava Ruy Barbosa, ou se nivela com os atos de legislação usual, e, como estes, é reformável ao sabor da legislatura” (64).

Ruy estabeleceu a distinção com clareza matemática: “a Constituição é o ato da nação em atitude soberana de se constituir a si mesma. A lei é o ato do legislador em atitude secundária de executar a Constituição. A Constituição demarca os seus próprios poderes. A lei tem os poderes confinados pela Constituição. A Constituição é criatura do povo no exercício do poder constituinte. A lei, criatura do legislador como órgão da Constituição. A Constituição é o instrumento do mandato outorgado aos vários poderes do Estado. A lei, o uso do mandato constitucional por um dos seus poderes instituídos na Constituição” (65).

Foi por possuírem tais noções que antes de se federalizarem, as colônias americanas já conheciam o contraste da constitucionalidade das leis (66).

(61) Afonso Arinos — Parecer cit., 47.

(62) Afonso Arinos — Discurso de 28-VI-50, in Diário do Congresso Nacional, de 1-VII-50, pg. 5035.

(63) Afonso Arinos — Parecer cit., 41.

(64) Ruy Barbosa, Atos inconstitucionais, 44.

cf. Ruy Cirne Lima — Introdução ao estudo do Direito Administrativo, 1942, § 5.º, II, 1, pg. 57, 8.

(65) Ruy — Comentários à Constituição Federal Brasileira, coligidos e ordenados por Homero Pires, v. I, 19-20 (1932).

(66) Ruy — Os atos inconstitucionais, 49 a 51. Anistia Inversa — 1896, pg. 7. James T. Young — The new american government and its work, 1947, 4.ª ed., 216. Dicey — op. cit., 146.

De resto, o Estado unitário não exclui o contraste da constitucionalidade das leis. cf. Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1946, I, 141, 156.

Assim, melhor se diria que êsse contraste em vez de derivar das constituições federais, em regra, se pratica nos Estados federais, porque nêles há necessidade prática de uma constituição rígida definidora das competências distribuídas às entidades integrantes da unidade estatal ⁽⁶⁷⁾.

Em regra, e não como consequência forçada, ⁽⁶⁸⁾ surge o problema da constitucionalidade das leis desde que se admita o princípio da supremacia constitucional.

A consequência é forçada, não resta dúvida, no plano lógico, mas nem sempre extraída e usada pelos povos que adotam constituições rígidas.

Na Suíça o contraste constitucional das leis se reduz às cantonais ⁽⁶⁹⁾. De resto, a solução pode não ser a judicial, ⁽⁷⁰⁾, embora seja a mais feliz.

Relativamente à necessidade de desfazer disputas entre, e corrigir abusos de poderes e competências das entidades federal e estaduais, Gettell advertia: "in some federations, such as Switzerland and Germany, the constitution is placed under the guardianship of the national legislature, whose decision is final in case of disputes between the central and local authorities. In these states legislative supremacy exists. In others, such as the United States, and to a less extent Austria, Canada, Australia, and some of the Latin-American federations, the highest national court decides disputes in order to maintain the constitutional balance of powers between central and

(67) Roy — Os atos inconstitucionais, 62, 3: "Não há dúvida ainda que, numa associação de sociedades, como são os governos federativos, a distribuição restrita da soberania pelos órgãos políticos de legislação e ação no todo nacional e nos elementos relativamente autônomos que o compõem, constitui uma necessidade ainda mais essencial do que nas Constituições onde a autoridade política é unificada". E a pg. 56: "convém notar que esta doutrina decorre, não de preceito expresso da Constituição (referia-se à americana), mas da teoria geral de todas as Constituições limitadas".

Dicey — op. cit., 127, 146.

Gettell — op. cit. 363, 4. "In the federal system of government, where the Constitution marks out a sphere of authority for the central government and another for that of the member states or provinces, it is necessary that the courts should compel each to keep within its legal sphere and should settle conflicts of authority; otherwise the existence of the federal system would be impossible. Where a written constitution exists, the power of the courts to compel the legislature to keep within its constitutional powers maintains the distinction between constitutional and statute law. If the legislature determines the scope of its own power, and the courts have no right to set aside such of its acts as violate constitutional limitations, the constitution becomes a mere scrap of paper, of no binding power."

(68) Afonso Arinos — Parecer cit., 41.

cf. Bryce — La republique americaine, 1900, trad. franc. I, 371 — "L'exemple de la Suisse montre que le plan américain n'est pas le seul possible dans une fédération".

Roy — Os atos inconstitucionais, 83.

(69) Georges Werner — La Constitution et le Régime politique e Roger Secretan — Les recours contre la puissance publique, in "Suisse", — La vie juridique des peuples, 36 e 111.

Bryce — The modern democracies, I, 358 — La republique americaine, I, 371.

(70) Lúcio de Bittencourt — O controle jurisdiccional da constitucionalidade das leis, 1949, 9 e 10, nota 2.

Pinto Ferreira — Princípios gerais do Direito Constitucional Moderno, 1948, tomo I, 8 pgs. 101 a 124.

local governments. In these states judicial supremacy exists" (71).

De outro lado, Estados não federativos, com governos não presidencialistas, também conhecem a fiscalização judiciária das leis (72), e as federações parlamentares do Canadá e da Austrália a praticam.

Dicey já proclamara: "au Canada, comme aux Etats-Unis, les tribunaux deviennent inévitablement les interprètes de la Constitution" (73).

E Couve de Murville confirma: "l'autorité judiciaire possède en outre un pouvoir qui n'appartient pas aux tribunaux du Royaume-Uni. Les tribunaux des Dominions doivent juger si les Actes du Parlement du Dominion ne dépassent pas les pouvoirs constitutionnels du Parlement, et même les lois conforme à la constitution du Dominion ne sont pas incompatibles avec un loi impériale, applicable à ce Dominion" (74).

Sustentando perante a Câmara o seu parecer, o prof. Afonso Arinos citava Ruy afirmando não se encontraria "jamais na obra desse grande jurista qualquer opinião que supusesse seu assentimento à coerência ou a concomitância desses dois institutos fundamentalmente antagônicos, que são: de um lado o regime político parlamentar e, de outro, a permanência do controle judiciário da constitucionalidade das leis. Esta é a antinomia fundamental, a contradição intrínseca, que não é puramente formal, mas substancial..."

"A afirmação de Ruy é categórica. Não concebe a possibilidade da legalidade das leis pelo Poder Judiciário, a não ser no regime federal subordinado ao sistema presidencial" (75).

O engano do parlamentar também aqui é evidente e palpável.

Ruy, num dos seus grandes discursos ao Senado, sentenciava: "na Europa, entre os países mais adiantados, se ambiciona a criação de um grande tribunal como este, destinado a conhecer dos atos dos outros dois poderes políticos, mesmo quando se trata de países sob o regime parlamentar, o que quer dizer, onde existe responsabilidade para o governo" (76).

Antes de derivar o contraste judicial como louvável peculiaridade do presidencialismo, advertiu Ruy Barbosa, em parecer notável: "nenhum sistema de governo precisa tanto da justiça como este.

(71) Getell op. cit., 230, 231.

(72) Ruy Barbosa — Direito do Amazonas. I, 82 (nota). E' o caso da Noruega, v. Const. portuguesa de 21 de agosto de 1911, art. 63, cf. L. Bittencourt, loc. cit. Marnoco e Souza — Direito Político, Coimbra, 1910, n.º 323, pgs. 781 a 784.

(73) Dicey — op. cit., 149.

(74) Couve de Murville — op. cit., 19. Wade and Godfrey Phillips, op. cit., pg. 417.

(75) Afonso Arinos — Diário do Congresso Nacional, de 1-VII-50, 5035.

(76) Ruy — A gênese da candidatura do sr. Wenceslau Braz, 1915, 39. Aliás, já nos "Atos inconstitucionais" Ruy dava ciência do que sobre o assunto se pensava e fazia na Bélgica, na França e na Itália. V. pgs. 77 e 78.

Ela é o elemento preservador e a *ultima ratio* d'êste regime. Anulá-la fôra destruí-lo" (77).

E já nos "Ato Inconstitucionais" ensinava o sumo jurisconsulto: "nas colônias parlamentares da Inglaterra essa regra é geral (a de que os juizes recusarão aplicar leis inconstitucionais). Essa jurisdição coloca os tribunais canadenses e os das outras dependências inglesas, parlamentarmente constituídas, numa situação semelhante à das justiças dos Estados Unidos, acima, como estas, do poder legislativo, quanto à interpretação das leis" (78).

E em França, informa Paul Duez, "un vigoureux effort en faveur du controle juridictionnel de la constitutionnalité des lois a été effectué ces dernières années par la doctrine française. Parmi les maîtres du droit public, ils sont de plus en plus nombreux ceux qui, non seulement voient l'institution avec grande sympathie, mais estiment même qu'elle a déjà pénétré le droit positif français" (79).

Em verdade, não pode haver conflito entre a faculdade, ou o dever, dos tribunais negarem aplicação à leis ou decretos, desde que os entendam contraventores da Constituição, e a atribuição da Câmara de negar apoio a um governo, forçando-o a demitir-se.

A intervenção dos tribunais se deve à iniciativa das partes que dela imediatamente se beneficiam. E' *in casu*, vincula apenas os litigantes.

"A justiça não examina teses, ensinava Ruy Barbosa, com a sua autoridade proverbial. A justiça não sentença teorias. A justiça não vota princípios abstratos. A justiça não revoga leis.

"Cada um d'esses problemas de interpretação tem de revestir a forma de um litígio, circunscrito a um caso individual; e sobre êste é que o julgador se pronuncia" (80).

Ora, a responsabilidade política do gabinete perante a Câmara é apurada mediante critérios evidentemente políticos, de conveniência e oportunidade e não de estrita legalidade.

H. Berthélemy elucida perfeitamente: "cette responsabilité est dite politique parce qu'elle n'implique aucune infraction, aucune faute de la parte du gouvernement, mais un simple désaccord avec les chambres" (81).

(77) Ruy Barbosa — O Impeachment na Constituição da Bahia, "Direito", v. C. 22/23.

(78) Ruy Barbosa — Os atos inconstitucionais, 82, onde refere A. Todd — Parliamentary Government in the British Colonies. (1880), pags. 219, 20. 375.

Munro — The Constitution of Canada (Cambridge, 1889), pgs. 11 e 12.

Bourinot — Canadian studies on comparative politics (Montréal, 1890), pg. 24.

Moses — The Federal Govern. of Switzerland, pg. 146 e segs.

Joseph Doutre — Constitution of Canada (Montréal, 1880) pg. 331.

(79) Paul Duez — Le contrôle juridictionnel de la constitutionnalité des lois en France, in "Mélanges Maurice Hauriou", 1929, pg. 213.

(80) Ruy — O Direito do Amazonas, I, 94. Ato inconstitucional, 102, 3.

(81) H. Berthélemy — loc. cit., 32.

E Burdeau: "cette responsabilité peut être mise en jeu à raison de tout acte accompli par le ministre dans l'exercice de ses attributions et alors même que l'acte serait parfaitement légal" (82).

Ora, já advertia Ruy Barbosa: "a regra universal da justiça é sentenciar o direito controverso, e não pronunciar sobre a conveniência da ocasião, ou o merecimento das partes. "Courts have nothing to do with questions of expediency". Nada têm os tribunais com as questões de utilidade. Das questões de utilidade quem decide é a autoridade política" (83).

Aliás, é cânon de hermenêutica que os tribunais ao julgarem os casos de validade ou não de um estatuto se absterão de questionar dos motivos políticos. Indagarão apenas se o legislador tinha poder para fazer a lei, sendo impertinente à decisão a justiça, conveniência ou oportunidade do ato legislativo ou administrativo (84).

Com efeito, inexistente a antinomia apontada entre o parlamentarismo e a função judicial de custodiar a Constituição. São soluções distintas, que se situam em planos diversos, com motivações diferentes e finalidades peculiares, incapazes de se chocarem e muito menos de se excluírem.

São as razões por que tenho como compatível o sistema parlamentar de governo com a forma federativa de Estado, também em nosso país e à luz do nosso direito constitucional.

Porto Alegre, 10 de agosto de 1950.

(82) G. Burdeau — op. cit., 103.

(83) Ruy — O Direito do Amazonas, II, 593.

(84) W. W. Willoughby — Principles of the Constitutional Law of the United States, 1925, pg. 30, 1 — "with the motives of the legislators the courts will not concern themselves. The power of Congress to legislate being conceded, the wisdom or expediency of the manner in which the power is exercised is held to be beyond judicial criticism or control.

H. C. Black — Handbook of the Construction and Interpretation of the Laws, 1896, pg. 27.

Charles Evans Hughes — The Supreme Court of the United States. Trad. esp. 1946, pg. 52: "Los tribunales consideran que, en su esfera, el legislativo se haje en posesión de todos los conocimientos útiles, y es el depositario de la sabiduría. Mientras actúa dentro de los límites del poder legislativo los hechos del proceso legislativo no son objeto de consideración judicial".

RELATÓRIO E PARECER

Relator: PROF. FAY DE AZEVEDO

Discute o bacharel Paulo Brossard de Souza Pinto, em trabalho apresentado a este Congresso, a questão da compatibilidade do sistema parlamentar de governo com a forma federativa de Estado, quer genericamente, em termos de teoria estatal, quer especificamente, em face do nosso direito positivo.

Começa por situar a controvérsia no tempo e no espaço, afirmando haver a mesma surgido entre nós no dealbar do novo regime, quando já havia quem sustentasse a tese da incompatibilidade entre federação e parlamentarismo, agora reeditada em oposição ao projeto de emenda n.º 4 à Constituição da República.

Citando Ruy Barbosa, Duguit, Esmein, Redslob, Burdeau, Kelsen, Bonnard, Néard, Laferrière, G. Vedel, Darcy Azambuja, Francisco Campos e Ruy Cirne Lima, precisa o A., numa síntese feliz, a inafastável distinção existente entre formas de Estado, formas de governo e sistemas políticos, com suas motivações e finalidades peculiares, para mostrar que umas não implicam ou excluem outras, necessariamente, podendo assim haver Estados unitários ou federais com governos parlamentares, diretoriais ou presidenciais. E' que, realmente, não se verifica uma relação existencial entre formas de Estado e sistemas de governo; estas prendendo-se ao relacionamento e a limitações impostas aos poderes legislativo e executivo; aquelas, à centralização ou descentralização política.

Faz o A. uma análise substancial do sistema parlamentar de governo e da forma federativa de Estado para, estudando-os em face da doutrina e do direito comparado, concluir pela procedência da tese enunciada, inclusive quando encarada particularmente à luz do nosso direito constitucional, atenta a irrelevância das objeções contra ela articuladas, atinentemente à equivalência de poderes gerais entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, e ao controle da constitucionalidade das leis, deferido ao Poder Judiciário.

• • •

A alegada incompatibilidade entre o governo parlamentar e o Estado federal não resiste à controvérsia doutrinária.

E' uma afirmação destituída de base.

Que essencializa o parlamentarismo? E' o governo de um conselho de ministros, dependente da confiança do parlamento, que deve refletir a opinião pública. Que obsta, numa federação de Estados, a existência de um governo assim constituído e assim funcionando?

Porventura, num Estado federal o Congresso não é, talqualmente num Estado unitário, um dos órgãos da soberania nacional? E, se legisla e exercita as suas demais atribuições para tódta a nação, que o impede de delegar a um gabinete a função executiva?

São perguntas que permanecem irrespondidas pelos impugnadores da tese em discussão. Estes se apegam a argumentos especiosos, nugas e sutilezas, na vã tentativa de refutá-la.

O que há de curioso em tudo isso — cabe assinalar — são as demasias e exaltações dêsse afêrro acadêmico a formas de govêrno, extremando-se em recursos e artifícios de dialética, quando sabido é que, se de algum modo pode influir a modalidade de exercício do poder público nos destinos dos povos, o que, no entanto, tem caráter decisivo é a substância humana e o teor econômico-social dos Estados que lhes dirigem a evolução.

Sílvio Romero, em seu ensaio "Parlamentarismo e presidencialismo na República do Brasil", imaginou uma interrogação que, de fato, formularia a objeção capital à tese da compatibilidade do govêrno parlamentar com o Estado federal: "Como poderá um ministro responder por fatos ocorridos nos Estados, que são autônomos?" Deverá responder sômente pelos fatos que, embora ocorridos nos Estados, se vincularem à competência do govêrno federal. Eis a solução que, em sua simplicidade, inutiliza tódta a argumentação dos adversários do parlamentarismo, nesse sentido. E' claro que será necessária uma rigorosa discriminação entre as órbitas de ação dos govêrnos federal e estadual. Mas essa delimitação é igualmente indispensável no sistema presidencial de govêrno. Não se exige, portanto, coisa diversa do que estabelece a Constituição de 46, como faziam as anteriores Constituições republicanas.

A questão fundamental, na matéria, liga-se à inelutável distinção que importa fazer quanto a estrutura, fins ou modalidades de exercício do poder estatal. Poderá estabelecer-se — é certo — uma correlação, mais ou menos estreita, entre os fins do poder estatal e a maneira como seja exercido. Para designar a forma do poder estatal, encarada sob êsses dois aspectos solidários, poderá usar-se a expressão "regime político". O que, porém, não se pode confundir é "regime político" com "forma de Estado". Porque esta diz respeito à natureza interna do poder estatal, à sua contextura, à sua estruturação. A "forma de Estado" na realidade não se correlaciona com a "forma de govêrno". Uma e outra não se ligam necessariamente.

O A. cita os sugestivos exemplos que o direito comparado oferece, na atualidade como no passado, "da conjugação num mesmo Estado, do parlamentarismo e da federação, do mesmo modo que, em outros, desta com o sistema presidencial": Canadá, Austrália, Alemanha, Austria.

Não seria, aliás, novidade doutrinária, mesmo em nosso país, essa conciliação entre o parlamentarismo e o federalismo. Em pleno império, uma ala do Partido Liberal lançou a idéia da federação sem prejuízo das instituições monárquicas e do governo parlamentar. Nos alvares da República, o Partido Federalista, que se originara, no Rio Grande do Sul, do Partido Liberal e, como este, sob a chefia do grande tribuno Silveira Martins, inscreveu, no n.º 2 do seu programa, "a revisão da Constituição Federal para modelar a república federativa de acôrdo com os princípios de governo parlamentar, praticados na generalidade dos países de regime representativo".

• • •

Por igual improcedentes são as opiniões que, contra a adoção do sistema de governo parlamentar no Brasil, procuram arrimar-se em princípios e regras da Constituição Federal, segundo os quais a fundamental característica da federação brasileira, derivando da "igualdade de representação dos Estados no Senado e da igualdade de competência entre os dois ramos legislativos, salvo os casos específicos", o sistema parlamentar importaria "em abolir a equivalência de poderes gerais entre o Senado e a Câmara"; importaria "em anular a representação igual dos Estados no Senado para o exercício de poderes equivalentes aos da Câmara dos Deputados".

O argumento poderia impressionar à primeira vista, mas é tão inconsistente como os demais, na discussão da matéria. O A. refuta-o convincentemente, demonstrando que não se trata de identidade de atribuições entre o Senado e a Câmara, mas de equivalência em geral, tendo cada uma das casas em que se divide o Congresso Nacional prerrogativas específicas, de sorte que "ao seu número se acresceria mais uma, em favor da Câmara, se sòmente perante ela fòssem responsáveis os Ministros".

Poderia ainda citar a clara lição de Georges Burdeau (*Traité de Science Politique*, c. 1950, t. II, ps. 430-31): "Dans tous les Etats fédéraux actuellement existants les pouvoirs des deux Chambres sont sensiblement égaux en ce sens qu'une loi n'est parfaite qu'à condition d'être votée par toutes deux: Etats-Unis (art. I, sect. I), Mexique (art. 51), Argentine (art. 36), Vénézuéla (art. 81), Canadà (art. 17), Afrique du Sud (art. 19), Suisse (art. 89), U.R.S.S. (art. 37, 38, 39), Yougoslavie (art. 57). La participation des Etats-membres à l'exercice de la puissance fédérale est donc assurée puisque leur accord est nécessaire pour que la loi puisse naître. Que l'une ou l'autre des assemblées jouisse de privilèges particuliers tels que la priorité dans la discussion des projets financiers réservée à la Chambre basse ou la possibilité de se transformer en Haute-Cour

de justice accordée à la Chambre des Etats ce sont là des dispositions que l'on rencontre également dans les Etats unitaires e qui ne changent rien à l'égalité de principe entre les deux éléments du Parlement." O ilustre professor da Universidade de Dijon cita ainda, em nota infratexto, o Brasil "d'après la constitution de 1891". Poderia fazê-lo também "d'après la constitution de 1946", se notícia do nosso último código político já houvesse chegado à França para constar de uma edição de 1950...

Na mesma ordem de idéias, diz-se que, sob a égide do parlamentarismo, dependendo o executivo do voto da maioria dos deputados, poderia verificar-se o predomínio dos grandes Estados, através de suas bancadas, mais numerosas, o que seria lesivo ao equilíbrio federativo. A objeção, todavia, esbarra em possibilidade idêntica, argüível ao presidencialismo, através da eleição do presidente da República. Pode ocorrer que a escolha do primeiro mandatário do povo seja conchavada entre grandes Estados e imposta à nação, ou que se processe a mesma tendo em vista a base eleitoral fornecida por uma populosa unidade da federação. A concretização da primeira hipótese, como ninguém ignora, foi mesmo apontada como um dos vícios de que se ressentia a prática do regime, sob a Primeira República.

Em verdade, para enfrentar tal risco outra é a terapêutica aconselhável: a integral conversão em realidade do papel atribuído aos partidos políticos no funcionamento das instituições. A existência de partidos verdadeiramente nacionais, de objetivo e de espírito verdadeiramente nacionais, sobranceiros a injunções de cunho regionalista, liquidará com o risco aludido, talvez mais temível, aliás, no presidencialismo do que no parlamentarismo.

• • •

Tampouco aceitável é a objeção consistente em que o parlamentarismo feriria o princípio da supremacia da Constituição e do controle da constitucionalidade das leis pelo Judiciário. Tal princípio, como demonstra o A., não decorre do presidencialismo, nada impedindo que também o consagre o parlamentarismo. Exatamente como, embora sendo ele imprescindível no Estado federal, nada obsta que por igual o adote um Estado unitário.

Relacionar o sistema parlamentar de governo com a ausência de supremacia da Constituição e de controle judiciário da constitucionalidade das leis equívale a confundir o parlamentarismo com o sistema constitucional inglês — erro tão crasso quanto o de confundir o presidencialismo com o sistema constitucional dos Estados Unidos. Uma forma de Governo, como uma forma de Estado, pode

ser assimilada a um tipo genérico, com características essenciais próprias, mas varia no tempo e no espaço, em função de peculiaridades nacionais e da incoercível evolução das instituições de cada povo.

• • •

Somos de parecer, pelas razões expostas, que seja aprovada a proposição proficientemente justificada pelo A., em brilhante trabalho, o sistema parlamentar de governo é compatível com a forma federativa de Estado, seja à luz da doutrina e da prática constitucional dos novos, seja em face do direito positivo brasileiro.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1950.

Camillo Martins Costa — Presidente

Fay de Azevedo — Relator

Darcy Azambuja

João Abreu

Francisco Juruena

Francisco Machado Vila

APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

O SR. PRESIDENTE — Júlio César Bonazzola — Vamos tratar do segundo ponto da Ordem do Dia: FEDERAÇÃO E PARLAMENTARISMO — Da compatibilidade do sistema parlamentar de governo com a forma federativa de Estado, tese de autoria do Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto. E' Relator o Dr. Armando Fay de Azevedo, a quem concedo a palavra.

O SR. FAY DE AZEVEDO — Sr. Presidente, srs. Congressistas, minhas senhoras e meus senhores.

O parecer que tive a honra de emitir, vi, com a mais justificada das satisfações, subscrito por figuras eminentes das nossas letras jurídicas, limitando-me a mencionar dentre elles, para não citar outros nomes também de alta projeção, o ilustre professor Darcy Azambuja e o eminente advogado e jurisconsulto Camillo Martis Costa. Avêso a elogiar, creio que o que se tontém no remate do parecer a que de início aludia, exprime com exatidão, traduz com segurança um juízo fiel do valor do trabalho apresentado. Eu digo, ao terminar o parecer, e ao propor que seja aprovada a proposição que condensa a tese, que se trata de um trabalho brilhante, redigido proficientemente, quer dizer, com conhecimento completo do assunto, habilidade, destreza de argumentação e brilho de forma.

Discute o bacharel Paulo Brossard de Sousa Pinto, no trabalho apresentado a êste congresso, a questão da compatibilidade do sis-

tema parlamentar de governo com a forma federativa de Estado, quer genericamente, em termos de teoria estatal, quer especificamente, em face de nosso direito positivo.

(LÊ O RELATÓRIO E PARECER)

O SR. PRESIDENTE — Está aberta a discussão sobre a tese que acaba de ser comentada pelo sr. professor. Se não houver observações, votaremos separadamente, em primeiro lugar, por razões de ordem e de forma unitária, a primeira tese, da "Incompatibilidade do sistema parlamentar de governo com a forma federativa do Estado."

Diz o relatório — "Somos de parecer, pelas razões citadas que se aprove a tese proficientemente justificada pelo brilhante trabalho do dr. Paulo Brossard de Souza Pinto. O sistema parlamentar de governo é compatível com a forma federativa do Estado, à luz da doutrina e das práticas constitucionais dos povos e também em razão do direito positivo brasileiro."

Peço desculpas ao plenário, pela minha tradução arrezada. Os srs. congressistas que estiverem conformes com o parecer, mantenham-se sentados como sinal de aprovação. (Pausa)

Está aprovada a tese.

(Votou contra o sr. José Luiz Martins Costa)

O SR. BRUNO DE MENDONÇA LIMA — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o ilustre congressista.

O SR. BRUNO DE MENDONÇA LIMA — O meu voto, sr. Presidente, é no sentido de que o direito positivo brasileiro não permite o regime parlamentar.

O SR. JOSÉ LUIZ MARTINS COSTA — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o ilustre congressista.

O SR. JOSÉ LUIZ MARTINS COSTA — Subscribo o voto do ilustre professor, Bruno de Mendonça Lima.

O SR. VICTOR RUSSOMANO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o ilustre congressista.

O SR. VICTOR RUSSOMANO — Sr. Presidente. Parece-me que não há esta pretendida incompatibilidade dentro do sistema federativo brasileiro. Na crítica feita, a suposta incompatibilidade é a de que o sistema parlamentar de governo requer uma centralização que é incompatível, esta sim, com a federação e autonomia dos Estados. Neste sentido é que aprovo o brilhante trabalho do distinto colega autor da tese, que se mostra um erudito e um apaixonado pelo sistema parlamentar.

PROJETOS

O Ministério da Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com o copatrocínio de Santander Brasil e os patrocínios de Gerdau e Banrisul Pagamentos/Vero, apresentam o projeto: Implantação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio do Palácio Piratini - PRONAC 185355



copatrocínio



patrocínio



realização



PALÁCIO
PIRATINI



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Confira o release do projeto no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br